

MEDIEVALISTA

JULHO - DEZEMBRO 2023 - N.º 34

ISSN 1646-740X





Editores Convidados | Guest Editors

Graeme Dunphy - Technical University of Applied Sciences Würzburg-Schweinfurt

Director | Chief Editor

Luís Filipe Oliveira – UAlg e IEM / NOVA FCSH

Subdirector | Co-Editor in Chief

João Luís Inglês Fontes – IEM / NOVA FCSH e CEHR-UCP

Redacção | Associate Editors

Adelaide Millán da Costa – UAb e IEM / NOVA FCSH

Adelaide Miranda – IEM / NOVA FCSH

Bernardo de Vasconcelos e Sousa – IEM / NOVA FCSH

Isabel Cristina Fernandes – IEM / NOVA FCSH e GEsOS / C. M. Palmela

Isabel Barros Dias – UAb, IELTS | IEM / NOVA FCSH

Pedro Chambel – IEM / NOVA FCSH

Consultora técnica / Technical advisor

Maria Coutinho – CITAR-EA / UCP Porto

Paula Ochôa – CHAM / NOVA FCSH

Assistente Editorial | Editorial Assistant

Beatriz Gil – IEM / NOVA FCSH

Publicação | Publisher

IEM / NOVA FCSH - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Concepção gráfica e paginação / Graphic design and layout

Beatriz Gil – IEM / NOVA FCSH

A propriedade intelectual dos conteúdos pertence aos respectivos autores e os direitos de edição e publicação à *Medievalista*. Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade científica e ética dos seus autores, bem como os critérios ortográficos adoptados.

Avaliação por *double blind peer review*.

The intellectual property of the journal's contents belongs to the authors and the editing and publishing rights belongs to the *Medievalista*. The contents of the articles are those of the scientific and ethical responsibility of their authors, as well as the spelling criteria adopted.

Evaluation by double blind peer review.



Esta revista é financiada por fundos nacionais através dos Financiamentos Base, com a referência UIDB/00749/2020 e Programático, com a referência UIDP/00749/2020, do Instituto de Estudos Medievais.

This journal is funded by national funds: Base funding, with reference UIDB/00749/2020, and Programmatic funding, UIDP/00749/2020, from the Institute for Medieval Studies.



ÍNDICE

Contents

Editorial | *Editorial*

Para ler devagar a Idade Média

To slowly read the Middle Ages

João Luís Fontes, Luís Filipe Oliveira

7

DESTAQUE | *HIGHLIGHT*

No rasto da guerra: exorcizar o medo na Lisboa de finais de Trezentos

In the wake of war: exorcising fear in late 14th century Lisbon

Iria Gonçalves

15

NÚMERO TEMÁTICO | *THEMATIC NUMBER*

“Medieval Chronicles”

“Crónicas Medievais”

Medieval Chronicles - Foreword

Crónicas Medievais - Apresentação

Graeme Dunphy, Isabel Barros Dias

83

Quelques remarques sur la genèse de la *Chronique de Spišská Sobota*

Some remarks on the genesis of the Chronicle of Spišská Sobota

Adrien Quéret-Podesta

91

Um manuscrito alcobacense reencontrado: as *Crónicas abreviadas dos reis de Portugal de Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1537)*

An alcobacense manuscript recovered: the Summary of the Chronicles of the Portuguese Kings by Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1537)

Filipe Alves Moreira

111

- The ‘cursed’ queen: Clemence of Hungary in the mirror of the contemporary narrative sources**
A rainha “amaldiçoada”: Clemence da Hungria no espelho das fontes narrativas contemporâneas
 Gergely Kiss 139
- The Network behind the Chronicle: William of Andres and the Roots of a Legal Narrative**
A Rede detrás da Crónica: William of Andres e as Raízes de uma Narrativa Jurídica
 Leah Shopkow 179
- History, hagiography, romance... A Middle English prose *Brut*’s layered portrayal of Athelstan**
História, hagiografia, romance...O retrato gradativo de Brut acerca de Athelstan numa prosa da Idade Média Inglesa
 Lisa M. Ruch 209
- Richard Fox of St Albans: the life, work and connections of a fifteenth-century chronicler**
Richard Fox de St Albans: vida, trabalho e ligações de um cronista do séc. XV
 Anna Probert 229
- Isidore of Seville and Rodrigo Ximénez de Rada**
Isidoro de Sevilha e Rodrigo Ximénez de Rada
 Rodrigo Furtado 253
- Heroic Deeds and Heroic Failure: Robert of Normandy and the Portrayal of the First Crusade in 12th and 13th Century England**
Proezas e fracassos heroicos: Robert of Normandy e o Retrato da Primeira Cruzada na Inglaterra dos séculos XII e XIII
 Carol Sweetenham 289
- De la retórica a la ficción: el uso del diálogo en estilo directo en la historiografía Castellana medieval**
From rhetoric to fiction: the use of dialogue in direct speech in medieval Castilian historiography
 Leonardo Funes 315

- “...not as history, but...”: The Cistercian Abbot Aelred of Rievaulx (1110-1167), A Writer of History in Many Genres**
“...não enquanto história, mas...”: o abade cisterciense Aelred de Rievaulx (1110-1167), um escritor de História em vários géneros
Elizabeth Freeman 345

OUTROS ARTIGOS | *OTHER ARTICLES*

- “φίλος τε καὶ ξύμμαχος”:** Reflexões sobre a troca de cartas entre Justiniano e Gelimero em Procópio de Cesareia
“φίλος τε καὶ ξύμμαχος”: Reflections on the exchange of letters between Justinian and Gelimer in Procopius of Caesarea
Geraldo Rosolen Junior 373

- Del Convento al Mundo: La Normativa en torno al movimiento de los frailes menores hacia 1260**
From the Convent to the World: The Regulations regarding the movement of the friars minor around 1260
María Paula Castillo 403

RECENSÕES | *BOOK REVIEWS*

- HIJANO VILLEGAS, Manuel – Estoria del fecho de los Godos. Edición y estudio. Salamanca: Ediciones Universidad, 2021 [2022] (337 pp.)**
Filipe Alves Moreira 429

- PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina - Paisajes, espacios y materialidades: Arqueología rural altomedieval en la península ibérica. Oxford: Archeopress, 2022.**
Beatriz González Montes, José Avelino Gutiérrez González 439

- BALOUP, Daniel – L’homme armé. Expérience de la guerre et du combat en Castille au XVe siècle. Madrid: Casa de Velázquez, 2022 (309 pp.)**
Bernardo Vasconcelos e Sousa 453

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO | *RESEARCH NOTES*

- Lo maravilloso y lo sobrenatural en el período de emergencia del verso y la prosa literaria en castellano.**
The marvelous and the supernatural in the period of emergency of verse and literary prose in Castilian
María Eugenia Alcatena 463

Os códices iluminados de corte nos primeiros três quartéis do século XV em Portugal: propósitos, métodos e propostas de uma investigação
Illuminated court manuscripts from the first three quarters of the 15th century Portugal: goals, methods, and proposals of a research project
Catarina Martins Tibúrcio 483

Repertório Métrico do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende (Poemas de Formas Mistas)
Metric Repertoire of the Cancioneiro Geral by Garcia de Resende (Poems in Mixed Forms)
Geraldo Augusto Fernandes 505

VARIA | VARIA

***In memoriam* – Jacqueline Hamesse (1942-2023)**
In memoriam – Jacqueline Hamesse (1942-2023)
Mário Farelo 533

Para uma abordagem multi- e interdisciplinar à zooantropologia histórica: primeiras reflexões a partir do Projeto FALCO
Towards a Multidisciplinary and Interdisciplinary approach to Historical Zooanthropology: Opening considerations from the FALCO Project
Tiago Viúla de Faria 537

Os Banhos Islâmicos de Loulé e a Casa Senhorial dos Barreto: da arqueologia urbana à musealização de um sítio singular
The Islamic Baths of Loulé and the Manor House of Barreto: from urban archeology to the musealization of a unique site
Dália Paulo 547



Editorial - Para ler devagar a Idade Média

Editorial - To slowly read the Middle Ages

DOI : <https://doi.org/10.4000/medievalista.6874>

Vem a lume um novo número da *Medievalista*, numa data em que, encerrado o ano lectivo, se começam a fazer planos para um tempo de descanso, de encontros e de maiores demoras na fruição das coisas e, para muitos, na visitação de livros, ensaios ou mesmo textos mais breves que ficaram em lista de espera por causa das urgências da vida académica e profissional. São por vezes textos mais antigos, familiares, que agora se revisitam, como num diálogo com autores, personagens e lugares, que de algum modo se tornaram próximos, quase fazendo parte de quem os leu.

Em certa medida, é também esta a aproximação que se propõe em muitos dos artigos reunidos neste número, aplicada a textos e autores de geografias e de cronologias diversas, que procuraram construir uma determinada memória do passado, uma narrativa dos acontecimentos tornados mais significativos pela situação vivida por quem os organizou e redigiu, ou pelas instituições em que estes se inseriam. Longe da ingenuidade positivista que neles procurava sobretudo a identificação dos factos que, depois de situados no tempo e numa sequência de causa-efeito, permitiam uma reconstituição objectiva do passado, do que efectivamente se passou, a investigação actual, aprofundando os diálogos com outras disciplinas, da literatura e da filologia aos estudos culturais, veio mostrar a complexidade desses processos de construção da memória do passado. Em particular, a necessidade de os ler e interpretar à luz dos respectivos contextos de produção, das agendas de cada autor, mas também das

múltiplas intertextualidades a que muitas vezes apelam, ou nas quais se suportam e se legitimam. Como se esta arqueologia dos textos não dispensasse a recuperação da história destes, nem dos autores por detrás deles...

É precisamente em torno destas temáticas que se centra, desde logo, o conjunto de artigos reunidos por Graeme Dunphy e Isabel Barros Dias, dedicado ao universo das crónicas medievais. Com grande amplitude cronológica e geográfica, da Hispânia à França, à Inglaterra e à Hungria, questionam-se percursos biográficos e métodos de trabalho, distintas memórias em torno de figuras e acontecimentos, problemas na definição de géneros literários, ou mesmo na reconstituição de tradições textuais e da circulação de manuscritos. De uma forma ou de outra, todos dão conta da vitalidade desta área de trabalho nos últimos anos, e, também, da forma como neles se têm interrogado e questionado as categorias herdadas do passado.

Também Iria Gonçalves explora e contextualiza, no artigo em destaque, as notícias sobre as dificuldades sentidas pela cidade de Lisboa durante os conflitos militares entre Portugal e Castela dos finais do séc. XIV. O estudo cobre o período que vai do pesado cerco imposto à cidade por Henrique II em 1373 ao Interregno, quando os seus habitantes foram obrigados a resistir a um novo assédio, dez anos volvidos, e a viverem sob o medo de novas invectivas castelhanas, apenas travadas graças à vitória alcançada pelos portugueses em Aljubarrota. Em larga medida devedor da memória dos acontecimentos deixada por Fernão Lopes, o cronista régio ao serviço da nova dinastia de Avis, o texto explora com mestria o modo como a cidade, os seus habitantes e os poderes desta, procuraram preparar-se e resistir a tais adversidades e, ao mesmo tempo, enfrentar e exorcizar o medo suscitado pela guerra e pelo rasto de morte e destruição que esta sempre acarretava. Mas também nele se interroga o sentido que os contemporâneos davam a tais fatalidades, necessariamente ligado a uma dimensão religiosa, que as interpretava como decorrentes de uma ira divina que exigia penitência e conversão. Por isso se multiplicaram as procissões e os sermões, os rituais litúrgicos que pediam clemência e expressavam arrependimento, mas também os compromissos para erradicar os pecados – públicos ou privados – que mais atentavam contra a divindade. Desde as permanências de ritos pagãos, ou de formas de magia e de bruxaria, à persistente barregania dos clérigos, ou ao

desrespeito pelos dias de descanso impostos pela Igreja. Advinda a paz, é ainda pela celebração de missas e pela instituição de múltiplas procissões que se perpetuará a memória da vitória dos portugueses, do novo monarca e da cidade que desde cedo o apoiou.

Há outros contributos neste número igualmente organizados em torno dos textos e dos seus problemas. É o caso dos dois artigos exteriores ao número temático, ambos com incursões bem distintas. O primeiro, de Geraldo Rosolen Junior, recupera as relações diplomáticas e políticas do século VI, entre o imperador Justiniano e o rei vândalo Gelimero, a partir da troca de correspondência entre ambos, mas também da forma como esta foi lida e enquadrada pela memória que desses acontecimentos transmitiu Procópio de Cesareia na sua *História das Guerras*. Por seu lado, María Paula Castillo revisita o mundo dos primeiros textos normativos franciscanos e do complexo percurso de regularização e normalização do movimento dos frades menores, desde os textos produzidos em vida de S. Francisco – nomeadamente as chamadas 1ª e 2ª Regras e o Testamento – às constituições posteriores, no caso, as chamadas Constituições de Narbona de 1260, associadas à acção ordenadora de S. Boaventura, aliás em conformidade com a sua leitura mais “canónica” da figura do *Poverello* proposta na *Legenda Maior*. De modo particular, a autora procura estudar os diversos aspectos referentes às relações dos frades e das comunidades com o mundo exterior, às formas de controlo e regulação adoptadas e inclusive os recursos definidos para o castigo dos faltosos.

Também as Recensões abrem com a análise de outro texto memorialístico, a *Estoria del fecho de los Godos*, editada e estudada por Manuel Hijano Villegas, ora apreciada por Filipe Alves Moreira. Aí se discutem as distintas versões e testemunhos da obra, os seus eventuais contextos de produção e as relações dela com textos cronísticos ibéricos anteriores ao século XV. Nas notas de investigação, regressa-se outra vez aos textos cronísticos e à produção literária, de novo centrados no mundo ibérico: Maria Eugénia Alcatena, com uma investigação sobre o maravilhoso e o sobrenatural no período de emergência do verso e da prosa literária em castelhano; e, para o universo da produção literária da corte tardo-medieval portuguesa, os textos de Catarina Tibúrcio sobre a produção dos códices iluminados na Corte de Avis, atento

à articulação da moldura com o texto e a imagem, e o de Geraldo Augusto Fernandes sobre o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, aplicando aos poemas ditos de formas mistas, uma das suas categorias, uma metodologia de análise que tem em conta, sobretudo, os elementos que determinam a sua versificação e o esquema rimático.

Os restantes contributos trazem outras fontes, problemas e temáticas, na fidelidade, aliás, à vocação inter e multidisciplinar da revista, consagrada, de forma ampla, ao universo dos Estudos Medievais. Entre estes, os dados da arqueologia têm uma presença importante. Tanto na recensão feita à colectânea sobre a arqueologia rural altomedieval na Península Ibérica, dirigida por Sara Prata, Fabián Cuesta-Gómez e Catarina Tente, e que saiu dos primeiros *Early Medieval Countryside Archaeological Meetings*, realizados em Castelo de Vide em 2019, como na notícia trazida por Dália Paulo sobre os Banhos Islâmicos de Loulé, discutindo a origem e o significado desta estrutura, mas também os caminhos e as opções tomadas durante a musealização desse conjunto patrimonial. A muito recente classificação dos Banhos de Loulé como Monumento Nacional mostra bem a actualidade deste apontamento.

Este número inclui ainda a apreciação e a divulgação de outros trabalhos de âmbito interdisciplinar e com proposta de um novo olhar sobre velhos problemas. Desde logo, a recente obra de Daniel Baloup, *L'homme armé. Expérience de la guerre et du combat en Castille au XVe siècle*, recenseada por Bernardo Vasconcelos e Sousa e que valoriza opção do autor por uma perspectiva antropológica da guerra, indispensável para associar a cultura material às praticas guerreiras, às representações mentais e aos códigos de valores, ou ao sangue e às emoções dos combatentes. Inovadores são também os contributos trazidos pelo projecto FALCO, aqui apresentados por Tiago Viúla Faria, como seu investigador responsável, para uma abordagem inter e multidisciplinar da zooantropologia histórica.

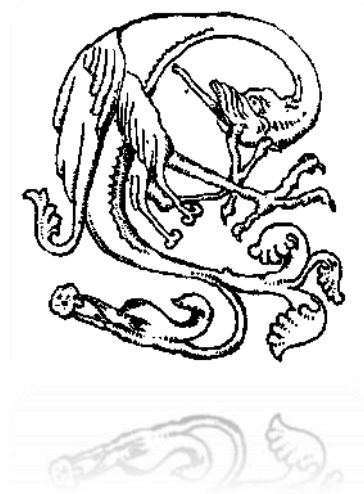
O presente número faz ainda memória e presta merecida homenagem à Professora Jacqueline Hamesse (1942-2023), pelos seus incontornáveis contributos para o conhecimento dos textos filosóficos medievais, para os quais concorria o domínio excepcional que detinha da Paleografia, da Codicologia e da Lexicografia.

São muitos, pois, os itinerários de leitura propostos. Com eles, continua-se a fazer jus à missão e propósito da *Medievalista*, não só pela abertura aos múltiplos olhares sobre a diversidade presente no mundo medieval, como pela vontade de fazer das suas páginas um *forum* de partilha dos desafiantes caminhos de investigação, das novas problemáticas e dos contextos e das cronologias mais diversas. Com este número, consolida-se igualmente a internacionalização da revista, muito graças aos autores que a procuram para a publicação de números temáticos, ou para dar a conhecer os resultados das suas investigações. Para que todos sejam lidos com vagar.

João Luís Fontes, Luís Filipe Oliveira

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FONTES, João Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe – “Editorial – Para ler devagar a Idade Média”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 7-11. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

DESTAQUE

HIGHLIGHT



MEDIEVALISTA

N.º 34 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

**No rasto da guerra:
exorcizar o medo na Lisboa de finais de Trezentos**

**In the wake of war:
exorcising fear in late 14th century Lisbon**

Iria Gonçalves

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
Centro de Estudos Históricos
1070-312 Lisboa, Portugal

Data recepção do artigo / Received for publication: 3 de Dezembro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 16 de Fevereiro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6876>

RESUMO

Nos finais do século XIV Lisboa viveu dias de grande ansiedade e sofrimento, mercê das guerras em que Portugal se encontrou envolvido com Castela, exacerbados pelo facto de se encontrar no lugar proeminente que já então era o seu. Convictos de que as desgraças que lhes aconteciam eram castigo divino pelos pecados cometidos, os cidadãos “honrados” de Lisboa elencaram os mais nefandos desses pecados, proscritos e cominados com penas pecuniárias e programada uma grande série de cerimónias religiosas em seu desagravo. O desfecho da batalha de Aljubarrota, a provar que Deus ouvira as suas preces, levou-os, como sinal do seu agradecimento, a aumentar as acções de louvor anteriormente determinadas com promessas de emenda.

Palavras-chave: Lisboa, pecados públicos, medo, angústia, cerco.

ABSTRACT

At the end of the 14th century Lisbon experienced days of great anxiety and suffering, due to the wars in which Portugal was involved with Castile, exacerbated by the fact that its already preeminent place in the realm. Convinced that the misfortunes that befell them were divine punishment for the sins committed, the "honourable" citizens of Lisbon listed the most nefarious of those sins, proscribed and punished with pecuniary penalties and a great series of religious ceremonies was planned in their favour. The outcome of the battle of Aljubarrota, proving that God had heard their prayers, led them, as sign of gratitude, to increase the actions of praise previously determined with promises of amendment.

Keywords: Lisbon, public sins, fear, anguish, siege.



Os últimos tempos tinham sido muito duros para Lisboa. Em boa verdade tinham sido muito duros para todo o reino, mas de um modo talvez diferente e sem dúvida mais violento, para Lisboa. A cidade tinha crescido em espaço, mas sobretudo em poder e riqueza e adquirira um significado sem par dentro do País. Era reconhecida, sem contestação, como a “cabeça do reino”, desempenhava já diversas funções de capitalidade e caminhava a passos seguros para se tornar, na verdade, uma capital. E isso, que envaidecia os seus moradores e de uma maneira especial os seus dirigentes, manifestou-se, na circunstância, muito em seu desfavor, trazendo-lhe maior sofrimento do que a qualquer outra cidade ou vila deste reino. Aqui, as feridas da guerra tinham sido mais largas e profundas. A cicatrização demoraria muito a ser feita.

I – As desventuras de Lisboa

1 – Um as defesas fixas, fortes mas exíguas

Lisboa nascera no cimo de um morro sobranceiro ao Tejo, num sítio ideal para nele ser implantada uma cidade que se destinasse a crescer e a prosperar¹. E Lisboa cresceu e prosperou. Desceu lá do alto e deslizou, colina abaixo, até se deter à beira-rio. E precisou proteger-se. Para isso obteve uma forte muralha que a partir lá do cimo, da cidadela, desceu depois, de um lado e do outro do casario, para se fechar ao longo de toda a área ribeirinha que, na altura, já se encontrava povoada. Era a chamada cerca moura².

¹ RIBEIRO, Orlando – “Le site et la croissance de Lisbonne”. In *Opúsculos geográficos*. Vol. V - *Temas urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 29; RIBEIRO, Orlando – “Em torno da estrutura de Lisboa”. In *Opúsculos geográficos*. Vol. V - *Temas urbanos*, p. 65.

² O traçado da chamada cerca moura é bem conhecido e desde há muito. Veja-se SILVA, A. Vieira da – *A cerca moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*. 2.^a ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939, sobretudo o mapa III, entre as pp. 58-59.

Mas Lisboa continuou a crescer e rapidamente transbordou para fora dos limites que lhe haviam sido impostos. Quando Afonso Henriques, em 1147, a cercou com o auxílio dos cruzados e conseguiu integrá-la no nascente reino português, ela tinha já saído, para Oriente, pela porta de Alfama³, mas sobretudo para Ocidente, pela porta do Ferro⁴, a criar dois arrabaldes⁵, ambos encostados à beira-rio. Bairros que continuaram a crescer, até porque as condições geográficas dos terrenos em que se implantavam eram das mais propícias. Sobretudo no que dizia respeito ao espaço que se espalhava para Ocidente, onde se foi desenvolvendo a parte mais rica, dinâmica e influente da cidade.

Após o cerco colocado por Afonso Henriques, Lisboa viveu mais de dois séculos sem voltar a ser seriamente assediada. Sofreu, é certo, vários ataques da pirataria, muçulmana e outra, infligidos a partir do “seu mar” – o Mar da Palha⁶ – e dirigidos de uma maneira especial, ao arrabalde que largamente se dilatara para Ocidente. Era aí que se iam acumulando algumas funções centrais, que se iam instalando as famílias mais proeminentes, que se abria a tão fabulosa e exaltada Rua Nova, famosa pela sua largura, pelos belos prédios que a definiam de um e outro lado, pelo luxo e requinte do comércio que aí se desenvolvia, pelas fortunas que aí se avolumavam⁷. Era, pois, este espaço, o mais lucrativo para uma expedição de pirataria, quando bem sucedida. Como dissuasor e obstáculo para estas incursões depredatórias, D. Dinis promoveu a construção da chamada muralha da Ribeira⁸.

³ A porta de Alfama situava-se sobre a actual Rua de S. João da Praça, perto de onde desemboca a travessa do Chafariz de El-Rei (SILVA, A. Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*, mapa VI e p. 163). Era a saída natural, nesse lado da cidade, para as terras mais propícias a receberem o povoamento.

⁴ A porta do Ferro situava-se no actual Largo de Santo António da Sé (SILVA, A. Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*, mapa IV, entre a pp. 100-101 e pp. 83-84).

⁵ Tanto o cruzado inglês que nos deixou memória da conquista da cidade como o autor da notícia sobre a fundação do mosteiro de S. Vicente falam na existência desses arrabaldes aquando da conquista: *A conquista de Lisboa aos mouros (De expugnatione Lyxbonensi). Relato de um cruzado*. Ed. e tradução de Aires A. Nascimento, introd. de Maria João V. Branco, 3.^a ed. Lisboa: Nova Vega, 2018; “Notícia da fundação do mosteiro de S. Vicente”. In *A conquista de Lisboa aos mouros*, ed. cit., p. 181; BRANCO, Maria João – “A conquista de Lisboa revisitada”. *Arqueologia medieval* 7 (2001), p. 221.

⁶ Assim se chamava, na Idade Média, o dilatado golfo que o Tejo abre, fronteiro a Lisboa, designação que não era única entre nós. Também, como exemplo, era por “mar” que se designava o estuário do Sado, frente a Alcácer do Sal (PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000, p. 85).

⁷ Sobre a caracterização deste espaço veja-se GONÇALVES, Iria – “Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 61-75.

⁸ Sobre o traçado deste muro pode ver-se o minucioso trabalho de SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. 2.^a ed., vols. I e II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1940-1941, mas sobretudo o mapa de final do vol. I.

É certo que este, aliás dilatado pano de muralha, foi útil para o fim a que se destinava e desempenhou galhardamente o seu papel, embora os cuidados do soberano se tivessem limitado a proteger a parte mais exposta, pois que todo o arrabalde oriental continuou desprotegido. Todavia, para um assédio em forma, um cerco com arraiais implantados ao longo de toda a superfície urbana, com homens de armas decididos a permanecer, a lutar, a esperar o tempo necessário para a tomada da cidade, aquelas muralhas eram inúteis. O que, naturalmente, ficou em sobejo provado quando do cerco estabelecido por Henrique II de Castela, a que adiante me referirei.

Só a cerca mandada construir por D. Fernando, a englobar todas as áreas já caseadas e a incluir no seu interior, como, aliás, era hábito, espaços devolutos, vários dos quais se mantiveram agricultados em hortas até bastante tarde⁹ é que trouxe alguma segurança à cidade, permitindo-lhe, ao mesmo tempo, crescer internamente e poder albergar, em caso de perigo, os moradores do termo que nela procuravam refúgio e protecção.

O que não era pequena coisa, nos tempos conturbados que então se viviam.

2 - As desgraças de um passado próximo

Como é sabido e como bastante se tem estudado entre nós, as guerras em que D. Fernando se envolveu com Castela foram em tudo desastrosas para Portugal. Não é este o momento próprio para voltar a estudá-las¹⁰ e importam aqui sobretudo as consequências que acarretaram a Lisboa, e como a cidade reagiu perante elas.

Gorados os projectos de D. Fernando, no sentido de obter para si próprio a coroa de Castela, objectivo com que lhe haviam acenado alguns nobres galegos, descontentes,

⁹ Em Lisboa, o caso do Rossio é talvez paradigmático, o que me parece ter ficado expresso em GONÇALVES, Iria - “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 23, nota 72.

¹⁰ De momento limitar-me-ei a lembrar o breve mas elucidativo trabalho de MARTINS, Armando Alberto - *Guerras fernandinas: 1369/1382*. Matosinhos - Lisboa: QuidNovi, 2008, mas adiante irei citando vários outros trabalhos e fontes, como apoio deste ensaio.

na sequência do assassinio de Pedro I, por seu irmão Henrique de Trastâmara e abandonado que estava esse objectivo, ao rei português não deve ter desagradado a proposta de aliança vinda de Inglaterra, onde, por sua vez, nasciam pretensões ao mesmo trono castelhano. Conhecidas em Castela estas negociações. Henrique II organizou o seu exército para uma entrada preventiva em Portugal, tendo desde logo, como objectivo principal, Lisboa, a qual lhe asseguravam ser a chave do reino e poder ser tomada com alguma facilidade e rapidez¹¹.

E Henrique II entrou poderosamente em Portugal, por Almeida, e quase sem desvios dirigiu-se a Lisboa¹². A entrada tinha sido bastante repentina e imprevista, o monarca português entrincheirara-se em Santarém, e Lisboa não teve condições para se preparar com vista a um assédio em forma. Aliás os lisboetas deviam esperar que na passagem do exército castelhano nas imediações de Santarém, D. Fernando se tivesse preparado para lhe tolher o passo, porque o Cronista nos diz que quando verificaram que isso não acontecia, “forom postos em muito cuidado por a gram perda que de receber entendiam”, e alguns diziam mesmo “que era bem de se juntarem todos, e hir pelleiar com el Rei de Castela aa ponte de Loiras, e alli morrerem ante assumados, que esperarem de sofrer tamanho mal como esperavom receber por sua vijnda”¹³. Era já uma atitude desesperada aquela que alguns lisboetas preconizavam.

Na verdade Lisboa apresentava-se, talvez até aos olhos dos próprios habitantes, como uma presa fácil. Sem tempo para se abastecer, com o rei aparentemente desinteressado pela sua sorte, sem uma chefia de provada eficiência e com a maior parte da sua população já estabelecida fora das muralhas – Fernão Lopes di-la “devassa e sem nenhuum muro, hu avia mais gente”¹⁴ – apareceria quase inerte aos olhares gulosos de Henrique II e do seu exército. A única defesa segura era ainda a

¹¹ Estas linhas devem muito a MARTINS, Armando Alberto – *Guerras fernandinas*, pp. 51-62.

¹² Este como os demais itinerários seguidos pelos exércitos português e castelhano em todas as operações militares levadas a efeito no desenvolvimento destas guerras, já foram publicados por vários investigadores. Pode ver-se, por exemplo, MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV de *Nova História de Portugal*. Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Ed. Presença, 1987, p. 517.

¹³ LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei dom Fernando nono rei destes reinos*. Introd. de Salvador Dias Arnaut. Porto: Civilização, 1966, cap. LXXIII, pp. 193-194.

¹⁴ LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei dom Fernando*, cap. LXXIII, p. 193.

velha cerca moura, mas os escassos dezasseis hectares que ela resguardava¹⁵ tinham-se tornado insuficientes, e desde há muito tempo, para dar guarida, sequer, à maior parte dos seus moradores. Não contando com aqueles que, do termo, aí viessem procurar refúgio.

Eram, todavia, umas fortes muralhas, estas. Quando Afonso Henriques as assediou e reiteradamente combateu, em 1147, em conjunto com os cruzados, só conseguiu danificar um dos seus panos, e se tomou a cidade foi após uma rendição negociada e não mercê de uma vitória alcançada pela força das armas, não tendo ficado a cidade arruinada nem despovoada¹⁶. E elas estavam ainda, essas muralhas, à chegada de Henrique II, perfeitamente operacionais. Porém, se dois séculos antes se mostravam já insuficientes para acolher todos quantos na cidade pretendiam fixar a sua morada – a existência dos arrabaldes atrás mencionados indicia isso mesmo¹⁷ – para mais numa época de guerra endémica como era aquela que então se vivia, o problema tinha-se, entretanto, agudizado sobremaneira. De acordo com Gérard Pradalié, no século XII a almedina seria já um espaço de construção contínua e por volta de 1210-1230 o complexo paroquial encontrava-se completamente organizado¹⁸, o que bem mostra a densidade de povoamento que já então devia suportar.

¹⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa”. In MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.) - *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)*. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 55), regista, para o conjunto da alcáçova e da almedina, 15,68h aproximadamente, aceitando aqui os cálculos de SILVA, A. Vieira da – “Os limites de Lisboa”. In *Dispersos*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 59. Eram, no entanto, já o haviam provado e voltariam, na altura, a fazê-lo, umas fortes muralhas, capazes de se tornarem um obstáculo de respeito para qualquer inimigo. Aliás, ao menos em relação ao castelo, o autor acima citado, grande conhecedor do assunto, di-lo uma das mais fortes construções militares erigidas em território português durante a Idade Média: SILVA, A. Vieira da – “A acção do castelo de Lisboa nas guerras e revoluções em Portugal”. In *Dispersos*. Vol. I, p. 144.

¹⁶ BARBOSA, Pedro Gomes – *A conquista de Lisboa – 1147 – a cidade reconquistada aos mouros*. Lisboa: Tribuna da História, 2004, pp. 63-69; BRANCO, Maria João – “A conquista de Lisboa revisitada”, pp. 217-234. Também as palavras de COELHO, António Borges – “Lisboa nos dois primeiros séculos após a “Reconquista””. *Arqueologia medieval* 7 (2001), pp. 235-242, vão no mesmo sentido.

¹⁷ É certo que muitas cidades despovoavam o circuito amuralhado para alastrarem o povoamento por campo aberto, mas isso acontecia quando os muros defensivos se limitavam a circundar a alcáçova, esta estabelecida, numerosas vezes, por razões estratégicas, em locais de difícil acesso. É certo que também com a alcáçova de Lisboa isso acontecia, mas a medina deslizava colina abaixo, por terrenos que não sendo propriamente planos, também não são avessos ao estabelecimento da população.

¹⁸ PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Trad. de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Palas Editores, 1975, pp. 38-40.

Era para este pequeno espaço que os lisboetas, à pressa e desordenadamente se lançavam, transportando todos os bens e mantimentos que podiam carregar¹⁹, aí se acogulando apertadamente e por certo disputando qualquer palmo de chão onde fosse possível colocar os pés.

Entretanto Henrique II, progredindo do Lumiar, começava a instalar o seu cerco e a fazer desfilar, perante os olhos angustiados da gente de Lisboa, o espectáculo da sua força guerreira, dos seus homens, dos seus apetrechos bélicos, também das suas riquezas. Quando, pouco tempo depois, a frota castelhana, proveniente de Sevilha, entrava no golfo do Tejo e punha em fuga os navios portugueses que aí se encontravam fundeados e fechava o cerco pelo lado do rio²⁰, restavam aos sitiados apenas duas coisas: esperar e resistir. E eles esperaram e resistiram. Esperaram vendo, impotentes e consternados, como o inimigo assolava todos os campos dos arredores, destruindo num ápice, longos anos de trabalhos árduos, alguns deles, eventualmente, fazedores dos sonhos de uma vida; assistindo, ao largo de todo o seu horizonte visual, a atropelos da mais variada ordem, ao saque, à destruição, ao incêndio de grande parte da sua cidade, da parte mais nobre e rica, ao desaparecimento das suas casas, dos bens que não haviam podido transportar consigo²¹.

Resistiram unindo-se e trabalhando em conjunto para se defender; armando-se com as armas que possuíam e procurando outras nos armazéns da cidade, ao que os próprios eclesiásticos se não conservaram alheios²²; aguentando com firmeza os inúmeros e violentos ataques castelhanos e ripostando sempre, tanto quanto podiam; postando uma vigilância, constante e atenta, para evitar mais surpresas do

¹⁹ Como nos conta LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIII, pp. 194-195.

²⁰ LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIV, pp. 197-198; MARTINS, Armando – *Guerras fernandinas*, p. 64; MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra (1367/1411)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 68-69.

²¹ Bibliografia citada na nota anterior. Veja-se também MARTINS, Miguel Gomes – “*Ficou aquela terra estragada que maravilhosamente era de ver: guerra e paisagem no Portugal medieval (1336-1400)*”. In GONÇALVES, Iria (coord.) – *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas. Actas das segundas jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, sobretudo pp. 131-132.

²² Diz-nos Fernão LOPES (*Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIII, p. 194) que no aperto da chegada de Henrique II a Lisboa “começaram clérigos e frades de se ir ao Almazem del Rei e armarem-se todos das armas que hi achavam”. Aliás, deste armazém de Lisboa já haviam saído armas para outros lugares, no âmbito destas guerras com Castela (*Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. XXXVI, p. 97). Veja-se também MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média*. Viseu: Palimage, 2001, p. 24.

que aquelas que o próprio assédio lhes trouxera²³; mobilizando todos, num esforço em absoluto colectivo – que incluía mulheres e crianças – dando cada um o contributo que as suas forças lhe permitiam²⁴. Mas resistindo, sobretudo, às condições infra-humanas em que se encontravam.

A massa humana era tão compacta dentro das muralhas, que qualquer pedregulho para aí atirado pelos quatro engenhos que guarneciam o cerco era susceptível de matar alguém²⁵. Gente amontoada, a maior parte dela sem abrigo, sem o mínimo de condições de vida, num Inverno ainda não terminado e que, se em Lisboa não costuma ser muito agreste, não deixa, no entanto, de ser Inverno; sem poderem escoar as imundices dia a dia produzidas a não ser em locais muito próximos das muralhas e que, portanto, deviam transformar a cidade num local nauseabundo em extremo²⁶, com as consequências, nomeadamente, em termos de saúde pública, que uma situação daquelas pode sempre acarretar; mas, sobretudo, com fome, uma fome

²³ É um pouco difícil de entender esta surpresa, mas também difícil de negar, ou, sequer, de esquecer, ao lermos as palavras do Cronista quando nos diz que “tam maaos lhe era de creer que el Rei dom Henrique chegasse a Lisboa, que ja suas gentes eram no Lumear, huuma legoa da çidade, entravom pellos olivaaes e vinhas darredor, e ainda alguuns dovidavam que a elle vehesse çercar” (LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIII, p. 194). Aliás diz o mesmo acerca das populações assoladas ao longo do percurso do exército (LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIII, p. 193).

²⁴ As acções desenvolvidas durante este cerco, narradas por Fernão Lopes e por outros cronistas e glosadas por numerosos investigadores, tema que não cabe, no âmbito deste trabalho, retomar, podem ver-se em LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIII e seguintes e entre os investigadores de hoje, MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra*, pp. 68-69 ou MARTINS, Armando – *Guerras fernandinas*, pp. 63-66.

²⁵ Mais uma vez o Cronista: Henrique II “hordenou de mandar poer quatro emgenhos, que tirassem demtro a pedra perdida, e porque as gentes eram mujtas demtro que matariam tantas dellas...” (LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXX, p. 210).

²⁶ É certo que nas cidades medievais se estava habituado aos cheiros nauseabundos e a outros inconvenientes que hoje se nos apresentariam como insuportáveis. Para Lisboa veja-se o que seriam estas condições num período de vida normal e já dentro de umas muralhas imensamente alargadas, em GONÇALVES, Iria – “Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 80-86. Panorama semelhante se tem encontrado na generalidade das cidades da época, como já diversos investigadores têm verificado. Como exemplos, entre muitos outros, podem ver-se: LEGUAY, Jean-Pierre – “La laideur de la rue polluée à la fin du Moyen Âge. “Immondicités, fiens et bouillons” accumulés sur les chaussées des villes du royaume de France et des grands fiefs au XV^{ème} siècle”. In *Le beau et le laid au Moyen Âge. Colloque du CUERMA*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de la Provence, 2000, pp. 299-318; CARMONA, Juan Ignacio – *Crónica urbana del malvivir (s. XIV-XVII). Insalubridad, desamparo y hambre en Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000, pp. 46-69; LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España medieval. Introducción a su estudio*. Madrid: Dykinson, 2010, sobretudo pp. 51-52. Porém, em circunstâncias tão anormais como aquelas que se estavam vivendo em Lisboa, tudo ultrapassaria todos os limites.

que se ia agudizando com o passar do tempo e com a drástica diminuição que os alimentos iam sofrendo. Alimentos que nem sequer deviam ser muitos à partida, uma vez que a cidade não se prevenira para a situação que estava vivendo. Alimentos cuja falta já começara a causar a mortandade entre os mais desmunidos e os mais débeis.

Mas Lisboa resistia. E quando tudo parecia ter chegado a um ponto de eminente ruptura, com a mediação da Santa Sé foram estabelecidos acordos que levaram Henrique II a levantar o cerco.

Para os desesperados lisboetas, sabedores ou não do que lá fora se passava, o facto deve ter soado a milagre e os gritos de júbilo devem ter deslizado por todas aquelas ruas estreitas e tortuosas. E os agradecimentos a Deus também, como não podia deixar de ser, numa época em que se aceitava, com toda a simplicidade, a intervenção divina nas coisas terrenas, mormente quando essas coisas eram grandes e fugiam às limitadas capacidades das forças humanas. Como era o caso do que acabara de acontecer.

O cerco não fora longo. Contou um mês, entre a chegada de Henrique II a 23 de Fevereiro de 1373²⁷ e o pregão das pazes tratadas entre os dois soberanos, a 24 de Março seguinte²⁸, mas a cidade ficara em grande parte destruída, o fogo lavrara livremente nos seus bairros não amuralhados, a pilhagem não poupou aí coisa alguma; muita gente morrera e muita outra ficara com indeléveis feridas ou perdera todos os seus recursos.

A cidade podia, é certo, respirar, aliviada que fora de uma grande pressão. Mas por pouco tempo. De acordo com o tratado anteriormente estabelecido com a Inglaterra, D. Fernando esperava, havia tempo, um contingente de homens daí provenientes e a sua aparente inércia, face ao eminente cerco de Lisboa, teria a ver com essa espera. Mas eles chegaram, finalmente, esses aliados, sob o comando do conde de Cambridge, que se lançaram sobre o nosso País como exército invasor em terra

²⁷ LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIII, p. 195.

²⁸ LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXXII, p. 218.

inimiga, destruindo, roubando, violando, matando, praticando os crimes mais nefandos e muitos deles em absoluto gratuitos²⁹, sem que o rei de Portugal e o conde inglês parecessem mostrar interesse em corrigi-los³⁰. Perante esta situação, a ultrapassar o insuportável, os portugueses, sabendo embora que eles tinham sido chamados pelo seu soberano e não se atrevendo, por isso, a responder na mesma medida, começavam, no entanto, a fazer justiça pelas suas próprias mãos, matando “mujtos delles escusamente, de guisa que per sua maa hordenamça pereçerom tantos que nom tornarom depois pera sua terra as duas partes delles”³¹.

Claro que estas atitudes de exército invasor tomadas pelos soldados “amigos” que de Inglaterra nos mandavam, manifestavam-se em todos os lugares para onde se dirigiam e estacionavam. Deste modo, grande parte do Alentejo sofreu horrores às suas mãos, mas muitos aí ficaram. Para sempre. No entanto, Lisboa e os seus arredores, pela centralidade do lugar, porque aí eles eram mais numerosos, os roubos, os crimes, os atropelos de toda a ordem foram mais e também mais acrescidos.

Saídos de uma situação extrema, os lisboetas viam-se envolvidos numa outra que sobremaneira contribuía para agravar os seus padecimentos e dificultar a recuperação de que eles se encontravam tão carecidos. E a guerra estava longe de apresentar um fim à vista, sendo que a mesma chegada dos ingleses indiciava, pelo contrário, o seu recrudescimento.

²⁹ Como, possivelmente entre outros dos quais não nos restou memória, o daquele menino, ainda bebé que foi cortado ao meio com uma espada, nos braços da própria mãe. LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. CXXXII, p. 368.

³⁰ LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. CXXXII, pp. 367-369. Vejam-se também as palavras incisivas e impressionantes que aquele episódio mereceu a DUARTE, Luís Miguel – *Aljubarrota: crónica dos anos de brasa. 1383-1389*. Matosinhos-Lisboa: QuidNovi, 2007, p. 22.

³¹ LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. CXXXII, p. 369. Aliás para o Cronista, ao redigir esta obra e de acordo com Isabel Sabido FERREIRA (“Ingleses e castelhanos (Crónica de D. Fernando)”. In AMADO, Teresa (coord.) – *A guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, p. 467), a existir uma imagem claramente negativa do inimigo, ela é sem dúvida a dos ingleses. Mesmo um autor espanhol deixou reconhecido há alguns anos que essas forças inglesas foram “más destructivas de lo suportable” e “insufribles para la población portuguesa” (ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “La internacionalización de los conflictos”. In ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.) – *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2002, p. 691).

Felizmente o projecto das novas muralhas de Lisboa, gizado já em 1369³² mas só mais tarde iniciado, ia avançar³³. É certo que muito trabalho e muito dinheiro ele iria exigir, porque precisava de ser uma obra grande e robusta. E muito desse trabalho e muito desse dinheiro iam sair dos corpos e dos haveres dos depauperados lisboetas, já tão exauridos e tão massacrados. Todavia, em contrapartida, a cidade ia ficar segura, bem protegida e, em caso de necessidade, poderia dar guarida não só aos moradores, mas também a contingentes de homens de armas que viessem auxiliar a sua defesa e aos refugiados do termo ou, eventualmente, de mais longe.

E em breve essas muralhas iriam mostrar o quão úteis e eficazes se podiam tornar.

Após a morte de D. Fernando e dos tumultos que se seguiram em algumas das principais cidades aquando do lançamento do pregão por D. Beatriz como rainha de Portugal; após o enorme alvoroço em que Lisboa mergulhou, seguido por grandes desacatos – de que o “assassínio” do bispo e do seu acompanhante de momento foram talvez os mais cruéis – que se seguiu à morte do conde galego João Fernandes Andeiro, o maior apoio da rainha viúva, Leonor Teles, sabia-se que o rei de Castela, na altura já João I, rei marido daquela Beatriz que não era aceite como rainha de Portugal, em diversas cidades, iria entrar aqui, não como um monarca consorte, acompanhando a sua rainha, nas terras que por herança lhe deviam pertencer, mas como um soberano estrangeiro e hostil, à testa de um exército invasor com intentos de conquista. Para mais sabia-se, na cidade, “como el Rei de Castella se viinha chegando ao rregno” e na aflição do momento, “o comum poboo liure”, considerando não só inútil, mas antes prejudicial, apelar para a rainha mãe, refugiada em Alenquer, uma das vilas do seu senhorio, voltou-se para o Mestre de Avis, D. João, filho, embora bastardo, de D. Pedro, pedindo-lhe “por merçee que se chamasse Regedor e Defensor do rregno”³⁴.

³² Veja-se, por exemplo, TAVARES, Maria José Ferro – *Fernando e Leonor: um reinado (mal)dito*. Lisboa: Chiado Editora, 2013, p. 186.

³³ Foi a chamada muralha fernandina, cujo traçado se pode ver minuciosamente descrito por SILVA, A. Vieira da – *A cerca fernandina de Lisboa*. Vols. I e II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1948-1949, sobretudo os mapas que acompanham a obra.

³⁴ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Pref. por António Sérgio, ed. por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Porto: Civilização, s. d., vol. I, cap. XXVI, pp. 52-54.

Caso inédito e de consequências imprevisíveis que não alarmaria o rei castelhano, mas que também o não faria adiar a sua entrada em Portugal. Sabia-se aqui, desde finais de 1383 que essa entrada estava decidida e por certo não demoraria³⁵.

Demorou ainda uns meses e, por isso, desta vez, Lisboa, dentro das suas muralhas de fresca data e prontas a receber o seu “baptismo de fogo”, teve tempo para se preparar. E preparou-se.

Na eminência de um cerco e antes que ele se concretizasse, convinha tomar muitas providências e não descurar qualquer pormenor. Na defesa de uma praça importava, em primeiro lugar, recolher dentro das muralhas, para lá dos homens de armas necessários a essa mesma defesa, bem como dos seus moradores e habitantes do termo, o máximo possível de alimentos, sobretudo o pão, o vinho e a carne, aqueles que a Idade Média mais apreciava e que podiam, sobretudo o primeiro e havendo para isso tempo, ir procurar-se, mesmo longe. Em absoluto necessárias eram também a água – que devia fazer-se tudo para assegurar que não faltasse – e a lenha, indispensável para a confecção dos alimentos, e em especial do pão. Deviam verificar-se todas as estruturas fixas de defesa e reparar-se qualquer rombo que nelas existisse. Lisboa, na altura, não precisaria de reparações, mas pelo menos parte da barbã foi construída na eminência e mesmo durante este cerco³⁶.

Havia que organizar uma vigilância ininterrupta em todo o perímetro da muralha, guardar sobretudo as portas, os seus pontos mais frágeis, numa vigilância dia e noite bem atenta, prevenir tudo, gerir tudo, em especial as armas e os mantimentos³⁷. Quanto às primeiras, a maioria dos homens da época possuía armas. Naturalmente assim acontecia com os fidalgos que coordenavam as operações de defesa e as surtidas para medir forças com os inimigos e a par deles os homens de armas que constituíam as suas mesnadas e outros ainda, nomeadamente as milícias concelhias. Mas de uma maneira geral também o povo comum as possuía e a maior parte dos

³⁵ MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra*, p. 93.

³⁶ MONTEIRO, João Gouveia – “Estratégia e tática militares”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Vol. I. Coord. José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, p. 227.

³⁷ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CXV, pp. 222-226. Pode ver-se também MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Ed. Notícias, 1998, p. 334.

homens tinha uma espada e uma lança³⁸. Não seriam tão eficazes como os equipamentos dos homens de armas, mas eram, quando menos, de alguma utilidade. No entanto aí estavam os arsenais régios – onde, durante todo o cerco trabalhavam os armeiros³⁹ – para fornecerem armas a quem delas carecesse, e entre esses estariam, por certo, os eclesiásticos, que também nessa circunstância se armaram, de maneira especial os trinitários⁴⁰. Não faltava, sequer, nesses preparativos, uma farmácia de campanha, apetrechada com “camas e ovos e estopas e lemçoões velhos para romper; e çelorgiam⁴¹ e triaga e outras neçessarias cousas pera pemssamento dos feridos quamdo tornavam das escaramuças”⁴².

Alguns desses lençóis velhos e eventualmente estopas mal tratadas estariam, talvez, na origem de algumas feridas gangrenadas que aqueles soldados tivessem sofrido⁴³. Só que, na altura, seria esse um pensamento de todo anacrónico.

Porém, não eram só os homens, munidos de qualquer arma, que participavam na defesa da cidade. Tal como no anterior assédio, todo o povo, armado ou inerme, participava, cada um dentro e de acordo com as suas capacidades. Até as raparigas, como nos conta o Cronista, enquanto apanhavam pedras nos arredores, que serviam depois de projecteis contra os sitiantes, escarneciam da hoste inimiga com canções feitas a propósito, que cantavam a altas vozes⁴⁴.

Assim seria, ao menos no que diz respeito aos cantares, durante os primeiros meses do cerco, enquanto as condições, dentro das muralhas, não tinham começado ainda

³⁸ Assim o diz DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1999, pp. 91 e seg.

³⁹ MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média*, p. 24. Veja-se também MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro: o cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio, 2006, p. 57.

⁴⁰ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. XCV, p. 224.

⁴¹ Na altura, cirurgiões e boticários – que no arraial castelhano eram em avultado número (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. XCV, p. 220) – eram já figuras esperadas em qualquer cenário bélico, como nos diz MOUNIER-KUHN, Alain – *Chirurgie de guerre: le cas du Moyen Âge*. Paris: Economica, 2006, pp. 97 e seg.

⁴² LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. XCV, p. 224.

⁴³ MOUNIER-KUHN, Alain – *Chirurgie de guerre*, pp. 183-184.

⁴⁴ É ainda e sempre o Cronista que nos dá este tipo de informações: LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. XCV, p. 225.

a agravar-se demasiado. Mais tarde talvez já não houvesse ânimo para isso. Nem forças.

Todavia a própria pressão que acompanhava a chegada de uma hoste invasora, o longo e demorado desfile das tropas que iam chegando e tomando as suas posições ao redor da cidade, a exibição de todo o material bélico – armas pessoais e engenhos pirobalísticos e neurobalísticos – todo um ferramental necessário para a construção de outros engenhos que iam nascer e formar-se perante os olhares impotentes dos sitiados era já sem dúvida grande e também sem dúvida aproveitada ao máximo pelos sitiados. O mesmo acontecia com as destruições de todo o género perpetradas nos arredores, à vista de todos, conscientes da sua impotência para evitar ou, sequer, minimizar os atropelos que estavam a ser cometidos⁴⁵. No caso de Lisboa havia ainda que contar, como instrumento de pressão, e não dos menores, com a frota que se posicionava a bloquear o Tejo, completando o cerco. O que parece não terem os castelhanos conseguido torná-lo estanque, na medida em que sempre puderam circular alguns barcos no golfo do rio, trazendo, inclusive, mantimentos⁴⁶.

Depois a longa espera que não se sabia como e quando iria terminar; depois a sensação de sufoco provocada pelo encerramento, tão demorado, dentro daqueles muros; depois os ataques levados a cabo pelos sitiados, de que resultavam mortos e feridos; a vigilância sem desfalecimento, que não podia ignorar nenhum palmo do circuito amuralhado; os alertas que podiam soar a qualquer hora do dia ou da noite, que se repercutiam pelos ares como a trombeta do Anjo do Extermínio. E talvez mais do que tudo, o agravamento da degradação das condições psicológicas e físicas de toda aquela gente. Tão longamente encerrada num espaço que cada vez mais se deteriorava, com os alimentos a precisarem ser cada vez mais criteriosa e parcimoniosamente consumidos, onde várias famílias começavam a não ter reservas, onde a inflação era cada vez mais galopante e onde, mesmo por altíssimos preços, nada ou quase nada aparecia à venda.

⁴⁵ Veja-se, sobre este ponto, MONTEIRO, João Gouveia – “Estratégia e táctica militares”, pp. 226-227.

⁴⁶ MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro*, p. 55.

Neste cerco que Lisboa tão prolongadamente sofreu, com confrontos em terra e sobre as águas do Tejo⁴⁷, com ataques repetidos e até ameaças de traição, a fome foi o inimigo mais temível e o que maior número de vítimas causou⁴⁸.

O Cronista – sempre ele – pinta-nos o quadro com as cores mais sombrias: na cidade “nom avia trigo pera vender, e se o avia, era mui pouco e tam caro que as pobres gentes nom podiam chegar a elle [...] e padeçiam mui apertadamente [...] e começaram de comer pam de bagaço dazeitona, e dos queyjos das mallvas e rraizes dervas e doutras desacostumadas cousas, pouco amigas da natureza [...] e começaram de comer as carnes das bestas, e nom soamente os pobres e mimguados, mas grãdes pessoas da cidade”. E o desfilar de infortúnios continua com os meninos de três e quatro anos esmolando pelo amor de Deus, pois seus pais não tinham que lhes dar “senom lagrimas que com elles choravam que era triste cousa de ver”. Por isso alguns fugiam daqueles muros por sua livre vontade, dirigindo-se ao arraial castelhano, “queremdo amte de todo ser cativos, que assi pereçerem morremdo de fame”. E chegou-se mesmo à expulsão das gentes consideradas inúteis para a defesa da praça: os judeus, as prostitutas, as famílias mais pobres que já tinham esgotado todas as suas reservas alimentares⁴⁹.

No arraial castelhano, por sua vez, nada faltava. Era regularmente abastecido por mar e o amplo aro de vilas à volta de Lisboa – Santarém, Torres Vedras, Torres Novas, Alenquer, Óbidos, Atouguia, Sintra – todas elas em mãos, ao tempo, inimigas, pelo menos as das suas guarnições – assegurava também a vinda de mantimentos

⁴⁷ Durante este período de lutas com Castela sempre que se projectavam acções militares sobre Lisboa, nunca era esquecida a importância do Tejo para a cidade e por isso sempre uma esquadra era enviada a bloquear-lhe os acessos por mar, controlando toda a frente ribeirinha com os inevitáveis confrontos que do facto advinham. Sobre este assunto pode ver-se MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino – *Batalhas e combates da marinha portuguesa*. Vol. I - 1139-1521. Lisboa: Sá da Costa, 1989, pp. 37-44 e para estas, travadas em 1384, pp. 38-42 e também DUARTE, Luís Miguel – “A marinha de guerra portuguesa”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Vol. I. Coord. por José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, p. 333 e seg. Inclusivamente, entre os dois cercos ocorridos nesta conjuntura – 1373 e 1384 – foram várias as ocasiões em que a frente ribeirinha de Lisboa se encontrou bloqueada pelas esquadras castelhanas: MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra*, pp. 69-70.

⁴⁸ Miguel Gomes MARTINS (*Lisboa e a guerra*, p. 95) pensa mesmo que foi a fome, grassando em Lisboa durante este cerco de 1384, que maior número de vítimas mortais terá feito em Lisboa, durante todo o período destas guerras com Castela.

⁴⁹ Veja-se o desfilar de todas estas desgraças na magnífica prosa de LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CXLVIII, pp. 305-309.

por terra. Não contando com aqueles que os soldados saqueavam num enorme circuito em torno de Lisboa, onde nada restou incólume. E não era apenas dos bens essenciais que a hoste castelhana se encontrava bem abastecida. Nada ali faltava, não só de mantimentos, “mas especiarias de muitas e desvairadas maneiras” e igualmente “comfeitos e açucares e comservas [...] em muita fartura”. E Fernão Lopes acrescenta que até “agua rrosada e outras destilladas aguas de que os viçosos homeês husam no tempo da paz, todo se alli achava”⁵⁰. Era o requinte máximo.

E era, por outro lado e noutra perspectiva, o contraste máximo entre as condições daqueles que cercavam e dos que se encontravam cercados. Na verdade, a abastança e requinte do exército inimigo, à vista dos esfaimados lisboetas contribuía, sem dúvida, para exacerbar os seus sofrimentos, tornando ainda mais atrozes as condições em que se encontravam⁵¹. Só um aspecto lhes era favorável: a peste, que há tempo grassava entre as gentes do arraial inimigo e a tripulação dos navios que completavam, por água, o encerramento da cidade e tantas vítimas diariamente causava, não entrara as portas de Lisboa. Facto que não deixaria de ser entendido, talvez de um lado e do outro, como obra divina. E que, a ser assim, traria algum alento para o interior da cidade.

Foi este um assédio duríssimo e que causou grandes sofrimentos àqueles que o suportaram, em muitos casos sofrimento até à morte, como atrás já ficou lembrado. Aliás os investigadores que com maior ou menor desenvolvimento têm estudado este cerco – e foram já muitos⁵² – todos o reconhecem. João Gouveia Monteiro chamou-lhe apenas “cerco duro”⁵³, mas outros autores manifestam-se com maior expressividade. Armando Martins classificou-o de “pavoroso assédio”⁵⁴; Miguel

⁵⁰ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, cap. CXIV, p. 220.

⁵¹ Veja-se, nesta perspectiva, CATARINO, Maria Manuela – “A fome e a abundância: Lisboa cercada na prosa de Fernão Lopes”. In *A nova Lisboa medieval. Actas do I Encontro*. Lisboa: Ed. Colibri, 2005, pp. 115-120.

⁵² Quem estudou este cerco de 1384 com maior profundidade, tendo-lhe dedicado todo um livro, foi MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro*. No entanto é indispensável, penso, a leitura de Fernão Lopes.

⁵³ MONTEIRO, João Gouveia – “As campanhas que fizeram história”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Vol. I. Coord. José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, p. 264.

⁵⁴ MARTINS, Armando Alberto – *D. Beatriz, a princesa enjeitada (1373-1420)*. Vila do Conde: QuidNovi, 2011, p. 10.

Gomes Martins falou em “estado de desespero”⁵⁵, em “atitude desesperada”⁵⁶; Luís Miguel Duarte em “terrível agonia”⁵⁷ e até um autor espanhol, Emílio Mitre, falou na “árdua resistência” dos lisboetas⁵⁸. Foi, efectivamente, um longo e sofrido assédio, que esteve muitíssimo perto de atingir o ponto de ruptura, dando origem ao “desespero; à agonia” a que os autores acima se referiram.

Mas os lisboetas resistiram e lutaram. Lutaram à ultrança nos últimos tempos do cerco, quando os castelhanos lutavam, também por certo com desespero, contra a peste que dizimava o seu arraial e sobretudo quando ela provocou aquele tremendo susto que foi o abeirar-se de D. Beatriz, a rainha cuja morte invalidaria todas as pretensões do marido ao trono português. Perante tal ameaça, a única coisa a fazer era levantar o cerco e partir, a proporcionar à pequena rainha de Castela todos os cuidados médicos possíveis, em lugar menos perigoso do que aquele em que se encontravam.

Naturalmente que os defensores rejubilaram com o levantamento do cerco, não obstante a frota inimiga ter continuado fundeada no Tejo, a impedir o normal abastecimento da cidade por mar⁵⁹, e o aro de povoações que rodeavam Lisboa e haviam tomado voz por D. Beatriz, que é como quem diz, por Castela e cujas guarnições o rei estrangeiro reforçara⁶⁰, continuarem a desempenhar o mesmo papel, desta vez pelo lado de terra⁶¹. Nestas condições, com todo o território à sua volta destruído e pilhado, Lisboa continuava desabastecida e sem poder alimentar capazmente os seus moradores. Durante algum tempo, por certo ainda longo. No entanto era mais fácil fazer chegar alimentos e o desaparecimento da pressão, física e psicológica, proveniente do facto de ter o inimigo à porta, para mais numa estadia

⁵⁵ MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro*, p. 96.

⁵⁶ MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra*, p. 72.

⁵⁷ DUARTE, Luís Miguel – *Aljubarrota: crónica dos anos de brasa*, p. 67.

⁵⁸ MITRE FERNÁNDEZ, Emílio – *Desprecio del mundo y alegría de vivir en la Edad Media*. Madrid: Editorial Trotta, 2017, p. 99. E a lista de autores e obras podia alargar-se.

⁵⁹ MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota, 1385: a batalha real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003, p. 27; MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro*, p. 101. O Cronista diz-nos que a frota ocupava toda a frente ribeirinha de Lisboa, desde Cata que Farás, a Ocidente, até à porta da Cruz, a Oriente, unidas as galés castelhanas umas às outras por grosso calabre, de modo que não era possível passar por entre elas (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CXIV, p. 221).

⁶⁰ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, cap. CLV, pp. 328-331.

⁶¹ MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro*, p. 101.

tão prolongada como aquela fora⁶², fazia toda a diferença. E também o fazia, claro, a saída de quantos se haviam introduzido na cidade apenas para sua própria segurança e daqueles que tinham vindo para reforçar os efectivos de defesa, caso dos homens de armas chegados na frota proveniente do Porto.

Fosse como fosse e ainda que inimigos continuassem rondando por perto, Lisboa sentia-se liberta da maior parte do peso que até aí a oprimira. E, para mais, a libertação chegara de uma maneira tão providencial que não havia forma de a explicar humanamente, se é que os lisboetas queriam dar-lhe essa explicação. Na verdade, sabia-se que o anterior cerco, durante o governo de D. Fernando, fora devastador, é certo, mas, para além de não ter causado o mesmo sofrimento, fora levantado após negociações em que intervieram a Santa Sé. Este, porém, que Deus permitira que ultrapassasse os limites do tolerável, mas que no último momento terminara, ao menos na sua parte mais sufocante, por motivos que nada tinham a ver com a acção humana, esse era diferente: a cidade fora castigada pelos seus pecados⁶³, mas Deus amerceara-se dela e libertara-a no último momento.

Duas coisas havia a fazer: agradecer as benesses já recebidas e tornarem-se todos dignos dos favores divinos.

O mais urgente, todavia, era render graças. Por isso, no dia seguinte ao levantamento do cerco, uma grande procissão em que todos se incorporaram descalços, incluindo o bispo, D. João Escudeiro, partiu da Sé com destino ao mosteiro da Trindade, acompanhando o Corpo de Deus, que o prelado transportava. Aí, um longo sermão, proferido por um franciscano, Mestre Rodrigo de Sintra, “letrado em theolesia”, terminou com missa e regresso à Sé, sempre acompanhando o Corpo de Deus⁶⁴. Acção de graças em postura de humildade e penitência – caminhando descalços – postura assumida por todos os participantes, incluindo os mais proeminentes, com

⁶² Fernão Lopes fez questão de nos explicar que, se contarmos o tempo somente a partir da chegada de Juan I ao Lumiar, o cerco durou quatro meses e vinte e sete dias, mas se pensarmos que o mestre de Santiago e outros, com muitas gentes, começaram a fazer cerco pela comarca antes que o rei viesse, então, o assédio durou sete meses (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CL, pp. 314-315).

⁶³ Adiante voltarei a este assunto.

⁶⁴ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CLI, p. 315.

conotações franciscanas⁶⁵. E, sintomaticamente, também foi um franciscano quem proferiu o sermão, como atrás ficou lembrado.

Procissão, sermão, a Hóstia consagrada largamente exposta à vista e adoração dos fiéis, as três formas de culto que a Idade Média mais prezou e nunca faltavam, quer em momentos da aflição, quer como agradecimento por benesses recebidas do Céu⁶⁶.

Lisboa encontrava-se exaurida, maltratada, carregada de feridas de todo o tipo, tanto na sua estrutura física como nos seus moradores – nos corpos e nas mentes dos seus moradores. Dois terríveis cercos, ambos duríssimos, num curto espaço de tempo; destruições violentas ocorridas em todo o seu termo, que, para mais, continuariam a ocorrer a partir daquelas vilas que a rodeavam e mantinham voz por Castela. E não podia ter deixado de haver ainda uma lembrança muito nítida e actuante de dois outros flagelos ocorridos poucos anos antes do primeiro cerco: aquele grande incêndio que destruíra a Rua da Ferraria e grande parte da Rua Nova, seguido por um terrível furacão que desmantelara várias naus que se armavam no porto da cidade, que destelhou casas, que arrancou árvores e não poupou sequer a Sé catedral, onde causou alguns estragos⁶⁷.

Eram demasiados desastres para uma só cidade. Em época impressionável como esta de finais da Idade Média, em que todos estes acontecimentos podiam considerar-se terem causas obscuras, a ultrapassarem a esfera das coisas humanas e terrestres, a sua acumulação era qualquer coisa de demolidor. Seria preciso muito tempo e muito trabalho para cicatrizar todas as feridas.

Mas não houve tempo. Outros males se perfilavam no horizonte e se aproximavam a passos rápidos.

⁶⁵ VENTURA, Margarida Garcez – *O Messias de Lisboa: um estudo de mitologia política (1383-1415)*. Lisboa: Cosmos, 1992, p. 63. Maria Helena da Cruz COELHO (*D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 53) acentua as interpretações apocalípticas e milenaristas, tanto em voga na época, que todos estes acontecimentos devem ter provocado na imaginação do povo comum.

⁶⁶ Desenvolverei este assunto mais adiante.

⁶⁷ LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. XXXIX, p. 104.

3 – Negras previsões para o futuro imediato

Embora Lisboa tivesse rejubilado com a retirada de D. João de Castela dos seus arredores, sabia que essa partida estava longe de ser definitiva. Não só deixava a esquadra no Tejo, a marcar a sua presença indesejada e a controlar todos os movimentos que ocorriam em terra, como o levantamento do cerco não significara uma derrota, mas apenas uma pausa para curar as feridas deixadas pela peste e reorganizar o exército, desfalcado pelas baixas que a doença tinha provocado. Nem sequer a retirada da frota algum tempo depois, em vista das mortes que a peste nela continuava a causar, era de molde a sossegar os lisboetas. Aliás era do consenso geral que a guerra iria continuar e seria uma dura tarefa.

Com efeito, pouco tempo depois uma nova esquadra inimiga vinha substituir a anterior, posicionando-se frente à cidade, a controlar toda a sua área ribeirinha. Era o primeiro sinal do novo perigo que se aproximava.

Quando aqui se soube que um grande exército castelhano já tinha entrado em Portugal, mais uma vez, como o anterior, pela estrada da Beira⁶⁸, agora proveniente de Cidade Rodrigo⁶⁹, em Lisboa, o medo devia ter-se instalado em todos os seus recantos. O exército que aí vinha era numeroso e bem apetrechado. Marchava numa coluna de cerca de cinquenta quilómetros de extensão⁷⁰, acompanhada por uma imensa carriagem e integrava contingentes gascões⁷¹, bem treinados e experimentados nas lutas em que há já tanto tempo se enfrentavam franceses e ingleses.

Nada disto podia ser tranquilizador. Para mais, Lisboa sofrera nos últimos tempos, como ficou dito, tantos desastres arrasadores, que deixaram os seus habitantes

⁶⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, mapa da p. 531; MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota – 1385 – a batalha real*, p. 80.

⁶⁹ MONTEIRO, João Gouveia – “As campanhas que fizeram história”, p. 273.

⁷⁰ MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro*, p. 101.

⁷¹ Veja-se MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota – 1385 – a batalha real*, p. 29.

debilitados, assim nos corpos como nas mentes e não houvera ainda tempo nem condições para se refazerem nem das feridas físicas nem das psicológicas⁷².

E o exército inimigo progredia no seu caminho, numa marcha que não podia ser muito rápida devido ao comprimento da coluna militar, mas sobretudo à extensa carriagem que ocupava, como era de regra, a sua parte central. Dias e dias de angústia para os lisboetas, que sabiam ser o alvo que estava no ponto de mira do rei castelhano. Não havia outro, até porque outros que houvesse dependiam deste.

Lisboa era a incontestável e incontestada “cabeça do reino”. Já atrás ficou lembrado. Já diversos investigadores o repetiram, incluindo eu própria, em anteriores ocasiões. Mas havia mais. Num país pobre e fracamente urbanizado como Portugal, essa “cabeça” contava de forma superlativa, tanto sob o ponto de vista prático e actuante, como sob os aspectos do imaginário e do simbólico. Só assim se compreende que fosse do consenso comum que a posse de Lisboa significava a posse do País⁷³. O que tem vindo a ser repetido por quase todos os investigadores que se têm preocupado com este assunto, sobretudo a partir do que ficou dito por Fernão Lopes em vários dos seus textos sobre D. Fernando e D. João I, pela boca de alguns dos personagens que põe em cena. Mas muita outra documentação de variado tipo deixa isso mesmo expresso, em alguns casos com bastante clareza⁷⁴. Poderei

⁷² Penso que se encontram aqui bem visíveis as feridas que a guerra pode causar entre as populações não combatentes, homens e mulheres de paz, sobretudo crianças, contudo envolvidos em violências cujas causas, muitas vezes, nem sequer conhecem. É certo que durante a Idade Média, a Igreja e mais tarde os poderes civis tentaram colocar alguns travões a essas violências, mas os resultados obtidos nunca foram muito grandes. Haja em vista os atropelos aqui causados pelos ingleses durante esta conjuntura, o que já atrás ficou referido. Sobre estes pontos é interessante o trabalho de ALLMAND, Christopher – “La guerra y los no combatientes en la Edad Media”. In KEEN, Maurice (ed.) – *Historia de la guerra en la Edad Media*. Trad. de Asunción Rodríguez Guzmán. Madrid: Antonio Machado, 2005, pp. 323-346.

⁷³ Por isso, num já antigo dizer, Gustavo de Matos SEQUEIRA (“A epopeia de Lisboa”. In SEQUEIRA, Gustavo de Matos (dir.) – *Lisboa, oito séculos de história*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p. 202) chamou-lhe “vida e coração deste reino”.

⁷⁴ Entre outros poderei indicar os seguintes documentos: *Rey de Portugall e do Algarve, senhor de Çepta. Livros I e II de D. João I (1384-1433)*. Introdução, transcrição e índices de Miguel Gomes Martins. [Lisboa]: Câmara Municipal de Lisboa, 2010, doc. 1, pp. 14-16; doc. 3, p. 27; doc. 4, p. 29; docs. 7-10, pp. 37-45; *Livro dos Pregos*. Transcrição, sumários e índices de Miguel Gomes Martins e Sara Menezes Loureiro. [Lisboa]: Câmara Municipal de Lisboa, 2016, doc. 129, p. 240; docs. 138-141, pp. 265-268; *Chancelarias portuguesas. D. João I*. Ed. por João José Alves Dias. Vol. I, t. 1 (1384-1385). Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2004, doc. 241, p. 176; doc. 342, pp. 178-179; doc. 420, pp. 219-220; Vol. II, t. 1 (1385-1392). Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 173, p. 110.

lembrar, por exemplo, um documento de Outubro de 1384, em que, após a enumeração dos serviços prestados por Lisboa, sobretudo a defesa que tinha acabado de opor ao rei castelhano, se diz que “por a defensam da dicta cidade estes regnos ficaram como ora sam”, isto é, livres da sujeição a Castela⁷⁵. Em vários outros documentos se diz, de forma mais ou menos explícita, que a libertação de Lisboa era a libertação do reino. Naturalmente, a contrária seria também verdadeira porque, “como ella fizesse, que assi fariam todas”⁷⁶. E no prólogo aos capítulos especiais apresentados por Lisboa às cortes de Coimbra de 1385 ficou claramente dito, após mais uma vez se ter lembrado a tenaz resistência ao cerco do ano anterior, que “a quall defensom, se se a dicta çidade nom aposerá todo o regno se perdera”⁷⁷. Isto é, perdida Lisboa, perdido todo o reino.

É certo que estas afirmações se inseriam num contexto especial em que Lisboa tinha, efectivamente, desempenhado um papel de grande relevo, mas, em todo o caso, tão publicadas a repetidas não o podiam ser à revelia do que era o pensamento da generalidade das pessoas.

Esta enorme proeminência que assim lhe era vulgarmente atribuída e que em tempos de sossego muito devia orgulhar, sobretudo os seus cidadãos “honrados”, naquelas circunstâncias não era de molde a apaziguar os ânimos e a impor tranquilidade. O grande poder que já entrara em Portugal, com um rei inimigo à sua frente, não se dirigia a nenhum outro lugar a não ser Lisboa. Todos o sabiam. E desta vez, como seria? Dados os grandes sofrimentos a que ainda havia tão pouco tempo tinham sido sujeitos; dado o depauperamento em que todos ainda se encontravam, sem tempo nem condições para terem cicatrizado as feridas, sem que o luto pelos

⁷⁵ *Chancelarias portuguesas. D. João I*, vol. I, t. 1, doc. 420, pp. 219-220.

⁷⁶ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. LIV, p. 326. Por isso, como bem salientou Maria Helena da Cruz COELHO (“No rasto da guerra – o antes e o depois”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. I. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, p. 295), em casos semelhantes, a capital do País era sempre alvo de tentativas de conquista e sofria os mais duros assédios. Lisboa estava efectivamente a desempenhar muitas das funções de uma capital e a sofrer as consequências disso. Facto de que os lisboetas estavam bem conscientes.

⁷⁷ *Rey de Portugall e do Algarve*, doc. 5a, p. 32; *Livro dos Pregos*, doc. 129, p. 241. Este documento foi publicado, penso que pela primeira vez por CAETANO, Marcello – “O concelho de Lisboa na crise de 1383-1385”. In *A crise nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa – S. Paulo: Verbo, s. d., pp. 189 e seg., com o excerto aqui citado a p. 190.

finados se tivesse podido fazer⁷⁸; dada a falta de condições para o aprovisionamento em víveres e em outros produtos necessários, o que poderia, agora, acontecer?

Mas havia mais.

O Cronista deixou-nos registo da exclamação proferida pelo monarca castelhano quando, no limite de todo o possível, levantou o cerco do ano anterior e se retirou: “Oo Lixboa! Lixboa! Tanta mercê me faça Deos que aimda te veja lavrada de ferros d arados!”⁷⁹. Era um terrível anátema que sem dúvida era conhecido. E que sem dúvida dizia bem das disposições com que aquele monarca se retirara e voltava agora, se possível, em maior força. Ora, a cidade já sabia, porque já experimentara, o que se podia esperar das represálias dos poderosos. Aquando da oposição que movera ao casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles, a vingança da rainha, logo que a oportunidade chegara, não fora esquecida⁸⁰. E continuava latente sobre as suas cabeças ou, pelo menos, dado que D. Leonor Teles já caíra em desgraça, bem presente nas suas memórias, pois bem sabiam que aquela senhora afirmara, porque os lisboetas lhe chamavam “aleivosa” e outros apodos não mais lisonjeiros, que só se consideraria vingada de todos, “especialmente dos homẽens e molheres de Lixboa [...] ataa que tevesse huñ tonell cheo das línguas dellas”⁸¹. Por certo, em especial, das mulheres. A perspectiva que se avizinhava não se previa mais branda. Antes pelo contrário.

⁷⁸ A documentação que nesta altura se produziu, relacionada com Lisboa e os seus sofrimentos de guerra, fala demasiadas vezes no “esparjimento de sangue” que aqui se verificou, para que o facto possa ser esquecido ou, sequer, minimizado. Com todas as consequências que isso tem para os que ficam. Na documentação citada nas notas acima aquela expressão pode encontrar-se com facilidade.

⁷⁹ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CL, p. 314.

⁸⁰ Vejam-se, por exemplo, MARTINS, Armando – *Guerras fernandinas*, pp. 61-62; GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 25; BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada: Leonor Teles*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2012, p. 87. Também outras povoações se manifestaram contra o casamento real, como Tomar, Abrantes, Santarém, Alenquer, num contexto de revoltas populares que grassaram por toda a Europa e que entre nós, tal como em todos os outros lugares, tinham motivos bem profundos e inquietantes que precisavam um pretexto para irromper em acção. Veja-se FERRO, Maria José Pimenta – “A revolta dos mesteirais de 1383”. In *Actas das III Jornadas arqueológicas*. Vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, pp. 359-383; TAVARES, Maria José Ferro – “A nobreza no reinado de D. Fernando: sua actuação em 1383-1385”. *Sep. de Revista de História Económica e Social*, 1984, pp. 45-89.

⁸¹ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. LXI, p. 120.

É certo que Portugal tinha agora um rei português, escolhido por portugueses. As cortes de Coimbra tinham acabado de dar sanção jurídica à revolução popular que estalara em Lisboa⁸² e isso iria congregiar à volta do Mestre de Avis, agora D. João I, bastantes mais apoios⁸³, mas o facto não aliviava a pressão sobre a cidade do Tejo, mas apenas lhe dava a esperança de que, desta vez, talvez fosse embargado o passo ao exército invasor, antes da sua chegada às proximidades de Lisboa. Todavia, um recontro desta natureza era sempre de resultados imprevisíveis e já se sabia que a coluna militar que aí vinha e contava, inclusive, com muitos portugueses, era enorme e bem armada. Muito superior a qualquer uma que pudesse vir a defrontá-la. E essa coluna continuava, inexoravelmente e sem desvios, o seu caminho de aproximação.

A angústia, na cidade, devia ser enorme; o medo devia encher todas aquelas ruas e vielas tortuosas como um manto espesso; o pavor quase devia poder palpar-se, de tão óbvio, nos rostos dos lisboetas. E eclodiriam talvez, aqui e ali, episódios de pânico. O que não seria caso de admiração. Pois se até D. João I, o rei feito na guerra, pois se até Nuno Álvares Pereira, o condestável de ferro, como muito apropriadamente lhe chamou Luís Miguel Duarte⁸⁴, sofreram, como nos deixou registado D. Duarte, nítidos ataques de pânico⁸⁵, como não aconteceriam em Lisboa, numa conjuntura tão dramática, a uma população maioritariamente de não

⁸² CAETANO, Marcello – “As cortes de 1385”. In *A crise nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa – S. Paulo: Verbo, s. d., p. 9.

⁸³ Um bom exemplo é o dos fidalgos beirões, alguns dos quais se haviam manifestado contra o Mestre de Avis, nas cortes de Coimbra, embora não a favor de D. Beatriz, mas do infante D. João, filho de D. Pedro e de D. Inês de Castro, entretanto preso em Castela, mas que tinham defrontado e vencido uma hoste castelhana que mais uma vez por ali entrara a matar e destruir, naquela Beira também já há tanto tempo e tão martirizada. Fora a chamada batalha de Trancoso (veja-se, sobre este prélio, BARBOSA, Pedro Gomes; GOUVEIA, Alexandre Patrício – *A Batalha de Trancoso (1385): a vitória dos nobres da Beira*. Lisboa: Arcádia, 2013). Mostrava-se assim que já não eram apenas os homens do Mestre de Avis e de Nuno Álvares, com Lisboa e o Porto, que se encontravam firmes contra o rei estrangeiro. Outros se lhes juntavam. E esse recontro do Trancoso nem foi assim tão pouco importante e significativo. A prova disso está no facto de que o rei castelhano, nesta sua entrada por Portugal, rumo a Aljubarrota, ao passar junto à ermida onde se travara a batalha, a mandou demolir.

⁸⁴ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte: requiem por um rei triste*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 92.

⁸⁵ DOM DUARTE – “Leal Conselheiro”. In *Obras dos Príncipes de Avis*. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, cap. XX, p. 276 e, para o segundo, sobretudo a *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Preparação do texto e introdução de António Machado Faria. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1972, cap. LXVII, pp. 195-201. Veja-se também o que diz DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte*. Naturalmente D. Duarte não lhe deu aquele nome. Aliás, nem outro.

combatentes, de gente de paz, mas que já assistira a tanta violência, a tantas atrocidades, a tantas mortes? Que já tinha sofrido, em alguns deles, qualquer tipo de violência e derramado parte do seu sangue, daquele sangue que variada documentação nos vai dizendo que foi “espargido” durante este período, em prol da causa que estava a ser discutida pelas armas?

Só uma esperança se mantinha viva: a do auxílio divino, que tudo podia e tudo bem ordenava. Porém, uma dúvida subsistia: seriam eles merecedores desse auxílio?

II – OS PECADOS DOS LISBOETAS

1 – Uma sociedade angustiada e temerosa

Já desde há muito os medievalistas sabem que os finais da Idade Média trouxeram progressos consideráveis em vários sectores da vida dos povos, muitos dos quais foram mesmo decisivos para realizações que posteriormente vieram a multiplicar-se em bons frutos. Mas isso não pode fazer-nos esquecer que se viveram então tempos difíceis, que muitas foram as calamidades que se abateram sobre as populações europeias. Pensando apenas nas três grandes desgraças que tradicionalmente se pedia a Deus que nos livrasse – “*a fame, a peste, a bello, libera nos Domine*” – todas flagelaram na altura uma humanidade desprovida de quaisquer meios para as enfrentar⁸⁶. Se os anteriores séculos sofreram crises alimentares, algumas mais violentas do que as ocorridas nestas últimas centúrias, elas não deixaram de ser muito gravosas para as gentes dos finais da medievalidade⁸⁷, sobretudo em cidades mais populosas e tradicionalmente carecidas de cereal, como era o caso de Lisboa; a peste negra de 1348-1352 causou estragos muito significativos em toda a parte, não poupando qualquer recanto, sempre com mais

⁸⁶ Sobre os aspectos positivos e negativos que esta época viveu é já clássica a magnífica análise feita por WOLFF, Philippe – *Automne du Moyen Âge ou Printemps des temps nouveau? L'économie européenne aux XIV^e et XV^e siècles*. Paris: Aubier, 1986. O autor estuda alguns pontos negativos a pp. 15-89.

⁸⁷ Para Portugal estão desde há tempo referenciadas as principais épocas de dificuldades de abastecimento cerealífero, no já clássico trabalho de MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3.^a ed., Lisboa: Ed. Cosmos, 1978, pp. 257 e seg.

violência em meios urbanos do que rurais, mas sobretudo com recorrências múltiplas até ao século XVI⁸⁸; quanto à guerra, penso que o que atrás ficou dito resulta bem elucidativo dos males por ela causados e como Lisboa não foi poupada a esses males. Acontece, porém, que mesmo nos períodos em que não existia conflito aberto – em que vigorava um tempo de tréguas, em que acabava de se assinar um tratado de paz – nem por isso os seus males terminavam. Para além de todos os estragos que já tinham sido perpetrados, dos roubos – Fernão Lopes nunca se coíbe de utilizar esta palavra – que tinham sido o objectivo de muitas das incursões militares, a desmobilização dos exércitos, não permanentes, como se sabe, mas constituídos por vastos contingentes de mercenários que se tinham profissionalizado na guerra, colocava estes homens, por assim dizer, no desemprego. Muitos deles organizavam-se em bandos à volta de um chefe e continuavam a exercer o seu modo de vida. Afinal, faziam o que tinham aprendido a fazer e para isso mesmo, até aí, tinham sido pagos⁸⁹. Isto é, a maioria da população, os não combatentes, continuava em guerra e a necessitar de armas – que tantos deles não tinham, em especial as mulheres e as crianças – para se defenderem⁹⁰.

Outros males se juntavam a estes. E entre eles talvez não fosse um dos menores, ao menos para aquelas camadas de população mais informadas e gente de consciências mais delicadas, numa sociedade em que a religião impregnava tudo, a existência de dois papas, com a consequência que daí decorria: todos os cristãos se encontravam permanentemente excomungados, por um ou por outro dos pontífices, consoante os respectivos governantes optassem pela obediência a qualquer um deles.

Todas estas calamidades recaíam sobre uma população fragilizada, mal alimentada, vítima de doenças que progrediam com facilidade em organismos já de si debilitados

⁸⁸ Veja-se, por exemplo, DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles). Une cite assiégé*. Paris: Fayard, 1978, pp. 98 e seg.

⁸⁹ Veja-se, por exemplo, MITRE FERNÁNDEZ, Emílio – *Desprecio del mundo y alegría de vivir*, p. 100.

⁹⁰ Como refere Christopher ALLMAND (“La guerra y los no combatientes”, p. 324), toda esta gente se encontrava profundamente envolvida na violência, tanto nos seus corpos como nos seus haveres. Veja-se também a propósito destas mesmas guerras, TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “A nobreza no reinado de D. Fernando”, pp. 57-58 e o que atrás fica dito sobre o assunto, com a bibliografia a propósito citada.

e a que a medicina não sabia prestar ajuda⁹¹; uma população crente na origem sobrenatural das desgraças que flagelavam a humanidade e sobretudo, por isso mesmo, se sentia inerme perante elas. E, conseqüentemente, mais as temia. No dizer de Jacques Le Goff, a Idade Média foi o domínio por excelência dos grandes medos⁹² e, na sua sequência, das grandes inseguranças. Tudo isso exacerbado por aquilo que já há muito Johan Huizinga definiu como a “emotividade extraordinária da alma medieval”⁹³.

Nestas circunstâncias uma luta bem renhida devia travar-se nas consciências mais delicadas e entre as populações mais esclarecidas: por um lado a ânsia de conhecer o futuro para, no melhor ou no pior, estando na posse dessa informação, encontrar alguma segurança; por outro, a certeza de que tudo estava nas mãos de Deus, e que grande pecado era querer imiscuir-se nos Seus segredos. E também que só Ele podia prestar o devido auxílio, mas só um povo limpo de pecado era merecedor da Sua ajuda. Um povo que não se achesse a querer perscrutar os Seus arcanos, e só a Ele prestasse culto e reverência. Era preciso, antes de mais e sobretudo, confiar.

2 – Os mais nefandos pecados dos lisboetas

Perante uma tão grave situação como aquela que se antevia para Lisboa era necessário que a cidade se voltasse sem reservas para Deus, fizesse tudo quanto estivesse ao seu alcance para se limpar dos pecados e se manter limpa no futuro. Todos os males que até aí tinham massacrado os lisboetas junto àqueles que se perfilavam no horizonte e estavam já eminentes, só podiam ter como causa a ira de Deus a abater-se sobre eles⁹⁴. Competia aos dirigentes citadinos, responsáveis pela manutenção da paz interna, pelo bom encaminhamento de todos os assuntos respeitantes ao bem da urbe, tomar as devidas providências.

⁹¹ Veja-se o que a este propósito diz LE GOFF, Jacques – *La civilization de l'Occident medieval*. [Paris]: Arthaud, 1972, pp. 300 e seg.

⁹² LE GOFF, Jacques – *La civilization de l'Occident medieval*, p. 303. Veja-se também DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident*, pp. 149 e seg.

⁹³ HUIZINGA, Johan – *O declínio da Idade Média*. Trad. de Augusto Abelaira. Lisboa – Rio de Janeiro: Ulisseia, s. d., p. 19.

⁹⁴ Alguma documentação produzida neste contexto não se coíbe de falar sobre a “sanha” que, acreditavam, os seus pecados tinham provocado em Deus. Adiante mencionarei essa documentação.

É certo que se tratava aqui de uma questão de carácter religioso e que não podia dispensar o concurso de autorizadas vozes da Igreja, mas o protagonismo dos leigos nestas matérias era uma realidade que há tempo vinha a ser cimentada, é certo que só por uma pequena minoria⁹⁵, mas onde se inscreviam as elites governantes de Lisboa⁹⁶. Assim, enquanto no planalto de S. Jorge, lá para os lados de Aljubarrota e Porto de Mós, os dois exércitos se preparavam para a batalha, em Lisboa, e sem dúvida não só, rezava-se pedindo a ajuda de Deus. Mas os dirigentes da cidade, com outros, por certo seus pares, após a oração de Vésperas na Sé, juntaram-se na câmara, chamando, para o efeito, “onestas pessoas e religiosas, mestres e doutores em Teolisia”⁹⁷, para, em conjunto e esclarecidamente, encontrarem a maneira de aplacar Deus. E essa maneira era banir “alguns graves pecados que se em esta cidade de mui longos tempos a ca faziam estremadamente pecados d’idollatria e costumes danados dos gentios”⁹⁸.

Produziu-se então um notável documento⁹⁹ sobre práticas de magia, superstições e costumes provenientes de bem remotas eras, mas que continuavam florescentes no

⁹⁵ Veja- ROSA, Maria de Lurdes – “Sagrado, devoções e religiosidade”. In MATTOSO, José (dir.) - *História da vida privada em Portugal*. Vol. I - *A Idade Média*. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, p. 397.

⁹⁶ Esta atitude não foi uma singularidade de Lisboa. A título de exemplo pode ver- NARBONA VIZCAÍNO, Rafael – “Tras los rastros de la cultura popular: hechicería, supersticiones y curanderismo en la Valencia medieval”. *Edad Media* 1 (1998), p. 97.

⁹⁷ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. XL, p. 100.

⁹⁸ *Rey de Portugall e do Algarve*, doc. 11a, p. 48; *Livro dos Pregos*, doc. 132, p. 255. São estas duas versões do documento que sobretudo irão servir de suporte às páginas que se seguem. Serão sempre indicadas ambas as versões, mas deixarei de mencionar o número do documento – naturalmente sempre o mesmo em cada uma delas – e limitar-me-ei a indicar a página, que essa pode mudar.

⁹⁹ Esse documento, desde há muito conhecido dos investigadores, continua a ser, actualmente, trabalhado e penso que continuará, na medida em que um documento de tão imensa riqueza, poderá sempre revelar facetas novas e interessantes. Alexandre Herculanó, penso ter sido o primeiro investigador a prestar-lhe atenção, tendo-lhe dedicado um pequeno artigo que publicou no *Panorama* em 1840 e que foi depois recolhido entre os seus demais trabalhos breves (HERCULANO, Alexandre – “Crenças populares portuguesas ou superstições populares”. In *Opúsculos*. T. IX - *Literatura*, t. I, 3.^a ed. Lisboa - Rio de Janeiro: Bertrand - Francisco Alves, 1898, pp. 155-183) e OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, t. I. Lisboa: Tip. Universal, 1885, pp. 273-276. Vários outros investigadores, entretanto, se lhe têm referido, como, por exemplo, SEQUEIRA, Gustavo de Matos – “A epopeia de Lisboa”, p. 228, ou MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*. 6.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 206-207, até o mais recente, FARELO, Mário – “As procissões de 1385 na “muy noble e sempre leal cidade de Lisboa””. In TAVARES, Rui (dir.) – *Portugal, uma retrospectiva – 1385*. Lisboa: Tinta da China, 2019, pp. 49-63. Será este o principal apoio do meu trabalho, a partir das duas edições a que acima me referi. Os procedimentos aqui denunciados e que adiante analisarei, eram comuns a

meio urbano mais esclarecido e cosmopolita que em Portugal, à data, se podia encontrar. Na verdade, de acordo com o documento em questão, eram estes os pecados que na opinião dos magistrados lisboetas e por certo, sobretudo na dos teólogos que os orientavam, mais ofendiam a Deus.

De entre todas as maldades que se praticavam em Lisboa como em qualquer outro local – e as chamadas cartas de perdão, de que as chancelarias régias nos preservaram muitas centenas de exemplares provam isso mesmo – os responsáveis da cidade, naquela tarde da batalha, privilegiaram quase só aquelas que se podem incluir no âmbito da magia e da bruxaria, juntando a elas alguns costumes pagãos, ao tempo ainda em vigor, embora mais ou menos desvirtuados dos seus primeiros objectivos.

Não obstante todos os esforços desenvolvidos pela Igreja e até por leigos, quando chegamos a épocas próximas desta que aqui está em análise o Cristianismo coexistia ainda com práticas nitidamente pagãs¹⁰⁰. Embora desde bastante cedo se ter tentado substituir algumas dessas práticas, sobretudo as que ocorriam em datas fixas, por festas comemorativas de alguns Santos ou acontecimentos da história do Cristianismo. Assim, por exemplo, a do Solstício do Inverno pelas comemorações do nascimento de Jesus, dado que até acarretava consigo o da Sua circuncisão, oito dias mais tarde e portanto no primeiro de Janeiro, dia dedicado às festas do deus Jano, que “abria o ano”, como deus das portas que era, ou a do solstício do Verão, em Junho, pelas festas dedicadas a S. João Baptista. Entre várias outras¹⁰¹.

todas as sociedades da época. Veja-se, por exemplo, FERNÁNDEZ CONDE, Javier – *La religiosidad medieval en España. Baja Edad Media*. Gijón: Ediciones Trea, 2011, pp. 281 e seg.

¹⁰⁰ Podem ver-se entre diversos outros trabalhos: MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*, pp. 205-206; COELHO, Maria Helena da Cruz – “A festa – a convivialidade”. In MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal*. Vol. I – *A Idade Média*. Coord. por Bernardo Vasconcelos e Sousa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, p. 148; VALDEÓN BARUQUE, Julio – “Reflexiones sobre la cultura popular en la Edad Media”. *Edad Media* 1 (1998), p. 25; MOLLAT, Michel – “Les formes populaires de la piété: introduction au colloque sur la piété populaire”. In *La piété populaire au Moyen Âge. Actes du 99^e Congrès national des Sociétés Savantes, Besançon, 1974*. T. I. Paris: Bibliothèque nationale, 1977, p. 15; Francis RAPP, *L'Église et la vie religieuse en Occident à la fin du Moyen Âge*, Paris, 1971, p. 161; MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – *Desprecio del mundo y alegría de vivir*, p. 119.

¹⁰¹ Muitos autores têm abordado este assunto. Veja-se, HEERS, Jacques – *Fêtes, jeux et joutes dans les sociétés d'Occident au Moyen Âge*, Montreal – Paris: Institut d'études médiévales, 1982, pp. 45 e seg. E como trabalho de autoria portuguesa, COELHO, Maria Helena da Cruz – “A festa – a convivialidade”, pp. 148-149.

Todavia, embora com diferentes roupagens – e mesmo assim nem sempre – os cultos ancestrais continuaram presentes, com a sua enorme carga de magia, a exercer o seu fascínio. Na verdade, como diz Franco Cardini, a inclinação para o mundo mágico parece nascer do mais fundo do âmago da condição humana¹⁰². É muito difícil de erradicar. A própria Igreja só já tardiamente se preocupou a sério com o assunto. No século XIII ainda podia, pela voz de alguns dos seus pregadores, falar com indulgência de práticas mágicas e adivinhação¹⁰³. Foi o proliferar de heresias da época, entre as quais o Valdismo e o Catarismo foram as mais significativas, que a Igreja começou a endurecer a sua posição, até chegar aos métodos e atitudes que são conhecidos¹⁰⁴.

É certo que em Portugal nenhuma daquelas heresias teve grande significado, mas aqui chegaram os ecos da luta que contra elas se movia em outras paragens, com endurecimento no ataque a todas as práticas não autorizadas pela Igreja. Sobretudo as elites urbanas estavam a par do que se passava e queriam agir em conformidade. Porém, os tempos que então se viviam eram, desde há muito, contrários ao sossego, à segurança, em toda a Europa ocidental e assim também entre nós e talvez de uma maneira especial em Lisboa. E a magia, a crença de que por ela era possível, mediante determinados rituais consubstanciados em palavras e gestos, manipular

¹⁰² CARDINI, Franco – *Magía, brujería y superstición en el Occidente medieval*. Trad. de Antonio-Prometeo Moya. Barcelona: Ediciones Península, 1982, p. 9. De uma outra maneira José Mattoso diz-nos mais ou menos o mesmo quando afirma que o pensamento mítico e simbólico tem uma surpreendente resistência e permanece nas camadas mais recônditas do pensamento actual (MATTOSO, José – “A cidade medieval na perspectiva da história das mentalidades”. In *Cidades e história. Ciclo de conferências promovido pelo serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 21).

¹⁰³ VINCENT, Catherine – *Église et société en Occident XIII^e-XV^e siècles*. Paris: Armand Collin, 2009, p. 240; PALOU, Jean – *A feitiçaria*. Trad. de Edith Soares. Lisboa: Via Editora, 1978, p. 39.

¹⁰⁴ SCHMITT, Jean Claude – *História das superstições*. Trad. de Luís Serrão. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997, pp. 148-152; ARRANZ GUSMÁN, Ana – “La plenitud medieval (siglos XI-XIII)”. In NIETO SORIA, José Manuel (coord.) – *Europa en la Edad Media*. Madrid: Akal, 2016, pp. 339-351; VALDEÓN BARUQUE, Julio – “Reflexiones sobre la cultura popular”, p. 25; PALOU, Jean – *A feitiçaria*, p. 39. Segundo Jacques LE GOFF, após um período, por certo longo, de repressão do maravilhoso proveniente de heranças de tempos antigos, pré-cristãos, por volta dos séculos XII-XIII assiste-se à sua irrupção na cultura laica erudita, onde as novelas de cavalaria desempenhavam um importante papel e onde a magia, o maravilhoso, era preponderante. Aliado ao facto de a Igreja ter, por assim dizer, cristianizado antigos cultos pagãos, ter tirado a esta herança ancestral grande parte da sua perigosidade, ter conseguido domesticá-la e recuperá-la, permitiu-lhe olhar para todos os seus aspectos com relativa tolerância, tendo abrandado os seus ataques (LE GOFF, Jacques – “O maravilhoso no Ocidente medieval”. In *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Trad. de José António Pinto Ribeiro. Lisboa: Ed. 70, 1985, pp. 22-23).

os poderes ocultos em benefício próprio ou em malefício de outrem e sobretudo conhecer de antemão o que está para vir, abre uma janela de esperança. Como reconheceu José Pedro Paiva, a magia limita a angústia¹⁰⁵. O que, em tempos de grandes perturbações, não é pequena coisa. E é nessas alturas que as práticas mágicas reflorescem com exuberância, ganham adeptos, ganham força, podem, até, inventar novas expressões. Por isso em Lisboa se cometiam muitos e graves pecados de idolatria, no dizer dos homens reunidos na câmara da cidade, naquela tarde de 14 de Agosto de 1385.

Por muito que essas práticas ajudassem a desanuviar as mentes dos que a elas se entregavam, acabavam por ser uma espada de dois gumes, na medida em que, ofendendo a Deus, acarretavam com elas as iras divinas, com todas as desgraças que nisso estavam implícitas.

Nestas circunstâncias os governantes da cidade tinham que tomar providências. E não havia escolha: era preciso congraçarem-se com Deus, captar o Seu auxílio. Era preciso, numa palavra, exorcizar o medo que tomara conta da cidade, colocando-se todos sob a mais alta protecção.

Foram, pois, elencadas as faltas que aos olhos daqueles homens se apresentavam como as mais graves e mais recorrentemente cometidas. E elas eram, essas faltas, apenas de dois tipos: como já atrás ficou dito, eram as que pretendiam, de qualquer modo, manipular as forças sobrenaturais – idolatria – e as que perpetuavam antigos cultos a divindades pagãs, ou práticas consideradas atentatórias de algum dogma da doutrina cristã.

Os pecados que se inscreviam no primeiro tipo eram muito numerosos e procuravam efeitos vários¹⁰⁶. Podem considerar-se, por um lado, os feitiços e os encantamentos, com ou sem invocação específica dos demónios; por outro os

¹⁰⁵ PAIVA, José Pedro – “A magia e a bruxaria”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *História religiosa de Portugal*. Vol. 2 – *Humanismos e Reformas*. Coord. por João Francisco Marques e António Camões Gouveia. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 369.

¹⁰⁶ José Pedro PAIVA (“A magia e a bruxaria”. p. 370) verificou isso mesmo para um âmbito um pouco mais alargado e também um pouco posterior àquele que de momento me ocupa. Jean DELUMEAU (*La peur en Occident*, pp. 54-63) fala em muito variadas acções mágicas de diversa natureza.

processos de adivinhação do futuro e por outro ainda o uso de palavras e gestos mágicos para obter determinados efeitos, ainda que esses efeitos visassem um fim benéfico¹⁰⁷.

Durante esta época aqui em estudo e também nos seguintes séculos eram muitos os feiticeiros que pretendiam conhecer segredos ocultos e saber utilizá-los e manejar as forças neles contidas, encaminhando-as na direcção desejada e para os efeitos pretendidos. Eram membros das comunidades em que se inseriam, vivendo em sintonia com elas. Todos os conheciam e acreditavam nas suas capacidades, crença que era partilhada por todos os escalões da sociedade, que todos requisitavam os seus serviços. Faziam feitiços, ligamentos entre homens e mulheres, encantamentos que podiam ter a intervenção de espíritos maléficos¹⁰⁸. Era muito grave, por um lado, o trato e o pacto, com esses espíritos infernais, em nítida rebeldia para com Deus; por outro o pedido/requisição do seu auxílio, quando o único, verdadeiro e legítimo socorro em todas as provações era o que provinha de Deus. Para além de ser um grande desafio aos poderes divinos, pressupunha que a acção executada visava uma finalidade, ela própria maléfica. E com efeito assim era em muitos casos, chegando a ter como desígnio a morte de alguém.

No entanto entre nós, como alhures, o campo amoroso era o que suscitava maior número de intervenções mágicas¹⁰⁹, ou idolátricas, como as classifica o documento que estou analisando. Porém, embora na maior parte dos casos o que se procurava era o amor de alguém, o que era um mal, dados os métodos para isso utilizados, também se procurava provocar a infertilidade, masculina como feminina – ou essa infertilidade, a existir, era atribuída a procedimentos mágicos – o que constituía um duplo malefício, aliás muito temido na época. Por isso o confessor não devia

¹⁰⁷ Note-se que estou aqui a limitar-me exclusivamente aos pontos que foram tratados naquela reunião extraordinária da câmara, embora vá referindo, quando isso me parecer oportuno, outras acções mágico-supersticiosas apontadas em outra documentação ou bibliografia.

¹⁰⁸ *Rey de Portugall e do Algarve*, pp. 48-49; *Livro dos Pregos*, p. 251.

¹⁰⁹ Como verificaram José Pedro PAIVA (“A magia e a bruxaria”, p. 70) e Humberto Baquero MORENO (“A feitiçaria em Portugal no século XV”. In *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de história*. Lisboa: Ed. Presença, 1985, p. 65). No final do seu trabalho, este último autor apresenta um quadro com os casos que pôde encontrar, onde, na verdade, as relações amorosas se encontram num destacado primeiro lugar.

esquecer-se de perguntar ao confessando se deu alguma coisa a alguém “per modo de amadigos ou de feitiços”¹¹⁰.

Por sua vez as constituições sinodais consideravam estes pecados de feitiçaria e invocação de espíritos – os que fazem cercos para chamar os demónios – tão graves que não podiam ser absolvidos por qualquer sacerdote, mas apenas o bispo, depois de ele próprio ter examinado o caso, decidiria se o pecador era digno, ou não, de ser perdoado¹¹¹.

Em tempos de incertezas era mais premente o desejo de conhecer o futuro e a tentação de satisfazer esse desejo. Já atrás ficou lembrado. Por isso as formas que a Idade Média utilizava na crença de obter respostas eram imensas. Os homens que elaboraram o documento em análise enumeraram algumas, a que deram o nome genérico de “obras de veedeira”, isto é, de vidente. Foram referidos agoiros, interpretação de sonhos, lançamento de roda, de sortes, derramamento de água através da joeira¹¹², mas outras fontes portuguesas acrescentam algumas mais¹¹³, difíceis por vezes, de compreender, como, aliás, é também o caso do lançamento de água por joeira, que os homens de Lisboa elencaram. Penso, no entanto, que esta forma de vidência se inscreve na interpretação de figuras reflectidas em qualquer superfície brilhante, neste caso a água, mas que podia ser também um espelho, uma

¹¹⁰ *Tratado de confissom (Chaves, 8 de Agosto de 1489)*. Leitura diplomática e estudo bibliográfico por José V. de Pina Martins. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 187. Aliás, a lei civil, neste como na generalidade dos casos semelhantes, vinha em auxílio da doutrina da Igreja. Vejam-se, por exemplo, *Ordenações Afonsinas*. Nota de apresentação por Mário Júlio de Almeida Costa, nota textológica por Eduardo Borges Nunes, liv. V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, tít. XXXII, pp. 152-154; *Ordenações Manuelinas*. Nota de apresentação por Mário Júlio de Almeida Costa. Livro V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, tít. XXXIII, §§ 1-4, pp. 92-95.

¹¹¹ *Synodicon Hispanum*. Dirig. por Antonio García y García. Vol. II – *Portugal*. Por Francisco Cantelar Rodríguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio García y García, Antonio Gutiérrez Rodríguez e Isaías da Rosa Pereira. Madrid: BAC, 1982, pp. 159, 257, 321, 334-335. Podiam, inclusive, merecer excomunhão: *Synodicon Hispanum*, vol. II – *Portugal*, pp. 21, 257, 334. Neste sentido o confessor não podia deixar de fazer ao seu confessando, ao analisar com ele os pecados contrários ao que está prescrito no primeiro mandamento – amar a Deus sobre todas as coisas – sete perguntas que aparecem por esta ordem: “a primeira como cree em Deus. A segunda se he sorteiro ou sorteira. A terceira se he adivinha. A quarta se tirou por agoiros. A quinta se tirou por sinos em que nascesse. A sexta se tirou por idoleiros. A septima se fez alguñs encantamentos” (*Tratado de confissom*, p. 183).

¹¹² *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 49; *Livro dos Pregos*, p. 257.

¹¹³ Lançar chumbo (derretido): *Tratado de confissom*, p. 192; PEREZ, Martim – “O penitencial de Martim Pérez em medievo-português”, ed. por Mário Martins. In *Lusitania Sacra* 2 (1957), pp. 99-100; acreditar nas estrelas, PEREZ, Martim – “O penitencial”; acreditar no signo: *Tratado de confissom*, p. 183.

espada, por exemplo¹¹⁴. Este era também um pecado considerado grave, dado que a sua absolvição competia apenas ao bispo da diocese, após o respectivo exame¹¹⁵. Revestia-se de muita gravidade, em primeiro lugar porque o conhecimento do futuro não pertence ao ser humano – “nom ha no mundo homẽ nem molher que possa veer o que ha de seer salvante soo Deus”¹¹⁶; porque “a so Deus nosso Senhor e atribuido saber as cousas escondidas”, sendo ofensa querer apropriar-se desse conhecimento assim reservado¹¹⁷; em segundo lugar, para maior ofensa ainda, essa apropriação era feita por intermédio dos poderes do mal.

Não obstante toda a força da Igreja acolitada pelos poderes laicos, a magia divinatória nada perdeu em termos da sua atracção junto das populações. E embora fossem surgindo outras formas de magia a atrair crescentemente as atenções, esta manteve-se com toda a sua importância¹¹⁸.

Acções abomináveis eram ainda, como atrás ficou lembrado, palavras e gestos supostamente poderosos, ainda que esses poderes fossem usados para fins benéficos. Assim proibia-se pôr mão¹¹⁹, medir cinta, ensalmar¹²⁰ olhado ou fazer qualquer outra coisa tendente ao tratamento de doenças humanas ou animais, desde que não aconselhadas, essas coisas, pela “arte da física”¹²¹. Assim eram os benzedores que estavam em causa, contra os quais, mais uma vez, tanto a Igreja como os poderes laicos se pronunciavam¹²².

¹¹⁴ *Ordenações Afonsinas*, liv. V, tít. XXXXII, p. 152. Esta fonte refere ainda, dentro do contexto, o lançamento de vara (*ibidem*).

¹¹⁵ Veja-se a documentação citada atrás na nota 111.

¹¹⁶ *Tratado de confissom*, p. 192.

¹¹⁷ *Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 257.

¹¹⁸ KIECKHEFER, Richard – *A magia na Idade Média*. Trad. de Maria José Figueiredo. Lisboa: Temas e Debates, 2002, p. 140.

¹¹⁹ O que também podia ser feito para adivinhar o futuro. No sínodo convocado por D. João Afonso de Azambuja, bispo de Lisboa, em 1403, onde se retomam diversos pontos de um outro, do seu antecessor, D. João Gomes, estabelecia que ninguém, “possesse mão em outra em maneira de veedeira ou encantadeira” (*Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 335).

¹²⁰ O documento que estou seguindo usa a palavra “escantar”, que não pude saber a que corresponde na linguagem actual. Penso que “ensalmar” será talvez correção, como aliás encontrou José SÁNCHEZ HERRERO (*Cádiz. La ciudad medieval y cristiana (1260-1525)*. 2.ª ed. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, p. 292) em contexto em tudo semelhante a este que de momento me ocupa e também relacionado com o “mal de olho”, quando estudou a cidade de Cádiz.

¹²¹ *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 49; *Livro dos Pregos*, p. 257.

¹²² De novo remeto para a documentação citada na nota 111.

Estas práticas não podiam ser toleradas pela Igreja, pelo sacrílego que no seu desenrolar se verificava. Com efeito, nelas se usavam gestos e fórmulas litúrgicas, por vezes em longas passagens mais ou menos deturpadas, e que dentro do cerimonial tinham, supostamente, poderes mágicos¹²³.

Estas palavras podiam ser pronunciadas ou escritas. Havia quem as trouxesse consigo, ornamentadas com figuras – carantolas¹²⁴ ou carauturas¹²⁵, ambas as formas se encontram na documentação – mas nem tudo isto seria considerado pecaminoso, por quanto a fonte que tenho vindo a utilizar, de 1385, se refere apenas às figuras e o bispo de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, faz a distinção entre palavras más e desonestas e as que não podem ser encontradas na Bíblia¹²⁶.

Eram estes os pecados de “idolatria” que os homens de Lisboa, naquela tarde de 1385 consideraram que deviam ser eliminados da sua cidade e termo. Os mesmos que, de uma maneira geral, também a Igreja considerava como os mais perniciosos, “porque nom pode nenhuñ de tal peccado usar, que nom participe da arte, e conversaçom diabolica”, como o próprio soberano reconhece¹²⁷. Na esteira dos teólogos, naturalmente. Não admirava que todas aquelas práticas, mais do que quaisquer outras, atraíssem as iras divinas¹²⁸.

Mas havia ainda mais algumas acções consideradas muito pecaminosas: as classificadas como “os danados costumes dos gentios”, que aqui se reduziam a cantar as janeiras e maias e a carpir os defuntos.

¹²³ Veja-se KIECKHEFER, Richard – *A magia na Idade Média*, pp. 26 e seg.

¹²⁴ *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 49.

¹²⁵ *Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 334.

¹²⁶ O bispo de Lisboa proíbe que se tragam “escripturas nem nominas em que sejam escriptas pallavras maas e deshonestas com figuras e caranturas ou com nomes e palavras que nom possam seer emtendudas, nem achadas nas Santas Escripturas” (*Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 334).

¹²⁷ *Ordenações Afonsinas*, liv. V, tít. XXXXII, p. 153.

¹²⁸ Curiosamente, a blasfémia contra Deus e os Santos não foi considerada, neste momento, mas apenas dias mais tarde, como adiante referirei.

Carpir os mortos era herança proveniente de longas eras e que em algumas civilizações adquiria enorme importância – como na romana¹²⁹ – e dava origem a cenas de grande dramatismo, que passavam por gritos desesperados para reter o defunto, por rasgar o vestuário, arrancar o cabelo e a barba, arranhar-se na cara, ferir-se e por outras manifestações de dor violenta¹³⁰.

Tal como em relação aos ritos anteriormente abordados, a Igreja foi modificando, ao longo dos tempos, o seu entendimento sobre tais práticas. Embora em mais recuados séculos a liturgia hispânica tenha contemporizado com estes costumes, desde cedo algumas vozes se levantaram em seu detrimento¹³¹ e as críticas que suscitaram foram-se tornando cada vez mais duras. Todavia, sem conseguir aboli-los. Eles faziam parte dos rituais da morte e entre nós, ao menos no século XIII, altura em que já eram mal vistos e se propunham cânticos e salmos para que o pranto de homens e mulheres resultasse menos notório, tinham lugar em dois momentos: quando se transportava o corpo de casa para a igreja e após a sepultura¹³². Em outros lugares os rituais podiam conhecer um desenrolar diferente¹³³.

Na época aqui em análise estas manifestações de dor assim tão ruidosa e dramaticamente demonstrada, consideravam-se um atentado ao dogma da Ressurreição¹³⁴, uma vez que, havendo a certeza do reencontro num mundo melhor, a morte era apenas um afastamento temporário, crença suficiente para minorar todos os sofrimentos. Por isso em Lisboa se proibiam estas práticas contrárias aos mandamentos de Deus, embora, compreendendo que a morte traz sempre desolação

¹²⁹ Como salientou MATTOSO, José – “Os rituais da morte na liturgia hispânica dos séculos VI a XI”. In MATTOSO, José (dir.) – *O reino dos mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa, 1996, p. 58.

¹³⁰ Muitos autores têm trabalhado este tema. Podem ver-se, entre outros: MATTOSO, José – “Os rituais da morte”; ARIÈS, Philippe – *L’homme devant la mort*. Paris: Éd. Le Seuil, 1977, pp. 144-145; ARIÈS, Philippe – “Richesse et pauvreté dans la mort au Moyen Âge”. In *Essais sur l’histoire de la mort en Occident du Moyen Âge a nos jours*. [Paris]: Éd. Le Seuil, 1975, pp. 86-87; BASTOS, Maria do Rosário – “Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XVI”. In MATTOSO, José (dir.) – *O reino dos mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa, 1996, pp. 111-112; SÁNCHEZ HERRERO, José – *Cádiz. La ciudad medieval y cristiana*, p. 292.

¹³¹ MATTOSO, José – “Os rituais da morte na liturgia hispânica”, p. 58.

¹³² AZEVEDO, Rui Pinto de – “Compromisso da confraria do Espírito Santo de Benavente”. *Lusitania Sacra* 6 (1962-1963), p. 19.

¹³³ Philippe Ariès fala num ritual composto por quatro partes, sendo que só a primeira, logo após o defunto ter exalado o último suspiro, as lamentações e os actos de dor, comuns das populações da época tinham o seu lugar (ARIÈS, Philippe – “Richesse et pauvreté dans la mort”, p. 19).

¹³⁴ BASTOS, Maria do Rosário – “Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos”, p. 111.

e dor aos familiares e mesmo aos amigos dos falecidos, permitia-se usar dó e que se pudesse chorar¹³⁵. Apesar de tudo, o afastamento é uma perda, que pode ser muito grande.

As festividades do primeiro dia de Janeiro, a marcarem o início do ano e do primeiro de Maio, com o renovar da vida e com o ritmo do rejuvenescimento das plantas e assim da Natureza, provêm, como as demais crenças aqui mencionadas, de um fundo tradicional muito antigo, de origens pagãs, e eram celebradas com rituais destinados a aplacar ou a tornar propícios os deuses que presidiam às respectivas funções.

Sobretudo em relação ao primeiro dia do ano continuavam em vigor muitos ritos ancestrais que em Lisboa, como por certo em muitos outros lados, eram executados na crença da sua eficácia. Para lá dos cânticos que, se não podiam ser em louvor do deus Jano, continuavam, por certo, a ser propiciatórios¹³⁶, uma vez que se rodeavam de uma série de acções precisamente tendentes a tornar o ano mais favorável e a afastar os encantamentos do dia, em cada ano primordial¹³⁷, executavam-se outras acções. Era por certo para exorcizar os maus agouros e outros males de origens obscuras, que em Lisboa, nesse dia, se lançava sal às portas, se juntavam ou britavam águas¹³⁸ – não tomassem águas, diz uma outra lição¹³⁹ – tudo isto “so titollo de janeiro”¹⁴⁰, acreditando com estas práticas e outras mais, haver melhor ano ou mês¹⁴¹, prova de que estes actos eram tidos como eficientes, actuantes, pela generalidade da população.

É possível que nestas festas de Janeiro houvesse também rituais de outro tipo e talvez desfiles com raparigas vistosas e ricamente ornamentadas, como era

¹³⁵ *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 49; *Livro dos Pregos*, p. 256.

¹³⁶ O cantar das janeiras só podia ter já um sentido bastante modificado do que eram, por exemplo, na Roma antiga, mas o certo é que deviam conter em si um enorme potencial de atracção para terem chegado quase até aos nossos dias, embora com conotações exclusivamente lúdicas e, portanto, de todo desvirtuadas. Ao menos no que se refere aos cânticos, que esses permaneceram.

¹³⁷ Martim Pérez denunciava, junto com adivinhos, agoureiros, encantadores, sorteiros e outros mais, os que acreditavam nos encantamentos do primeiro dia do ano (PÉREZ, Martim – “O penitencial”, pp. 99-100).

¹³⁸ Não pude saber em que consistiam estas acções.

¹³⁹ *Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 335 (Sínodo convocado pelo bispo de Lisboa em 1403).

¹⁴⁰ *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 49; *Livro dos Pregos*, p. 256.

¹⁴¹ *Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 335.

tradicional no primeiro de Maio, na medida em que o documento que tenho vindo a seguir proíbe que se emprestem bestas, vestires, jóias e quaisquer outros “apostamentos” para janeiras ou maias, sob pena de os perder¹⁴². Em Maio é sabido que sim. E que eram alegres os cantares e festejos e que as moças que neles iam incorporadas faziam gala na riqueza dos vestidos que envergavam – próprios ou emprestados, como a documentação deixa dito – e se ornamentavam de flores, saudando o renovar da Natureza. Pormenor, este último, que em Janeiro seria bastante mais difícil de concretizar e devia, por certo, estar ausente.

Naquele momento de perturbação em que os homens de Lisboa se reuniram para produzir o documento que venho citando, não lembraram outras transgressões à lei divina, todos os dias, sem dúvida, cometidas na cidade e termo. Foi necessário um pouco mais de tempo, abrandada que fora a angústia que então se vivia, para, pensando melhor, perceberem que outras faltas havia a precisarem eliminação. Foi esse um trabalho posterior.

No entanto, mesmo em relação aqueles pecados que tinham recebido o estigma reprobatório, a única coisa possível era tentar dissuadir o povo de perseverar em tais práticas e isso apenas da maneira como, no direito civil, se procedia, isto é, por meio da aplicação de multas ou de degredo da cidade e termo, com pregão, isto é, com o máximo de publicidade. Aliás a Igreja, no que se refere às coimas, procedia de modo semelhante: de acordo com o preconizado pelos manuais de confessores, relativamente a muitas faltas. Inclusivamente a algumas das consideradas mais graves, as rigorosíssimas penitências que se encontravam estipuladas podiam ser substituídas por multas pecuniárias¹⁴³.

Os resultados obtidos pelas determinações lisboetas não deviam ter obtido grande sucesso, como, aliás, era comum em circunstâncias semelhantes. Chegou-nos, para este mesmo caso, um claro exemplo de ineficácia. Precisamente a 14 de Agosto de 1402. Talvez como comemoração do sucedido havia quase vinte anos, o próprio monarca, reconhecendo o pouco sucesso que haviam tido as disposições tomadas

¹⁴² Documentação citada na nota 140.

¹⁴³ Pode ver-se, como exemplo, *Tratado de confissom*, pp. 179-237 *passim*.

aquando da batalha e atribuindo a sua ineficácia ao reduzido montante da multa – apenas cinquenta libras¹⁴⁴ – deixou mandado que se elevassem os quantitativos a um patamar considerado suficiente para refrear aquelas tão pecaminosas práticas¹⁴⁵. De novo com insucesso, uma vez que se conhece a sua continuação por tão dilatados tempos¹⁴⁶. No entanto, para maior firmeza do que então se estabelecera, ficou determinado que de futuro, os juízes, regedores, vereadores, procuradores, ao iniciarem os respectivos mandatos, jurassem sobre os Santos Evangelhos guardar e cumprir o que então ficara ordenado e que duas vezes por ano, eles próprios ou outras pessoas idóneas inquirissem, sob juramento, pelas freguesias da cidade e termo, se alguém sabia de pessoas que aí usassem das “dictas maldades” e, encontrando-as, o facto lhes fosse “estranhado” de acordo com o que ficara estipulado¹⁴⁷.

Todavia, as tentativas para estripar o mal da cidade já tinham nesta data antecedentes, aliás muito próximos. A 12 de Setembro de 1383, D. Fernando, já muito próximo do fim¹⁴⁸, sob proposta lisboeta aprovou um autêntico plano de policiamento da cidade¹⁴⁹. Só que, então, estavam em causa acções humanas individuais – roubos, mortes, outros atropelos de vária ordem – o que cabia dentro das capacidades e, mais, dentro das atribuições dos dirigentes locais. Era tudo muito mais simples.

3 – Promessas de acção de graças

Na circunstância em que na altura se encontravam, os dirigentes de Lisboa, conscientes de que não estava nas suas mãos fazer fosse o que fosse para influenciar os acontecimentos que iam seguir-se, sabiam também que não bastavam as

¹⁴⁴ Documentação citada na nota 140.

¹⁴⁵ *Rey de Portugall e do Algarve*, doc. 82, p. 158; *Livro dos Pregos*, doc. 240, p. 346.

¹⁴⁶ Na verdade, ainda actualmente existem tais práticas, embora possam ter adquirido outras formas e, assim, homens e mulheres que se lhes dedicam, com sucesso em termos da clientela que conseguem angariar e dos proventos que isso, sem dúvida, lhes traz.

¹⁴⁷ *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 50; *Livro dos Pregos*, p. 256.

¹⁴⁸ D. Fernando encontrava-se já nesta altura tão doente, que na última entrada que fez em Lisboa, pouco tempo antes da data do documento que estou a utilizar, chegou de noite e não quis que pessoa alguma o visse (GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 169). Por isso o documento deve reflectir apenas o parecer dos homens de Lisboa e, eventualmente, de alguns conselheiros do rei.

¹⁴⁹ *Livro dos Pregos*, doc. 94, pp. 173-174.

tentativas de limpeza da cidade – conheciam, por experiência própria, como elas eram, de uma maneira geral, pouco eficazes – mas era preciso ir mais além. Era preciso organizar clamores colectivos, tão volumosos quanto possível, de modo a serem bem audíveis lá em cima, na esfera de Deus e dos Seus Santos. E para isso, para congregar multidões, nada melhor, na época, do que organizar uma grande e vistosa procissão. Foi o que prometeram fazer, triplicando os eventos e os destinos a que se dirigiam.

A procissão, com origens ao tempo já antiquíssimas, entroncando nas Escrituras Sagradas¹⁵⁰, era uma das cerimónias religiosas mais difundidas e participadas da época¹⁵¹, até porque a sua espectacularidade, a sua visibilidade, a sua envolvência com o corpo citadino, com as ruas por onde se desenvolvia a passo lento, muitas vezes transportando a Hóstia consagrada, o Corpo de Deus, que, por assim dizer, ia sacralizando o espaço, tudo isso se apresentava muito conforme com a sensibilidade de uma Idade Média que se encontrava já perto de chegar ao fim¹⁵².

Ficou então estabelecido que para se reconciliarem com Deus, não bastando abandonar os maus costumes, era preciso substituí-los por outros de sinal contrário. Estabeleceu-se que para o futuro se realizassem todos os anos três procissões solenes, precisamente naqueles dias em que mais costumavam pecar, isto é, nos dias primeiro de Janeiro, primeiro de Maio e de Santa Cruz. A procissão que iniciava a série fazia-se na catedral, em louvor do Nascimento e Circuncisão de Jesus, sem

¹⁵⁰ RAPP, Francis – *L'Église et la vie religieuse en Occident à la fin du Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971, p. 145; GOUVEIA, António Camões – “Procissões”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *História religiosa de Portugal*. Vol. 2 – *Humanismos e Reformas*. Coord. por João Francisco Marques e António Camões Gouveia. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 334.

¹⁵¹ Muitos têm sido os investigadores a quem o tema das procissões tem interessado. Sobre a importância destas manifestações públicas podem ver-se, entre outros mais: COELHO, Maria Helena da Cruz – *Festa e sociabilidade na Idade Média*. Coimbra: Delegação do Inatel - Assoc. para o Desenvolvimento e Defesa da Alta de Coimbra, 1994, p. 17; SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – “A procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média portuguesa”. In TAVARES, Maria José Ferro (coord.) – *A cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 197; ARAÚJO, Renata de – *Lisboa: a cidade e o espectáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 31 e seg.; MOLINA MOLINA, Ángel Luis – “Estampas medievales murcianas desde la romántica caballeresca, caza y fiesta à la predicación, procesión y romería”. In *Fiestas, juegos y espectáculos en la España medieval. Actas del VII Curso de cultura medieval celebrado en Aguilar de Campoo (Palencia) del 18 al 21 de septiembre de 1995*. Aguilar de Campoo – Madrid: Polifemo, 1999, p. 59.

¹⁵² Adiante voltarei a referir-me a este assunto.

indicação de outro lugar a que se dirigisse¹⁵³; seguia-se, no dia de S. Tiago e S. Filipe, quando “se costumava de fazer onrra a Maya”, em louvor da Virgem Maria, com destino a Santa Maria da Escada¹⁵⁴; a última devia realizar-se no dia de Santa Cruz, em honra dessa mesma Cruz e o destino seria o templo de igual invocação.

Muito importantes devem ter sido consideradas essas promessas, até pelo simbolismo de que sem dúvida se revestiram, pois o mesmo documento nos informa de que elas foram feitas naquele dia 14 de Agosto, “logo com sayda das vesperas na see”, onde todos tinham estado a orar, “em a qual ora se começou a batalha”¹⁵⁵.

Era demasiada coincidência para não impressionar de forma indelével as mentes medievais. Não só os lisboetas, mas todos aqueles que do facto tiveram conhecimento. E a notícia, como era habitual, deve ter-se espalhado com a rapidez possível.

III – A DESCOMPRESSÃO E O AGRADECIMENTO

1 – O anúncio da vitória

À hora em que se travava a batalha nos campos de S. Jorge, em Lisboa pouco mais se saberia para além de que o prélio era inevitável, que seria decisivo para o futuro do País e, naturalmente, da cidade e de todos eles. Passava-se tudo suficientemente ao longe para que notícias fidedignas demorassem a chegar. Mas sem dúvida que se tinha conhecimento da deslocação do exército português na direcção do castelhano, porque os preparativos e o rumo tomado não passavam despercebidos em Lisboa. Aliás, muitos dos seus homens caminhavam ou cavalgavam integrados na coluna portuguesa. Conhecedores dos trajectos e dos terrenos como muitos em Lisboa

¹⁵³ Aparentemente, esta procissão cujo destino não ficou expresso, realizar-se-ia apenas ao redor da sé ou, pelo menos não saindo do velho casco mourisco, o que não parece ser costume medieval, mormente porque estes cortejos congregavam sempre grande número de participantes, sobretudo numa cidade já tão populosa como Lisboa o era.

¹⁵⁴ Santa Maria da Escada era já, na altura, um santuário de peregrinação (MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*, p. 192).

¹⁵⁵ *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 50; *Livro dos Pregos*, p. 258.

seriam, era fácil conjecturar de forma aproximada, o momento do encontro. A angústia adensar-se-ia, sem dúvida, com a aproximação do momento decisivo. E não seriam apenas as preces que se multiplicariam e subiriam de tom – acompanhadas, talvez, por outras com diferentes rituais e linguagem, saídas de judiarias e mouraria, onde muito havia, também, a perder – mas a ânsia de saber, de agarrar o futuro, de, de uma maneira ou de outra, descansar um pouco no conhecimento. Por isso os boatos começaram a circular.

Diz-nos o Cronista que sem se saber como, mas “asy como milagre”, naquela hora em que a batalha foi travada “naçeraõ na çidade hũas graçiosas novas mereçedoras dalvissaras”: um homem vestido de vermelho viera anunciar que a batalha fora vencida. O alvoroço foi imenso. Todos perguntavam querendo certificar-se da verdade, andavam de casa em casa onde era dito que ele pousava, mas em vão. Sossegaram por fim, mas talvez mais descansados, porque tomaram tudo aquilo por bom começo¹⁵⁶.

Era este um boato comum na época. Segundo os especialistas na matéria, as batalhas campais, sobretudo se previsivelmente definitivas, como era o caso, foram poucas mas, sem dúvidas, todas elas altamente angustiantes para todas as populações nelas interessadas. Desafiavam uma sensibilidade tão pronta a manifestar-se das formas mais extraordinárias¹⁵⁷. Eram frequentes, em situações semelhantes àquela que Lisboa vivia, os relatos de figuras sobrenaturais, ou de alguém morto na batalha – e desse modo transformado também numa dessas figuras – aparecendo em lugares bem afastados a anunciar o resultado do prédio¹⁵⁸.

Talvez aqui, em Lisboa, depois de Aljubarrota, fosse algum destes últimos, na medida em que, não sendo mencionada qualquer entidade espiritual, é talvez sintomática a

¹⁵⁶ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. II, cap. XLVI, p. 121.

¹⁵⁷ Penso que uma prova disso mesmo está largamente documentada nas inúmeras imagens bizarras, cada uma mais do que a outra, que povoam tantos dos manuscritos que a Baixa Idade Média nos legou.

¹⁵⁸ ROSA, Maria de Lurdes – “Por detrás de Santiago e das feridas bélicas: mitologias perdidas da função guerreira”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. II. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 393.

figura de um homem que ninguém conhecia, que ninguém encontrava quando todos o procuravam e que vestia de vermelho – a cor do sangue.

Um pouco mais descansados pelo “bom augúrio”, contudo os lisboetas não descuraram das suas contínuas orações, reunindo-se nas igrejas – de um modo especial na sé – para entoarem em coro a *Salvé Rainha* em honra e louvor da Mãe de Deus e mesmo quando mais tarde, um moço de Alenquer, esse bem um ser humano, aí chegou confirmando o boato do primeiro dia, a sua alegria foi tamanha que ainda lhes custava a acreditar. Só quando alguém que vira a chegada do rei castelhano à sua frota, “desbaratado” e de regresso à sua terra, lhes narrou o facto, é que de todo acreditaram. Só então, escutando o relato de testemunha presencial, afastadas todas as dúvidas, era o tempo das grandes e sentidas manifestações religiosas: todos descalços em sinal de penitência, organizados em procissão, dirigiram-se a Santa Maria da Escada, onde foi celebrada missa e onde por certo um dos frades franciscanos ou dominicanos, como era hábito, os brindou com uma pregação, sem dúvida de agradecimento e louvor a Deus e à Virgem¹⁵⁹.

Como diz Thomás Labbé, na Idade Média, era à volta do religioso que se formava o processo da reconstrução social¹⁶⁰. Era assim aquando de qualquer catástrofe natural, era assim também em outras situações de grande tensão, geradoras de necessidades religiosas provocadas pelo choque moral.

Estava feito. A batalha fora vencida e agora já não restavam dúvidas em Lisboa. Os rituais religiosos em que todo o povo participara tinham actuado no sentido de uma mais completa ligação com Deus – na medida em que haviam demonstrado a

¹⁵⁹ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. II, cap. XLVI, p. 122. Eram efectivamente estas Ordens mendicantes que desenvolviam uma nova forma de pregação, a que o povo aderiu, pelo menos enquanto escutava as suas palavras. Veja-se, por exemplo, MARQUES, João Francisco – “A pregação medieval portuguesa”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 602 eseg.

¹⁶⁰ LABBÉ, Thomas – *Les catastrophes naturelles au Moyen Âge. XII^e-XV^e siècles*. Paris: Éditions C.N.R.S., 2017, p. 192.

gratidão da cidade, em vista do grande bem que recebera¹⁶¹. Todo o povo rejubilando em unísono, penitenciando-se em unísono¹⁶², sem dúvida emocionando-se em unísono com o sermão do frade pregador¹⁶³, por certo agradara a Deus.

Se tudo quanto se viveu em Lisboa após a interiorização, na consciência colectiva do povo, de que a batalha era inevitável, até que de todo a calma possível se instalou, foi uma sucessão contínua de pontos mais ou menos altos vividos em comunidade, talvez não tenha sido dos menores aquele que correspondeu à chegada das ofertas que o rei enviou à cidade, constituídas por alguns dos despojos da batalha: cinco bandeiras e dois balsões do rei de Castela. Coisa “de pouca valia e muito de prezar”, como nos deixou dito o Cronista¹⁶⁴. Com efeito, embora de reduzido valor intrínseco, o seu significado simbólico era enorme. E para Lisboa, na circunstância, representavam a sua libertação. Verdade que era geralmente reconhecida¹⁶⁵; que D. João I reconheceu, sabendo como a oferta seria apreciada naquela cidade que tanto o ajudara a subir às alturas a que se encontrava guindado.

Um caso semelhante se verificou, um pouco mais tarde, em Castela, aquando da batalha de Toro, em que tanto os portugueses como os seus opositores se

¹⁶¹ Na verdade, os pregadores medievais não descuravam a sua obrigação de alertar o povo para o grande pecado que era a ingratidão, sobretudo quando não eram reconhecidos os grandes favores que Deus dispensava, mormente em ocasiões de grande aperto, como tinha sido o caso em Lisboa.

¹⁶² Na Idade Média era comum e nesta conjuntura muitas vezes se verificou em Lisboa e por certo em outros lugares, que em casos especiais, quando se queria manifestar com mais força, agradecimento ou súplica a Deus, todos os que se incorporavam na procissão caminhavam descalços. Era, ao mesmo tempo, a prossecução de dois objectivos: por um lado de penitência física, ao menos para quem habitualmente usava calçado – ao que, na verdade, nem todos tinham acesso – e por outro a publicitação do facto e ao mesmo tempo o sentimento de união com todos os outros. Eram importantes na época estes desideratos, continuados e até intensificados nos tempos seguintes, no sentido de lhe serem acrescentadas bem maiores mortificações. Não nos esqueçamos, por exemplo, das procissões de flagelantes, que tanta voga chegaram a ter.

¹⁶³ Sobre este assunto, de uma forma geral, pode ver-se BOQUET, Damien; NAGY, Piroska – *Sensible Moyen Âge: une histoire de les emotions dans l'Occident medieval*. Paris: Éd. Le Seuil, 2015, pp. 331 e seg.. Para este particular pode ver-se COELHO, Maria Helena da Cruz – *Festa e sociabilidade na Idade Média*, p. 17.

¹⁶⁴ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. II, cap. XLVII, pp. 122-123. Tem sido mencionado por diversos investigadores, como COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, p. 88, ou MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, entre vários outros.

¹⁶⁵ Veja-se, por exemplo, GUENÉE, Bernard – *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles: Les États*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971, p. 144.

consideraram vitoriosos¹⁶⁶. Na altura, alguns despojos arrecadados pelos castelhanos, no máximo tão magros quanto aqueles – algumas bandeiras, o arnês de Duarte de Almeida e um pedaço da sua lança – foram solenemente depositados na catedral de Toledo¹⁶⁷.

Quando em Lisboa se soube que o rei lhes oferecia “aquelas tão prezadas jóias”, a alegria transbordou. Os homens, todos armados, saíram as portas da cidade para as receber, por certo acompanhados de muitas mulheres e crianças e à vista da esquadra castelhana que ainda não deixara as águas do Tejo e passaram-nas, arrastando-as pelo chão e com uma outra, das armas do rei de Portugal altaneiramente erguida, até ao lugar onde, aquando do anterior cerco, o rei de Castela tinha armado o seu arraial. Porque, dali, tudo era bem visível a partir da frota inimiga.

Os troféus foram depois depositados na sé, onde mais uma vez, como não podia deixar de ser, o povo foi agraciado com um longo sermão a cargo de Frei Pedro, “gram leterado em theolesia e muy afamado de gramde preguador”¹⁶⁸. Mais uma vez um franciscano.

2 – Agradecer a Deus

Restava agora à cidade manter e intensificar os seus agradecimentos a Deus, à Virgem Maria e a outros Santos auxiliares.

¹⁶⁶ Em Portugal festejou-se a data com a solenidade habitual nestes casos, mas durante pouco tempo. Os festejos deviam ter lugar no dia 2 de Março, mas Lisboa recebeu a ordem para a sua realização com data de 13 de Março de 1482 (*Livro das Posturas Antigas*. Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, pp. 149-150), o que quererá dizer que o mandato só teve efeito em 1483 e a 1 de Março de 1491 recebeu ordem para a suspensão (*Livro das Posturas Antigas*, pp. 192-193), véspera da realização, quando já tudo devia estar preparado. Talvez o evento não tenha sido cancelado, dado o trabalho e os custos que sempre se encontravam subjacentes à organização de uma cerimónia religiosa deste tipo. Poderá, inclusive, ter mudado de sentido. De qualquer modo a celebração da “vitória” não teve longa vigência.

¹⁶⁷ ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “Una divina retribución: la batalla de Toro en la mentalidad castellana”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. I. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 51, 54.

¹⁶⁸ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. II, cap. XLVII, pp. 122-123. O Cronista desenvolve depois o sermão até à p. 129.

No dia seguinte ao do recebimento das bandeiras provenientes da batalha, mais uma vez os “honrados cidadãos” de Lisboa se reuniram na câmara com muitos outros do povo e com vários letrados e religiosos dos diversos mosteiros, para regulamentarem¹⁶⁹ a forma como, no futuro, se deviam comportar os lisboetas e quais e quantas acções de graças deviam ser perpetuamente rendidas a Deus e aos Santos para demonstrarem a sua gratidão. Sentiram que, neste transe, Deus estivera com eles. Mas os medos e as angústias experimentados tinham deixado marcas. Não queriam repeti-los. E era sempre possível que a sua má conduta de novo acarretasse sobre eles as iras divinas. Era preciso ir mais além: limpar melhor a cidade dos seus actos pecaminosos, promover mais algumas manifestações de louvor e adoração, não permitir que o grande favor recebido caísse no esquecimento¹⁷⁰. Assim, ratificando tudo quanto dias antes tinha sido acordado, foram programadas mais algumas acções litúrgicas e estabelecidas penas para mais alguns pecados públicos.

Para além daquelas três procissões anuais que anteriormente tinham determinado fazer, foram estabelecidas nada menos que outras nove. Uma delas em louvor de S. Vicente, padroeiro que era da cidade, realizada na catedral a ir “onde o seu corpo jaz”. Outra em louvor de S. Jorge, a terminar na igreja da sua invocação. S. Jorge, aquele que tinha passado a ser o “apelido” de guerra dos portugueses, tanto, por certo, por influência inglesa, como por razões de irrefutável lógica. Se até aí portugueses e castelhanos “apelidavam” o mesmo Santo – S. Tiago, como é sabido – até porque a sua principal guerra era contra os muçulmanos, nestas circunstâncias não fazia qualquer sentido que assim continuasse a ser. A terceira procissão pretendia honrar os Santos Mártires de Lisboa, Veríssimo, Máxima e Júlia que, segundo a sua legenda, aqui tinham sido martirizados durante as perseguições decretadas por Diocleciano, embora, ao tempo, já se tivessem perdido as suas

¹⁶⁹ É Fernão Lopes quem localiza estas tomadas de decisão no dia seguinte ao recebimento das bandeiras (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, cap. XLVIII, p. 129), continuando depois a seguir, bastante fielmente, o documento que então foi lavrado (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, cap. XLVIII, p. 129-131) e de que eu própria me tenho vindo a utilizar, o que continuarei a fazer.

¹⁷⁰ Para reforçar esta ideia, o documento que tenho vindo a seguir foi copiado, no que a este ponto se refere, no chamado *Livro das Posturas Antigas*, um códice onde se guardava a legislação local e que, por isso mesmo, seria regularmente manuseado pelos governantes lisboetas que, assim, não poderiam alegar desconhecimento do que então ficara estabelecido (*Livro das Posturas Antigas*, pp. 114-116).

reliquias¹⁷¹. O que, de certo modo, ficou expresso no documento que tenho vindo a analisar, onde se encontra dito que esta procissão se devia dirigir a Santos “ou hu quer que os seus corpos jouverem”¹⁷². Isto é, Santos todos eles com ligações profundas à cidade ou ao acontecimento que tinha acabado de ocorrer.

Mas foram ainda programadas mais seis procissões, todas elas marianas. Todas com datas cirurgicamente escolhidas: as primeiras três nas vésperas do Nascimento, Anunciação e Purificação da Virgem; as restantes em três dias seguidos, de modo a fazer a última coincidir com a véspera da Assunção¹⁷³, a festa mariana maior – o dia da batalha. Era necessário que Maria fosse honrada de forma singular e mais expressiva. Porque era a Mãe de Deus, intercessora privilegiada junto do Filho, e portanto do Pai; porque lhe “prougue que nosso senhor el rey ouvesse tam stemada vitorya”, precisamente na véspera da Sua “mais Solene festa e aa ora que se per todos estes regnos seus lououres cantavam”¹⁷⁴. Parece não se cansarem de repetir a coincidência. Para melhor a vincarem. Com todo o seu valor simbólico. Para não ser esquecida. Esta circunstância tinha, sem dúvida, calado fundo nas mentalidades portuguesas, a tornar mais viva a devoção à Virgem¹⁷⁵.

Para todas estas procissões os “cidadãos honrados” de Lisboa convocavam a cidade inteira, ou, ao menos, uma pessoa de cada casa. Como costumava fazer-se no dia do Corpo de Deus. Nada mais ficou escrito a seu respeito. Todavia, as três procissões de Agosto, carregadas de um tão grande simbolismo, determinavam três dias de grande devoção.

¹⁷¹ Sobre estes Santos e algumas dúvidas relacionadas com a legenda é interessante o trabalho de GAMEIRO, Odília Alves – “Sociologia e geografia do culto medieval dos Santos Mártires de Lisboa”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 371-375.

¹⁷² *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 51; *Livro dos Pregos*, p. 259.

¹⁷³ Para todas estas procissões veja-se FARELO, Mário – “As procissões de 1385”, sobretudo pp. 59-62.

¹⁷⁴ Bibliografia citada na nota 172.

¹⁷⁵ Devoção que se desenvolvia na esteira dessa outra centrada na humanidade de Cristo. Também sobre este ponto muitos autores se têm pronunciado. Vejam-se, como exemplo, COSTA, Avelino de Jesus da – “A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”. *Lusitania Sacra* 2 (1957), sobretudo pp. 18-38.

No primeiro desses três dias a procissão dirigia-se ao mosteiro da Trindade – por certo a partir da Sé, como as seguintes – onde, à chegada, os participantes escutavam um sermão, findo o qual assistiam a três missas cantadas em louvor da Santíssima Trindade; no segundo o destino era a capela do Salvador, no mosteiro de S. Francisco, onde, após o sermão, eram cantadas cinco missas em honra das cinco chagas de Cristo; no terceiro, tendo como ponto de chegada o mosteiro de Santa Maria da Graça, ouvia-se, à entrada, a inevitável pregação, à qual se seguiam sete missas cantadas, em louvor das sete alegrias da Virgem. As duas primeiras teriam carácter penitencial, uma vez que os seus participantes deviam incorporar-se nelas descalços; a última já seria apenas de louvor e acção de graças.

Se todas as procissões se queriam muito participadas, estas três últimas, além disso, deviam ser feitas “per a guisa que se faz ao Corpo de Deus e com aquella solenidade”¹⁷⁶, isto é, com a grandiosidade espectacular que já então era seu apanágio e sobretudo, porque era o cerne desta festa, a mais solene de toda a Cristandade, com a exposição da Hóstia consagrada a percorrer as ruas da urbe, a permitir que os fieis se aproximassem, a olhassem longamente, beneficiassem desse contacto visual.

Na verdade, embora as festas do *Corpus Christi*, onde sobretudo avultava a procissão, não tivessem neste final de Trezentos, uma muito longa vigência, porque instituídas no século anterior¹⁷⁷, rapidamente se tinham difundido por toda a parte, ganhando a maior importância e adesão popular. O que também entre nós se verificou¹⁷⁸.

¹⁷⁶ *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 51; *Livro dos Pregos*, p. 259.

¹⁷⁷ Também nesta matéria já numerosos investigadores e desde há muito, têm vindo a trabalhar. Podem ver-se, a título de exemplo: MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*, p. 196; GAUVIN, Claude – “La Fête Dieu et le théâtre en Angleterre au XV^e siècle”. In JACQUOT, Jean; KONIGSON, Elie (dir.) – *Les fêtes de la Renaissance*. T. III. Paris: Éd. du C.N.R.S., 1975, pp. 440, 441; RUBIO GARCÍA, Luis – *La procesión del Corpus en el siglo XV en Murcia y religiosidad medieval*. Murcia: Academia Alfonso X El Sabio, 1983, p. 13; ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. 2.^a ed., org. por Damião Peres, vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1967, p. 252; GONÇALVES, Iria – “As festas do *Corpus Christi* do Porto na segunda metade do século XV: a participação do concelho”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 153; SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – “A procissão na cidade”, pp. 195-217.

¹⁷⁸ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. I, p. 252; MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*, p. 196.

Tratando-se de uma festa eucarística, ela correspondia, de uma forma talvez perfeita, aos anseios religiosos da época. Chegara-se à conclusão de que era necessário aproximar-se de Jesus para chegar ao Pai¹⁷⁹. Assim, a devoção cristológica tomou novas formas, os cultos do Bom Jesus, do Corpo de Cristo, do Cristo Doloroso e outras: numa palavra, do Cristo Humano. A adesão sentimental a Deus pela contemplação da humanidade de Cristo, sobretudo dos Seus sofrimentos, mas também da Sua Encarnação, da Sua Ressurreição, eram exigências que se colocavam de forma cada vez mais insistente¹⁸⁰. Por outro lado, a catequese eucarística, ensinando que na Hóstia consagrada estava verdadeiramente o corpo de Cristo e não apenas o seu símbolo, levava os fieis a quererem aproximar-se dela o mais possível, a quererem vê-la, a deslocarem-se de igreja em igreja para assistirem ao momento da Consagração que, inclusive, tomou a forma de elevação para que todos pudessem ver a Hóstia sem dificuldade¹⁸¹. Atribuía-se-lhe, mesmo, uma eficácia que se derramava pelo exterior¹⁸².

Não admira que os crentes tivessem aderido com tanto entusiasmo a estas festas e elas tivessem adquirido a pujança, a divulgação, o brilho que adquiriram. Eram estas festas que se queriam reproduzir em Lisboa nos dias antecedentes da Assunção da Virgem em comemoração da vitória.

¹⁷⁹ Esta crença que ainda no século XII era esporádica e saía apenas de ambientes de grande espiritualidade, divulgou-se de forma expressiva durante a centúria seguinte. No dizer de André Vauchez, já “au seuil du XIII^e siècle deux certitudes fondamentales impregnent la conscience de la société religieuse de l’Occident: on ne va à Dieu que par Son Fils crucifié et, pour faire son salut, il faut se conformer au Christ” (VAUCHEZ, André – *La spiritualité du Moyen Âge occidental. VIII^e-XII^e siècles*. [Paris]: Presses Universitaires de France, 1975, p. 164).

¹⁸⁰ VAUCHEZ, André – “La piété populaire au Moyen Âge: état des travaux et position des problèmes”. In *La piété populaire au Moyen Âge. Actes du 99^e Congrès national des Sociétés Savantes, Besançon, 1974*. T. I. Paris: Bibliothèque nationale, 1977, pp. 32-33; RAPP, Francis – *L’Église et la vie religieuse*, pp. 146-152; SARAIVA, António José – *História da cultura em Portugal*. Vol. I. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950, pp. 654-658; HUIZINGA, Johan – *O declínio da Idade Média*, pp. 197-205; FERNÁNDEZ CONDE, Javier – *La religiosidad medieval en España. Plena Edad Media (ss. XI-XIII)*. Gijón – Oviedo: Ediciones Trea, 2005, sobretudo pp. 452-454; FERNÁNDEZ CONDE, Javier – *La religiosidad medieval en España. Baja Edad Media*, sobretudo pp. 330-332, entre muitos outros autores.

¹⁸¹ RAPP, Francis – *L’Église et la vie religieuse*, pp. 145-147; MOLLAT, Michel – “Les formes populaires de la piété”, p. 20; GONÇALVES, Iria – “As festas do *Corpus Christi* do Porto”, pp. 144-145; PAUL, Jacques – *El Cristianismo occidental en la Edad Media. Siglos IV-XV*. Trad. de Julia Climent. Valencia: Pub. Universitat Valencia, 2014, p. 319; DÍEZ IBÁÑEZ, Jorge – “Crisis y transformaciones (siglos XIV-XV)”. In NIETO SORIA, José Manuel (coord.) – *Europa en la Edad Media*. Madrid: Akal, 2016, p. 521.

¹⁸² PAUL, Jacques – *El Cristianismo occidental*, pp. 318-319; VINCENT, Catherine – *Église et société en Occident*, pp. 142-143.

Neste contexto Lisboa aumentou em doze o número das procissões a realizar anualmente na cidade. Número que crescia sempre com algumas outras, não periódicas, organizadas a pretextos vários¹⁸³.

A acompanhar este autêntico e enorme ramalhete de procissões e missas, o povo devia entoar em coro, na sé e nas outras igrejas, a Salvé Rainha e a Lítania durante todo um ano, como, aliás, já vinha a fazer¹⁸⁴.

A graça recebida tinha sido imensa, sem medida. Tudo era pouco para agradecer tão grande favor. Pelo contrário: era sempre preciso mais. Até porque, numa circunstância como esta em que Lisboa e, como é óbvio, Portugal no seu todo se encontravam ainda numa situação de grande fragilidade, era preciso ir sempre mais longe. No caso concreto da cidade era preciso limpá-la melhor das manchas do pecado. Não bastava pensar apenas naqueles que já tinham sido proscritos.

Dentro da esfera de competências dos governantes locais e assistidos de outros com eles reunidos para o efeito, entenderam que havia ainda “huum pecado mui publico e mui husado” que era o da “barreguiça dos casados”¹⁸⁵, o qual cominaram com

¹⁸³ No *Livro das Posturas Antigas* que, como já acima ficou lembrado, era um códice de manuseamento frequente por parte das edilidades, foi-nos conservada uma lista de quinze procissões, embora para um período posterior a este de que me estou ocupando, que deviam “obrigatoriamente” realizar-se todos os anos em Lisboa, mas onde, no entanto, várias destas de 1385 estão ausentes (*Livro das Posturas Antigas*, pp. 114-116, 290). Também para época um pouco posterior, ARAÚJO, Renata de – *Lisboa: a cidade e o espectáculo*, p. 88, diz-nos que em média se realizavam em Lisboa três procissões por mês.

¹⁸⁴ *Rey de Portugall e do Algarve*, pp. 51-52; *Livro dos Pregos*, p. 259.

¹⁸⁵ Na primeira destas reuniões, ocorrida no dia da batalha, os pecados de cariz sexual, que tanto preocuparam os moralistas, parece não revestirem importância aos olhos dos homens ali reunidos. Era, porém, por assim dizer, obrigatório, que mais tarde, com mais calma para pensar, eles não continuassem esquecidos, ao menos aqueles que haviam tomado foros de pecados públicos, o que acontecia com frequência, dado serem do conhecimento da comunidade onde os pecadores se inseriam. Estavam neste caso as situações de barregania em que viviam alguns homens casados e também eclesiásticos, facto que não escondiam e por isso eram do domínio público. E se os moralistas, nas suas obras, se não cansavam de fustigar tais situações (veja-se, por exemplo, OLIVEIRA, António Resende de – “A sexualidade”. In MATTOSO, José (dir.) - *História da vida privada em Portugal*. Vol. I - *A Idade Média*. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, pp. 333-338), também os sínodos não se podiam desligar do assunto (para Lisboa veja-se o sínodo de 1403, em *Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 335) e o assunto interessou aos poderes civis, que muita legislação sobre o assunto produziram (*Ordenações del-rei D. Duarte*. Ed. preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 440-443; *Ordenações Afonsinas*, liv. II, tít. XXII, pp. 194-204; liv. V, sobretudo tít. XX, pp. 72-85 e tít. XXI, pp. 85-86. Veja-se também OLIVEIRA, António Resende de – “A sexualidade”, pp. 338-340).

penas severas que podiam chegar, à segunda reincidência, à proibição de administrar os bens do casal, tanto móveis como de raiz. Nesse caso a gerência ficaria a cargo da esposa, se fosse idónea para isso e, caso contrário, para alguém da família dela¹⁸⁶. Ligado a este pecado, o da alcaiotaria, também muito usado, mas que tinha já proscrito na lei geral com as respectivas penas¹⁸⁷.

Para além destas ainda duas outras faltas: não honrar e guardar o repouso dominical e blasfemar contra Deus e os Santos, pelo menos este último considerado muito grave¹⁸⁸.

Embora apoiados, como anteriormente, por teólogos, os homens ali reunidos sabiam ser impotentes, por si sós, para imporem as suas determinações. Precisavam a seu lado a força da Igreja, ao mais alto nível a que podiam chegar: o seu bispo. Por isso lhe requereram “da parte de Deus que oolhe por correger e enmendar o povoo assy pessoas eclisiasticas come sagrãaes”, porque tanto entre uns como entre os outros, assim na cidade como no termo, “stam publicamente em alguuns pecados graves e nom temendo Deus nem avendo vergonha do povoo”, se deixavam “em elles publicamente perseverar e envelhecer e sua vida acabar”¹⁸⁹.

A preocupação estava centrada nos pecados públicos, aqueles que eram notórios, que, de uma maneira geral, todos conheciam e, assim, por um lado, podiam ser mau exemplo que se reproduzia e por outro podiam ser objecto de escândalo para consciências mais delicadas. Os pecados do foro íntimo de cada um, aqueles que

¹⁸⁶ *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 52; *Livro dos Pregos*, p. 260.

¹⁸⁷ Veja-se a legislação citada na nota 185.

¹⁸⁸ *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 53; *Livro dos Pregos*, p. 260. Também a blasfémia não foi lembrada na primeira reunião. No entanto, ela era severissimamente punida pela lei civil. D. Dinis mandava que ao blasfemo fosse arrancada a língua pelo pescoço e depois queimado. Sofreu abrandamentos com D. Afonso IV e D. Afonso V, mas, ainda assim, ficou bastante severa. Vejam-se: *Livro das Leis e Posturas*. Pref. de Nuno Espinosa Gomes da Silva, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971, p. 82 e também pp. 324-325; *Ordenações del-rei D. Duarte*, pp. 466-467. Vejam-se ainda, sobre o assunto, DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade*, pp. 358-359; DUARTE, Luís Miguel – “A boca do diabo”: a blasfémia e o direito penal português na Idade Média”. *Lusitania Sacra*. 2.^a série, 4 (1992), pp. 61-62; MORENO, Humberto Baquero – “Injúrias e blasfémias proferidas pelo homem medieval na sua vida de relação social”. In *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*. s.l.: Athena, s. d., pp. 81-112; GAUVARD, Claude – “De grace special”: crime, état et société en France à la fin du Moyen Âge. Paris: Publications de la Sorbonne, 1991, vol. I, pp. 441-442; vol. II, pp. 806-807.

¹⁸⁹ *Rey de Portugall e do Algarve*, pp. 52-53; *Livro dos Pregos*, pp. 259-260. Para tudo isto veja-se FARELO, Mário – “As procissões de 1385”, cit., pp. 49-63.

ninguém via, que ninguém conhecia, ou de que poucos davam conta, esses não perturbavam a cidade e, aparentemente, não ofendiam tanto a Deus ou, pelo menos, não provocavam os seus castigos.

De qualquer modo, os homens “honrados” de Lisboa, na altura, fizeram o que podiam e cabia dentro das suas competências: denunciaram os males e aplicaram as respectivas coimas aos infractores. Afinal, não tinham outros meios de persuasão nem podiam obrigar os seus concidadãos a mudar de vida. Possivelmente as decisões então tomadas tiveram o sucesso habitual, isto é, muito reduzido, como já atrás ficou lembrado¹⁹⁰.

IV – CONCLUINDO: O JUÍZO DE DEUS

Para todos, portugueses como castelhanos, o que se passou naquela tarde de 14 de Agosto foi, efectivamente, um juízo de Deus que mostrou a razão que assistia aos portugueses e por isso eles podiam rejubilar. Não obstante saberem que as pazes não poderiam ser firmadas de imediato e haveria ainda, sem dúvida, outras refregas e sofrimentos, agora sabiam que Deus estava do seu lado. Podiam confiar. Mas não facilitar a infracção. Mas não consentir desregramentos. Mas não cometer o grave pecado de se mostrarem ingratos e consentirem no esquecimento. Por isso as numerosas acções de culto em louvor a Deus, à Virgem e outros Santos por quem consideravam ter sido auxiliados¹⁹¹. Por isso o reconhecimento de que o desfecho do prélio fora obra de Deus “da qual batalha a vitorya stava soo em na mão de Deus”; entre tantas graças recebidas a maior de todas foi esta que agora, por intermédio do rei, Deus quis mostrar “dando-lhe tam maravilhosa vitorya”, expressões que foram registadas no documento que venho analisando. Registadas para memória futura, para que o facto não viesse a cair no esquecimento¹⁹².

¹⁹⁰ Veja-se *Rey de Portugall e do Algarve*, doc. 82, p. 158.

¹⁹¹ S. Vicente, S. Jorge e os Santos Mártires de Lisboa, como já atrás ficou visto.

¹⁹² Documento que tenho vindo a citar. Sobre esta aceitação, em Portugal, de a batalha ter sido considerada um juízo de Deus, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, pp. 79, 86.

Em Lisboa, os homens que tomaram estas providências, pensaram, talvez, que a sua iniciativa para aplacar a ira de Deus fora importante para o desfecho da batalha.

Naturalmente que em Castela foi o reverso da medalha. Um resultado tão estrondoso e, ainda para mais, tão rapidamente alcançado, não podia ser senão obra de Deus. Deus que não os apoiava, que se manifestara em seu desfavor. Vicente Ángel Álvarez de Palenzuela é muito claro: “Es Aljubarrota, a batalha¹⁹³ que ratifica el juicio de Diós en favor de João I¹⁹⁴”.

Interiorizada esta “verdade” pelo rei castelhano e por certo por grande parte do seu povo, era óbvio que tal castigo se devia a grandes males anteriormente praticados, tanto pelo monarca como pelos seus súbditos. A família real vestiu luto, em público e em privado e, reunidas cortes em Valladolid, nesse mesmo ano de 1385, o rei explicou que esse luto não se devia apenas ao infausto resultado da batalha, mas também aos pecados que reconhecia perante todos: tolerara males e injustiças dos poderosos por todo o reino, costumes que sabia estarem profundamente arreigados na sociedade; lançara sobre o reino uma excessiva pressão fiscal, destinada aos custos da guerra. Mas, o que era pior, essa pressão não podia ser abrandada e subiria ainda por causa dos refugiados portugueses que teria de continuar a albergar. Tudo por culpa dos seus pecados¹⁹⁵.

¹⁹³ Utilização do português e sublinhado do autor: ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “La internacionalización de los conflictos”, p. 697.

¹⁹⁴ ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “La internacionalización de los conflictos”, p. 697.

¹⁹⁵ ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “La internacionalización de los conflictos”, p. 697; OLIVERA SERRANO, César – “La memoria de Aljubarrota en Castilla”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. II. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, p. 282. Na verdade, muito ajudaram, na construção do desfecho de todo este processo, os erros cometidos da parte de Castela, antes, como durante a batalha. Podem ver-se, como exemplo: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – “Portugal y España: vivencias comunes”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, p. 817; OLIVERA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal: la pugna dinástica Avís – Trastámara*. Santiago de Compostela: CSIC - Xunta de Galicia - Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2005, pp. 91 e seg; MONTEIRO, João Gouveia – “Interpretação”. In MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Aljubarrota revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, pp. 233 e seg; MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota – 1385 – a batalha real*, pp. 105, 112-113.

Todavia, é bem sabido que as hostilidades continuaram. Muito demoraria ainda a reconstruir o que fora destruído. Muito sangue continuaria a correr e muita destruição haveria ainda de ser feita. Sabia-se isso dos dois lados da fronteira.

Procurava-se, cá como lá, o auxílio divino para o futuro. Aqui, com acções de graças e penalização dos pecados públicos; além com o reconhecimento das faltas passadas, ao menos por parte do rei. Só que acompanhado, esse reconhecimento, pela incapacidade de lhe pôr cobro¹⁹⁶.

Do que não há dúvida, penso, é de que a batalha de Aljubarrota – ou Batalha Real, como queiram chamar-lhe – foi uma das mais decisivas da Idade Média. É a ela que nós, portugueses, devemos o facto de continuarmos a ser um povo independente, com identidade própria, com fronteiras longamente marcadas e estruturadas, que nem os futuros sessenta anos de governo comum puderam apagar. Mas não foi só dentro da Península que os seus efeitos se fizeram sentir. Como bem observou Peter Russel, também a Inglaterra teria sido seriamente afectada por uma ligação entre os poderosos exércitos castelhano e francês, agindo em conjunto¹⁹⁷.

Se, como então parece ter sido geralmente aceite, a mão de Deus esteve por detrás deste acontecimento, essa mão agiu em favor de Portugal e sem dúvida infundiu ânimo nas mentes portuguesas de então.

Decisivo, para derrotar os medos.

¹⁹⁶ Ao menos no que se refere à carga fiscal, que o monarca castelhano reconhecia excessiva, OLIVERA SERRANO, César – “La memoria de Aljubarrota en Castilla”, cit., p. 283).

¹⁹⁷ RUSSEL, Peter – *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a guerra dos Cem Anos*. Trad. de Maria Ramos, rev. científica de J. Gouveia Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p. 432.

Referências Bibliográficas

Fontes impressas

Chancelarias portuguesas. D. João I. Ed. por João José Alves Dias. Vol. I, t. 1 (1384-1385) e 2 (1385); vol. II, t. 1 (1385-1388). Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2004-2005.

A conquista de Lisboa aos mouros (De expugnatione Lyxbonensi). Relato de um cruzado. Ed. e tradução de Aires A. Nascimento, introd. de Maria João V. Branco, 3.^a ed. Lisboa: Nova Vega, 2018.

Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira. Preparação do texto e introdução de António Machado Faria. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1972.

DOM DUARTE – “Leal Conselheiro”. In *Obras dos Príncipes de Avis*. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, pp. 233-442.

Livro das Leis e Posturas. Pref. de Nuno Espinosa Gomes da Silva, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971.

Livro das Posturas Antigas. Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

Livro dos Pregos. Transcrição, sumários e índices de Miguel Gomes Martins e Sara Menezes Loureiro. [Lisboa]: Câmara Municipal de Lisboa, 2016.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I.* Pref. por António Sérgio, ed. por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, vol. I e II. Porto: Civilização, s. d..

LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei dom Fernando nono rei destes reinos.* Introd. de Salvador Dias Arnaut. Porto: Civilização, 1966.

“Noticia da fundação do mosteiro de S. Vicente”. In *A conquista de Lisboa aos mouros (De expugnatione Lyxbonensi). Relato de um cruzado.* Ed. e tradução de Aires A. Nascimento, introd. de Maria João V. Branco, 3.^a ed. Lisboa: Nova Vega, 2018, pp. 178-202.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, t. I. Lisboa: Tip. Universal, 1885.

Ordenações Afonsinas. Nota de apresentação por Mário Júlio de Almeida Costa, nota textológica por Eduardo Borges Nunes, liv. II e V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Ordenações del-rei D. Duarte. Ed. preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

Ordenações Manuelinas. Nota de apresentação por Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PEREZ, Martim – “O penitencial de Martim Pérez em medievo-português”, ed. por Mário Martins. In *Lusitania Sacra* 2 (1957), pp. 57-110.

Rey de Portugall e do Algarve, senhor de Çepta. Livros I e II de D. João I (1384-1433). Introdução, transcrição e índices de Miguel Gomes Martins. [Lisboa]: Câmara Municipal de Lisboa, 2010.

Synodicon Hispanum. Dirig. por Antonio García y García. Vol. II – *Portugal*. Por Francisco Cantelar Rodríguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio García y García, Antonio Gutiérrez Rodríguez e Isaías da Rosa Pereira. Madrid: BAC, 1982.

Tratado de confissom (Chaves, 8 de Agosto de 1489). Leitura diplomática e estudo bibliográfico por José V. de Pina Martins. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

Estudos

ALLMAND, Christopher – “La guerra y los no combatientes en la Edad Media”. In KEEN, Maurice (ed.) – *Historia de la guerra en la Edad Media*. Trad. de Asunción Rodríguez Guzmán. Madrid: Antonio Machado, 2005, pp. 323-346.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. 2.^a ed., org. por Damião Peres, vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1967.

ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “La internacionalización de los conflictos”. In ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.) – *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2002, pp. 687-705.

ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “Una divina retribución: la batalla de Toro en la mentalidad castellana”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. I. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 35-55.

ARAÚJO, Renata de – *Lisboa: a cidade e o espectáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

ARIÈS, Philippe – “Richesse et pauvreté dans la mort au Moyen Âge”. In *Essais sur l'histoire de la mort en Occident du Moyen Âge a nos jours*. [Paris]: Éd. Le Seuil, 1975, pp. 85-103.

ARIÈS, Philippe – *L'homme devant la mort*. Paris: Éd. Le Seuil, 1977.

ARRANZ GUSMÁN, Ana – “La plenitud medieval (siglos XI-XIII)”. In NIETO SORIA, José Manuel (coord.) – *Europa en la Edad Media*. Madrid: Akal, 2016, pp. 171-387.

AZEVEDO, Rui Pinto de – “Compromisso da confraria do Espírito Santo de Benavente”. *Lusitania Sacra* 6 (1962-1963), pp. 7-23.

BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada: Leonor Teles*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2012.

BARBOSA, Pedro Gomes – *A conquista de Lisboa – 1147 – a cidade reconquistada aos mouros*. Lisboa: Tribuna da História, 2004.

BARBOSA, Pedro Gomes; GOUVEIA, Alexandre Patrício – *A Batalha de Trancoso (1385): a vitória dos nobres da Beira*. Lisboa: Arcádia, 2013.

BASTOS, Maria do Rosário – “Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XVI”. In MATTOSO, José (dir.) – *O reino dos mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa, 1996, pp. 109-124.

BOQUET, Damien; NAGY, Piroska – *Sensible Moyen Âge: une histoire de les emotions dans l'Occident medieval*. Paris: Éd. Le Seuil, 2015.

BRANCO, Maria João – “A conquista de Lisboa revisitada”. *Arqueologia medieval* 7 (2001), pp. 217-234.

CAETANO, Marcello – “O concelho de Lisboa na crise de 1383-1385”. In *A crise nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa – S. Paulo: Verbo, s. d., pp. 123-207.

CAETANO, Marcello – “As cortes de 1385”. In *A crise nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa – S. Paulo: Verbo, s. d., pp. 7-122.

CARDINI, Franco – *Magía, brujería y superstición en el Occidente medieval*. Trad. de Antonio-Prometeo Moya. Barcelona: Ediciones Península, 1982.

CARMONA, Juan Ignacio – *Crónica urbana del malvivir (s. XIV-XVII). Insalubridad, desamparo y hambre en Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000.

CATARINO, Maria Manuela – “A fome e a abundância: Lisboa cercada na prosa de Fernão Lopes”. In *A nova Lisboa medieval. Actas do I Encontro*. Lisboa: Ed. Colibri, 2005, pp. 111-120.

COELHO, António Borges – “Lisboa nos dois primeiros séculos após a “Reconquista””. *Arqueologia medieval* 7 (2001), pp. 235-242.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *Festa e sociabilidade na Idade Média*. Coimbra: Delegação do Inatel - Assoc. para o Desenvolvimento e Defesa da Alta de Coimbra, 1994.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “No rasto da guerra – o antes e o depois”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. I. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 287-306.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “A festa – a convivialidade”. In MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal*. Vol. I – *A Idade Média*. Coord. por Bernardo Vasconcelos e Sousa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, pp. 144-169.

COSTA, Avelino de Jesus da – “A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”. *Lusitania Sacra* 2 (1957), pp. 7-49.

DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles). Une cite assiégé*. Paris: Fayard, 1978.

DÍEZ IBÁÑEZ, Jorge – “Crisis y transformaciones (siglos XIV-XV)”. In NIETO SORIA, José Manuel (coord.) – *Europa en la Edad Media*. Madrid: Akal, 2016, pp. 389-556.

DUARTE, Luís Miguel – ““A boca do diabo”: a blasfémia e o direito penal português na Idade Média”. *Lusitania Sacra*. 2.^a série, 4 (1992), pp. 61-82.

DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1999.

DUARTE, Luís Miguel – “A marinha de guerra portuguesa”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Vol. I. Coord. por José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, pp. 290-346.

DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte: requiem por um rei triste*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

DUARTE, Luís Miguel – *Aljubarrota: crónica dos anos de brasa. 1383-1389*. Matosinhos-Lisboa: QuidNovi, 2007.

FARELO, Mário – “As procissões de 1385 na “muy nobre e sempre leal cidade de Lisboa”. In TAVARES, Rui (dir.) – *Portugal, uma retrospectiva – 1385*. Lisboa: Tinta da China, 2019, pp. 49-63.

FERNÁNDEZ CONDE, Javier – *La religiosidad medieval en España. Plena Edad Media (ss. XI-XIII)*. Gijón – Oviedo: Ediciones Trea, 2005.

FERNÁNDEZ CONDE, Javier – *La religiosidad medieval en España. Baja Edad Media*. Gijón: Ediciones Trea, 2011.

FERREIRA, Isabel Sabido – “Ingleses e castelhanos (Crónica de D. Fernando)”. In AMADO, Teresa (coord.) – *A guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, pp. 459-471.

FERRO, Maria José Pimenta – “A revolta dos mesteirais de 1383”. In *Actas das III Jornadas arqueológicas*. Vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, pp. 359-383.

GAMEIRO, Odília Alves – “Sociologia e geografia do culto medieval dos Santos Mártires de Lisboa”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 371-387.

GAUVARD, Claude – “*De grace special*”: crime, état et société en France à la fin du Moyen Âge. Vol. I e II. Paris: Publications de la Sorbonne, 1991.

GAUVIN, Claude – “La Fête Dieu et le théâtre en Angleterre au XV^e siècle”. In JACQUOT, Jean; KONIGSON, Elie (dir.) – *Les fêtes de la Renaissance*. T. III. Paris: Éd. du C.N.R.S., 1975, pp. 439-449.

GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 11-60.

GONÇALVES, Iria – “As festas do *Corpus Christi* do Porto na segunda metade do século XV: a participação do concelho”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 153-176.

GONÇALVES, Iria – “Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 77-95.

GONÇALVES, Iria – “Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 61-75.

GOUVEIA, Alexandre Patrício, v. BARBOSA, Pedro Gomes.

GOUVEIA, António Camões – “Procissões”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *História religiosa de Portugal*. Vol. 2 – *Humanismos e Reformas*. Coord. por João Francisco Marques e António Camões Gouveia. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 334-345.

GUENÉE, Bernard – *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles: Les États*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.

HEERS, Jacques – *Fêtes, jeux et joutes dans les sociétés d'Occident au Moyen Âge*, Montreal – Paris: Institut d'études médiévales, 1982.

HERCULANO, Alexandre – “Crenças populares portuguesas ou superstições populares”. In *Opúsculos*. T. IX - *Literatura*, t. I, 3.^a ed. Lisboa - Rio de Janeiro: Bertrand - Francisco Alves, 1898, pp. 155-183.

HUIZINGA, Johan – *O declínio da Idade Média*. Trad. de Augusto Abelaira. Lisboa – Rio de Janeiro: Ulisseia, s. d.

KIECKHEFER, Richard – *A magia na Idade Média*. Trad. de Maria José Figueiredo. Lisboa: Temas e Debates, 2002.

LABBÉ, Thomas – *Les catastrophes naturelles au Moyen Âge. XII^e-XV^e siècles*. Paris: Éditions C.N.R.S., 2017.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España medieval. Introducción a su estudio*. Madrid: Dykinson, 2010.

LE GOFF, Jacques – *La civilization de l'Occident medieval*. [Paris]: Arthaud, 1972.

LE GOFF, Jacques - “O maravilhoso no Ocidente medieval”. In *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Trad. de José António Pinto Ribeiro. Lisboa: Ed. 70, 1985, pp. 19-37.

LEGUAY, Jean-Pierre – “La laideur de la rue polluée à la fin du Moyen Âge. “Immondicités, fiens et bouillons” accumulés sur les chaussées des villes du royaume de France et des grands fiefs au XV^{ème} siècle”. In *Le beau et le laid au Moyen Âge. Colloque du CUERMA*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de la Provence, 2000, pp. 299-318.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3.^a ed., Lisboa: Ed. Cosmos, 1978.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV de *Nova História de Portugal*. Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Ed. Presença, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa”. In MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.) - *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)*. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 55-60.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*. 6.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

MARQUES, João Francisco – “A pregação medieval portuguesa”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 599-621.

MARTINS, Armando Alberto – *Guerras fernandinas: 1369/1382*. Matosinhos - Lisboa: QuidNovi, 2008.

MARTINS, Armando Alberto – *D. Beatriz, a princesa enjeitada (1373-1420)*. Vila do Conde: QuidNovi, 2011.

MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra (1367/1411)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

MARTINS, Miguel Gomes – “*Ficou aquela terra estragada que maravilhosamente era de ver: guerra e paisagem no Portugal medieval (1336-1400)*”. In GONÇALVES, Iria (coord.) – *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas. Actas das segundas jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 125-146.

MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro: o cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio, 2006.

MATTOSO, José – “A cidade medieval na perspectiva da história das mentalidades”. In *Cidades e história. Ciclo de conferências promovido pelo serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, pp. 21-33.

MATTOSO, José – “Os rituais da morte na liturgia hispânica dos séculos VI a XI”. In MATTOSO, José (dir.) – *O reino dos mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa, 1996, pp. 55-74.

MITRE FERNÁNDEZ, Emílio – *Desprecio del mundo y alegría de vivir en la Edad Media*. Madrid: Editorial Trotta, 2017.

MOLINA MOLINA, Ángel Luis – “Estampas medievales murcianas desde la romántica caballerescas, caza y fiesta à la predicación, procesión y romería”. In *Fiestas, juegos y espectáculos en la España medieval. Actas del VII Curso de cultura medieval celebrado en Aguilar de Campoo (Palencia) del 18 al 21 de septiembre de 1995*. Aguilar de Campoo – Madrid: Polifemo, 1999, pp. 33-63.

MOLLAT, Michel – “Les formes populaires de la piété: introduction au colloque sur la piété populaire”. In *La piété populaire au Moyen Âge. Actes du 99^e Congrès national des Sociétés Savantes, Besançon, 1974*. T. I. Paris: Bibliothèque nationale, 1977, pp. 7-25.

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino – *Batalhas e combates da marinha portuguesa*. Vol. I - 1139-1521. Lisboa: Sá da Costa, 1989.

MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Ed. Notícias, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média*. Viseu: Palimage, 2001.

MONTEIRO, João Gouveia – “Interpretação”. In MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Aljubarrota revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, pp. 193-286.

MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota, 1385: a batalha real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003.

MONTEIRO, João Gouveia – “As campanhas que fizeram história”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Vol. I. Coord. José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, pp. 245-285.

MONTEIRO, João Gouveia – “Estratégia e tática militares”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Vol. I, coord. José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, pp. 216-244.

MORENO, Humberto Baquero – “A feitiçaria em Portugal no século XV”. In *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de história*. Lisboa: Ed. Presença, 1985, pp. 61-78.

MORENO, Humberto Baquero – “Injúrias e blasfémias proferidas pelo homem medieval na sua vida de relação social”. In *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*. s. l.: Athena, s. d., pp. 81-112.

MOUNIER-KUHN, Alain – *Chirurgie de guerre: le cas du Moyen Âge*. Paris: Economica, 2006.

NAGY, Piroska, v. BOQUET, Damien.

NARBONA VIZCAÍNO, Rafael – “Tras los rastros de la cultura popular: hechicería, supersticiones y curanderismo en la Valencia medieval”. *Edad Media* 1 (1998), pp. 91-110.

OLIVEIRA, António Resende de – “A sexualidade”. In MATTOSO, José (dir.) - *História da vida privada em Portugal*. Vol. I - *A Idade Média*. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, pp. 324-347.

OLIVERA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal: la pugna dinástica Avís – Trastámara*. Santiago de Compostela: CSIC - Xunta de Galicia - Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2005.

OLIVERA SERRANO, César – “La memoria de Aljubarrota en Castilla”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. II. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 277-294.

PAIVA, José Pedro – “A magia e a bruxaria”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *História religiosa de Portugal*. Vol. 2 – *Humanismos e Reformas*. Coord. por João

Francisco Marques e António Camões Gouveia. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 369-375.

PALOU, Jean – *A feitiçaria*. Trad. de Edith Soares. Lisboa: Via Editora, 1978.

PAUL, Jacques – *El Cristianismo occidental en la Edad Media. Siglos IV-XV*. Trad. de Julia Climent. Valencia: Pub. Universitat Valencia, 2014.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000.

PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Trad. de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Palas Editores, 1975.

RAPP, Francis – *L'Église et la vie religieuse en Occident à la fin du Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.

RIBEIRO, Orlando - “Em torno da estrutura de Lisboa”. In *Opúsculos geográficos*. Vol. V - *Temas urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 65-69.

RIBEIRO, Orlando - “Le site et la croissance de Lisbonne”. In *Opúsculos geográficos*. Vol. V - *Temas urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 29-37.

ROSA, Maria de Lurdes – “Por detrás de Santiago e das feridas bélicas: mitologias perdidas da função guerreira”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. II. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 383-404.

ROSA, Maria de Lurdes – “Sagrado, devoções e religiosidade”. In MATTOSO, José (dir.) - *História da vida privada em Portugal*. Vol. I - *A Idade Média*. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, pp. 376-401.

RUBIO GARCÍA, Luis – *La procesión del Corpus en el siglo XV en Murcia y religiosidad medieval*. Múrcia: Academia Alfonso X El Sabio, 1983.

RUSSEL, Peter – *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a guerra dos Cem Anos*. Trad. de Maria Ramos, rev. científica de J. Gouveia Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

SÁNCHEZ HERRERO, José – *Cádiz. La ciudad medieval y cristiana (1260-1525)*. 2.^a ed. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1986.

SARAIVA, António José – *História da cultura em Portugal*. Vol. I. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950.

SCHMITT, Jean Claude – *História das superstições*. Trad. de Luís Serrão. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – “A cidade medieval”. In SEQUEIRA, Gustavo de Matos (dir.) – *Lisboa, oito séculos de história*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947, pp. 167-200.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – “A epopeia de Lisboa”. In SEQUEIRA, Gustavo de Matos (dir.) – *Lisboa, oito séculos de história*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947, pp. 201-237.

SILVA, A. Vieira da – *A cerca moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*. 2.^a ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. 2.^a ed., vols. I e II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1940-1941.

SILVA, A. Vieira da – *A cerca fernandina de Lisboa*. Vols. I e II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1948-1949.

SILVA, A. Vieira da – “A acção do castelo de Lisboa nas guerras e revoluções em Portugal”. In *Dispersos*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 141-156.

SILVA, A. Vieira da – “Os limites de Lisboa”. In *Dispersos*. *Dispersos*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 55-103.

SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – “A procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média portuguesa”. In TAVARES, Maria José Ferro (coord.) – *A cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 195-217.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – “Portugal y España: vivencias comunes”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 815-819.

TAVARES, Maria José Ferro – “A nobreza no reinado de D. Fernando: sua actuação em 1383-1385”. Sep. de *Revista de História Económica e Social*, 1984.

TAVARES, Maria José Ferro – *Fernando e Leonor: um reinado (mal)dito*. Lisboa: Chiado Editora, 2013.

VALDEÓN BARUQUE, Julio – “Reflexiones sobre la cultura popular en la Edad Media”. *Edad Media* 1 (1998), pp. 15-28.

VAUCHEZ, André – *La spiritualité du Moyen Âge occidental. VIII^e-XII^e siècles*. [Paris]: Presses Universitaires de France, 1975.

VAUCHEZ, André – “La piété populaire au Moyen Âge: état des travaux et position des problèmes”. In *La piété populaire au Moyen Âge. Actes du 99^e Congrès national*

des Sociétés Savantes, Besançon, 1974. T. I. Paris: Bibliothèque nationale, 1977, pp. 27-42.

VENTURA, Margarida Garcez – *O Messias de Lisboa: um estudo de mitologia politica (1383-1415)*. Lisboa: Cosmos, 1992.

VINCENT, Catherine – *Église et société en Occident XIII^e-XV^e siècles*. Paris: Armand Collin, 2009.

WOLFF, Philippe – *Automne du Moyen Âge ou Printemps des temps nouveau? L'économie européenne aux XIV^e et XV^e siècles*. Paris: Aubier, 1986.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

GONÇALVES, Iria – “No rasto da Guerra: exorcizar o medo na Lisboa de finais de Trezentos”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 15-80. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional**.

NÚMERO TEMÁTICO

“Crónicas Medievais”

THEMATIC NUMBER

“Medieval Chronicles”





Medieval Chronicles – Foreword

Crónicas Medievais - Apresentação

(a) Graeme Dunphy, (b) Isabel Barros Dias

(a) Technical University of Applied Sciences Würzburg-Schweinfurt
Technische Hochschule Würzburg-Schweinfurt
97070 Würzburg
Deutschland

g@dunphy.de

<https://orcid.org/0009-0008-4796-1200>

(b) Universidade Aberta
1250-100 – Lisboa
Portugal

IELT - Instituto de Estudos de Literatura e Tradição
IEM – Instituto de Estudos Medievais
1070-312 – Lisboa
Portugal

Isabel.Dias@uab.pt

<https://orcid.org/0000-0003-3479-6660>

Data recepção do artigo / Received for publication: 4 de Junho de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6884>



Interest in medieval historiography has boomed in the last thirty years, in no small part because of the realization that genres previously regarded as straightforward historical sources were also goldmines for literary and cultural studies. A plethora of important comprehensive publications¹ and major research projects² have focussed on what annalists and chroniclers reveal about their own agendas, worldviews, preferences, and blind spots. Many gems of medieval historical writing have appeared in new editions or translations³. Art historians have made great strides in elucidating the relationship between text, layout and images⁴. This interdisciplinary interest is exemplified in the establishment of the Medieval Chronicle Society, which has held regular conferences since 1996⁵. The present volume represents a sampling of current research on the topic, including works from Portugal, Spain, France, England and Hungary in the high and late Middle Ages. Most of the contributions focus on one particular work, but the cross-sectional nature of the historiography of the period means that each has a broader relevance.

One group of papers is dedicated to the biographies and methods of the historians themselves. Leah Shopkow explores the personal connection between the

¹ For example DELIYANNIS, Deborah (ed.) - *Historiography in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 2003; DUNPHY, Graeme (ed.) - *Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Leiden: Brill, 2010, now available also online with regular updates; BURGESS, Richard W. & KULIKOWSKI, Michael – *Mosaics of Time: The Latin Chronicle Traditions from the First Century BC to the Sixth Century AD*. Turnhout: Brepols, 2013, first of a multivolume work; WOLF, Gerhard & OTT, Norbert H. (ed.) – *Handbuch Chroniken des Mittelalters*. Berlin-Boston: De Gruyter, 2016.

² Examples include the Digital Humanities projects *The Online Froissart*, at <https://www.dhi.ac.uk/onlinefroissart/> the *Fernão Lopes Portal*, at <https://fernaolopes.fcsh.unl.pt> and the *Estoria de Espanna Digital*, at <https://blog.bham.ac.uk/estoriadigital/>

³ The edition of Alphonso X's *General Estoria* illustrates the accomplishment of a massive editorial project: ALFONSO X EL SABIO – *General Estoria*. Coord. Pedro Sánchez-Prieto. Madrid: Biblioteca Castro / Fundación José Antonio de Castro, 2009 (10 vols).

⁴ A fascinating recent example is ROE, Nina – *The Illuminated World Chronicle: Tales from the Late Medieval City*. New Haven and London: Yale University Press, 2020.

⁵ The proceedings of these conferences and other articles on chronicles have been regularly published by Brill in the book series *The Medieval Chronicle*, which in future is likely to be a journal. The first volume of this series appeared in 1999 (KOOPER, Erik (ed.) - *The Medieval Chronicle*. Leiden: Brill, 1999); volume 15 is currently in press.

thirteenth-century historians William of Andres and Thomas of Marlborough, showing how their overlapping legal careers and shared connections with other key players in cases argued before the curia led to them producing strikingly similar legal chronicles. Likewise Anna Probert examines the literary connections of the fifteenth-century English chronicler Richard Fox, using documents external to the chronicle to chart the author's relationship to Abbot John Whethamstede and translator Eleanor Hull, among others. Adrien Quéret-Podesta proposes a hypothesis about the origins and purpose of the fifteenth-century Hungarian (but German-language) *Chronicle of Spisšká Sobota*, also known as the *Georgenberger Chronik*. This paper locates the chronicle in the legitimation struggle of the German-speaking community at a time when their autonomy was in immediate danger, and suggests the work was redacted in Levoča. Meanwhile, Rodrigo Furtado reveals how the thirteenth-century *Historia de rebus Hispaniae* by the Iberian historian Rodrigo Ximénez de Rada used and was inspired by the work of one of the most important foundational historians of the early medieval period, Isidore of Seville.

Another group of papers explore the presentation of particular historical figures and events. Lisa Ruch's study of the fifteenth-century Prose *Brut* manuscript in Edinburgh University Library traces the sources which allowed this work to offer a depiction of the Anglo-Saxon king Athelstan which was unique in the *Brut* tradition. A slightly broader approach is taken by Gergely Kiss, whose study of Clemence of Hungary surveys the perception of this daughter of Charles Martell in a range of fourteenth-century narrative sources. And in a similar vein Carol Sweetenham looks at the divergent presentation of the Norman duke Robert I in a group of English chronicles by Orderic Vitalis, William of Malmesbury and Henry of Huntingdon.

Elizabeth Freeman's study of Aelred of Rievaulx revisits the genre question, showing how all of the seven works by this twelfth-century Cistercian that are traditionally classed as historiographical transcend the strict boundaries of traditional historiographical forms. Nineteenth-century scholarship defined very narrow genre categories for historical writing, annals being clearly distinguished from chronicles and so forth, and looked sceptically on works that transgressed these. However the current consensus increasingly sees the types as being fluid, with more texts proving

anomalous than perfectly fitting the categorizations. It is therefore interesting to see Aelred at home in a variety of “hybrid” genres. The broad issue of literary genres is also reappraised, with particular regard to historiographical forms and their rhetorical traits, by Leonardo Funes, who traces the evolution of the use of direct speech in Castilian historical writing from Alphonso X to John II (thirteenth to fifteenth centuries). This innovative contribution focuses on the capacity of this stylistic resource to create an environment of emotion and verisimilitude, which favours the conveying of what was considered to be the “historical truth”.

Finally, Filipe Alves Moreira’s piece on the *Crónicas abreviadas dos reis de Portugal* by Cristóvão Rodrigues Acenheiro is a good example of the important work on codicology, sources, and the circulation of manuscripts. For three hundred years, scholars have sought to bring order to the vast and chaotic tradition of historiographical manuscripts, but the task is by no means complete, and this contribution to the identification of the codex used by the 19th Century editors of Acenheiro’s work, previously considered as lost, is therefore very welcome.

The publication of this collection of essays on Medieval Chronicles is thus part of the on-going work that has been developed on the subject in recent years. These ten ground-breaking and inspired articles showcase the diverse range of possible approaches to the complexity of chronicle texts. They epitomize the current vitality of the field, and point the way forward, as so much remains to be done.

Bibliographical references

AINSWORTH, Peter & CROENEN, Godfried (coord.) – *The Online Froissart. A Digital Edition of the Chronicles of Jean Froissart*. [seen July, 1, 2023] available at <https://www.dhi.ac.uk/onlinefroissart/>

ALFONSO X EL SABIO – *General Estoria*. Coord. Pedro Sánchez-Prieto. Madrid: Biblioteca Castro / Fundación José Antonio de Castro, 2009 (10 vols)

BURGESS, Richard W. & KULIKOWSKI, Michael, *Mosaics of Time: The Latin Chronicle Traditions from the First Century BC to the Sixth Century AD*. Turnhout: Brepols, 2013.

DELIYANNIS, Deborah (ed.) – *Historiography in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 2003

DUNPHY, Graeme (ed.) - *Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Leiden: Brill, 2010.

HUTCHINSON, Amélia (coord.) – *Fernão Lopes Portal*. [seen July, 1, 2023] available at <https://fernaolopes.fcs.unl.pt>

KOOPER, Erik - *The Medieval Chronicle*. Leiden: Brill, 1999.

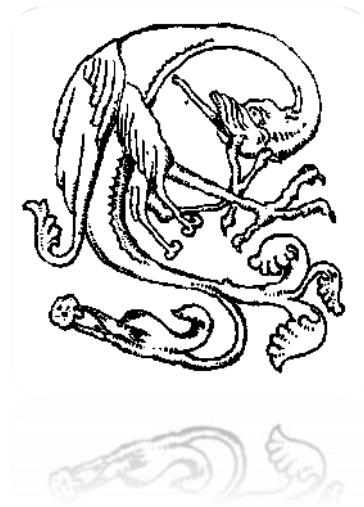
ROE, Nina - *The Illuminated World Chronicle: Tales from the Late Medieval City*. New Haven and London: Yale University Press, 2020.

WARD, Aengus (coord.) - *Estoria de Espanna Digital*. [seen July, 1, 2023] available at <https://blog.bham.ac.uk/estoriadigital/>

WOLF, Gerhard & OTT, Norbert H. (ed.), *Handbuch Chroniken des Mittelalters*. De Berlin-Boston: De Gruyter, 2016

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

GRAEME, Dunphy; BARROS DIAS, Isabel – “Medieval Chronicles - Foreword”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 83-87. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

ARTIGOS

ARTICLES



**Quelques remarques sur la genèse de la *Chronique de
Spišská Sobota***

Some remarks on the genesis of the *Chronicle of Spišská Sobota*.

Adrien Quéret-Podesta

Polish Academy of Sciences, Institute of Slavic Studies
Department of History
61-772; Poznań, Poland

adrien.queret-podesta@ispan.waw.pl
<https://orcid.org/0000-0002-8878-2638>

Data recepção do artigo / Received for publication: 13 de setembro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 16 de fevereiro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6894>

RÉSUMÉ

La *Chronique de Spišská Sobota*, qui doit son nom à son lieu de conservation, est un texte assez bref qui relate l'histoire des communautés urbaines germanophones installées dans le Spiš mais les circonstances exactes de sa création demeurent relativement mal connues. Le présent article s'efforce de reconstituer la genèse de cette œuvre et propose, en dépit de son caractère inévitablement hypothétique et incomplet, plusieurs pistes de recherche. Ainsi, l'analyse de l'unique manuscrit conservé de la chronique tend à démontrer que ce texte possédait une fonction de légitimation des droits des habitants du Spiš, ce qui suggère une possible implication de la Ligue des villes du Spiš dans sa création. L'examen du manuscrit semble également indiquer une composition de la chronique au tournant des années 1450 et 1460, soit quelques années seulement avant la perte d'autonomie des villes du Spiš en 1465, et il n'est pas interdit de penser que la perspective de cet événement a pu être un des facteurs concourant à la création de la chronique. L'analyse des mentions de localités du Spiš dans cette œuvre plaide quant à elle clairement pour une rédaction à Levoča par un lettré laïc de la ville visiblement impliqué dans l'administration de celle-ci.

Palavras-chave: Moyen Age; Chronique; Spiš; Hongrie; Moyen Haut Allemand.

ABSTRACT

The *Chronicle of Spišská Sobota* is a short historical text which owes its name to its place of conservation and relates the history of the German-speaking communities which settled in the Spiš region; however, rather little is known about the exact circumstances of its creation. The present paper aims to reconstitute the genesis of this work and proposes, despite its inevitably hypothetical and incomplete character, some directions of research. The analysis of the only preserved manuscript of the chronicle seems thus to show that this text was used as a tool of legitimation for the right of the Spiš German inhabitants, which suggests that the League of the Spiš towns could have been involved in the chronicle's creation. The examination of the manuscript also seems to indicate that the chronicle was written at the turn of the 1450s and 1460s, i.e. only a few years before the end of the towns' autonomy in 1465: the prospect of this event might thus have played a role in the creation of the chronicle. Finally, the analysis of place names in Spiš mentioned in this work strongly suggests it was composed in Levoča by one layman involved in the administration of the city.

Keywords: Middle Ages; Chronicle; Spiš; Hungary; Middle High German.



Introduction

A l’instar de son homologue polonaise, la production historiographique de la Hongrie médiévale fait la part belle au latin: la quasi-totalité des chroniques rédigées dans ce pays au Moyen Age sont ainsi écrites dans cette langue alors qu’il n’existe aucune chronique médiévale en langue hongroise et que les deux seuls textes en langue vernaculaire appartenant à la tradition historique hongroise médiévale sont composés en moyen haut allemand. La plus ancienne de ces deux œuvres est la *Chronique en langue allemande* du *minnesanger* Henri de Mügelin, qui date du second tiers du 14^e siècle¹, mais il convient de souligner que les recherches les plus récentes sur cette chronique suggèrent qu’elle constituait en réalité un travail préparatoire pour la chronique latine rimée du même auteur, laquelle était peut-être destinée au Roi des Romains Charles IV² mais est demeurée inachevée: cette œuvre, rédigée en allemand par un auteur non hongrois, ne semble pas avoir eu d’influence notable sur l’historiographie hongroise. Il en va différemment de la seconde œuvre, qui date de la seconde moitié du 15^e siècle et porte le nom de *Chronique de Spišská Sobota*, en raison de son lieu de conservation³: en effet, cette chronique assez brève, qui relate l’histoire des communautés urbaines germanophones installées dans le Spiš⁴, eut une grande influence sur les chroniques rédigées en langue allemande dans cette région à l’époque moderne⁵.

¹ MÜGELN, Henri de-, “Chronicon Henrici de Mügelin germanice conscripto”. Ed. Jenő Travník – *Scriptores Rerum Hungaricarum*, volume II, pp. 87-223. Budapest: Nap Kiadó, 1999 (Réédition; première édition: Budapest, 1938).

² BAGI, Dániel - “Zur Entstehungszeit und den Entstehungsumständen der zu Ungarns Geschichte verfassten Werke Heinrichs von Mügelin”. *Zeitschrift für deutsches Altertum und deutsche Literatur* 150 (2021), pp. 53-83.

³ En hongrois *Szépezzombat*, en allemand *Georgenberg*, en latin *Forum Sabathi* ou *Mons Sancti Georgii*, en polonais *Spišská Sobota*. Spišská Sobota est aujourd’hui un quartier de la ville de Poprad (en hongrois *Poprád*, en allemand *Deutschendorf*, en latin *Poprad* ou *Villa Theutonicalis*, en polonais *Poprad*), dans le Centre-Nord de la Slovaquie.

⁴ En hongrois *Szepes*, en allemand moderne *Zips* (la chronique donne *Czips*), en latin *Scepus*, en polonais *Spisz*. Cette région montagneuse, qui correspond à l’ancien comitat de Szepes, à l’extrême Nord de l’ancien royaume de Hongrie, est actuellement située majoritairement dans le centre-nord de la Slovaquie, à l’exception d’une petite partie qui se trouve désormais dans l’extrême Sud de la Pologne.

⁵ SZABÓ, András Péter - “Die mittelalterlichen und frühneuzeitlichen Chroniken von Leutschau, einem Hauptort der städtischen Erinnerungskultur in Ungarn”. *Documenta Pragensia* 37 (2018), pp. 198-200.

Connue par un seul manuscrit conservé, cette chronique n'a fait l'objet que de deux éditions⁶ et demeure moins étudiée que d'autres chroniques hongroises; sa genèse, en particulier, demeure relativement mal connue et la présente communication se veut une contribution à cette question. Dans un premier temps, nous proposerons une brève présentation de la *Chronique de Spišská Sobota*, puis, dans une seconde partie, nous examinerons le manuscrit contenant cette chronique avant de tenter de préciser la date de rédaction de cette œuvre, mais aussi son lieu de composition et l'identité de son auteur.

La *Chronique de Spišská Sobota*

De longueur assez modeste, (un peu plus de cinq feuillets dans l'unique manuscrit conservé), la *Chronique de Spišská Sobota* possède une structure de type chronistico-annalistique et relate l'histoire du royaume de Hongrie de 997 à 1457 avec un éclairage particulier sur le passé des communautés urbaines germanophones du Spiš. Le principal trait particulier de cette chronique est la grande attention qu'elle accorde aux circonstances de l'arrivée des populations originaires du Saint Empire et à leur rôle dans l'histoire du pays, puisque l'auteur de ce texte rappelle notamment leur loyauté envers les rois de Hongrie. Le chroniqueur souligne aussi l'origine allemande de certaines épouses royales et affirme également que la majorité des aristocrates du pays sont également originaires du Saint Empire⁷; comme plusieurs autres chroniques hongroises, cette œuvre attribue d'ailleurs à tort une origine allemande au second roi, Pierre Orseolo, qui est vénitien⁸. De fait, il convient de souligner que si la *Chronique de Spišská Sobota* contient de nombreuses informations sur l'histoire des rois de Hongrie, elle n'est pas toujours extrêmement fiable puisque l'on y trouve notamment des erreurs de généalogie –la chronique affirme ainsi, à l'instar de nombreuses autres chroniques hongroises, que Pierre

⁶ *A szepes-szombati krónika (La Chronique de Spišská Sobota)*. Ed. Kálmán Demkó. Levoča, 1891. "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur". Ed. Béla Pukánszky. *Scriptores Rerum Hungaricarum*, volume II, pp. 273-287 et 765 (notice rédigée par les auteurs de la réédition). Budapest: Nap Kiadó, 1999 (réédition; première édition: Budapest. 1938).

⁷ "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 279: "... und dy gro^esten hern dis landes haben iren urprung von den Dewtschen."

⁸ "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 279: "... noch sand Steffans tod ward czu einem konig ofgenomen Petrus eyn Dewtscher...."

Orseolo était le frère de Gisèle, l'épouse d'Etienne I, ce qui est faux⁹, mais aussi de datation, comme en témoigne l'usage de la date de 1040 pour la mort du roi Etienne I, alors que cet évènement survint en 1038¹⁰, ou de calcul, comme dans le cas de l'affirmation selon laquelle Béla II régna douze ans, alors que son règne, ainsi que cela est mentionné dans la chronique, débuta en 1131 et s'acheva en 1141¹¹.

En dépit de son caractère spécifique, la *Chronique de Spišská Sobota* suit assez fidèlement le schéma narratif des autres chroniques hongroises médiévales (on y retrouve ainsi plusieurs éléments caractéristiques, tels que la liste des peuples arrivés en Hongrie au temps des premiers rois ou encore une description négative du roi Coloman le bibliophile) et l'auteur fait même référence à une "*chronique hongroise*" dans son prologue¹². L'analyse textuelle permet de prouver qu'il s'agit ici d'une œuvre dérivant de la *Composition de chroniques hongroises du 14^e siècle*¹³: ce terme désigne en réalité deux chroniques qui relatent l'histoire de la Hongrie depuis les origines, à savoir la *Chronique de Buda* et la *Chronique illustrée*, parfois aussi appelée *Chronique viennoise* en raison de son ancien lieu de conservation. La *Chronique en langue allemande* d'Henri de Mügeln est elle aussi liée à ce groupe, puisqu'elle dérive de la *Chronique de Buda*, et le chercheur slovaque Július Sopko considère d'ailleurs que l'auteur de la *Chronique de Spišská Sobota* a pu s'inspirer de l'œuvre de son prédécesseur germanophone¹⁴, mais la comparaison des listes de peuples arrivés en Hongrie du temps du prince Géza et d'Etienne I démontre cependant une plus grande parenté avec celle contenue dans la *Chronique illustrée*, rédigée vers 1358. Béla Pukánszky, éditeur de la chronique dans les *Scriptores Rerum Hungaricarum*, affirme ainsi que la *Chronique Illustrée* est la source principale de la *Chronique de Spišská Sobota* pour les évènements survenus avant 1330¹⁵. Par ailleurs, l'auteur de cette chronique a également utilisé la *Chronique des papes et des*

⁹ "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 279: "... der was der konigin pruder..."

¹⁰ "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 279.

¹¹ "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 280.

¹² "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 279: "... als dy ungerische cronica ausweist..."

¹³ "Chronici Hungarici Compositio saeculi XIV". Ed. Sándor Domanovszky. *Scriptores Rerum Hungaricarum*, volume I, p. 217-505. Budapest: Nap Kiadó, 1999 (réédition; première édition: Budapest, 1937).

¹⁴ *Kroniki stredovekého Slovenska. Stredoveké Slovensko očami kralovských a mestských kronikarův* (Chroniques de la Slovaquie médiévale. La Slovaquie médiévale vu par les yeux des chroniqueurs royaux et urbains). Ed. Július SOPKO. Bratislava: Vydavateľstvo RAK, 1995, p. 103

¹⁵ "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 276.

empereurs de Martin de Troppau, qu'il cite comme "*dy cronica [...] Martiniana*"¹⁶ dans son récit sur la famine provoquée par l'invasion mongole en Hongrie¹⁷. En dehors de ces deux références, l'auteur ne donne pas d'autres informations sur les sources qu'il a utilisées et il est probable qu'une partie d'entre elles ait été de nature orale, voire même que le chroniqueur ait été lui-même témoin de certaines informations: ainsi que l'avait déjà constaté Béla Pukánszky, il convient en effet de souligner les notes concernant la période 1403-1457 sont nettement plus nombreuses que celles pour la période 1330-1401¹⁸.

Le manuscrit de la *Chronique de Spišská Sobota*

Bien qu'il n'existe actuellement qu'un seul manuscrit conservé contenant la *Chronique de Spišská Sobota*, il semble qu'au moins un second exemplaire ait été réalisé: l'analyse menée par Kálmán Demkó démontre en effet l'existence de certaines divergences entre le texte du manuscrit connu et les fragments de la chronique cités par les historiographes germanophones du Spiš à la période moderne¹⁹. Le premier éditeur de la chronique attribue ces divergences à l'usage d'un second manuscrit, mais il convient de souligner qu'il considère également que cette copie avait été sans doute été réalisée à partir du premier manuscrit²⁰.

Actuellement conservé au sein de l'antenne de Poprad des Archives d'Etat de Prešov, dans le quartier de Spišská Sobota, ce manuscrit a fait l'objet d'un certain nombre de mentions dans la littérature spécialisée²¹. Lors de la première description

¹⁶ "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 282.

¹⁷ QUÉRET-PODESTA, Adrien - "From Opava to Spiš. The Chronical [sic] of the Popes and the Emperors by Marcin of Opava as a source of the *Georgenberger Chronicle*". *Śląski Kwartalnik Historyczny "Sobótka"* (Trimestriel historique silésien "Sobótka"), 71:4 (2016), p. 137-144.

¹⁸ "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 276.

¹⁹ Voir *A szepes-szombati krónika*, pp. 16-20 et *Kroniki stredovekého Slovenska*, p. 103.

²⁰ *A szepes-szombati krónika*, p. 18; ce point de vue est également partagé par A. P. Szabó: SZABÓ, András Péter - "Die mittelalterlichen und frühneuzeitlichen Chroniken von Leutschau", p. 200.

²¹ *A szepes-szombati krónika*, pp. 2-4; "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", pp. 273 et 765 (notice rédigée par les auteurs de la réédition); SOPKO, Július - *Kódexy a neúplne zachované rukopisy v slovenských knižniciach / Codices ac Fragmenta Codicum Bibliothecarum Slovaciae (Kódexy slovenskej proveniencie III / Codices qui in Bibliothecis Slovaciae asservantur ac olim asservabantur III)*, Martin: Matica Slovenská, 1986, p. 170, numéros 656 et 657; OPPITZ, Ulrich-Dieter - *Deutsche Rechtsbücher des Mittelalters. II: Beschreibung der Handschriften*, Cologne-Vienne: Böhlau, 1990, p. 465, numéro. 417a; "Georgenberger Chronik", ASCHNITZ, Wolfgang - *Deutsches Litteratur Lexikon. Mittelalter. 3: Reiseberichte und Geschichtsdichtung*, Berlin-Boston: Walter De Gruyter, 2012, p. 706; ŠEDIVÝ, Juraj - "Deutsche Handschriften in der Slowakischen Republik. Historische und

codicologique et de la première édition par Kálmán Demkó à la fin du 19^e siècle, ce manuscrit comportait 25 feuillets et se composait de deux parties différentes²² assemblées à une date inconnue, mais peut-être dès le 15^e siècle; par la suite, ces deux parties ont été séparées et sont actuellement conservées sous deux cotes distinctes²³.

La première partie comporte 13 feuillets d'assez grandes dimensions (395mm par 325mm)²⁴ mais les trois premiers feuillets sont fortement endommagés, puisque la moitié extérieure dans le sens de la longueur est manquante. Cette partie est entièrement occupée par le *Zipser Willkür*²⁵, un texte légal rédigé à partir du *Sachsenspiegel* et octroyé en 1370 par le roi Louis d'Anjou aux communautés urbaines germanophones du Spiš. Il convient cependant de souligner que si les articles 1 à 75 (folios 1r à 11v.) ont été copiés lors de la création du manuscrit durant la seconde moitié du 15^e siècle, ce qui en fait la plus ancienne copie connue de ce document, les articles 76 à 90 (folios 12r à 13v.) ont été ajoutés ultérieurement, soit au 16^e siècle²⁶, soit au 17^e siècle²⁷.

La seconde partie du manuscrit (12 feuillets) possède des dimensions légèrement différentes (410mm de haut et 310 mm de large²⁸) et Julius Sopko précise que les

kodikologische Aspekte". In BREITH, Astrid - *Manuscripta germanica. Deutschsprachige Handschriften des Mittelalters in Bibliotheken und Archiven Osteuropas*. Stuttgart: S. Hirzel Verlag, 2012, p. 178; GÖNCZI, Katalin ; WIELAND, Carls ; BILY, Inge - *Sächsische-magdeburgisches Recht in Ungarn und Rumänien. Autonomie und Rechtstransfer im Donau- und Karpatenraum. Ivs saxonicum maidebvrge in Oriente 3*. Berlin - Boston: De Gruyter, 2013, p. 117 (n° 1.1); "Handschriftenbeschreibung 5552". In *Handschriftencensus. Eine Bestandsaufnahme der handschriftlichen Überlieferung deutschsprachiger Texte des Mittelalters*. Marburg: 2014. [consulté le 11 août 2022]. Disponible à <https://handschriftencensus.de/5552>

²² Ce constat est partagé par Július Sopko: voir *Kroniki stredovekého Slovenska*, p. 102.

²³ Poprad-Spišská Sobota, Štátny archív v Prešove, pracovisko Archív Poprad, Magistrat Mesta Spišská Sobota, Sign. 10034 (partie contenant la chronique) ; Poprad- Spišská Sobota, Štátny archív v Prešove, pracovisko Archív Poprad, Magistrat Mesta Spišská Sobota, Sign. 10035. Lors de notre visite aux archives de Poprad- Spišská Sobota en mars 2016, Mme Zuzana Kollárová nous a averti que les cotes de ce fonds allaient sans doute être modifiées: ces modifications ne devraient pas avoir une grande influence sur l'accès aux manuscrits car ceux-ci sont consultables sur place sous forme numérisée. L'auteur tient d'ailleurs à exprimer ses plus sincères remerciements au personnel des Archives de Poprad, en particulier à Mesdames Kollarová et Šlampová, pour son aide lors de sa visite.

²⁴ SOPKO, Július - *Kódexy a neúplne zachované rukopisy v slovenských knižniciach*, p. 170, numéro 657).

²⁵ PAPONOVÁ, Maria - "Die Zipser Willkür aus Spišska Sobota (Georgenberg). Untersuchungen zum Laut-und Formenstand". *Beiträge zur Erforschung der Deutsche Sprache* 5 (1985), pp. 41-65.

²⁶ *A szepes-szombati krónika*, p. 3; "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 273.

²⁷ SOPKO, Július - *Kódexy a neúplne zachované rukopisy v slovenských knižniciach*, p. 170, numéro 657.

²⁸ SOPKO, Július - *Kódexy a neúplne zachované rukopisy v slovenských knižniciach*, p. 170, numéro 657.

filigranes présents sur le papier de chacune des deux parties divergent également²⁹; l'état de conservation est bon, sauf en ce qui concerne les deux derniers feuillets, pour lesquels seul un fragment de la partie supérieure a été conservée. Le corps du texte date de la seconde moitié du 15^e siècle, mais il convient de souligner que les marges recèlent quelques ajouts, qui semblent avoir été réalisés à une époque ultérieure. Cette partie contient une charte de confirmation de privilèges octroyée par le roi Sigismond aux villes du Spiš en 1433, dont la longueur est de 4 feuillets et demi; la fin de cette seconde partie est quant à elle occupée par la *Chronique de Spišská Sobota*, à l'exception du dernier feuillet, qui semble être resté vide³⁰.

La plupart des spécialistes s'accordent à dire qu'à l'exception des derniers articles du *Zipser Willkür* et de quelques gloses marginales, les trois textes mentionnés ci-dessus ont été copiés durant la seconde moitié du 15^e siècle par une seule main³¹: il est donc possible que le copiste du manuscrit soit aussi l'auteur de la chronique mais cette supposition, bien que plausible, demeure impossible à confirmer en l'état actuel de nos connaissances. Il convient cependant de souligner que dans le cas où l'auteur de la chronique et celui de l'unique copie conservée seraient effectivement une seule et même personne, le manuscrit contenant cette copie devient une source potentielle d'informations sur la genèse de cette chronique.

Le contenu du manuscrit semble en effet suggérer que son but était sans doute de rassembler les documents légaux les plus importants concernant les communautés urbaines germanophones du Spiš, peut-être afin de constituer un outil de chancellerie³². L'apparition d'une chronique dans un tel contexte n'est cependant pas exceptionnelle et les cas de récits historiographiques contenus dans des manuscrits à caractère légal ou administratif ne sont pas rares: pour l'Europe Centrale, on peut ainsi citer les annales ainsi que les listes de souverains contenues dans

²⁹ SOPKO, Július - *Kódexy a neúplne zachované rukopisy v slovenských knižniciach*, p. 170, numéros 656 et 657.

³⁰ *A szepes-szombati krónika*, p. 3; "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 273.

³¹ *A szepes-szombati krónika*, p. 3 et "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 273.

³² GREULE, Albrecht; MEIER, Jörg; ZIEGLER, Arne - *Kanzleisprachenforschung: Ein internationales Handbuch*. Berlin: De Gruyter, 2012, p. 562.

le *Formularium* de Somogyvár³³ ou encore les *Memorabilia* de Kežmarok³⁴. L'analyse du texte de la *Chronique de Spišská Sobota* fait en outre apparaître l'existence de plusieurs éléments semblant témoigner de la volonté du chroniqueur de souligner et de justifier le statut particulier accordé aux communautés urbaines germanophones du Spiš. Son insistance sur la loyauté des villes du Spiš vis à vis des rois de Hongrie, notamment durant le règne de Charles d'Anjou³⁵, et sa mention des libéralités octroyées aux villes du Spiš par ce souverain ainsi que par son fils³⁶ sont évidemment à interpréter dans ce sens. L'attention accordée au sort des anciennes chartes du Spiš lors du premier incendie de Levoča au 14^e siècle³⁷ n'est également pas anodine et elle doit être mise en rapport avec le but premier du manuscrit, à savoir compiler les preuves documentaires du statut privilégié des villes de la région.

Il n'est d'ailleurs pas inutile de préciser que dès le tournant des 13^e et 14^e siècles, les villes germanophones du Spiš s'étaient constituées en ligue: celle-ci comptait originellement 24 localités et avait son siège à Levoča³⁸ mais en 1412, treize villes de la ligue furent cédées en hypothèque à la Pologne par le roi de Hongrie Sigismond de Luxembourg et elles ne furent réintégrées à la Hongrie qu'en 1772 par les Habsbourgs; la ligue, dont le siège se trouvait alors à Spišský Štvrtok³⁹, continua de fonctionner avec les onze villes restantes jusqu'en 1465, après quoi les onze villes furent dirigées par le comte du comitat de Szepes, qui avait son siège dans le château du Spiš, à environ 15 kilomètres à l'Est de Levoča⁴⁰. La réalisation d'un manuscrit recueillant les différents textes prouvant les droits accordés aux villes saxonnes du

³³ QUÉRET-PODESTA, Adrien – “The Annals of the formulary book of Somogyvár”. In BÁRÁNY, Attila, GYÖRKÖS, Attila (ed.) – *Matthias and his legacy, Cultural and Political Encounters Between East and West*. Debrecen: University of Debrecen, 2009, pp. 187–193

³⁴ “Urbis Kesmarkiensis ab anno MCDXXXIII ad MDXLVII memorabilia a scribis publicis ejusdem urbis adnotata”. Ed. Carl Ferdinand Wagner – *Analecta Scepusii sacri et profani*, volume 2. Vienne: Trattner, 1774, pp. 104–113

³⁵ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 284.

³⁶ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 284: “*Diser konig [Louis d'Anjou] und seyn vater habin dy stete zu ungeren zere gelibit und dy erhaben, und gepessert...*”.

³⁷ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 284: “*Czu der selbin czeit ist dy stat Lewtscha verprant, und aldo sein auch dy altin prife des landis des meiste teil verprant.*”.

³⁸ En hongrois *Lőcse*, en allemand *Leutschen*, en latin *Leutsovia*, en polonais *Lewocza*.

³⁹ En hongrois *Csütörtökhely*, en allemand *Donnersmarkt*, en latin *Villa Sancti Ladislai* ou *Quintoforum*, en polonais *Spisski Czwartek*. Cette ville est située à environ 10 kilomètres à l'Ouest de Levoča.

⁴⁰ CHALOUPECKÝ, Ivan – “Prehl'ad vývoja verejnej správy na Spiši”. (Aperçu du développement de l'administration publique dans le Spiš), *Sborník archivních prací* (Recueil d'études archivistiques) 13 (1963), pp. 119-168.

Spiš semble donc pouvoir refléter les intérêts de cette ligue, qui a peut-être joué un rôle dans la composition du manuscrit des Archives de Poprad contenant la *Chronique de Spišská Sobota*, voire dans la création de la chronique elle-même.

La date de rédaction de la *Chronique de Spišská Sobota*

L'établissement de la date de rédaction de cette œuvre est assez complexe, car la fin du manuscrit contenant le texte est endommagée: si la dernière note concerne l'année 1457, il n'est pas exclu que le texte ait pu continuer jusqu'au début des années 1460⁴¹. Ainsi que le souligne le premier éditeur de la chronique, la rédaction de cette œuvre fut vraisemblablement contemporaine des derniers éléments relatés: ce constat suggère donc une composition de cette œuvre au tournant des années 1450 et 1460 et une telle datation serait compatible avec l'hypothèse d'une composition à l'initiative de la Ligue des villes du Spiš, qui fonctionna jusqu'en 1465.

La question du lieu de rédaction de la *Chronique de Spišská Sobota*

S'il ne fait aucun doute que la chronique ait été rédigée dans une des villes saxonnnes du Spiš, l'identification de la ville dans laquelle elle a été composée est quelque peu plus complexe. L'examen des lieux situés dans le Spiš mentionnés par la *Chronique de Spišská Sobota* permet toutefois de proposer un essai de réponse à cette question.

Les deux premiers lieux du Spiš faisant l'objet d'une mention explicite dans la *Chronique de Spišská Sobota* apparaissent dans la description des conséquences du raid mongol en Hongrie, que l'auteur place peu après le début du règne Béla IV en 1235. Le chroniqueur rapporte ainsi le récit de Martin de Troppau selon lequel des habitants auraient mangé la terre d'une montagne⁴² et ajoute que ce fait a vraisemblablement eu lieu "là où se trouve le monastère des Chartreux", car "les habitants du Spiš ont entouré cette montagne d'un mur que l'on peut encore voir aujourd'hui"⁴³. Le monastère dont il est question est situé à environ 10 kilomètres au Sud-Ouest de Spišský Štvrtok et à une quinzaine de kilomètres au Sud-Ouest de

⁴¹ *A szepes-szombati krónika*, pp. 5-6.

⁴² Voir plus haut le paragraphe consacré aux sources de la *Chronique de Spišská Sobota*.

⁴³ "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 284: "Es ist czu glewben das das ist geschen, off dem berge do der Kartuser kloster leyt, went dy Czipser haben czu derselben czeit denselben den pergk mit einer mawer omczogen alz man das noch syd...".

Levoča, au Sud-Ouest du village de Letanovce⁴⁴; le lieu où il se trouve porte le nom évocateur de “pierre du refuge”⁴⁵, que l’on retrouve sous sa forme latine au sein d’une glose située dans la marge du manuscrit, ainsi que dans de nombreuses sources diplomatiques et sur le sceau du monastère.

Le second lieu mentionné dans le récit des conséquences de l’invasion mongole en Hongrie n’est autre que la principale ville du Spiš, à savoir Levoča, dont l’auteur affirme qu’elle fut construite après le départ des Mongols par les habitants du Spiš afin de se protéger plus efficacement de leurs ennemis⁴⁶. Levoča est d’ailleurs la ville du Spiš la plus fréquemment mentionnée dans la chronique, puisqu’elle apparaît six fois dans cette œuvre. Outre la mention de sa construction après l’invasion mongole, Levoča apparaît ainsi comme le lieu de refuge du roi Charles d’Anjou dans sa lutte contre les magnats rebelles, qu’il put finalement remporter grâce à l’aide des populations germanophones du Spiš⁴⁷. L’auteur relate ensuite l’incendie de la ville et ses conséquences désastreuses pour les archives du Spiš durant la fin du règne de Charles d’Anjou⁴⁸, la prise de la ville par les Tchèques en 1401⁴⁹, puis son siège infructueux par Istvan Dobri en 1403⁵⁰ et enfin un second incendie le jour de Pâques 1431⁵¹.

La ville suivante mentionnée dans la *Chronique de Spišská Sobota* est celle de Spišský Štvrtok: bien que cette localité n’y apparaisse explicitement qu’à une seule reprise, le caractère assez détaillé de cette mention mérite que l’on s’y attarde quelque peu.

⁴⁴ En hongrois *Létánfalva*, en allemand *Lethensdorf*, en latin on trouve les formes *Leton*, *Lethon*, *Letun*; il n’existe pas de forme spécifique en polonais. Cette localité se trouve à trois kilomètres au Sud de Spišský Štvrtok.

⁴⁵ En hongrois *Menedékkő* ou plus rarement *Menedékszirt*, en latin *Lapis Refugii*, en slovaque *Skala útočišťa*. La fondation de ce monastère débuta en 1299 et s’acheva vers 1305, mais il fut détruit deux fois par la suite avant d’être finalement abandonné au XVI^e siècle.

⁴⁶ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 282: “Czu hant dornoch ist dy stat Lewtscha gepawt wurden von den Czipsern, off das, daz sy sich fort mer von den fynden mo^echte behalden.”

⁴⁷ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 284: “... der konig muste weichen in dy stat Lewtscha...”

⁴⁸ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 284: “Czu der selbin czeit ist dy stat Lewtscha verprant, und aldo sein auch dy altin prife des landis des meiste teil verprant.”

⁴⁹ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 284: “Die Behmen haben dy Lewtscha ingehalden...”

⁵⁰ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 285: “... im jor X̄[pisti MCCCCIII wart dy Lewtscha umlegt von Dobri Istwan und her muste mit schanden dorfon czien.”

⁵¹ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 286: “Anno d[omi]ni MCCCCXXI am ostertag ist dy stat Lewtscha daz meiste teil verprant...”

L’auteur rapporte en effet l’assassinat dans le Spiš d’un officier royal qui opprimait les habitants au début du règne du roi Ladislav IV le Couman et affirme que cet évènement s’est déroulé à Spišský Štvrtok car en 1428, les habitants trouvèrent une grande quantité d’os humains et une armure lorsqu’ils ouvrirent le puits qui était comblé devant l’église ainsi que dans plusieurs caves⁵².

La ville suivante par ordre chronologique est celle de Kežmarok⁵³, qui apparaît quatre fois dans la chronique. Ces mentions, qui concernent toutes des évènements survenus au 15^e siècle, sont assez brèves et relatent en majorité des évènements militaires. L’auteur rapporte ainsi tout d’abord la prise de la ville par les Hongrois en 1401⁵⁴, puis il mentionne son invasion par les Hussites en 1433⁵⁵, son opposition au roi Ladislav en 1440⁵⁶ et enfin l’attaque qu’elle subit par Jan Jiskra en 1441⁵⁷.

Trois autres localités du centre et de l’Est du Spiš, à savoir Richnava⁵⁸, Spišské Podhradie⁵⁹ et Spišská Nová Veš⁶⁰ sont également mentionnées à l’occasion du récit

⁵² “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 283: “Anno d[omi]ñi MCCLXXVIII adyr eyn Jor dirfuër, Ist eyn her gewest ym Czipser des koniges diner, der hatte den Czipsern gros widerdris und smocheit gethon, dorume dirschlugen sy yn und das ist geschen in Donnerstmarkt, went In dem Jor X[pisti] pey MCCCCXXVIII, do man den pron vuer der kirchen offente dervon langen Joren verdeckt was, do fandt man in dem selben pron vil menschen peyn und panczer und in dy keller fand man auch peyn, dorume musten dy Czipser disem konig Lasla gros gelt geben”. Voir aussi QUÉRET-PODESTA, Adrien - “The episode of the murder of Hungarian King Ladislav IV’s officer in the Chronicle of Spišská Sobota and its significance”. *Studia z Dziejów Średniowiecza* (Etudes d’histoire du Moyen Age) 22 (2018), pp. 243-251.

⁵³ En hongrois *Késmárk*, en allemand *Käsmark*, en latin *Caesareoforum* ou *Kesmarkium*, en polonais *Kieżmark*.

⁵⁴ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 284: “Die Behmen haben dy Lewtscha ingehalden, und dy Ungern den Kesmarkt...”.

⁵⁵ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 285: “Anno des Hern an Sand Marci tag kommen dy Hussin mit irem hewptman Johannes Pardus durch Polan in den Czipser mit den wagenpurk und mit grossem folke und gewonnen den Kesmarkt...”.

⁵⁶ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 286: “...und dy Stete alle mit konig Lasla, ausgenommen der Kesmarkt, Offen und Weissenpurk.”.

⁵⁷ “Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”, p. 286: “Anno Anno d[omi]ñi MCCCCXLI umb Sand Galli tag, dersteg her [Jan Jiskra] der Kesmarkt.”.

⁵⁸ En hongrois *Rihónó*, en allemand *Richenau*; le nom de la localité dans les documents latins revêt différentes formes inspirées des langues vernaculaires, il n’existe en revanche pas de forme spécifique en polonais. Cette ville est située à 35 kilomètres au Sud-Est de Levoča.

⁵⁹ En hongrois *Szépesváralfa*, en allemand *Kirchdrauf*, en latin *Villa Saxonum sub castro*, *Suburbium* ou *Villa Saxonum de Suburbio*, en polonais *Podgrodzie*. Cette ville, située à 15 kilomètres à l’Est de Levoča, fait partie de celles qui ont été cédées à la Pologne en 1412.

⁶⁰ En hongrois *Igló* (forme ancienne: *Szépesújély*), en allemand *Zipser Neudorf*, en latin *Villa Nova* ou *Iglovia*, en polonais *Spiska Nova Wieś*. Cette ville, qui faisait partie des localités cédées à la Pologne en 1412, est située à environ 10 kilomètres au Sud de Levoča et environ 10 kilomètres au Sud-Est de Spišský Štvrtok.

de la campagne militaire de Jan Jiska et de l'évêque d'Eger en 1443⁶¹; enfin, la dernière localité du Spiš citée par la *Chronique de Spišská Sobota* est celle de Hrabušice⁶², dont l'auteur rapporte qu'elle fut attaquée en 1453⁶³.

L'analyse de la localisation géographique des villes du Spiš dans la *Chronique de Spišská Sobota* fait clairement apparaître une nette concentration des mentions dans la région de Levoča et de Spišský Štvrtok, tandis que le Nord et l'Ouest du Spiš sont représentés par la seule ville de Kežmarok. La région de conservation de la chronique, à savoir la zone de Poprad et de Spišská Sobota, deux villes qui furent cédées à la Pologne en 1412, n'est quant à elle absolument pas évoquée dans ce texte, ce qui selon nous plaide clairement contre l'hypothèse d'une rédaction de la chronique dans l'une de ces deux localités⁶⁴.

La place importante accordée à la zone de Levoča et de Spišský Štvrtok dans la *Chronique de Spišská Sobota* tend en revanche à suggérer que ce texte y a très probablement été rédigé, mais il est difficile de déterminer laquelle de ces deux villes constitue le lieu de naissance de la chronique. La ville de Levoča, localité centrale de la région en raison de son double statut de prospère ville royale et de siège originel de la Ligue des villes saxonnnes du Spiš, mais aussi lieu le plus fréquemment mentionné, constitue naturellement une candidate particulièrement plausible; le chercheur hongrois spécialiste des chroniques du Spiš András Péter Szabó affirme ainsi que le contenu de la *Chronique de Spišská Sobota* suggère qu'elle a été rédigée à Levoča⁶⁵ et sa grande influence sur la production historiographique

⁶¹ "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 286: "Czuhant dornoch als Reichnaw gewonnen wart, do quam der pischolf von Erlau mit vil folk und legte sich ken Kirchdorff [...] also legte sich der pischolf mit der wagenpurk pey daz Newdorff."

⁶² En hongrois *Káposztafalva*, en allemand *Kabsdorf*. Le nom de la localité dans les documents latins revêt différentes formes inspirées des langues vernaculaires; en revanche, il n'existe pas de forme spécifique en polonais. Cette localité est située à environ 15 kilomètres au Sud-Ouest de Levoča et 5 kilomètres au Sud Ouest de Spišský Štvrtok.

⁶³ "Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur", p. 286: "Anno d[o]m[in]i MCCCLIII besaczte pey Kapisdorff..."

⁶⁴ L'hypothèse de la rédaction de la *Chronique de Spišská Sobota* dans la localité du même nom apparaît toutefois dans une notice encyclopédique consacrée à cette œuvre: MOSSMAN, Stephen - "Georgenberger Chronik". In DUNPHY, Graeme; BRATU, Cristian (Eds.) - *Encyclopedia of the Medieval Chronicle* [En ligne]. Leiden - Boston: Brill, 2010. [Consulté le 18 juillet 2022]. Disponible à http://dx.doi.org/10.1163/2213-2139_emc_EMCSIM_01093

⁶⁵ SZABÓ, András Péter - "Die mittelalterlichen und frühneuzeitlichen Chroniken von Leutschau", p. 200.

de cette ville à l'époque moderne constitue un argument supplémentaire dans ce sens. Par ailleurs, l'hypothèse de rédaction de la chronique dans cette localité n'est pas nécessairement incompatible avec le caractère relativement détaillé de la description du paysage urbain de Spišský Štvrtok et de ses proches alentours, comme le monastère chartreux de la *Lapis Refugii*, puisque ces lieux sont assez proches de Levoča et pouvaient être atteints en seulement quelques heures de marche depuis cette ville. La confrontation de ces différents éléments semble donc indiquer que la *Chronique de Spišská Sobota* a vraisemblablement été composée à Levoča et le titre donné à cette œuvre dans les *Scriptores Rerum Hungaricarum*, à savoir "*Chronique conservée à Spišská Sobota*" (*Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur*) reflète avec davantage de précision la nature exacte du lien entre cette œuvre et Spišská Sobota.

L'auteur de la chronique

Bien que l'auteur de la *Chronique de Spišská Sobota* soit demeuré anonyme, l'examen de cette œuvre permet de cerner d'un peu plus près le chroniqueur. Ainsi, dès la première lecture de ce texte, il apparaît clairement que son auteur est lui-même très certainement membre d'une des communautés urbaines germanophones du Spiš: cette opinion est également partagée par Kalmán Demkó ainsi que par l'éditeur de la chronique dans les *Scriptores Rerum Hungaricarum* et par les auteurs de la réédition de cette collection, qui soulignent également la bonne formation intellectuelle de ce chroniqueur et considèrent qu'il s'agissait vraisemblablement d'un laïc⁶⁶.

Le constat selon lequel l'auteur de la *Chronique de Spišská Sobota* serait un laïc lettré et le fait que cette œuvre avait visiblement pour fonction de contribuer à justifier les droits des habitants des communautés urbaines germanophones du Spiš, ainsi qu'en témoigne la présence de l'unique version conservée dans un manuscrit contenant des documents d'octroi de droits, semblent suggérer une appartenance du chroniqueur au milieu juridique et une connaissance des pratiques de chancellerie, ce dernier point étant notamment corroboré par sa remarque sur le devenir des

⁶⁶ *A szepes-szombati krónika*, p. 6; "*Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur*", p. 276 et 765 (notice rédigée par les auteurs de la réédition).

archives du Spiš durant l'incendie de Levoča au 14^e siècle. Le lieu de rédaction le plus vraisemblable de la chronique étant la ville de Levoča, il est donc probable que l'auteur du texte ait appartenu au personnel de chancellerie de cette localité, ou bien qu'il en ait été juge ou membre du conseil municipal, et il convient de constater que la quasi-totalité des chroniqueurs du Spiš aux 16^e et 17^e siècles ont exercé une ou plusieurs de ces fonctions⁶⁷.

Dans le cas où la Ligue des villes du Spiš aurait effectivement joué un rôle dans la création de l'unique manuscrit conservé de cette œuvre ainsi que dans la naissance de la chronique, il nous semble plus plausible que les dirigeants de cette ligue aient commissionné un membre du personnel de chancellerie plutôt qu'un représentant des élites de Levoča. Dans ce contexte, il convient de constater que l'existence d'un notaire urbain (*Stadtnotar, Stadtschreiber*) à Levoča est attestée dès 1447⁶⁸, date pour laquelle deux documents rédigés par l'occupant de cette fonction, Jorg Stock, sont conservés⁶⁹. Bien que cela ne puisse être prouvé avec certitude dans l'état actuel de nos connaissances, il est possible que Jorg Stock ou bien l'un de ses successeurs, par exemple le *Stadtschreiber* Martinus, connu notamment par un document rédigé en 1472⁷⁰, ait été l'auteur de la *Chronique de Spišská Sobota* : il nous semble toutefois opportun de souligner qu'une telle identification est extrêmement hypothétique et que des analyses plus approfondies, notamment dans les domaines de la prosopographie et de la paléographie, doivent être menées afin de confirmer ou d'infirmer cette possibilité.

⁶⁷ SZABÓ, András Péter - "Die mittelalterlichen und frühneuzeitlichen Chroniken von Leutschau", p. 200.

⁶⁸ GREULE, Albrecht; MEIER, Jörg; ZIEGLER, Arne - *Kanzleisprachenforschung: Ein internationales Handbuch*, p. 560.

⁶⁹ MEIER, Jörg; PIIRAINEN, Ilpo Tapani; WEGERA, Klaus-Peter - *Deutschsprachige Handschriften in slowakischen Archiven Vom Mittelalter bis zur Frühen Neuzeit*. 3: Ostslowakei. Berlin-New York: De Gruyter, 2009, p. 421, documents BJ 38 (Bardejov, Štátny archív v Prešove, pracovisko Archív Bardejov, Magistrat Mesta Bardejov, cote 487 [ancienne cote: 478]) et BJ 40 (Bardejov, Štátny archív v Prešove, pracovisko Archív Bardejov, Magistrat Mesta Bardejov, cote 489 [ancienne cote: 480]).

⁷⁰ MEIER, Jörg; PIIRAINEN, Ilpo Tapani; WEGERA, Klaus-Peter - *Deutschsprachige Handschriften in slowakischen Archiven Vom Mittelalter bis zur Frühen Neuzeit*. 3: Ostslowakei, p. 478, document BJ 423 (Bardejov, Štátny archív v Prešove, pracovisko Archív Bardejov, Magistrat Mesta Bardejov, cote 1851 [ancienne cote: 1849]).

Conclusion

Bien que l'essai de reconstitution de la genèse de la *Chronique de Spišská Sobota* proposé ci-dessus possède nécessairement un caractère partiellement hypothétique et incomplet, il contient également quelques enseignements dignes d'intérêt. Ainsi, l'analyse de l'unique manuscrit conservé de la chronique démontre sans peine que ce texte possédait clairement une fonction de légitimation des droits des habitants du Spiš, ce qui tend à suggérer une possible implication de la Ligue des villes du Spiš dans sa création. L'examen du manuscrit semble également indiquer une composition de la chronique au tournant des années 1450 et 1460, soit quelques années seulement avant la perte d'autonomie des villes du Spiš en 1465 et il n'est pas interdit de penser que la perspective de cet événement a pu être un des facteurs concourant à la création de la chronique. L'analyse des mentions de localités du Spiš dans cette œuvre plaide quant à elle clairement pour une rédaction à Levoča par un lettré laïc de la ville visiblement impliqué dans l'administration de celle-ci. La *Chronique de Spišská Sobota* peut donc être considérée comme un bon exemple d'ouvrage historique "de bureau", selon la typologie définie par Bernard Guénée⁷¹, mais elle constitue également le premier monument marquant de la florissante production chronistique de la ville de Levoča⁷².

⁷¹ GUÉNÉE, Bernard - *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Aubier-Montaigne, 1980.

⁷² SZABÓ, András Péter - "Die mittelalterlichen und frühneuzeitlichen Chroniken von Leutschau", *passim*. Cette production, très variée, se compose d'ouvrage de différentes tailles, rédigés dans différentes langues (latin, allemand), mais également sur différents supports, puisque si la majorité d'entre elles ont été réalisées sous forme livresque, deux courts textes de type chronstico-annalistique ont également été également été consignés sur l'un des murs de l'église Saint Jacques et sur une colonne de l'ancienne bibliothèque de l'église: voir "Inscriptiones templi principis Leutschoviae". Ed. Carl Ferdinand Wagner. *Analecta Scepusii sacri et profani*, volume II, p. 346-348. Vienne: Trattner, 1774.

Bibliographical references

Sources

Manuscript sources

Bardejov, Štátny archív v Prešove, pracovisko Archív Bardejov, Magistrat Mesta Bardejov, cote 487 [ancienne cote: 478].

Bardejov, Štátny archív v Prešove, pracovisko Archív Bardejov, Magistrat Mesta Bardejov, cote 489 [ancienne cote: 480].

Bardejov, Štátny archív v Prešove, pracovisko Archív Bardejov, Magistrat Mesta Bardejov, cote 1851 [ancienne cote: 1849].

Poprad-Spišská Sobota, Štátny archív v Prešove, pracovisko Archív Poprad, Magistrat Mesta Spišská Sobota, Sign. 10034.

Poprad-Spišská Sobota, Štátny archív v Prešove, pracovisko Archív Poprad, Magistrat Mesta Spišská Sobota, Sign. 10035.

Printed sources

A szepes-szombati krónika (La *Chronique de Spišská Sobota*). Ed. Kálmán Demkó. Levoča, 1891.

“Chronici Hungarici Compositio saeculi XIV”. Ed. Sándor Domanovszky. *Scriptores Rerum Hungaricarum*, volume I, pp. 217-505. Budapest: Nap Kiadó, 1999 (réédition; première édition: Budapest, 1937).

“Chronicon, quod in Monte Georgii conservatur”. Ed. Béla Pukánszky. *Scriptores Rerum Hungaricarum*, volume II, pp. 273-287 et 765 (notice rédigée par les auteurs de la réédition). Budapest: Nap Kiadó, 1999 (réédition; première édition: Budapest, 1938).

“Inscriptiones templi principis Leutschoviae”. Ed. Carl Ferdinand Wagner. *Analecta Scepusii sacri et profani*, volume II, pp. 346-348. Vienne: Trattner, 1774.

Kroniki stredovekého Slovenska. Stredoveké Slovensko očami kralovských a mestských kronikárov (Chroniques de la Slovaquie médiévale. La Slovaquie médiévale vu par les yeux des chroniqueurs royaux et urbains). Ed. Július SOPKO, Bratislava: Vydavateľstvo RAK, 1995.

MÜGELN, Henri de, “Chronicon Henrici de Mügeln germanice conscripto”. Ed. Jenő Trávník. *Scriptores Rerum Hungaricarum*, volume II, pp. 87-223. Budapest: Nap Kiadó, 1999 (Réédition; première édition: Budapest, 1938).

“Urbis Kesmarkiensis ab anno MCDXXXIII ad MDXLVII memorabilia a scribis publicis ejusdem urbis adnotata”. Ed. Carl Ferdinand Wagner, *Analecta Scepusii sacri et profani*, volume 2, Vienne: Trattner, 1774, pp. 104–113

Studies

ASCHNITZ, Wolfgang - *Deutsches Litteratur Lexikon. Mittelalter. 3: Reiseberichte und Geschichtsdichtung*, Berlin-Boston: De Gruyter, 2012.

BAGI, Dániel - "Zur Entstehungszeit und den Entstehungsumständen der zu Ungarns Geschichte verfassten Werke Heinrichs von Mügeln". *Zeitschrift für deutsches Altertum und deutsche Literatur* 150 (2021), pp. 53–83.

CHALOUPECKÝ, Ivan - "Prehl'ad vývoja verejnej správy na Spiši". (Aperçu du développement de l'administration publique dans le Spiš). *Sborník archivních prací* (Recueil d'études archivistiques) 13 (1963), pp. 119-168.

GÖNCZI, Katalin ; WIELAND, Carls ; BILY, Inge – *Sächsische-magdeburgisches Recht in Ungarn und Rumänien. Autonomie und Rechstransfer im Donau- und Karpatenraum*. Ivs saxonico maidebvrgense in Oriente 3. Berlin, Boston : De Gruyter, 2013.

GREULE, Albrecht; MEIER, Jörg; ZIEGLER, Arne - *Kanzleisprachenforschung: Ein internationales Handbuch*. Berlin: De Gruyter, 2012.

GUÉNÉE, Bernard - *Histoire et culture historique dans l'Occident medieval*. Paris: Aubier-Montaigne, 1980.

"Handschriftenbeschreibung 5552". In *Handschriftencensus. Eine Bestandsaufnahme der handschriftlichen Überlieferung deutschsprachiger Texte des Mittelalters*. Marburg: 2014. [consulté le 11 aout 2022]. Disponible à <https://handschriftencensus.de/5552>

MEIER, Jörg; PIIRAINEN, Ilpo Tapani; WEGERA, Klaus-Peter - *Deutschsprachige Handschriften in slowakischen Archiven Vom Mittelalter bis zur Frühen Neuzeit. 3: Ostlowakei*. Berlin-New York: De Gruyter, 2009.

MOSSMAN, Stephen - "Georgenberger Chronik". In DUNPHY, Graeme; BRATU, Cristian (Eds.) – *Encyclopedia of the Medieval Chronicle* [En ligne]. Leiden, Boston: Brill, 2010. [Consulté le 18 juillet 2022]. Disponible à http://dx.doi.org/10.1163/2213-2139_emc_EMCSIM_01093

OPPITZ, Ulrich-Dieter - *Deutsche Rechtsbücher des Mittelalters. II: Beschreibung der Handschriften*. Cologne-Vienne: Böhlau, 1990.

PAPSONOVÁ, Maria - "Die Zipser Willkür aus Spišska Sobota (Georgenberg). Untersuchungen zum Laut-und Formenstand". *Beiträge sur Erforschung der Deutsche Sprache* 5 (1985), pp. 41-65.

QUÉRET-PODESTA, Adrien - "From Opava to Spiš. The *Chronical of the Popes and the Emperors* by Marcin of Opava as a source of the *Georgenberger Chronicle*". *Śląski*

Kwartalnik Historyczny "Sobótka" (Trimestriel historique silésien "Sobótka"), 71:4 (2016), pp. 137-144.

QUÉRET-PODESTA, Adrien - "The Annals of the formulary book of Somogyvár". In BÁRÁNY, Attila; GYÖRKÖS, Attila (Eds.) - *Matthias and his legacy. Cultural and Political Encounters between East and West*. *Speculum Historiae Debreceniense*, I. Debrecen: University of Debrecen, 2009, pp. 187-193.

QUÉRET-PODESTA, Adrien - "The episode of the murder of Hungarian King Ladislas IV's officer in the Chronicle of Spišska Sobota and its significance". *Studia z Dziejów Średniowiecza* (Etudes d'histoire du Moyen Age) 22 (2018), pp. 243-251.

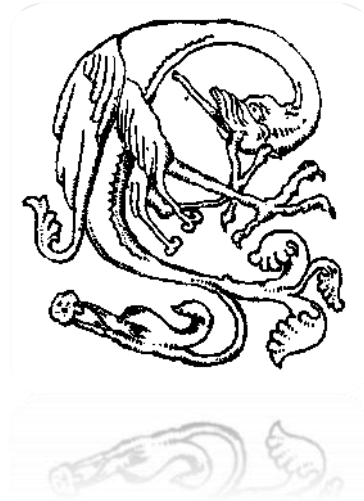
ŠEDIVÝ, Juraj - "Deutsche Handschriften in der Slowakischen Republik. Historische und kodikologische Aspekte". In BREITH, Astrid - *Manuscripta germanica. Deutschsprachige Handschriften des Mittelalters in Bibliotheken und Archiven Osteuropas*. Stuttgart: S. Hirzel Verlag, 2012, pp. 167-181.

SOPKO, Július - *Kódexy a neúplne zachované rukopisy v slovenských knižniciach / Codices ac Fragmenta Codicum Bibliothecarum Slovaciae (Kódexy slovenskej proveniencie III / Codices qui in Bibliothecis Slovaciae asservantur ac olim asservabantur III)*. Martin: Matica Slovenská, 1986.

SZABÓ, András Péter - "Die mittelalterlichen und frühneuzeitlichen Chroniken von Leutschau, einem Hauptort der städtischen Erinnerungskultur in Ungarn". *Documenta Pragensia* 37 (2018), pp. 193-212.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

QUÉRET-PODESTA, Adrién – “Quelques remarques sur la genèse de la chronique de *Spišská Sobota*”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 91-110. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Um manuscrito alcobacense reencontrado: as *Crónicas abreviadas dos reis de Portugal* de Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1537)

An alcobacense manuscript recovered: the *Summary of the Chronicles of the Portuguese Kings* by Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1537)

Filipe Alves Moreira

Universidade do Porto¹ e Universidade Aberta
Via Panorâmica, s/n
4150-564; Porto; Portugal

gomeseanes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7426-7395>

Data recepção do artigo / Received for publication: 13 de Setembro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 16 de Fevereiro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6901>

¹ Este trabalho é financiado pela Fundação pela Ciência e a Tecnologia (DL/2016/CP1367/CT002).

RESUMO

Este trabalho sistematiza os dados atualmente conhecidos sobre a tradição manuscrita das *Crônicas abreviadas dos reis de Portugal*, de Cristóvão Rodrigues Acenheiro, incluindo a identificação dos manuscritos utilizados pela única edição existente (Academia das Ciências, 1824). Argumenta-se que o texto base dessa edição foi um manuscrito alcobacense do século XVI que, após ter passado pela Academia das Ciências e pela biblioteca particular da condessa de Azambuja, está presentemente no Arquivo Distrital de Braga.

Palavras-chave: Cristóvão Rodrigues Acenheiro; biblioteca do mosteiro de Alcobaça; livrarias particulares; Arquivo Distrital de Braga; historiografia medieval portuguesa

ABSTRACT

This work systematizes the known data on the manuscript tradition of the *Summary of the chronicles of the Portuguese Kings* by Cristóvão Rodrigues Acenheiro, including the identification of the manuscripts used by the only existing edition (Academia das Ciências, 1824). It is argued that the base text of this edition was a 16th century copy belonging to the monastery of Alcobaça which, after being used by the Academia das Ciências, belonged to the Countess of Azambuja and it is currently in the Arquivo Distrital de Braga.

Keywords: Cristóvão Rodrigues Acenheiro; library of the Monastery of Alcobaça; private libraries; Arquivo Distrital de Braga; Portuguese medieval historiography



No decorrer de investigações para o projeto BITAGAP², deparei-me com um manuscrito do Arquivo Distrital de Braga que, após alguma pesquisa, concluí poder identificar-se com um códice alcobacense quinhentista considerado perdido. Informei desse facto os responsáveis por este projeto, Professores Arthur Askins, Harvey L. Sharrer e Martha Schaffer e, pouco depois, redigi uma pequena notícia para a página do *Facebook* do projeto *Philobiblon*, de que BITAGAP faz parte, dando conta do achado. As informações aí deixadas, juntamente com algumas mais, foram imediatamente incluídas na BITAGAP (Texid 10802 e Manid 4414). Prometi então voltar ao assunto, de modo a justificar e explicar mais detidamente esta descoberta. Embora ela tenha sido, entretanto, mencionada na versão revista de um importante estudo da autoria de Aires Nascimento³ (que tinha sido informado do facto por Arthur Askins), não cheguei a cumprir aquela promessa. Faço-o agora, aproveitando esta oportunidade, pela qual agradeço à revista *Medievalista*.

1. Cristóvão Rodrigues Acenheiro, as *Crónicas Abreviadas dos reis de Portugal* e a crítica

O nome de Cristóvão Rodrigues Acenheiro (ou Azinheiro) e as suas *Crónicas Abreviadas dos Reis de Portugal*⁴ – que passarei a designar por CRP – são bem conhecidos dos investigadores, embora faltem estudos aprofundados que lhes sejam especificamente dedicados. Acenheiro foi um bacharel em direito civil e procurador eborense, sobre cuja vida pouco se sabe. Nasceu nessa cidade em 1474 e aí faleceu em 1538, deixando descendência e sendo, então, morador na freguesia de Santo Antão⁵. É conhecido, sobretudo, por duas obras. A primeira é o chamado *Livro do*

² BITAGAP (*Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses*). Dir. Arthur L-F. Askins. The Bancroft Library. University of California, Berkeley, 1997-. [Consultado a 12 agosto 2022]. Disponível em: http://vm136.lib.berkeley.edu/BANC/philobiblon/bitagap_en.html.

³ NASCIMENTO, Aires – “Em busca dos códices alcobacenses perdidos”. In *O scriptorium de Alcobaca: o longo percurso do livro manuscrito português*. Coleção “Estudos monásticos alcobacenses”. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural e Mosteiro de Alcobaca, 2018, pp. 283-312 [máxime p. 287].

⁴ Este título, tal como o de *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal* que foi utilizado na única edição existente, são convencionais. Como era comum à época, Acenheiro nomeia a sua obra de diferentes formas: “sumários e allembança das coroniquas dos reis de Portugal”, “Suma abreviaçam das cronicas dos reys de Portugal” ou, simplesmente, “Crónicas”.

⁵ O próprio Acenheiro nos dá estas informações: ACENHEIRO, Christovão Rodrigues – *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*. Collecção de Inéditos da História Portuguesa. Vol. V. Lisboa: Real Academia

*Acenheiro*⁶, uma compilação de resumos e cópias de documentos relativos à sua cidade natal, elaborada, ou terminada, em 1537 a pedido de D. João III e presentemente à guarda do Arquivo Distrital de Évora (num. 1796 da Misericórdia de Évora). A segunda, que aqui nos interessa, são as já aludidas CRP.

Segundo as suas mesmas palavras, foi em 1535 que Acenheiro deitou mãos à tarefa, que à época começava a ser prática comum em Portugal⁷, de reunir, selecionar e sumariar um conjunto de informações respeitantes à história dos sucessivos monarcas portugueses, tarefa de que resultou a composição das CRP⁸. Como ele diz, esta obra assentava em três conjuntos principais de fontes: as crónicas novas e velhas do reino, mais uma antiga crónica “da Galiza” e uma outra castelhana (textos em que baseou os seus resumos dos governos e reinados desde o conde D. Henrique até D. Afonso IV); um Sumário previamente feito por algum curioso a que ele se limitaria a acrescentar certos trechos e cujo conteúdo ia desde o reinado de D. Pedro até o de D. João II; e, por último, lembranças do próprio Acenheiro relativas aos reinados de D. Manuel e de D. João III. Ainda que os objetivos pretendidos com a feitura deste sumário de crónicas não tenham sido expostos com a mesma clareza, facilmente se suporá radicarem eles na conveniência de pôr nas mãos de públicos diversificados matéria que por então estaria ao alcance apenas de quem tivesse os conhecimentos e os meios necessários para proceder à leitura ou cópia das volumosas e ainda inéditas crónicas portuguesas. Em todo o caso, e apesar do sucesso de que poderão dar conta várias cópias que da sua obra se fizeram (aspeto que mais abaixo retomarei) a crítica moderna tardaria a reconhecer o importante papel por ela desempenhado. É certo que a Academia das Ciências de Lisboa incluiu-a na valiosa coleção de “Inéditos de História Portuguesa”, editando-a em 1824 sob a designação de *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*. Mas terá bastado um severo juízo de Herculano considerando-a “um rol de mentiras e disparates” de que, quando

das Ciências, 1824, pp. 1, 12 e 116. A informação sobre o ano da morte de Acenheiro foi descoberta por BARATA, António Francisco – *Évora Antiga*. Évora: Minerva Commercial, 1909, pp. 154-155.

⁶ PEREIRA, Gabriel – *Documentos históricos da cidade de Évora*. Primeira parte. Évora: Typographia económica de José d’Oliveira, 1887, pp. 112-122. Este *Livro* tem sido abundantemente utilizado, sobretudo em estudos sobre a história de Évora.

⁷ MOREIRA, Filipe Alves – “Os sumários de crónicas portuguesas: textos, contextos, paratextos”. *Cahiers d’Études Hispaniques Médiévales* 35 (2012), pp. 79-92.

⁸ A obra foi terminada, porém, nos finais de 1537, ou pouco depois, como se vê pelas suas palavras finais, relativas ao estabelecimento da Inquisição em Portugal.

muito, haveria que aproveitar as lembranças da época de D. Manuel e D. João III, ou uma não menos severa e sumária apreciação de Teófilo Braga⁹ para que a obra regressasse ao esquecimento de que por momentos e graças à impressão parecera poder sair.

Assim iam as coisas quando, pelos anos 40 do século passado, as importantes e infatigáveis investigações de Artur de Magalhães Basto em torno da antiga historiografia portuguesa abriram caminho para uma melhor compreensão dos importantes problemas suscitados pela obra de Acenheiro¹⁰. O erudito investigador portuense compreendeu muito bem, na verdade, que, ao apresentarem-se, sobretudo, como compilações de escritos prévios e alheios, as páginas do bacharel de Évora talvez preservassem amplas passagens provenientes de textos que hoje se poderão considerar perdidos ou desconhecidos – qualquer coisa como um “cemitério de crónicas”. E, tratando de pôr em prática a sua ideia, conseguiu demonstrar que entre as fontes de Acenheiro se encontrava nada menos que a crónica que tinha sido há pouco redescoberta pelo próprio Magalhães Basto – refiro-me à chamada *Crónica de 1419*-, e que seria ela uma das “crónicas velhas do reino” a que o historiador quinhentista alude em algumas passagens da primeira parte da sua obra. Dado o estado algo defeituoso como esta *Crónica de 1419* chegou até nós, a compilação de Acenheiro poderia mesmo fornecer importantes achegas a respeito do conteúdo de algumas partes que não se preservam nos testemunhos conhecidos, entre elas, e como logo evidenciou Magalhães Basto, talvez o célebre episódio da morte de Inês de Castro. Por outro lado, ao acolher quase na íntegra uma obscena carta de D. Afonso IV cujas passagens mais chocantes haviam sido explicitamente omitidas por Rui de Pina na versão mais conhecida desta carta, prestara o bacharel um importante serviço à cultura portuguesa.

Na década seguinte, seria a vez de Diego Catalán recuperar para a investigação a outrora desprezada obra de Cristóvão Rodrigues Acenheiro. Catalán deparou-se

⁹ Citados por Magalhães Basto. Cf. infra.

¹⁰ BASTO, Artur de Magalhães – “Acenheiro, esse desconhecido...” e “Um cemitério de crónicas”. In *Fernão Lopes. Suas «crónicas perdidas» e a crónica geral do reino – a propósito duma crónica quatrocentista inédita dos cinco primeiros reis de Portugal*. Porto: Livraria Progredior, 1943, pp. 15-19, 20-24.

com ela pela primeira vez aquando das suas investigações em torno da historiografia sobre o rei Afonso XI de Castela¹¹. Verificando, com efeito, que num considerável número de autores portugueses dos séculos XVI e XVII que historiaram o reinado de Afonso IV (Rui de Pina, Acenheiro, Nunes de Leão, Rafael de Jesus, Faria e Sousa) se refletia o conhecimento tanto do *Poema* (ou da *Gran Crónica*) de Afonso XI como da versão mais conhecida da *Crónica de Afonso XI*, Catalán estudou minuciosamente as relações destes textos entre si, adiantando a hipótese de que todos eles decorressem, direta ou indiretamente, da *Crónica de 1419*, cujo autor – que Catalán nunca duvidou ter sido Fernão Lopes – seria assim o único a ter tido acesso às referidas obras castelhanas¹², nem sempre as aproveitando, porém, com rigorosa fidelidade. Ao mesmo tempo, despertou-lhe a atenção certa “crónica galega de trezentos anos feita”, cuja matéria abarcaria desde o reinado de Pelágio até à batalha do Salado, obra a que por mais de uma vez aludia Acenheiro, sem que o grande investigador espanhol curasse, por então, de desenvolver o assunto. Tal viria a acontecer num conjunto de artigos logo revistos e reunidos em livro. Aí, procurou Catalán, com inegável sucesso, deslindar as fontes do bacharel de Évora¹³, demorando-se particularmente na secção dedicada a D. Henrique e aos sete primeiros reis de Portugal. Secundando as atrás mencionadas pesquisas de Magalhães Basto, Catalán começou por confirmar que as “cinco crónicas velhas do reino que primeiro se ordenarão” a que alude Acenheiro correspondem à *Crónica de 1419*, e que, ao contrário do que as palavras do historiógrafo quinhentista fazem crer, o aproveitamento desta fonte não se limita à história dos cinco primeiros reis, verificando-se também no reinado de D. Afonso IV. As “crónicas novas do reino” seriam, por sua vez, e como também já Magalhães Basto notara e facilmente se suspeitaria, as de Duarte Galvão e de Rui de Pina. As grandes novidades do estudo de Catalán viriam, no entanto, de outros lados. Visivelmente empenhado em refutar a bastardia de D. Teresa (questão que começava a pôr problemas à emergente historiografia nacionalizante, ou mesmo proto-nacionalista), Acenheiro convocou a

¹¹ CATALÁN, Diego – *Un cronista anonimo del siglo XIV (La Gran Crónica de Afonso XI)*. Canarias: Universidad de la Laguna, 1955.

¹² Esta tese foi parcialmente refutada em MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*. Coleção “Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013, pp. 442-453.

¹³ CATALÁN, Diego – *De Afonso X al Conde de Barcelos: cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos, 1962, pp. 413-421.

seu favor o depoimento de duas “antegíssimas carónicas”, castelhana uma, “gallega” a outra, das quais constava ter sido a ligação de Afonso VI a Ximena Muñoz, mãe de Teresa, não um concubinato, mas um verdadeiro e legítimo casamento. Citou, para esse efeito, e “de berbo a berbo”, os casamentos e a descendência de Afonso VI de acordo com ambas as crónicas (a segunda das quais incluía a novelesca narrativa do batismo da Moura Zaida e uma remissão para a história dos reis de Portugal) e voltou a referir-se à “Coronica gallega” a respeito de dois pormenores diretamente relacionados com o reinado de D. Afonso Henriques: o auxílio de Soeiro Mendes em S. Mamede e a informação de que D. Mafalda, primeira rainha portuguesa, seria da linhagem de “Bollonha”. Comparando todas estas citações com a historiografia medieval ibérica conhecida, Catalán verificou que a descendência de Afonso VI tal como constava da “Coronica da Galliza” se baseava fundamentalmente numa versão do chamado *Liber Regum* aparentada com a redação toledana desta obra (ca. 1230), embora contivesse passagens que nela não figuravam; que a historieta do batismo da Moura Zaida aí interpolada aparece também em duas versões da *Estoria de España* de Afonso X, mas inserida no meio de matéria textual oriunda das obras de Lucas de Tuy e Ximénez de Rada, o que na citação de Acenheiro se não verifica; que os episódios do reinado de Afonso Henriques são, por sua vez, muito semelhantes ao que a este respeito contam a chamada *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, assim como a última versão da *Estória de España*; e, por último, que a “antegíssima” crónica castelhana apresentava também vários pontos de contacto com a redação toledana do *Liber Regum* acrescentando-lhe, porém, matéria respeitante à figura de D. Afonso VI que não se encontra em nenhuma das versões atualmente conhecidas desta obra de origem navarra¹⁴. Explicando e aprofundando estas relações, o grande investigador espanhol chegou à conclusão de que a “Crónica gallega” citada por Acenheiro seria uma crónica portuguesa pouco posterior a 1340, mas que retomava um texto anterior, fonte também de uma das versões da *Estoria de España*¹⁵. Outra conclusão era que essa

¹⁴ O texto desta crónica castelhana citada por Acenheiro (na realidade, uma versão do *Liber Regum*) foi localizado, identificado e parcialmente editado por BAUTISTA, Francisco – “De nuevo sobre el *Libro de las generaciones y linajes de los reyes* (o *Liber regum*): recuperación de la versión toledana de hacia 1219”, *e-Spania* [Em linha], 37 (octubre 2020) [consultado a 12 agosto 2022]. DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.37546>.

¹⁵ Estas questões foram retomadas, aprofundadas e desenvolvidas, com novas hipóteses explicativas, em MOREIRA, Filipe Alves – *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas, 2008.

antiga crónica portuguesa tinha sido, por sua vez, a fonte principal do *Livro de Linhagens* (e também da *Crónica Geral de Espanha de 1344*) da autoria de D. Pedro, conde de Barcelos. Neste mesmo estudo, e embora se refira à questão apenas de passagem, Catalán chegou a uma outra conclusão de extraordinária importância: afirma ele, com efeito, que a sùmula de crónicas em que Acenheiro baseou o seu trabalho na secção dedicada aos reinados de D. Pedro I até o de D. João II não só nos é conhecida, como se trata nada menos que do “unique and most interesting”¹⁶ ms. 290 do fundo Alcobacense da Biblioteca Nacional [BITAGAP manid 1192], suposto rascunho de Duarte Galvão em que se encontra uma *Crónica de D. Afonso Henriques* amplamente emendada e anotada bem como um sumário dos reinados de D. Sancho I a D. João II juntamente com alguns outros documentos e textos.

Após estes notáveis esforços de Magalhães Basto e de Diego Catalán, a obra de Acenheiro voltaria a cair num relativo esquecimento, dele saindo quase só naqueles momentos em que diversos autores, abalanchando-se a breves sínteses da antiga historiografia portuguesa, se limitavam a citar uma ou outra passagem das CRP ou a reproduzir as teses daqueles dois investigadores, apesar de nem sempre darem mostras de as terem corretamente assimilado. Uma importante exceção a este panorama constituem-no os trabalhos de Jorge de Sena, que dedicou a Acenheiro um verbete no *Grande Dicionário de Literatura e Crítica Portuguesa*¹⁷ e já antes se havia ocupado dele, com detalhe, no seu monumental estudo dedicado às representações histórico-literárias da figura de Inês de Castro¹⁸. A Sena cabe o indiscutível mérito de abrir caminho para uma nova abordagem da obra em questão, especificamente direcionada para o estudo da forma como Acenheiro tratou a matéria compilada e do que isso poderia relevar de um discurso ideológico representativo de alguns setores da elite intelectual portuguesa do tempo de D. João

¹⁶ Expressão utilizada por NYKL, A. R. – *Crónica del rey D. Affomso Hamrriquez /Duarte Galvão. Partial critical Editions with introduction and notes*. Cambridge, Massachussets, 1942, p. xviii.

¹⁷ Reeditado em SENA, Jorge de – “Cristóvão Rodrigues Acenheiro (ou Azinheiro)”. In *Estudos de Literatura Portuguesa - III*. Lisboa: Edições 70, 1988, pp. 157-160.

¹⁸ SENA, Jorge de – “Inês de Castro”. In *Estudos de História e de Cultura - I*. Lisboa: Revista “Ocidente”, 1967, pp. 123-618. A continuação deste magno trabalho (que não hesito em considerar o mais importante alguma vez dedicado a Inês de Castro e suas representações histórico-literárias) foi publicada em sucessivos números da revista “Ocidente” e estava previsto vir a lume no segundo volume destes *Estudos*. Esse segundo volume nunca chegou a ser publicado, mas existem na Biblioteca Nacional de Portugal os exemplares da revista “Ocidente” que pertenceram a Sena e têm importantes correções e acrescentos escritos por ele mesmo.

III. Infelizmente, certa tendência do então professor da Universidade de Wisconsin-Madison para se enredar em pseudoproblemas, aliada a um desconhecimento da produção historiográfica quinhentista que o estilo assertivo não chega a disfarçar por completo, fazem do seu vasto ensaio uma curiosa mistura de inovadoras pistas de trabalho e intuições geniais com leituras equivocadas e teses manifestamente insustentáveis¹⁹.

Mais recentemente, eu mesmo ocupei-me de diversos aspetos da obra historiográfica de Acenheiro. Por um lado²⁰, identifiquei um trecho da antiga crónica portuguesa citada por ele em diversas partes da obra mas que tinha passado despercebido a Catalán. Trata-se de um episódio da época de Afonso VII de Castela e Leão sobre as lutas com sua mãe, a rainha D. Urraca, e respetivos partidários, que Acenheiro transcreve literalmente no sumário do reinado de D. Pedro I, de modo a mostrar a excelência da família de Inês de Castro, já que um dos principais intervenientes nessa narrativa é Gutierre Fernández de Castro, familiar remoto de D. Inês. Por outro lado, ocupei-me demoradamente do ms. ALC. 290 da BNP²¹, em relação ao qual, e entre outras conclusões, reforcei a opinião de não poder tratar-se de um rascunho de Duarte Galvão e confirmei a ideia de que o sumário de crónicas presente neste manuscrito foi a fonte principal de Acenheiro para os reinados de D. Pedro I a D. João II.

Todos os trabalhos que acabo de referir têm como preocupações fundamentais a identificação das fontes das CRP, a análise do modo como foram utilizadas e de como isso, entre outros aspetos, revela a visão histórica da obra, no contexto em que foi e para que foi redigida. Faltava, contudo, um trabalho que se ocupasse da transmissão do texto, em si mesma ou como etapa para uma futura edição. Esta abordagem tem-me também ocupado nos últimos anos. Em conjunto com outros membros da BITAGAP, localizei e descrevi várias cópias manuscritas das CRP, uma das quais

¹⁹ Exemplifico esta afirmação em MOREIRA, Filipe Alves – “Um novo fragmento da Crónica Portuguesa de Espanha de 1341-1342 e suas relações com a historiografia alfonsina”. In MIRANDA, José Carlos, FERREIRA, Maria do Rosário; LARANJINHA, Ana Sofia (eds.) – *Seminário Medieval 2009-2011*. Porto: Estratégias Criativas, 2011, pp. 289-322 [máxime 298].

²⁰ MOREIRA, Filipe Alves – “Um novo fragmento da Crónica Portuguesa de Espanha de 1341-1342 e suas relações com a historiografia alfonsina”.

²¹ MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*, pp. 348-371.

motivo para este trabalho. Ficavam assim, pela primeira vez, reunidas e sistematizadas informações sobre a tradição manuscrita desta obra, a qual, até esse momento, era conhecida somente através da edição oitocentista, única existente.

2. A edição de 1824 e a tradição manuscrita das CRP

As CRP foram, com efeito, editadas, pela primeira e única vez, em 1824, no volume V e último da coleção de “Inéditos da História Portuguesa”²². Contrariamente ao que sucedia nos volumes anteriores desta coleção, neste 5º e último volume não são fornecidas informações acerca dos seus responsáveis, nem existe uma introdução sobre a obra e a figura de Acenheiro. Também sobre os restantes textos aí editados (Foros de Garvão, Guarda e Beja e a quinhentista *Descrição de Lamego e arredores*, da autoria de Rui Gonçalves) e respetivos manuscritos são fornecidas escassas informações. Acerca dos manuscritos da obra de Acenheiro, questão que aqui nos interessa, apenas somos informados de que a edição da Academia se serviu de duas cópias. Uma delas, sobre a qual nada é dito, nem acerca da sua proveniência, nem acerca das suas características, foi escolhida como texto base; da outra, cuja única informação dada é que pertencia à Biblioteca das Necessidades, retiraram-se as variantes que aparecem em rodapé. Estas parcas informações constituem tudo quanto os responsáveis editoriais afirmaram acerca das cópias por eles usadas. E ao longo dos séculos XIX e XX, o estado de conhecimentos não se alterou. Somente as já referidas investigações desenvolvidas por mim e por outros membros da equipa da BITAGAP nos últimos dez a quinze anos permitiram a identificação e sistematização de muitos dados novos acerca da transmissão textual da obra de Acenheiro. Foram localizados nada menos que seis testemunhos manuscritos, dos séculos XVI-XVIII, que elenco de seguida e cujo sistema de siglas aqui estabeleço pela primeira vez:

1) Ms. *B*: Braga, Arquivo Distrital, MSS. 674, século XVI, 185 fólios, cópia integral [BITAGAP Manid 4414];

2) Ms. *C*: Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Ms. 581, século XVI, 253 fólios, cópia integral [BITAGAP, Manid 3956];

²² ACENHEIRO, Christovão Rodrigues – *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*.

3) Ms. *M*: Muge, Casa de Cadaval, ms. M-VIII-17, século XVII, 283 fólhos, cópia de que se perderam as primeiras páginas e de que se segregou a parte final; o seu conteúdo abarca, atualmente, desde meados do sumário do reinado de D. Afonso Henriques até ao final do de D. Afonso V [BITAGAP, manid 1945];

4) Ms. *L1*: Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 11001, século XVII, 99 fólhos, o qual constituía, originalmente, a parte final do manuscrito da Casa de Cadaval anteriormente referido; o seu conteúdo abrange os sumários dos reinados de D. João II a D. João III [BITAGAP Manid 4371];

5) Ms. *L2*: Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, A.T.L. [Arquivo Tarouca: condes de Tarouca, marqueses de Penalva, marqueses de Alegrete e condes de Vilar Maior], num. 94, século XVIII, 136 fólhos, cópia integral [BITAGAP manid 5899];

6) Ms. *A*: Lisboa, Biblioteca da Ajuda, 49-XI-38²³, século XVIII, 170 fólhos, cópia integral [BITAGAP manid 4422].

Perante a tradição manuscrita assim identificada e caracterizada, a primeira questão que se colocava era a de saber se entre estes manuscritos estavam o manuscrito base da edição oitocentista e também aquele que foi utilizado para confronto textual e cujas variantes principais foram registadas no rodapé dessa mesma edição. A identificação do segundo desses manuscritos foi mais fácil e imediata. Com efeito, a origem de *A* (pertenceu à Biblioteca das Necessidades, tal como o manuscrito cujas variantes aparecem no rodapé da edição) e a ponderação das suas lições permitiram, desde logo, identificá-lo com o “Códice das Necessidades” cujas lições são registadas no rodapé da edição oitocentista. Mais demorada foi a identificação do manuscrito que constituiu o texto base da edição, identificação dificultada pelo facto de, como disse, os responsáveis pela edição não darem informações sobre a sua origem e características. Somente uma notícia fornecida por um antigo catálogo de manuscritos da riquíssima biblioteca do mosteiro de Alcobaça permitiu ir mais além.

²³ Esta cópia é referida, embora com escassos pormenores, em GARCIA, José Manuel – *A historiografia portuguesa dos descobrimentos e da expansão (séculos XV a XVII): autores, obras e especializações memoriais*. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 14.

3. Notícia de um manuscrito alcobacense das CRP

Em 1979, Aires Nascimento publicou o importante estudo “Em busca dos códices alcobacenses perdidos”²⁴. Tendo como ponto de partida a análise de um exemplar do *Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae*²⁵ em uso na biblioteca desse mesmo mosteiro, o qual contém anotações manuscritas de Fr. Vicente de Jesus Cogominho e de Fr. Fortunato de S. Boaventura exaradas entre os finais do século XVIII e o início do XIX, Aires Nascimento teceu, ou deu a conhecer, um conjunto de importantes considerações sobre o destino, certo ou provável, de vários manuscritos alcobacenses que aí existiam quando o referido *Index* foi elaborado e editado, mas tinham, entretanto, desaparecido ou sido extraviados. Um desses manuscritos era o cod. CCCCLXVI (466), que continha o “Compêndio das Crónicas dos Reis de Portugal até D. João III, por Cristóvão Rodrigues Azinheiro, de Évora”. De acordo com uma anotação marginal de Fr. Vicente Cogominho datada de fevereiro de 1823, este códice achava-se por então “na Academia Real das Ciências de Lisboa para onde foi cedido emprestado por conta da Secretaria da dita Academia quando esta meditava dar à luz obras inéditas das autoridades portuguesas, com promessa de o restituir a este Archivo”²⁶. Tais palavras permitem supor, com elevada probabilidade, que este manuscrito alcobacense foi o que serviu de texto à edição da Academia, de 1824, tendo o ms. A sido utilizado somente para confronto de variantes. A promessa da Academia não chegaria a ser cumprida. O manuscrito 466 não mais voltou a Alcobaça e, por isso, não está atualmente no fundo alcobacense da Biblioteca Nacional. Tal não significa, contudo, que se tenha perdido.

4. O ms. B das CRP é o COD. CCCCLXVI (466) de Alcobaça

De facto, esse Cod. 466 de Alcobaça é, certamente, o ms. B da lista de testemunhos das CRP que acima forneço. Vejamos, primeiro, com um pouco mais de detalhe, as suas características gerais, e atentemos, depois, naquelas que permitem a sua identificação com esse códice alcobacense que se julgava desaparecido.

²⁴ NASCIMENTO, Aires – “Em busca dos códices alcobacenses perdidos”.

²⁵ *Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae in quo non tantum codices recensentur quod tractatus, epistolas et singuli codices contineant exponitur alliaque animadvertunter notaru digna*. Olissipone: Ex Typographia Regia, 1775.

²⁶ NASCIMENTO, Aires – “Em busca dos códices alcobacenses perdidos”, p. 287.

O ms. *B* é um códice quinhentista, em papel, *in folio*, de 271 * 195 mm, com [2] + 185 + [1] fólios e foliação original do século XVI. A encadernação, bastante mais recente (do século XIX ou já de inícios do XX), é de papel de fantasia sobre cartão. A lombada, de carneira e cor vermelha com dourados, diz: AZINHEIRO / CHRONICAS DE PORTUGAL. Foi ligeiramente aparado, facto que provocou a eliminação parcial de algumas notas marginais (p. ex., no fol. 17v). Está em excelente estado de conservação e nele distinguem-se, pelo menos, duas mãos, embora se notem, em ambas, diferentes tonalidades na tinta empregada, facto que denuncia que terá sido elaborado com intervalos de tempo. A transição de uma para outra mão ocorre entre o final do fólio 100v e o início do fólio 101r, pouco após o início do sumário do reinado de D. Afonso V. O texto está completo, raramente rasurado ou corrigido, e vêem-se nas margens ocasionais notas de, pelo menos, dois leitores, aparentemente dos séculos XVI e XVII. O verso do último fólio numerado, o 185, contém, em letra posterior (finais do século XVII ou inícios do XVIII), um “Index das chronicas deste livro”, organizado de acordo com os sucessivos reinados. Entre este fólio e o seguinte, não numerado, foi colada uma tira de papel, na qual, também em letra posterior, mas de outra mão, talvez do século XVIII, se escreveu, para além do nome do autor da obra – “Azinheiro” -, um pequeno índice de matérias, todas elas relativas à época de D. João I, e especialmente a Nuno Álvares Pereira e à conquista de Ceuta. O manuscrito possui, além disso, algumas marcas e outras características que nos permitem identificá-lo com o Cod. CCCCLXVI (466) da livraria do mosteiro de Alcobaça.

As razões para essa identificação são as seguintes.

Primeira razão: o manuscrito contém uma folha de rosto, escrita no século XVIII, da qual consta o título e a autoria da obra: “Compendio / das / Chronicas dos Reys / de Portugal athe D. / João o 3º. / Por Christovão Roïs de Azinhrº / Estripto em Mayo de 1536.”. Esta folha de rosto é semelhante às bem conhecidas folhas de rosto acrescentadas a vários códices alcobacenses no século XVIII, como se pode ver nas seguintes imagens, a primeira das quais do ms. *B*, as restantes de manuscritos alcobacenses presentemente à guarda da BNP. Além de pequenas e pouco significativas divergências, notar-se-á que a principal diferença consiste na ausência

de carimbo de posse em *B*. Plausivelmente, os carimbos foram apostos aos códices alcobacenses após, pelo menos, 1823 (e talvez mesmo após a exclausuração de 1834), isto é, após o momento em que a ausência do ms. das CRP foi notada e explicada por Fr. Vicente Cogominho; ausências deste tipo devem, aliás, ter motivado a aposição de tais carimbos, de modo a prevenir futuros desvios e perdas.

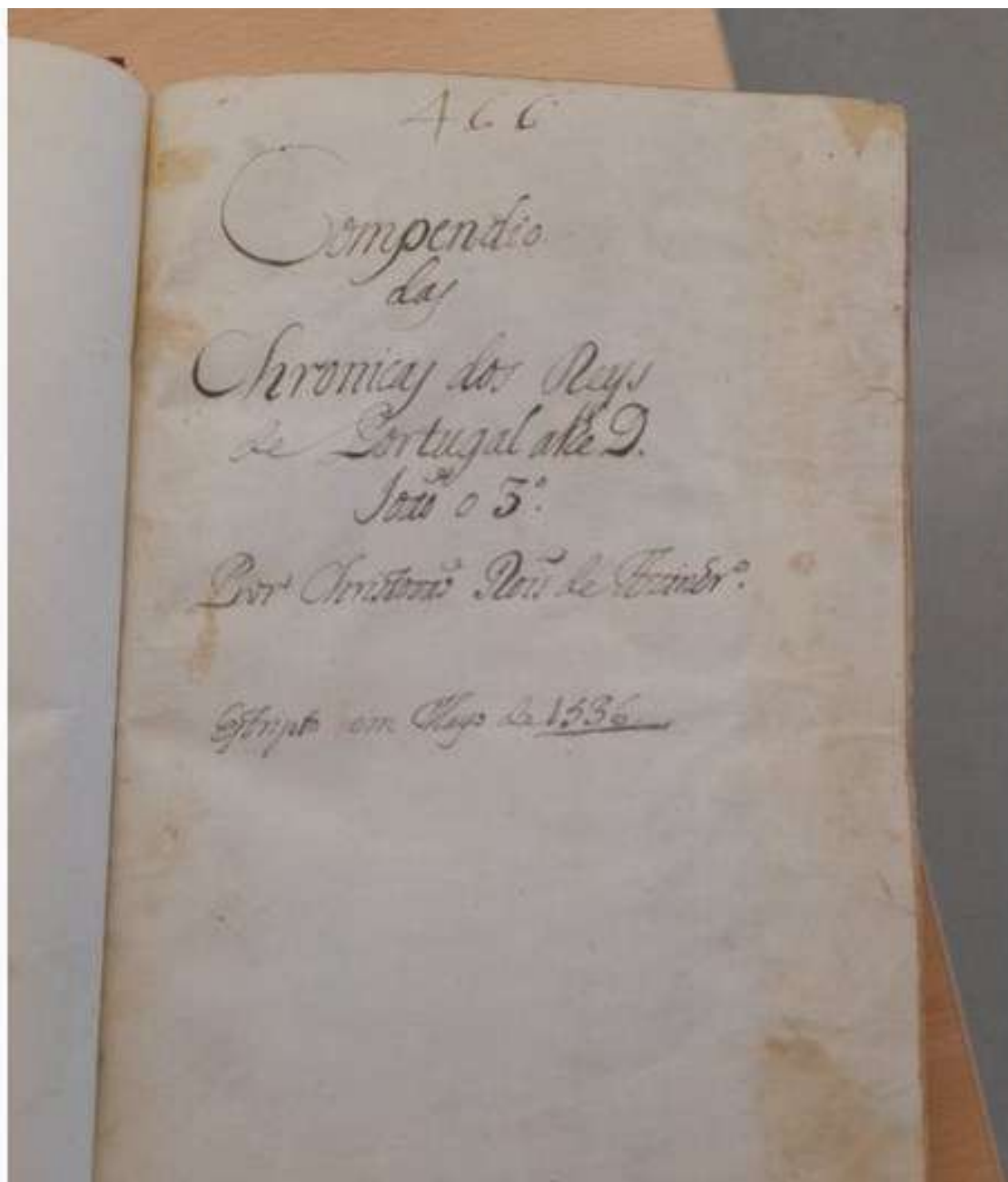


Fig. 1 - Ms. B [Braga, Arquivo Distrital, MSS. 674], folha de rosto. Fotografia do autor.

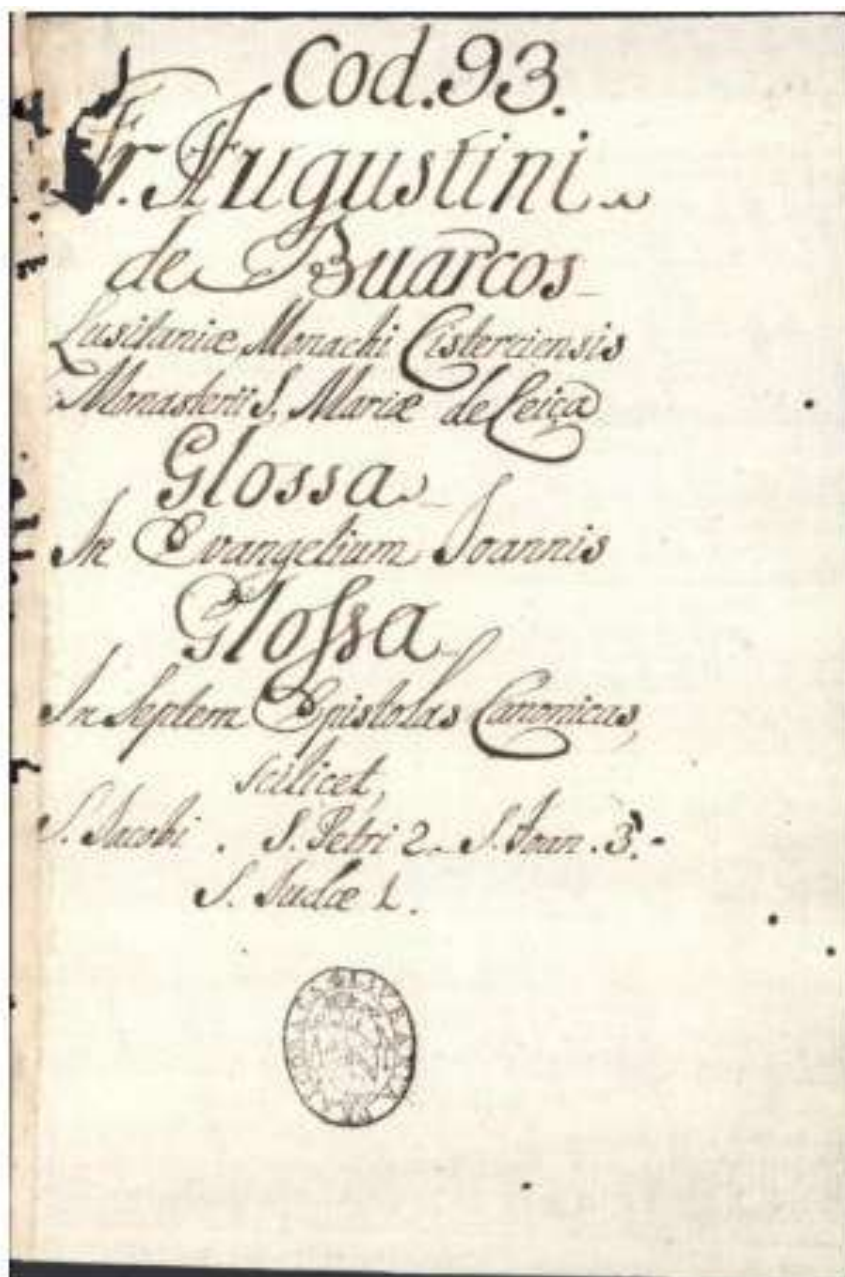


Fig. 2 - Ms. ALC. 2, *olim* 93, folha de rosto. Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <https://purl.pt/24788>.



Fig. 3 – Ms. ALC. 110, *olim* 436, folha de rosto. Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal.

Disponível em: <https://purl.pt/26904>.

Segunda razão: a folha de rosto de *B* ostenta um número que constitui, decerto, uma antiga cota e é, precisamente, o 466:

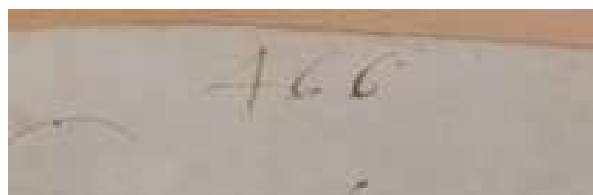


Fig. 4 – Ms. B [Braga, Arquivo Distrital, MSS. 674], pormenor da folha de rosto. Fotografia do autor.

Terceira razão: em dois locais do manuscrito *B*, concretamente na folha onde começa o texto (1r) e no verso da última folha (185), por cima do atrás referido índice, é visível uma assinatura: “Fr. Benedito de S. Bernardo”. Este nome é o de um dos bibliotecários do mosteiro de Alcobaça, ativo pelos finais do século XVII²⁷. Ambas as assinaturas tinham a acompanhá-las uma palavra, posteriormente rasurada, mas de que ficaram vestígios pelos quais se percebe que tal palavra era “bibliotecário”. A rasura foi certamente intencional (de contrário não teria afetado somente essa palavra nos dois casos), facto que denuncia a intenção de camuflar as origens do manuscrito. Foi também o responsável pela assinatura, ou seja, Fr. Benedito de S. Bernardo, quem escreveu o índice presente na folha final, a julgar pela semelhança na caligrafia. Mas não se ficam por aqui as suas intervenções no manuscrito. Além de assinar o seu nome no início e no final, e de inserir um índice no final, a mesma mão, que podemos, portanto, identificar com a de Fr. Benedito de S. Bernardo, escreveu ainda, na folha 1r, o título da obra: “Compendio das chronicas de Portugal por Christovão Roiz de Azinheiro”. A comparação com códices do fundo alcobacense da BNP é, também aqui, decisiva. Como se poderá ver nas imagens seguintes, todos os elementos do ms. *B* que acabo de mencionar estão também presentes em alguns códices do fundo alcobacense da BNP:

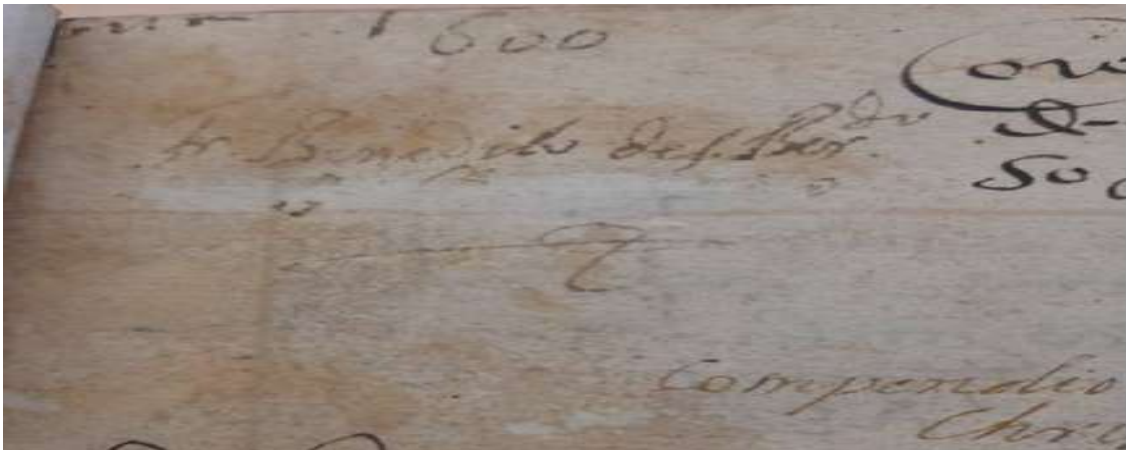


Fig. 5 – Ms. B [Braga, Arquivo Distrital, MSS. 674], assinatura de Fr. Benedito de S. Bernardo, Bibliotecario, na folha inicial do texto. Fotografia do autor.

²⁷ Cf. NASCIMENTO, Aires – “Em busca dos códices alcobacenses perdidos”, p. 284; RESENDE, Nuno – “Frei Bernardo de Brito e os escritores cistercienses do Douro”. In SEBASTIÁN, Luís (ed.) – *Cister no Douro*. Lamego: Museu de Lamego, 2015, pp. 80-93 [máxime 85].



Fig. 6 – Ms. B [Braga, Arquivo Distrital, MSS. 674], assinatura de Fr. Benedito de S. Bernardo, Bibliotecario, no verso da última folha. Fotografia do autor.

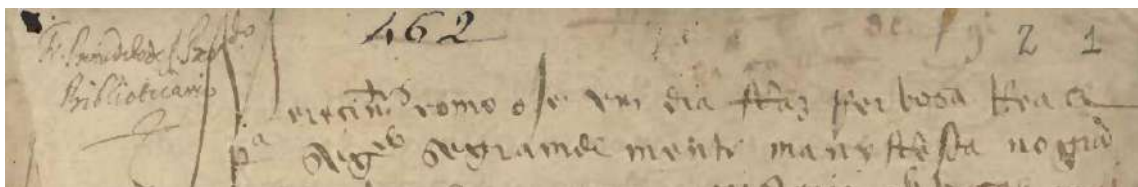


Fig. 7 – Ms. ALC. 294, *olim* 463 [“Crónica de D. Afonso Henriques”, de Duarte Galvão], assinatura de Fr. Benedito de S. Bernardo, Bibliotecario, na folha inicial do texto. Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <https://purl.pt/24127>.

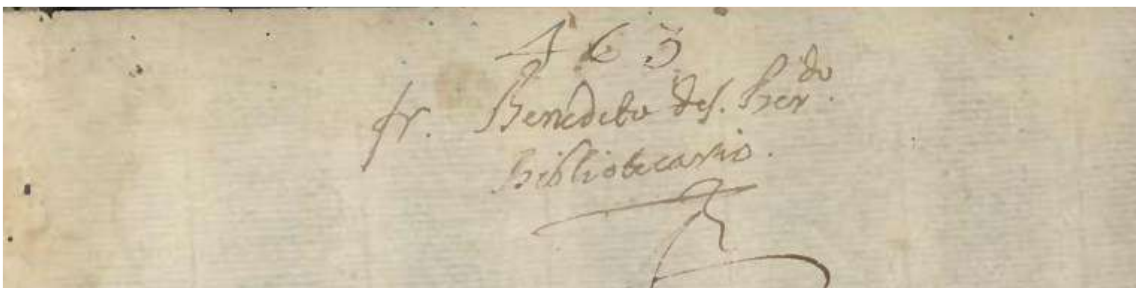


Fig. 8 – Ms. ALC. 295, *olim* 462 [“Crónicas de D. Afonso Henriques a D. Afonso III”, de Duarte Galvão e Rui de Pina], assinatura de Fr. Benedito de S. Bernardo, Bibliotecario, na folha de rosto. Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <https://purl.pt/24127>.

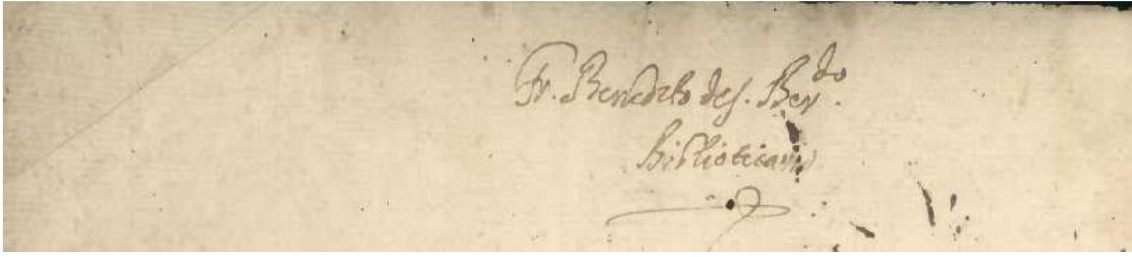


Fig. 9 – Ms. ALC. 295, *olim* 462 [“Crónicas de D. Afonso Henriques a D. Afonso III”, de Duarte Galvão e Rui de Pina], assinatura de Fr. Benedito de S. Bernardo, Bibliotecario, no verso da última folha. Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <https://purl.pt/24124>.

Não pode, pois, haver dúvidas quanto à identificação deste manuscrito *B* com o Cod. 466 da biblioteca do mosteiro de Alcobaça, que se julgava desaparecido. Esta identificação permite-nos, por outro lado, confirmar a suspeita, baseada na afirmação de Fr. Vicente Cogominho atrás mencionada, de que o cod. 466 de Alcobaça foi o texto base da edição de 1824 da Academia das Ciências. Comprova-a o facto de as lições deste manuscrito corresponderem, sistematicamente, às do texto da edição, nos locais em que os anónimos editores anotaram a existência de variantes no códice das Necessidades (o ms. *A* segundo o sistema de siglas que aqui estabeleci). Bastará dar alguns exemplos, que, aliás, servem também como amostra do tipo de problemas que deve enfrentar uma futura edição que tenha em conta uma análise criteriosa da tradição manuscrita da obra:

Texto da edição de 1824	Ms. <i>B</i>	Variantes anotadas pela edição com base no ms. <i>A</i>
E tomou Tolledo aos Mouros, e tomou a molher Moura que chamão Laçaida (p. 5)	E tomou tolledo aos mouros e tomou a molher moura ã chamão llacaida (fol. 2v)	Conquerio a Tolledo de Mouros, e tomou molher moura, e lhe dizem Laçaida. (p. 5)

Morroo elle era de Christo de mil e cemto e doze anos (p. 17)	moReo elle era de x ^o de mil E c.to E doze anos (fol. 6v)	Era de Cezar de 1150 e de Christo 1112 (p.17)
na era de mil e duzêtos simcoenta anos (p. 62)	na era de mil E duzemos Lta anos (fol. 23v)	Na era de Cesar de mil duzentos e concoenta anos e de Christo mil duzentos e doze (p. 62)
Badalhouce (p. 64)	badalhouce (fol. 24)	Badalhouce que ora chamão Badajos (p. 64)
Frei Bital, Biralldo, Atonim, Acursoio, Pedro, Adeuto (p. 66)	frei bitall biralldo atonĩ acursio pedro adeuto (fol. 25)	Frei Vital, Bernaldo, Antonio, Acurcio, Pedro, Adjuto (p. 66)
E nos ditos castelos por fiéis Portugeses (p. 77)	E nos ditos castellos por ffies portugeses (fol. 28v)	E nos ditos castellos por fieis de Portugal (p. 77)
Era de mil trezêtos trimta e simco anos: feito em Allcanizes aos omze dias de setembro (p. 95)	era de mil jjjc xxxb anos feito em allcanizes aos trimta diguo omze dias de set.ro (fol. 35r)	Era de Cesar 1335 e de Christo 1297 e descaimbo por Arouce e Aracena deo Elrei D. Fernando IV Olivença e Ouguella e

		<p>Campo Maior, porque he de saber que Elrei D. Sancho de Castella e seus Avos tiverão por muitos annos Arronches e Aracena sendo de Portugal, e derão Olivença Campo Maior e Ouguella a elrei D. Deniz Era de 1335 e de Christo 1297. Feito em Alcanizes a 11 de Setembro (p. 95)</p>
--	--	--

5. Percurso do manuscrito. Conclusões

Mas como teria vindo parar a Braga este manuscrito alcobacense? Não me é ainda possível responder a esta pergunta, nem traçar o seu percurso, desde o momento em que, nos começos do século XIX, saiu de Alcobaça para a Academia das Ciências, até que, em data incerta e passando por mãos incertas, deu entrada no Arquivo Distrital de Braga. Posso, contudo, identificar um dos possuidores do manuscrito nesta fase intermédia, depois de ter saído de Alcobaça e antes de ter dado entrada no Arquivo Distrital de Braga²⁸. Refiro-me a D. Maria da Assunção Ferreira, filha da famosa D. Antónia Adelaide Ferreira, “a Ferreirinha” dos vinhos do Douro, a qual D. Maria se tornaria, por casamento, a terceira condessa da Azambuja, e cuja vida decorreu entre 1842 e 1905²⁹. Efetivamente, no catálogo da sua importante livraria, elaborado poucos anos após a sua morte para efeitos de venda em leilão que ocorreu em 1910³⁰, aparece, com o número 2959, o seguinte registo:

²⁸ Devo ao Professor Arthur Askins a chamada de atenção para o catálogo de que em seguida falarei e respetiva anotação.

²⁹ CLUNY, Isabel; FAUVRELLE, Natália – *Dona Antónia. Uma vida singular*. Catálogo de Exposição. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, 2012 [máxime pp. 31 e 35-38].

³⁰ TRINDADE, Luís Carlos Rebelo; SILVA, Alberto Carlos da – *Catálogo da rica e preciosa livraria que faz parte do espólio da falecida Exma. Sr^a Condessa de Azambuja*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1909.

Coroniqua de horigem donde desenderam hos Reis de Portugall he do que sosedeo hem seus tempos. (Por Christovam Roiz de Azinheiro Escripto em Mayo de 1536). *No fim*: Até qui chega a suma das coronicas dos Seren. Reys de Portugal até El-Rei D. João terceiro, Avô do Christ. Rei D. Sebastiam cujos feitos e cometimentos forão aroicos como os coronistas que delle escreveram dirão. Esta foi treladada do original sumario que fez em letra de mão pollo bacharel Christovam Rodrigues Azinheiro procurador morador na cidade devora e nella fez esta breviação em Mayo de 1536. Ms. copia. Sec. XVI. In fol. De 185 ff. E.³¹.

Ora, todas as características do manuscrito aqui descrito encontram total correspondência com o manuscrito de Braga das Crónicas de Acenheiro: o número de fólios (185), o formato, a existência de encadernação, a datação (séc. XVI), e também o título e o *explicit*. Veja-se, quanto a estes últimos aspetos, mais este conjunto de imagens do manuscrito *B*:

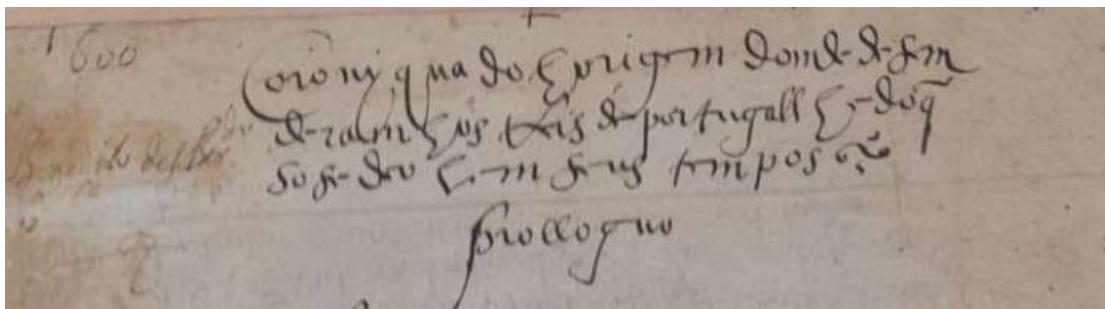


Fig. 10 – Ms. B [Braga, Arquivo Distrital, MSS. 674], título do texto (fol. 1r). Fotografia do autor.

³¹ TRINDADE, Luís Carlos Rebelo; SILVA, Alberto Carlos da – *Catálogo da rica e preciosa livraria que faz parte do espolio da fallecida Exma. Sr^a Condessa de Azambuja*, p. 340.

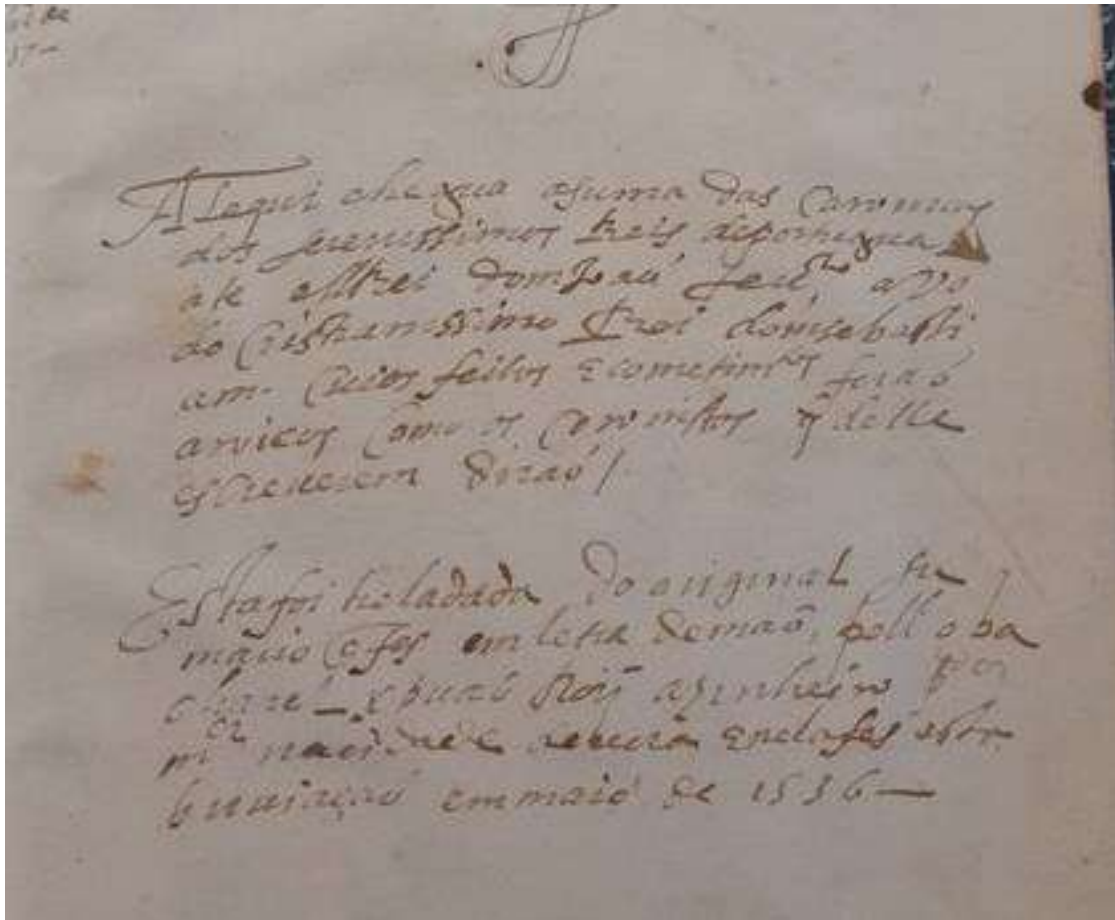


Fig. 11 – Ms. B [Braga, Arquivo Distrital, MSS. 674], *explicit* do texto (fol. 185). Fotografia do autor.

Podemos, pois, identificar o manuscrito que pertenceu à biblioteca da condessa da Azambuja com o ms. *B* das Crónicas de Acenheiro e com o cod. 466 de Alcobça e, com base em tudo o que disse, apontar-lhe o seguinte percurso. Este manuscrito saiu da biblioteca do mosteiro para a Academia das Ciências, no início do século XIX (antes de 1823), para que esta o editasse, como de facto o fez, escolhendo-o como base do texto estabelecido no volume V da Coleção de Inéditos da História Portuguesa. Não tendo sido devolvido, o manuscrito foi depois parar, não se sabe por que vias, à biblioteca da Condessa de Azambuja; falecida esta em 1905, o manuscrito deve ter sido vendido em leilão poucos anos depois (1910) e, através desse leilão, ou posteriormente, deu entrada no Arquivo Distrital de Braga, onde hoje se encontra.

Esta descoberta vem juntar-se ao movimento de identificação de manuscritos alcobacenses em várias bibliotecas, portuguesas e de outros países, que tem

ocorrido nos últimos anos, com destaque para os trabalhos de Catarina Barreira, que tão bem tem sabido prosseguir os passos pioneiros de Aires Nascimento³². Pouco a pouco, vamos conhecendo mais e melhor a constituição desta riquíssima biblioteca e vamos percebendo que, felizmente, a busca dos códices alcobacenses (julgados) perdidos dá frutos. Trata-se, por outro lado, de uma peça importante num futuro e desejável empreendimento editorial que se ocupe das *Crónicas abreviadas dos reis de Portugal* de Acenheiro.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes Manuscritas

Braga, Arquivo Distrital, MSS. 674.

Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Ms. 581.

Muge, Casa de Cadaval, ms. M-VIII-17.

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 11001.

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, A.T.L., num. 94.

Lisboa, Biblioteca da Ajuda, 49-XI-38.

Fontes Impressas

ACENHEIRO, Christovão Rodrigues – *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*. Collecção de Inéditos da História Portuguesa. Vol. V. Lisboa: Real Academia das Sciencias, 1824.

NYKL, A. R. – *Crónica del rey D. Affomssso Hamrriquez /Duarte Galvão. Partial critical Editions with introduction and notes*. Cambridge: Massachussets, 1942.

Estudos

BARATA, António Francisco – *Évora Antiga*. Évora: Minerva Commercial, 1909.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do scriptorium do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII

³² Cf., nomeadamente, BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de ‘huma livraria copiosa’”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), pp. 34-35.

ou o início de ‘huma livraria copiosa’. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), pp. 33-62.

BASTO, Artur de Magalhães – *Fernão Lopes. Suas «crônicas perdidas» e a crônica geral do reino – a propósito duma crônica quatrocentista inédita dos cinco primeiros reis de Portugal*. Porto: Livraria Progredior, 1943.

BAUTISTA, Francisco – “De nuevo sobre el *Libro de las generaciones y linajes de los reyes* (o *Liber regum*): recuperación de la versión toledana de hacia 1219”, *e-Spania* [Em linha], 37 (octubre 2020) [consultado a 12 agosto 2022]. DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.37546>

BITAGAP (Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses). Dir. Arthur L-F. Askins. The Bancroft Library. University of California, Berkeley, 1997-. [consultado a 12 agosto 2022]. Disponível em: http://vm136.lib.berkeley.edu/BANC/philobiblon/bitagap_en.html.

CATALÁN, Diego – *Un cronista anonimo del siglo XIV (La Gran Crónica de Alfonso XI)*. Canarias: Universidad de la Laguna, 1955.

CATALÁN, Diego – *De Alfonso X al Conde de Barcelos: cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos, 1962.

CLUNY, Isabel; FAUVRELLE, Natália – *Dona Antónia. Uma vida singular*. Catálogo de Exposição. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, 2012.

GARCIA, José Manuel – *A historiografia portuguesa dos descobrimentos e da expansão (séculos XV a XVII): autores, obras e especializações memoriais*. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae in quo non tantum codices recensentur quod tractatus, epistolas et singuli codices contineant exponitur alliaque animadvertunter notaru digna. Olissipone: Ex Typographia Regia, 1775.

MOREIRA, Filipe Alves – *Afonso Henriques e a primeira crônica portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas, 2008.

MOREIRA, Filipe Alves – “Um novo fragmento da Crônica Portuguesa de Espanha de 1341-1342 e suas relações com a historiografia alfonsina”. In MIRANDA, José Carlos; FERREIRA, Maria do Rosário; LARANJINHA, Ana Sofia (eds.) – *Seminário Medieval 2009-2011*. Porto: Estratégias Criativas, 2011, pp. 289-322.

MOREIRA, Filipe Alves – “Os sumários de crônicas portuguesas: textos, contextos, paratextos”. *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales* 35 (2012), pp. 79-92.

MOREIRA, Filipe Alves – *A Crônica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*. Coleção “Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013.

NASCIMENTO, Aires – “Em busca dos códices alcobacenses perdidos”. In *O scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*. Coleção “Estudos monásticos alcobacenses”. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural e Mosteiro de Alcobaça, 2018, pp. 283-312.

PEREIRA, Gabriel – *Documentos históricos da cidade de Évora*. Primeira parte. Évora: Typographia económica de José d’Oliveira, 1887.

RESENDE, Nuno – “Frei Bernardo de Brito e os escritores cistercienses do Douro”. In SEBÁSTIAN, Luís (ed.) – *Cister no Douro*. Lamego: Museu de Lamego, 2015, pp. 80-93.

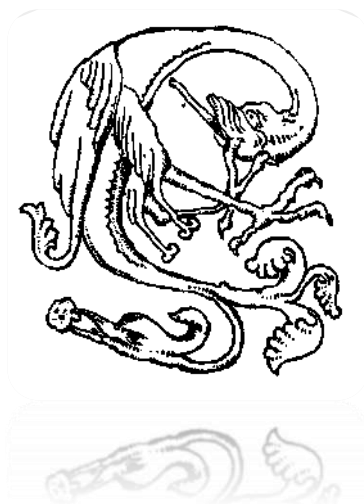
SENA, Jorge de – “Inês de Castro”. In *Estudos de História e de Cultura – I*. Lisboa: Revista “Ocidente”, 1967, pp. 123-618.

SENA, Jorge de – “Cristóvão Rodrigues Acenheiro (ou Azinheiro)”. In *Estudos de Literatura Portuguesa - III*. Lisboa: Edições 70, 1988, pp. 157-159.

TRINDADE, Luís Carlos Rebelo; SILVA, Alberto Carlos da – *Catálogo da rica e preciosa livraria que faz parte do espólio da falecida Exma. Sr^a Condessa de Azambuja*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1909.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MOREIRA, Filipe Alves – “Um manuscrito alcobacense reencontrado: as *Crônicas abreviadas dos reis de Portugal de Cristóvão Acenheiro (1537)*”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 111-137. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**The ‘cursed’ queen: Clemence of Hungary in the mirror of the
contemporary narrative sources**

**A rainha “amaldiçoada”: Clemence da Hungria no espelho das fontes
narrativas contemporâneas**

Gergely Kiss

University of Pécs, Faculty of Humanities and Social Sciences, Institute of History,
Department of Medieval and Early Modern History
H-7624 Pécs, Hungria

Kiss.gergely.balint@pte.hu
<https://orcid.org/0000-0001-5517-5148>

Data recepção do artigo / Received for publication: 26 de Setembro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 16 de Fevereiro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6904>

ABSTRACT

Clemence, the daughter of Charles Martell of Anjou and Clemence of Habsburg, was born in Naples and became the wife of King Louis X of France in 1315. She was widowed the following year, and before her death in 1328, she witnessed the extinction of the male line of the Capetian dynasty. The period is rich in narrative sources, and this study seeks to answer the question of how they portrayed Clemence, how 'Hungarian' she really was, and what attracted the interest of chroniclers in the 'age of the cursed kings'.

Keywords: Clemence of Hungary; narratives sources; 14th century; France; Naples; Hungary; Capetian and Valois dynasties

RESUMO

Clemence, filha de Charles Martell de Anjou e Clemence de Habsburgo, nasceu em Nápoles e casou com o rei Luís X da França em 1315. Ficou viúva no ano seguinte e, antes da sua morte, em 1328, testemunhou a extinção da linhagem masculina da dinastia Capetiana. O período é rico em fontes narrativas, e este estudo procura responder à questão de como Clemence foi retrada, avaliar quão 'húngara' ela realmente era e o que nela atraiu o interesse dos cronistas na 'era dos reis malditos'.

Palavras-chave: Clemece da Hungria, fontes narrativas, século XIV, França, Nápoles, Hungria, dinastias Capetiana e Valois



The flourishing of the sources

The daughter of Charles Martel of Anjou is one of the few people who appear very little in the narrative sources of the turn of the 13th and 14th centuries. This is surprising precisely because Clemence's life, especially her years as a French (widowed) queen, coincides with a significant increase in narrative sources in France.

The period of about one hundred years from 1274 to 1380 is abundant in historical works which are interested in both the “deeds” of the Capetians and the rise of the Valois. Approaching the production of the chroniclers of the time is to better understand what this abundant historiography kept in memory of Clemence of Hungary.

Beginning with Primat's *Roman des rois français* in 1274, which concluded its narration at the end of the reign of Philip Augustus, there followed a series of authors who influenced each other. Among them, remaining anonymous and mostly linked to the abbey of Saint-Denis, Guillaume de Nangis, the custodian of the charters, produced several texts which served as a reference and starting point for the other chroniclers. The Dionysian author stopped writing in 1300, the year in which he probably died, but his *Chronicon universalis* and its French translation, the *Chronique abrégée des rois de France*, had a major influence on 14th century historiography. These works constitute a major piece of the puzzle of the *Grandes chroniques de France*, which took its “official” form at the end of the same period after successive reworkings. King Charles V had the text reworked by his chancellor, Pierre d'Ogremont, who updated it by adding the account of the “deeds” of the

monarch and his predecessor, and took up (with some modifications) the “revision” that another monk of Saint-Denis, Richard Lescot, had carried out in the 1350s¹.

The account of the years between the moment when Primat stopped (1223) and the middle of the 14th century was made up of different texts. The works of Guillaume de Nangis were the best exploited: next to the *Chronicon* and the *Chronique abrégée*, the *Vita Ludovici regis* and its French translation, all elaborated before the end of the 13th century. In addition to these sources, another biography of Louis VIII by another Dionysian author was also available².

As for events after 1300 (where Guillaume de Nangis stops), the *Grandes chroniques de France* had to use other narrative sources. These were none other than the continuations of the *Chronicon* and above all that of the *Chronique abrégée* of the same erudite monk of Saint-Denis who had compiled the first between 1285 and 1300. As for the reworking of this *Chronicon*, several hands took up the thread of the narrative after the death of Guillaume de Nangis. Two Dionysian monks wrote the narration until 1340 when another author, this time a Carmelite hermit, Jean de Venette (also known as Jehan Fillon) took up the pen and stopped in 1368³. The *Chronique abrégée* was first written in Latin and translated into French by its author, Guillaume de Nangis, between 1297 and 1300, the date of his death⁴. The work (version 'A') underwent several subsequent redactions, first recorded by Léopold Delisle in 1873⁵. A first modification (version 'B') occurred until 1303/1304 and

¹ GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – “Comment ont été continuées les Grandes Chroniques de France dans la première moitié du XIV^e siècle”. *Bibliothèque de l'école des chartes* 163/2 (2005), pp. 385-433, here pp. 385-386.

² GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – “Comment ont été continuées”, p. 387.

³ GÉRAUD, Hercule – “De Guillaume de Nangis et de ses continuateurs”. *Bibliothèque de l'école des chartes* 3 (1842), pp. 17-46. Regarding Jean de Venette cf. BRUN, Laurent – “Jean de Venette”. (article completed by An SMETS) *Archives de littérature au Moyen Âge* [online] (2016). Accessed 7 January 2020. Available at <https://arlima.net/no/1479>.

⁴ GUYOT-BACHY, Isabelle – “La “Chronique abrégée des rois de France” de Guillaume de Nangis: trois étapes de l'histoire d'un texte”. In CASSAGNES-BROUQUET, Sophie *et al.* (Eds.) – *Religion et mentalités au Moyen Âge: mélanges en l'honneur d'Hervé Martin*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2003, pp. 39-46, here pp. 39-41; GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – “Comment ont été continuées”, pp. 388-389. Cf. DELISLE Léopold – “Mémoire sur les ouvrages de Guillaume de Nangis”. *Mémoires de l'Institut national de France*. 27/2 (1873), pp. 287-372, here pp. 296-341.

⁵ DELISLE Léopold – Mémoire sur les ouvrages de Guillaume de Nangis, pp. 350-353; GUYOT-BACHY, Isabelle – La “Chronique abrégée des rois de France” de Guillaume de Nangis, pp. 41-43; GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – “Comment ont été continuées”, pp. 388-389.

used one of the first continuations of the *Chronicon*⁶. Another (version 'C') stops in 1316, which contains original accounts and which, like the previous one, was taken up for editing before the Lescot "revision" of the *Grandes chroniques de France*⁷. The third amendment (version 'D') ended in the middle of May 1322 at the latest and, like the last one, follows the thread of Primat's *Roman des rois*⁸. The following one, which was listed as version 'E', is rather unique because at first it takes up the continuation of the *Chronicon* of Guillaume de Nangis, only to discard it later and write a coherent account of the reign of Philip VI of Valois up to 1329/1330. Then it returns to the Dionysian author, only to disregard this source once again in large part, preferring his own reflections from 1338 onwards. After 1340 the author returns to the *Chronicle* until 1347 when he stops⁹. These versions were then taken up in a heterogeneous manner by Lescot's "revision", that is, before 1356. Many years earlier, between 1344 and 1356, this same author also wrote a chronicle in Latin — a continuation of the *Chronicon universalis* of Géraud de Frachet¹⁰ — which ends in 1340¹¹. Another work, the *Chroniques de Flandre*, contains accounts from this period and also stops at the beginning of these same years. In the end, Lescot's "revision" workshop took over all these texts to update the *Grandes chroniques de France*. It recovered the texts of the continuations of the *Chronique abrégée* of Guillaume de Nangis until 1322, then Lescot's Latin chronicle and the *Chroniques de Flandre*¹² until about 1340, from which time he looked for another continuation of the *Chronique abrégée*¹³.

⁶ GUYOT-BACHY, Isabelle – La "Chronique abrégée des rois de France" de Guillaume de Nangis, pp. 43–46; GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – "Comment ont été continuées", pp. 389–390.

⁷ The French text was completed at the end of the 1320s on the basis of the *Memoriale historiarum* of Jean de Paris, canon of Saint-Victor in Paris, without forgetting the account of the years 1322–1329, which comes from an original part and a partial reworking of the text of the "D" version, see below. GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – "Comment ont été continuées", pp. 390–391; DELISLE Léopold: - "Mémoire sur les ouvrages de Guillaume de Nangis", p. 355.

⁸ It makes much more use of the *Memoriale* by Jean de Paris than the "C" version. GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – "Comment ont été continuées", pp. 391–393, 427–433.

⁹ This text contains, in its present form, additions, including an extension to the early 1380s. GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – "Comment ont été continuées", pp. 408–425.

¹⁰ Géraud Frachet, a Dominican friar and hagiographer of his order, compiled his *Chronicon* in the mid-13th century. His work was extraordinarily successful after the author's death (1271). Richard Lescot apparently took over Frachet's text when he compiled his Latin chronicle. MOLINIER, Auguste – "2529. Géraud de Frachet". In MOLINIER, Auguste – *Les Sources de l'histoire de France – des origines aux guerres d'Italie (1494)*. vol. III. *Les Capétiens, 1180–1328*. Paris: Picard, 1903, p. 97; GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – "Comment ont été continuées", pp. 397–399.

¹¹ GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – "Comment ont été continuées", pp. 397–399.

¹² GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – "Comment ont été continuées", pp. 399–408.

¹³ GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – "Comment ont été continuées", p. 426.

Finally, a strong Dionysian historiography determined the image of the kings of France from the 1270s. Even an anonymous author who compiled a chronicle of the kingdom of France (*Regnum Franciae Chronicon*) followed this model and found inspiration in it¹⁴. There are, however, a few texts which are outside the scope of this true "Dionysian atelier" of historical narratives. Bernard Gui's *Flores chronicorum*, which ends at the death of its author (1331), the famous Dominican friar, inquisitor and author of historical works, is a good example¹⁵. Another, the *Chronique métrique* of Geoffroi de Paris, a clerk and notary in the royal chancellery at the turn of the 13th–14th centuries, added some important details to the mainstream of the deeds of the royal dynasty¹⁶. The very short notes of Robert Mignon and the *Chronique* of the Parisian abbey of Saint-Magloire are minor sources, but it would be pointless to ignore them¹⁷, as well as the few chronicles that stop either in the mid-1350s¹⁸ or in 1380¹⁹ and include Geoffroi de Paris or note some previously unpublished facts. Others compile what they had under their eyes: works like that of Jean de Noyal (or Desnouvelles)²⁰, or Guillaume l'Écossais, most likely a monk of Saint-Denis²¹.

¹⁴ *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. Vol. XXII. Eds. WAILLY, Natalis de; DELISLE, Léopold. Paris: V. Palmé, 1860 (hereafter: RHGF vol. XXII), pp. 16–21. Accessed 7 January 2022. Available at <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50140h/f65.item>

¹⁵ GUENÉE, Bernard – *Between Church and State: The lives of four French prelates in the late Middle Ages*. Transl. Goldhammer, Arthur. Chicago: University of Chicago Press, 1991, p. 47; BRUN, Laurent – "Bernard Gui". *Archives de littérature au Moyen Âge*. [Online] 2015. Accessed 7 January 2020. Available at https://www.arlima.net/ad/bernard_gui.html.

¹⁶ BRUN, Laurent – "Geoffroi de Paris". *Archives de littérature au Moyen Âge*. [Online] 2015. Accessed 7 January 2020. Available at https://www.arlima.net/eh/geoffroi_de_paris2.html.

¹⁷ *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. XXI. Ed. BOUQUET, Martin Dom *et al.* Paris: V. Palmé, 1855 (cited hereafter: RHGF vol. XXI), pp. 519–529. Accessed 7 January 2020. Available at <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k28914g/f609.image>; RHGF vol. XXII, pp. 166–169. Accessed 7 January 2020. Available at <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50140h/f215.item>.

¹⁸ RHGF vol. XXI, pp. 137–140.

¹⁹ RHGF vol. XXI, pp. 141–145.

²⁰ MOLINIER, Auguste – "3101. Jean de Noyal". In MOLINIER Auguste – *Les Sources de l'histoire de France – des origines aux guerres d'Italie (1494)*. III. *Les Capétiens, 1180–1328*. Paris: Picard, 1904. pp. 24–25.

²¹ FUNKE, Paul – *Papst Benedikt XI. Eine Monographie*. Paderborn: H. Schöningh, 2015 (re-edition of the original published in 1891). p. 5.

The hiding princess and (widowed) queen

Neither Italian, French nor Hungarian research has paid much attention to the person of Clemence, beyond a biographical summary, only a few aspects (art history, artefact culture and dynastic relations) have received some attention²².

The obvious reason for this striking neglect is that little is known of the young age of Clemence, born in 1293. She married at the age of 22 - although there were several

²² HUFFELMANN, Annie M. - *Clemenza von Ungarn, Königin von Frankreich*. Berlin: Dr. Walter Rothschild. 1911; CSUKOVITS, Enikő - *Az Anjouk Magyarországon I. I. Károly és uralkodása (1301–1342)* [The Angevins in Hungary I. The reign of Charles I (1301-1342)]. Budapest: MTA Bölcsészettudományi Központ Történeti Intézet, 2012, pp. 50–51, 112–113; GABORIT-CHOPIN, Danielle; MONTESQUIOU-FEZENSAC, Blaise de (Eds.) - *Le trésor de Saint-Denis. Documents divers*. Paris: A. et J. Picard, 1977; GABORIT-CHOPIN, Danielle - "Les collections d'orfèverie des princes français au milieu du XIV^e siècle d'après les comptes et inventaires". In *Art, objets d'art, collections: études sur l'art du Moyen Âge et de la Renaissance, sur l'histoire du goût et des collections: hommage à Hubert Landais*. Paris: Blanchard, 1987. pp. 46–52; GABORIT-CHOPIN, Danielle - "The Reliquiary of Elizabeth of Hungary at the Cloisters" In PARKER, Elizabeth C. - SHEPARD, Mary B. (Eds.) - *The Cloisters: Studies in Honor of the Fiftieth Anniversary*. New York: Metropolitan Museum of Art, 1992. pp. 327–353; GABORIT-CHOPIN, Danielle - *L'inventaire du trésor du dauphin futur Charles V, 1363: les débuts d'un grand collectionneur*. Paris: J. Laget, 1996. (Archives de l'art français); GAUDE-FERRAGU, Murielle - *D'or et de cendres, la mort et les funérailles des princes dans le royaume de France au bas Moyen Âge*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Septentrion, 2005; GAUDE-FERRAGU, Murielle - "Les femmes et la mort: sépultures et funérailles des reines et des princesses au bas Moyen Âge". In ALDUC-LE BAGOUSSE, Armelle (Ed.) - *Inhumations de prestige ou prestige de l'inhumation? Expressions du pouvoir dans l'au-delà (IV^e-XV^e siècle)*. Caen: Presses Universitaires de Caen, 2009. (Tables rondes du CRAHM 4), pp. 383–404; HOLLADAY, Joan A. - "Fourteenth-Century French Collectors and Readers of Books: Jeanne d'Evreux and Her Contemporaries". *Journal of Medieval History* 32 (2006), pp. 69–100; FERRÉ, Rose-Marie - "Clémence de Hongrie (1293–1328) et les oeuvres pour la mort. Entre patronage religieux et revendications dynastiques". In GAUDE-FERRAGU, Murielle; VINCENT-CASSY, Cécile (Eds.) - *La dame de coeur. Patronage et mécénat religieux des femmes de pouvoir dans l'Europe des XIV^e-XVII^e siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016, pp. 231–242; BUETTNER, Brigitte - "Past Presents: New Year's Gifts at the Valois Courts, ca. 1400". *Art Bulletin* 83 (2001), pp. 598–625; BUETTNER, Brigitte - "Le système des objets dans le testament de Blanche de Navarre". *CLIO, Histoire, Femmes et Sociétés* 19 (2004), pp. 37–62; KEANE, Margaret A. - *Material culture and queenship in 14th-century France: The testament of Blanche of Navarre (1331–1398)*. Leiden: Brill, 2016; PROCTOR-TIFFANY, Mariah - *Portrait of a Medieval Patron: the Inventory and Gift-Giving of Clémence of Hungary*. Rhode Island, 2007 (PhD dissertation, Brown University); PROCTOR-TIFFANY, Mariah - "Transported as a rare object of distinction: the gift-giving of Clémence of Hungary, Queen of France". *Journal of Medieval History* 41/2 (2015), pp. 208–228; PROCTOR-TIFFANY, Mariah - *Medieval Art in Motion. The Inventory and Gift Giving of Queen Clémence of Hungary*. Pennsylvania: Penn State University Press, 2019; BOUDET, Jean-Patrice - "Les livres de Clémence de Hongrie". In GILLI, Patrick (Ed.) - *Former, enseigner, éduquer dans l'Occident médiéval, 1100-1450: textes et documents*. vol. II. Paris: Sedes, 1999. pp. 76–85; BOUDET, Jean-Patrice - "La bibliothèque de Clémence de Hongrie: un reflet de la culture d'une reine de France" In GAUDE-FERRAGU, Murielle; LAURIOUX, Bruno; PAVIOT, Jacques (Eds.) - *La cour du prince. Cour de France, cour d'Europe XII^e-XV^e siècle*. Paris: Champion, 2011, pp. 499–511; BELL, Susan Groag: "Medieval Women Book Owners: Arbiters of Lay Piety and Ambassadors of Culture". *Signs* 7 (1982), pp. 742–768; PRATT, Karen - "The Image of the Queen in Old French Litterature" In DUGGAN, Anne J. (Ed.) - *Queens and Queenship in Medieval Europe. Proceedings of a conference held at King's College London april 1995*. Woodbridge: Boydell Press, 1997, pp. 235–259; CAZILHAC, Jean-Marc - *Jeanne d'Evreux, Blanche de Navarre. Deux reines de France, deux douairières durant le guerre de Cent Ans*. Paris: L'Harmattan, 2010; CAZILHAC, Jean-Marc - *Le douaire des reines de France à la fin du Moyen âge*. Paris: L'Harmattan, 2017.

attempts to do so from the 1310s - and was Queen of France for a very short period, from late July-early August of 1315, for less than a year, until the death of Louis X on 5 June 1316. Clemence's 'rate' was high, so to speak, until mid-November of that year, as she had become a widowed queen while pregnant. However, the swift death of the successor, John I (the Posthumous), seemed to seal Clemence's fate. In the more than a decade until her death (1328), the widowed queen was absent from the mainstream of events that shaped the dynasty's destiny, although she did have an occasional episode on the 'central stage'. The charters and other sources paint a much more nuanced picture of her than that which emerges from the narrative sources. In what follows, I will examine and analyse this in more detail, including the factors that influenced the distinctive features of this image.

In the eyes of contemporary authors, the daughter of Charles Martel and Clemence of Habsburg was not the key figure of this pivotal period which saw the decline of the Capetians and the rise of the Valois. These chroniclers limit themselves to a few basic events in Clemence's life. The short duration of the marriage to Louis X, the sudden death of Philip the Fair's eldest son and that of John I Posthumous are factors that explain this moderate interest. It is the major moments of the monarchy that preoccupy the chroniclers: the passage from one dynasty to the next. Rather than bothering with a less visible queen, they used the bad fate of King Louis X to illustrate the decline of the Capetians. In such a dynastic scenario, Clemence remains *a priori* a secondary character²³. It had very little resonance at the other 'end' of the world at that time, in central Europe. The regional narrative sources contain scattered notes dominated by a similar focus: the Habsburg and Angevin dynasties of Hungary were the main focus of the authors' writings.

What are the elements that have aroused the curiosity of the chroniclers? The texts of the Dionysian spirit follow more or less the same sequence: the wedding embassy of Louis X in Naples, the wedding, the death of the king and his posthumous son, the

²³ Cf. BROWN, Elizabeth A.R. – “The Ceremonial of Royal Succession in Capetian France. The Funeral of Philippe V”. *Speculum* 55/2 (1980), pp. 266–293, here: p. 272, and note nr. 18; GUYOT-BACHY, Isabelle – “*Expediabant ut unus homo morietur pro populo*. Jean de Saint-Victor et la mort du roi Philippe V”. In AUTRAND, Françoise; GAUVARD, Claude; MOEGLIN, Jean-Marie (Eds.) – *Saint-Denis et la royauté. Études offertes à Bernard Guinée Membre de l'Institut*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1999, pp. 493–504, here p. 494.

assumption of power by Philip V, Clemence's stay in Provence (1318-1321), and finally his death. The main thread is always the same: the history of the dynasty, which at different times crosses Clemence's fate.

The abundance of details is nevertheless uneven. The continuation of the Latin chronicle of Guillaume de Nangis merely mentions the head of the royal embassy, Hugues de Bovilla (or Bouvilles), and the fact that Clemence is the daughter of the king of Hungary²⁴. Similarly, the augmented version of Géraud de Frachet's work, the *Memoriale historiarum* of Jean de Paris and a historical mirror are almost identical to the previous one²⁵. Royal lineage is sufficient for the author of the shortened chronicle of Guillaume de Nangis (version 'A'), for the author of the *Chronicles of Flanders* and for Guillaume l'Écossais²⁶. However, the anonymous author of the continuation of the French chronicle of Guillaume de Nangis (version 'C'), and the *Grandes Chroniques de France* (version 'Lescot') add genealogical elements: Clemence is the niece of Robert, king of Sicily (in reality of Naples) and she is the daughter of his brother, Charles Martel²⁷. This information also appears in the writings of Bernard Gui and the anonymous author of the chronicle of the Kingdom of France²⁸.

This same genealogical interest attracted the attention of chroniclers such as Matthew of Neuburg or the anonymous author of the *Annales Mediolanenses*. They were concerned with the family lines, and above all with the greatness of the Habsburgs and especially the Angevins of Naples. Matthew of Neuburg hesitates a little at the beginning of his account, when he writes that Rudolf of Habsburg married one of his daughters to Charles III, the nephew (or grandson) of Charles Martel, king of Sicily. For him the successor of Charles II (the Lamé) must logically be Charles III. Nevertheless, he mistakenly establishes an ambiguous relationship between Charles III and Charles Martel because the two persons are identical. Later, he corrects this confusion and re-establishes the descent when he notes that

²⁴ Appendix, text nr. 1.

²⁵ Appendix, text nr. 5, 8, 15.

²⁶ Appendix, text nr. 2, 9, 16.

²⁷ Appendix, text nr. 3, 4.

²⁸ Appendix, text nr. 10, 11.

Clemence of Hungary came from the marriage of Clemence of Habsburg (Rudolf of Habsburg's daughter) and Charles, son of the king of Sicily, who was likewise Charles. Moreover, Matthew prefers the name Charles III to that of Charles Martel. The fate of the next generation - that of Clemence of Hungary - directed the author's pen, who was obviously obsessed by the idea of the dominance of these two dynasties in central Europe. He intentionally dwells on their diffusion: that of the Habsburgs in the empire, without ignoring the "three Angevin vectors", the children of Charles Martel and Clemence of Habsburg who extended the dynastic power of the Angevins of Naples to the four winds. Beatrice became dauphine of Vienne, her sister Clemence settled in France with her husband, Louis X. As for their brother, Charles took his paternal inheritance, the kingdom of Hungary, into his own hands and procreated Andrew, who should have regained the throne of Naples²⁹. The anonymous author of the *Annales Mediolanenses* both shortens and transforms this account. He retains the Habsburg-Angelian descendants: Charles (II), his son, Charles Martel, the (titular) king of Hungary. Here he makes several mistakes when he writes that the latter married the daughter of Albert, king of the Romans; he confuses Rudolf of Habsburg with his own son, Albert I. The anonymous author is wrong again when he picks up the red line of the story. He renames the elder sister Beatrice as Constance, then the order is restored with Clemence and Charles. However, the essential point remains unchanged: Charles Martel's children extend the power of the Angevins in the Dauphiné, in France and in Hungary³⁰.

The Hungarian chronicle, which underwent major changes from the 11th century onwards, the last of which occurred in the 14th century, remains even more detached from Clemence's deeds. The reason for this is simple: this chronicle composition is exclusively concerned with the Árpádians and the Angevins of Hungary. As for the turn of the 13th and 14th centuries, it limits itself to noting the hereditary rights of the Angevins of Naples in Hungary – from Charles Martel onwards – and to drawing only the stem of a genealogical tree by freeing the lateral branches, Beatrice and Clemence³¹.

²⁹ Appendix, text nr. 17.

³⁰ Appendix, text nr. 18.

³¹ Appendix, text nr. 19.

The accounts of the wedding of Louis X and Clemence of Hungary also diverge. The "official" chronicles do not mention details of lesser importance than the coronation of King Louis X and only record the fact of the celebration of the marriage³². This prevailing trend was echoed by other authors who also reported the union of the Capetian king and the Angevin princess and their coronation in Reims.³³ Some chroniclers do not even remember these major events³⁴. Only a very limited number of chroniclers consider it necessary to note the maritime passage of the future spouse of the French king, although the shipwreck and the loss of the jewelry undoubtedly captured the imagination of the contemporaries. Geoffroy de Paris, Jean de Paris, the Chronicles of Flanders, the anonymous author of the chronicle of the kingdom of France and, curiously, Matthew of Neuburg are the exception. The last three give special attention to the 'affair of the king's daughters-in-laws' which preceded the second marriage of Louis X to Clemence of Hungary³⁵. These "facts of sensation" provide a sort of introduction to the story of the accursed kings. Geoffroy de Paris and Jean de Paris add further details. The latter mentions the adultery of Margaret and Blanche of Burgundy and the involvement of Joan I of Burgundy, omitting any possible relationship with Louis X. The affair was simply one of the last episodes of the reign of Philip of Bel³⁶. It is only during the king's embassy that the author returns to Clemence and gives more details. He relates the perilous passage of the king's fiancée: the shipwreck in which many jewels were lost, then the very restrained celebration of the wedding which took place without any pomp, near Troyes, in a manor house at Saint-Lyé³⁷. Geoffroy de Paris follows the same line of reasoning and provides other miraculous and reliable complements. He retains the loss of the jewels and also adds Clemence's "best people", not forgetting her prayers and the "old sailor" who saved the galley to fulfil the God's mercy. Then, chronologically, come the nuptials, which, in Guillaume's case, precede the shipwreck, no doubt for dramaturgical reasons. Like Jean de Paris, the author dwells on the austerity of marriage, and the lack of festivities and dancing, after having

³² Appendix, text nr. 1, 3, 4, 5.

³³ Appendix, text nr. 9, 10, 16, 18.

³⁴ Appendix, text nr. 2, 7, 12–15, 19, 20–21.

³⁵ Appendix, text nr. 9, 11, 17.

³⁶ RHGF vol. XXI, pp. 658–659.

³⁷ Appendix, text nr. 8.

praised Clémence's merits: her beauty, her humble behaviour and her wisdom³⁸. Although these two authors saw fit to emphasize the austerity of the wedding, they pay little attention to the coronation of the couple.

The wedding and the coronation are inseparably linked events for some chroniclers, even if they do not agree on their precise sequences. The Latin chronicles suggest 31 July and 3 August, while the French texts opt for 19 and 24 August 1315. Two others, Geoffroy de Paris and Jean de Paris, remain rather uncertain: the first is content to specify the month of August for the wedding (and remains silent on the coronation). Jean de Paris, on the other hand, does the opposite, mentioning a date for the coronation (15 August) and leaving out completely the day of the wedding and the consecration³⁹.

The year 1316 preoccupied the correspondants of the time. Almost everyone remembered the sudden death of Louis X, the birth and death of his posthumous son, and the assumption of power by Philip V. If the day on which Clemence's husband died, 5 June, is almost unanimously mentioned by the chroniclers who are at least interested in the precise date, the authors are divided on the short duration of John I's life. The accounts attribute a secondary role to the widowed queen, who was fettered by the two major events of the dynasty: the unfortunate death of her husband and the accession of his brother, Philip the Long.

Only French sources retain this information. The abridged chronicle of Guillaume de Nangis (version 'A'), Geoffroy de Paris, the *Miroir historial* of Jean Desnouvelles and Guillaume l'Écossais do not mention the day of the death of King Louis X and are content to point out the brevity of the life of his son, John I, who lived only eight

³⁸ Appendix, text nr. 6.

³⁹ Cf. Appendix, nr. 1, 5, 10; 3, 4; 6, 8, and HUFFELMANN, Annie M. – *Clemenza von Ungarn, Königin von Frankreich*, p. 28; VIARD, Jules Marie Édouard (Ed.) – *Les grandes chroniques de France. VIII. (Philippe III le Hardi, Philippe IV le Bel, Louis X le Hutin, Philippe V le Long)*. Paris: Honoré Champion, 1934, p. 320; PROCTOR-TIFFANY, Mariah – “Lost and Found: Visualizing a Medieval Queen's Destroyed Objects”. In WOODACRE, Elena (Ed.) – *Queenship in the Mediterranean. Negotiating the Role of the Queen in the Medieval and Early Modern Times*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013, pp. 73–96, here: p. 75; ALLIROT, Anne-Hélène – *Filles de roy de France. Princesses royales, mémoire de saint Louis et conscience dynastique (de 1270 à la fin du XIV^e siècle)*. Turnhout: Brepols, 2010 (Culture et société médiévales 20), p. 409, note nr. 155.

days⁴⁰. The anonymous chronicle of 1356 and Jean de Paris agree on an alternative date: they both propose 29 June for the passing of Clémence's husband. As for her son, the former prefers 13 November and adds the eight days agreed upon⁴¹. Jean de Paris limits himself to giving approximate dates: the posthumous son of King Louis should be born around the feast of St. Martin (11 November) and die soon after⁴². As for the death of Louis X, the other authors agree on 5 June, but the opinions diverge as regards the account of the circumstances. The two Latin chronicles and Robert Mignon are very reserved and limit themselves only to the king's fever and the fact that he left his spouse pregnant⁴³. The anonymous continuation of the abridged chronicle of Guillaume de Nangis (version "C"), as well as the *Grandes chroniques de France* (version "Lescot"), Bernard Gui, the anonymous author of the *Chronique du royaume de France*, go a step further by adding a few words about the funeral of the deceased king⁴⁴. Geoffroy de Paris, Jean de Paris, and the anonymous author of the *Chroniques de Flandres* are more loquacious: they relate that the king was playing the game of palm (*jeu de paume*) in the woods of Vincennes, got too hot from the game, drank ice-cold wine, fell ill with a fever and died soon after. There is a little confusion as to the exact day of the king's death. Geoffroy of Paris opts for the first week of June, while John of Paris votes for 29 May, the *Chroniques of Flanders* propose another solution. They put the "accident of playing" on 29 May, adding seven days of agony, which results exactly in 5 June⁴⁵.

It was the birth and sudden death of John I that placed Clemence of Hungary back on the chroniclers' agenda. Those who omit the day of the king's death simply record the short life - reduced to eight or ten days - of the widowed queen's son. The continuation of the *Chronique abrégée* of Guillaume de Nangis and Guillaume l'Écossais opt for the eight days⁴⁶, while Jean Desnouvelles' *Miroir historial* gives it two more days⁴⁷. The continuation of the *Chronique universelle* by Guillaume de Nangis and the other continuation by Gérard Frachet agree on a much shorter

⁴⁰ Appendix, text nr. 2, 6, 14–16.

⁴¹ Appendix, text nr. 7.

⁴² Appendix, text nr. 8.

⁴³ Appendix, text nr. 1, 5, 12.

⁴⁴ Appendix, text nr. 3, 4, 10, 11.

⁴⁵ RHGF vol. XXII, p. 163. Appendix, text nr. 8, 9.

⁴⁶ Appendix, text nr. 2, 16.

⁴⁷ Appendix, text nr. 15.

duration: only four days from 15 to 19 November⁴⁸. The other authors propose either several intervals or approximate dates. For example, the Chronicle compiled in 1356 gives 13 November as the date and also gives John I eight days⁴⁹. Bernard Gui writes on 14 and 20 November⁵⁰, respectively one day after the anonymous author of the *Chronique du royaume de France*⁵¹, while he seems to follow the Dominican inquisitor when he writes on 14 and 21 of the same month⁵². The anonymous chronicle up to 1380 extends the life of John I: from 8 to 18 November⁵³. The anonymous continuation of the abridged Chronicle of Guillaume de Nangis (version "C") remains imprecise in proposing the days " around Saint Martin's Day", i.e. around 11 November⁵⁴, like Jean de Paris⁵⁵. Only a very limited number of authors relate the widowed queen's infirmity at the time of her delivery. The anonymous continuation of Guillaume de Nangis' universal chronicle, the abridged chronicle of the same author (version "C"), the *Grandes Chroniques de France* (version "Lescot"), the anonymous Chronicle up to 1356 and Jean de Paris all note Clemence of Hungary's "quartana" fever⁵⁶.

There are also certain chroniclers who take advantage of the occasion of these two deaths which follow one another very quickly (in four months) to set the scene for the ascension of Philip the Long, others go even further by fabricating an explanation for the exclusion of the female lineage from the royal succession in order to pave the way for the Valois legacy. The Miroir historial notes only that Philip became regent of the kingdom⁵⁷, Giraud de Frachet also remains somewhat reserved: he notes that Philip took power into his own hands⁵⁸. According to the anonymous continuator of Guillaume de Nangis' *Chronique abrégée* (version "C") the Count of Poitiers, Philip

⁴⁸ Appendix, text nr. 1, 5.

⁴⁹ Appendix, text nr. 7.

⁵⁰ Appendix, text nr. 10.

⁵¹ Appendix, text nr. 11.

⁵² Appendix, text nr. 12.

⁵³ Appendix, text nr. 14.

⁵⁴ Appendix, text nr. 3.

⁵⁵ Appendix, text nr. 8.

⁵⁶ Appendix, text nr. 1, 3, 4, 7, 8. It was Jean de Paris who noted the same illness in both Clemence's and Philippe V's case. RHGF vol. XXI, p. 674. Cf. BROWN, Elizabeth A.R. – "The Ceremonial of Royal Succession", p. 272 and note nr. 18; GUYOT-BACHY, Isabelle – "*Expediabant ut unus homo morietur pro populo*", p. 494.

⁵⁷ Appendix, text nr. 15.

⁵⁸ Appendix, text nr. 5.

held the kingdom as a king, which was opposed by the Duke of Burgundy who said that "women should not succeed in the kingdom of France"⁵⁹. The *Grandes Chroniques de France* follows the same line⁶⁰. These works already looked further ahead (or were retrospective), and foresaw the transition from one dynasty to another. Jean de Paris and Bernard Gui dwell on this at greater length. They state that Philip summoned the lords of the kingdom to negotiate the arrangements to be made. They resolved that the Count of Poitiers would proceed as governor. In case Clemence's child would be a son, Philip would take them in guardianship and contribute to the widowed queen her dower (20,000 pounds). The planned guardianship would end when the son became 24 years old, and the following year the son would have to take over the government. If the child is a girl, Philip should take care of her. The author then goes on to the oath of fidelity refused by the Duke of Burgundy without alluding to the rewriting of the Salic law...⁶¹ Bernard Gui proposes a slightly different scenario. He takes the two eventualities, then gives another sequel. Scenario "A" (where the unborn child would be a boy) is almost identical except for the expected legitimate age of 14 (unlike Jean de Paris, which may be a mistake) and the satisfaction of the widowed queen. However, the "B" version (where the child would be a girl) goes in another direction and the author includes what Philip V did at the beginning of his reign to get rid of the claims of the Counts of Artois and the Burgundian ducal family. In this case, according to Bernard Gui, Philip would take control of France by conceding Navarre and Champagne to the two daughters (!) of Louis X⁶². In reality, it is his daughter (Jeanne Bourgogne or d'Évreux) born of his first wife, Marguerite of Bourgogne. The anonymous author of the Chronicle of the Kingdom of France keeps only the script "A", the male lineage, while specifying that Philip, the governor would administer the kingdoms of France and Navarre at the legitimate age of the posthumous son of Louis X. Then the chronicler goes directly to the death of John I and puts an end to any other possibility⁶³.

⁵⁹ Appendix, text nr. 3.

⁶⁰ Appendix, text nr. 4.

⁶¹ Appendix, text nr. 8.

⁶² Appendix, text nr. 10.

⁶³ Appendix, text nr. 11.

Clémence's stay in Provence aroused the curiosity of contemporary authors. It is undoubtedly because of the elevation of the remains of Saint Louis of Toulouse that the widowed queen appears in the texts. The presence of Robert, king of Naples, also provides a plausible explanation. The chroniclers established a direct link between the two events: Clemence wanted to meet her uncle, which happened in Marseille during the transfer of the remains of the bishop of Toulouse. This is how the anonymous continuator of the *Chronique abrégée* of Guillaume de Nangis and Jean de Paris relate Clemence's stay in the Midi⁶⁴. Other authors only remember her coming to Provence, the honourable reception by the pope in Avignon, the installation in the convent of the Dominican nuns of Aix-en-Provence⁶⁵.

The other moments in the life of the widowed queen were of little interest to the chroniclers. It is only Jean de Paris and Geoffroy de Paris who note the expected sum of Clemence's dower, the 20,000 livres⁶⁶. The extract from the life of the patron saint of the Parisian abbey of Saint-Magloire echoes a procession that Clémence attended and offered a gift of two silk sheets and a gilded and enameled clasp decorated with precious pearls⁶⁷. The charitable actions did not escape the attention of the chronicler who stopped his pen in 1380 and of an unknown author from Paris: they were the ones who noted in 1326 the presence of Clemence at the laying of the first stone of the Hôtel-Dieu de Paris⁶⁸.

Finally, only two narrative sources, the continuation of the Latin chronicle of Guillaume de Nangis and the *Grandes Chroniques de France*, record Clemence's death. And it is quite precise: the day of her death and the place of burial are noted⁶⁹. The conventional image of Clemence even appears in Petrarch's work: the unfortunate fate of a queen who became a widow prematurely, but who exchanges

⁶⁴ Appendix, text nr. 3, 8.

⁶⁵ Appendix, text nr. 1, 4, 5.

⁶⁶ Appendix, text nr. 6, 8.

⁶⁷ Appendix, text nr. 13.

⁶⁸ Appendix, text nr. 14 et 14bis. The event is also reported by archival sources: Paris, Archives Nationales de France, L 611, nr. 8, 13, 23. Cf. LE GRAND, Léon – *Les Maisons-Dieu et léproseries du diocèse de Paris*. Nogent-le-Rotrou: Imprimerie Daupeley-Gouverneur, 1899, p. XXIII; ALLIROT, Anne-Hélène – *Filles de roy de France*, p. 333.

⁶⁹ The continuation merely gives the middle of October, while the other notes with precision the day of 13 October of the same month. Appendix. text 1, 4.

the pains of earthly life for eternal happiness. The same motif is found in one of the *Familiales* addressed to Robert of Anjou at the end of the 1330s, about ten years after the death of the niece of the king of Naples⁷⁰.

The image of Clemencia that contemporary chroniclers have maintained is only anecdotally interested in dynastic bonds, and only some of them have considered it worth recording that the French queen is a descendant of the Anjou of Naples and a relative of the Hungarian royal family. For most of them, the power of the “accursed kings”, the extinction of the Capetings, and the rise of the Valois, filled out the substance of what they had to say and provided a guide for their pens. And the appearance of the adjective ‘Hungarian’ next to the name of Clemencia is one of the very rare exceptions. It is found only in a continuation of Guillaume de Nangis's *Chronique abrégée* (version 'C') and in Lescot's variant of the *Grandes chroniques de France*. It is perhaps thanks to these influential narrative sources that the form of Clemence of Hungary has become established in the public consciousness.

Appendix

Narrative sources regarding Clemence of Hungary

The purpose of publishing the following excerpts is to show the references of contemporary narrative sources to Clemence of Hungary. The list is exhaustive in the sense that it contains all the information maintained in these 14th century sources. A detailed analysis of the manuscripts has not been foreseen, a general presentation attempts to orient the reader in the intertextuality of the French and Latin narrative sources of the years 1280-1350. Therefore, only the first confirmed appearances of Clemence of Hungary are listed in the following. The texts taken up by other members of the same manuscript family are omitted.

⁷⁰ Appendix, text nr. 20, 21. Cf. HUFFELMANN, Annie M. – *Clemenza von Ungarn, Königin von Frankreich*, p. 62, note nr. 254; BARBERO, Alessandro – “Letteratura e politica fra Provenza e Napoli”. In *L'État angevin. Pouvoir, culture et société entre XIIIe et XIVe siècle. Actes du colloque international organisé par l'American Academy in Rome, l'École française de Rome, l'Istituto storico italiano per il Medio Evo, l'U. M. R. Telemme et l'Université de Provence, l'Università degli studi di Napoli, Federico II* (Rome-Naples, 7-11 novembre 1995). Rome: École française de Rome, 1998 (Collection de l'École française de Rome 245), pp. 159–172, here: pp. 168–169.

A) Texts produced in France

I. Texts relating to the Dionysian atelier

1. *Continuatio Chronici universalis Guillelmi de Nangiaco*⁷¹

- “[1314] *Misit etiam circa natale Domini cambellanum et secretarium suum Hugonem de Bovilla militem, cum aliis certis nuntiis ad partes Siciliae, ad adducendum Clementiam regis Hungariae filiam, sibi matrimonio copulandam*”.⁷²
- “[...] *proficiscens in Flandriam ultima die mensis ejusdem [31 juillet 1315] reginam Clementiam sibi matrimonio copulavit, dominica sequenti in festo sancti Stephani protomartyris [3 août 1315] ipsi vero pariter coronatis et sacra unctione consecratis [...]*”⁷³.
- “[anno 1316] *Ludovicus rex Franciae et Navarrae febre gravi per aliquot dies in domo regali nemoris Vicenarum correptus, quinta die mensis junii diem [5 juin] clausit extremum, reginam Clementiam de quodam puero impraegnatam relinquens, habensque filiam unicam, nomine Johannam de Marguerita prima conjuga defuncta*”⁷⁴.
- “[anno 1316] *Philippus [...] Parisius parlamentum fecit congregari, in quo [...] exstitit ordinatum, ut usque ad decem et octo annos, etiam si ex regina Clementia, quam frater eius gravidam relinquerat, puer masculus nasceretur, servaret et regeret regnum Franciae et etiam Navarrae*”⁷⁵.
- “*Parisius apud Luparam XVII kalendas decembris [15 novembre 1316] ex regina Clementia quartana laborante natus est puer masculus, regis Ludovici nuper defuncti primus filius [...] Johannesque vocatus, XIII kalendas mensis praedicti [19 novembre 1316] ibidem decessit, die scilicet veneris immedietate sequenti. Die vero*

⁷¹ *Continuatio Chronici Guillelmi de Nangiaco*. In GÉRAUD, Hercule (Ed.) – *Chronique latine de Guillaume de Nangis, de 1113 à 1300, avec les continuations de cette chronique, de 1300 à 1368*. Vol. I–II. Paris: J. Renouard et Cie, 1843. vol. I, pp. 327–435, vol. II, pp. 1–378 (cited hereafter CCGN). Accessed 7 January 2020. Available at <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6545870g?rk=21459;2>. First continuations of the *Chronique universelle* (in Latin) of Guillaume de Nangis until 1340 by Dionysian monks. Cf. GÉRAUD, Hercule – *De Guillaume de Nangis et de ses continuateurs*, pp. 27–29; GUYOT-BACHY, Isabelle – MOEGLIN, Jean-Marie – “Comment ont été continuées”, *passim*.

⁷² CCGN, p. 415.

⁷³ CCGN, vol. I, pp. 422–423.

⁷⁴ CCGN, vol. I, p. 426.

⁷⁵ CCGN, vol. I, p. 427.

*sequenti in ecclesia beati Dionysii ad pedes patri defuncti [...] traditus est ecclesiasticae sepulturae*⁷⁶.

- *“Regina Clementia vidua Ludovici quondam regis Franciae relictā, credens avunculum suum regem Siciliae ibidem invenire, circa festum Omnium Sanctorum Avinionem intravit; sed quamvis ab ipsa ibidem aliquamdiu exspectatus [...] illuc venire non potuit, ipsa salutato Papa a quo multum benigniter recepta fuerat, de ejusdem consilio Aquis in conventu sororum sancti Dominici se transtulit, et avunculi sui regis adventum diutius exspectavit*⁷⁷.
- *“Hoc autem anno, circa medium mensis octobris Clementia, uxor quondam regis Ludovici primogeniti regis Philippi Pulchri, Parisius moritur, et in ecclesia fratrum Praedicatorum Parisius sepelitur*⁷⁸.

2. Continuation of the Chronique abrégée de Guillaume de Nangis (version „A”)⁷⁹

- *“[1315–1316] I. an et IX. moys regna le roy Looyz e lessa la royne Clemence sa fame, fille au roy de Hongrie, enceinte dun effant malle qui puis sa mort fu nez e baptisez et Jehan apelez, e vesqui environ VIII. jours et fu enterrez a S. Denys en France e ès piés son pere mis*⁸⁰.

3. Anonyme continuation of the Chronique abrégée de Guillaume de Nangis (version „C”)⁸¹

- *“Après le roy Phelippe le biau regna en France Loys ros de Navarre son fiex; et commença a regner en lan de l’Incarnacion Nostre Seigneur Ihesu Christ M CCC XV.*

⁷⁶ CCGN, vol. I p. 430–431.

⁷⁷ CCGN, vol. II, p. 12–13.

⁷⁸ CCGN, vol. II, p. 104.

⁷⁹ DELISLE Léopold – “Mémoire sur les ouvrages de Guillaume de Nangis”, pp. 350–353; GUYOT-BACHY, Isabelle – “La Chronique abrégée des rois de France” de Guillaume de Nangis, pp. 41–43; GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – “Comment ont été continuées”, pp. 388–389; BOUQUET, Martin Dom *et al.* (Eds.) – *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. Vol. XX, Paris: J. Renouard et Cie, 1855 (cited hereafter: RHGF XX), pp. 647–653. Accessed 7 January 2020. Available at <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50138z/f722.image.texteImage>.

⁸⁰ RHGF vol. XX, p. 652.

⁸¹ BNF MS Français 10132. Accessed 7 January 2020. Available at <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b90632136/f1.image>. For the description of the manuscript see: <https://archivesetmanuscrits.bnf.fr/ark:/12148/cc417682>. Accessed 17 January 2020. Cf. GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – “Comment ont été continuées”, pp. 390–391; DELISLE Léopold – “Mémoire sur les ouvrages de Guillaume de Nangis”, p. 355.

Et a Rains la cite, le dimenche apres les octaves de lAssompcion de la glorieuse vierge Marie mere de Nostre Seigneur Jhesu Christ [24 août 1315], avec sa femme, la royne Clymence ditte de Hongrie, niece le roy Robert de Sezille, fu sacre et coronne en roy ; laquelle Clymence, de fille [de] Charles Martell, fiex [de] de Charles le secont roy de Sezille, le mardin devant son coronnement, ycelui roy avoit espousee [19 août 1315] la royne Clymence”⁸².

- *“Et en ycest an certainement le jour du samedi après la feste de Pentescouste, le V jours ci mois de juign [5 juin 1316] au bois de Vincennes, Loys roy de France et de Navarre clost son derrenier jour. Et lendemain ensivant c’est assavoir le dimenche feste de la Trinité, ei VI jours de junis [6 juin 1316] dessus dit, à Saint Denis en France fu porté, et lendemain [7 juin 1316] en ycele eglise honnorablement enterré. [...] Icelui roy de France Loys regna après son coronnement au royaume de France couronné, IX mois et demi ou environ et laissa sa femme grosse, la royne Clymence”⁸³.*
- *“En ce temps la royne Climence chei en une quartaine dont lenfant que elle avoit en son ventre en fit mout peine. Donc puis entour la saint Martin elle enfanta dun fil qui qui fu nommes [!] Jehan mez il vesqui II iours ou III seulement et des lors le conte de Poitiers tint comme roys le royaume, mes le duc de Bourgoigne li nia contradicion pour sa niece a la quelle le royaume devoit avoir comme a la plus prochaine fille de roys par droit. Mes respondu li fu que fames ne devoient pas succeder ei royaume de France [...]”⁸⁴.*
- *“[1318] En cel temps la royne Climence qui ot oy que li voir Robert venoit devers le lape, vint a Avignon pour le pape et son oncle veoir et li pape la recut honnorablement e la fit demourer a os[tel] avec les soeurs Jacobines. [...] En cel temps li roys Robert manda a la royne Climence que il vendroit a Marseille a la Penthecoste ou son frere saint Lois qui canonises estoit devoit estre releves solempnement, et il senifia que elle y feust”⁸⁵.*

⁸² BNF MS Français 10132, fol. 398v.

⁸³ BNF MS Français 10132, fol. 399v.

⁸⁴ BNF MS Français 10132, fol. 400r.

⁸⁵ BNF MS Français 10132, fol. 401r-v.

4. Grandes Chroniques de France (version „Lescot”)⁸⁶

- “Après Phelippe le biau roy, regna en France Loys ros de Navarre son filz ; et commença à regner en l’an de l’Incarnacion Nostre Seigneur M CCC XV. Et à Rains la cité, le dimenche après les octaves de l’Assompcion de la benoite vierge Marie mère de Nostre Seigneur Jhesu Christ [24 août 1315], avec sa femme, la royne Climence de Hongrie, niece au roy Robert de Sezille, fu sacré et couronné en roy ; laquelle Climence, de fille [de] Charles Martell, filz [de] de Charles le secont roy de Sezille, le mardi devant son coronnement, ycelui roy avoit espousée [19 août 1315]”⁸⁷.
- “Et après ce, furent envoiez, de par ledit roy Loys ambassadeurs à court de Rome pour promouvoir l’eslection du pape, [...]. Et en après, envoya ledit roy Loys son chambellenc et secretaire messire Hue de Bouville chevalier et avec autres certains messages es parties de Sezille, pour avoir Climence la fille au roy de Hongrie en mariage”⁸⁸.
- “En cest an vraiment, le jour du samedi après la feste de Penthescouste, le V jours de juign [5 juin 1316] au bois de Vincennes, Loys roy de France clost son derrenier jour, et l’endemain ensivant c’est à savoir le jour de la Trinité, VI jours en juign [6 juin 1316], à Saint Denis en France fu porté, et l’endemain [7 juin 1316] honnorablement enterré. [...] Icelui roy de France et de Navarre Loys, regna après son coronnement, couronné du royaume de France, IX mois et demi ou environ et laissa sa femme, la royne Climence, grosse”⁸⁹.
- “Philippe V le Long. Le premier chapitre parle de la mort Jehan filz du roy de France et de Navarre qu’il ot de la royne Climence ; et comment Phelippe conte de Poitiers fu couronné en roy du royaume de France après la mort dudit roy Jehan, lequel estoit son neveu, si comme celui qui estoit filz de son frere Loys. [...] I. De la mort Jehan filz du roi de France et de Navarra, qu’il ot de la royne Climence [...]. En l’an de grâce

⁸⁶ VIARD, Jules Marie Édouard (Ed.) – *Les grandes chroniques de France. VIII. (Philippe III le Hardi, Philippe IV le Bel, Louis X le Hutin, Philippe V le Long)*; VIARD, Jules Marie Édouard (Ed.) – *Les grandes chroniques de France. IX. (Charles IV le Bel, Philippe VI de Valois)*. Paris: Honoré Champion, 1937. The text published under the title "Chronicle of Saint-Denis" is almost identical to this one. It includes the passages from 1315 (marriage), 1316 (death of John I), 1318 (stay in Provence). RHGF vol. XX, pp. 654–724, here pp. 697, 699 and 701.

⁸⁷ VIARD, Jules Marie Édouard (Ed.) – *Les grandes chroniques de France. VIII*, p. 320.

⁸⁸ VIARD, Jules Marie Édouard (Ed.) – *Les grandes chroniques de France. VIII*, p. 322.

⁸⁹ VIARD, Jules Marie Édouard (Ed.) – *Les grandes chroniques de France. VIII*, p. 328.

mil CCC XVI, la royne Climence qui estoit ençainte, chei en une quartaine qui moult greva sa porteur, et enfanta I filz qui avoit non [nom] Jehan qui mourut assez tost ; pourquoy Phelippe conte de Poitiers se mist en possession des royaumes. Mais le duc de Bourgoigne et sa mere li estoient contraries, et disoient que la fille [de] son frere le roy Loys devoit heritier. Mais les autres disoient que femme ne puet heritier ou royaume de France. Pour ce ledit Phelippe fu coronné en roy, et à la nuit de la Thiphaine après, fu receu comme roy à Paris. Et tantost il appella ledit Robert d'Artois, et l'en li donna la contée de Biaumont en Normendie”⁹⁰.

- *“En ce temps, la royne Climence se parti de France et de ala à Avignon ; et là cuida trouver son oncle le roy de Sezille et entra en Avignon. Mais son oncle n'estoit pas venu ; si s'en ala saluer le pape, lequel la reçut moult benignement et li eslut son demeure jusques à la venue de son oncle, en l'ostel des seurs de saint Dominique”⁹¹.*
- *“Item en l'an dessus dit ; c'est à savoir le treziesme jour d'octobre [13 octobre 1328], la royne Climence, femme jadis au roy Loys Hutin, trespasa, et en l'église des Freres Prescheurs de Paris fu enterree”⁹².*

5. Continuation of the *Chronicon universalis* of Géraud de Frachet (attributed to Richard Lescot, 1344–1356)⁹³

- *“Ludovicus rex [...] misit etiam circa Natale Domini [1314] cambellanum et secretarium suum, Hugonem de Bovilla milite, cum aliis ad partes Sicilae pro filia regis Hungarie, Clementia nomine, sibi matrimonio copulanda”⁹⁴.*
- *“[...] proficiscens in Flandriam ultima die Julii [31 juillet 1315] reginam Clementiam in matrimonio copulavit. Ipsi vero, Remis pariter coronatis et consecratis [...]. Illic autem ante recessum suum rex ipse, avuncolorum suorum, fratrum et baronum consilio, dotasse dicitur reginam Clementiam de viginti miliabus libris, redditibus terre, apud Lorriz, Baugenciacum, Montargis, Fontainebliaudi et alibi, et de hoc litteras fecisse”⁹⁵.*

⁹⁰ VIARD, Jules Marie Édouard (Ed.) – *Les grandes chroniques de France. VIII*, pp. 333–335.

⁹¹ VIARD, Jules Marie Édouard (Ed.) – *Les grandes chroniques de France. VIII*, p. 343.

⁹² VIARD, Jules Marie Édouard (Ed.) – *Les grandes chroniques de France. IX*, p. 94.

⁹³ RHGF vol. XXI, pp. 1–70; MOLINIER, Auguste – “2529. Géraud de Frachet”; GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – “Comment ont été continuées”, pp. 397–399.

⁹⁴ RHGF vol. XXI, p. 42.

⁹⁵ RHGF vol. XXI, p. 44.

- “*Ludovicus, rex Francie et Navarre, febre gravi apud nemus Vicenarum correptus, quinta die mensis Junii [5 juin] expiravit, reginam Clementiam impraegnantem relinquens, filiamque unicam, nomine Johannam, de Margareta quondam Navarrae reginam defuncta*”⁹⁶.
- “*Parisius apud Luperam, XVII. Kalendas mensis Decembris [15 novembre 1316], natus est ex regina Clementia filius qui, natus et renatus Johannesque vocatus, XIII Kalendas mensis praedicti [19 novembre 1316] ibidem decessit, ac deinde in ecclesia Beati Dionysii, ad pedes patris defuncti, traditur sepulturae Philippo comite Pictavensis se tenente pro rege Franciae et Navarrae, tunc praesente, corpusque parvuli cum avunculis suis, Karolo et Ludovico, ad tumulum deferente*”⁹⁷.
- “*Regina Clementia, credens avunculum suum, regem Siciliae invenire, Avinionem intravit [1318]. Qui diu expectatus, nec ita cito veniens sicut vellet, maxime propter guerram Januensium, quos pertransierat, ipsa summo pontifice salutato, a quo benigne recepta fuerat, ejusdem consilio, Aquis, in conventu sororum Sancti Dominici se transferens, adventum avunculi sui diutius expectavit*”⁹⁸.

II. Texts outside the scope of the Dionysian atelier (but some of which influenced it)

6. Rhymed chronicle attributed to Geoffrey of Paris⁹⁹

<i>“El mois d’aoust, pris le roy fame</i>	<i>Mès au partir de la contrée</i>
<i>Une très haute et noble dame:</i>	<i>Souffri mainte male journée</i>
<i>C’est la fille au roy de Hongrie</i>	<i>Dont èle ot mult le cuer amer</i>
<i>Et cèle ne lis le desdit mie</i>	<i>Jusqu’a Marceille vint par mer</i>
<i>Mariez fu à Saint-Lyé</i>	<i>Mès ançois qu’el i fust venue</i>
<i>Dieu doint que le royaume en soit lié</i>	<i>Mainte grant doulor ot éue</i>
<i>Plus qu’i ne fu de la première !</i>	<i>Car en mer perdi mains joyaux</i>
<i>De bèle et cortoise manière</i>	<i>Des siens les meilleurs, les plus</i>
<i>Envers tous la royne estoit</i>	<i>biax</i>

⁹⁶ RHGF vol. XXI, p. 45.

⁹⁷ RHGF vol. XXI, p. 47.

⁹⁸ RHGF vol. XXI, p. 51.

⁹⁹ RHGF vol. XXII, pp. 87–166.

*Et humblement se deportoit
En parole et en fet fu sage
Près de Troies le mariage
Fu si com j'entériné
Feste n'i ot n'encortiné
Nul chose mès moult brièment
Fu parfait cest espusement
Car Loys le roy haste avoir
Qui en Flandre aler devoit
De gent por ce not habondance
Ni si n'i on feste ne dance
La Royne avoit nom Clymence
Son nom ne failli pas en ce
Car elle estoit moult débonère
Si ne li fu son nom contraire
Nièce au roy Robert de Cezille
Car de son frère elle estoit fille
L'aisné celui qui estoit roy
Et gouverneur des Hungerroy*

*"[...] Mès [Louis X] trespasa et Diex li face
Pardon, et se maux li efface*

*"[...] Et otroia et si vorra
Que la royne avoir porra
Sans ratranchier ne sans retraire*

*Aussi li et sa compaignie
Furent près de perdre la vie
Dont forment se doulourosoit
Et par très grant doulor disoit
„Omnipotens biax Sire Diex
Qui es gouverneres des ciex
Et qui soustiens trestout le
monde
Gard que ta gent ci n'afonde
Ne sueffre pas que ta gent muire
Por moi mes saus les fai conduire
Et por eix tous ci me retien
Por moi ne doivent perdre rien
Mès pour elx tous me retenez"
Le marinier qui fu senex
Tant comme il pot les conforta
Jusques tant que Diex les porta
Touz haitiez sans drécier la velle
Jusqu'en la cité de Marseille"¹⁰⁰.*

*"[...] Clymence veuve demora
Qui grant tems souvent en
plora"¹⁰¹*

*Jusqu'a XX m[ille] son douaire
Et ce li devoir assez plaire
Car il est assis devers Laire"¹⁰².*

7. Chronicle compiled by an anonymous author in 1356¹⁰³

¹⁰⁰ RHGF vol. XXII, p. 161.

¹⁰¹ RHGF vol. XXII, p. 164.

¹⁰² RHGF vol. XXII, p. 165.

¹⁰³ RHGF vol. XXI, pp. 137–140.

- “L’an mil III. C. XVI. la vigille de la Trinité [29 mai 1316] trespasse Loys, roy de France et de Navarre. Et la Royne Clémence, sa seconde femme, demoura ensainte, et eut son enffant au Louvre, à heures de matin, le samedi après la Saint-Martin d’hiver ensuivant [13 novembre 1316] ; lequel ne vesquit que huit jours, mais l’en disoit qu’il ne vint pas à terme ; et fut la royne malade de fiebvres cartes en sa gésine. [...]”¹⁰⁴.

8. Memoriale historiarum of Jean de Paris, canon of St. Victor of Paris¹⁰⁵

- “Hoc etiam anno [1314] rex novus misit nuncios solempnes ad regem Siciliae, ut sibi mitteret Clementiam, neptem suam, filiam regis Hungariae, fratris [sic !] sui, proponens eam accipere in uxorem: quam dum diutius expectaret juvenili ardore accensus, fraena incontinentiae laxavit. [...] Dicta autem Clementia, per marem veniens, passa est naufragium ut vix ipsa et sui maris periculum evitarent. Multis autem jocalibus peditis pretiosis, tandem in Franciam est adducta. Rex autem versus Remis, ubi debebat coronam regni accipere in Assumptione sanctae Mariae [15 août], festinabat. Et dum esset in quodam manerio prope Treca, quod dicitur Sanctus Laetus, duxit dictam Clementinam in uxorem, nec curavit quod pro hoc magnus fieret solempnitatis apparatus”¹⁰⁶.
- “Cum sicut puer ad jactum pilae diu laborasset, admodumque fuisset calefactus, indiscrete sequens sensibile appetitum, in quamdam frigidissimam caveam est adductus, et sine mensura bibit vinum ; frigus eum usque ad viscera penetravit, et statim decumbens in lecto obiit in vigilia Trinitatis [29 mai] ; et ita vix per triennium miles fuit. Sepultus est igitur cum corona duplici Franciae et Navarrae apud Sanctum Dionysium in Francia, juxta patrem. Remansit autem regina vidua impregnata. [...] Veniens autem comes Pictaviensis habuit consilium quod tanquam regem se gereret et in possessione regni se poneret, donec per barones esset aliud ordinatum. Venit ergo Parisius, et posuit se in regali palatio, et fecit claudi omnia ostia praeter unum. Regina autem Clementia se praegnantem ei certitudinaliter nunciavit. Convocatis itaque baronibus regni, sic fuit finaliter ordinatum, quod comes Pictaviensis esset regni Franciae gubernator, et omnes proventus reciperet,

¹⁰⁴ RHGF vol. XXI, p. 140.

¹⁰⁵ RHGF vol. XXI, pp. 630–676; GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie – “Comment ont été continuées”, pp. 391–393, 427–433.

¹⁰⁶ RHGF vol. XXI, p. 661.

et regine necessaria ministraret ; et si masculum pareret, comes regnia gardiam usque ad annos XXIII. retineret et bella et misias alias ministraret, et reginae viginti millia librarum redditus assignaret, de quibus quatuor millia hereditarie possideret ; in anno autem vicesimo quinto, regnum puero, tanquam vero heredi, libere resignaret, et ei tanquam domino obediret ; si autem femina orietur, comes ex tunc pro rege ab omnibus haberetur, et puelle, prout ius consuetudo requireret, provideret. Quo promisso, tanquam gubernatori fecerunt ei homagium principes et barones, excepto duce Burgundiae, qui neptem filiam sororiae suae, reginae Navarae, quam lex Ludovicus, dum viveret, pro filia legitima recognovit, voluit habere penes se, de fraus aliqua fieret contra eam, quae nutriendum sibi tradita fuit”¹⁰⁷.

- *“Regina Clementia incidit in cartanam, qua longo tempore laboravit ; et tenello foetui in ejus utero nocuit aegritudo. Peperit igitur circa festum sancti Martini, puerum masculum, qui Johannes in baptisate vocatus est, sed modico tempore supervixit. Post cujus mortem comes Pictaviensis regnum obtinuit”¹⁰⁸.*
- *“Mandaverat autem [Robertus, rex Neapoli] reginae Clemetiae, nepti suae, quod ad papam, qui in Avinione posuerat sedem suam, venire satis cito. Venit ergo dicta regina Avenionem, avunculum suum videre cupiens ; et recepta curialiter a papa, de ejus consilio ivit Aquis, et ibi diu avunculum expectavit” [...] „Igitur rex ad obsidendam Sagonam misit multitudinem armatorum, mandans Clementiae reginae quod in Pentescostes festo sequenti proponebat esse apud Massiliam, ubi frater suus Ludovicus, qui jam canonizatus fuerat, debebat sollempniter elevari.”¹⁰⁹.*

9. Chronicles of Flanders by an anonymous author¹¹⁰

- *“Et quant tous fust appresté, il party de Paris en bon estat, et à noble compaignie s’en ala à Rains, ou il fut honourablement recheu et festoié et consacré roy de France par les mains de monseigneur Pierre de Courteney, archevesque de Rains. Après son sacre retourna le roy Loys à Paris, si trouva que madame sa femme quy avoit par avant esté emprisonnée ou chastel Gaillard, comme dit es dessus, estoit alée à de vie par mort ; et en estoit demeurée une moult belle fille nommée Jehenne laquelle fut*

¹⁰⁷ RHGF vol. XXI, p. 663.

¹⁰⁸ RHGF vol. XXI, p. 665.

¹⁰⁹ RHGF vol. XXI, p. 668.

¹¹⁰ RHGF vol. XXII, pp. 329–429.

depuis royne de Navarre de par son père et fut donnée à femme à messire Philippe, filz messire Loys de France, si fut roi de Navarre de par elle. Les barons de France s'avisèrent qu'il seroit bon que le roy de France fust marié. Adont ilz envoièrent querre une moult noble dame qui estoit fille du roy de Honguerie, et avoit à nom Clémence, et quant elle fut venue en France, le roy la prist à femme, et porta couronne”¹¹¹.

- *“Ung jour advint qu’il avoit joué [Louis X] a la paulme et estoit moult eschauffé, si lui print grant volenté de boire et l’an lui aporta d’un bon vin, mais il estoit aussi froit que glace, car il venoit d’une bove très profonde. Et sur la chaleur qu’il avoit, il en but trop largement, là en devint sa graisse tant tant reffroidye et son oint si fondu, qu’il en se sceut remettre à point. Pour quoy il chey en unes fievres, et tantos agrava sa maladie, tellement que au septieme jour il en rendi l’ame et fu son corps porté à Saint Denys, où il fut enterré emprés de som père. Ainsi trespasa le roi Loys quy fut nommé Hustin. Ung petit filz lui estoit demouré de la royne Clémence, sa femme, nommé Jehan, et ne avoit que ung mois au trepas de son père”¹¹².*

10. Flores chronicarum of Bernard Gui¹¹³

- *“Eodemque anno, ultima die mensis Julii [31 juillet 1315], praefatus rex Ludovicus desponsavit sibi in facie Ecclesie uxorem, Clementiam, filiam quondam Karoli Martelli, qui fuit filius primogenitus Karoli secundi, regis Siciliae, addictam sibi de Neapoli. Sequenti vero Dominica prima Augusti, in festo Inventionis sancti Stephani [3 août], Ludovicus fuit iniunctus in regem Francorum, Remis civitate, per archiepiscopum Remensem, ut moris est, cum memorata Clementia, nova sponsa sua. [...] Idem Ludovicus, rex Francie et Navarre, regnavit anno uno et dimidio ; obiit autem Parisius, Sabbato infra octavas Pentescostes, nonis Junii, scilicet quinta die ejusdem mensis [5 juin] ; fuitque corpus ejus cum honore regio in monasterio Sancti Dionysii tumulatum, anno Domini M. CCC. XVI. regni vero sui anno secundo, aetatis autem suae anno XXVII. ex prima uxore sua, Marguarita nomine, filiam unicam, Johannam nominam, derelinquens, secunda vero uxore, Clementia regina,*

¹¹¹ RHGF vol. XXII, p. 402.

¹¹² RHGF vol. XXII, p. 405.

¹¹³ GUENÉE, Bernard – *Between Church and State*, p. 47; BRUN, Laurent – Bernard Gui; RHGF vol. XXI, pp. 690–734.

remanente gravida et praegnante. Gubernacula autem utriusque regni, videlicet Franciae et Navarrae, suscepit Philippus germanus ejus, comes Pictaviensis, sub nomina regentis tenenda si puer masculus nasceretur, usquequo ad intellegibilem aetatem annorum XIII pervenisset; si vero filia nasceretur, ipse Philippus rex Francorum fieret et regnaret et duae filiae Ludovici haberent et sibi dividerent regnum Navarrae et Campaniae comitatum. Et haec dicuntur fuisse pacta prima inita et firmata, quamvis postmodum aliter fuit ordinatum. Post haec vero XIII die mensis sequentis mensis Novembris [14 novembre 1316], dominica die, sub nocte media praecedente, memorata domina Clementia regina peperit filium progenitum Parisius, et Johannes vocatus est, nomen ejus; et multi in nativitate ejus gavisii sunt. Sed gaudio cito pertansiit; nam VII die a nativitate [20 novembre 1316] infans obiit, et abiit regnum sibi accipere sempiternum. Regnumque Francorum et Navarrae prefato domino Philippo permansit vel remansit”¹¹⁴.

11. Regni Francie chronicon by an anonymous author¹¹⁵

- *“Ludovicus X Philippi V [!] praedicti primogenitus coepit anno Domini M. CCC. XIII, regnavitque in Francia annis duobis mensibus VI vel circa. [...] et infra mensem regni ejus vel circa uxor ejus, ducis Burgondiae filia qui ob crimen adulterii in privata custodia tunc tenebatur, defuncta est, unica remanente ex ea filia. [...] Eodem anno, die ultima Julii, Ludovicus rex uxorem accepit Clementiam, Karoli Martelli, primogenit Karoli secundi regis Siciliae filiam, et secunda Dominica, fuit cum ea in regem Francorum Remis iniunctus et coronatus. [...] Anno Domini M. CCC. XVI. Nonis Junii [5 juin 1316] obiit Ludovicus, et in monasteri Sancti Dionysii tumulatus est, eius uxore praegnante relicta. Gubernacula vero utriusque regni, Franciae scilicet et Navarrae suscepit Philippus frater ejus, comes Pictaviae, ut regens si puer masculus nasceretur, donec ad inintelligibilem aetatem pervenisset. Post haec vero, die XIII mensis Novembris [13 novembre 1316], dicta Clementia peperit filium ejus nomen vocatum est Johannes, qui die VII a sua nativitate [19 novembre 1316] decessit”¹¹⁶.*

¹¹⁴ RHGF vol. XXI, pp. 725–726.

¹¹⁵ RHGF vol. XXII, pp. 16–21.

¹¹⁶ RHGF vol. XXII, pp. 19–20.

12. Tabula of Robert Mignon¹¹⁷

- “[...] *post obitum regis Ludovici, primogeniti dicti regis [Philippi Pulchri], qui rex Ludovicus obiit V. Junii CCC. XVI. [5 juin 1316] et post obitum Johannis, primogeniti dicti regis Ludovici, qui obiit circa VIII. dies post XIII. Novembris CCC. XVI. [14 et 21 novembre 1316] qua fuerat natus de regina Clementia, uxore dicti regis Ludovici [...]*”¹¹⁸.

13. Extract from the life of St. Magloire

- “[...] *Puis vint en grant humiliance / La noble roïne Climence [...] Deus dras de soie et un fermail / Doerz, à pierres et esmail / Offri la roïne Climence*”¹¹⁹.

14. Chronicle by an anonymous author up to 1380¹²⁰

- “*Ou dit an, le VIII^e jour de novembre [8 novembre 1316], Climence, royne de France et de Navarre, veufve du feu Loys, ot enffant ou Louvre, lequel fut nommé Jehan ; lequel trespasa au dit Louvre le XVIII^e jour du dit mois de novembre ensuivant [18 novembre 1316], et après fut enterré en l’église de Saint-Denis, emprès son père [...]*”¹²¹.
- “*Ou dit an M. CCC. XXV. [...] XII. ans après édifièrent et fondèrent à Paris l’hospital ou Hostel-Dieu, nommé le Saint Sépulcre, en la rue Saint-Denis, auquel Ysabel, royne d’Engleterre, seur du dit roy, son filz Edouart, duc d’Acquitaine, successeur du royaume d’Engleterre, et Climence, royne de France et de Navarre, assist chacun la première pierre*”¹²².

14bis Parisian chronicle by an anonymous author of the 14th century¹²³

- “*Et en cest an [1322], le mercredi après la saint Barnabé l’apostre, au mois de juing [16 juin 1322], très noble dame et de grant sainteté Blance, fille saint Louys,*

¹¹⁷ RHGF vol. XXI, pp. 519–529.

¹¹⁸ RHGF vol. XXI, pp. 523.

¹¹⁹ RHGF vol. XXII, pp. 168, 169.

¹²⁰ RHGF vol. XXI, pp. 141–145.

¹²¹ RHGF vol. XXI, p. 143.

¹²² RHGF vol. XXI, pp. 144–145.

¹²³ *Chronique parisienne anonyme du XIV^e siècle*. Ed. HELLOT, A. Nogent-le-Rotrou: Daupeley-Gouverneur, 1884. Accessed 7 January 2020. Available at <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5438578z.texteImage>.

jadiz fame de feu Ferrant, l'ainsné filz le roy de Castelle, en l'abbaye des seurs cordelieres de saint Marceil de lez Paris, en Nostre Seigneur Jhesucrist clovist son dernier jour ; et le dimenche ensuivant, devant la Nativité saint Jehan Baptiste, à Paris, en l'église des freres Mineurs, en lieu qui en sa vie avoit esté par elle esleuz, present Climence la roynne de France et de Navarre et Jehanne roynne de France et de Navarre, fame le desrenier Philippe adonc nouvellement trespasé, et mout de haultes personnes, fut honnourablement enterrée"¹²⁴.

- "[...] à Paris [...] douze ans aprez [1325] ce, en la ville de Paris, en la grant rue Saint-Denys, à l'opposite de Champeaux, en honneur de Nostre Seigneur et de sainte Croix et de son saint Sépulcre, édifièrent et fonderent ung hostel-dieu ; au quel Ysabel la roynne d'Engleterre, fille au dit Philippe le Beaux, et son filz Edouart le duc d'Acquaine, successeur au'royaulme d'Engleterre, qui adonc estoient en France, et Climence la roynne de France et de Navarre, assist chacun la première pierre"¹²⁵.

15. Miroir historial of Jean Desnouvelles (Jean de Noyal ou de Guise)¹²⁶

- "Et la seconde femme ot nom Climence, et fu fille au roy de Hongrie. Chis Loys ne rengna que I. an, et fu empuisonnez ; et la royne Climence demoura grosse d'un fil, et Philippes, li frère du roy, demoura regens du roialme. Après que la dame fu accouquie, li emfes fu appelez en baptesme Jehans, et ne vesqui que X. jours"¹²⁷.

16. Guillaume l'Écossais' chronicle, monk of Saint-Denis¹²⁸

- "Iste Ludovicus, dum adhuc pater viveret in regem Navarrae coronatus, patri succedens in regno Francorum, dominica post festum beatae Mariae-Magdaleneae [27 juillet 1314], visitato prius patrono suo Dionysi, eius orationibus se recommendans, Remis, una cum regina Clementia, regis Hungariae filia, quam paucis ante diebus sibi in consortem acceperat, est inunctus. Regnavit autem parum plus anno cum dimidio, et mortuus, in ecclesia Beati Dionysii sepultus, nullum haeredem praeterquam unum in reginae utero deriliquit. Qui natus est renatus,

¹²⁴ *Chronique parisienne anonyme du XIV^e siècle*, p. 70.

¹²⁵ *Chronique parisienne anonyme du XIV^e siècle*, pp. 102–103.

¹²⁶ MOLINIER, Auguste – "3101. Jean de Noyal"; RHGF vol. XXI, pp. 181–198.

¹²⁷ RHGF vol. XXI, p. 197.

¹²⁸ FUNKE, Paul – *Papst Benedikt XI*, p. 5; RHGF vol. XXI, pp. 201–211.

Johannesque vocatus, infra dierum octo spatium moritur, et ad pedes in praefata ecclesia tumulatur"¹²⁹.

A) Texts produced outside of France

17. Mathew of Neuburg: Chronicon

- "*Ex hiis itaque tribus filiabus multi duces Bawariae, Saxoniae et marchiones in Brandenburg processerunt. Dedit quoque rex [Rodolph d'Habsbourg] unam filiarum Karolo III^o, nepoti Karoli Martelli predicti, regi Sicilie, ex qua reges Ungariae, Clemenca regina Francie et mater Delphinorum, et Andreas rex Siciliae, processerunt.*"¹³⁰.
- "*Captisque militibus et uxoribus ac militibus excoriacione extinctis, Ludowici, quoque uxore extincta, idem Clementam filiam Karoli III. regis Cecilie, neptem Rudolphi Romanorum regis, duxit uxorem. Quibus Ludowico et Philippo post mortem patris successive regnantibus et sine prole defunctis, cum Karolus frater eorum regnaret [...]*"¹³¹.
- "*Ex regina Sicilie ipsius Rudolphi filia descenderunt: Karolus successor patris eciam regis Cecilie, sed per patruum Robertum et per papam eiectus, sed de adiuturo Alberti regis Romanorum avunculi sui Ungarie rex creatur. Item Delfina ex qua duo filii Delfini sunt creati. Item Clementa regina Francie sine liberis est defuncta. Ex Karulo rege Ungariorum predicto descenderunt nunc Karolus primogenitus, rex Ungarie; item Andreas rex Cecilie, iugulatus per Iohannam uxorem et patruem suam*"¹³².

18. Anonymous author: Annales Mediolanenses¹³³

¹²⁹ RHGF vol. XXI, p. 209.

¹³⁰ HOFMEISTER, Adolf (Ed.) – *Die Chronik des Mathias von Neuenburg*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1924–1940 (MGH Scriptores rerum Germanicarum Nova Series, 4), pp. 1–500. Accessed 7 January 2020. Available at [https://www.dmgh.de/mgh_ss_rer_germ_n_s_4/index.htm#page/\(III\)/mode/1up](https://www.dmgh.de/mgh_ss_rer_germ_n_s_4/index.htm#page/(III)/mode/1up), p. 24. An almost identical text can be found in the so-called "WAU" compilation, *ibidem*, p. 321.

¹³¹ *Ibid*, pp. 210–211. An almost identical text can be found in the so-called "WAU" compilation, *ibidem*, p. 401.

¹³² HOFMEISTER, Adolf (Ed.) – *Die Chronik des Mathias von Neuenburg*, p. 300.

¹³³ GOMBOS, Albinus Franciscus; CSAPODI, Csaba (Eds.) – *Catalogus fontium historiae Hungaricae aevo ducum et regum ex stirpe Arpad descendentium ab anno Christi DCCC usque ad annum MCCCCI*. vol. I–IV. Budapestini: Academia Litterarum de Sancto Stephano Rege nominata, 1937–1938, here: vol. I, nr. 378.

- “A. 1293 papa Coelestinus in Neapoli curiam posuit et Carolum Martellum primogenitum Caroli regis Siciliae in regem Hungariae coronavit. Carolus rex Hungariae duxit in uxorem filiam Alberti ducis Austriae, regis Romanorum, de qua genuit Clementiam reginam Francorum et Constantiam uxorem Dalphini Viennae et Carolum regem Hungariae.”
- “A. 1315 Ludovicus rex Francorum mortua uxore sua duxit in uxorem Clementiam neptem Roberti regis Siciliae, quae erat soror Iohannis (!) regis Hungariae.”

19. Chronici Hungarici Compositio saeculi XIV

- “Quorum instantiam papa admittens quendam puerum XI. annorum nomine Karolum anno Domini Mo CCo XCo IVo vivente adhuc Andrea rege in Hungariam destinavit. Cuius Karoli generatio et origo tali modo habetur. Rex Stephanus quintus filius Bele quarti regis Hungarie inter alias filias habuit unam nomine Mariam vocatam, quam Karulo Claudio filio Karuli Magni qui ex donatione ecclesie fuit rex Sycilie, tradiderat in uxorem. Qui rex Carolus Claudus ex illa filia Stephani regis genuit Carolum Martellum vocabulo / nomine. Carolus vero Martellus ex filia imperatoris Rodolphi, Clemencia nomine, genuit filium, quem primo in terra sua vocaverunt Carobertum, quasi Carolum Robertum. In Hungaria autem oblato Roberto ipsum Hungari Carolum vocaverunt”¹³⁴.

20. Petrarca: Poemata minora, Epistola prima Dyonisio de Burgo Sancti Sepulchri

- “Tum consors Regina tori cui nulla Dearum / Seu formae vertamen erit, seu sanguinis almi / Auferet emeritum iusto sub iudice palmam, / Coniuge quin etiam spoliata Clementia magno / Tunc aderat, procerumque chorum magnumque virorum / Agmen, et egregiis acies conferta puellis”¹³⁵.

21. Petrarca: Epistolae Familiares IV. 3,9-14

- “[...] Hunc diem transvecta neptis tua, quam finis epystole canit ac predicat, invidiosa potius, ut michi quidem videtur, quam miserabili sorte defungitur.

¹³⁴ SZENTPÉTERY, Emericus (Ed.) – *Scriptores rerum Hungaricarum tempore ducum regumque stirpis Arpadianae gestarum. vol. I–II*, Ed.. Budapestini: Academia Litterarum Hungarica et Societas Historica Hungarica, 1937–1938, here: vol. I, p. 487.

¹³⁵ HUFFELMANN, Annie M. – *Clemenza von Ungarn, Königin von Frankreich*, p. 62, note nr. 254.

Quamvis enim in ipso etatis et forme flore subtracta sit, publica fere totius orbis querimonia multisque precipue populorum utriusque regni, et unde ortum et in quod translatum illud rarum et eximium decus erat, lacrimis ac lamentis, ipsa tamen felix est, non solum quod ad eterne vite delicias per horrificum illud mortis limen ingressa est, sed etiam quod tu eam nobilissimo elogio omnibus seculis illustrasti. Quis enim mortuam, imo vero quis non gloriosissime viventem dicere audebit, quam Deus in celo, tu in terris vivere voluisti? O inquam, felix mulier, o iterum felix, que pro una temporali vita, eademque brevi et incerta et mille semper casibus exposita, duas eternitates, ut ita dixerim, consecuta est, quarum alteram celesti, alteram terreno regi, illam Cristo debeat hanc Roberto!

Ingentia duo numera a munificentissimis largitoribus accipens, eo felicior videri debet, quod in celo et in terra gratiam dignissimis relaturo est; plurimum enim ex persona tribuentis muneribus ipsis accedit; multum interest a quo beneficium acceperis et cui inde sis obnoxius. Sane quesitam illi celitus immortalitatis conditionem beatissimamque vite mutationem sileo ne ineffabilia prosequentem destituant vires. Quanta demum gloria est quam tu sibi supremis laudibus peperisti! certe, dum illud tuum sive epygramma sive epythaphium dici mavis, quod eterne mansurum esse confido, nuper defuncte neptis memoriam celebrabit, semper illa tecum et cum clarissimis omnis evi nominibus vivet.

Erunt qui mortem immaturam et iacturam modici temporis tali cupiant compensasse pangerico, quique, quod de Achille dixisse fertur Alexander Macedo suspirantes dicant: 'O fortunatam, que talem preconem tue virtutis invenisti!' Sed iam metuo ne prolixitas in fastidium vergat; elegantissima quoque brevitudo tua ne longius vager, admonuit. Subsistam igitur Deum orans cunctosque celicolos, ut serenitatem tuam, geminis tam bellorum quam studiorum laureis ornatam, diu iubeant in statu felicissimo florere. Vale. VII. Kal. Ianuarias, ad fontem Sorgie"¹³⁶.

¹³⁶ Francesco Petrarca *Le Familiari Libri I–IV*. Traduzione, note e saggio introduttivo di Ugo Dotti. Urbino: Università di Urbino, 1970 (Pubblicazioni dell'Università di Urbino. Serie di Lettere e Filosofia XXIX), pp. 515, 517. Cf. WIDMER, Berthe (Ed.) – *Francesco Petrarca Familiaria Bücher der Vertraulichkeiten*. 1. Buch 1–12. Berlin – New York: De Gruyter, 2005, pp. 194–195.

Bibliographical references

Sources

Manuscript sources

Paris, BNF, *MS Français 10132* [Online]. Accessed 7 January 2020. Available at <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b90632136/f1.image>.

Printed sources

Catalogus fontium historiae Hungaricae aevo ducum et regum ex stirpe Arpad descendendum ab anno Christi DCCC usque ad annum MCCCII. Vol. I–IV. Ed. GOMBOS, Albinus Franciscus; CSAPODI, Csaba. Budapestini: Academia Litterarum de Sancto Stephano Rege nominata, 1937–1938.

Chronique parisienne anonyme du XIV^e siècle. Ed. HELLOT, A. Nogent-le-Rotrou: Daupeley-Gouverneur. Paris, 1884. Accessed 7 January 2020. Available at <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5438578z.texteImage>.

“Continuatio Chronici Guillelmi de Nangiaco”. In GÉRAUD, Hercule (Ed.) - *Chronique latine de Guillaume de Nangis, de 1113 à 1300, avec les continuations de cette chronique, de 1300 à 1368*. Vol. I–II. Paris: J. Renouard et Cie, 1843. Vol. I, pp. 327–435, Vol. II, pp. 1–378. Accessed 7 January 2020. Available at <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6545870g?rk=21459;2>.

Die Chronik des Mathias von Neuenburg. Ed. HOFMEISTER, Adolf. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1924–1940 (MGH *Scriptores rerum Germanicarum Nova Series*, 4), pp. 1–500. Accessed 7 January 2020. Available at [https://www.dmgh.de/mgh/ss/rer/germ/n/s/4/index.htm#page/\(III\)/mode/1up](https://www.dmgh.de/mgh/ss/rer/germ/n/s/4/index.htm#page/(III)/mode/1up).

Francesco Petrarca Familiaria Bücher der Vertraulichkeiten. 1. Buch 1–12. Hrsg. WIDMER, Berthe. Berlin – New York: De Gruyter, 2005.

Francesco Petrarca Le Familiari Libri I–IV. Traduzione, note e saggio introduttivo di Ugo Dotti. Urbino: Università di Urbino, 1970 (Pubblicazioni dell'Università di Urbino. Serie di Lettere e Filosofia XXIX).

Les grandes chroniques de France. VIII. (Philippe III le Hardi, Philippe IV le Bel, Louis X le Hutin, Philippe V le Long). Ed. VIARD, Jules Marie Édouard. Paris: Honoré Champion, 1934.

Les grandes chroniques de France. VIII. (Philippe III le Hardi, Philippe IV le Bel, Louis X le Hutin, Philippe V le Long); Les grandes chroniques de France. IX. (Charles IV le Bel, Philippe VI de Valois). Ed. VIARD, Jules Marie Édouard. Paris: Honoré Champion, 1937.

Receuil des historiens des Gaules et de la France. Vol. XXI, Ed. BOUQUET, Martin Dom et alii Paris: J. Renouard et Cie, 1855. Accessed 7 January 2020. Available at <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50138z/f722.image.texteImage>.

Receuil des historiens des Gaules et de la France. Vol. XXII. Ed. WAILLY, Natalis de; DELISLE, Léopold. Paris: V. Palmé, 1860.

Scriptores rerum Hungaricarum tempore ducum regumque stirpis Arpadianae gestarum. Vol. I–II, Ed. SZENTPÉTERY, Emericus. Budapestini: Academia Litterarum Hungarica et Societas Historica Hungarica, 1937–1938.

Studies

ALLIROT, Anne-Hélène – *Filles de roy de France. Princesses royales, mémoire de saint Louis et conscience dynastique (de 1270 à la fin du XIV^e siècle)*. Turnhout: Brepols, 2010. (Culture et société médiévales 20)

BARBERO, Alessandro – “Letteratura e politica fra Provenza e Napoli”. *L’État angevin. Pouvoir, culture et société entre XIII^e et XIV^e siècle. Actes du colloque international organisé par l’American Academy in Rome, l’École française de Rome, l’Istituto storico italiano per il Medio Evo, l’U. M. R. Telemme et l’Université de Provence, l’Università degli studi di Napoli “Frederico II” (Rome-Naples, 7–11 novembre 1995)*. Rome: École française de Rome, 1998 (Collection de l’École française de Rome 245), pp. 159–172.

BELL, Susan Groag – “Medieval Women Book Owners: Arbiters of Lay Piety and Ambassadors of Culture”. *Signs* 7/4 (1982), pp. 742–768.

BOUDET, Jean-Patrice – Les livres de Clémence de Hongrie. In GILLI, Patrick (Ed.) – *Former, enseigner, éduquer dans l’Occident médiéval, 1100-1450: textes et documents*. Vol. II. Paris: Sedes, 1999, pp. 76–85.

BOUDET, Jean-Patrice – “La bibliothèque de Clémence de Hongrie: un reflet de la culture d’une reine de France” In GAUDE-FERRAGU, Murielle; LAURIOUX, Bruno; PAVIOT, Jacques (Ed.) – *La cour du prince. Cour de France, cour d’Europe XII^e–XV^e siècle*. Paris: Champion, 2011, pp. 499–511.

BROWN, Elizabeth A.R. – “The Ceremonial of Royal Succession in Capetian France. The Funeral of Philip V”. *Speculum* 55/2 (1980), pp. 266–293.

BRUN, Laurent – “Bernard Gui”. *Archives de littérature au Moyen Âge*. 2015. Accessed 7 January 2020. Available at https://www.arlima.net/ad/bernard_gui.html.

BRUN, Laurent – “Geoffroi de Paris”. *Archives de littérature au Moyen Âge*. 2015. Accessed 7 January 2020. Available at https://www.arlima.net/eh/geoffroi_de_paris2.html.

BRUN, Laurent – “Jean de Venette”. (article completed by An SMETS). *Archives de littérature au Moyen Âge*. 2016. Accessed 7 January 2020. Available at https://www.arlima.net/il/jean_de_venette.html.

BUETTNER, Brigitte – “Past Presents: New Year’s Gifts at the Valois Courts, ca. 1400” *Art Bulletin*, 83 (2001), pp. 598–625.

BUETTNER, Brigitte – “Le système des objets dans le testament de Blanche de Navarre” *CLIO, Histoire, Femmes et Sociétés* 19 (2004), pp. 37–62.

CAZILHAC, Jean-Marc – *Jeanne d’Evreux, Blanche de Navarre. Deux reines de France, deux douairières durant le guerre de Cent Ans*. Paris: L’Harmattan, 2010.

CAZILHAC, Jean-Marc – *Le douaire des reines de France à la fin du Moyen âge*. Paris: L’Harmattan, 2017.

CSUKOVITS, Enikő – *Az Anjouk Magyarországon I. I. Károly és uralkodása (1301–1342)* [The Angevins in Hungary I. The reign of Charles I (1301-1342)]. Budapest: MTA Bölcsészettudományi Központ Történeti Intézet, 2012.

DELISLE, Léopold – “Mémoire sur les ouvrages de Guillaume de Nangis”. *Mémoires de l’Institut national de France*, 27/2 (1873), pp. 287–372.

FERRÉ, Rose-Marie – “Clémence de Hongrie (1293–1328) et les oeuvres pour la mort. Entre patronage religieux et revendications dynastiques” In GAUDE-FERRAGU, Murielle; VINCENT-CASSY, Cécile (Ed.) – “*La dame de coeur*”. *Patronage et mécénat religieux des femmes de pouvoir dans l’Europe des XIV^e–XVII^e siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016, pp. 231–242.

FUNKE, Paul – *Papst Benedikt XI. Eine Monographie*. Paderborn: H. Schöningh, 2015 (re-edition of the original published in 1891).

GABORIT-CHOPIN, Danielle – “Les collections d’orfèverie des princes français au milieu du XIV^e siècle d’après les comptes et inventaires”. In *Art, objets d’art, collections: études sur l’art du Moyen Âge et de la Renaissance, sur l’histoire du goût et des collections: hommage à Hubert Landais*. Paris: Blanchard, 1987, pp. 46–52.

GABORIT-CHOPIN, Danielle (ed.) – *Le trésor de Saint-Denis. Documents divers*. Paris: Réunion des Musées, 1991.

GABORIT-CHOPIN, Danielle – “The Reliquiary of Elizabeth of Hungary at the Cloisters”. In PARKER, Elizabeth C.; SHEPARD, Mary B. (Eds.) – *The Cloisters: Studies in Honor of the Fiftieth Anniversary*. New York: Metropolitan Museum of Art, 1992, pp. 327–353.

GABORIT-CHOPIN, Danielle – *L’inventaire du trésor du dauphin futur Charles V, 1363: les débuts d’un grand collectionneur*. Paris: J. Laget, 1996. (Archives de l’art français).

GAUDE-FERRAGU, Murielle – *D'or et de cendres, la mort et les funérailles des princes dans le royaume de France au bas Moyen Âge*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Septentrion, 2005.

GAUDE-FERRAGU, Murielle – “Les femmes et la mort: sépultures et funérailles des reines et des princesses au bas Moyen Âge”. In ALDUC-LE BAGOUSSE, Armelle (Ed.) – *Inhumations de prestige ou prestige de l'inhumation? Expressions du pouvoir dans l'au-delà (IV^e–XV^e siècle)*. Caen: Presses Universitaires de Caen, 2009. (Tables rondes du CRAHM 4), pp. 383–404.

GÉRAUD, Hercule – De Guillaume de Nangis et de ses continuateurs. *Bibliothèque de l'école des chartes* 3 (1842), pp. 17–46.

GUENÉE, Bernard – *Between Church and State: The lives of four French prelates in the late Middle Ages*. Transl. Goldhammer, Arthur. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

GUYOT-BACHY, Isabelle; MOEGLIN, Jean-Marie - "Comment ont été continuées les Grandes Chroniques de France dans la première moitié du XIV^e siècle". *Bibliothèque de l'école des chartes*, 163/2 (2005), pp. 385–433.

GUYOT-BACHY, Isabelle – “*Expediabit ut unus homo morietur pro populo*. Jean de Saint-Victor et la mort du roi Philippe V”. In AUTRAND, Françoise; GAUVARD, Claude; MOEGLIN, Jean-Marie (Eds.) – *Saint-Denis et la royauté. Études offertes à Bernard Guinée Membre de l'Institut*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1999, pp. 493–504.

GUYOT-BACHY, Isabelle – La "Chronique abrégée des rois de France" de Guillaume de Nangis: trois étapes de l'histoire d'un texte. In CASSAGNES-BROUQUET, Sophie et alii (Eds.) – *Religion et mentalités au Moyen Âge: mélanges en l'honneur d'Hervé Martin*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2003, pp. 39–46.

HOLLADAY, Joan A. – "Fourteenth-Century French e sorigi Collectors and Readers of Books: Jeanne d'Evreux and Her Contemporaries". *Journal of Medieval History* 32 (2006), pp. 69–100.

HUFFELMANN, Annie M. – *Clemenza von Ungarn, Königin von Frankreich*. Berlin: Dr. Walter Rothschild. 1911.

KEANE, Margaret A. – *Material culture and queenship in 14th-century France: The testament of Blanche of Navarre (1331–1398)*. Leiden: Brill, 2016.

LE GRAND, Léon – *Les Maisons-Dieu et léproseries du diocèse de Paris*. Nogent-le-Rotrou: Imprimerie Daupeley-Gouverneur, 1899.

MOLINIER, Auguste – “2529. Géraud de Frachet”. In MOLINIER, Auguste – *Les Sources de l'histoire de France – des origines aux guerres d'Italie (1494)*. Vol. III. *Les Capétiens, 1180–1328*. Paris: Picard, 1903, p. 97.

MOLINIER, Auguste – “3101. Jean de Noyal”. In MOLINIER, Auguste - *Les Sources de l'histoire de France – des origines aux guerres d'Italie (1494)*. Vol. III. *Les Capétiens, 1180–1328*. Paris: Picard, 1904, pp. 24–25.

MONTESQUIOU-FEZENSAC, Blaise de [Avec la collaboration de Danielle GABORIT – CHOPIN] - *Le trésor de Saint-Denis 2. Documents Divers*. Paris: A. et J. Picard, 1977.

PRATT, Karen – “The Image of the Queen in Old French Litterature”. In DUGGAN, Anne J. (Ed.) - *Queens and Queenship in Medieval Europe. Proceedings of a conference held at King's College London april 1995*. Woodbridge: Boydell Press, 1997, pp. 235–259.

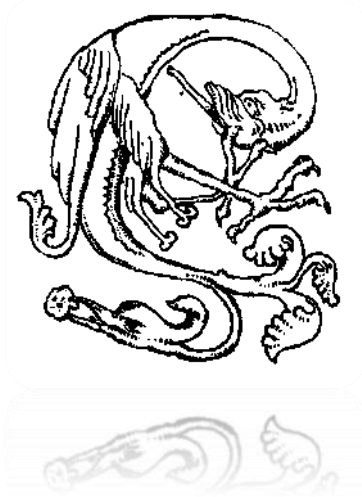
PROCTOR-TIFFANY, Mariah – *Portrait of a Medieval Patron: the Inventory and Gift-Giving of Clémence of Hungary*. Rhode Island, 2007 (PhD dissertation, Brown University).

PROCTOR-TIFFANY, Mariah – “Transported as a rare object of distinction: the gift-giving of Clémence of Hungary, Queen of France”. *Journal of Medieval History* 41/2 (2015), pp. 208-228.

PROCTOR-TIFFANY, Mariah – *Medieval Art in Motion. The Inventory and Gift Giving of Queen Clémence of Hungary*. Pennsylvania: Penn State University Press, 2019.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

KISS, Gergely – “The ‘cursed’ queen: Clemence of Hungary in the mirror of the contemporary narrative sources”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 139-177. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



The Network behind the Chronicle: William of Andres and the Roots of a Legal Narrative

A Rede detrás da Crónica: William of Andres e as Raízes de uma Narrativa Jurídica

Leah Shopkow

Indiana University-Bloomington
Department of History
47405; Bloomington, IN; USA

shopkowl@iu.edu

<https://orcid.org/0000-0001-9477-0388>

Data recepção do artigo / Received for publication: 26 de Setembro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Abril de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6914>

ABSTRACT

Two chronicles, the *Chronicle of Andres* and the *Chronicle of Evesham*, although different from each other in many ways, both contain remarkable first-person singular legal narratives about cases shepherded by their authors through the curia of Innocent III. Although the chronicles share no content, the similarity may be explained by one writer's influence over the other. The Evesham author, Thomas of Marlborough, had been a student and was an intimate of Stephen Langton; he was also a fellow student of Richard Poore. Andres and Canterbury had long-standing connections, and when William of Andres brought his case to the curia, he was advised by Langton and the monks. Richard Poore heard Andres's case as a judge-delegate, and was probably responsible for it being returned to the pope for final judgment. The four men came together at the translation of the relics of Thomas Becket in 1220. This network of connections may go a long way to explain how two otherwise unconnected individuals produced such similar legal narratives. In the following period, the professionalization of law precluded the creation of further similar narratives.

Keywords: William of Andres, Thomas of Marlborough, canon law, network theory, medieval chronicles

RESUMO

Duas crônicas, a *Chronicle of Andres* e a *Chronicle of Evesham*, apesar de diferirem uma da outra em múltiplos aspectos, ambas relatam, na primeira pessoa do singular, casos jurídicos conduzidos pelos seus autores, junto da cúria de Inocêncio III. Embora as crônicas não coincidam ao nível do conteúdo, a sua semelhança pode ser explicada pela influência de um escritor sobre o outro. O autor de *Evesham*, Thomas of Marlborough, foi aluno e íntimo de Stephen Langton; foi ainda condiscípulo de Richard Poore. Andres e Canterbury mantiveram laços duradouros e, quando William of Andres apresentou o seu caso à cúria, foi aconselhado por Langton e pelos monges. Richard Poore ouviu o caso de Andres como juiz-delegado e foi, provavelmente, responsável pela sua devolução ao Papa para sentença final. Os quatro homens terão coincidido na trasladação das relíquias de Thomas Becket, em 1220. Esta rede de relações pode ajudar-nos muito a explicar como dois indivíduos sem relações diretas entre si poderão ter produzido narrativas jurídicas semelhantes. Posteriormente, a profissionalização do direito impediu a criação de relatos semelhantes.

Palavras-chave: William of Andres, Thomas of Marlborough, lei canónica, teoria das redes, crônicas medievais



Underlying the texts we medieval historians read is an ocean of ephemera to which we have no direct access. This was the human world which produced our written texts, comprised of words spoken, feelings felt, information exchanged, and personal connections, in short, a mass of movement and change that flows beneath the static and unchanging words we find on the page. What chroniclers wrote was always intended to take fluid and abstract material and mold it into a concrete and durable shape. Medieval historians frequently made this claim explicitly, when they asserted that they wrote to prevent their subject matter from falling into oblivion. They were generally less explicit about the particular forms their histories took, leaving modern scholars guessing at how they decided on how to structure their narratives. Occasionally, however, we can catch a glimpse at the world behind the text. In this paper, I present one such case, concerning two roughly contemporary histories. Although neither work references the other and they were written at monasteries without any formal record of contact between them, on different sides of the English Channel, at least one element of both narratives is so strikingly similar, produced under such similar circumstances, and yet so different from other works of this genre, that it is difficult not to conclude that one did not influence the other.

The two works in question are William's *Chronicle of Andres* and Thomas of Marlborough's *Chronicle of Evesham*. In my analysis, I will demonstrate that it is likely that Thomas and William met and that Thomas influenced William to write a chronicle of his monastery that included a legal narrative similar to the one contained in the Evesham chronicle. The argument is hypothetical, of necessity. But even if it is solely a product of my imaginative reconstruction, it may serve as a reminder of how important it is to keep in mind the incontrovertible fact that our authors, like all other authors, were people: they traveled; they met other people and formed relationships with them; they had serious discussions with them; and that many of these aspects of their lives, which shaped the histories they wrote, sometimes profoundly, have left little or no trace in the records.

The witnesses

Thomas of Marlborough's *Chronicle of Evesham* survives in a single manuscript that does not seem to have been read outside the monastery. Thomas began putting together his chronicle around 1214. It contains an adaptation of materials created earlier, to which he added the contemporary portion of his history. His most recent editors and only translators, Sayers and Watkiss, however, think he wrote up his notes about the monastery's legal case, in which he played a starring role, between 1206 and 1208; he may have revised his text as late as 1230, and it is possible that he wrote the account of his deeds as abbot, with the obvious proviso that the account of his death in 1236 has to have been written by someone else¹.

The other author under discussion here, William of Andres, wrote at Andres, a small monastery in the Pas-de-Calais about halfway between Calais and Saint-Omer². William compiled his chronicle from other texts he had read and were available to him, primarily excerpts of the *Historia succincta* of Andreas of Marchiennes and the Anchin continuation of the *Chronicle* of Sigebert of Gembloux, possibly also by Andreas³. William interpolated the history and charters of his monastery into this framework and, when his source material ran out, wrote from his own knowledge. When William began writing is more difficult to ascertain. He was already abbot of Andres when he was writing, which puts the date at 1211 at the earliest⁴. But the date of composition is probably later than this. When speaking about Abbot Iterius of Andres, who was translated in 1207 from Andres to Ham-en-Artois, William notes that Iterius ruled Ham for thirteen more years but never did much for his new house⁵. Thus, the composition of this part of the chronicle, at least, can be no earlier than 1220. Finally, in relation to a discussion of the liturgical practice of the monastery, he notes the sixty-four years during which the liturgical practices

¹ *Thomas of Mallborough: History of the Abbey of Evesham*. Ed. and trans. J. Sayers and L. Watkiss. Oxford: Clarendon, 2003. For the manuscript, see p. lxivff.

² WILLIAM OF ANDRES – *The Chronicle of Andres*. Trans. L. Shopkow. Washington, DC: Catholic University of America Press, 2017.

³ On Andreas see WERNER, Karl Ferdinand – "Andreas von Marchiennes und die Geschichtsschreibung von Anchin und Marchiennes in der zweiten Hälfte des 12. Jahrhunderts". In *Deutsches Archiv*. Munich: Monumenta Germaniae historica, 1952, pp. 402-463.

⁴ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, pp. 37, 143.

⁵ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, pp. 176.

instituted by Abbot Peter II had been maintained. Since Peter became abbot in 1161, this puts the date of composition of this part of the narrative around 1223⁶. Whenever he began, William continued his chronicle to 1234, when he died⁷.

Although both chroniclers were well-educated, Thomas was formidably so. He had studied in Paris under Stephen Langton and then at Oxford under legal scholars, before entering Evesham as a mature adult, perhaps in his early thirties⁸. William, in contrast, seems to have received all of his education at his monastery, which he entered sometime in his teens⁹. He valued literacy—he comments on those he considered to be less literate than was appropriate for their stations, reflecting the varying levels of literacy common in the monastic life—and he mentions that while in Paris, he attended lectures in theology when he could—but his knowledge of the law was practical, learned on the job as the proctor of his monastery and through his conversations with legal professionals¹⁰.

The scope of the two works was different as well. Thomas's task was to write the history of Evesham, explaining the sources of its authority and privileges, particularly the most precious privilege, exemption from the authority of the bishop of Worcester. He was building on at least two spurts of writing at Evesham before him¹¹. However, there was still much to explain; the monks believed their monastery to have been founded in the eighth century, but the records were patchy; for a time the monastery was in the hands of secular clergy. After its reconstitution Evesham was large, with an estimated forty to fifty monks. It had enjoyed royal patronage and was certainly wealthy, as the accounts Thomas included make clear¹².

⁶ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 92.

⁷ He is last mentioned in a document for 11 August 1233, in which he acted as a judge-delegate in a case involving prebends at Saint-Bertin (HAIGNERÉ, Daniel – *Les chartes de Saint-Bertin d'après le grand cartulaire de Dom Charles-Joseph Dewitte*, Vol. 1. Saint-Omer: H. d'Homont, 1886, pp. 359, 355). His successor was announced on the 6 September 1234 (BERGER, Roger – “*Colligite fragmenta: Deux listes abbatiales revisitées: Ham-en-Artois et Andres (1079-1352)*”. *Revue du Nord* Vol. 86 (2004), pp. 613. As Berger notes, the last events contained in the chronicle concern 2 April 1234.

⁸ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, p. xviii.

⁹ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, pp. 13 n 53.

¹⁰ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, pp. 211.

¹¹ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, pp. xxxii-xxxiii.

¹² THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, pp. 570-71 for the number of monks; par. 113-128 for properties donated in the past; par. 409-23 for the assignment of revenues to the obediences.

In contrast, Andres was of relatively recent vintage, forcing William to draw on the historical works of Andreas of Marchiennes as base texts. In using materials from Marchiennes, William was, in fact, taking a slightly audacious step, because Andres claimed that their St. Rotrude was the same as St. Rictrude, whose body Marchiennes vigorously asserted that it still possessed¹³. Andres was never very large, with a community of perhaps only twelve to twenty monks for most of the time. The highest-ranked patrons were the counts of Guines and the family of the lords of Fiennes. To the degree that the monastery did well, it was through careful management of its resources, a nice side business in money-lending, and donations generated by its almshouse, which functioned as an inn¹⁴.

Given their different contexts, it is no surprise that there is no overlap in content between these two chronicles. Although the two works were created with the same intention—protecting the property and prerogatives of their respective monasteries—they took different approaches to this issue. Nonetheless, the texts were prompted by the same situation: both monasteries experienced crises of jurisdiction within the same decade both of which ended up at the papal court of Innocent III. This was hardly unusual. As Alain Boureau has eloquently argued, law came to the monks in this period, and difficulties which in an earlier age might be resolved by retribution by a saint might now lead to legal wrangling¹⁵. Each author was chosen as the proctor of his respective monastery for the case and spent long periods in Rome while the case was being heard. Each history contains lengthy and detailed accounts of this process, including transcripts of papal privileges and other supporting documents. The most striking feature of these accounts, however, is that both are told in the first-person singular; in each, the narrator is also the hero, successfully waging war on behalf of his monastery. Once the drama ended, however, both texts continue in the third person, the only known chronicles to use this strategy.

¹³ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, pp. 37-40.

¹⁴ See SHOPKOW, Leah – “Three Stories About Life Along the Road: The Survival of the Benedictine Monastery of Andres”. *Viator*. 41:2 (2010), pp. 227-256.

¹⁵ See BOUREAU, Alain – “How Law Came to the Monks: The Use of Law in English Society at the Beginning of the Thirteenth Century”. *Past and Present*. 167 (2000), pp. 29-74.

The cases

Evesham's case arose in 1202, when the bishop of Worcester informed the monastery that he was planning to make a visitation. His reason was the evident deficiency of the abbot, Roger Norreis, who had been imposed on the monastery after the death of Abbot Adam in 1189. The monks had several times complained to the archbishop of Canterbury, Hubert Walter, about Norreis's laxity and alienation of monastery property. In doing so, they had bypassed the bishop of Worcester, since Evesham claimed an exemption from episcopal authority, even though a number of the abbots had been blessed by and made profession to previous bishops of Worcester. Thomas argued to his brethren that permitting the bishop to make a visitation would mean they were subject to diocesan authority. While not all of the monks agreed, the party in favor of asserting Evesham's exemption from episcopal authority won the day.

The next events that Thomas narrates are immensely complicated. The abbot acted sometimes as a mortal enemy and sometimes as an ally to his own monks according to circumstance. Eventually, the case went to Rome where it was resolved, although not fully, in 1206. Thomas acted throughout on behalf of the convent¹⁶. This was not the end of the legal wrangling. When a papal legate came to hear the case against Roger Norreis in 1213, which led to Norreis's deposition, Thomas once again led the charge.

Andres's case was slightly later and rather simpler. Andres had always taken its abbots from among the monks of its motherhouse, Charroux in Poitou, but according to William's account, this was always a source of discord within the monastery. After an abortive attempt to get a local man appointed, the grandson of the Count of Guines, the monks seem to have settled under yet another southern abbot, Peter II. William greatly admired Peter, but he put a prophecy in Peter's mouth on his deathbed, that the next Poitevin abbot would be the last. Peter was indeed followed

¹⁶ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, book III, part I (the troubles with the abbot); part II (the hearing of the case in England and the events surrounding it); part III (the hearing of the case in Rome). The program was not just Thomas's, but one that was developed at Evesham earlier in the century. On this, see O'ROURKE, Samuel – "Hagiography and Exemption at Medieval Evesham, 1000-1250". *Mediaeval Studies*. 75 (2013), pp. 271-305.

by another Poitevin, Iterius. When Abbot Iterius was translated from Andres to Ham-en-Artois in 1207, he immediately sued the monastery for plotting to choose an abbot from their own numbers. One suspects he heard muttering and acted in the interests of Charroux. William was chosen to travel to Charroux to see if the matter could be peacefully settled, but his plea fell on deaf ears. He then made his way to the papal court, the first of several trips. After several hearings at the curia, Innocent III assigned the case to judges delegate who heard it in Paris. The judges were divided in their legal opinions, which resulted in the case being sent back to Rome, where it was finally settled by compromise in 1211.

In both cases, the authors of the chronicles had to continue to deal with people who had been opponents to their efforts. Roger Norreis, sometime ally and frequent enemy of Thomas, was not deposed as abbot of Evesham until 1213, and the matter of the authority of the bishops of Worcester was not settled. Thomas was by then a power in his own right at Evesham, first as dean of the Vale of Evesham and sacrist, and then as prior, but he only became abbot later on. In contrast, William was elected abbot of Andres in 1211. However, Andres was not exempt from the oversight of the bishop of Thérouanne, and that see was now held by Adam, one of the men who had ruled against Andres's case as judge delegate.

First-person-singular narrative

Given that Evesham's case was not fully settled, and William's opponent now was in a position to punish Andres, both men must have wanted to document what had been done, so as to protect the gains of their respective monasteries. The decision to document them using a first-person narrative, however, needs some further exploration. First-person singular narration, or self-writing, was not unusual in twelfth-century Latin texts. Many of these texts might be classified as autobiographies, although the application of that term to medieval texts is far from uncontested¹⁷. Gur Zak lists a number of modes of self-writing inherited from the

¹⁷ See WENDLING, Fabrice – “Des ‘autobiographies’ latines? Essai de réflexion critique”. *Revue des études latines*. 95 (2017), pp. 222 n 9 and 11, for a lengthy discussion of the problem. For self-writing and further discussion of first-person narrative, see ZAK, Gur – “Modes of Self-Writing from Antiquity to the Later Middle Ages”. In HEXTER, Ralph; TOWNSEND, David, (Eds.) – *The Oxford Handbook of Medieval Latin Literature*. Oxford: Clarendon, 2012, pp. 485-505.

classical world: self-examination and self-portrait (tending toward exculpation). This presupposes a work whose entire focus (or most of the focus anyway) is on the author of the piece, but neither William's nor Thomas's narrative fits into that mode, as each is set, jewel-like, in the middle of more traditional narrative history. Furthermore, many self-referring works of the confessional mode did not really have readers until the print era¹⁸. And yet both Thomas's work and William's work presuppose local readers. Thomas addresses them explicitly (in the first person singular); William's relation to readers is implicit for the most part, aside from the letter that introduces the original part of his text¹⁹.

Finally, the intention of these two texts is not like other contemporary Latin self-writing. Misch has related the rise of autobiographical narratives to changes in ecclesiastical structures and religious ideas²⁰. Yet neither Thomas nor William could be said to be justifying themselves or examining their actions critically, as their actions clearly benefitted their respective monasteries and therefore needed no justification. Instead, they relate what they said and heard and did, often with considerable pride. This is similar to trends emerging in French vernacular narratives around this time, particularly when the authors were also historical actors, particularly knights²¹.

Furthermore, in both cases, the first-person passages concern not just any deeds, but legal combat. The details mattered, particularly in the case of Evesham, whose case was not fully settled. Each man *could* have chosen to write his narrative in the third person, but the first-person narrative has a rhetorical vividness that calls attention to the demonstrative purpose of the text. That this move also calls positive attention to the author is a given, but is clearly not the main purpose, as neither author continues with it past the conclusion of his monastery's case.

¹⁸ WENDLING, "Des 'autobiographies,'" pp. 230.

¹⁹ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, par. 506; WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, pp. 143-44.

²⁰ MISCH, Georg – *Geschichte der Autobiographie*, Vol. 3/2. *Das Hochmittelalter im Anfang: Erste Hälfte*. Frankfurt: Verlag G. Schulte-Bulmke, 1959, introduction.

²¹ See BRATU, Cristian – "De la grande histoire à l'histoire personnelle: L'émergence de l'écriture autobiographique chez les historiens français du Moyen Âge (XIII^e-XV^e siècles). In *Mediaevistik*. 25 (2012), pp. 87. See also BRATU, Cristian – *'Je, auteur de ce livre': L'affirmation de soi chez les historiens, de l'Antiquité à la fin du Moyen Âge*. Leiden: Brill, 2019, which I have been unable to consult.

Since there are no other cases where this kind of detailed treatment of legal procedures occurs in a first-person singular narrative²², it is hard to imagine that two men who *happened* to act as proctors for their monasteries in cases before the court of Innocent III within a decade of each other and whose cases *happened* to end up in the third of the five ancient legal collections of canon law made under Innocent took an identical approach to their narratives by chance²³.

As the two texts share no material and did not circulate, and since neither author mentions the other, if one author had influenced the other, it was not through a text. Because Thomas began writing first, the idea of the first-person narrative was probably his. I have already mentioned the extensive legal training that led to him being chosen to represent the monastery²⁴. His narrative includes a lot of instructions and advice for his successors about how they should act in the future and what procedures they should follow if challenged²⁵. As a legally trained individual, he would have been aware of procedural manuals, which could be based on real cases, so that in essence his narrative would be a procedural manual for his monastery²⁶.

If William had legal training before he undertook his monastery's case, he does not say so²⁷. He may have been the monastery's notary, as a notary named William witnessed an agreement between Andres and Cluny in 1197. If so, he would have had some practical legal training, but four different Williams are mentioned in that document²⁸. Thus we have no idea why William was chosen by his monastery as

²² SAYERS, Jane – “English Benedictine Monks at the Papal Court in the Thirteenth Century: The Experience of Thomas of Marlborough in a Wider Context”. *Journal of Medieval Monastic Studies*. 2 (2013), pp. 109 says that Thomas's narrative is “unique.”

²³ See FRIEDBERG, Emil Albert (Ed.) – *Quinque compilationes antiquae nec non collectio canonum Lipsiensis*. Reprint ed. Graz: Akademische Druck- U. Verlagsanstalt, 1956, pp. 106, 132; FRIEDBERG, Emil Albert (Ed.) – *Corpus iuris canonici*, Vol. 2, *Decretalium collectiones*. Reprint ed. Graz: Akademische Druck- u. Verlagsanstalt, 1955, pp. 862-864; 39-41.

²⁴ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, par. 274.

²⁵ On Thomas's previous legal training, see BOUREAU – “How Law Came to the Monks”, pp. 66 ff.; THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, par. 506: “I now address you who face future elections of other abbots of the church of Evesham: indeed, my words are also for those who will be elected...”

²⁶ SAYERS, Jane – “Procedures of the Courts of the Judges Delegate”. In SAYERS, Jane E. *Law and Records in Medieval England: Studies on the Medieval Papacy, Monasteries, and Records*. London: Variorum, 1988, II, pp. 47ff on English formulary books/procedural manuals, which seem to have been based on specific cases (see especially p. 50ff.)

²⁷ See SHOPKOW – “Three Stories,” pp. 241 for William's origins.

²⁸ See SHOPKOW – “Three Stories,” pp. 241 n 68 on this point.

their proctor, but it need not have been extensive legal experience²⁹. Eventually, he learned enough that he himself served several times as a judge delegate³⁰. But his comments in the chronicle do not demonstrate the same depth of legal knowledge that Thomas exhibits. He does report an argument he made before the pope based on the *ius commune*, but shortly before, he claims that he is just a poor and unlearned cloister monk, so it is difficult to ascertain his real level of knowledge³¹.

Thomas, in contrast, was much more aware of the full extent of the law and how to maneuver in the papal court (William says he had to be instructed on how to go about this when he first arrived)³². Although both monasteries were *rei* (defendants) in the litigation, only Thomas mentions that this was an advantageous position to be in³³. Thomas freely refers to the procedures of the papal court, such as interlocutory judgments; to a lengthy argument with his opponent over the demands of *ius commune* (claimed by his opponent) and the power of prescription (claimed by Thomas on behalf of the monks); to instructions for the monks about how to act so as to have the *ius commune* on their sides and how to handle their case should the matter come up again; to lessons he had learned from the glossator Azo; and to his own legal delaying tactics³⁴. Clearly, Thomas had the legal knowledge to turn his narrative into a sort of procedural manual, so he was likely the originator of this particular narrative form.

But how could William have known what Thomas had done, given that the two men were at Innocent's court at different times and that there is no reason to believe that he had ever read the *Chronicle of Evesham*, which does not seem to have circulated beyond the abbey's walls³⁵? A possible answer is that the two men had met and that

²⁹ See BRUNDAGE, James – *The Medieval Origins of the Legal Profession: Canonists, Civilians, and Courts*. Chicago: University of Chicago Press, 2008, pp. 203 ff. Some proctors were legal professionals at this time. However, William would seem to fit into the category Brundage calls “occasional proctors,” individuals appointed to handle a case for a person or institution, who might not be that legally experienced. (pp. 209 and n146)

³⁰ See SHOPKOW – “Three Stories,” pp. 243n81.

³¹ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, pp. 203, 204-205.

³² WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 187.

³³ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, par. 280. On the rights of the defendant see PENNINGTON, Kenneth - *The Prince and the Law, 1200-1600: Sovereignty and Rights in the Western Legal Tradition*. Berkeley: University of California Press, 1993, pp. 143-144, 148ff. On the plaintiff's advantages in venue, however, see SAYERS – “Procedures,” pp. 64.

³⁴ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, par. 300; 302-308; 381-383; 438ff; 313; and 363.

³⁵ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, p. lxiii.

in the course of an unrecorded conversation, something Thomas said persuaded William to write his own chronicle or to incorporate Thomas's mode of proceeding into a chronicle that William was already writing.

We know that medieval people were having conversations. Caesarius of Heisterbach's *Dialog on Miracles* famously relies on people telling each other stories³⁶. Similarly, we know of Walter Map's reputation as a great and witty talker, but if John of Wells at Ramsay had not had a taste for his work, we would likely not have it and Map would be known only by the *Dissuasio Valerii* and the documents in which he appears³⁷. Very occasionally a written text will convey a sense of the kinds of conversations people had, such as the conversations recorded by Jocelin of Brakelond in his *Chronicle of Bury St Edmunds*³⁸. Thomas of Marlborough similarly reports that he had a conversation with Stephen Langton and Richard Poore that lasted far into the night, although he does not mention any specifics³⁹. Many such conversations would have gone unrecorded and if recorded, these cannot be taken as true reports anyway⁴⁰. So if a conversation took place between Thomas and William, we would not necessarily have had a record of it. Nevertheless, the two men linguistically speaking would have been able to converse. Notwithstanding the vigor of the vernacular and the inability of some monks to function fluently in Latin, these men made arguments at the papal court and wrote lengthy histories in Latin. Their learning was important to their identities⁴¹. The vernacular at Andres seems to have been Flemish, but William certainly knew French, the language of the noble elites in the area; Thomas had studied in Paris, so he undoubtedly spoke French as well.

³⁶ See McGUIRE, Brian Patrick – “Friends and Tales in the Cloister: Oral Sources in Caesarius of Heisterbach's *Dialogus miraculorum*”. *Analecta Cisterciensia*. 36:2 (1980), pp. 167-247.

³⁷ MAP, Walter – *De Nugis curialium (Courtiers' Trifles)*. Ed. and trans. JAMES, M. R.; revised BROOKE, C. N. L. and MYNORS, R. A. B. Oxford: Clarendon, 1983, pp. xxii and n2; pp. xlfff on the manuscript.

³⁸ For instance, see JOCELIN OF BRAKELOND – *The Chronicle of Jocelin of Brakelond Concerning the Acts of Asmaon, Abbot of the Monastery of St. Edmund*. Ed. and trans. BUTLER, H. E. New York: Oxford University Press, 1949, pp. 11-15.

³⁹ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, par. 451.

⁴⁰ See, for instance, NICHOLS, John – “A Heated Conversation: Who was Isabel de Aubigny, Countess of Arundel”. In JARITZ, Gerhard; RICHTER, Michael (Eds.) - *Oral History of the Middle Ages: The Spoken Word in Context*. Krems and Budapest: Medium Aevum Quotidianum, 2001, pp. 117-127.

⁴¹ As Michael Richter notes (RICHTER, Michael – “A Socio-linguistic Approach to the Latin Middle Ages.” In *Studies in Medieval Language and Culture*. Dublin: Four Courts, 1995, pp. 20-21), the criticism of those deemed insufficiently literate in Latin is a feature of the later twelfth century.

Therefore, if William and Thomas had met, they would not only be able to communicate, but they might even have had a choice of languages in which to do it⁴².

Networks and prestige

This does not explain, however, why William should have taken advice from Thomas about how to compose his history. Here, a little theory may be helpful, a theory already implied by what has been said earlier. There is a tendency to think about texts moving from one place to another, but the reality behind those movements is that they are carried by people. Someone, perhaps Robert of Gloucester, carried a copy of Geoffrey of Monmouth's *Gesta regum Britanniae* to Bec. Henry of Huntingdon encountered it there and wrote an abbreviation⁴³. The prestige of Bec enhanced the prestige of the work, while Henry further disseminated it by including an abbreviated version in his own chronicle⁴⁴. This book, therefore, had a reputation and status created by what the sociologist Randall Collins has called interaction ritual chains, where one local set of circumstances (the monastery of Andres, for example) meets another local set (Canterbury) through individuals who act as brokers, providing contact between the two⁴⁵.

In the absence of connections among people that might spread a work or scholarly reputation (also passed, if more diffusely, among people), even a work with a lot of merit might languish. The *Ecclesiastical History* of Orderic Vitalis, a history that has generated great interest in our own time for the quantity and quality of the material it offers, had little impact in its own day. There are all sorts of reasons for this, not

⁴² On Flemish, see WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 182.

⁴³ See ROBERT OF TORIGNY – *Chronique de Robert de Torigni, abbé du Mont Saint-Michel*. DELISLE, Léopold (Ed.). Vol. 1. Rouen : Le Brument, 1872, pp. 97-119.

⁴⁴ For Henry's version, see HENRY OF HUNTINGDON. *Historia Anglorum*. Ed. and trans. GREENWAY, Diana. Oxford: Clarendon, 1996, pp. 558.

⁴⁵ COLLINS, Randall – *The Sociology of Philosophies: A Global Theory of Intellectual Change*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998, pp. 20f. Collins goes on to comment (pp. 23-24), "All social life is an ecology of human bodies, coming together and moving apart across the landscape. Where individuals meet, their encounters have in varying degrees the qualities which generate interaction rituals. In principle we can predict what will happen: how much solidarity will be generated in various situations, what kinds of symbols are created and how attached particular people are to them. These encounters produce an ongoing flow of social motivations, as people come away from each situation with a store of charged symbols (which can be called *cultural capital* or CC), and with emotional energies. Persons are attracted to those situations in which they can make the best use of their previously acquired cultural capital and symbolic resources to focus discursive action and thereby generate further solidarity." On brokers and for a survey of recent literature on social networks, see DAVISON, Kate – "Early Modern Social Networks: Antecedents, Opportunities, and Challenges". *American Historical Review*. 124:2 (2019). pp. 456-82.

least that Orderic's institution, while it had connections, was not as well connected as, for instance, Bec. In Collins's terms, Orderic's work had emotional energy—the part that makes modern scholars recognize its value—but not cultural capital⁴⁶. Orderic's other work, his revision of the *Gesta Normannorum ducum* of William of Jumièges, circulated more widely, undoubtedly benefitting from William's reputation and from the sheen imparted by ducal patronage. Contemporaries probably did not know that Orderic had revised it⁴⁷. William of Jumièges's work, on the other hand, had a lot of cultural capital, shown by the fact that it not only spawned a number of copies but also gave birth to revisions by Orderic and by Robert of Torigni. This is in keeping with Collins's argument that the most powerful work is work that allows people to make their *own* statements⁴⁸. But connections made through books are relatively weak. Stronger connections work through people⁴⁹.

It is also useful to add the notion of attention-space to this theory of connectivity. In a world clamoring with people trying to get attention and influence, only some will get it. Part of determining who gets that attention will be what Collins calls the 'lineage of the intellectual', while part of it is also related to one's ability to connect with high-status ideas⁵⁰. Individuals will bring their utterances into conformity with members of the network or lineage they wish to be attached to⁵¹.

This raises the question of why Thomas would have gotten the attention of *William*, inspiring William to imitate his work or take his advice. Thomas was locally important, but his reputation probably did not extend across the channel. Status, however, was not entirely a personal matter; it was also derived from one's position in relation to various networks. Thomas was attached to a highly significant network, one to which William was also connected.

⁴⁶ COLLINS – *Sociology of Philosophies*, p. 34.

⁴⁷ On this revision, see WILLIAM OF JUMIÈGES – *The Gesta Normannorum ducum of William of Jumièges, Orderic Vitalis, ad Robert of Torigni*, Vol 1. Ed. and trans. VAN HOUTS, Elisabeth. Oxford: Clarendon, 1992, pp. lxvi-lxix.

⁴⁸ COLLINS – *Sociology of Philosophies*, p. 31.

⁴⁹ COLLINS – *Sociology of Philosophies*, p. 73. "The reason why books are not as valuable as personal contacts is that a general exposure to the ideas of the time is not sufficient for first-rate intellectual performance; what personal contact with a leading practitioner does is to focus attention on those aspects of the larger mass of ideas which constitute the analytical cutting edge."

⁵⁰ COLLINS – *Sociology of Philosophies*, pp. 39-40.

⁵¹ COLLINS – *Sociology of Philosophies*, p. 48.

Thomas of Marlborough's network

Thomas had studied in Paris with Stephen Langton, where he was a fellow student of Richard Poore, the archdeacon of Salisbury and later the bishop in turn of Chichester, Salisbury and Durham; as mentioned above, Thomas describes the three of them coming together in London in 1213 and talking until midnight about the state of Evesham. That they did so is an indication of the strength of the ties among them, strong in sociological terms, because they were of long duration and arose from structures that shaped the relationship, namely teacher-student and fellow-student relationships. The term "strong ties" as I'm using it here comes from the work of Mark Granovetter, and such ties contrast with "weak ties."

The set of people made up of any individual and his or her acquaintances comprises a low-density network (one in which many of the possible relational lines are absent) whereas the set consisting of the same individual and his or her close friends will be densely knit (many of the possible lines are present)⁵².

Not only were these three men bound by their shared experiences in the schools: Langton as Archbishop of Canterbury was responsible to the pope for Evesham, which had effectively won its independence from the bishop of Worcester. These ties would have strengthened over time as Thomas became prior and then abbot of Evesham, while Richard too rose in the ranks, and connections would have been enhanced by a common circle of friends and acquaintances⁵³. Langton himself profited in reputation by being associated with another intellectual circle, that of Peter the Chanter at Paris, which probably enhanced his reputation as a theologian⁵⁴. Thomas also had other connections through his legal training to men such as John of Tynemouth, Simon of Sywell, and Master Honorius, but these other

⁵² GRANOVETTER, Mark – "The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited". *Sociological Theory*. 1 (1983), p. 201.

⁵³ On Richard Poore's illustrious career, see KEMP, Brian – "God and the King's Good Servant: Richard Poore, Bishop of Salisbury, 1217-28". *Peritia*. 12 (1998), pp. 359-78.

⁵⁴ On Stephen Langton as a theologian, see BALDWIN, John – "Master Stephen Langton, Future Archbishop of Canterbury: The Paris Schools and Magna Carta". *English Historical Review*, 123:593 (2008), pp. 811-846; on Langton and his students at Paris see the note in BALDWIN, John W. – *Masters, Princes and Merchants: The Social Views of Peter the Chanter and his Circle*. Princeton: Princeton University Press, 1970, vol. 1, pp. 25-31.

connections do not seem to have played a role in this story⁵⁵. We might picture this relationship, then, thus (with an additional figure we will need later on).

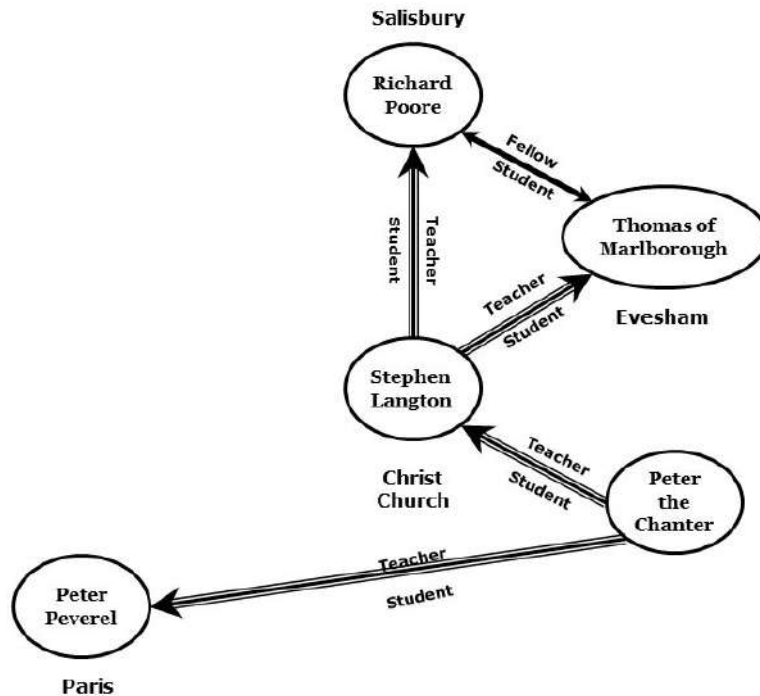


Figure 1: The network of Thomas of Marlborough

The network of William of Andres

The first figure from this group whom William met was Langton. When William arrived in Viterbo in 1207 he found Langton there⁵⁶. While it is possible that Langton had been in William's proximity before, as Andres was a regular stopping place on the route from England to various points on the continent—Innocent III had stopped there himself as a student at Paris⁵⁷—William does not seem to have actually met him prior to this point. Why should he, a monk who does not seem ever to have been the almoner, have met guests who stayed in the hostelry?

⁵⁵ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, p. xxvi.

⁵⁶ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 187.

⁵⁷ See SHOPKOW – “Three Stories”, pp. 233-4; WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 188.

However, there were institutional ties between Christ Church Canterbury and Andres of long-standing. After a fire destroyed much of Andres around 1130, the monks of Christ Church sent the Flemish monks their used clothing and bedding, which they continued to do for years afterward. This too was the result of a chain of ties: Count Manasses of Guines married Emma of Tancarville, heiress to Folkestone (near Dover), and had in his service a retainer named Ralph of Dover, probably as a result of this English connection. It was Ralph who had negotiated the English charity⁵⁸. So when William arrived in Viterbo without much money, he was a natural recipient of further largesse. William's connection to Langton can be characterised as a 'weak tie', but he used it to his advantage.

Through the monks of Christ Church, who were there on their own business, William met Stephen Langton at an opportune moment, just before Langton's election and consecration.

We were present at his consecration after a few days and on that day, urged and invited, we were his table mate. We also found the grace entreated from him just as we had hoped at his side. Also from his aforementioned monks, we were received for a time into their lodging in the spacious house that they rented, because of the poverty of our dwelling; we were dutifully refreshed by their words and advice; we were informed more fully of the state of the court, how we might approach the lord pope and how we might explain our business; and we were well taught how we might visit cardinals⁵⁹.

This may reverse the nature of the ties—the ties between Christ Church and Andres probably brought William into the orbit of Stephen Langton, not the other way around. We also know that Langton urged Innocent III to issue a privilege for Andres (although the privilege was later rescinded)⁶⁰. Langton's ties with Innocent would have gone back to their Paris days. Although Innocent III is not represented in this network diagram, we may think of him as being in the background of all of these transactions.

⁵⁸ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, pp. 70-71.

⁵⁹ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 246.

⁶⁰ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, pp. 188-189.

William returned to Rome a second time following an attempt by his adversaries to summon him to nearly simultaneous hearings in venues days apart from each other⁶¹. By the time he arrived back in Rome, Stephen Langton was probably at Pontigny (where Thomas Becket had once taken refuge before him), but when Innocent sent the case out to judges delegate, one of the three men appointed was Richard Poore, who was teaching in Paris while Langton was in exile. We have already encountered Poore as a former student of Langton's and a friend of Thomas of Marlborough. The second judge was Peter Peverel or Polverel (there are different spellings in different documents), who came, like Langton, from the circle of Peter the Chanter⁶². The third judge, who like Peter Peverel was a canon at Paris, was Archdeacon Adam. His connection to the network is not clear, but he later became bishop of Thérouanne, and thus ordinary of Andres⁶³.

Of the three, Poore was the only one to favor Andres's case, and quite forcefully so.

However, when I who writes these things had been sent with the prior on behalf of the corporation and for two whole days had made a lengthy argument before these aforementioned judges, since it was clear to us as much by certain outward gestures and through some of the judicial assistants that of the three judges, only the dean of Salisbury faithfully stood by us, and that the other side awaited a definitive sentence in their favor from the two remaining ones, in the end, our side asked that the case be sent back, sufficiently explained, to the lord pope to be concluded according to the form of the commission. This was completely and openly refused by the two, because in the commission was contained not a matter of one side but of both sides. Then while we were asking the referral to be made and demanding that nothing should be done otherwise through an appeal and while his fellow judges were ruling that we were bound to elect someone from the chapter of the church of Charroux, the aforementioned dean of Salisbury got up from the consistory, along with his assistants who were discrete men and learned in both laws, not having approved of their judgment, and decreed in the presence of many that the case ought to be sent back to the lord pope. He said that he would by no means give assent to the sentence of his fellow justices and

⁶¹ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, pp. 251, 254.

⁶² See BALDWIN – *Masters*, Vol. 2, p. 11n27, where he gives a brief career of Peter who eventually became the bishop of Agde (1213-15). Peter appeared in other cases, in one replacing Robert de Courson in a case involving the election of the bishop of Thérouanne. (*PL* 215: 1366-8, *Cum dilecti filii*; 1542-4, *De prudentia dilectorum*.) Two other cases where Richard Poore served as judge with Peter Peverel can be found in BALDWIN – *Masters*, Vol. 2, p. 21n150, where he outlines the cases where Poore was a judge.

⁶³ On Adam's election, see WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 287.

to the degree that he was able, he faithfully sent testimonies, allegations and other reasons pertaining to the suitability of the case to the lord pope enclosed with a seal, and also diligently explained through letters patent his mind's impression concerning the things he had heard and seen⁶⁴.

It is hard not to see the strength of Langton's connection with Poore here. If we were to reconfigure the relationship diagram, it would now have to look like this:

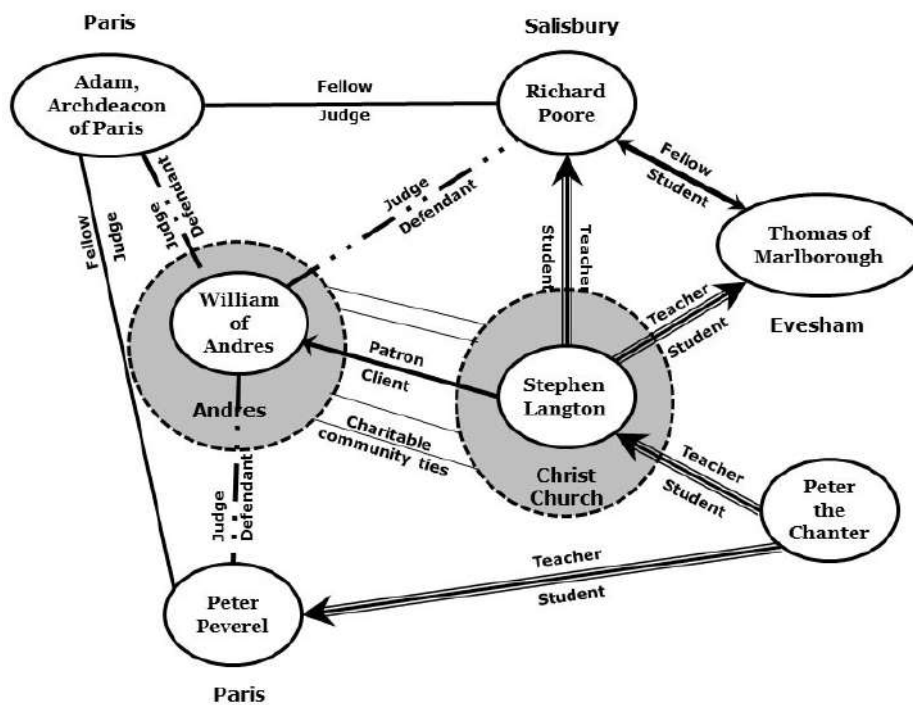


Figure 2: The network of William of Andres

Although the ties that bound William to Stephen Langton were weak, they operated on two levels, personal and institutional. William's relationship with each of his three judges was, on the surface, the same, but Langton was lurking in the background of his relationship with Richard Poore. Just as Langton acted as William's patron with Innocent III, he may have also done with Richard Poore. All of this help seems to have tipped the balance in favor of Andres, which won what it most wanted: the right to elect its abbots from among its own monks. William came

⁶⁴ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 275.

home triumphant and was elected abbot and the monks of Charroux acquiesced gracefully. William's success was thus a classic demonstration of Granovetter's principle of the "strength of weak ties." Through the cultivation of people he initially did not know very well, William himself managed to rise in the world.

Bringing Thomas and William together

Now all of this would explain why, if Langton had offered William advice, William would have listened. But it does not explain why William would have listened to Thomas, although it does establish a vector for a potential meeting between the two men. To explain that, we should think further about Langton on his own terms, not just the role he played in William's case. To William, Langton was a literary figure as well as a powerful man. His obituary of Langton stresses this:

Lord Stephen of felicitous memory, the archbishop of Canterbury, a man outstandingly literate in his time, adorned by no means moderately with morals and doctrine, given to alms and everywhere known, died in a blessed state, and when he had been carried to his church, he received burial in it⁶⁵.

Langton's literary reputation not only validated his own person: It had the power to validate his students. He occupied more intellectual attention space in his day, to use Collins's phrase, than we tend to currently credit him with; Magna Carta and Langton's political role loom so large for us that until recently appreciation for his erudition has suffered⁶⁶. It is not necessary to assume that William knew any of Langton's work personally, although there are many manuscripts of his various works and it is quite likely that William had heard Langton preach in Rome if nowhere else⁶⁷. It would suffice, however, for William to travel in circles in which Langton's work was known and talked about. Langton's reputation, once established in William's eyes, in turn would establish a reputation for Thomas. And of course Langton was a very important man, by virtue of being the primate of England.

⁶⁵ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 377.

⁶⁶ See BALDWIN – "Master Stephen Langton", p. 811ff. for his assessment of Langton as a theologian and exegete.

⁶⁷ BALDWIN – "Master Stephen Langton", p. 811.

Because Langton was the most important node of the network, and because Thomas was closer to him, he was upstream of William in the network and therefore worthy of being listened to. We might imagine Langton introducing the two men to each other and referring to their shared experiences in the court of Innocent III and suggesting they compare their notes. Perhaps they shared horror stories about Abbot Iterius and Abbot Roger Norreis, both of whom ended up deposed. We might imagine Thomas, whose knowledge of law would have been important in this story once the two men became acquainted, noting that William's former judge was now his ordinary. While Andres had never claimed exemption from the authority of the bishop of Thérouanne, perhaps the bishop might bear a bit of a grudge? Even if he did not, it would be hard to defend the monastery's property after a four-year vacancy and the aftermath of the upheaval leading up to the battle of Bouvines.

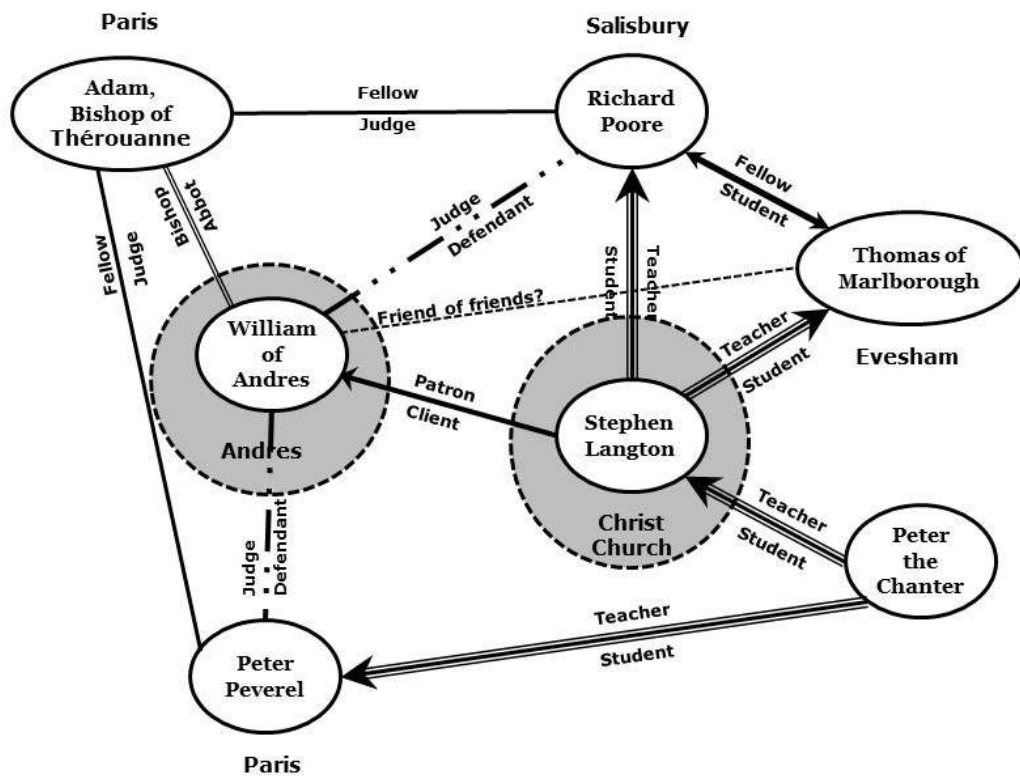


Figure 3: The networks of Thomas of Marlborough and William of Andres

Armies had ravaged the county of Guines and William only managed to save Ardres (seven kilometers from Andres) from being burned by pooling his funds with the

abbot of Capella and a local priest and paying a stiff ransom⁶⁸. Adam had already made a mistake about the monastery's property in 1216 and such mistakes might be easy to make if records were not good⁶⁹. One can imagine Thomas pointing these things out and William thinking about them and putting them into textual action, but giving them his own spin and stress, drawing upon materials Thomas did not use, while keeping enough of Thomas's mode of proceeding that the connection could remain evident to us.

A crossing of paths

Stephen Langton was the “structural hole”, the link or node, that connected William of Andres to Richard Poore and Thomas of Marlborough⁷⁰. In addition Richard Poore was also a structural hole between William and Thomas. Either Poore or Langton could have introduced William to Thomas, were they to have found themselves in the same place at the same time. Therefore, we have to ask where and when it would have been possible for these two men to have met, with or without Langton or Poore acting as a broker.

According to Thomas's narrative, he set off for Rome in late September of 1204⁷¹. It is certainly possible that he went by way of Andres, since one route from London to Paris went by the monastery⁷². But if Thomas stayed at Andres, there is no particular reason he should have met William then, because as far as we can tell, in 1204 William was just an ordinary monk at the monastery. Furthermore, the legal matters that drew them into parallel had not yet occurred nor had their networks crossed. The same thing was still true at the time of Thomas's return in the spring of 1206⁷³. Andres's case began a year later, in 1207, and was pursued through the next four years, but from the comments in his chronicle, Thomas seems to have been at home during this period. All four men—Stephen, Richard, Thomas, and William—may

⁶⁸ Andres was legally vacant between the resignation of Abbot Iterius and William's second election in 1211. Between 1210 and the battle of Bouvines in 1214, Guines was subject to encroachment and attack by Renaud of Dammartin, the count of Boulogne, and the count of Flanders. On the rescue of Andres, see WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle of Andres*, pp. 228-230.

⁶⁹ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 235.

⁷⁰ DAVISON – “Social Networks”, p. 466.

⁷¹ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, p. 266 n 1 and par. 263.

⁷² SHOPKOW – “Three Stories”, pp. 236, 255.

⁷³ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, p. 376 n .2 and par. 390.

have found themselves at the Fourth Lateran Council in 1215. Thomas went there accompanying his new abbot and got some privileges confirmed⁷⁴. Richard was there as bishop of Chichester⁷⁵. While William mentions the council, his entry is very brief; it is not possible to say that he attended⁷⁶. On the other hand, his ordinary, the bishop of Thérouanne, does appear on the list of attendees, and William himself now certainly had enough connections to the papal court, so it is quite possible he was present⁷⁷. However, even if William was at the fourth Lateran council, Langton was in no position to set up friendly meetings among his circle: he was in a world of trouble, under suspension⁷⁸.

This brings us to what is the most likely place for these two men to have had a conversation about chronicles. In July 1220, after lengthy preparations, Stephen Langton celebrated the translation of Thomas Becket from his original shrine to a newly prepared one. This was a major celebration of a festival intended to take a permanent place on the calendar in England⁷⁹. It was heavily attended, as many chroniclers reported at the time, not only by English clergy but also by many French clerics. This part of the *Chronicle of Evesham*, however, does not mention the translation. Yet it is hard to imagine that Thomas, by this time prior to Evesham⁸⁰, was not present at the translation given that Evesham was under Canterbury's jurisdiction and Thomas's old teacher was the archbishop, not to mention the extensive pilgrimage indulgences issued on that occasion⁸¹.

Likewise, William does not explicitly say he travelled to England for the translation *either*, but it was logistically possible for him to have done so, as his chronicle does not suggest he was elsewhere in that year:

⁷⁴ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, par. 398.

⁷⁵ KEMP – “God’s and the King’s Good Servant”, p. 363; Richard had been elected in January.

⁷⁶ WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 233.

⁷⁷ Jakob Werner, “Nachlese auf zürcher Handschriften. I,” *Neues Archiv der Gesellschaft f r  ltere Deutsche Geschichtskunde*, 31:587 (1906), for the bishops of Thérouanne and Chichester on the list of prelates who attended the fourth Lateran Council.

⁷⁸ BALDWIN – “Master Stephen Langton”, p. 835.

⁷⁹ On this festivity, see FOREVILLE, Raymonde – *Le jubil  de Saint Thomas Becket du XIII^e au XV^e siècle (1220-1470)*. Paris : S.E.V.P.E.N., 1958.

⁸⁰ THOMAS OF MARLBOROUGH – *Evesham*, p. xxi.

⁸¹ On the indulgences for the pilgrimage, see RUSSELL, Josiah Cox; HEIRONIMUS, John Paul – *The Shorter Latin Poems of Master Henry of Avranches Relating to England*. Reprint ed. Kraus:New York, 1970, p. 65, where the authors cite the writings of Walter of Coventry, who reported a total of 540 days offered by various prelates for the occasion.

In the year of the Lord 1220, there was a solemn elevation of the glorious martyr of Christ, Thomas, the archbishop of Canterbury by Lord Stephen of Canterbury and Lord William, the archbishop of Reims, with Henry, the king of England, who was still a boy, standing nearby and Lord Pandulf, the legate of the Apostolic See, the bishop of Norwich, and many other bishops, both French and English, and also many abbots being present, and prelates of various orders, and also an innumerable multitude of clerics, barons, knights and others from nearly every nation that is under the sun. Pious love of the aforementioned martyr drew all these into his presence, and moreover, the said lord archbishop invited many more with his letters from all regions, and prepared a noble palace, as may still be seen, for their reception, with what marvelous festivity we could say, were we not fearful of exceeding moderation⁸².

The closing words of the passage, that William might say more, strongly imply his presence. Furthermore, other accounts of this festival, which tend to be quite scanty, do not mention that Stephen sent invitations, although it would have made perfect sense for him to do so. The tradition of friendly relations between Stephen and the monks of Christ Church on one hand, and the monasteries of Saint-Bertin and Andres on the other, not to mention Lanton's personal acquaintance with William, would make these monasteries likely destinaries of such an invitation⁸³. Stephen himself would have been too busy entertaining the important folk who feasted at the two high tables to do more perhaps than greet William⁸⁴, but we can certainly imagine Lanfranc or Richard Poore at some time during the festivities making an introduction between two men, who if they did not already know each other, had so

⁸² WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 241. All of those who wrote about the translation stressed that no expense had been spared; the debt incurred outlasted Langton and his two successors (RUSSELL – *Henry of Avranches*, pp. 65-66).

⁸³ When the monks of Canterbury were forced into exile during the dispute with King John after Langton's election, they were mostly taken in by the monastery of Saint-Bertin. (FOREVILLE – *Jubilé*, 6). Stephen himself was at Pontigny, where Becket had sat out his exile. (BALDWIN – “Master Stephen Langton”, p. 823.)

⁸⁴ One of the tables was for the king and his guests, the other for prelates, presided over by Pandulf. (RUSSELL – *Henry of Avranches*, pp. 68, 76).

much in common⁸⁵. Adam of Théroutanne had also come for the translation; perhaps his presence stirred some reflection⁸⁶.

It may seem that I have followed in the steps of Schiller (albeit without his talent) in positing a meeting between two people whose meeting there is no historical record. But let us assume that Thomas and William did meet. Why was their approach unique to these two chronicles? One possibility is the limited circulation of both chronicles. But changes in the way the law was practiced may also explain why other monastic writers did not follow in their footsteps. Both men relied on the advice of legal experts when they brought their cases, but, according to their own accounts, they answered and acted for their monasteries in the curia. From the next century onwards, there was less of a place for lay proctors. Legal cases would be put into the hands of professionals as the law became increasingly complex⁸⁷. So these texts, in a certain way, represent the end of an era.

This paper has argued that attention to the networks around William of Andres and Thomas of Evesham may explain a resemblance that is otherwise hard to explain. But their connections also reveal how their networks functioned and what they might have meant⁸⁸. Both Thomas and William, through their writing about their monasteries, produced narratives that helped frame their respective identities through their dynamic relationships with others⁸⁹. One of the most important relationships for both men was with Innocent III, although this paper does not explore that relationship. For William, in particular, his treatment at the hands of the pope represented a validation of his learning, his competence, and his standing

⁸⁵ Richard Poore was there in his capacity of bishop of Salisbury, but he also, according to the breviary of Hereford, assisted Langton and the monks of Christ Church in removing the body from its tomb and preparing it for its eventual translation by adorning it and putting it in the box in which it would be carried to its new resting place. At that time, Langton removed some bones to give as relics to the most important attendees. (FOREVILLE – *Jubilé*, p. 8.)

⁸⁶ *Gallia christiana, in provincias ecclesiasticas distributa: qua series et historia archiepiscoporum, episcoporum et abbatum regionum omnium quod vetus Gallia complectebatur*, Vol. 10. Paris: Typographia regia, 1751, col. 1554.

⁸⁷ BRUNDAGE – *Medieval Origins*, pp. 283 ff.

⁸⁸ See FUHSE, Jan A. – “The Meaning Structure of Social Networks”. *Sociological Theory*. 27:1 (2009), pp. 51-73; WHITE, L. Michael – “Social Networks: Theoretical Orientation and Historical Application”. *Semeia*. 56 (1992), pp. 23, 29.

⁸⁹ See SOMERS, Margaret R. – “The Narrative Constitution of Identity: A Relational and Network Approach”. *Theory and Society*. 25:5 (1994), pp. 605-649.

in the world⁹⁰. How William deployed his relationship with Langton, with Poore, and how Thomas did the same is also clear. Both William and Thomas were accomplished men in their day but were only quite locally remembered, unlike the men who linked them, which tells us something about the way medieval networks worked; they were not only networks of the great and powerful but included people of lesser social or intellectual significance⁹¹. Equally interesting is the way in which the players in the drama of Andres were all interconnected: elite circles were seemingly very small. Access to one part of it, one individual, could seemingly open up the whole, if the connector was a powerful enough person. We can see some of the mechanisms of advancement here as well: all three of the judges delegated in Andres's case became bishops themselves, no doubt in part through the kind of legal activities on display in this story, if not this specific case. And such relationships are characteristic of the way medieval society tended to work⁹².

Bibliographical references

Printed Sources

FRIEDBERG, Emil Albert (Ed.) – *Corpus iuris canonici*, vol. 2, *Decretalium collectiones*. Reprint ed. Graz: Akademische Druck- u. Verlagsanstalt, 1955.

FRIEDBERG, Emil Albert (Ed.) – *Quinque compilationes antiquae nec non collectio canonum Lipsiensis*. Reprint ed. Graz: Akademische Druck- U. Verlagsanstalt, 1956.

Gallia christiana, in provincias ecclesiasticas distributa: qua series et historia archiepiscoporum, episcoporum et abbatum regionum omnium quod vetus Gallia complectebatur, Vol. 10. Paris: Typographia regia, 1751.

HAIGNERÉ, Daniel – *Les chartes de Saint-Bertin d'après le grand cartulaire de Dom Charles-Joseph Dewitte*, Vol. 1. Saint-Omer: H. d'Homont, 1886.

HENRY OF HUNTINGDON. – *Historia Anglorum*. Ed. and trans. GREENWAY, Diana. Oxford: Clarendon, 1996.

⁹⁰ See, for example, WILLIAM OF ANDRES – *Chronicle*, p. 846.

⁹¹ On this point, see COLLINS – *Sociology of Philosophies*, pp. 62-3, who notes that secondary figures “give us a sense of the routine parts of the intellectual world.”

⁹² On this, see KRAAK, Detlev – “Traces of Orality in Written Contexts: Legal Proceedings and Consultations at the Royal Court as Reflected in Documentary Sources from 12th-century Germany”. In JARITZ, Gerhard; RICHTER, Michael (Eds.) – *Oral History of the Middle Ages*. p. 143. Kraak is discussing government, and cites Meyer's characterization of medieval society as a “*Personenverbandstaat*,” but the same might be said of all elite interactions.

JOCELIN OF BRAKELOND – *The Chronicle of Jocelin of Brakelond Concerning the Acts of Asmaon, Abbot of the Monastery of St. Edmund*. Ed. and trans. BUTLER, H. E. New York: Oxford University Press, 1949.

MAP, Walter – *De Nugis curialium (Courtiers' Trifles)*. Ed. and trans. JAMES, M. R.; revised BROOKE, C. N. L. and MYNORS, R. A. B. Oxford: Clarendon, 1983.

ROBERT OF TORIGNY – *Chronique de Robert de Torigni, abbé du Mont Saint-Michel*. DELISLE, Léopold (Ed.). Vol. 1. Rouen : Le Brument, 1872.

RUSSELL, Josiah Cox; HEIRONIMUS, John Paul - *The Shorter Latin Poems of Master Henry of Avranches Relating to England*. Reprint ed. Kraus:New York, 1970.

Thomas of Marlborough: History of the Abbey of Evesham. Ed. and trans. J. Sayers and L. Watkiss. Oxford: Clarendon, 2003.

WILLIAM OF ANDRES – *The Chronicle of Andres*. Trans. L. Shopkow. Washington, DC: Catholic University of America Press, 2017.

WILLIAM OF JUMIÈGES – *The Gesta Normannorum ducum of William of Jumièges, orderic Vitalis, ad Robert of Torigni*, Vol 1. Ed. and trans. VAN HOUTS, Elisabeth. Oxford: Clarendon, 1992.

Studies

BALDWIN, John W. – *Masters, Princes and Merchants: The Social Views of Peter the Chanter and his Circle*. Princeton: Princeton University Press, 1970.

BALDWIN, John – “Master Stephen Langton, Future Archbishop of Canterbury: The Paris Schools and Magna Carta.”. *English Historical Review* Vol. 123, No. 503. Oxford: Oxford University Press, August 2008, pp. 811-846.

BERGER, Roger – “Colligite fragmenta: Deux listes abbatiales revisitées: Ham-en-Artois et Andres (1079-1352)”. *Revue du Nord* 86 (2004), pp. 605-614.

BOUREAU, Alain – “How Law Came to the Monks: The Use of Law in English Society at the Beginning of the Thirteenth Century”. *Past and Present* 167 (2000), pp. 29-74.

BRATU, Cristian – “De la grande histoire à l’histoire personnelle: L’émergence de l’écriture autobiographique chez les historiens français du Moyen Âge (XIII^e-XV^e siècles)”. *Mediaevistik* 25 (2012), pp. 85-117.

BRATU, Cristian – *‘Je, auteur de ce livre’: L’affirmation de soi chez les historiens, de l’Antiquité à la fin du Moyen Âge*. Leiden: Brill, 2019.

BRUNDAGE, James – *The Medieval Origins of the Legal Profession: Canonists, Civilians, and Courts*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

COLLINS, Randall – *The Sociology of Philosophies: A Global Theory of Intellectual Change*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

DAVISON, Kate – “Early Modern Social Networks: Antecedents, Opportunities, and Challenges”. *American Historical Review* 134:2 (2019), pp. 456-482.

FOREVILLE, Raymonde – *Le jubilé de Saint Thomas Becket du XIIIe au XVe siècle (1220-1470)*. Paris : S.E.V.P.E.N., 1958.

FUHSE, Jan A. – “The Meaning Structure of Social Networks”. *Sociological Theory* 27:1 (2009), pp. 51-73.

GRANOVETTER, Mark – “The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited”. *Sociological Theory* 1 (1983), pp. 201-233.

KEMP, Brian – “God and the King’s Good Servant: Richard Poore, Bishop of Salisbury, 1217-28”. *Peritia* 12 (1998), pp. 359-78.

KRAAK, Detlev – “Traces of Orality in Written Contexts: Legal Proceedings and Consultations at the Royal Court as Reflected in Documentary Sources from 12th-century Germany”. In JARITZ, Gerhard; RICHTER, Michael (Eds.) – *Oral History of the Middle Ages: The Spoken Word in Context*. Krems and Budapest: Medium Aevum Quotidianum, 2001, pp. 142-153.

McGUIRE, Brian Patrick – “Friends and Tales in the Cloister: Oral Sources in Caesarius of Heisterbach's *Dialogus miraculorum*”. *Analecta Cisterciensia* 36:2 (1980), pp. 167-247.

MISCH, Georg – *Geschichte der Autobiographie*, vol. 3/2. Das Hochmittelalter im Anfang: Erste Hälfte. Frankfurt: Verlag G. Schulte-Bulmke, 1959.

NICHOLS, John – “A Heated Conversation: Who was Isabel de Aubigny, Countess of Arundel”. In JARITZ, Gerhard; RICHTER, Michael (Eds.) – *Oral History of the Middle Ages: The Spoken Word in Context*. Krems and Budapest: Medium Aevum Quotidianum, 2001, pp. 117-127.

O’ROURKE, Samuel – “Hagiography and Exemption at Medieval Evesham, 1000-1250”. *Mediaeval Studies* 75 (2013), pp. 271-305.

PENNINGTON, Kenneth – *The Prince and the Law, 1200-1600: Sovereignty and Rights in the Western Legal Tradition*. Berkeley: University of California Press, 1993.

RICHTER, Michael – “A Socio-linguistic Approach to the Latin Middle Ages”. *Studies in Medieval Language and Culture*. Dublin: Four Courts, 1995, pp. 11-23.

SAYERS, Jane – “English Benedictine Monks at the Papal Court in the Thirteenth Century: The Experience of Thomas of Marlborough in a Wider Context”. *Journal of Medieval Monastic Studies* 2 (2013), pp. 109-130.

SAYERS, Jane – “Procedures of the Courts of the Judges Delegate”. In SAYERS, Jane E. *Law and Records in Medieval England: Studies on the Medieval Papacy, Monasteries, and Records*. London: Variorum, 1988, II.

SHOPKOW, Leah – “Three Stories About Life Along the Road: The Survival of the Benedictine Monastery of Andres”. *Viator* 41:2 (2010), pp. 227-256.

SOMERS, Margaret R. – “The Narrative Constitution of Identity: A Relational and Network Approach”. *Theory and Society* 25:5 (1994), pp. 605-649.

WENDLING, Fabrice – “Des ‘autobiographies’ latines? Essai de réflexion critique”. *Revue des études latines* 95 (2017), pp. 221-240.

WERNER, Jakob – “Nachlese auf zürcher Handschriften. I”. *Neues Archiv der Gesellschaft für Ältere Deutsche Geschichtskunde*. Frankfurt: Gesellschaft für Ältere Deutsche Geschichtskunde, 1906, pp. 575-594.

WERNER, Karl Ferdinand – “Andreas von Marchiennes und die Geschichtsschreibung von Anchin und Marchiennes in der zweiten Hälfte des 12. Jahrhunderts”. *Deutsches Archiv*. Munich: Monumenta Germaniae Historica, 1952, pp. 402-463.

WHITE, L. Michael – “Social Networks: Theoretical Orientation and Historical Application”. *Semeia* 56 (1992), 23-36.

ZAK, Gur – “Modes of Self-Writing from Antiquity to the Later Middle Ages”. In HEXTER, Ralph; TOWNSEND, David, (Eds.). *The Oxford Handbook of Medieval Latin Literature*. Oxford: Clarendon, 2012, pp. 485-50

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SHOPKOW, Leah – “The network behind the chronicle: William of Andres and the Roots of a legal narrative”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 179-208. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**History, hagiography, romance... A Middle English prose
Brut's layered portrayal of Athelstan**

**História, hagiografia, romance...O retrato gradativo de *Brut*
acerca de Athelsan numa prosa da Idade Média Inglesa**

Lisa M. Ruch

Bay Path University
Liberal Studies Department
01106, Longmeadow, Massachusetts; USA

lruch@baypath.edu

<https://orcid.org/0000-0003-2501-1462>

Data recepção do artigo / Received for publication: 26 de Setembro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Abril de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6924>

ABSTRACT

Athelstan's reputation and accomplishments as the king credited with being the first to rule over all of England led to his being celebrated in the Middle Ages in art, coinage, romance, travel narratives, and chronicles. In the prose *Brut* tradition, his depiction is, for the most part, focused on his military accomplishments, with little elaboration. However, the abbreviated Middle English prose *Brut* preserved in Edinburgh University Library MS 184 and two other manuscripts is unusual in its blending of narrative elements from historical accounts, hagiography, and romance to portray Athelstan as an English hero, and in its telling its 15-century audience where they could still see physical relics of Athelstan's reign in their own day, giving them the opportunity to be vicariously connected to the storied history of their nation. This article traces sources and traditions this *Brut's* compiler most likely drew from and considers what implications this may have for our understanding of this particular manuscript and of the evolution and adaptation of *Brut* chronicles in the late Middle Ages.

Keywords: Athelstan; chronicle; *Brut*; legend; narrative

RESUMO

A fama e os feitos de Athelstan, considerado como o primeiro rei a governar toda a Inglaterra, levaram a que, durante a Idade Média, fosse exaltado na arte, na numismática, no romance, em narrativas de viagem e em crônicas. Na tradição do *Brut* em prosa, o seu retrato foca-se, maioritariamente, nas suas vitórias militares, de forma pouco elaborada. No entanto, o *Brut* em prosa abreviado, em inglês medieval, preservado na Biblioteca da Universidade de Edimburgo, MS. 184, e dois outros manuscritos, afastam-se desta linha na medida em que misturam elementos narrativos oriundos de relatos históricos, hagiografia e romance, a fim de retratar Athelstan como um herói inglês, e de o transmitir ao seu público do século XV, que, na altura, ainda podia ver relíquias concretas do reinado de Athelstan, dando-lhe assim uma oportunidade de ligação indireta à história romanceada da sua nação. O presente artigo identifica fontes e tradições nas quais o compilador deste *Brut* muito provavelmente se baseou e reflete sobre as suas implicações quanto à nossa compreensão deste manuscrito específico e à evolução e adaptação das crônicas de *Brut*, no final da Idade Média.

Palavras-chave: Athelstan; crônica; *Brut*; lenda; narrativa.



In November of 2021, the London *Daily Mail* published an article showing the results of a podcast poll that asked listeners to name England's greatest monarch¹. While the pollsters, historians Tom Holland and Dominic Sandbrook, surmised that the choice would be Elizabeth I, Victoria, or perhaps Edward III or William the Conqueror, they were surprised by the winner: Athelstan, a medieval king they thought was largely forgotten by today's public. In truth, the 924/5-939 reign of Athelstan, son of Edward the Elder, was significant for his consolidation of regional kingdoms and for his military successes, most notably his victory over the rulers of Dublin, Strathclyde, and the Scots at Brunanburh. Additionally, he undertook alliances with foreign kingdoms through the marriages of some of his many sisters. Athelstan also founded religious houses, granted lands to those already in existence, and amassed religious manuscripts and relics in his personal collection. He reigned 15 or 16 years (depending on the mode of computation), never married and was buried at Malmesbury². Athelstan's deeds were well remembered beyond the Anglo-Saxon era; as a recent biographer notes, "While neither great nor saint, Æthelstan nonetheless continued to have a high profile in Latin and vernacular literature written in England in the later middle ages, proving a far from forgotten monarch"³.

Varying depictions of Athelstan in chronicle accounts

This all seems fairly straightforward. However, there were other historical figures named Athelstan who appeared in medieval accounts. One Athelstan was a lesser king of Sussex, sometime in the early 700s. In 714, he and his queen Aethelfryth witnessed a charter that granted land to the monastery at Selsey. Another Athelstan was a ruler in East Anglia, sometime in the early 800s. And yet another Athelstan was the son or son-in-law of Aethelred II, "the Unready." He was killed in battle in

¹ MULLIGAN, Elliot - "King who? Poll's shock winner as little-known Athelstan is named our top monarch". *Daily Mail*, Daily UK news. 18 Nov. 2021. <https://dailyuknews.com/uk-news/king-who-polls-shock-winner-as-little-known-athelstan-is-named-our-top-monarch/>

² FOOT, Sarah - "Æthelstan (893/4-939)". *Oxford dictionary of national biography*. Oxford: OUP, 2004. Online ed., Sept. 2011. Accessed 19 December 2023. Available at <http://www.oxforddnb.com/view/article/833>.

³ FOOT, Sarah - *Æthelstan: The first king of England*. New Haven, CT: Yale UP, 2011, p. 231.

1010. So, it appears that there were at least four Athelstans of note in the span of three centuries. It is no wonder that chroniclers struggled with the placement of King Athelstan in their accounts.

Henry of Huntingdon's mid-12th century *Historia Anglorum* notes that Athelstan overpowered "the perfidious nation of the Danes and the treacherous nation of the Scots"⁴ and fought mightily at Brunanburh. Henry says that he was succeeded by Edmund, whom he incorrectly identifies as Athelstan's son, rather than brother. William of Malmesbury, also writing in the 12th century, devotes a significant amount of attention to Athelstan. As the king was buried at Malmesbury, this is not particularly surprising. In William's account, Athelstan is a truly admirable ruler: "there was scarcely any ancient house in all England that he did not adorn with buildings or ornaments, books or estates"⁵. William claims to have found much of his information on Athelstan in "an ancient volume." The biography that William creates depicts Athelstan as strong and heroic. His sister married Hugh, the king of the Franks, and was provided with a marriage gift of jewels, arms, and splendid horses. William also quotes a series of poems in his account, admitting that he has not verified the truth of everything he has included.

Some subsequent Latin chroniclers diverted from the account composed by William of Malmesbury. Matthew Paris, writing in the early 13th century, notes that Athelstan was the illegitimate son of Æthelwulfus⁶. The *Eulogium Historiarum* correctly identifies Athelstan as the son of Edward the Elder, while one surviving manuscript of the *Eulogium* features a second Athelstan, who was the son of Aethelred and Elgiva⁷. Walter of Coventry, whose late 13th-century chronicle opens with a *Brut*⁸-style summary of his nation's history, claims that Athelstan was the first of the Saxon kings, ruling immediately after Cadwalader. According to this account, he made the grant of Alमुnderness to York. Coventry quotes from this charter;

⁴ HENRY OF HUNTINGDON - *Historia Anglorum*. Ed. and trans. Diana Greenway. Oxford: Clarendon P, 1996, p. 311.

⁵ WILLIAM OF MALMESBURY - *Gesta regum Anglorum*. Vol. I. Ed. and trans. R. A. B. Mynors, R. M. Thomson, & M. Winterbottom. Oxford: Clarendon, 1998, pp. 208-209.

⁶ LUARD, Henry Richards (ed.) - *Flores historiarum*. Vol. 1. London: Rolls Series n. 95, 1890, p. 377.

⁷ HAYDON, Frank Scott - *Eulogium historiarum*. 3 Vols. Rolls Series n. 9. London, 1857. Vol. 3, p. 25.

⁸ STUBBS, William - *Memoriale fratris Walteri de Coventria: The historical collections of Walter of Coventry*. 2 Vols. London, 1872-1873. Vol. 1, p. 13.

however, what he cites is in actuality a charter dated to 930. Later in his chronicle Walter discusses the reign of Edward the Elder, whose eldest son, Athelstan, reigned after him for 25 years, during which time he conquered Scotland.

These accounts are only a small sampling of chronicle treatments of Athelstan's reign. With such a wide variety of Athelstans appearing in the chronicle tradition, it is no surprise that subsequent historians had difficulties reconciling their accounts. Adding to the confusion were the legendary and fictional depictions circulating in the Middle Ages. The life of Athelstan that William of Malmesbury utilized is now lost. Other accounts still survive. Aelred of Rievaulx's *Genealogia Regum Anglorum*⁹ preserves a legend in which Athelstan encounters a group of pilgrims in Lincoln, who are returning from the shrine of Saint John of Beverley, where they have just been blessed with cures. Impressed by their stories, Athelstan detours to Beverley to perform a vigil to the saint, leaving his dagger as a pledge. Athelstan then proceeds on his journey northward, to do battle. The eve of the battle, the saint appears to Athelstan in a vision, foretelling his victory over the Scots.

This mix of historical accounts and overstated depictions of Athelstan left the compilers of *Brut* chronicles with an embarrassment of riches from which to draw. The author of the Anglo-Norman prose *Brut* opted for concision, tersely relating that Athelstan vanquished King Gaufride and the Danes, fought the Scots and Picts, and reigned 15 years¹⁰. The Common Version of the Middle English prose *Brut* follows the Anglo-Norman *Brut*, stating that Athelstan was slew so many foes in battle “þat no man coupe telle þe nombre of ham”. The sole variation in the Middle English account is that Athelstan reigned for 25 years rather than 15¹¹.

The *Anonymous Short English Metrical Chronicle*, also called the *Abridged English Metrical Brut*, depicts a variety of Athelstans in a variety of ways from manuscript to

⁹ AELRED OF RIEVAULX - *Genealogia regum Anglorum*, In MIGNE, J. P. (ed.) - *Patrologiæ cursus completus*. Series Latina, 122 Vols. (Paris: 1844-1864), xcv (1855), cols. 724-725.

¹⁰ MARVIN, Julia - *The oldest Anglo-Norman prose Brut chronicle: An edition and translation*. Woodbridge: Boydell, 2006, pp. 206 and 207.

¹¹ BRIE, Friedrich W. D. (ed.) - *The Brut or The chronicles of England*. 2 Vols. Oxford: EETS, O.S. 131, 136, 1906-1908. Vols. 1 and 2 reprinted together, 1999, p. 112

manuscript. The version preserved in British Library MS Royal 12.c.xii¹² states that an Athelstan was the eldest of the five sons of Ethelwulf, but that he did not rule as king. The Athelstan who was the son of Edward the Elder did reign, however, subduing the Welsh and the Scots. Early in his account is a mention of Guy of Warwick, who lived at the same time. The chronicler notes that Athelstan's sister married Hugh, King of France, and details the wedding gifts, paralleling those mentioned by William of Malmesbury. Athelstan was buried at Malmesbury and succeeded by his son Edmond. The compiler of the short metrical *Brut* found in British Library Additional MS 19677, edited by Zettl¹³, omits any mention of the first Athelstan. The great king Athelstan, son of Edward the Elder, is given a good deal of attention; the chronicle mentions the tributes paid to him by the Welsh and the Scots, and his beautiful sister Hilde, who married Hugh of France. This account, like the Royal manuscript just discussed, observes that Guy of Warwick was a contemporary of Athelstan, and battled the giant Cobrand during his reign. Again, this Athelstan was buried at Malmesbury and succeeded by Edmund, his son. The version of the short metrical *Brut* found in the Auchinleck manuscript, like the Royal version, includes the Athelstan who was the eldest son of Ethelwulf, as well as King Athelstan, son of Edward the Elder. This account is similar in whole to the Royal manuscript. The fragmentary version found in Bodley MS Rawlinson Poet 145 preserves a portion of the tale of Hugh of France and the wedding gifts as well as the exploits of Guy of Warwick. The only substantive difference in this account is that Athelstan was followed as king by his brother Edmund. The compiler of this text seems to have known that the historical Athelstan was childless.

Another Middle English chronicle, *Castleford's Chronicle*¹⁴, perhaps contemporaneous with the short metrical *Brut*, depicts Athelstan in a notably different way. The first Athelstan in Castleford's account appears during the Anglo-Saxon heptarchy. These seven kingdoms, however, were unified by a king Athelstan "Pat was Edwardes son bastarde." Chosen by election, he ruled over the seven regional, and nameless, sub-rulers. He established a parliament and laws, punishing

¹² O'FARRELL-TATE, Un (ed.) - *The abridged English metrical Brut*. Heidelberg: C. Winter, 2002, p. 84.

¹³ ZETTL, Edward (ed.) - *An anonymous short metrical chronicle*. London: EETS, O.S. 196, 1935, p. 23.

¹⁴ ECKHARDT, Caroline D. (ed.) - *Castleford's chronicle or The boke of Brut*. Vols. 1 and 2. Oxford: EETS, O.S. 305 and 306, 1996.

misdoers and collecting taxes. As in the short Latin *Bruts*, he granted Almunderness to York, and, as in the short Middle English *Bruts*, ruled during the days of Guy of Warwick. He reigned for 16 years and was succeeded by his son Adelbert. This depiction sounds quite like that of Athelstan of Wessex. When his history reaches that king's place, the Castleford chronicler is faced with a quandary. At the end of the account of Edward the Elder's reign, a new chapter is introduced by a rubric reading "Kyng Adelstone þe secund her / Was maid a kyng aftre his fader"¹⁵. Thus, this ruler is literally styled Athelstan II. This king, learning of the ravages in the north by the Scots, heads off to battle, encountering the pilgrims of the legend along the way. Hearing their tale, he makes the pilgrimage to the shrine of Saint John of Beverley, who then appears to him in a vision to foretell his success in battle. After this victory, he vanquishes the Welsh and sees his sister married to the nameless king of France. At the end of his 26-year reign he is buried at Malmesbury and succeeded by his brother Edmund.

Achieving widespread popularity at the same time as the assorted *Brut* texts was Ranulf Higden's *Polychronicon*, an epic work which sets out to chronicle the history of England and its place within universal history¹⁶. With such an ambitious goal, Higden clearly worked from an array of sources. He mentions three Athelstans. The first, linked with Northumbria, lived during the Danish attacks in 877. This is the same Athelstan placed by Matthew Paris in 1010. The second is called "Ethelstanus rex Angliae," dated to 924, but for some reason identified as a monk. The third and final Athelstan is identified as the brother of Edmund Ironside.

An expanded life of Athelstan in an abbreviated Middle English *Brut*

It was the brief account of Athelstan's reign found in the Anglo-Norman Prose *Brut* that proliferated through the majority of Middle English *Bruts*. However, three surviving copies, categorized by Lister Matheson as the Peculiar Version to 1427¹⁷, include a significantly different portrayal of Athelstan. These unpublished texts,

¹⁵ ECKHARDT - *Castleford's chronicle*. Vol. 2, p. 798.

¹⁶ HIGDEN, Ranulf - *Polychronicon Ranulphi Higden, monachi Cestrensis; together with the English translation of John of Trevisa and of an unknown writer in the 15th century*. Ed. by C. Babington (Vols. 1-2) and J. R. Lumby (Vols. 3-9), vol. 9. London, 1865-1866, Vol. 6.

¹⁷ MATHESON, Lister M. - *The prose Brut: The development of a Middle English chronicle*. Tempe, AZ: U of Arizona P, 1998, pp. 316-318.

preserved in Edinburgh University Library MS 184 and British Library MS Harley 63, both of which I have consulted, as well as Paris, Bibliothèque Nationale MS fonds anglais 30, are much shorter abbreviations of the Common Version of the Middle English prose *Brut*. Their retelling of Athelstan's reign, however, is comparatively lengthy, adding vivid details¹⁸.

The account begins with Athelstan's victory over Gaufride of Denmark. The Scots then rose up against Athelstan. On route to do battle, he stopped at Beverley, where he asked Saint John of Beverley to pray for a sign of forthcoming victory. Meeting with the Scottish emissaries, Athelstan knelt down and prayed aloud to God, and then struck his sword into a large stone, cutting a slice the length of an ell into it. Undeterred, the Scots engaged in battle and were defeated. Returning to Beverley, Athelstan gave thanks to Saint John and then placed his sword in the royal treasury at the Tower of London, where, the chronicle adds, it still remains. Not long afterward, Gaufride and the Danes returned, bringing the giant Colbrand with them to Winchester. There they challenged Athelstan to battle, citing their historical right to the kingdom of Northumbria through the title of Havelok and his wife Goldeburgh. Finding no one willing to fight Colbrand, Athelstan sought God's help, and, while he was sleeping, was visited by an angel, who directed him to the north gate of Winchester, where he would find a palmer willing to take on the challenge. The palmer and the giant then met on a small island beside Winchester called the abbey of Hyde, where the palmer killed Colbrand. Athelstan asked the victor for his name and learned that he was Guy of Warwick. Guy asked that his identity be kept secret for a year and left on pilgrimage. Gaufride and the Danish forces withdrew to Denmark in shame, and Athelstan married the daughter of the emperor of Rome. The wedding gifts included 100 white horses adorned in golden cloths and a gold cup set with precious gems called the Royal of England; the chronicle notes that the cup can be found at Westminster Abbey, where it is used solely for coronations. Athelstan reigned for 25 years and was buried at Malmesbury.

¹⁸ A transcription of the Athelstan section of the Edinburgh *Brut* is appended below. For the sake of clarity, I will refer to this abbreviated chronicle as the Edinburgh and Harley *Brut*.

Possible sources and inspirations for the Edinburgh and Harley *Brut's* depiction of Athelstan

Clearly, this account of Athelstan's life and deeds is hyperbolic and less than historical, mixing in elements from a range of traditions. The tale of the miraculous slicing of the stone, evocative of King Arthur and his heroic tradition¹⁹, was included in a collection of miracle stories compiled in Beverley in the late 12th century and featured in the 14th-century *Beverley Cartulary*²⁰. It was also invoked by Edward I in 1301 in his letter to Pope Boniface VIII seeking to justify his right to the realm of Scotland²¹. A few chronicles—those of Robert Mannyng of Brunne, the *Eulogium Historiarum*, and Hyde Abbey—also integrate the story of Athelstan's slicing the stone as a portent of his victory.

Athelstan, of course, features in the popular romance of Guy of Warwick²². The Anglo-Norman version dates to the end of the 13th century and the Middle English translations to the 14th and 15th centuries. In addition, John Lydgate wrote his own version, which A. S. G. Edwards dates to 1425²³. The episode of Guy's battle with Colbrand appears to have been of especial interest to medieval audiences; one record notes that, in 1338, "a certain minstrel sang the song of Colbrand"²⁴. This song, presumed lost, may be related to the ballad "Guy and Colebrande," dated by its language to the 15th century and preserved in Bishop Percy's Folio²⁵. Chronicle texts began incorporating the tale of Guy's combat with the giant in the early 14th century. Pierre de Langtoft is usually credited with the earliest surviving use of the Guy and Colbrand story. The tale was also incorporated into the *Short English Metrical*

¹⁹ See COLLINGWOOD, W. G. - "Arthur and Athelstan". *Saga-Book* 10 (1928), pp. 132-144 for a discussion of parallels between depictions of Arthur and Athelstan.

²⁰ WILSON, Susan E. - *The life and after-life of St. John of Beverley*. Aldershot, Hampshire: Ashgate, 2006, pp. 10-11, 180.

²¹ STONES, E. L. G. (ed. and trans.) - *Anglo-Scottish relations 1174-1328: Some selected documents*. Oxford: OUP, 1965, pp. 198-99.

²² For versions of the Guy of Warwick tale, see ZUPITZA, Julius (ed.) - *The romance of Guy of Warwick: Edited from the Auchinleck MS in the Advocates' Library, Edinburgh and from MS 107 in Caius College, Cambridge*. Oxford, EETS, E.S. 42, 49, and 59, published in 1966 as one volume; and ZUPITZA, Julius (ed.) - *The romance of Guy of Warwick: The second or 15th-century version*. Oxford, EETS, E.S. 25 and 26, published in 1966 as one volume.

²³ EDWARDS, A. S. G. - "The *Speculum Guy de Warwick* and Lydgate's *Guy of Warwick*: The non-romance Middle English tradition". In WIGGINS, Alison and FIELD, Rosalind (eds.) - *Guy of Warwick: Icon and ancestor*. Cambridge: D. S. Brewer, 2007, pp. 81-93, p. 88.

²⁴ WILSON, R. M. - *The lost literature of medieval England*. London: Methuen, 1952, p. 62.

²⁵ HALES, John W. and FURNIVALL, Frederick J. (eds.) - *Bishop Percy's folio manuscript*. Vol. II, Part II. London: N. Trübner, 1868, pp. 509-549.

Chronicle, Rauf de Boun's *Petit Bruit*, Mannyng's *Brut*, Henry Knighton's chronicle, and the chronicle of Hyde Abbey. Additionally, one manuscript of the *Anonimale Chronicle* contains a marginal note which summarizes Athelstan's message from the angel and Guy's agreeing to fight the hideous giant brought by the king of Denmark²⁶.

Just as there are variations in the versions of Guy's romance, so too are there variations in the chronicle accounts of his aiding Athelstan. The Edinburgh and Harley *Brut* makes mention of certain details that can be used as comparative test points: specifically, Athelstan and Guy's meeting at Winchester's north gate, the combat being held on an island, that island's being known as the abbey of Hyde, and Guy's condition that his identity be kept secret for a year. Both Langtoft and Mannyng place Athelstan and Guy's meeting at the south gate and omit Guy's condition about his identity. The *Short English Metrical Chronicle* makes only a very terse mention of Guy and Colbrand's battle. The *Petit Bruit*²⁷ places their meeting in Winchester at Medeway, while the Hyde chronicle explains that they fought at a place known in English as The Hyde Mede. Overall, however, none of the chronicle accounts is a close match to the Edinburgh and Harley *Brut*'s. However, one 15th-century version of *Guy of Warwick* features the meeting at the north gate, the battle on an island, and the injunction of a year's secrecy for Guy's identification. Also promising is Lydgate's treatment of the romance, which puts the meeting at the north gate and the battle at Hyde Mede, as well as mentioning Guy's preference for anonymity²⁸.

Notable, too, in the Edinburgh and Harley *Brut* is the Danish king's citation of Havelok as proof of his claim to Northumbria²⁹. The chronicle discusses Havelok

²⁶ SPENCE, John - *Reimagining history in Anglo-Norman prose chronicles*. York: York Medieval P, 2013, p. 87. Another useful source for the contextualization of Athelstan and other Anglo-Saxon rulers by later writers is ROUSE, Robert Allen - *The Idea of Anglo-Saxon England in Middle English Romance* (Cambridge: D. S. Brewer, 2005), especially pp. 129-132.

²⁷ RALF DE BOUN - *Le petit Bruit*. Ed. Diana B. Tyson. London: ANTS, 1986, p. 17.

²⁸ RICHMOND, Velma Bourgeois - *The legend of Guy of Warwick*. New York: Garland, 1996 provides an in-depth study of the many versions of the Guy of Warwick narrative.

²⁹ See MOLL, Richard J. - "'Nest pas autentik, mais apocrophum': Haveloks and their reception in medieval England". *Studies in philology* 105 (2008), pp. 165-206 for a discussion of Havelok in the chronicles.

more in length at an earlier stage in its chronology, mentioning his marriage to Goldeburgh, Havelok's three-year reign as king, and his burial at Stonehenge. The *Petit Bruit* includes accounts of both Havelok and Guy but does not mention them together. Henry Knighton's chronicle does place them together in its narrative³⁰. In addition, one manuscript of the poetic "Guy and Colebrande" calls the king of Denmark, Athelstan's foe, Auelocke, rather than Anlaf. One scholar has observed that in medieval accounts, "The combination of Guy and Haveloc is unusual. Putting together two great romance heroes, both with shadowy 'historical' validity but strong associations at Grimsby and Warwick, lends credence"³¹. Another means of lending credence is, of course, the citation of earlier authorities. Both the Hyde chronicle and Lydgate cite Gerard of Cornwall's *De Gestis Regum Westsaxonum* as their source for the events of Athelstan's life. Gerard's chronicle is now lost; it is tempting to wonder what direct influence it may have had on the Edinburgh and Harley *Brut* chronicler's text.

Returning to look at more test points to use as comparisons to potential sources, next is the Edinburgh and Harley *Brut*'s account of Athelstan's marriage to the Roman emperor's daughter. As the historical Athelstan never married, the chronicle's account is of course wholly erroneous. While a few chronicles mislabel Athelstan's successor, his brother Edmund, as his son, none that I have found mentions a marriage ceremony. In this case, a compiler or abbreviator may have garbled an account of the marriage of one of Athelstan's numerous sisters. William of Malmesbury's inventory of the gifts associated with the wedding of Aethelswyth and the king of the Franks includes "many swift horses, with their trappings" and an exquisite onyx cup³². William's inventory was carried into later chronicles, so the Edinburgh and Harley *Brut*'s description of 100 white steeds trapped in gold and a bejeweled golden cup may be an echo of this. Additionally, some chronicles, including the *Flores Historiarum*, mention the marriage of one of Athelstan's sisters to Otto of Rome, while the *Abridged English Metrical Brut* says that among the gifts

³⁰ KNIGHTON, Henry - *Chronicon Henrici Knighton*. Ed. J. R. Lumby. London: Rolls Series 92, 1889-1895, p. 21.

³¹ RICHMOND - *The legend of Guy of Warwick*, p. 73. Notably, the romance *Athelston* (edited by Trounce, EETS O.S. 224, 1951) leverages Athelstan in name more than in action, unrelated to his inclusions in the romance traditions of Guy and Havelock.

³² William of Malmesbury - *Gesta regum Anglorum*, pp. 218-219.

at the marriage of another sister to Hugh of France were 300 milk white horses with bridles adorned with gems³³. Another cause for confusion in accounts of Athelstan's reign was its length, which historically was 15 or 16 years, depending on the mode of computation. However, numerous chroniclers state that it was 25 or 26 years. Whether this originally arose as a mistake on the part of one scribe or is an indication of another source is not clearly traceable.

A final enticing detail in the Edinburgh and Harley *Brut* is the statements that relics—Athelstan's sword and the marriage cup—can be seen by its 15th-century audience in London: the sword at the Tower and the cup at Westminster Abbey. In his chronicle, William of Malmesbury recounts a different legend of Athelstan's sword than the one in the Edinburgh and Harley *Brut*, adding that in his day, the sword is “preserved among the royal treasures as evidence of the miracle.”³⁴ Similarly, the Hyde chronicle states that the axe that Colbrand wielded in his battle with Guy of Warwick is preserved at Winchester Cathedral³⁵. There is historical precedent for the treasuring of the swords of famous heroes: “Swords still retained all of their old semi-magical prestige in the eyes of medieval kings, nobles and knights, and were the first ancient objects to be prized and collected for romantic reasons”³⁶. The Edinburgh and Harley *Brut*'s mention of the marriage cup and its use in coronations can also be linked to documented practice. Finely-wrought cups were used as part of the coronation ceremony in medieval England. Details for the service of Richard II in 1377 read,

And be it remembered, that the Mayor and Citizens of London, appearing before the said lord steward by the recorder of the same city, claimed by word of mouth according to the liberty and custom of the city aforesaid, that the same mayor, by reason of his office of mayoralty, in his own person may serve our lord the king on the day of his coronation, as well in the hall at his banquet as

³³ O'Farrell-Tate - *Abridged English metrical Brut*, p. 85.

³⁴ William of Malmesbury - *Gesta regum Anglorum*, pp. 208, 209. Archivists at the Tower of London are not aware of a tradition that a sword of Athelstan, however anachronistic, was said to have been held at the Tower (personal email correspondence with Bridget Clifford, Keeper of Tower Armouries, 10 Dec. 2013).

³⁵ EDWARDS, Edward (ed.) - *Liber Monasterii de Hyda*. London: Rolls Series 45, 1866, p. 121.

³⁶ BLAIR, Claude (ed.) - *The crown jewels*. London: HMSO, 1998, Vol. 1, p. 30.

after the banquet in the chamber to his spices, from a cup of gold of the same king³⁷.

The Edinburgh and Harley *Brut*'s claims of relics are romanticized and, in the case of Athelstan's sword placed in the Tower, anachronistic, but they may be indicative of a London audience for the text, or of a late-medieval desire for connection to a heroic past. As Thorlac Turville-Petre has noted, "chronicles frequently draw attention to the present witnesses of past events, the ancient castles, abbeys, and tombs that authenticate or commemorate the historical record"³⁸. The tradition of Guy of Warwick and Colbrand's battle was part of Winchester lore well into the Victorian era³⁹. Simply put, it is human nature to want to feel a material link to a culture's shared history.

Conclusion

Without a doubt, the depiction of the historical reign of Athelstan in chronicles across the Middle Ages is complex, confusing, and changeable. One recent critic has opined that "The deterioration of Athelstan's portrayal seems initially to stem from details included in the 12-century medieval chronicles such as William of Malmesbury's, details which were then adapted and expanded in poems such as *Lazamon's Brut* and *Guy of Warwick*"⁴⁰. It is, on one hand, possible to argue that the account of Athelstan in the Edinburgh and Harley *Brut* is so garbled and anomalous as to be worthless. Clearly, no one surviving text ticks all of the boxes as a source, and the *Brut*'s narrative, as history, is essentially worthless. However, this does not necessarily mean that it deteriorated as a narrative. Julia Marvin reminds us "just how misleading and unhelpful can be the idea of shared or normative versions of even famous stories in medieval England"⁴¹. The story of Athelstan and his deeds is a prime case in point. The Edinburgh and Harley *Brut*'s intermingling of

³⁷ Quoted in BLAIR, Claude - "A drawing of an English medieval royal gold cup". *The Burlington magazine* 121.915 (Jun. 1979), pp. 370, 372-373, p. 370.

³⁸ TURVILLE-PETRE, Thorlac - *England the nation: Language, literature, and national identity, 1290-1340*. Oxford: Clarendon, 1996, p. 146.

³⁹ L'ESTRANGE, A. G. - *Royal Winchester: Wanderings in and about the ancient capital of England*. London: Spencer Blackett, 1889, pp. 87 and 147.

⁴⁰ TREHARNE, Elaine M. - "Romanticizing the past in the Middle English *Athelstan*". *Review of English studies* 50:197 (1999), pp. 1-21, p. 9.

⁴¹ MARVIN, Julia - "Havelok in the prose 'Brut' tradition". *Studies in philology* 102 (2005), pp. 280-306, p. 305.

hagiographical, romance, and, for the lack of a better term, tourism, elements into the accepted historical account of Athelstan—elements that modern readers label “fiction”—can be seen as a rhetorical move to increase rather than decrease the text’s validity. Laura Ashe has argued for the “supreme cultural utility” of the “ahistorical use of history”⁴², and recent psychological studies have observed the tendency of audiences to embrace fiction as truth. One group of researchers noted that “Human culture strongly depends on people passing on information. Although the believability of information has been identified as a factor determining whether it is propagated, people seem to mainly pass on information that will evoke an emotional response in the recipient, irrespective of the information’s truth value”⁴³. The vivid details added to the life of Athelstan in this otherwise heavily abbreviated Middle English *Brut* show the admiration the compiler must have felt for the king. Like the podcast listeners surveyed by Holland and Sandbrook in 2021, medieval audiences viewed Athelstan as a great monarch whose reign should be remembered and celebrated. As we look at the varying treatments of the historical figure of Athelstan across time, we can reflect on both the medieval writers and their audiences and on our own crafting and reception of historical narrative as well.

Appendix: Transcription of Edinburgh University Library MS 184, fols. 13ra-13rb⁴⁴

[fol. 13ra] Off king Adelstone

And aftir him regned his sonne Adelstone that gaffe batell to the Danes and droffe Gawfride king of Denmark and his oste oute of this lande. And anone aftir the Scottes maked warre agane him and King Adelstone assembled moche people and came to Beuerley and besought Saint John to pray to God to schowe for him some miracle that the Scottis schuld obey him. And whenne he mette with the oste of the Scottys ther come many bischopes and heraldes to trete for pese and emong hem all King Adelstone kneled donne and besought God to gyffe him grace to smyte depe in to a grete stone that stode beside him yf so were that the Scottes aught to obey him. And

⁴² ASHE, Laura - *Fiction and history in England, 1066-1300*. Cambridge, CUP, 2007, p. 33.

⁴³ LEWANDOWSKY, Stephan, *et al.* - “Misinformation and its correction: Continued influence and successful debiasing”. *Psychological science in the public interest* 13/3 (2012), pp. 106-131, p. 108.

⁴⁴ Punctuation and capitalization have been added to this transcription to aid in readability.

with his suerde he smote an elle in to the stone. And yet notwithstanding the grete miracle the Scottys wolde notte obey him but faught with him but then were doscomfite and many of hem slane. And thenne returned king Adelstone to Beuerley agane and thanked Saint John and after the same sworde was put in to the Toure of London and ther is keped in the kinges tresoure. And aftir the saide Gawfride king of Denmark come agane in to this lande the iii yere of the regne of King Adelstone the yere of oure lorde ix and xxvii with moche people and landed beside Wynchester and brought with him a geaunt that was called Colbrand and he was so grete and so long þat he loked ouer the walles of Wynchester fro the gyrdell vpward. And Adelstone lay at Wynchester. [fol. 13rb] And the king of Denmark sent unto hym a herold of armes to witte wheder he wolde finde a man to fight with Colbrand for the right of the kingdome of Northumbre that the Danes had clamed by fors by the tyle of Hauloke that wedded Goldesburght the kinges doughter of Northumbre and Adelstone sent him worde that he wolde finde one to fight with Colbrande but yt was so that no man wolde take the batell on hande. Wherefor Adelstone was full sory and besoght God of his helpen. And at nyght whan he was on slepe ther come an angell to him from Heuen and bad him go on the morow to the north gate of Wynchester. And there schuld he mete with a palmer that schulde take the batell on hand and so he dide and mette with the palmer and he toke vpon him the batell and there thei were putte togeder in a lytell island beside Winchester that now is called the Abbey of Hide and there the palmer slew Colbrande. And thenne the king Adelstone asked of the palmer what was his name and he told him in connwyll that he was Guy of Warwyck and prayed him that he wolde not tell his name of a tuelmonth aftir. And the king wold haue had him to duell with him but he wolde not but went forth on his pilgrimage. And thenne returned Gawfride and the Danes in to Denmark with moche schame and after King Adelstone wedded the emporis doghter of Rome and had with hire an C white stedes trapped in cloth of golde and a cuppe of golde sette with precious stones the whiche ys called the Royale of England and is in the Abbey of Westmynster in kepyng and at tymes of coronacions kinges drink thereof and no tyme ellys. And whenne Adelstone had regned xxv yere he died and lyeth at Malmesbury.

Bibliographical references

Manuscript Sources

Edinburgh, Edinburgh University Library, MS 184.

London, British Library, MS Harley 63.

Printed Sources

AELRED OF RIEVAULX - Genealogia regum Anglorum. In MIGNE, J. P. Migne (ed.) - *Patrologiæ cursus completus, series Latina*, 122 Vols. (Paris: 1844-1864), xcv (1855), cols. 724-725.

BRIE, Friedrich W. D. (ed.) - *The Brut or The chronicles of England.* 2 Vols. Oxford: EETS, O.S. 131 and 136, 1906-08. Vols. 1 and 2 reprinted together, 1999.

EDWARDS, Edward (ed.) - *Liber Monasterii de Hyda.* London: Rolls Series 45, 1866.

HALES, John W. and Frederick J. Furnivall (eds.) - *Bishop Percy's folio manuscript*, Vol. II, Part II. London: N. Trübner, 1868.

HAYDON, Frank Scott (ed.) - *Eulogium historiarum.* Vol. 2. Rolls Series 9: London, 1857.

HENRY OF HUNTINGDON - *Historia Anglorum.* Ed. and trans. Diana Greenway, Oxford: Clarendon P, 1996.

HIGDEN, Ranulf - *Polychronicon Ranulphi Higden, monachi Cestrensis; together with the English translation of John of Trevisa and of an unknown writer in the 15th century.* Ed. Vols. 1-2, C. Babington; ed. Vols. 3-9, J. R. Lumby, vol. 9. London, 1865-1866.

KNIGHTON, Henry - *Chronicon Henrici Knighton.* Ed. J. R. Lumby. Rolls Series 92: London, 1889-1895.

LUARD, Henry Richards (ed.) - *Flores historiarum.* Vol. 1. London: Rolls Series 95, 1890.

LYDGATE, John - *The minor poems of John Lydgate.* Part II. Ed. Henry Noble Maccracken. Oxford: EETS, O.S. 192, 1934.

MARVIN, Julia - *The oldest Anglo-Norman prose Brut chronicle: An edition and translation.* Woodbridge: Boydell, 2006.

O'FARRELL-TATE, Una (ed.) - *The abridged English metrical Brut.* Heidelberg: C. Winter, 2002.

RALF DE BOUN - *Le petit Bruit.* Ed. Diana B. Tyson. London: ANTS, 1986.

STONES, E. L. G. (ed. and trans.) – *Anglo-Scottish relations 1174-1328: Some selected documents*. Oxford: OUP, 1965.

STUBBS, William – *Memoriale fratris Walteri de Coventria: The historical collections of Walter of Coventry*. 2 vols. London, 1872-1873.

TROUNCE, A. Mcl. (ed.) – *Athelston: A Middle English romance*. EETS, O.S. 224, 1951.

WILLIAM OF MALMESBURY – *Gesta regum Anglorum*. Vol. I. Ed. and trans. R. A. B. Mynors, R. M. Thomson, & M. Winterbottom. Oxford: Clarendon P, 1998.

ZETTL, Edward (ed.) – *An anonymous short metrical chronicle*. London: EETS, O.S. 196, 1935.

ZUPITZA, Julius (ed.) – *The romance of Guy of Warwick: Edited from the Auchinleck MS in the Advocates' Library, Edinburgh and from MS 107 in Caius College, Cambridge*. Oxford: EETS, E.S. 42, 49 and 59, published in 1966 as one volume.

ZUPITZA, Julius (ed.) – *The romance of Guy of Warwick: The second or 15th-century version*. Oxford: EETS, E.S. 25 and 26, published in 1966 as one volume.

Studies

ASHE, Laura – *Fiction and history in England, 1066-1300*. Cambridge: CUP, 2007.

BLAIR, Claude (ed.) – *The crown jewels*. London: HMSO, 1998.

BLAIR, Claude – “A drawing of an English medieval royal gold cup”. *The Burlington magazine* 121.915 (Jun. 1979), pp. 370+372-373.

COLLINGWOOD, W. G. – “Arthur and Athelstan”. *Saga-Book* 10 (1928), pp. 132-144.

EDWARDS, A. S. G. – “The *Speculum Guy de Warwick* and Lydgate’s *Guy of Warwick*: The non-romance Middle English tradition”. In WIGGINS, Alison and FIELD, Rosalind (eds.) – *Guy of Warwick: Icon and ancestor*. Cambridge: D. S. Brewer, 2007, pp. 81-93.

L'ESTRANGE, A. G. – *Royal Winchester: Wanderings in and about the ancient capital of England*. London: Spencer Blackett, 1889.

FOOT, Sarah – “Æthelstan (893/4-939)”. *Oxford dictionary of national biography*. Oxford: OUP, 2004. Online ed., Sept. 2011. Accessed on 19 December 2023. Available at <http://www.oxforddnb.com/view/article/833>

FOOT, Sarah – *Æthelstan: The First King of England*. New Haven, CT: Yale UP, 2011.

LEWANDOWSKY, Stephan, et al. – “Misinformation and its correction: Continued influence and successful debiasing”. *Psychological science in the public interest* 13/3 (2012), pp. 106-131.

MARVIN, Julia - "Havelok in the prose 'Brut' tradition". *Studies in philology* 102 (2005), pp. 280-306.

MATHESON, Lister M. - *The prose Brut: The development of a Middle English chronicle*. Tempe, AZ: U of Arizona P, 1998.

MOLL, Richard J. - "'Nest pas autentik, mais apocrophum': Haveloks and their reception in medieval England." *Studies in philology* 105 (2008), pp. 165-206.

MULLIGAN, Elliot - "King who? Poll's shock winner as little-known Athelstan is named our top monarch". *Daily Mail*, Daily UK news. 18 November 2021. <https://dailyuknews.com/uk-news/king-who-polls-shock-winner-as-little-known-athelstan-is-named-our-top-monarch/>

RICHMOND, Velma Bourgeois -- *The legend of Guy of Warwick*. New York: Garland, 1996.

ROUSE, Robert Allen - *The idea of Anglo-Saxon England in Middle English romance*. Cambridge: D. S. Brewer, 2005.

SPENCE, John - *Reimagining history in Anglo-Norman prose chronicles*. York: York Medieval P, 2013.

TREHARNE, Elaine M. - "Romanticizing the past in the Middle English *Athelstan*". *Review of English studies* 50:197 (1999), pp. 1-21.

TURVILLE-PETRE, Thorlac - *England the nation: Language, literature, and national identity, 1290-1340*. Oxford: Clarendon, 1996.

WILSON, R. M. - *The lost literature of medieval England*. London: Methuen, 1952.

WILSON, Susan E. - *The life and after-life of St. John of Beverley*. Aldershot, Hampshire: Ashgate, 2006.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

RUCH, Lisa M. – “History, hagiography, romance... A Middle English prose *Brut*'s layered portrayal of Athelstan”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 209-227. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Richard Fox of St Albans: the life, work and connections of
a fifteenth-century chronicler**

**Richard Fox de St Albans: vida, trabalho e ligações de um cronista
do séc. XV**

Anna Probert

University of Liverpool / Department of English
19-23 Abercromby Square
University of Liverpool
L69 7ZG

a.probert@liverpool.ac.uk

<https://orcid.org/0000-0003-3425-7798>

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de Outubro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 16 de Fevereiro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6934>

RESUMO

Em 1448, Richard Fox, um funcionário leigo da Abadia de St. Albans, redigiu uma substancial crónica em prosa sobre assuntos britânicos e continentais. Este artigo examina o que se sabe acerca de Fox, começando por dar uma visão geral da *Chronicle* e do manuscrito em que esta se encontra, e também por avaliar três fontes principais: o seu testamento, de 1454, a sua miscelânea literária e a sua aparição nos anais de Saint Albans. Pretende-se assim mostrar as importantes ligações que Fox tinha, tanto com a cultura do livro medieval, quanto com pessoas influentes, como o abade John Whethamstede e a tradutora Eleanor Hull, que podem ter contribuído para a sua *Chronicle*.

Palavras-chave: Cronistas, St Albans, Cultura do Livro

ABSTRACT

In 1448, Richard Fox, a lay man employed by St Albans Abbey, completed a substantial prose chronicle of British and Continental affairs. This article examines what is known about Fox, first by giving an overview of the *Chronicle* and the manuscript in which it appears and also by appraising three key sources: his will of 1454, his literary miscellany and his appearance in the annals of Saint Albans. In doing so it shows the important connections that Fox had, both to medieval book culture and to influential people including Abbot John Whethamstede and translator Eleanor Hull, which may have contributed to his *Chronicle*.

Keywords: Chroniclers, St Albans, Book Culture



In 1448, Richard Fox, a lay man employed by St Albans Abbey, completed a substantial prose chronicle of British and Continental affairs¹. Written in a learned environment famous for producing fine manuscripts on theology, science, history and music, Fox's text successfully blends the monastic tradition of historical writing with a distinct secular focus on socio-political events. In so doing, it captures exceptional information and insights into medieval culture found nowhere else. As well as providing an overview of Fox's *Chronicle* and the manuscript in which it appears, this article will appraise the three other key sources that illuminate Fox's life and work: his will of 1454; his literary miscellany in Cambridge University MS Kk.1.6; and his appearance in the annals of Saint Albans.

Woburn Abbey MS 181

Fox's *Chronicle* survives uniquely in Bedfordshire, Woburn Abbey MS 181 and, to date, only a few extracts of it have been published². According to a colophon at the end of the manuscript the majority of text was written by 1448. In approximately 180,000 words it covers 500 years of history from King Alfred (871-899) to the Siege of Rouen in 1419. At the end of the manuscript additional historical material is provided about mid-fifteenth century political events in the form of an account of the deposition of Richard II based on the official record known as "Record and Process", an account of the parliament of Bury and the death of Humphrey, Duke of Gloucester, and a list of the acts of parliament for the year 1449. There are also a few lines of verse about Richard, duke of York and regulations of cooks' fees in London copied in different hands on the final folios.

¹ I would like to thank the AHRC for funding the scholarship allowing me to study my PhD. I would also like to thank Graeme Dunphy and Thea Summerfield for their support and encouragement and especially Sarah Peverley for her valuable comments and suggestions. I am grateful to his grace the Duke of Bedford for permission to quote from Woburn Abbey MS 181.

² The account of the eighteenth and nineteenth year of Richard II's reign as well as the account of the parliament at Bury in 1446 are published as an appendix in DAVIES, John Silvester ed. – *An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V, and Henry VI* (London: Longman, Green, 1829). An extract concerning the beginning of the Peasants Revolt is quoted in MATHESON, Lister M. – "The Peasants' Revolt through Five Centuries of Rumor and Reporting: Richard Fox, John Stow, and Their Successors". *Studies in Philology* 95:2 (1998) pp. 121-151.

For the most part, the chronicle is written in the same distinct, hybrid anglicana hand³. Given the amount of immediate correction throughout the manuscript, this was identified by Lister Matheson as likely to belong to Fox himself⁴. However, one quire concerning the reign of King John is copied by a different, professional secretary hand, perhaps suggesting that at some point the manuscript was copied and some of the quires were mixed up. The final manuscript appears to have been taken to London for decoration by artists known to have worked on other books in the city⁵.

Fox's *Chronicle* opens with a 'table of all þe kynges that be comprehendid with inne þis boke' beginning with 'Afrede þe brother of Elfrede' and concluding with 'þe wynnyng of Roone in þe vj zere of þe regne of kyng Harry of Munmouth'⁶. Fox then begins the chronicle proper. Thea Summerfield notes that Fox's account of Alfred's reign 'is derived largely from Mannyng's *Chronicle* as found in London, Inner Temple Library, Petyt ms. 511, vol. 7 (or the Langtoft source-text, of which it is a close translation). However, details before and after this episode are found in neither Mannyng nor Langtoft'⁷. Fox also used other, as yet unidentified sources, often only referring to them as 'anoþer cronycle' or similar⁸. In some cases he repeats entire reigns giving alternative details found in contradictory sources, including William the Conqueror and Henry II. Fox draws attention to the alternative source by writing in a rubricated heading that 'Another croneclere wryt of Wylyyam Conquerour as here foleweþ aftur'⁹. William the Conqueror's reign includes the involvement of Edgar Atheling, grandson of Edmund Ironside, 'weche was þe ryzt eyre to þe crowne', in several rebellions against William¹⁰. This version also includes a disagreement

³ For further discussion of Fox's hand as it appears in CUL MS Kk1.6 see WAKELIN, Daniel – "Writing the Words". In GILESPIE, Alexandra and WAKELIN, Daniel (eds.) – *The Production of Book in England 1350-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 34-58 (p. 44) and DA ROLD, Orietta - *Paper in Medieval England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, p. 137.

⁴ MATHESON, Lister M. – *The Prose Brut: The Development of a Middle English Chronicle*. Tempe, Arizona: Medieval and Renaissance Texts and Studies, 1998, p. 328.

⁵ Identification of the provenance of the manuscript's illumination has been tentatively made by my supervisor, Professor Sarah Peverley, during our initial examination of the manuscript.

⁶ Woburn Abbey MS 181, f.1r; 6v.

⁷ SUMMERFIELD, Thea – "Fox, Richard". In *Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Vol. 1 DUNPHY, Graeme (ed.). Leiden: Brill, 2010, p. 630.

⁸ Woburn Abbey MS 181, f. 52v.

⁹ Woburn Abbey MS 181, f. 36v.

¹⁰ Woburn Abbey MS 181, f. 37r.

between William and Abbot Frederick of St Albans over the rights of spiritual lords in England, that ended in Frederick leaving St Albans for Ely, and William consequently 'toke away moche of þe lyflode of Seynt Albons.'¹¹ Fox similarly repeats the reign of Henry II, this time giving much more detail concerning Thomas Becket. At other times, Fox refers to another chronicler only for a brief anecdote, such as the detail that 'as on cronyclere wryte' Henry I's corpse stank so much that the butcher who was hired to remove his internal organs 'eete neuer mete afterward but deyde of þe stencche'¹².

Most of Fox's references to alternative sources occur in his accounts of the years up to the end of Henry II's reign in 1189, the period furthest from his own time. A notable exception is a reference to Robert of Gloucester's *Chronicle*, which Matheson identified as one of Fox's sources, as Gloucester is 'noted by name in the account of the sky darkening after the battle of Evesham (1265)'¹³. Fox says that 'A good clerke þat was called sir Robert sawe þis syzt xxxti myle fro þe place wher þe batayle was And for þe merveyle he labered first þis Booke'¹⁴. Fox's second account of the reign of Henry II follows a very short initial account of Henry's reign which is only one folio long and leaves out major events such as Thomas Becket's death. It may be that Fox, having secured a more detailed source no longer needed to add extra details from other chroniclers. Alternatively, Fox may have started synthesizing his sources differently at this point, and decided to desist from drawing attention to different sources. Fox's use of several chronicles points to a desire to give as complete and accurate history as possible and also to the potential accessibility of historical materials to him when writing the chronicle.

While more work remains to be done to establish the various sources Fox relies on for the earlier part of his chronicle, the latter part of Fox's work, from the reign of Richard II to the Siege of Rouen, is based primarily on the Middle English *Prose Brut*, with Matheson classifying it as a peculiar version of the text¹⁵. A note in the

¹¹ Woburn Abbey MS 181, f. 38r.

¹² Woburn Abbey MS 181, f. 54v.

¹³ MATHESON – *Brut*, p. 328.

¹⁴ Woburn Abbey MS 181 f.87v.

¹⁵ MATHESON, Lister M. – *Brut*, p. 326.

manuscript informs readers that Fox only obtained a copy of the *Brut* part way through writing his *Chronicle*. After narrating the death of Edward III, but before beginning Richard II's reign, he pauses to relate Merlin's prophecy concerning Edward I from the *Brut*, explaining:

Here endeth þe Cronycle of kyng Edwarde off wyndesore. And be gyneth Merlynes prophcees þat he prophesied of kyng Edwarde with þe longe schankes wheche was Grannfader to kyng Edward of Wyndesore and ffader to kyng Edwarde off Carnarvan. The cause þat þis prophesye is set here is þis for at þe wrytyng of þe seyð kyng Edward with þe longe schankes þe copy of þis prophecy was not hade¹⁶.

Within the *Brut*-derived narrative, Matheson identifies several unique additions made by Fox. These include: a story about the birth of Richard II where he is said to have been born prematurely and had to be wrapped in hot animal skins in a specially prepared hut¹⁷; an account of the eighteenth and nineteenth years of Richard II's reign; and additions in the reign of Henry IV detailing the capture and deaths of the duke of Surrey, the earl of Salisbury, and Sir "Raff Lompney" along with added details of a naval battle in 1416 during Henry V's reign¹⁸.

One of the most interesting of Fox's additions to the *Brut* narrative is his account of the beginning of the Peasants Revolt of 1381. Claiming to be 'enformed by on þat was at þe same tyme being nigh by', Fox relates how a corrupt tax collector was killed while attempting to ravish the young daughter of John Tyler under the guise of establishing her age, as those younger than fourteendid not have to the poll tax¹⁹. Such grievous abuse of power incensed Tyler and his neighbours, providing the catalyst for men in Kent to take up arms against the king and his officials. Until Matheson's discovery of the anecdote in Fox's *Chronicle* in 1998, it was believed that the story, which remained influential in all accounts of the rebellion until the late nineteenth century, had been fabricated by the Tudor historiographer John Stowe²⁰. Instead, Matheson demonstrated that Stowe had taken it from Fox, who could have

¹⁶ Woburn Abbey MS 181, f. 169v.

¹⁷ MATHESON, Lister M. – *Brut*, p. 327; MATHESON, Lister M. – "Peasants Revolt", p. 125.

¹⁸ MATHESON, Lister M. – *Brut*, p. 327.

¹⁹ Woburn Abbey MS 191 f. 171v.

²⁰ MATHESON, Lister M. – "Peasants' Revolt", p. 122.

conceivably spoken to an eyewitness at the time. The text supplements our knowledge of the periods covered by Fox, especially the contemporary sections. Further analysis of the narrative and identification of its sources will potentially reveal more about the texts available to Fox in St Albans. Fox's advanced language skills are clear from the appearance of both English and Latin in his *Chronicle*. It is likely he knew French as well and his repeated use of the phrase 'Ghenade Richard Fox' ('Ghenade' being Middle Dutch for 'grace' or 'mercy') indicates a familiarity with Dutch²¹. His knowledge of languages may indicate a sophisticated working environment with foreign connections. Further analysis of the *Chronicle* during the course of my research will undoubtedly offer insights into Fox as a chronicler, as well as his role in late medieval book production.

Fox's Will

A valuable resource for understanding Fox beyond what his chronicle can reveal is his will of 1454. Found in a collection of wills in Hertfordshire Record Office ASA/1AR Register of Wills, and known as the Stoneham Register due to that being the first name to appear in the document, the register is 120 folios long and includes wills from the archdeaconry of St Albans from the period 1415 to 1470²². Fox's will was written on 10th May 1454 and proved on 12th August 1454 and appoints his wife Agnes as his executor. One of its most striking features is the number of books that Fox mentions:

I bequeth to Johan my sone goddes blessyng & myn & my lytell primer heled with rede leder. Item I bequeth to my sone vj bounde bokes & a boke þat is in quayers xxv for þe more parte wryte redy. Of þe vj bokes abouesaid þe on is of seint Albons lyffe. The 2 begynneth with seint Edmundys lyffe þe kyng. The 3 begynneth with domine ne in furore. The 4 begynneth with brute. The 5 begynneth with Elfrede & Alfrede kyngs and so forth cronekeles. 6 begynneth of þe tales of gower. & all my quayers þat may stonde hym in stede I wyll þat he haue hem & specially a quayer heled with rede lether wher in be many contentes as þe wayes to Rome & all þe stacions of Rome & of Jerusalem bothe. Also I wyll he haue my longe boke of stymeles consyensye [...] Also þer is a blake

²¹ MATHESON – "Peasants Revolt", p. 125.

²² OWST, G. R. – "Everyday Life in Medieval St Albans: Some Notes on a Fifteenth Century Register of Wills". In *Transactions of the St Albans and Hertfordshire Architectural and Archaeological Society* (1926) pp. 190-206 (p. 190).

quayer & þer in be many makyng of diuers metes & diuers festes & mony a gode vers. As of þe remeland of my bokes lette chese whych he wyll haue mor & þo þat he leueth let Chucheley haue some & some to my cosyn Robert. Also I bequeth to ve pryoras of þe pray & to her susters too bokes of legenda aurea þat on begynneth with Adam & Eve y helde with rede leder þe secunde is held with wyte leder & begynneth with seint Christoffre²³.

It is clear from this that Fox owned an extraordinary number of books compared to his contemporaries. In his study of books mentioned in the register, Owst names Fox as one of the two 'book-lovers of St Albans [...] who had somehow managed to collect what, for their period and station in life, would be an extensive little private library' and he describes Fox's collection as 'the most interesting' of the two²⁴. This extract of Fox's will refers specifically to twelve texts. However, given he refers to 'the remeland of my bokes' he must have possessed more.

The first text that Fox mentions is his 'lytell primer heled with rede leder.' Primers, often a central part of lay devotion, were often left in wills including those of the 'middling and lower sorts' as well as the gentry by the fourteenth and fifteenth centuries²⁵. Its wide use meant that there was huge variety in the quality of primers. It is impossible to tell from Fox's brief reference whether this was a prized object richly illuminated or a more simple book. The fact that Fox gifts it to his son separately to his other books, along with 'goddes blessing & myn' suggests that this bequest is Fox showing his concern for his son's moral instruction. In addition, it could also be serving as a remembrance of Fox for his son, if the primer was Fox's personal primer that he used often. Here the mention of 'lytell' may be crucial as Daniel Sawyer notes that 'a small format could make a book personal and a large format might make a book impersonal'²⁶.

²³ Hertfordshire Record Office, ASA/1AR Register of Wills: Stoneham, f. 70v.

²⁴ OWST, G. R – "Some Books and Book-Owners of Fifteenth-Century St Albans: A Further Study of the Stoneham Register". In *Transactions of the St Albans and Hertfordshire Architectural and Archaeological Society* (1928) pp. 176-95, (p. 178).

²⁵ DUFFY, Eamon – *The Stripping of the Altars*. New Haven: Yale University Press, 2005, p. 212.

²⁶ SAWYER, Daniel – *Reading English Verse in Manuscript c.1350-1500*. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 84.

Fox then lists six ‘bounde bokes’, one of which is ‘of seint Albons lyffe’ and another ‘begynneth with seint Edmundys lyffe, þe kyng.’ Owst identifies these as Lydgate’s two texts, *Life of St Edmund and St Fremund* and *Albon and Amphabel*²⁷. The former was written and dedicated to Henry VI in 1433 and the later was written on the request of the abbot of St Albans, John Whethamstede in 1439. Another of Fox’s bound books is one which ‘begynneth with domine ne in furore.’ This is in fact, Cambridge MS Kk.1.6, a compilation consisting primarily of Eleanor Hull’s English translations of a *Commentary of the Seven Penitential Psalms*, discussed in more detail below. There is also one that ‘begynneth of þe tales of gower’ which Owst identifies as Gower’s *Confessio Amantis*²⁸. Perhaps of most interest to the study of Fox as a chronicler are the two works of history. The first book which ‘begynneth wyt brute’ is likely the copy of the Middle English Prose Brut that Fox obtained part way through the writing of his chronicle as mentioned above. The second which ‘begynneth with Elfrede and Alfrede, kyngges, and so forth cronekeles’ is not identified by Owst. This is almost certainly Fox’s *Chronicle*, which also begins with kings Elfred and Alfred. As with the miscellany including Eleanor Hull’s translations, Fox’s description does not make explicit that he is responsible for the creation of this text. This leaves the possibility that some of his other bound books could also be miscellanies or compilations which he was responsible for. His description of another ‘boke þat is in quayers xxv, for þe more parte wryte redy’ implies that he made at least one other text, although the lack of description of its content makes it difficult to identify. It may have never been bound together after Fox death and so its contents left scattered or be awaiting identification somewhere.

Apart from the bound books, Fox also lists his ‘quires’ which include first one ‘wher in be many contentes as þe wayes to Rome and all þe stasions of Rome and of Jerusalem bothe’. Quire had several meanings, including both a short book or a book that was not bound²⁹. Owst suggests that the ‘Stations of Jerusalem’ were taken from books seven and eight of the *Mandeville’s Travels* while the ‘Stations of Rome’ was taken from another contemporary vernacular tract either in prose or verse³⁰. In

²⁷ OWST, G. R – “Books and Book-Owners”, p. 180.

²⁸ OWST, G. R – “Books and Book-Owners”, p. 182.

²⁹ *Middle English Dictionary*, ‘quaier n.’ senses 1 and 2.

³⁰ OWST, G. R – “Books and Book-Owners”, p. 184.

addition, the ‘Stymeles Consyensye’ or *The Prick of Conscience* was a religious poem whose popularity is attested by the fact it survives in 130 manuscripts, more than any other Middle English poem³¹. Finally among Fox’s quires is the ‘blake quayer & ther in be many makynge of diuers metes and diuerse festes & mony a gode vers.’ For this text, Owst suggests either a regular cook book or something on a larger scale giving instructions on grand feasts such as the ‘Boke of Kerving’³². However, the mention of ‘mony a gode vers’ indicates a miscellany containing both recipes and poems rather than exclusively a cookery book. The last bequest among Fox’s books is the two volume set of *Legenda Aurea*, a collection of hagiographies by Jacobus de Voragine. This was gifted to ‘the pryoras of the pray and to her susters’ or the prioress of St Mary de Pre, a nunnery affiliated with St Albans. At this time, the prioress was probably Isabel Benyngton who had been prioress since the 1430s.³³ While this list of texts is valuable in presenting an idea of what Fox was reading, the way Fox writes about his books also reveals information about fifteenth-century book culture. While Fox makes some distinction between his bound books and his quires, he also uses the word ‘quire’ interchangeably to mean both books that were unbound, such as the one that is in quires and ‘for þe more parte wryte redy’ and books that are evidently were bound but were perhaps shorter. Some of these quires are described as ‘heled’ with leather, that is covered with leather, indicating that they have not been left simply as loose booklets of parchment and have either been bound or given a more flexible leather covering without boards. Fox also refers to ‘my longe boke of stymeles consyense.’ Here ‘longe’ may mean that this a longer form of the poem, as at least one version of the *Prick of Conscience* introduces itself as ‘þe langer pryck of conscience’³⁴. Alternatively, it may indicate that this book had the tall and narrow shape, sometimes called ‘holster books.’ In his examination of ninety *Prick of Conscience* manuscripts, Sawyer found at least two copies in this format and notes that even when these examples are left out ‘the *Prick of Conscience* corpus is physically narrower’³⁵. Also of interest are the colours that Fox mentions

³¹ *Prik of Conscience* – (ed.) James Morey Teams, Middle English Texts Series (Kalamazoo, MI: Medieval Institute Publications, 2012).

³² OWST, G. R. – “Books and Book-Owners”, p. 185

³³ SMITH, David (ed.) – *The Heads of Religious Houses: England and Wales, III 1377-1540*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 687.

³⁴ SAWYER, Daniel – *Reading English Verse*, p. 83 quoting Wellesley College, MS 8, p.12, l.19.

³⁵ SAWYER, Daniel – *Reading English Verse*, p. 94.

in relation to his books. Several of his religious texts are bound in red leather, including his primer, the first volume of the *Golden Legend* and his quire containing the *Ways to Rome*. The second volume of the *Golden Legend* is covered with white leather, while Fox's 'blake quayer' may have been covered in some kind of dark or black fabric or leather, perhaps a practical concession if it was used to assist in the preparation of feasts. These covers of different colours may have been to help the owner quickly identify their books when looking for them. Fox's inclusion of them in his descriptions may have reflected the way he referred to them, as well as to help his executor identify them. The variety of books mentioned in Fox's will, both in text and format, shows how enmeshed Fox was in the literary and book culture of the fifteenth century and what a broad collection of books he owned. Everything is covered in his personal library, from history and literature to recipes and works of religious instruction – all the essentials of a medieval household.

In addition to providing important information about Fox's books, his will also tells us about his social circle. He had a son named John to whom he must have loved dearly as he bequeaths 'goddes blessing and myn' as well as the vast majority of his books. His wife Agnes is appointed his executor and left first choice of Fox's household goods and 'all þe residewe of my godes with in & with owt I put in to my wyuys dispocicoun to pay my detts & to do for me as she wold y shuld do for her'³⁶. Fox also had a cousin named Robert and a friend called 'Chicheley' who were to have some of the books that John Fox did not want. This Chicheley is likely John Chychley of Chipping Barnet whose wife Isabelle is referred to in Agnes Fox's 1459 will as 'sorori mea' indicating that John Chychley was Richard Fox's brother in law³⁷. As well as these bequests of books to family members, Fox also bequeaths 'my signet of gold þat I have vsed to were dayly opon my fynger' to 'þe Archedekyne'³⁸. This is presumably the archdeacon of St Albans, who in 1454 was William of Wallingford, a monk of the abbey. The gift suggests that there was a personal relationship between Fox and Wallingford. This points to Fox's relationships with high-ranking members of St Albans Abbey, as Wallingford held simultaneously six different offices within

³⁶ Hertford, ASA/1AR, f. 70v.

³⁷ Hertford, ASA/1AR, f. 95r. Isabelle is referred to as John's wife in his will of 1458 (ASA/1AR, f. 93r).

³⁸ Hertford, ASA/1AR, f. 70v.

the abbey – archdeacon, cellarer, bursar, forester, sub-cellarer and official-general. After Abbot Stow's death in 1451, Wallingford was among the candidates to become abbot until it became clear that Whethamstede was to resume the office, and Wallingford was eventually elected abbot in 1476³⁹. Wallingford had 'some distinguished noble patrons including, Edmund Tudor, earl of Richmond, and Lord and Lady Sudeley' who asked for leniency when Wallingford was accused of mismanagement⁴⁰. Fox may have made use of these political connections, as well as those of Whethamstede, for information informing the narrative of his *Chronicle*. St Albans was also an exceptionally well placed abbey for receiving the traffic of pilgrims and other visitors who may have also informed Fox's work. Wallingford may have also shared Whethamstede's and Fox's love of books as he completed the building of the new library of St Albans begun by Whethamstede.

Fox's connections to St Albans can be seen in his requests concerning his burial. His 'wrecchid and synfull body' was 'to be beryed by lycence of my lorde and þe couent in þe west ende of þe body of þe chyrche in þe gret porche'⁴¹. According to Christopher Daniell, in a medieval church 'the most holy area was the high altar at the east end; the holiness lessening towards the west end and into the churchyard'⁴². Fox's burial in the west end of the church, then, is not among the most coveted of spaces. However, Daniell also points to the importance of liminal spaces, 'for example across a boundary or near an edge, which may equate with the soul crossing the boundary from earth to the afterlife'⁴³. In this case, Fox's burial in the great porch, on the threshold between inside and outside the church would still have held significance. While not the most important of placements it is still more distinguished than a burial within the cemetery. Fox's choice of burial place shows not only his standing in the community, but also his own connection to St Albans and its importance to him. Overall, Fox's will illuminates his connections with influential people including William Wallingford, Eleanor Hull and the pioress of St Mary de

³⁹ CLARK, James G. – "Wallingford, William". In *Oxford Dictionary of National Biography*.

⁴⁰ CLARK, James G. – "Wallingford, William".

⁴¹ Hertford, ASA/1AR f. 70v.

⁴² DANIELL, Christopher – *Death and Burial in Medieval England 1066-1550*. London: Routledge, 1997, p. 86.

⁴³ DANIELL, Christopher – *Death and Burial*, p. 91.

Pre, as well as his personal status in St Albans. All of this points to his being a valuable and well-connected chronicler of his times.

Cambridge MS Kk.1.6.

Cambridge MS Kk.1.6 was compiled between 1449 and 1454 and described in Fox's will as a bound book which 'begynneth wyt Domine ne in furore'. It consists mainly of Eleanor Hull's translation from French of the *Commentary on the Penitential Psalms*. It also contains a prose treatise on the passion, eleven poems by Lydgate, thirty-two tales from the *Gesta Romanorum*, the Trental of Saint Gregory and three polyphonic liturgical compositions⁴⁴. Fox compiled the miscellany and as well as writing out the Lydgate poems, he also wrote a contents page and rubricated the entire manuscript. Barratt identifies six distinct scribes in the manuscript, including the hand of Fox. It appears that Fox had a special fondness for Lydgate, as he owned two bound books containing text by him, and he personally wrote out several of his poems. The many different texts in this manuscript which are not evident in its description in Fox's will may indicate that some of his other books likewise contained other texts in addition to those used to describe them to his executors. If these manuscripts are still extant and can be identified it would widen Fox's literary collection further and provide a greater sense of his tastes. Barratt suggests that, given the description of a manuscript 'in quayers xxv, for the more parte wryte redy', Fox 'constructed his books from unbound quires written, perhaps simultaneously, by various people including himself, each of whom was responsible for different texts or groups of texts'⁴⁵. In addition, according to Barratt, 'some features of [Fox's] dialect suggest that he came from the Essex-Sussex border, or learnt to write there'⁴⁶.

⁴⁴ JAMES, M. R. - *Unpublished description by M.R. James of Cambridge, University Library, MS Kk.1.6 (Eleanor Hull, Meditation on the Seven Psalms, extracts from Augustine, Anselm, Bernard of Clairvaux and others, On the Passion, and other texts)* (2021); BARRATT, Alexandra (ed.) – *A Commentary on the Penitential Psalms Translated by Dame Eleanor Hull* EETS 307. Oxford: Oxford University Press, 1995, pp. xiv-xvii.

⁴⁵ BARRATT, Alexandra – *Commentary*, p. xx.

⁴⁶ BARRATT, Alexandra – *Commentary*, p., xxii.

Eleanor Hull likely spent much of her widowhood as Sopwell Priory, a nunnery about a mile from Saint Albans and dependent on the Abbey⁴⁷. Hull already had connections with St Albans itself, and so Fox could have come into contact with her work there. He also had a connection to Sopwell. Richard Fox was one of the executors of the will of the chaplain Thomas Goodleaf in 1445 who was buried at Sopwell⁴⁸. According to Owst, Goodleaf bequeathed a copy of Raymond of Penyafort's *Summa Penitentiae*⁴⁹. Just like Fox, he left a bequest to the nuns of St Mary le Pre, another nunnery dependent on St Albans Abbey⁵⁰. Given that Hull's works circulated among limited circles it seems likely that Fox became aware of Hull's work through this connection to Sopwell. Fox was certainly aware of whose work was in his miscellany as it is his hand that attributes the translations to her, saying, 'Alyanore Hulle drowe out of ffrenche alle this before wreten in this lytylle Booke'⁵¹. If there were a personal connection between Hull and Fox, Fox may have made use of Hull's impressive political connections in the writing of his *Chronicle*. Hull had served Joan of Navarre, wife of Henry IV, and attended the proxy wedding of Henry VI to Margarete of Anjou⁵². Her son, Edward Hull, was likewise an important figure in the Lancastrian regime. The miscellany in Kk.1.6 therefore helps to underscore and enhance our understanding of Fox's literary and social connections, as well as giving insight into how he constructed his works. Studying this miscellany and further examining the connections that it shows will help to better understand Fox and his *Chronicle*, as well as his role in book production and books associated with St Albans and nearby religious houses through his connections to Hull and Lydgate.

Annals of St Albans

More information can be gleaned about Fox's work beyond his literary endeavours from his appearance in the *Annals of St Albans Abbey* covering the years 1421 to 1440, attributed to John Amundesham, a monk of the abbey. Fox appears twice in

⁴⁷ BARRAT, Alexandra – *Commentary*, p. xxvi.

⁴⁸ Hertford, ASA/1AR, f. 44r; Goodleaf was chaplain at Sopwell and must have had strong ties there as he bequeathed 'to my two spiritual daughters, each of them, xij pence' Owst, 'Everyday Life,' p. 195.

⁴⁹ OWST, G. R. – "Books and Book-Owners", p. 193.

⁵⁰ Hertford, ASA/1AR, f. 44r.

⁵¹ BARRAT, Alexandra – *Commentary*, p. xv.

⁵² BARRAT, Alexandra – *Commentary*, p. xxix.

connection with the lawsuits of the litigious Abbot John Whethamstede. Fox is first mentioned in 1435, in relation to the case of Richard Whitman. In 1433, at the outset of a long and protracted lawsuit, Whitman was summoned by William Alnewike, the archdeacon of St Albans, to answer for defamation of William Creke. When he did not appear the Archdeacon pronounced Whitman contumacious and barred him from entering the church. Whitman appealed to the Court of Arches and the Court of Rome and later to the Archbishop of Canterbury who in turn excommunicated Alnewike the Archdeacon and Henry Burwasse, the vicar of Rikmersworth where Whitman lived. At this point, according to Amundesham, Alnewike became alarmed and involved the abbot. Whethamstede invoked the goodwill of Thomas Bekynton Official of the Court of Arches, to look favourably on his suit and appealed in turn to the Court of Rome. The annal describes Bekynton as Whethamstede's 'amico suo maxime fideli' (his most faithful friend)⁵³. The case concluded after Whitman was arrested and imprisoned in Hertford for a year and twelve months, after which he agreed to submit and asked pardon of the Abbot⁵⁴. Richard Fox appears as a witness to the 1435 Letters Certificatory in response to the Letters Mandatory from the Court of Rome, which certified that Richard Whitman and his wife Margaret had been summoned to attend court on the twenty-seventh of April and had not appeared and so could be declared contumacious. In the letter, John Wellis certifies that he had personally summoned Whitman and his wife on the fourteenth of April to attend court, '*in praesentia discretorum virorum, Thomas Heyne, Publici, auctoritate Apostolica, Notarii, ac Ricardi Fox et Johannis Kent, testium ad hoc vocatorum et rogatorum*' (in the presence of the prudent men, Thomas Heyne, notary public by apostolic authority, and Richard Fox and John Kent, called and requested as witnesses for this purpose)⁵⁵.

Fox's involvement was much greater in a subsequent dispute between Whethamstede and St Albans and John Depyng, the rector of Grytton or Girton. This dispute concerned an annual pension and tithes which Whethamstede claimed were

⁵³ AMUNDESHAM, Johannes - *Annales Monasterii S. Albani* (ed.) TILEY, Henry T. vol. 1 (1870) p. 373.

⁵⁴ For full account of the Richard Whitman case see AMUNDESHAM - *Annales*. vol. 1 pp. 369-408 and Johannes Amundesham, *Annales Monasterii S. Albani* ed. Henry T. Riley vol. 2 (1871) pp. 3-88 and also Early Chancery Proceedings, Bundle 44, no. 235 in which Whitman accuses Creke of breaking into his tenement and the abbot of showing partiality to Creke.

⁵⁵ AMUNDESHAM, Johannes - *Annales* vol. 2 p. 4.

owed to St Albans. The dispute was arbitrated by Thomas Bekynton, the Official of the Court of Arches and Whethamstede's 'most faithful friend.' In the accounts of Whethamstede's expenditures during his first abbacy, there is a record for the gift of a silver gilt standing cup (*cypho stante argenteo et deaurato*) given to Thomas Bekynton 'for favours done to the Monastery' (*pro favoribus etiam Monasterio impensis*) worth 6 pounds, eight shillings and four pence⁵⁶. It seems likely this expensive gift was in thanks for Bekynton's involvement in Whethamstede's many lawsuits including the ones featuring Richard Fox. Despite this Bekynton concluded that Depyng did owe St Albans the pension of thirty three shillings and four pence, but the right to the tithe belonged to the parish of Girton and not to St Albans⁵⁷.

Richard Fox is introduced in this section of the annal as 'Ricardus Fox, *litteratus, Procurator religiosorum virorum, Dominorum Johannes, Abbatis exempti Monasterii Sancti Albani, Lincolniensis Dioecesis*'⁵⁸. 'Litteratus' can simply mean that he was literate, as is evident from his *Chronicle* and his compilation work. Alternatively, it could mean 'clerk' and perhaps refer to his role at St Albans. Barratt translates it as 'layman literate in Latin'⁵⁹. The word '*procurator*' is similarly ambiguous, as Barratt notes that it can mean either 'steward' or 'proctor'⁶⁰. Owst supposed Fox to be a 'butler, chamberlain or marshal to the lord Abbot, or some other dignitary of the establishment'⁶¹. It should be noted that Owst based this assumption entirely on the basis of Fox's will as he appears to have no knowledge of Fox's presence in the Amundesham annal, or indeed his connection to Woburn Abbey MS 181 or Cambridge MS Kk.1.6. In his will Fox describes himself as 'of the house of St. Albon, simple servaunt' although this was likely an example of false modesty on his part⁶². Owst's assumption of Fox's position was based on the mention of 'a blake quayer, and ther in be many making of divers metes and diverse festes' in Fox's will. Owst points out that 'if Richard Fox of St Alban's had been an upper servant to the Lord

⁵⁶ AMUNDESHAM, Johannes – *Annales* vol 2. Appendix A p. 257.

⁵⁷ AMUNDESHAM, Johannes – *Annales* vol. 2 pp. 93-4.

⁵⁸ AMUNDESHAM, Johannes – *Annales*, vol. 2 p 90.

⁵⁹ BARRAT, Alexandra – *Commentary*, p. xix.

⁶⁰ BARRAT, Alexandra – *Commentary*, p. xix.

⁶¹ OWST, G. R. – "Books and Book-Owners", p. 179.

⁶² OWNST, G. R. – "Books and Book-Owners", p. 178.

Abbot as was suggested, it is easy to see why he should have come by such a book⁶³. However, far more likely, given the legal context of this description of Fox is that ‘*procurator*’ should be translated as ‘proctor’. The introduction to the case explains that Whethamstede appoints a proctor for himself to deal with the case⁶⁴. Crucially the annal also quotes from the letters of proxy giving Fox permission to act in the abbot and abbey’s stead in these legal proceedings.

These letters of proxy for Richard Fox quoted in the annal refer specifically to the Depyng case. They grant Fox proctorship specifically ‘about and around the right to take and have the portion or two tenths of grain’ from Girton and ‘also the right to receive from the same church for us, a certain annual pension of thirty-three shillings and four pence’⁶⁵. This is in contrast to the letters of proxy from the Whitman case, which are for Jacob Cole. Those letters are more general, with Whethamstede appointing Cole proctor ‘in all cases and affairs concerning us, our person and our monastery’⁶⁶. They are also dated 16 October 1428. However, the Whitman case during which Jacob Cole acted as proctor occurred between 1433 and 1435. It is clear that Cole has been appointed to be a permanent proctor to deal with any of Whethamstede and the abbey’s cases, whereas Fox has been appointed only for this occasion. It may be that, given the overlapping timeframes of the two, Fox was appointed proctor of the Depyng case because Cole, who presumably would normally have dealt with it, was unavailable as he was busy with the Whitman case. While some professional proctors worked full time, there were also ‘occasional proctors who acted as agents from time to time, usually for a friends of family member’⁶⁷. It is not clear whether Fox was an occasional or professional proctor, although it seems unlikely that Whethamstede would employ a non-professional given his status and the fact that he had previously hired Cole, a professional proctor. Whether professional or occasional, Fox would not necessarily have had

⁶³ OWST, G. R. – “Books and Book-Owners”, p. 185.

⁶⁴ AMUNDESHAM, Johannes – *Annales* vol 2., p. 89 ‘constitutoque sibi Procuratore’

⁶⁵ AMUNDESHAM, Johannes – *Annales*, vol. 2, p. 95 ‘De et super jure percipiendi et habendi portionem sive duas garbas decimales [...] ac jure percipiendi ab eadem ecclesia per nos quamdam pensionem annuam triginta trium solidorum quatuor denariorum.’

⁶⁶ AMUNDESHAM, Johannes – *Annales*, vol 1., p. 386 ‘in omnibus causis et negotiis nos, personas nostras, et nostrum monasterium.’

⁶⁷ BRUNDAGE, James A. – *The Medieval Origins of the Legal Profession: Canonists, Civilians and Courts*. Chicago: University of Chicago Press, 2008, p. 353 n.

any formal legal training as, 'unlike advocates, proctors were not expected to be deeply versed in law'⁶⁸. Proctors were also less well regarded than advocates, who were paid more and were considered more prestigious⁶⁹. According to James Brundage, 'such information as there is suggests that rank-and-file proctors frequently came from families of modest means'⁷⁰. While it is clear that Fox was acting as proctor in the Depyng legal case, it is still possible, or indeed likely, that this was not a permanent post. This leaves the question of how he was employed when not occupied with this case. Fox is clearly still working at the abbey when his will was written in 1454, as he describes himself as its 'simple servant,' although he is not mentioned again in the annal which goes up to 1440. It may be he was working as a freelance proctor, either for the abbey or for the general population of St Albans. However, equally likely is that he was acting as some kind of steward at the abbey, where his literacy would have been a useful skill. Further examination of the extant records of St Albans may shed light on this.

Whatever his other roles and duties, Fox was certainly heavily involved in the Depyng case. It is not clear exactly when the dispute between Depyng and St Albans began, although Amundesham's preamble to this case says that Whethamstede turned his attention to this matter 'as the dawn of the fourteenth year began to redden' suggesting that it began at the beginning of the year.⁷¹ The dates given in the documents quoted in the annal are in October 1434, however it is possible there was correspondence earlier in the year between Depyng and St Albans concerning the dispute over the tithe and pension that is not quoted as it was not part of the official arbitration. The first exact date given is 8 October 1434. On this date Whethamstede and Depyng both sign statements agreeing to obey the findings of Thomas Bekynton in this case, with a penalty of twenty pounds if they failed to uphold them⁷². The abbot of Ramsey Abbey, to which the church of Girton belonged, also signed a document confirming his approval of the findings, as much as it

⁶⁸ BRUNDAGE, James – *Legal Profession*, p. 355.

⁶⁹ BRUNDAGE, James – *Legal Profession*, pp. 360-4.

⁷⁰ BRUNDAGE, James – *Legal Profession*, p. 363-4.

⁷¹ AMUNDESHAM, Johannes – *Annales*, vol. 2 p. 89 'Statim tamen ut aurora anni quarti-decimi rubere coeperat'.

⁷² AMUNDESHAM, Johannes – *Annales*, vol. 2 pp. 99-101.

pertained to him⁷³. The Prior of Barnwell Priory, to whom the tithe claimed by St Albans belonged, signed a similar document, as did the bishop of the diocese⁷⁴. Also dated to 8 October are Fox's letters of proxy appointing him proctor which were signed and sealed by Whethamstede in the abbey chapter house⁷⁵. Just as the dispute may have begun earlier in the year than is recorded in the annal, Fox's involvement may also date to earlier than when he was granted his proctorship. Indeed, given the quick turnaround of the case it seems likely that Fox would have already been familiar with case in order to be prepared enough to take responsibility for it. Whethamstede and Depyng's agreement to abide by the arbitration was notarised by the notary public Robert Brympton on 13 October 1434, which also acknowledges Fox as proctor for Whethamstede and St Albans⁷⁶. By 19 October the case had concluded, with Bekynton finding that Depyng, as rector of Girton, did owe St Albans an annual pension of thirty three shillings and four pence, but that St Albans had not sufficiently proved that they were owed the tithe of two tenths of grain⁷⁷.

The details of the argument made during the arbitration, which Fox would have been responsible for presenting if not creating, are not explicit within the annal. However, they can be surmised to a certain extent from the wording of the documents. The tithe that is claimed by St Albans is described as '*duas garbas decimales*' or two tenths of grain from the land that once belonged to William son of Hugh, in the fief of Pain Peverel, within the boundaries of the parish of Girton.⁷⁸ This tithe was given by this same William to Barnwell Priory who in turn, it is claimed, granted the tithes to St Albans⁷⁹. The records of Barnwell Priory record that Picot, who founded the Priory in 1092, granted '*duas partes decimarum*' or two parts of the tithes of several

⁷³ AMUNDESHAM, Johannes – *Annales* vol. 2 p. 102.

⁷⁴ AMUNDESHAM, Johannes – *Annales* vol. 2 pp. 102-3.

⁷⁵ AMUNDESHAM, Johannes – *Annales* vol. 2 p. 96.

⁷⁶ AMUNDESHAM, Johannes – *Annales* vol. 2 p. 96.

⁷⁷ AMUNDESHAM, Johannes – *Annales*, vol. 2 p. 93-4.

⁷⁸ AMUNDESHAM, Johannes – vol. 2 pp. 91-2 '*quondam Willelmi filii Hugonis, de feudo Pagani Peverelle preadicti, infra fines, limites, et bundas dictae Ecclesiae de Gryttone situato et constituto*'.

⁷⁹ AMUNDESHAM – *Annales*, vol. 2. p. 92 '*per eundem Willelmum olim Priori et Conventui Prioratus de Bernewelle, dictae Eliensis Dioecesis, donatas et concessas; qui Prior et Conventus eandem portionem decimarum videlicet, dictas duas gabad decimales [...] dicitis Abbati et Conventui perpetuo possidendas, ex causa concesserunt;*'

churches in Cambridgeshire to the canons of Barnwell, including Girton⁸⁰. This grant was then confirmed by Pain Peverel when he succeeded to the barony of Bourn which Picot had held⁸¹. Peverel was appointed to this barony around 1110 by Henry I after Picot's son Robert conspired against the king. This is likely the grant of tithes referred to in the Depyng case, although it is unclear who William son of Hugo is. However, it is probable that this was meant to refer to someone from the time of Pain Peverel given the reference to his land and the lack of surname of William, as surnames were uncommon at that point. There is no mention in these records of the rights to this tithe being granted to St Albans Abbey. It is clear that St Alban's argument was to date their right to this tithe from Girton all the way back to the eleventh century. Fox may have been chosen to take charge of this case due to his interest in history that is evident in his *Chronicle*.

Fox clearly lived a rich and engaging life that helped inform the writing of his *Chronicle*. His collection of books and the variety of literature in them points to his engagement with his contemporary literary culture. His descriptions of his book collection, in conjunction with a codicological examination of the *Chronicle* manuscript, may also help shed light on medieval book-culture and production. His possession of Eleanor Hull's translations, as well as his service to Whethamstede at St Albans also shows some of his social connections, whose political knowledge and government connections may have contributed to his writings. In addition, his evident legal experience in acting as proctor may have also had a bearing on his *Chronicle* and explain the rationale behind the inclusion of materials relating to contemporary politics at the end of Woburn Abbey MS 181. His world was one of important political and governmental connections, and his life was lived in the orbit of a wealthy abbey already notable for its book production and he had connections with several literate women, including Eleanor Hull and the prioress of St Mary de Pre. As this study of the documents associated with Fox shows, there are several potentially fruitful avenues of research that promise to shed further light on Richard Fox, his social milieu and his chronicle. My doctoral research intends to pursue

⁸⁰ CLARK, John Willis (ed.) - *Liber Memorandum Ecclesie de Bernewelle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1907, p. 40.

⁸¹ CLARK, John Willis (ed.) - *Liber Memorandum*, p. 42.

these lines of investigation to gain a better understanding of Fox and his *Chronicle* and to establish his contribution to late medieval historiography and book production.

Bibliographical references

Sources

Manuscript sources

Cambridge, Cambridge University Library MS Kk.1.6

Hertford, Hertfordshire Record Office ASA/1AR Register of Wills: Stoneham.

London, National Archives, Early Chancery Proceedings, Bundle 44, no. 235.

Woburn, Woburn Abbey MS 181.

Printed sources

AMUNDESAHM, Johannes – *Annales Monasterii S. Albani*. (ed.) RILEY, Henry T., Vol. 1 (1870).

AMUNDESAHM, Johannes – *Annales Monasterii S. Albani*. (ed.) RILEY, Henry T., Vol. 2 (1871).

BARRAT, Alexandra (ed.) – *A Commentary on the Penitential Psalms Translated by Dame Eleanor Hull* EETS 307. Oxford: Oxford University Press, 1995.

CLARK, John Willis (ed.) – *Liber Memorandum Ecclesie de Bernewelle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1907.

DAVIES, John Silvester (ed.) – *An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V, and Henry VI*. London: Longman, Green, 1829.

Prik of Conscience – ed. James Morey Teams Middle English Texts Series (Kalamazoo, MI: Medieval Institute Publications, 2012).

WALSINGHAM, Thomas – *Gesta Abbatum Monasterii Sancti Albani*. RILEY, Henry (ed.) Vol. 3. London: Longmans, Green and co., 1906.

Studies

BRUNDAGE, James A. – *The Medieval Origins of the Legal Profession: Canonists, Civilians and Courts*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

CLARK, James G. – “Wallingford, William”. In *Oxford Dictionary of National Biography* Available at <https://doi-org.liverpool.idm.oclc.org/10.1093/ref:odnb/28566>

DANIELL, Christopher – *Death and Burial in Medieval England 1066-1550*. London: Routledge, 1997.

DUFFY, Eamon – *The Stripping of the Altars*. New Haven: Yale University Press, 2005.

JAMES, M. R. – *Unpublished description by M.R. James of Cambridge, University Library, MS Kk.1.6 (Eleanor Hull, Meditation on the Seven Psalms, extracts from Augustine, Anselm, Bernard of Clairvaux and others, On the Passion, and other texts)*, 2021, Available at <https://doi.org/10.17863/CAM.68083>

MATHESON, Lister M. – “The Peasants’ Revolt through Five Centuries of Rumor and Reporting: Richard Fox, John Stow, and Their Successors”. *Studies in Philology* 95:2 (1998), pp. 121-151.

MATHESON, Lister M. – *The Prose Brut: The Development of a Middle English Chronicle*. Tempe, Arizona: Medieval and Renaissance Texts and Studies, 1998.

Middle English Dictionary - Accessed 24 October 2022. Available at <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary>

OWST, G. R. – “Everyday Life in Medieval St Albans: Some Notes on a Fifteenth Century Register of Wills”. In *Transactions of the St Albans and Hertfordshire Architectural and Archaeological Society*, 1926, pp. 190-206.

OWST, G. R. – “Some Books and Book-Owners of Fifteenth-Century St Albans: A Further Study of the Stoneham Register”. In *Transactions of the St Albans and Hertfordshire Architectural and Archaeological Society*, 1928, pp. 176-95.

DA ROLD, Orietta – *Paper in Medieval England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

SAWYER, Daniel – *Reading English Verse in Manuscript c.1350-1500*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

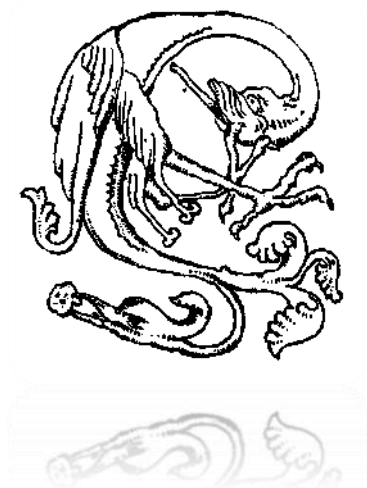
SMITH, David (ed.) – *The Heads of Religious Houses: England and Wales, III 1377-1540*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SUMMERFIELD, Thea – “Fox, Richard”. In *Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Vol. 1. DUNPHY, Graeme (ed.). Leiden: Brill, 2010.

WAKELIN, Daniel – “Writing the Words”. In *The Production of Book in England 1350-1500*. GILLESPIE, Alexandra and WAKELIN, Daniel Wakelin (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 34-58.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PROBERT, Anna – “Richard Fox of St Albans : the life, work and connections of a fifteenth-century chronicler”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 229-251. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 34 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

Isidore of Seville and Rodrigo Ximénez de Rada

Isidoro de Sevilha e Rodrigo Ximénez de Rada

Rodrigo Furtado

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras
Centro de Estudos Clássicos
1600-214 Lisboa, Portugal

rodrigo.furtado@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0002-6720-5030>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Outubro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 16 de Fevereiro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6944>

ABSTRACT

Isidore of Seville (c. 570–636) and Rodrigo Ximénez de Rada (1170–1247) mark the beginning and end point of a type of historiography in Iberia that is still very dependent on late antique models. Isidore’s *Chronicon* (CPL 1205) and *Historiae* (CPL 1204) were considered canonical models of what “writing history” should mean, forming the backbone of all major texts and compilations written in Iberia until the thirteenth century. In this paper, I analyze how Ximénez de Rada used Isidore’s *Historiae* at two levels: in structuring his own work and as a source. In terms of structure, I will show how the *Historiae* was the main model for Ximénez de Rada’s historiographical project. Concerning the use of Isidore’s text as a source, I will identify which versions of the *Historiae* were used by Ximénez de Rada, and analyze how, concretely, he adapted Isidore’s text. I will argue that Ximénez de Rada did not just copy the *Historiae*, but took both Isidore’s structure and text, rethought them, and made a completely new work of his own.

Keywords: Isidore of Seville; Rodrigo Ximénez de Rada; medieval historiography; textual criticism; chronicles

RESUMO

Isidoro de Sevilha (c. 570-636) e Rodrigo Ximénez de Rada (1170-1247) marcam na Península Ibérica o início e o fim de um tipo de historiografia ainda muito dependente dos modelos da Antiguidade Tardia. O *Chronicon* (CPL 1205) e as *Historiae* (CPL 1204) de Isidoro foram consideradas como modelo canónico do que deveria significar “escrever história”, tornando-se a espinha dorsal de todos os grandes textos e compilações escritos na Península Ibérica até ao século XIII. Neste artigo, analiso a forma como Ximénez de Rada utilizou as *Historiae* de Isidoro em dois níveis diferentes: na estruturação de sua própria obra e como fonte. Em termos de estrutura, mostrarei como as *Historiae* foram de facto o principal modelo do projeto historiográfico de Ximénez de Rada. No que se refere ao uso do texto de Isidoro como fonte, identificarei quais as versões das *Historiae* que foram utilizadas por Ximénez de Rada e analisarei como, concretamente, o texto de Isidoro foi adaptado. Mostrarei também que Ximénez de Rada não apenas copiou, mas tomou a estrutura e o texto de Isidoro, repensando-os e construindo um texto completamente novo.

Palavras-chave: Isidoro de Sevilha; Rodrigo Ximénez de Rada; historiografia medieval; crítica textual; crónicas.



Rodrigo Ximénez de Rada (1170–1247) is a landmark in Iberian historiography. He stands at the crossroads between medieval compilatory texts and Alfonso X's huge project on the history of Spain¹. Ximénez de Rada started this project late in life: he was almost seventy when he decided to write the *Historia de rebus Hispaniae*, also known as the *Historia Gothica* (Díaz 1241)², which presented a complete narrative of the history of the Iberian Peninsula as a whole from its first inhabitants up to the kingdom of León and Castile. At the same time, it sought to ensure Toledo's primacy in the peninsula, as the main heir to the Visigothic episcopal see. Georges Martin argued that Ximénez de Rada's work was a historiographical response to Lucas of Tuy's *Chronicon mundi*³. The two men were contemporaries and Lucas' chronicle certainly worried Ximenez de Rada, because it promoted Seville's primacy over Spain, instead of Toledo⁴. The first version of *Historia Gothica* may have been completed quickly, by the end of April 1243⁵: Ximénez de Rada took about three years to prepare it.

¹ XIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo - *Opera Omnia I. Historia de rebus Hispanie siue Historia gothica*. VALVERDE (ed.) - Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 72. Turnhout: Brepols, 1987; XIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo - *Opera Omnia III. Historiae minores. Dialogus libre uitae*. (ed.) - Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 72C. Turnhout: Brepols, 1999. A good *status quaestionis* on several aspects of Ximénez de Rada's work can be read in MARTIN, Georges (ed.) - *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 26 (2003). See also, LINEHAN, Peter - *History and the Historians of Medieval Spain*. Oxford: Clarendon Press, 1993; LINEHAN, Peter - "On further thought: Lucas of Tuy, Rodrigo de Toledo and the Alfonsine Histories". *Anuario de Estudios Medievales* 27:1 (1997), pp. 415–436; LINEHAN, Peter - "Reflexiones sobre historiografía e historia en el siglo alfonsino". *Cahiers de linguistique hispanique médiévale* 23 (2000), pp. 101–111; LINEHAN, Peter - "Lucas of Tuy, Rodrigo Jiménez de Rada y las historias alfonsíes". In FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés (ed.) - *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Servicio de Publicaciones, 2001, pp. 19–36; MARTIN, Georges - "Dans l'atelier des faussaires. Luc de Tuy, Rodrigue de Tolède, Alphonse X, Sanche IV: trois exemples de manipulatiois historiques (León-Castille, XIIIè siècle)". *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévale* 24 (2001), pp. 279–309; FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés, "De la historiografía fernandina a la alfonsí". *Alcanate. Revista de estudios alfonsies* 3 (2002–2003), pp. 93–134.

² M. C. Díaz y Díaz, *Index Scriptorum Latinorum Medii Aevi Hispanorum*, 2 vols. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1958–1959.

³ MARTIN, Georges - "Dans l'atelier des faussaires", pp. 284–289

⁴ See also LINEHAN, Peter - *History and the Historians*, pp. 350–351; LINEHAN, Peter - "Dates and doubts about don Lucas". *Cahiers de linguistique et civilisation hispanique Médiévale* 24 (2001), pp. 201–217 (at p. 212); republished as "Fechas y sospechas sobre Lucas of Tuy". *Anuario de Estudios Medievales* 32:1 (2002), pp. 19–38 (at p. 33).

⁵ JEREZ, Enrique - "La Historia gothica del Toledano y la historiografía romance". *Cahiers de Linguistique et de Civilisation Hispaniques Médiévales* 26 (2003), pp. 223–239 (at p. 227); CATALÁN,

He depended almost entirely on Iberian material. Since Late Antiquity, Iberian historiography had mainly comprised the compilation of pre-existing texts in chronological order, and the addition of new texts to these in order to bring them up to the present⁶. This was already the case with Hydatius (who continued Eusebius/Jerome's *Chronicon*), with John of Biclar (who had added a quire to a codex containing the *Chronicon* by Victor of Tunnuna), and with the Mozarabic chronicles – the *Chronica Byzantio-Arabica* continued the text of John of Biclar and the *Chronica Muzarabica a. 754* supplemented the *Historiae* by Isidore of Seville. Likewise, the *Chronica Adefonsi III* was a continuation of the *Historiae*; and the *Historia Sampiri* of the *Chronica Adefonsi III*.

Important compilations of texts had been in circulation since at least the eighth century. They are at the origin of the manuscripts known as the “Soriensis”⁷ (perhaps from the tenth century; now lost); the “Rotensis”⁸, ms. Madrid, BRAH cod.

Diego; JEREZ, Enrique – *Fuentes Cronísticas de la Historia de España*. Vol. 10. “Rodericus” romanizado en Aragón, Castilla y Navarra. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal, 2005, pp. 9–10.

⁶ FURTADO, Rodrigo – “Reassessing Spanish chronicle writing before 900: The tradition of compilation in Oviedo at the end of the ninth century”. *The Medieval Chronicle* 11 (2017), pp. 171–194.

⁷ This collection of texts circulated in Asturias, probably already in the time of Alfonso III, at the end of the ninth century. It is known as *Soriensis*, from a famous copy that was used by Spanish humanists in sixteenth century. Unfortunately, it was lost in 1671, in a fire in El Escorial. It transmitted the Iberian *Genealogiae Biblorum*, which were usually transmitted with the Beati, the *Chronica Adefonsi III ad Sebastianum* (Díaz 519), the *chronica* of Eusebius/Jerome (CPG 2494), Prosper of Aquitaine (CPL 2257–2258), and Victor of Tununa (CPL 2260), with the *Excerpta Caesaraugustana* (CPL 2267), and John of Biclar (CPL 2261; Díaz 42), the *Chronica Byzantia-Arabica* (Díaz 386), an *incerti auctoris de Diis gentium* (Bautista suggests that it could have been Isid. *Etym.* 8.9), a *Historia Troie capte* (Dares Phrygius' *De bello Troiano?*), the *Nomina regum Romanorum*, the *Liber historiae Francorum* (CPL 1316), Isidore's *Historiae* (CPL 1204; Díaz 117–120), Julian of Toledo's *Historia Wambae* (CPL 1262; Díaz 238–239, 264–265), the *Laterculus regum Visigothorum* (CPL 1266, Díaz 214, 405), Festus' *De breuiario rerum gestarum populi Romani*, an unknown *De inundatione Nile* by Dometius Creticus, the *Ordo annorum mundi* (1266b) and Isidore's *Chronicon “imperfectum”*. See BAUTISTA, Francisco – “Juan Páez de Castro, Juan Bautista Pérez, Jerónimo Zurita y dos misceláneas historiográficas de la España altomedieval”. *Scriptorium* 70:1 (2016), pp. 3–68 (at pp. 39–41) and FURTADO, Rodrigo – “Reassessing Spanish chronicle writing”, pp. 180–183.

⁸ José María Lacarra, Ángel Martín Duque, and I myself have argued that this codex must have been copied at the end of the tenth century, around the year 992, during the reign of Sancho Garcés II of Pamplona (970–994). Considering the presence of the royal and noble genealogies of Pamplona, Lacarra and Díaz argued that this codex must have been copied already in Nájera, in a church or monastery that preceded the monastery of Santa Maria La Real. Recently, I suggested that this codex was produced in San Millán, possibly under the direction of bishop Sisebuto of Pamplona (c. 988–1000), former abbot of the monastery. It transmits Orosius' *Historiae*, which were complemented by Isidore of Seville's *Historiae* (CPL 1204) and *Chronica* (CPL 1205), the *Reuelatio Sancti Methodii [excerpta]*, the *Chronica Adefonsi III – Rotensis* (Díaz 519), the *Tultu sceptru de libro domini nostri Metobii* (Díaz 469), the *Chronica Prophetica* (Díaz 521–524), the *Storia de Mahometh [pseudopropheta]* (Díaz 461), the *Nomina regum Catholicorum Legionesium* (Díaz 568), the *Epistola*

78 (copied at the end of the tenth century); and the “Alcobaciensis”⁹, ms. Madrid, Biblioteca Marqués de Valdecilla-Universidad Complutense, 134 (copied after 1250). These transmitted different collections of independent texts, organized in roughly chronological order, allowing a sequential diachronic reading. The most recent examples of this compilation genre were produced in the twelfth and thirteenth centuries: the *Liber Chronicorum* by Pelagius of Oviedo, the anonymous *Chronica Naiarensis* and the *Chronicon mundi* of Lucas of Tuy.

The main objective of this paper is to consider the place of Rodrigo Ximénez de Rada as the heir of this Iberian historiographical tradition whose roots lie in the end of the Roman Empire. I propose to take as a case study Isidore’s *Historiae*, a component of all of these compilations, to analyze the way in which Ximénez de Rada used it at two levels: in the structuring of his own work and as a source. In terms of structure, I will show how Isidore’s *Historiae* was the main model for Ximénez de Rada’s own project, and how it was used to structure his text. Concerning the use of Isidore’s text as a source, I will identify which versions of the *Historiae* were used by Ximénez de Rada, and analyze how, concretely, Isidore’s text was adapted. I will argue that Isidore’s *Historiae* was the most important model for Ximénez de Rada’s own work;

Honorii imperatoris, De laude Pampilonis (Díaz 400), *Ordo numerum regum Pampilonensium* (Díaz 615), *Item alia parte regum* (Díaz 616), *Genera comitum Aragonensium* (Díaz 617), *Nomina comitum Paliarensium* (Díaz 618), *Nomina comitum Guasconiensium* (Díaz 619), and the *Nomina comitum Tolosanensium* (Díaz 620). See LACARRA, José María - “Textos navarros del códice de Roda”. *Estudios de Edad Media de la corona de Aragón* 1 (1945), pp. 193-284 (at pp. 195–200); DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecilio - *Libros y librerías en la Rioja altomedieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1991, pp. 32-42 (at pp. 34–36); MARTÍN DUQUE, Ángel - “La realeza navarra de cuño hispano-godo y su ulterior metamorphosis”. In HENRIET, Patrick (ed.) - *À la recherche de légitimités chrétiennes. Représentations de l'espace et du temps dans l'Espagne médiévale (IX^e-XIII^e siècles)*. Lyon : ENS Éditions-Casa de Vélazquez, 2003, pp. 225-241; FURTADO, Rodrigo - “Emulating neighbours in medieval Iberia around 1000: A codex from la Rioja (Madrid, RAH, cód. 78)”. In BERGQVIST, Kim; JENSEN, Kurt Villads; LAPPIN, Anthony John (eds.) - *Conflict and Collaboration in Medieval Iberia*. Cambridge: Cambridge Scholars, 2020, pp. 62–92.

⁹ This compilation circulated in the Mozarabic world and does not seem to have been known in the Christian north until the eleventh or twelfth century. The main copy of this text was a manuscript (now lost) from the monastery of Alcobaça (Portugal), which was known to Portuguese and Spanish humanists in the sixteenth and seventeenth centuries, and which gave its name to the collection. We know its contents, mainly through notes by Johannes Vasaes (1511–1561): it transmitted the *chronica* Jerome, Prosper, Victor of Tunnuna, John of Bicular (what I have been calling the “Bicular collection”), Hydatius, and Isidore, with Isidore’s *Historiae*, the *Chronica Gallica ad a. 511*, the *Chronica Muzarabica ad. a. 754*, and the *Annales Portugalenses Veteres*. Today, its main representative is the manuscript Madrid, Biblioteca Historica Marqués de Valdecilla-Universidad Complutense 134, copied in Toledo after 1250. See DAVID, Pierre - “Annales Portugalenses Veteres”. In *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*. Paris: Livraria Portugália, 1947, pp. 261–340; FURTADO, Rodrigo - “Writing history in Portugal before 1200”. *Journal of Medieval History*, 47:2 (2021), pp. 145–173 (at pp. 163–166).

it was also one of Ximénez de Rada's main sources. However, he did not just copy it, but took Isidore's structure and text, rethought them and made a completely new work of his own.

*

Until the time of Rodrigo Ximénez de Rada, the historiography produced in the Iberian Peninsula was notable for its lesser quantity and lesser quality than elsewhere around the Mediterranean basin. After the middle of the fifth century (with Hydatius), one must wait at least a hundred years to find a chronicle worthy of the name (John of Biclar); even in the seventh century, there were only three authors writing history: Maximus of Zaragoza (whose text was lost),¹⁰ Isidore of Seville and Julian of Toledo. After the Mozarabic chronicles of the eighth century, one must wait again almost 150 years for a new chronicle, this time in Oviedo, and then again more than a century for the *Chronica Sampiri*. About the twelfth century, as Peter Linehan remarks, "an English historian of the same period may be forgiven for wondering at the causes of the poverty of the historiographical tradition to which Lucas of Tuy and Rodrigo of Toledo were heirs"¹¹.

However, there was a tradition of sorts: of course, nothing from ancient Greco-Roman historiography ever circulated in the peninsula after the fifth century (and perhaps not even before), but between the fifth and the twelfth centuries, the historiography circulating built, for the most part, on early Iberian texts (the main exceptions are the *chronica* by Eusebius/Jerome, Prosper of Aquitaine and Victor of

¹⁰ COLLINS, Roger - "Isidore, Maximus and the *Historia Gothorum*". In SCHARER, Anton; SCHEIBELREITER, Georg (eds.) - *Historiographie im frühen Mittelalter*. Vienna and Munich: Oldenburg, 1994, pp. 345-358.

¹¹ LINEHAN, Peter - "On further thought", p. 416.

Tunnuna)¹². The two texts by Isidore of Seville, the *Chronicon*¹³ and the *Historiae*,¹⁴ were considered as a kind of canonical model of what “writing history” should mean¹⁵. They were not chronologically sequential (they overlapped in chronological terms mainly from the fourth century onwards) and corresponded to two different geographical and ethnic understandings of the past. Despite the shrinking of geographical perspective at the end of the text¹⁶, the *Chronicon* was the heir of the geo-ethnic universalism of the late antique chronicles: after Adam and Eve, it presents the “universal” framework in which all of human history unfolds and with which Iberian history is intertwined. The *Historiae*, in contrast, has a much more particularistic perspective in terms of geography and ethnicity – it is a chronological narrative about the different peoples who had passed through Iberia from the fifth century onwards. Apart from a historiographical collection firstly produced in Biclár (which came to include the *chronica* by Eusebius/Jerome, Prosper of Aquitaine, Victor of Tunnuna and John of Biclár and the *Chronica Byzantio-Arabica*)¹⁷, almost all other historiographical texts that circulated in Iberia were related to these two works by Isidore.

¹² There are some exceptions: a collection of texts from North Africa related to the end of the world (CPL 2280–2281), which must have circulated very early in Iberia, also came to include some short texts from Italy and southern Gaul, such as the *Narratio de imperatoribus domus Valentinianae et Theodosianae (a Gratiano)*, the *Chronica Gallica ad annum 511* (CPL 2259), and the *Chronicon* by Hydatius updated *ad annum 568* (CPL 2263). It also contained some texts attributed to Isidore, but also produced in North Africa, such as the *Chronica Carthaginiensia a. 525* (CPL 2258) and the *Laterculus regum Vandalorum*. See FURTADO, Rodrigo - “A collection of chronicles from late antique Spain: Madrid, Complutense 134, ff. 25vb-47vb. Content, structure and chronology”. In ANDRÉS SÁNZ, María Adelaida; PANIAGUA, David (eds.) - *Formas de acceso al saber en la Antigüedad tardía y en la Alta Edad Media. La Transmisión del conocimiento dentro y fuera de la escuela*, Barcelona and Rome: FIIEM-Brepols, 2016, pp. 227-258. The *Liber historiae francorum*, composed in Gaul in 727, was also included in the lost Soriensis manuscript (BAUTISTA, Francisco - “Juan Páez de Castro”, p. 40), and in Pelagius of Oviedo’s *Liber Chronicorum* (BAUTISTA, Francisco - “Memoria de Carlomagno: sobre la difusión temprana de la materia carolingia em España (siglos XI-XII)”. *Revista de poética medieval* 25 (2011), pp. 47-109 (in pp. 72-73).

¹³ Isidorus HISPALENSIS - *Chronica*. Corpus Christianorum. Series Latina (CCSL) 112. MARTÍN, José Carlos. Turnhout: Brepols, 2003.

¹⁴ HISPALENSIS, Isidorus - *Las historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla. Estudio, edición crítica y traducción*. ALONSO, Cristóbal (ed.). León: Centro de Estudios e investigación “San Isidoro”, Archivo histórico diocesano, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de León, 1975.

¹⁵ See FURTADO, Rodrigo - “Writing history in Portugal up to 1200”, pp. 147–151; FURTADO, Rodrigo - “Narrating the past”. In *Brill’s Companion to Visigothic Iberia* (in press).

¹⁶ In the final part of the *Chronicon*, Isidore focuses only on Iberia and the Byzantine Empire.

¹⁷ FURTADO, Rodrigo - “La ‘Crónica’ de Eusebio-Jerónimo en Madrid, BHMV, Complutense 134 (ff. 2va–14vb)”. In MESA-SÁNZ, José Francisco (ed.) - *Latinidad medieval hispánica*. Firenze: Sismel - Edizioni del Galluzzo, 2017, pp. 69–84.

The brevity of the *Chronicon* facilitated its enormous fame throughout Europe¹⁸. The *Historiae*, on the other hand, enjoyed a very small circulation outside Iberia. Its “Iberian character” denied it a similar success. However, this was precisely the reason for its domestic popularity: among all the available texts, the *Historiae* was the only one that gathered and narrated a history of Iberia up to the Visigothic period. Therefore, for historians who came after the seventh century, the *Historiae* was the main organized repository of information about the past of both the peninsula and its population (especially once the Christians rulers of the north began to understand themselves as heirs of the Goths).

For this reason, in Asturias at the time of Alfonso III, the central part of the *Chronica Albeldensis* was formed by the *Ordo Romanorum* and the *Ordo gentis Gothorum*, résumés of Isidore’s two texts¹⁹. The *Chronicon* and the *Historiae* were also copied in the “Soriensis”²⁰, “Rotensis”²¹ and “Alcobaciensis”²² compilations. As early as the twelfth century, they were also included in the first part of the *Liber Chronicorum* by

¹⁸ MARTÍN, José Carlos - “La tradition indirecte de la Chronique d’Isidore de Séville”. *Revue d’histoire des texts* 31 (2001), pp. 167–225.

¹⁹ FURTADO, Rodrigo - “Reassessing Spanish chronicle writing”, pp. 183–187.

²⁰ BAUTISTA, Francisco - “Juan Páez de Castro”, p. 41. From the Soriensis, Juan Bautista Pérez copied the *Chronicon* into his own working manuscript, which is known today as *Segobrigensis*. Pérez’s codex remained in the Archivo Capitular of the Cathedral of Segorbe, with the shelfmark *arma. G, est. I*, probably until 1938, when the archive was destroyed during the Spanish Civil War. We still have most of the 736 photographs taken from it, corresponding to almost all 419 folios. These are now in the archive of the library of the Instituto de Historia of the Consejo Superior de Investigaciones Científicas, as part of the Fondo Fotográfico Sánchez-Albornoz, with the shelfmark AEHCaja I-III/Segorbe. Isidore’s *Chronicon* is in “Caja II”, photos 365-401 (= fols. 225r-243r). The copy of Isidore’s *Historiae* in the Soriensis was not preserved, except for some marginalia by Pérez also in this lost codex (Caja I, photos 45-72 = fols. 33r-47v) and by Jeronimo Zurita in the ms. København, Det Arnamagnæanske Institut, Københavns Universitet, AM 833 4º, Parte II, fols. 135v-145v. See BAUTISTA, Francisco - “Juan Páez de Castro”, pp. 36-63.

²¹ Madrid, Biblioteca de la Real Academia de la Historia, cód. 78, fols. 156r–176v. See FURTADO, Rodrigo - “Emulating neighbours”

²² See, especially, Madrid, Biblioteca Histórica Marqués de Valdecilla, Universidad Complutense de Madrid, 134, fols. 47vb-59rb.

Pelagius of Oviedo²³, the anonymous *Chronica Naiarensis*²⁴ and the *Chronicon mundi* by Lucas of Tuy²⁵. Rodrigo Ximénez de Rada followed in this sequence.

However, in terms of structure, Ximénez de Rada introduced at least two innovations, both involving Isidore's *Historiae*: first of all, his text is not a chronicle in the classical sense of the term. Ximénez de Rada completely rejected the spatial universality that had characterized the chronicles that preceded him, based on the distant model by Eusebius of Caesarea²⁶. Ximénez de Rada's program did not include a long history of the world since Adam and Eve: he planned a history *de rebus Hispaniae*, universal in time (at least since Japhet, Noah's son), but particular in space. He therefore did not consider Isidore's *Chronicon* but took the *Historiae* as his model instead. What distinguished the *Historiae* and the *Chronicon* was their respective Iberian and universal perspectives and the former is exactly what characterized Ximénez de Rada's historiographical project. The *Historiae* consisted of three texts: a larger one on the Goths (in our modern editions with 65 paragraphs), but also two smaller ones on the Vandals and the Suevi (with 14 and 8 paragraphs, respectively). Ximénez de Rada was the first author who sought to replicate Isidore's project in the *Historiae*. But his historiographical project was far more ambitious than Isidore's: he used a much wider set of sources to build a much longer and more detailed text, which included the mythical origins of the Iberian Peninsula's inhabitants. It included a *Historia Gothica* (as Isidore had included a *Historia Gothorum*) but also a set of shorter texts about the other peoples that had

²³ See FERNÁNDEZ VALLINA, Emiliano - *Pelayo de Oviedo. Su obra y técnica de elaboración literaria*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1973. Tese de doutoramento; FERNÁNDEZ VALLINA, Emiliano - "El obispo Pelayo de Oviedo: su vida y su obra". *Liber Testamentorum Ecclesiae Ovetensis*. Barcelona: Moleiro, 1995, pp. 231-401; JEREZ, Enrique - "Arte compilatoria pelagiana: la formación del Liber cronicorum". IN ARIZALETA, Amaia (ed.), *Poétique de la chronique. L'écriture des textes historiographiques au Moyen Âge (péninsule Ibérique et France)*. Toulouse: CNRS - Université de Toulouse-Le Mirail, 2008, pp. 47-87. Available at <https://books.openedition.org/pumi/38873>

²⁴ *Chronica Hispana. Saeculi XII. Pars II. Chronica Naiarensis*. Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 71A. SOLA, Juan Antonio Estévez (Ed.). Turnhout: Brepols, 1995.

²⁵ TUDENSIS, Lucas - *Chronicon mundi*. Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 74. REY, Ema Falque (Ed.). Turnhout: Brepols, 2003.

²⁶ DUMVILLE, David - "What is a Chronicle?". In KOOPER, Erik (ed.), *The Medieval Chronicle II: Proceedings of the 2nd International Conference on the Medieval Chronicle*. Amsterdam - New York: Brill, 2002, pp. 1-27; DUNPHY, R. Graeme - "Annals" and "Chronicles (terminology)". In DUNPHY, R. Graeme (ed.) - *The Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Leiden - Boston: Brill, 2010, pp. 45-52, 274-282; BURGESS, R. W.; KULIKOWSKI, Michael - *Mosaics of Time: The Latin Chronicle Traditions from the First Century BC to the Sixth Century AD*. Vol. 1. *A Historical Introduction to the Chronicle Genre from Its Origins to the High Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2013.

inhabited Iberia (not only the Vandals and Suevi): the *Historia Romanorum* (Díaz 1245), the *Historia Ostrogothorum* (Díaz 1242), the *Historia Hugnorum, Vandalorum, Sueuorum, Alanorum et Silingorum* (Díaz 1243) and the *Historia Arabum* (Díaz 1244). Although the scope was much broader, the principle was the same as in Isidore: to narrate the histories of the peoples who had succeeded the Romans in Iberia (including the Romans themselves).

There was a second important innovation. In Iberia, historiographical compilations were mainly based on parataxis. This means that the compilers usually copied one source after another in a sequence, with limited intervention in the texts. Normally, at the end of the collection, one would add a new text, which brought the compilation up to date: the *Liber Chronicorum* by Pelagius and the *Chronica Naiarensis* were organized in this way. Lucas of Tuy's *Chronicon mundi*, especially in book 3, had already gone beyond this mere paratactic logic. He combined in a single text information taken from different sources, without copying them in full or, above all, sequentially. However, in the *Chronicon mundi*, with some occasional exceptions (mainly additions), this was not the approach taken at the beginning of the text, with Isidore's *Chronicon* and *Historiae* (which occupy what are now books 1–2). Lucas of Tuy tended to respect the integrity of the texts of Isidore, an author of unquestionable *auctoritas* in Iberia and particularly at Saint Isidore of León, where he was writing. This literary respect is no longer a characteristic of the *Historia Gothica*. Ximénez de Rada preferred not to copy or paratactically use one source after another; much more often than his successors, he combined them, often working together information taken from minor sources²⁷.

In what is the beginning of the *Historia Gothica* (today book 1.1–19)²⁸, Ximénez de Rada made little use of Isidore's *Historiae*: these chapters narrate the period before the Goths' crossing of the Danube in 376, about which Isidore had very little information. But even in these first chapters, Ximénez de Rada did not forget the

²⁷ FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés - "De la historiografía fernandina a la alfonsí", pp. 115-117. See Fernández Valverde's edition of the *Historia Gothica*, on identifying the sources.

²⁸ On the origins of this division, see FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés - "La técnica historiográfica del Toledano. Procedimientos de organización del relato". *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 26 (2003), pp. 187-221; FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés - "De la historiografía fernandina a la alfonsí", pp. 120-125.

Historiae. On the contrary, he used all the meagre information provided by the *Historia Gothorum* and by Isidore's so-called *Recapitulatio*, a very short text (five paragraphs in our editions) that is usually copied with the *Historia Gothorum*, as a kind of abridgment: he mentions the association Isidore made between the Goths and the Getes, and, through them, the mythical Gog and Magog mentioned in Ezekiel's prophecy; he also mentions the relationship between the Goths and the Scythae, the etymological interpretation of the word "Goth" as *fortitudo*, the alliance between Pompey and the Goths against Caesar, the crossing of the Goths into the Iberian Peninsula (with a text taken from the *Recapitulatio* = *Hist. Gothica* 1.9) and, finally, the conflicts between the Goths and Claudius II (= 1.10, 1.17) and Constantine (= 1.18).

Still, the main source used for these first paragraphs was not the *Historiae* but Jordanes' *Getica*. This text restructures entire narrative of the "prehistory" of the Goths, where in previous collections Isidore's *Chronicon* had usually been the first important text to be copied. The reason for this change is not just the simple desire to replace one text with another. From the moment Ximénez de Rada had access to the *Getica* by Jordanes, it became essential for his historiographical project to include the extensive information about the origins of the Goths found therein. Isidore did not know Jordanes' text; nor did any Iberian author before Ximénez de Rada. When the latter decided to write inspired by Isidore's *Historiae*, he knew that there was nothing in the Iberian historiography concerning the history of the Goths before 376. This is why Jordanes' *Getica* became so important: it transmitted a huge amount of new, even excessively detailed, information about the Goths up to the sixth century, but above all about their "prehistory". When Ximénez de Rada found this text, the possibility of writing a new narrative based on this new information justified his dismissal of Isidore's *Chronicon* as a structuring model, and its replacement by the *Getica*.

In writing book 2, the situation was not exactly the same. For the history of the Goths from Athanaric (whom Isidore had considered as the *primus* king of the Goths) up to the sixth century, Ximénez de Rada could have kept Jordanes' *Getica* as his main source. However, from this point on, Isidore's *Historiae* contained information that

could also be used. Ximénez de Rada decided to use these two sources, almost on an equal footing. To get an idea of his use of Isidore's *Historiae* in book 2 of the *Historia Gothica*, I looked at its first 18 chapters. I counted how many words Ximénez de Rada had taken from each of the sources. Of course, the count is not very accurate: on the one hand, Ximénez de Rada rarely copied his source verbatim; secondly, he often synthesized Jordanes' *Getica* rather than copying it extensively (as he did with Isidore's text). The results of this survey are in the table below:

<i>Hist. Gothica</i> Book 2	without source	Sources					
		Jordanes	Isidore	Orosius	Lucas of Tuy	Councils	<i>Chron. Muz.</i>
1	61		322				
2	7	223	120				
3	56	211					
4	54	213	184				
5	35	69	317	30			
6	70	180	39				
7	57	110	166				
8	17	903	221				
9	35	204	333				
10	3	78	120				
11	4	20	151				
12	91		278				
13	2		116				
14	6		407		68		
15	3		363			123	
16	6		144				
17	8		186		17		98
18	19		234		76		

Until chapter 11, on the reigns of Alaricus II and Gesalic, Isidore and Jordanes are used in a reasonably balanced way: clearly Ximénez de Rada had the two texts in front of him and, for each subject, he combined information from both, normally summarizing Jordanes, and copying Isidore's text more closely (but rarely verbatim). Up to chapter 11, 47.9% of the information collected by Ximénez de Rada is still taken from the *Getica*; 42.8% from the *Historiae*. In part, this discrepancy is

due to the use of the *Getica* in the very long chapter 8, on the Huns (Isidore wrote little on the subject). If we exclude this chapter, the values are inverted: 37.7% for the *Getica* and 50.5% for the *Historiae*. In any case, there is no clear rule: Ximénez de Rada did not decide to start using the *Historiae* as a main source and the *Getica* as a secondary source. He relied more heavily on one or the other according to circumstances: on Athanaric and the Arian heresy, he used only Isidore (ch. 1), but on the peace between the Romans and the Goths after the battle of Adrianopolis, he used Jordanes exclusively (ch. 3); for the sack of Rome and for the reigns of Euric, Alaric II and Gesalic, he clearly favored Isidore (chs. 5, 10–11); for Athaulf's reign he preferred Jordanes (ch. 6).

Still, exclusive use of a single author is rare. This only changes after chapter 11. From this point, Ximénez de Rada seems to have lost interest in the *Getica* even though Jordanes covered the Visigoths up to king Athanagild. In fact, at this point, Jordanes' focus turns to Italy and the Visigoths clearly became a secondary concern. Hence, for chapters 12–18, the *Historia Gothorum* takes on the role of primary source that the *Getica* had played in much of book 1: 77% of the material comes from Isidore's text. Yet Isidore's *Historiae* is rarely the sole source. For the Third Council of Toledo, Ximénez de Rada used information taken from the conciliar *Canones* (ch. 15); and he also used information from the *Chronica Muzarabica a. 754* (which circulated with Isidore's *Historiae* as its continuation) and from Lucas of Tuy's *Chronicon mundi*. For the *Historiae minores*, the picture is different. On the one hand, Ximénez de Rada's investment in these texts was smaller; on the other, here was also less information available. Isidore's *Historiae* was also, of course, the main source for the Vandals and the Suevi. However, Isidore also had little to say on the history of the Vandals before their arrival in the Iberian Peninsula: the *Getica* was still the preferred source here. Ximénez de Rada used Isidore's *Historia Wandalorum* for a few references to the crossing of Gaul (chs. 3–4), but it eventually became his main source (chs. 5–10), above secondary texts as the *Historia Romana* by Paul Deacon (another text not previously known in Iberia; chs. 7–8) and, very occasionally, the *Chronicon* by Prosper of Aquitaine (ch. 7). For the Suevi (chs. 12–15), Isidore's *Historia Sueuorum* is the only source used by Ximénez de Rada (it is curious that he did not use Hydatius' *Chronicon*, which circulated in the "Alcobaciensis" collection).

*

Where did Ximénez de Rada read Isidore's *Historiae*?

Ximénez de Rada's library was not necessarily extensive: the sources he used are the best clue to what was available in Toledo's library: Orosius' *Historiae* (CPL 571), Prosper's *Chronicon* (CPL 2257), Isidore's *Historiae* (CPL 1204), the *Chronica Muzarabica* (Díaz 397), the *Cronica del moro Rasis*, the *Chronica Adefonsi III* (apparently in both versions – Díaz 519, 520), the *Chronica Sampiri* (Díaz 889), the *Chronica Silensis* (Díaz 888), the *Historia Roderici* (Díaz 883), Pelagius of Oviedo's *Chronicon* (Díaz 901), the *Chronica Naiarensis* (Díaz 996), Lucas of Tuy's *Chronicon mundi* (Díaz 1226).

Ximénez de Rada also had some texts not previously known in Iberia: Jordanes' *Getica* (CPL 913) was one and, as Helena of Carlos Villamarín has convincingly argued, probably some paraphrases or resúmenes of the *Excidium Troiae*, the *Exordia Scythica* and Paul the Deacon's *Historia Romana*, close to those which are found today in ms. Bamberg Hist. 3²⁹.

This does not imply the existence of many codices, since several of these texts circulated together: Prosper's *Chronicon*, Isidore's *Historiae* and the *Chronica Adefonsi III* were copied in the "Soriensis" compilation mentioned above; Orosius' *Historiae*, Isidore's *Historiae* and the *Chronica Adefonsi III* in the "Rotensis" compilation; Orosius' *Historiae*, Prosper's *Chronicon*, Isidore's *Historiae* and the *Chronica Muzarabica* in the "Alcobaciensis" compilation; Isidore's *Historiae*, the *Chronica Adefonsi III*, the *Chronica Sampiri* and Pelagius of Oviedo's *Chronicon* in Pelagius' *Liber Chronicorum*; Isidore's *Historiae*, the *Chronica Adefonsi III*, the *Chronica Sampiri*, Pelagius' *Chronicon* and the *Historia Roderici* were part of the *Chronica Naiarensis*. Lucas of Tuy included Isidore's *Historiae*, and excerpts from the *Chronica Adefonsi III*, the *Chronica Sampiri*, the *Chronica Silensis* and Pelagius of

²⁹ CARLOS VILLAMARÍN, Helena de – "Rodrigo Jiménez de Rada y la compilación historiográfica del códice de Bamberg Hist. 3". *Traditio* 74 (2019), pp. 249–270, argued that Ximénez de Rada used some manuscript related to the codex Bamberg, Staatsbibliothek Hist. 3.

Oviedo's *Chronicon*³⁰. Only the Latin version of the *Crónica del moro Rasis* was not copied in any of the collections listed above.

Ximénez de Rada did not need to have all these collections, for as we can see, they transmitted the same texts in many cases. Fernández Valverde argued that he certainly had the *Liber Chronicorum* by Pelagius, the *Chronica Naiarensis* and the *Chronicon mundi*. We may be able to assume that he used the *Chronica Muzarabica* from some codex containing the “Alcobaciensis” collection; the “Rotensis” version of *Chronica Adefonsi III* (which he also used) may also indicate some familiarity with the “Rotensis” collection. Finally, Ximénez de Rada used a codex of Italic origin, containing texts of extra-Iberian circulation, including Jordanes' *Getica*. In any case, we are counting with only about half a dozen codices, many of them containing the same texts: it is not necessary to imagine many manuscripts.

Considering the *Historiae*, Fernández Valverde argued that Ximénez de Rada would have used some manuscripts related to *L* (the *Chronicon mundi* by Lucas of Tuy), to *H* (the *Chronica Naiarensis*) and to *MA* (manuscripts representing the “Alcobaciensis” compilation)³¹. More recently, Francisco Bautista argued that the manuscript used by Ximénez de Rada was close to one from Seville, copied at the end of the sixteenth century (*C*), and that it depended on the same archetype as *MA*³².

Isidore's *Historiae* has come down to us in two different versions: a shorter, transmitted only by two manuscripts and one copy (twelfth–fourteenth c.); and a longer, with a more complex transmission. The longer version is the only one to have an indirect tradition. At least four different families can be distinguished:

³⁰ In addition to the editions already mentioned, see OROSIUS, *Histoire contre les Païens*, 3 vols. LINDET, Marie-Pierre (Ed.). Paris: Les Belles Lettres, 1991; Prosper TIRO, *Chronik. Laterculus regum Vandalorum et Alanorum*. Kleine und fragmentarische Historiker der Spätantike (KFHist) G5. BECKER, Maria and KÖTEER, Jan-Markus (eds.). Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2016; *Chronica Hispana saeculi VIII–IX*. Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 65. GIL, Juan (Ed.) Turnhout: Brepols 2018; *Chronica Hispana saeculi XII. Pars I. Historia Roderici vel Gesta Roderici Campidocti* Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 71. REY, Ema (Ed.) Turnhout: Brepols, 1990; *Chronica Hispana saeculi XII. Pars III. Historia Silensis*. Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 71B. ESTÉVEZ SOLA, Juan António (Ed.). Turnhout: Brepols, 2018.

³¹ XIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo – *Opera Omnia* I, p. xxxi.

³² BAUTISTA, Francisco – “Juan Páez de Castro” cit., pp. 51–52.

α. the oldest known manuscript (*B*: Berlin, Phillipps 1885) represents the Carolingian edition of the *Historiae*³³. This was the only version in circulation outside Iberia until the end of the Middle Ages. It had a very limited transmission, however: it was copied in the scriptorium of Pacificus of Verona, before 840, and did not circulate outside northern Italy before the end of the Middle Ages. This is not a unique case: very little of the early medieval Iberian historiography crossed the Pyrénées.

β. The text that was copied in the “Soriensis” collection depended on this model³⁴. The version copied in the *Liber chronicorum* by Pelagius of Oviedo (the main representative is Ms. *G* = Madrid, BN 1513, with several copies)³⁵ and in the *Chronicon mundi* by Lucas of Tuy also depends on this branch of the tradition.

γ. This branch includes the text that circulated in the “Rotensis” collection at the end of the tenth century. The main representative is ms. *R* = Madrid, BRAH, cod. 78³⁶.

δ. This is the branch of the “Alcobaciensis” compilation. Its main representatives today are mss. *M* = Madrid, Complutense 134; *K* = København AM 833 4^o; and *C* = Sevilla, Colombina 58-1-3³⁷.

³³ See BISCHOFF, Bernhard - *Katalog der festländischen Handschriften des neunten Jahrhunderts (mit Ausnahme der wisigotischen)*. Vol. 1. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1998, p. 93; Vol. 2, 2004, p. 87, no. 2333. For different approaches to the structure of this codex, see MOMMSEN, Theodor - *Chronica minora*. Monumenta Germaniae Historica. Auctores antiquissimi (*MGH Auct. Ant. chron. min.*) 9. Berolini: apud Weidmannos, 1892, pp. 3-6; ROSE, Valentin - *Verzeichniss der lateinischen Handschriften*. Vol. 1. Berlin: A. Asher & Co., 1893, pp. 299-307; CESSI, Roberto, “Di due miscellanee storiche medioevali”. *Archivio muratoriano* 13 (1913), pp. 71-96.

³⁴ BAUTISTA, Francisco - “Juan Páez de Castro”, pp. 36-63.

³⁵ See the list in SÁNCHEZ ALONSO, Benito - *Crónica del obispo don Pelayo*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1924, pp. 17-27; HÖGBERG, Peter - “La rédaction des chroniques de Sébastien, de Sampiro et de Pélage dans Sandoval” (I-II). *Bulletin hispanique* 39 (1937), pp. 193-207, 305-327; PÉREZ DE URBEL, Justo - *Sampiro: su crónica y la monarquía leonesa en el siglo X*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1952, pp. 165-196; JÉREZ, Enrique - “Arte compilatória pelagiana”, § 52.

³⁶ See also mss. Madrid, Biblioteca Nacional de España, 8831, fols. 145v-156v (11th c. *ex*-12th c. *inc.*; Sahagún? Aragón?); Roma, Biblioteca Vallicelliana, R 33, fols. 158r-166r (Perugia - Milan; 1463-1464). None is copied directly from *R*.

³⁷ See BAUTISTA, Francisco - “Juan Páez de Castro”, pp. 15-36. See also ms. Paris, Bibliothèque Nationale, Bibliothèque de l’Arsenal 982, Part I, ff. 45rb-48vb (Toledo; 2/2 14th c.).

In Rodrigo Ximénez de Rada's time, three of these versions were circulating in the Iberian Peninsula: only the Carolingian edition was not known. These three versions were copied in the three main early medieval compilations mentioned above ("Soriensis", "Rotensis" and "Alcobaciensis"). When Ximénez de Rada was writing, the "Soriensis" manuscript was already extant and somewhere between Castile and Rioja. In Toledo there was a manuscript with the *Liber chronicorum* by Pelagius of Oviedo, copied between 1210–1220 (ms. *G*), and a copy of the *Chronicon mundi* by Lucas of Tuy (all derived from β). In the northeast, ms. *R* was probably already in the library of the Cathedral of Roda de Isábena (Huesca), where it was kept until 1699; at least one copy of this "Rotensis" text, probably made in Aragon (today Ms. Madrid, BN 8831), had also been copied at the end of the eleventh or early twelfth century (derived from γ). The "Alcobaciensis" was already shelved in the Portuguese monastery of Alcobaça; a copy or a twin manuscript may already have been available in Toledo, where the ms. Complutense 134 was copied after 1250 (derived from δ). To these three "Iberian" versions, I also add the *Chronica Naiarensis* (ϵ), copied, according to Alberto Montaner Frutos, between 1190 and 1194³⁸. The copy of Isidore's *Historiae* included in the *Chronica Naiarensis* is a text contaminated by several different versions: its main model is the text copied in *R* (γ); the author of the *Chronica Naiarensis* also used some notes taken from a copy of the "Soriensis" collection (β)³⁹.

Considering the codices available in his time, Ximénez de Rada's library could have held all the versions of the *Historiae* circulating in Iberia: β , in the compilations by Pelagius of Oviedo and Lucas of Tuy (Ximénez de Rada used both); ϵ , with the copy included in the *Chronica Naiarensis*; maybe γ ("Rotensis"); and δ ("Alcobaciensis"). For the purposes of this paper, the high positions of the stemma and the relationship between all these branches are not important; the question of the double recension

³⁸ MONTANER FRUTOS, Alberto - "El proyecto historiográfico del Archetypum Naiarense". *E-Spania. Revue électronique d'études hispaniques médiévales* 7 (2009). Available at <https://journals.openedition.org/e-spania/18075>

³⁹ FURTADO, Rodrigo - "Reassessing Spanish chronicle writing", p. 182.

is also irrelevant⁴⁰. Above all, I am interested in analyzing which texts were in Ximénez de Rada's library when he needed sources for his own work.

There is a problem with this inquiry: Ximénez de Rada did not copy *ipsis uerbis* Isidore's *Historiae*. Unlike his predecessors, he used extensive parts of the *Historiae*, but often in synthesized form, and he very often used it only as a basis from which to write a new text of his own: it is still possible to recognize Isidore's text, but it is also clear that Ximénez de Rada made it his own. Therefore, there are several places when it is not possible to be sure of the version used by Ximénez de Rada.

There are some things we can say with certainty, however. First, it is possible to conclude that, even if he had a copy of γ , he did not use it. The *Historia Gothica* does not share any of the major errors or variants of γ ⁴¹. Next, we can see that it is with δ (*M K C*) that Ximénez de Rada's text shares the greatest number of variants and errors:

<i>hist. Gothica</i> 1.9.46 ⁴²	occidentis] septentrionis δ septentrionalia iuga <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 1.9.47	post inhabitantes] circa scitica regna δ scithica regna <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 1.9.63	gaius caesar <i>rel.</i> gaius iulius cesar δ iulium cesarem <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 1.10.14	annos <i>rel.</i> annis δ <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.1.7	quia <i>rel.</i> qui δ <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.1.38	patri <i>rel.</i> patris δ <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.4.30	ragadaisus <i>rel.</i> radagaisus δ radagaysus <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.5.20	sacra hosti α sacram hostiam δ <i>Ra</i> sacra hostia β γ
<i>hist. Gothica</i> 2.7.2	post Athaulfum] post obitum athaulfi δ <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.7.32	grauissima] grauissime δ <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.8.17-19	extincto igitur litorio (+ et receptis epistolis ualentini <i>Ra</i>) pace deinde theuderodus cum romanis inita denuo aduersus ugnos δ <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.9.20	praesidioque suorum] presidioque sueuorum δ <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.10.8	regressus] reuersus δ <i>Ra</i>

⁴⁰ See Isidorus HISPALENSIS - *Las historias*, pp. 145–161; MARTÍN, José Carlos - "Isidorus Hispalensis Ep. 10. De origine Getarum, Vandalorum, Sueborum". In CHIESA, Paolo; CASTALDI, Lucia (eds.) - *La trasmissione dei Testi Latini del Medioevo*. Vol. 2. Firenze: SISMEL - Edizioni del Galluzzo, 2005, pp. 370-379; an extended version is published as "Réflexions sur la tradition manuscrite de trois oeuvres d'Isidore de Séville: le *De natura rerum*, la *Regula monachorum* et le *De origine Getarum, Vandalorum, Sueborum*". *Filologia mediolatina. Studies in Medieval Latin Texts and their Transmission*, 11 (2004), pp. 244–263; FURTADO, Rodrigo - "In how many ways can a text be written? The textual tradition of Isidore's *Histories*", in CODOÑER, Carmen; ALBERTO, Paulo Farmhouse (eds.) - *Wisigothica. After M. C. Díaz y Díaz*. Firenze: SISMEL - Edizioni del Galluzzo, 421-476; BAUTISTA, Francisco - "Juan Páez de Castro", pp. 48-63.

⁴¹ The sole exception is *Wand.* 71: constancio β δ ϵ constantino γ *Ra*.

⁴² All these *loci* refer to Fernández Valverde's edition (see n.1).

- hist. Gothica* 2.12.6 *post XVII] menses/mensibus V δ Ra*
- hist. Gothica* 2.12.32 *post conclusum] ignauum atque inermem exercitum δ inermem Ra*
- hist. Gothica* 2.14.5 *poposcerat] poposcit δ Ra*
- hist. Gothica* 2.14.31 *post potitus] ampliauit δ Ra*
- hist. Gothica* 2.17.2 *post Sisebutus] christianissimus δ C rex christianissimus Ra*
- hist. Gothica* 2.17.22-23 *post inbutus] in iudiciis iustitia et pietate strenuus ac prestantissimus mente benignus splendore regni precipuus δ in iudiciis strenuus ac prestantissimus pietate mente benignus gubernatione regni precipuus Ra*
- hist. Gothica* 2.17.29-31 *post subiecit] residuas intra fretum omnes exinaniuit quas gens gothorum post in ditionem suam facile redegit (in suam redegit facile ditionem Ra) δ Ra*
- hist. Gothica* 2.17.35 *post haustu] alii ueneno δ Ra*
- hist. Gothica* 2.17.35-36 *post interfectum] cuius exitus non modo (solum Ra) religiosus sed etiam obtimis laicis immodice (om. Ra) extitit luctuosus δ Ra*

As Bautista recognized, within δ , *Ra* shares some errors only with *C*⁴³:

- hist. Gothica* 1.9.63 *gaius caesar rel. gaius iulius cesar δ iulium cesarem Ra iulius caesar C*
- hist. Gothica* 1.17.26 *post remouisset] insigni gloria honorantes Ra C*
- hist. Gothica* 2.1.33 *ebibit rel. bibit Ra C*
- hist. Gothica* 2.2.32 *uiuens] om. Ra C*
(cf. *Isid. Goth.* 9).
- hist. Gothica* 2.4.4 *post tradiderunt] fueruntque cum Romanis XVIII/XXVIII annis C fueruntque sine rege XXVIII annis Ra*
- hist. Gothica* 2.8.21 *Catalaunicis rel. cathalanis Ra C*
- hist. Gothica* 2.12.43 *post I] menses/mensibus tres Ra C*
- hist. Gothica* 2.14.19 *statuit rel. instituit Ra C*
- hist. Gothica* 2.16.5 *regno rel. regem Ra C*
- hist. Gothica* 2.18.17-18 (cf. *Isid. Goth.* 63) *obsides darent rel. om. Ra C*
- hist. Barb.* 6.20 *erbasis rel. neruasis Ra nerbasis C*
- hist. Barb.* 9.11-12 *ad finem rel. in finem Ra C;*
- hist. Barb.* 12.13 *andeuotum rel. andebodem Ra C*
- hist. Barb.* 15.3 *XIII rel. III Ra C*

C is a sixteenth-century manuscript: the watermark on its paper is from 1582⁴⁴. In addition to the *Historiae*, it also transmits the *Chronica Muzarabica*, whose text,

⁴³ BAUTISTA, Francisco - "Juan Páez de Castro", p. 51.

⁴⁴ Cf. BRIQUET, Charles-Moïse - *Les Filigranes. Dictionnaire historique des marques du papier dès leur apparition vers 1282 jusqu'en 1600*. Vol. 2. Leipzig: Hiersemann, 1923, p. 34, no. 5682.

although highly contaminated⁴⁵, is very close to the one copied by Juan Bautista Pérez in his codex Segobrigensis (second half of the 16th. c.)⁴⁶. Gil and Bautista defend that Pérez had copied the *Chronica Muzarabica* from a lost codex from Burgo de Osma (Soria), which transmitted the “Alcobaciensis” collection⁴⁷. Therefore, the *Historiae* copied in *C* could also depend on this same manuscript. Furthermore, Ximénez de Rada was briefly bishop of Burgo de Osma (1208–1209) before going to Toledo: the possibility that he came into contact with a codex from this city is high. However, he cannot have used the codex from Burgo de Osma directly, since, despite their proximity, regarding Isidore’s *Historiae*, *Ra* does not share most of *C*’s errors⁴⁸. Nevertheless, the manuscript seen by Ximénez de Rada and that of Burgo de Osma certainly depended both on the same model.

Within δ , *Ra* only shares three of the errors and variants common to *M K*:

⁴⁵ *Chronica Hispana saeculi VIII–IX*, p. 89.

⁴⁶ See note 19. BAUTISTA, Francisco - “Juan Páez de Castro”, p. 30 n. 82; *Chronica Hispana saeculi VIII–IX*, p. 94.

⁴⁷ Pérez referred to the existence of this manuscript *non tamen ualde ueteri* in the Capitular Archive of Burgo de Osma (Soria) (cf. VILLANUEVA, Joaquín Lorenzo - “Carta XXVI: noticia del códice de cronicones que copió el señor Pérez de varios originales antiguos, el qual se conserva en el archivo de la Santa Iglesia de Segorve”, *Viage literario a las iglesias de España*. Vol. 3. Madrid: Imprenta Real, 1804, pp. 196–220, at p. 213). This manuscript by Osma is lost. Based on the photographs of Pérez’s working manuscript and Villanueva’s notes, we know that Pérez copied directly from the Burgo de Osma manuscript the *Laterculus regum Vandalorum* (VILLANUEVA, Joaquín Lorenzo - *Carta XXVI*, p. 203) and the *Chronica Muzarabica a. 754* (VILLANUEVA, Joaquín Lorenzo - *Carta XXVI*, pp. 215–216: “Ephemerides arabum, quas ex testimonio Vacasi puto esse J. Pacen., descripsi ex libro pergameneo, sed recentiori Eccles. oxomen”). In addition, Pérez sometimes used the Osma manuscript to correct texts that he had found in other manuscripts. We thus know that the Burgo de Osma manuscript transmitted Isidore’s *Chronicon*, the *Chronica Carthaginiensia a. 525*, the *Laterculus regum Vandalorum*, the *Chronica Muzarabica*, the *chronica* of Victor of Tununa, John of Biclar, and Hydatius, the *Chronica Gallica a. 511*, and the *De uiris illustribus* of both Isidore of Seville and Ildephonsus of Toledo (with the addition of Braulio of Zaragoza’s *Renovatio* and the *vitae* of both Ildephonsus and Julian of Toledo).

⁴⁸ *Hist. Goth.* 1.10.14: tenuerunt *rel. Ra* terruerunt *C*; *hist. Goth.* 1.18.15: de Gothorum uictoria *rel. Ra* Gothorum uictoria *C*; *hist. Goth.* 2.1.4-5: persecutione crudelissima [...] commota *rel. Ra* persecutionem crudelissimam [...] commotam *C*; *hist. Goth.* 2.1.13: ebibit *rel. se* bibit *C*; *hist. Goth.* 2.1.45: tres dei *rel. tres* deos *Ra om. C*; *hist. Goth.* 2.2.35: dudum *rel. Ra om. C*; *hist. Goth.* 2.4.24: Honorii *rel. Ra om. C*; *hist. Goth.* 2.4.32: spondens *rel. Ra* despondens *C*; *hist. Goth.* 2.5.5: triumphis *rel. Ra* gentibus *C*; *hist. Goth.* 2.8.114: celi et terre *rel. Ra* caelo et terra *C*; *hist. Goth.* 2.9.61: Lusidio *rel. Ra* insidio *C*; *hist. Goth.* 2.12.36: ut regem deciperet simulauerat *rel. ut* regem deciperet simularat *Ra* simulauerat ut regem deciperet *C*; *hist. Goth.* 2.12.45: preuentus *rel. Ra* prouentus *C*; *hist. Goth.* 2.13.14: se euerti *rel. Ra* euerti *C*; *hist. Goth.* 2.13.16: se regimini *rel. Ra* regimini sese *C*; *hist. Goth.* 2.14.34: furore *rel. Ra om. C*; *hist. Goth.* 2.15.42: bonis *rel. Ra* bonum *C*; *hist. Goth.* 2.16.6: regni secundo *rel. Ra om. C*; *hist. Goth.* 2.16.12: illicita *rel. Ra* inclita *C*; *hist. Goth.* 2.17.4: fidem christianam *rel. Ra* transp. *C*; *hist. Goth.* 2.18.11: primus *rel. prius C*; *hist. Barb.* 7.10: transfretauit *rel. Ra* transfretarunt *C*; *hist. Barb.* 7.19: inuaderet *rel. inuaderent Ra* suaderet *C*; *hist. Barb.* 9.6: patre *rel. Ra om. C*; *hist. Barb.* 10.37-38: primo proelio superatos interficit *rel. primo* proelio interficit *Ra om. C*; *hist. Barb.* 14.25: regis sui auxilio *rel. regis* auxilio *Ra* regi sui auxilio *C*.

- hist. Gothica* 2.11.21 flumen *rel. C* fluuium *M K Ra*
hist. Gothica 2.15.22 fere *rel. C* ferme *M K Ra*
hist. Gothica 2.17.2-3 regali fastigio *rel. C* ad regale fastigium *M K Ra*

Ra also shares some errors unique to *K*:

- hist. Gothica* 2.2.5 non depositis armis *rel. depositis armis K* armis depositis *Ra*
hist. Gothica 2.10.22 post speciem] uidit *K Ra*
hist. Gothica 2.10.23 instituta *rel. statuta K Ra*
hist. Gothica 2.11.10 narbona *rel. narbone K Ra*
hist. Gothica 2.12.28 eundemque *rel. idemque K et idem Ra*
hist. Gothica 2.12.31 adgressum *rel. aggressi K* agressi *Ra*
hist. Gothica 2.12.40 post dicens] se *K Ra*
hist. Gothica 2.15.29 ubi *rel. unde K Ra*
hist. Gothica 2.15.30 utilitatis *rel. certaminis K Ra*
hist. Gothica 2.18.13 post uirtute] prelii *K* prelio *Ra*

K is a factitious manuscript on paper, collecting a very diverse set of texts copied by different hands. As Bautista has shown⁴⁹, it is a working manuscript owned by Juan Páez de Castro (c. 1510–1570), royal chronicler of Felipe II (1527–1598). Its Part II transmits the *Historiae* among several texts from the “Alcobaciensis” collection. It was copied “on October 14, 1562” (“XIV de X^{bre} de 1562”; f. 165r).

Therefore, *Ra* and *MKC* depend on a common archetype (δ). Within δ , *Ra* and *C* depend on the same model; however, Ximénez de Rada had some notes taken from a manuscript close to the model of *K*.

A manuscript derived from δ was also used by Lucas of Tuy⁵⁰ and by the author of the *Chronica Naiarensis* (= ϵ ; I note only the coincidences with *Ra*):

- hist. Gothica* 1.9.46 Occidentis *rel. septentrionis* $\delta \epsilon C$ septentrionalia iuga *Ra*
hist. Gothica 1.9.47 post inhabitantes] circa scitica regna $\delta \epsilon C$ scithica regna *Ra*
hist. Gothica 1.9.63 gaius caesar *rel. gaius iulius cesar* δ iulius cesar *L Ra C*
hist. Gothica 1.10.14 annos *rel. annis* $\delta \epsilon L$ *Ra C*

⁴⁹ BAUTISTA, Francisco – “Juan Páez de Castro”, pp. 7–15.

⁵⁰ One finds in *L* the clearest proof of this contamination from δ : [Isid. *Recap.* 66] goti de magog iafeth filio orti cum scitis una probantur origine sati $\beta \gamma$ gothorum antiquissima origo de magog filio iaphet fuit unde et scytharum genus extitit. nam iidem gothi scythica $\delta \epsilon$ gotorum antiquissima origo de magog iapheth filio orti cum scitis una probantur origine *L*.

<i>hist. Gothica</i> 2.1.7	quia <i>rel.</i> qui δ <i>L Ra C</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.1.38	patri <i>rel.</i> patris δ <i>Ra C</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.7.2	post Athaulfum] post obitum athaulfi δ <i>L Ra C</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.9.20	praesidioque suorum <i>rel.</i> presidioque sueuorum δ ϵ <i>RaC</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.10.8	regressus <i>rel.</i> reuersus δ ϵ <i>RaC</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.12.6	post XVII] menses/mensibus V δ <i>L Ra C</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.12.32	post conclusum] ignauum atque inermem exercitum δ <i>L C</i> inermem <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.14.5	poposcerat <i>rel.</i> poposcit δ ϵ <i>Ra C</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.17.2	post Sisebutus] christianissimus δ ϵ <i>C</i> rex christianissimus <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.17.22- 23	post inbutus] in iudiciis iustitia et pietate strenuus ac prestantissimus mente benignus splendore regni precipuus δ ϵ <i>C</i> in iudiciis strenuus ac prestantissimus pietate mente benignus gubernatione regni precipuus <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.17.29- 31	post subiecit] residuas intra fretum (in transfretum ϵ) omnes exinaniuit quas gens (gentes ϵ) gothorum post in ditionem suam facile redegit (redegerunt ϵ in suam redegit facile ditionem <i>Ra</i>) δ ϵ <i>Ra C</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.17.35	post haustu] alii ueneno δ ϵ <i>L Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.17.35- 36	post interfectum] cuius exitus non modo (solum <i>Ra</i>) religiosus sed etiam obtimis laicis immodice (<i>om. K Ra</i>) extitit luctuosus δ ϵ <i>Ra C</i>

This means that δ is at the origin of the *MK* and *RaC* subgroups, and that a manuscript dependent on δ was used by the *Chronicon mundi* (*L*) and the *Chronica Naiarensis*. There are also errors that indicate a contamination between the model of *RaC* and β , and quite possibly with some representative of the model of the “Soriensis” manuscript (**So*) and *L*:

<i>hist. Gothica</i> 1.17.26	post remouisset] insigni gloria honorantes <i>*So L Ra C</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.4.4	post tradiderunt] fueruntque cum Romanis XVIII/XXVIII annis β <i>C</i> fueruntque cum Romanis septem annis <i>L</i> fueruntque sine rege XXVIII annis <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.12.43	post I] menses/mensibus tres β <i>Ra C</i>
<i>hist. Barb.</i> 4.9	proterunt <i>rel.</i> prosternunt β <i>C</i> prostrauerunt <i>Ra</i>

Ximénez de Rada also used a manuscript with the *Chronicon mundi* by Lucas of Tuy (*L*). They share many unique variants:

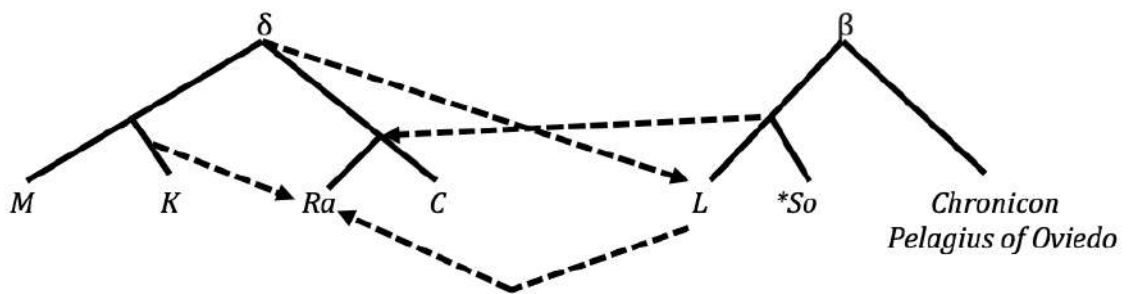
<i>hist. Gothica</i> 2.7.38	data] dataque est <i>L</i> et data est <i>Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.9.49- 50	post constituunt] qui regnauit duobus annis <i>L</i> qui tantum duobus annis regnauit <i>Ra</i>
	Maldra autem tertio regni anno a suis iugulatur] <i>om. L Ra</i>
<i>hist. Gothica</i> 2.13.15	milites <i>rel.</i> extranei milites <i>L</i> Romani milites <i>Ra</i>

- hist. Gothica* 2.14.14-16 qui cum primo christianus haberetur teodosiam filiam seueriani ducis cartaginensis filii regis teoderici duxit uxorem ex qua hermegildum et recaredum filios sucepit *L* duxerat autem leouegildus uxorem nomine theodosiam filiam seueriani ducis prouincie cartaginensis qui fuerat filius regis theuderici *Ra*
- hist. Gothica* 2.14.18 DCVI *rel.* DCX *L Ra*
- hist. Gothica* 2.14.22 omnis] *om.* *L Ra*
- hist. Gothica* 2.14.26 exsuperauit *rel.* hispali dolo cepit *L Ra*
- hist. Gothica* 2.14.26-29 beatum ermegildum filium suum nefandis ritibus communicare nolentem diuersis tormentis prius excruciatum denique in uinculis positum dira secure interficere iussit et dignum deo martirem illius feralis crudelitas consecrauit *L* et quia nephandis ritibus noluit consentire tormentis uariis cruciatum demum securi percussum parricida impius dignum deo martyrem conscrauit *Ra*
- hist. Gothica* 2.14.55-59 sed antequam moreretur precepit filio suo recaredo ut beatum leandrum archiepiscopum yspalensem ab exilio reuocaret et eum audiret ut patrem et in fide Christi confirmaretur. tunc temporis fulgentius astigitanus episcopus in nostro dogmate claruit *L* set dum infirmitate acriter torqueretur precepit filio recharedo ut episcopos ab exilio reuocaret et leandrum hispalensem et eius germanum fulgencium astigitanum qui in doctrina ecclesiastica fulgebat insignis tanquam patres audiret et eorum monitis obediret *Ra*
- hist. Gothica* 2.15.2 DCXXIII *rel.* DCXXVIII *L Ra*
- hist. Gothica* 2.15.17 in deum *rel.* in uno deo *L* unum deum *Ra*
- hist. Gothica* 2.15.23 ante duce] emeritensium *L* emeritensi *Ra*
- hist. Gothica* 2.16.3 DCXXXVIII *rel.* DCXLIII *L Ra*
- hist. Gothica* 2.17.27 ecclesiam sancte leocadie toleto prefatus princeps miro opere fundauit *L* ecclesiam sancta leocadie toleti miro opere fabricauit *Ra*
- hist. Gothica* 2.17.36-38 ipso tempore mahumet ab ysperia turpiter fugatus in affrica nequiciam nefarie legis stultis populis predicauit *L* huius temporibus nephandus Mahomat nequiciam secte sue stultis populis predicauit *Ra*
- hist. Gothica* 2.18.3 post scepra] qui regnauit annis decem *L* et regnauit annis X *Ra*
- hist. Gothica* 2.18.25-26 post dignus] fine proprio toleto decessit *L* toleti propria morte decessit DCLXXIII *Ra*

None of these errors and additions appears in *C*: hence, these differences result from the direct consultation of *L* by Ximénez de Rada.

In summary, Ximénez de Rada used a manuscript dependent on the “Alcobaciensis” collection (δ). This model probably had some marginalia taken from a manuscript

dependent on β . At the same time, he decided to systematically collate the text of Isidore's *Historiae* included by Lucas of Tuy in his *Chronicon mundi*. Ximénez de Rada was mainly concerned with the new information that Lucas had added, and not so much with the minor variants introduced by Lucas in Isidore's text. Regarding Isidore's text, Ximénez de Rada's *Historia Gothica* and *Historiae minores* do not share any important variant exclusive to either the *Chronica Naiarensis* or the *Chronicon* by Pelagius of Oviedo. Therefore, this is a possible stemma:



*

I still want to take a final step to argue that Ximénez de Rada was indeed a fine historian and that he was exercising editorial judgement in his use of sources. His complex method of composition reveals it.

As noted above, Isidore became a central and often the unique source only after Athanaric. However, the *Historiae* had already been used before. The following excerpt may illustrate Ximénez de Rada's method. In *italics*, we have the text taken from Jordanes' *Getica*, in **bold** that from Isidore's *Historia Gothorum* and in Roman the new text inserted by Ximénez de Rada (comments or information without a known source).

*Hec que diximus de gentis Gothorum principio Abaius descriptor gentis Gothorum egregius uerissima hystoria atestatur, in quam sentenciam multi de maioribus consenserunt. Iosephus quoque annalium relator uerissimus, qui ueritatis regulam et causarum origines retexit fideliter, et Ysidorus Gothice gentis indigena et cronicorum disertor optimus **hec que diximus de Gothorum principio cur omiserint ignoramus. Set tantum ab hoc loco eorum prosapiam***

memorantes, Iosephus Scithas, Ysidorus Gethas asserunt appellatos. Set cum de eorum antiqua origine opiniones uarie habeantur, plus occultat uarietas quam declaret. Iosephus dicit de Magog filio Iaphet Scithas, qui et Massegetes, processisse. Vnde quidam nituntur ea que Ezechiel propheta contra Gog et Magog spiritualiter prophetauit Gothorum actibus adaptare. Isidorus doctor, nullius sciencie expers, eos Getharum siue Scitharum docet ex genere processisse, et e littera mutata in o Gethe dicuntur Gothi. De quibus poeta: Mortem contempnunt laudato uulnere Gethe. Set Iosephus et Ysidorus, quia ortum eorum a Schancia omiserunt, Scithas et Gethas ab incolatu patrie, non ab origine appellarunt. Hii septentrionalia iuga temptantes, Scithica regna montibus ardua possederunt. Et pars illa adhuc hodie Gothia appellatur. Interpretatio autem nominis eorum in lingua nostra fortitudo, et re uera; nullius enim gentis strenuitas ita regnis et imperiis se obiecit. In primo enim egressu a Schancia gentem stolidam Vlmerrugorum et Wandalorum a suis sedibus eiecerunt, iuga Scithica subiecerunt, Vesosum regem Egipti prelio fugauerunt, Asiam subiugarunt et eorum aliqui inibi remanserunt, ex quibus Parthi, ut dicitur, processerunt. Horum femine relicte a uiris armis in preliis claruerunt et partem Asie subiecerunt, Armeniam, Siriam, iliciam, Galaciam, Pisidiam, Yoniam et Eoliam domuerunt. Thelephus rex Gothorum uicit Danaos, interemit Thessandrum, insecutus fuit Vlixem; eirus famosus a Thamari regina Gothica fuit occissus. Darius filius Ydaspis et filius eius Xerses ab Ancyro rege Gothorum inferiores in prelio sunt inuenti. Hos Alexander uitandos docuit, Pirrus pertimuit, Cesar exorruit. Cum Pompeius pro arripiendo reipublice principatu contra Iulium Cesarem arma mouit, et isti ceteris forcius dimicarunt. Thraciam irruerunt, Ytaliam uastauerunt, Romam ceperunt, Veronam hedificauerunt nomen imponentes, quasi ue Roma in odium Romanorum, Gallias sunt aggressi, Hispanias sunt adepti, ibique apud Toletum sedem uite et imperii locauerunt. (hist. Goth. 1.9.27-68)

We are in the “prehistory” of the Goths here. Ximénez de Rada used Jordanes’ text for the geography of “Schancia”, the Goths allegedly homeland, and for their first kings. At some point, Jordanes referred to his own sources, wondering why some Josephus (not the author usually known as Flavius Josephus) had not transmitted much on the origins of the Goths (*Get.* 4.28–29). Ximénez de Rada also decided to

record this doubt and added that he himself did not know why Isidore had no concrete information on the subject either. Then he returned to Jordanes' text, to add Josephus' only reference to the Goths' origins: that they were also called Scythians (*Get.* 4.29). Then he turned again to Isidore, who recorded that the Goths were also known as the Getae (*Isid. Goth.* 1; *Recap.* 66). The following reference to the Massegetes did not come from Jordanes or Isidore. This people had been mentioned by Augustine of Hippo, in the *De ciuitate Dei* (20.11), where he had affirmed that "some suspect that *Gethas et Massagethas* derive from Gog and Magog". These two peoples were mentioned in the Bible as God's instrument to punish Israel (Ezekiel 38, 1-17). This Augustinian text is probably the passage Ximénez de Rada was thinking of, because he promptly also referred to the relationship between the Goths and Gog and Magog, mentioned by Isidore (*Isid. Goth.* 1; *Recap.* 66; Isidore's source is probably also Augustine). In the *Recapitulatio*, Isidore also gave more detail, used by Ximénez de Rada to explain the etymological relationship between *Getae* and *Gothi* (*Recap.* 66). The phrase *mortem contempnunt laudato uulnere Gethe* from an unknown is also taken from Isidore's *Recapitulatio* (*Recap.* 67). After a short commentary, Ximénez de Rada added new information from the *Recapitulatio* (66: *hii septentrionalia ...*) and a new note of his own. Then, a new combination of information from different sources: the etymological interpretation of *Gothi* as *fortitudo* is taken from the beginning of the *Historia Gothorum* (*Isid. Goth.* 2); the journey of the Goths from Schancia to the confrontation with the Persians is a summary of Jordanes' much more extensive text (4.26-27; 6.47; 7.51; 9.59-60; 10.61-64). After this, Ximénez de Rada referred to Pompey, using the *Historia Gothorum* (3). Then he added a passage, whose origins are unknown, about the Gothic origins of Verona⁵¹, ending with a new excerpt from the *Recapitulatio*, on the crossing of the Goths into Spain (*Recap.* 66).

As a rule, Ximénez de Rada chooses a main source that he pairs with a secondary source. In this case, the main source is still Jordanes' *Getica*; Isidore's *Historiae* is used for supplementary information. However, this is rarely a paratactic use; Ximénez de Rada must have had both codices in front of him and combined material

⁵¹ See LLANAS, Manuel; QUER, Pere - "La generació de material llegendari historiogràfic a partir d'etimologies medievals de topònims hispànics". *Els Marges* 109 (2016), pp. 31-50 (at pp. 36-38).

from them as he saw fit: he began by referring to the sources (as Jordanes did), then the peoples identified as their supposed ancestors (with material from Jordanes, Isidore and Augustine), the journey of the Goths from their encounters with the Greeks, Persians and Romans to their arrival in Iberia (combining material from Jordanes and Isidore). In this way, he composed a summary of the history of the Goths from their “ethnic” origins to Iberia.

I add a final example:

Isidore's <i>Historiae</i> 54 (δ)	Ximenez de Rada, <i>hist. Goth.</i> 2.15.20-31
Egit etiam gloriose bellum aduersus infestas gentes fidei <i>suscepto</i> auxilio. Francis enim sexaginta ferme ^a milium armatorum Gallias inruentibus misso Claudio duce aduersus eos glorioso <i>triumphauit euentu</i> . nulla umquam in Spaniis Gothorum uictoria uel maior uel similis extitit. prostrati sunt enim et capti multa milia hostium; residua exercitus pars <i>praeter spem in fugam uersa</i> Gothis <i>post tergum</i> insequentibus usque in regni sui finibus caesa est. saepe etiam <i>et lacertos</i> contra Romanas insolentias et irruptiones Vasconum mouit, ubi non magis bella tractasse quam <i>potius</i> gentem quasi in palaestrae ludo pro usu utilitatis uidetur exercuisse.	Egit etiam gloriose bellum aduersus infestas gentes fidei auxilio <i>subleuatus</i> . <i>Francos</i> enim cum sexaginta ferme <i>milibus</i> armatorum <i>Galliam Gothicam irruentes</i> misso aduersus eos <i>Emeritensi</i> ^b duce Claudio aduersus et glorioso <i>triumpho repulit et prostrauit</i> . nulla umquam in Hispaniis Gothorum uictoria uel maior uel similis extitit. <i>prostratis</i> enim et <i>captis pluribus milibus</i> hostium; residua <i>pars exercitus</i> Gothis <i>sequentibus</i> usque <i>ad</i> regni sui <i>confinia</i> cesa <i>fuit</i> . saepe etiam contra <i>insolentias Romanorum</i> ^c et irruptiones Vasconum <i>plurima bella gessit, unde</i> ^d non magis bella tractasse quam gentem <i>Gothicam</i> quasi in <i>ludo palaestre</i> pro usu <i>certaminis</i> ^e uidetur exercuisse.
^a fere β γ ε ferme δ <i>om. L.</i>	^b emeritensium <i>L om. β γ δ ε.</i> ^c romanas β δ ε romanos γ romanorum <i>K L.</i> ^d ubi β γ δ ε unde <i>K.</i> ^e utilitatis β γ ε <i>M certaminis K.</i>

For Reccared's reign, the only source was Isidore's *Historiae*. In the right-hand column is Isidore's text as it was probably copied in δ. Are additions, omissions or transformations of the text. I point out the variants that Ximénez de Rada may have found in other manuscripts.

One can find different types of change:

- a) Syntactic changes: *suscepto* > *subleuatus*; *Francis irruentibus* > *Francos irruentes*; *sexaginta milium* > *sexaginta milibus*; *prostrati sunt enim et capti multa milia* > *prostratis enim et captis pluribus milibus*; *in finibus* > *ad confinia*
- b) Morphological changes: *caesa est* > *cesa fuit*
- c) Lexical changes: *suscepto* > *subleuatus*; *glorioso triumphauit euentu* > *glorioso triumpho repulit et prostrauit*; *multa* > *pluribus*; *insequentibus* > *sequentibus*; *finibus* > *confinia*; *lacertos mouit* > *plurima bella gessit*; *utilitatis* > *certaminis*
- d) Changes in word order: *misso Claudio duce aduersus eos* > *misso aduersus eos duce Claudio*; *pars exercitus* > *exercitus pars*; *Romanorum insolentias* > *insolensias Romanorum*; *palestrae ludo* > *ludo palestres*
- e) Additions: *Gallias* > *Galliam Gothicam*; *duce* > *Emeritensi duce*; *gentem* > *gentem Gothicam*
- f) Deletions: *praeter spem in fugam uersa*; *post tergum*; *potius*

I purposely chose a passage in which Ximénez de Rada did not introduce relevant information of his own. This excerpt represents his “normal” usage of Isidore. My first observation is that, although he closely followed Isidore’s text, he modified it significantly. He added the adjective *Gothicam* to *Galliam* and *gentem*, which above all suggests clarification of the text, especially for a thirteenth-century reader. The addition of *Emeritensi* must depend on Lucas of Tuy’s *Chronicon mundi*; and *certaminis* is probably taken from a manuscript close to the model of *K*. There is an already quite widespread morphological change (the construction of the perfect passive tense with *fuit*). Most changes are, however, simple syntactic and word-order modifications, corresponding to questions of stylistic variety. Ximénez de Rada rarely suppressed concrete information from the *Historiae* (Pelagius of Oviedo, the anonymous compiler of the *Chronica Naiarensis* and Lucas of Tuy did not do so either) or altered the order of events. Like its predecessors, he sought to preserve Isidore’s text, but nevertheless introduced some variation that, while maintaining

the information and a good part of the lexicon and grammar, allowed for some creativity.

*

Ximénez de Rada stands at the end of a long tradition of chroniclers in Iberia who took their model from historiographical collections that circulated in the region at least from the Visigothic and early Mozarabic period. Even when they included earlier texts such as the *chronica* of Eusebius/Jerome, Prosper of Aquitaine, Victor of Tunnuna and John of Biclar, these compilations almost always maintained Isidore's *Chronicon* and *Historiae* as their essential foundation. However, when Ximénez de Rada decided to undertake his historiographical project, probably as a reaction to Lucas of Tuy's *Chronicon mundi*, he did it in a different way to his predecessors; and in doing so he created a different kind of history that already prepared the ground for Alfonso X.

It was a difficult task to step out from tradition, though. In terms of structure, Ximénez de Rada did not have much latitude for creativity: he did not have very different sources from Lucas; nor did he have many important new models, Jordane's *Getica* excepted. He decided to take on the model of Isidore's *Historiae* and to write a set of histories about the peoples who had passed through Iberia (including the Romans), centered on the Goths and the Christian Iberian kingdoms of the north as their direct and legitimate successors.

The *Historiae* did not just provide the overall idea for Ximénez de Rada's project. It was also one of his main sources. Again, he wanted to innovate. Instead of building his work by paratactic compilation of existing texts, he organized his content by juxtaposing and combining different sources whenever he had more than one for the same period or event. Normally, he chose a primary source to which he added new elements gathered from other texts. For the beginning of the *Historia Gothica*, up to the end of the century, his main source was Jordanes' *Getica*: due to its length, he often chose to summarize it. Isidore's *Historiae* only complemented this with some scattered information. The beginning of the sixth century, the *Historiae* became his main and often only source until the reign of Suinthila (up to 625–6).

Ximénez de Rada read the *Historiae* from a codex transmitting the so-called “Alcobaciensis” compilation, a collection of historiographical texts that circulated in the south of the Iberian Peninsula and whose origins go back to the Visigothic-Mozarabic period. It is possible that this text already had some marginalia taken from other manuscripts. Ximénez de Rada also decided to complete some of the information with the *Chronicon mundi* by Lucas of Tuy. Although Ximénez de Rada made extensive use of Isidore’s text, his quotation is rarely verbatim: without altering Isidore’s information, he inserted lexical, syntactic and word order variants to the text of the *Historiae*, aiming at *uariatio*. A reader who would have known the *Historiae* would certainly recognize Ximénez de Rada’s debt to Isidore. However, one could not have failed to acknowledge that he had not simply copied and slightly adapted the text as his predecessors had done: Ximénez re-wrote the text, making it his own.

Bibliographical references

Sources

Manuscript sources

Bamberg, Staatsbibliothek, Hist. 3

Berlin, Staatsbibliothek, Philipps 1885

København, Det Arnamagnæanske Institut, Københavns Universitet, AM 833 4^o

Madrid, Biblioteca de la Real Academia de la Historia, cod. 78

Madrid, Biblioteca Marqués de Valdecilla-Universidad Complutense, 134

Madrid, Biblioteca Nacional de España, 1513

Madrid, Biblioteca Nacional de España, 8831.

Paris, Bibliothèque Nationale, Bibliothèque de l’Arsenal 982

Roma, Biblioteca Vallicelliana, R 33.

Sevilla, Biblioteca Capitular y Colombina, ms. 58-1-3

Printed sources

Chronica Hispana saeculi XII. Pars I. Historia Roderici vel Gesta Roderici Campidocti Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 71. Turnhout: Brepols, 1990.

Chronica Hispana. Saeculi XII. Pars II. Chronica Naierensis. Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 71A. (Ed.) ESTÉVEZ SOLA, Juan Antonio Turnhout: Brepols, 1995.

Chronica Hispana saeculi VIII–IX. Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 65. Turnhout: Brepols 2018.

Chronica Hispana saeculi XII. Pars III. Historia Silensis. Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 71B. Turnhout: Brepols, 2018.

HISPALENSIS, Isidorus – *Chronica.* Corpus Christianorum. Series Latina (CCSL) 112. MARTÍN- IGLESIAS, José Carlos). Turnhout: Brepols, 2003.

HISPALENSIS, Isidorus – *Las historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla. Estudio, edición crítica y traducción.* RODRÍGUEZ ALONSO, Cristóbal (ed.). León: Centro de Estudios e investigación “San Isidoro”, Archivo histórico diocesano, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de León, 1975.

MOMMSEN, Theodor – *Chronica minora.* Monumenta Germaniae Historica. Auctores antiquissimi (*MGH Auct. Ant. chron. min.*) 9. Berolini: apud Weidmannos, 1892.

TUDENSIS, Lucas – *Chronicon mundi.* Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 74. REY, Ema (ed.). Turnhout: Brepols, 2003.

OROSIUS, *Histoire contre les Païens*, 3 vols. LINDET, Marie-Pierre (ed.). Paris: Les Belles Lettres, 1991.

TIRO, Prosper - *Chronik. Laterculus regum Vandalorum et Alanorum.* Kleine und fragmentarische Historiker der Spätantike (KfHist) G5. BECKER, Maria and KÖTTER, Jan-Markus (eds.). Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2016.

XIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo – *Opera Omnia I. Historia de rebus Hispanie siue Historia gothica.* VALVERDE, FERNÁNDEZ VALVERDE, J.(ed.). Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 72. Turnhout: Brepols, 1987.

XIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo – *Opera Omnia III. Historiae minores. Dialogus libre uitae.* FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan (ed.). Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis (CCCM) 72C. Turnhout: Brepols, 1999.

Studies

BAUTISTA PÉREZ, Francisco – “Memoria de Carlomagno: sobre la difusión temprana de la materia carolingia em España (siglos XI–XII)”. *Revista de poética medieval* 25 (2011), pp. 47-109.

BAUTISTA PÉREZ, Francisco – “Juan Páez de Castro, Juan Bautista Pérez, Jerónimo Zurita y dos misceláneas historiográficas de la España altomedieval”. *Scriptorium* 70:1 (2016), pp. 3–68.

BISCHOFF, Bernhard – *Katalog der festländischen Handschriften des neunten Jahrhunderts (mit Ausnahme der wisigotischen)*. Vol. 1. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1998; Vol. 2. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2004.

BRIQUET, Charles-Moïse – *Les Filigranes. Dictionnaire historique des marques du papier dès leur apparition vers 1282 jusqu'en 1600*. Vol. 2. Leipzig: Hiersemann, 1923.

BURGESS, R. W.; KULIKOWSKI, Michael – *Mosaics of Time: The Latin Chronicle Traditions from the First Century BC to the Sixth Century AD*. Vol. 1. *A Historical Introduction to the Chronicle Genre from Its Origins to the High Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2013.

CARLOS VILLAMARÍN, Helena de – “Rodrigo Jiménez de Rada y la compilación historiográfica del código de Bamberg Hist. 3”. *Traditio* 74 (2019), pp. 249–270.

CATALÁN, Diego; JEREZ, Enrique – *Fuentes Cronísticas de la Historia de España*. Vol. 10. “Rodericus” romanzado en Aragón, Castilla y Navarra. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal, 2005.

CESSI, Roberto – “Di due miscellanee storiche medioevali”. *Archivio muratoriano* 13 (1913), pp. 71–96.

COLLINS, Roger – “Isidore, Maximus and the *Historia Gothorum*”. In SCHARER, Anton; SCHEIBELREITER, Georg (eds.) – *Historiographie im frühen Mittelalter*. Vienna and Munich: Oldenburg, 1994, pp. 345–358.

DAVID, Pierre – “Annales Portugalenses Veteres”. *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*. Paris: Livraria Portugália, 1947, pp. 261–340.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecílio – *Libros y librerías en la Rioja altomedieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1991.

DUMVILLE, David – “What is a Chronicle?”. In KOOPER, Erik (ed.), *The Medieval Chronicle II: Proceedings of the 2nd International Conference on the Medieval Chronicle*. Amsterdam - New York: Brill, 2002, pp. 1–27.

DUNPHY, R. Graeme – “Annals”. In DUNPHY, R. Graeme (ed.) – *The Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Leiden – Boston: Brill, 2010, pp. 45–52.

DUNPHY, R. Graeme – “Chronicles (terminology)”. In DUNPHY, R. Graeme (ed.) – *The Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Leiden – Boston: Brill, 2010, pp. 274–282.

FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés, “De la historiografía fernandina a la alfonsí”. *Alcanate. Revista de estudios alfonsies* 3 (2002–2003), pp. 93–134.

FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés – “La técnica historiográfica del Toledano. Procedimientos de organización del relato”. *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 26 (2003), pp. 187–221.

FERNÁNDEZ VALLINA, Emiliano – *Pelayo de Oviedo. Su obra y técnica de elaboración literaria*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1973. Tese de doutoramento.

FERNÁNDEZ VALLINA, Emiliano – “El obispo Pelayo de Oviedo: su vida y su obra”. *Liber Testamentorum Ecclesiae Ovetensis*. Barcelona: Moleiro, 1995, pp. 231–401.

FURTADO, Rodrigo – “In how many ways can a text be written? The textual tradition of Isidore’s *Histories*”. In CODOÑER, Carmen; ALBERTO, Paulo-Farmhouse (eds.) – *Wisigothica. After M. C. Díaz y Díaz*. Firenze: SISMEL – Edizioni del Galluzzo, 2014, pp. 421–476.

FURTADO, Rodrigo – “A collection of chronicles from late antique Spain: Madrid, Complutense 134, ff. 25vb–47vb. Content, structure and chronology”. In ANDRÉS SANZ, María Adelaida; PANIAGUA, David (eds.) – *Formas de acceso al saber en la Antigüedad tardía y en la Alta Edad Media. La Transmisión del conocimiento dentro y fuera de la escuela*, Barcelona and Rome: FIIEM-Brepols, 2016, pp. 227–258.

FURTADO, Rodrigo – “La ‘Crónica’ de Eusebio-Jerónimo en Madrid, BHMV, Complutense 134 (ff. 2va–14vb)”. In MESA-SÁNZ, José Francisco (ed.)– *Latinidad medieval hispánica*. Firenze: Sismel - Edizioni del Galluzzo, 2017, pp. 69–84.

FURTADO, Rodrigo – “Reassessing Spanish chronicle writing before 900: The tradition of compilation in Oviedo at the end of the ninth century”. *The Medieval Chronicle* 11 (2017), pp. 171–194.

FURTADO, Rodrigo – “Emulating neighbours in medieval Iberia around 1000: A codex from la Rioja (Madrid, RAH, cód. 78)”. In BERGQVIST, Kim, JENSEN, Kurt Villads, LAPPIN, Anthony John (eds.) – *Conflict and Collaboration in Medieval Iberia*. Cambridge: Cambridge Scholars, 2020, pp. 62–92.

FURTADO, Rodrigo – “Writing history in Portugal before 1200”. *Journal of Medieval History*, 47:2 (2021), pp. 145–173.

FURTADO, Rodrigo – “Narrating the past”. In *Brill’s Companion to Visigothic Iberia* (in press).

HÖGBERG, Peter – “La rédaction des chroniques de Sébastien, de Sampiro et de Pélage dans Sandoval” (I–II). *Bulletin hispanique* 39 (1937), pp. 193–207, 305–327

JEREZ, Enrique – “La Historia gothica del Toledano y la historiografía romance”. *Cahiers de Linguistique et de Civilisation Hispaniques Médiévales* 26 (2003), pp. 223–239.

JEREZ, Enrique – “Arte compilatoria pelagiana: la formación del Liber cronicorum”. In ARIZALETA, Amaia (ed.), *Poétique de la chronique. L’écriture des textes*

historiographiques au Moyen Âge (péninsule Ibérique et France). Toulouse: CNRS – Université de Toulouse-Le Mirail, 2008, pp. 47–87. Available at <https://books.openedition.org/pumi/38873>

LACARRA, José María – “Textos navarros del código de Roda”. *Estudios de Edad Media de la corona de Aragón* 1 (1945), pp. 193–284.

LINEHAN, Peter – “On further thought: Lucas of Tuy, Rodrigo de Toledo and the Alfonsine Histories”. *Anuario de Estudios Medievales* 27:1 (1997), pp. 415–436.

LINEHAN, Peter – “Reflexiones sobre historiografía e historia en el siglo alfonsino”. *Cahiers de linguistique hispanique médiévale* 23 (2000), pp. 101–111.

LINEHAN, Peter – “Dates and doubts about don Lucas”. *Cahiers de linguistique et civilisation hispanique Médiévale* 24 (2001), pp. 201–217.

LINEHAN, Peter – “Lucas of Tuy, Rodrigo Jiménez de Rada y las historias alfonsíes”. In FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés (ed.) – *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Servicio de Publicaciones, 2001, pp. 19–36.

LINEHAN, Peter – “Fechas y sospechas sobre Lucas of Tuy”. *Anuario de Estudios Medievales* 32:1 (2002), pp. 19–38.

LLANAS, Manuel; QUER, Pere – “La generació de material llegendari historiogràfic a partir d’etimologies medievals de topònims hispànics”. *Els Marges* 109 (2016), pp. 31–50.

MARTÍN DUQUE, Ángel – “La realeza navarra de cuño hispano-godo y su ulterior metamorphosis”. In HENRIET, Patrick (ed.) – *À la recherche de légitimités chrétiennes. Représentations de l’espace et du temps dans l’Espagne médiévale (IX^e–XIII^e siècles)*. Lyon: ENS Éditions-Casa de Vélazquez, 2003, pp. 225–241.

MARTIN, Georges – “Dans l’atelier des faussaires. Luc de Túy, Rodrigue de Tolède, Alphonse X, Sanche IV: trois exemples de manipulations historiques (León-Castille, XIII^e siècle)”. *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévale* 24 (2001), pp. 279–309.

MARTÍN, José Carlos – “La tradition indirecte de la Chronique d’Isidore de Séville”. *Revue d’histoire des textes* 31 (2001), pp. 167–225.

MARTÍN, José Carlos – “Réflexions sur la tradition manuscrite de trois oeuvres d’Isidore de Séville: le *De natura rerum*, la *Regula monachorum* et le *De origine Getarum, Vandalorum, Sueborum*”. *Filologia mediolatina. Studies in Medieval Latin Texts and their Transmission*, 11 (2004), pp. 244–263.

MARTÍN, José Carlos – “Isidorus Hispalensis Ep. 10. De origine Getarum, Vandalorum, Sueborum”. In CHIESA, Paolo; CASTALDI, Lucia (eds.) – *La trasmissione dei Testi Latini del Medioevo*. Vol. 2. Firenze: SISMEL – Edizioni del Galluzzo, 2005, pp. 370–379.

MONTANER FRUTOS, Alberto – “El proyecto historiográfico del Archetypum Naiarense”. *E-Spania. Revue électronique d'études hispaniques médiévales* 7. Accessed June 2009. Available at <https://journals.openedition.org/e-spania/18075>.

PÉREZ DE URBEL, Justo – *Sampiro: su crónica y la monarquía leonesa en el siglo X*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1952, pp. 165–196

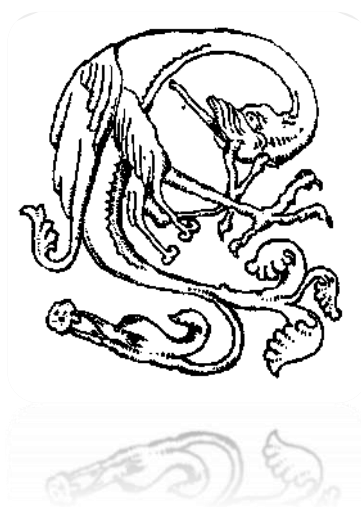
ROSE, Valentin – *Verzeichniss der lateinischen Handschriften*. Vol. 1. Berlin: A. Asher & Co., 1893, pp. 299–307

SÁNCHEZ ALONSO, Benito – *Crónica del obispo don Pelayo*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1924.

VILLANUEVA Y ASTENGO, Joaquín Lorenzo – “Carta XXVI: noticia del códice de cronicones que copió el señor Pérez de varios originales antiguos, el qual se conserva en el archivo de la Santa Iglesia de Segorve”, *Viage literario a las iglesias de España*. Vol. 3. Madrid: Imprenta Real, 1804, pp. 196–220.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FURTADO, Rodrigo – “Isidore of Seville and Rodrigo Ximénez de Rada”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 253-287. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 34 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

**Heroic Deeds and Heroic Failure: Robert of Normandy
and the Portrayal of the First Crusade in 12th and 13th
Century England**

**Proezas e fracassos heroicos: Robert of Normandy e o Retrato da
Primeira Cruzada na Inglaterra dos séculos XII e XIII**

Carol Sweetenham

University of Warwick, Royal Holloway College, University of London
Egham, Surrey TW20 0EX

carol@sweetenham.org

Data recepção do artigo / Received for publication: 2 de Novembro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Março de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6954>

ABSTRACT

The First Crusade was evoked by Anglo-Norman English historians throughout the 12th and into the 13th Century. In the first third of the 12th Century it was recounted in detail by three leading historians: Orderic Vitalis, William of Malmesbury and Henry of Huntington. By the middle of the 12th Century, however, it was already being depicted less as an enterprise in its own right and more as a backdrop for the participation of Robert, Duke of Normandy. Robert himself was depicted as a flawed hero, whose bravery on crusade was celebrated, but who failed in his ultimate duty by refusing the crown of Jerusalem. This paper traces the evolution of the portrayal both of the crusade and of Robert's part in it in 12th and 13th Century England, exploring how perceptions both of the crusade and Robert changed in line with political priorities and attitudes to crusade.

Keywords: First Crusade; Robert of Normandy; English historiography; Jerusalem; dynastic memory.

RESUMO

A Primeira Cruzada foi recordada por historiadores ingleses anglo-normandos ao longo do século XII e no século XIII. No primeiro terço do século XII, foi detalhadamente relatada por três importantes historiadores: Orderic Vitalis, William of Malmesbury e Henry of Huntington. Em meados do século XII, no entanto, esta Cruzada já era retratada menos como um empreendimento, pelo seu próprio mérito, e mais como cenário para a participação de Robert, duque da Normandia. O próprio Robert foi retratado como um herói imperfeito, cuja bravura na cruzada foi exaltada, mas que falhou na sua última obrigação, ao recusar a coroa de Jerusalém. Este artigo traça a evolução da representação, tanto da cruzada, como da participação de Robert, em Inglaterra, nos séculos XII e XIII, explorando o modo como as percepções, quer da cruzada, quer de Robert, se alteraram em articulação com as atitudes e prioridades políticas relativamente à cruzada.

Palavras-chave: Primeiras Cruzadas; Robert of Normandy; historiografia Inglesa; Jerusalém; memória dinástica.



Heroic Deeds and Heroic Failure: Robert of Normandy and the Portrayal of the First Crusade in 12th and 13th Century England¹

“ob cuius rei magnitudinem digrediendi veniam a lectore postulo, nec enim si voluero tam miranda Dei magnalia tacere, vel coactus potero, cum nec absit causa Normannorum ducis occasio².”

“On the face of it, English participation in the [first]crusade was minimal and peripheral”³. The First Crusade inspired a wave of texts reflecting the diverse origins of its leading figures. In the immediate aftermath, the author(s) of the *Gesta Francorum* described events from the perspective of Bohemond⁴. Ralph of Caen and Fulcher of Chartres, both in Outremer, wrote respectively about Tancred and Baldwin I in the first decades of the century⁵. Albert of Aachen presented a Germanic view based on extensive eyewitness testimony⁶. The story was renarrated in the first decade of the 12th century by the Benedictine clerics Robert the Monk, Baldric of Bourgueil, and Guibert of Nogent, who set the events in a theological framework⁷.

¹ I am grateful to colleagues at the British Branch of the Société Rencesvals for helpful insights on Anglo-Norman historiography. Translations from Orderic Vitalis, William of Malmesbury and Henry of Huntingdon are those of their respective translators; all other translations are mine unless otherwise stated.

² HENRY OF HUNTINGDON – *Historia Anglorum: the History of the English People*. Ed. and trans. Diana Greenway. Oxford: Oxford University Press, 1996. Hereafter HH. VII.5 pp. 422-423; “on account of the magnitude of the event, I beg the reader’s indulgence for a digression, for it would be impossible to keep silent about the wonderful and mighty works of God, even if I should wish or be compelled to do so, since they concern the Duke of the Normans”.

³ TYERMAN, Christopher – *England and the Crusades: 1095-1588*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1988; p. 15.

⁴ *Gesta Francorum et aliorum Hierosolymitanorum*. Ed. Rosalind Hill. London: Nelson, 1962. Hereafter *GF*.

⁵ RALPH OF CAEN – *Radulphi Cadomensis Tancredus*. Ed. Edoardo d’Angelo. Turnhout: Brepols, 2011. Translated by Bernard S. Bachrach and David. S. Bachrach – *The Gesta Tancredi of Ralph of Caen. A History of the Normans on the First Crusade*. Guildford: Routledge, 2010. Hereafter RC. FULCHER OF CHARTRES – *Historia Hierosolymitana (1095-1127)*. Ed. Heinrich Hagenmeyer. Heidelberg: Carl Winter, 1913. Translated by Frances Rita Ryan – *A History of the Expedition to Jerusalem 1095 – 1127*. University of Tennessee Press, 1969. Hereafter FC.

⁶ ALBERT OF AACHEN – *Historia Ierosolimitana: History of the Journey to Jerusalem*. Ed. and trans. Susan B. Edgington. Oxford: Oxford University Press, 2007. Hereafter AA.

⁷ ROBERT THE MONK – *The Historia Iherosolimitana of Robert the Monk*. Ed. Marcus Bull and Damien Kempf. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2013. Translated Carol Sweetenham – *Robert the Monk’s History of the First Crusade*. Aldershot: Ashgate, 2005. Hereafter RM. BALDRIC OF BOURGUEIL – *Historia Jerosolimitana*. Ed. Steven Biddlecombe. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2014. Translated

The nearest approach to an Anglo-Norman crusade hero was Robert, Duke of Normandy and eldest son of William the Conqueror. There is though no contemporary Anglo-Norman account dedicated to the crusade let alone an account with Robert centre stage.

The crusade was repeatedly described by Anglo-Norman historians through the 12th and 13th centuries, starting with the accounts by Orderic Vitalis, William of Malmesbury, and Henry of Huntingdon⁸. It rapidly became synonymous in Anglo-Norman historiography with Robert. Robert himself however was an ambiguous figure: his achievements on the crusade were celebrated but stood in contrast to repeated criticism of his unfitness – and indeed reputed refusal – to rule.

The evolution of memory about the Crusade

Recent scholarship has focused on the importance of crusades in creating and memorializing the identity of ancestors: “aristocratic lineages relied heavily on crusading as a mark of past and future prestige”⁹. Achievements on the crusade were both geographically and socially distant, taking place in a psychogeography which offered freedom to shape individual and collective narrative: “the Crusades created a dynamic framework for the development and performance of medieval identity”¹⁰. What happened in Outremer did not stay in Outremer: it came back to the West shaped into narratives of heroism as well as narratives of failure.

Memories, though, are not static. The function of memory changes as events recede into the distance. Initial memories can be characterized as communicative: they are

by Susan Edgington – *Baldric of Bourgueil: History of the Jerusalemites*. Woodbridge: Boydell, 2020. Hereafter BB. GUIBERT OF NOGENT – *Dei Gesta per Francos et cinq autres textes*. Ed. Robert B. C. Huygens. Turnhout: Brepols, 1996. Translated by Robert Levine – *The Deeds of God through the Franks by Abbot of Nogent-sous-Coucy Guibert*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 1997. Hereafter GN. ⁸ ORDERIC VITALIS – *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis*. Ed. and trans. Marjorie Chibnall, 5 vols. Oxford: Clarendon Press, 1969-1980; books IX and X. Hereafter OV. WILLIAM OF MALMESBURY – *Gesta Regum et Anglorum*. Ed. and trans. Roger A. B. Mynors, completed by Rodney Thomas and Michael Winterbottom, 2 vols. Oxford: Oxford University Press, 1998, book IV, chs 343-374, 387-389. Hereafter WM. HH, book VII chs 5-18.

⁹ CASSIDY-WELSH, Megan – *Remembering the Crusades and Crusading*. Abingdon: Routledge, 2017, page 5. See PAUL Nicholas – *To Follow in Their Footsteps. The Crusades and Family Memory in the High Middle Ages*. Ithaca and New York: Cornell University Press, 2012.

¹⁰ PAUL, Nicholas; YEAGER, Suzanne – *Remembering the Crusades: myth, image and identity*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2012, p. 8.

about creating, interpreting, and socialising experiences. Over the period of a century or so, “as communicative memory fades, so cultural memory takes over... not memory as a subjective practice, but remembrance as a social, political and organizational force”¹¹. What began as personal perceptions of individuals and their reputations turn over time into more abstract representations of the roles played and/or perceived to have been played by those individuals in historical events. Past deeds were evoked and reshaped in patterns that fitted contemporary discourse.

We can trace the development of legends about Robert through this lens. Contemporary accounts of the crusade are clear about his heroism, although with an ambivalence that appears early on. Anglo-Norman historians writing in the first half of the 12th century adopt a differing balance between praise and criticism of Robert in the context of the disputed succession with Henry I: Robert’s personal qualities or lack of them become critical in their portrayal. Those writing towards the end of the 12th century similarly reflect this ambivalence, but in a post-Hattin context where crusading took on new relevance and urgency. By the 13th century, Robert had become a generic crusade hero to whom episodes could be attached which bear little relevance to what he might or might not have done, but make a rattling good story.

Robert on the crusade and on return: reality and reputation

Robert of Normandy was the eldest son of William of Normandy. The first decades of his life were spent in conflict with his father and his brothers, which ultimately led to him taking refuge with Robert of Flanders. On the death of William in 1087, Robert inherited the duchy of Normandy whilst his brother William Rufus was granted the crown of England. The brothers agreed that each would be the other’s heir; however this pact was shortlived, and Robert attempted unsuccessfully in 1088 to take the English throne from his brother William Rufus.

When Urban issued the call to crusade, Robert mortgaged his duchy to fund his departure to the Holy Land. The contemporary accounts of the First Crusade portray

¹¹ CASSIDY-WELCH, Megan – *Remembering the Crusades and Crusading*, p. 6.

Robert as an experienced and capable leader¹². He played a significant role in rallying the Christian forces at the battle of Dorylaeum under intense pressure, something recounted in detail in Ralph of Caen and Guibert of Nogent (who were not there), but not mentioned by Fulcher or the author of the *Gesta Francorum* (who were)¹³. He led out a column at the Battle of Antioch, though is not mentioned as a leading figure in the battle¹⁴. By contrast, his feat in seizing the standard of the emir leading the Saracen forces at the battle of Ascalon was widely recognized¹⁵. There is no hint that he either coveted or was offered the rulership of Jerusalem; Aird suggests that he in fact played the role of mediator in the discussions¹⁶. His role was by no means undistinguished: “a personal triumph” for Aird, who emphasizes both Robert’s valour and his abilities as mediator and conciliator¹⁷. But arguably he captured the contemporary imagination less than Bohemond or Godfrey. Robert the Monk for example somewhat downplays his role, referring only in passing to his heroism at Dorylaeum and pointedly calling him “comes” rather than “dux”¹⁸.

Robert’s absence left Henry I free to claim the English throne on the death of William Rufus. Robert made an abortive attempt to invade in 1101. Henry was subsequently to invade Normandy in 1105. The ongoing dispute between the brothers concluded at the battle of Tinchebrai in 1106, where Robert was taken captive by Henry, and spent the rest of his life in captivity until his death in 1134; the duchy of Normandy was absorbed into England.

There was ambivalence about Robert’s *fama* almost from the start. His heroism was widely recognized. The mid-12th Century crusading window at the Basilica of St-Denis explicitly depicts Robert in combat, with the caption “*R Dux Normannorum*

¹² AIRD, William C. – *Robert Curthose: Duke of Normandy*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2008, pp. 153-190. Old but still useful is DAVID, Charles Wendell – *Robert Curthose Duke of Normandy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1920.

¹³ RC ch. 90, p.26; GN III.10 p.154.

¹⁴ See e.g. FC I.23, AA IV.47, 49; GN VII.18 p. 297.

¹⁵ GF 95; AA VI.50; GN VII.18, p.297 and VII.20, p.299.

¹⁶ AIRD, William – *Robert Curthose*, pp.184-186; see GN VI.15 p.248.

¹⁷ AIRD, William – *Robert Curthose*, pp 189-190

¹⁸ RM transl. Sweetenham, p. 20 note 49.

*Partum Prosternit*¹⁹. The scene could refer to Robert's heroism at Dorylaeum, his exploits at Antioch (attacking Corbaran though we might have expected the caption to reflect this, or killing the Saracen emir Red Lion) or his combat with the emir at Ascalon²⁰. Whichever of these it was, Robert's heroism was perceived as such that he was one of only two leaders to be named in the window, the other being Robert of Flanders. Equally, however, there were murmurings about his weaknesses of character from an early stage. Ralph of Caen and Guibert of Nogent both criticize him for being too lenient towards wrongdoers and extravagant²¹. The Monte Cassino account of the crusade, dating from the second quarter of the century, describes Robert refusing the crown on the grounds that he wants to return home²².

"Tam miranda Dei magnalia": early 12th Century accounts of the crusade in Anglo-Norman England

We find detailed accounts of the Crusade in the three major Anglo-Norman historians of the first part of the 12th Century: William of Malmesbury, Orderic Vitalis, and Henry of Huntingdon. William's account dates in its first form to around 1118, revised substantially in the mid-1130s; he relies on the account of Fulcher of Chartres²³. Orderic's account is likely to date to around 1135 and uses Baldric of Bourgueil as his main source²⁴. Henry wrote his account between 1123-1130 and continued to revise it up to 1154: there is no obvious main source²⁵. The fullest account is Orderic's, which occupies all of book IX and some of book X of his *Historia*

¹⁹ "Robert, duke of the Normans, overthrows a Parthian". BROWN, Elizabeth A. R.; COTHREN, Michael W., "The 12th Century Crusading Window of the Abbey of St-Denis: *praeteritorum enim recordatio futurorum est exhibitio*". In *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 49 (1986), pp. 1-40, in particular pp. 26-31.

²⁰ See *La Chanson d'Antioche: chanson de geste du dernier quart du XIIe siècle*, ed. Bernard Guidot. Paris: Champion, 2011. This is a poetic account of the crusade from the end of the 12th Century which draws in part on earlier material. Lines 8557-91 for attack on Red Lion, whom Robert kills at lines 9029-36; he attacks Corbaran and knocks him from his horse at lines 8750-68.

²¹ RC ch. 61 pp. 18-19; GN II.16 pp. 132-133; see also VII.37 p.336 for implied bad discipline at Laodicea.

²² *Hystoria de via et recuperatione Antiochiae atque Ierusalem (olim Tudebodus imitatus et continuatus)*. Ed. Edoardo d'Angelo. Florence: SISMEL, Edizioni del Galluzzo, 2009, CXXX, pp. 128-129.

²³ THOMSON, Rodney M. – *William of Malmesbury*. Revised edition. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2003, pp. 178-88.

²⁴ CHIBNALL, Marjorie – *Ecclesiastical History*, Introduction to vol. 5, pp. xi-xiii.

²⁵ GREENWAY, Diana – *Historia Anglorum*, Introduction pp.lxvi-lxxvii.

Ecclesiastica. William's account occupies around 12% of his *Gesta Regum Anglorum*²⁶. Henry's account is shorter but still substantial²⁷.

This explosion of interest some decades after the crusade, in a part of the Anglo-Norman realm which had not participated to any significant extent in the expedition, and in historical works partly at least about England, is striking. All three are clear, thirty years on, about the miraculous nature of the enterprise. Orderic for example comments: "*nulla ut reor unquam sophistis in bellicis rebus gloriosior materia prodidit, quam nostris nunc Dominus poetis atque libris tradidit, dum per paucos Christicolae de paganis in oriente triumphavit*"²⁸. All three mark it out as a discrete episode standing out from the rest of their narration.²⁹ They comment on the exemplary nature of the enterprise: William, for example, comments "*tam famosum his diebus expeditionem audiere sit operae pretium et virtutis incitamentum*"³⁰. And they use the modesty topos to underline the magnitude of the enterprise compared to their own powers to depict it³¹. There is little attempt to magnify Anglo-Norman participation: Orderic and William stay relatively close to their respective sources Baldric and Fulcher. There is no reason not to take at face value their own commentary: the crusade was a miraculous enterprise and therefore deserved to be recounted at length.

The crusade mattered. And this created a double dilemma. Robert had distinguished himself on the crusade, but had lost his lands to Henry and was in prison: his heroism on the crusade was cast into question by his defeat and the questions this

²⁶ WM IV chs. 343-373, 387-389. GRABOIS, Aryeh – "The description of Jerusalem by William of Malmesbury: a mirror of the Holy Land's presence in the Norman mind". *Anglo-Norman Studies* 13 (1990) pp. 145-156.

²⁷ HH VII.5-18, VII.22.

²⁸ "Never, I believe, has a more glorious subject been given to historians of warfare than the Lord offered I our own time to poets and writers when he triumphed over the pagans in the East through the efforts of a few Christians". OV, Prologue to book IX, pp. 4-5. Compare WM IV.372, p.90; HH VII.5 pp.422-423, "miraculum Domini magnum temporibus nostris factum". ("The Lord's great miracle that came about in our own time".)

²⁹ Orderic provides a prologue setting out the divine nature of the crusade and underlining its importance with six hexameters, IX pp.4-7; William provides a mini-prologue, IV.343 pp. 542-43; and Henry asks the reader's indulgence for his digression, VII. pp. 422-423.

³⁰ WM IV.304, pp. 540-543, "for to hear of such a famous enterprise in our own time is worthwhile in itself, and an inspiration to brave deeds"; compare OV IX Prologue pp. 6-7, "strenuos Christi agonithetas diligo, et eorum probos actus attollere gestio." ("I love the brave champions of Christ and delight in praising their valiant deeds").

³¹ WM IV.304, pp. 540-543; OV IX Prologue pp. 6-7.

raised as to how far he, in fact, enjoyed Divine favour. Henry had not been on a crusade, but ruled his brother's duchy and held the crown Robert had tried to claim: Robert's widely acknowledged heroism on a divinely favoured enterprise outweighed his brother's reputation. Crusade heroism could not be ignored or denied. But who enjoyed God's favour more? And who was the rightful ruler?

The three authors adopt different stratagems to navigate this awkwardness. Orderic minimises Robert's achievements by barely mentioning them and by repeated sharp criticism of his personal deficiencies. William similarly gives Robert little prominence in his account of the crusade itself, describing him separately from the events and giving greater prominence to Robert's failings than to his one albeit impressive achievement. Henry, who made no secret elsewhere in his work of his views on Henry I, is more favourably disposed to Robert: he reflects more of Robert's heroism and embeds it within the account of the crusade, compressing the story of the refusal into one sentence³².

Orderic says little of Robert's heroism at Dorylaeum³³. He is the only source to describe Hugh Bunel, an exile since 1077, approaching Robert and offering help, but says little about the use Robert made of Hugh³⁴. He retains the description from Baldric about Robert's capture of the standard at Ascalon and subsequent donation to the Holy Sepulchre³⁵. Conversely, he criticises Robert sharply elsewhere, describing him on his return from crusade as "*socordia nempe mollicieque damnabiliter detentus*", and referring obliquely to his desire to get home³⁶. Elsewhere he is repeatedly and sharply critical of Robert, notably in the prophecy made by a hermit to the Duke's mother that his rule will be disastrous for Normandy³⁷.

³² HH, *De Contemptu Mundi*, pp. 584-619; pp. 604-609, where he describes Henry's perjury towards Robert.

³³ OV IX.8 pp. 62-63.

³⁴ OV IX.15, pp. 156-159.

³⁵ OV IX.17, pp. 181-83 and 188-189; BB IV.20, 21.

³⁶ OV X.17 pp. 300-301; X.12 274-75, "he was sunk beyond redemption in indolence and voluptuousness". See AIRD, William – "Orderic's secular rulers and Representations of Personality and Power in the *Historia Ecclesiastica*". In ROZIER, Charles C., *et alii* (Ed.) – *Orderic Vitalis: Life, Works and Interpretations*. Woodbridge: Boydell, 2016, pp. 189-216, at pp. 202-04.

³⁷ OV V.10, pp. 106-7; see also VIII.1 pp.114-15 for trenchant assessment of Robert's character.

William tells us rather more about Robert. He is shown more than once with Robert of Flanders and Stephen of Blois³⁸. There is little reference to him in the account William follows from Fulcher, though he does add a reference to Robert cutting through the centre of the enemy lines at the battle of Ascalon³⁹. After the end of his description of the crusade, he talks in detail about Godfrey including a number of anecdotes, returns to Fulcher for the early years of the kingdom, and talks in detail about Raymond IV. He then goes on to talk about Robert⁴⁰. He describes how Robert killed the Turkish leader Corbagaath at the Battle of Antioch. This is not true. But Kerbogha's attack was arguably the point on which success or failure hung for the crusade, and to credit Robert with killing him represented a major recognition of his importance. William goes into (eyewitness?) detail not found in any other source, describing how Robert fought alongside "*Philippus clericus*", son of the powerful Count Roger of Montgomery, and Warin of Taney in Maine; the three pretended to flee then wheeled about and killed a man each⁴¹. Conversely, William also tells us how Robert refused the kingdom of Jerusalem when it was offered to him by consensus as the son of a king on the grounds of "*laborum inextricabilium metu [...] [Deus] "omnes eius dulcedines amarissimis offensionibus offuscans". He qualifies this "ut fertur"*⁴². For William, therefore, there is a sharp contrast. On crusade Robert "*in multis quidem mirabilis apparuit, ut nunquam a Christiano vel pagano potuerit ex equite pedes effici*"⁴³. But his refusal of the crown "*indelibili macula nobilitatem suam respersit*"⁴⁴. This reflects William's more general criticism of Robert: he accuses him of being a wastrel, of attacking his brother and "*pro mollitie tamen animi numquam regendae reipublicae idoneus iudicatus*"⁴⁵.

Henry of Huntingdon's portrayal of Robert is notably more positive than those of William or Orderic. Henry describes how Robert saved the day at Dorylaeum by

³⁸ WM IV.350, pp. 612-613; ch. 357, pp. 628-631.

³⁹ WM IV.371, pp. 650-654; compare FC I.31.

⁴⁰ WM IV.389, pp. 700-707.

⁴¹ MASON, J. F. A. – "Roger de Montgomery and his sons". *Transactions of the Royal Historical Society* 13 (1963) pp. 1-28. WM IV.389 pp. 702-703

⁴² WM IV.389 pp. 702-703; "through fear of its insoluble difficulties... [God] darkened all his pleasures with most bitter pains".

⁴³ WM IV.389 pp. 702-03, "achieved by many feats a great reputation, such that neither Christian nor pagan could unhorse him".

⁴⁴ WM IV.389 pp. 702-703, "brought a lasting stain on his reputation".

⁴⁵ WM IV.389, pp. 704-707, "for his softheartedness never thought fit to rule a commonwealth".

rallying the troops, giving a rousing speech, and cutting his way through three Turkish battle lines; this is also in Robert the Monk but considerably embroidered by Henry⁴⁶. Robert grants a city to one Symeon, suggesting that he had territories at his disposal⁴⁷. He slices a Saracen down the middle at Antioch, an exploit placed alongside Godfrey's famous bisection and implicitly associating Robert with Godfrey's feat⁴⁸. Henry omits the battle of Ascalon and any reference to Robert's feat, although it is clear from a reference further on in the context of Robert's return to England that he was aware of it⁴⁹. Like William, he has the story of Robert refusing the crown though gives it little space: "*optulerunt igitur regnum Ierosolim Normannorum duci. Quod quia causa laboris repudiavit, offensus est in eum Deus, nec prosperum quid deinceps ei contigit*"⁵⁰.

It is clear from these accounts that stories and anecdotes were already circulating about Robert and probably during his lifetime⁵¹. Robert was indubitably a hero of the Crusade, an event which was by common consent an extraordinary manifestation of the power of God. His heroism needed not only to be acknowledged but magnified, not only in his own right but as the eldest son of the Conqueror and as an outstanding Anglo-Norman leader. Equally indubitable however was the fact that he had been comprehensively outmanoeuvred and defeated by Henry. On one level this could simply be explained as divine disfavour: victory goes to the righteous. However, the story that Robert had refused the throne of Jerusalem was the most damaging possible to his reputation. Whatever his heroism on crusade, he had failed Christ by refusing to defend His holy city and, implicitly, failing to emulate Him; and he had done so out of laziness and a desire for luxury. This both undermined his reputation as a heroic crusader and reflected existing criticisms of

⁴⁶ HH VII.7; RM III.10, who emphasises the role of Bohemond.

⁴⁷ HH VII.9.

⁴⁸ HH VII.10. See DZWIGALA Bartłomiej – "Evolution of the account of Duke Godfrey's deed of hewing the enemy through the middle with a single blow during the siege of Antioch by the First Crusade. A source study." *Przedal nauk historycznych* 17 (2018) pp. 5-28.

⁴⁹ HH VII.22.

⁵⁰ HH VII.18, "and so they offered the kingdom of Jerusalem to the duke of the Normans. Because he refused it on account of the labour involved. God was offended against him, and nothing favourable happened to him thereafter".

⁵¹ LE SAUX, *Companion to Wace* p. 264. See PARSONS, SIMON THOMAS – *The Use of Chanson de Geste Motifs in the Latin Texts of the First Crusade. C. 1095-1145*. Ph.D thesis, Royal Holloway College, 1997 for clustering of epic motifs around Dorylaeum, Antioch and Ascalon, the areas where Robert's heroism is most often highlighted.

his laxness. And it played to a political agenda. It implicitly justified Henry I's taking of the English throne: if Robert had refused the throne of the heavenly city, he was hardly fit to rule Normandy let alone England⁵². And there was a further implication: that the kingship of Jerusalem had been intended for an Anglo-Norman ruler, thus implicitly underlining the importance and legitimacy of the dynasty. This negative portrayal of Robert's conduct at Jerusalem was supported both by direct criticism of Robert as unsuited to rule, and by insinuations that he lost impetus and grip after the crusade⁵³.

The mid-12th Century: all about Robert

The lack of emphasis on the crusade in the historiography of the middle third of the 12th Century stands in sharp contrast to the detailed accounts of Orderic, William, and Henry. The crusade was a relatively distant memory. And the lack of English participation meant that there were few family memories to preserve. For historians interested in defining a nascent English nationhood, Robert was an obvious exemplar of Anglo-Norman heroism. So Anglo-Norman English historians in the middle of the 12th Century were more interested in the deeds of Robert on the crusade than in the crusade itself.

Geffrei Gaimar wrote an octosyllabic vernacular history, the first version dating from 1136-37⁵⁴. His account of the crusade is short and focused entirely on Robert⁵⁵. He has nothing but praise for Robert: "*suz ciel nen out meillor baron*"⁵⁶. In this account, Robert becomes rather startlingly the controlling intelligence of the entire crusade. Gaimar credits him with taking Jerusalem; killing Corbaran, which so impresses the Christians that they want him to be king; capturing Antioch of which

⁵² On crusading and Henry I see GRABOIS, Aryeh – "Anglo-Norman England and the Holy Land". *Anglo-Norman Studies VII: The Proceedings of the Battle Conference 1984*, ed. R. Allen Brown, 132-41; Tyerman, *England* pp. 30-32.

⁵³ PAUL, Nicholas – *To Follow in Their Footsteps*, pp. 228-233. SHOPKOW, Leah – *History and Community: Norman Historical Writing in the Eleventh and Twelfth Centuries*. Washington: Catholic University of America Press, 1997, p. 102 for negative portrayal of Robert as destroying Normandy in contrast with Henry I's wisdom and justice which save it. OV V.304-5; see below for similar references in Wace.

⁵⁴ GEFREI GAIMAR – *Estoire des Engleis/History of the English*. Ed. and trans. Ian Short. Oxford: Oxford University Press, 2009. For dating see Introduction p. xxvii.

⁵⁵ GAIMAR – *Estoire*, lines 5743-5774.

⁵⁶ GAIMAR – *Estoire*, line 5744; "there was no better lord under the sun".

he is the “avoué”, handing it over to a Norman and entrusted with parcelling out the captured territories to the other leaders; and bestowing the kingship on Godfrey because he did not wish to remain himself. Gaimar wrote for the provincial aristocracy in Lincolnshire rather than the court, as he explains in detail; we might surmise that stories about heroic deeds by Anglo-Norman crusade heroes rather than deficient dukes went down well⁵⁷.

Wace was commissioned by Henry II to write a history of Anglo-Norman England, the *Roman de Rou*⁵⁸. He is consistently favourable to Robert and clear that he enjoyed divine favour⁵⁹. He summarises the crusade in some forty lines⁶⁰. Robert’s feats are crisply described: he distinguishes himself at Antioch and Jerusalem, fights with Corbaran, and captures the standard (presumably at Ascalon); Wace is alone in saying that Robert gave it to the Abbaye aux Dames founded by his mother in Caen. He is nothing but complimentary about Robert’s role on crusade: “*out il grant priés e grant onor/e mult en parlerent plusor*”⁶¹. However, he comments later that Robert was less vigorous in his conduct of affairs after his return from Outremer: “*por pereços fu mult tenuz/pois qu’il fu d’oltre mer venuz*”⁶². He also observes that the barons were unclear about Robert’s intentions⁶³.

Benoît de Ste-Maure was commissioned by Henry II to take on the work of Wace⁶⁴. The circumstances in which Wace was replaced by Benoît suggest that his approach did not find favour with Henry II⁶⁵. His positive description of Robert, however far

⁵⁷ Introduction p. x.

⁵⁸ WACE – *Le Roman de Rou de Wace*. Ed. Anthony J. Holden, 3 vols, Paris: Picard, 1970-1973.

⁵⁹ LE SAUX, Françoise – *A Companion to Wace*. Cambridge: CUP, 2005, page 260; lines 11304-11308 for the anecdote of the garden in Caen.

⁶⁰ WACE – *Le Roman de Rou*, lines 9657-9698

⁶¹ WACE – *Le Roman de Rou*, lines 9697-9698; “he gained great renown and honour, and considerable numbers of people spoke a great deal of him”.

⁶² WACE – *Le Roman de Rou*, lines 10923-10930; 10925-10926; “he was generally considered indolent on his return from Outremer”.

⁶³ WACE – *Le Roman de Rou*, lines 10121-10126.

⁶⁴ BENOIT DE SAINTE-MAURE – *Chronique des ducs de Normandie publiée d’après le manuscrit de Tours avec les variants du manuscrit de Londres*. Ed. Carin Fahlin, 4 vols. . Uppsala: 1951-1967. lines 43387-43408.

⁶⁵ LE SAUX, Françoise – *Companion*, pp. 259-74. URBANSKI, Charity – *Writing History for the King: Henry II and the Politics of Vernacular History*. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013, pp. 108-125. BLACKER Jean – *The Faces of Time: Portrayal of the Past in Old French and Latin Historical Narrative of the Anglo-Norman regnum*. Austin: University of Texas Press, 1994, pp. 184-86; ASHE Laura – *Fiction and History in England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007 pp. 20-21.

it might have reflected Robert's favourable crusading *fama*, may not have sat well with Henry I's grandson. Benoît takes a notably more critical view of Robert⁶⁶. He repeats the allegation that Robert was begged to stay in Outremer but returned home in folly, saying nothing about his conduct on crusade and commenting that he both failed to pay back his debt and promptly attacked Henry I on his return⁶⁷.

Robert of Torigni, an abbot of Mont St Michel who wrote between c.1150 and 1186, similarly gives a brief and selective account of the crusade, which focuses almost entirely on the deeds of Robert: Antioch is not even mentioned under his entry for 1098⁶⁸. He repeats the anecdotes familiar from Henry of Robert's bravery at Dorylaeum in rallying the troops and killing three Turks; his granting of a town to Symeon; his bisection of a Turk alongside the similar feat of Godfrey; and his capturing of the standard at Ascalon and purchase of another captured standard to give to the Holy Sepulchre. Robert also repeats near-verbatim Henry's account of Robert turning down the crown of Jerusalem but lays heavier emphasis on it; he comes back to this in the context of the defeat at Tinchebrai, commenting "*dampnavit igitur eum Deus deridia perhenni et carcere sempiterno*"⁶⁹.

None of these accounts show interest in the First Crusade other than as a backdrop for Robert's heroism: there is no comment on its extraordinary divinely inspired success, and it is not singled out as a freestanding episode. By the time we reach Benoît, the crusade is barely mentioned. And this in turn shows that, once the crusade was largely outside living memory, it ceased to be of interest at least to English chroniclers in its own right. The crusade is seen entirely through the lens of Robert's exploits, and this is what we might expect from historians whose objective was to explore nascent Anglo-Norman English identity⁷⁰. Clearly, stories about Robert's *fama* circulated widely and were largely positive, focusing on him as an

⁶⁶ URBANSKI, Charity – *Writing History*. pp. 171-183.

⁶⁷ BENOIT DE SAINTE-MAURE – *Chronique des ducs*, lines 43387-43408.

⁶⁸ ROBERT DE TORIGNI – *La Chronique de Robert de Torigni*. Ed. Léopold Delisle, 2 vols. Rouen: Le Brumant, 1872-1873; vol. 1, pp. 81-89.

⁶⁹ ROBERT DE TORIGNI – *La Chronique de Robert*, pp. 128-129; "and so God condemned him to everlasting contumely and eternal captivity".

⁷⁰ DAMIAN-GRINT, Peter. *The New Historians of the Twelfth-Century Renaissance: inventing vernacular authority*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 1997.

Anglo-Norman crusading hero. However, there is also a perceptible shift towards the negative aspects of his reputation, coinciding with the accession of Henry II.

Angevin sources at the end of the 12th Century

The turbulence of the later years of Henry II's reign and the loss of Jerusalem led to a new wave of historical writing, with a focus on current events rather than constructing the past⁷¹. The First Crusade receives little emphasis. In part, this reflects the perception that it was never seen as an English crusade, in stark contrast to the Third Crusade⁷².

Most historians of this period who refer to the crusade give a summarised account stripped down to a narrative focused on Nicaea, Antioch, and Jerusalem which it is hard to ascribe to any particular source. There is little evidence of detailed use of contemporary First Crusade source material. The most detailed account is of Ralph of Diceto, whose account shows similarities to Henry of Huntingdon⁷³. There is a possibility that Roger of Hoveden may have had access to a version of the Old French Crusade Cycle. His description of events at Nicaea gives the names of *combattants* in Old French rather than Latin, his reference to Corbaran at Antioch similarly taking the Old French form, and the *combattants* at Nicaea themselves are drawn from the *Antioche*⁷⁴.

Accounts of the crusade continue to centre around Robert of Normandy, the only leader of the Crusade to be referred to in detail. We continue to see reference to, and if anything a strengthening of, his heroism. For William of Newburgh, Robert "*armis tantus fuit ut in illa magna et famosa expeditione Ierosolymitana inter fortissimos totius orbis proceres clarissimae militiae titulis fulserit*"⁷⁵. Roger of Hoveden follows

⁷¹ STAUNTON, Michael Staunton – *The Historians of Angevin England*. Oxford: Oxford University Press, 2017; ch. 2.

⁷² STAUNTON, Michael - *Historians*, p. 216.

⁷³ RALPH OF DICETO – *Radulfi de Diceto Decani Lunduniensis Opera Historica*. ed. William Stubbs, 2 vols. London: Longmans, 1876; vol. 1, pp. 221-223, 231-233.

⁷⁴ ROGER OF HOVEDEN - *Chronica Magistri Rogeri de Hovedene*. Ed. William Stubbs, 4 vols. London: Longmans, 1868-71. vol. I, pp. 151-155.

⁷⁵ WILLIAM OF NEWBURGH – *William of Newburgh: the History of English Affairs*. Ed. and trans. P. G. Walsh and M. J. Kennedy, 2 vols. Warminster: Aris and Phillips, 1988; pp. 42-45, "so good at soldiering that in the great and celebrated expedition to Jerusalem he shone out with the glory of the

William of Malmesbury in referring to Robert killing Curbarand⁷⁶. Ralph of Diceto follows Henry of Huntingdon in laying emphasis on Robert's heroism at Dorylaeum, giving him a morale-rousing speech and describing him cutting his way through three battle lines; he later ascribes to Robert the same feat as Godfrey in cutting a Turk in half⁷⁷. Gervase of Tilbury refers to him as "*vir in armis strenuissimus*"⁷⁸. The Anglo-Norman poem known as the *Siège d'Antioche*, whilst emphasising the role of Godfrey and Bohemond, gives some prominence to Robert. He successfully gathers large amounts of plunder at Nicaea, where he fights a long and valiant battle against Soliman, and is shown requesting a succession of reluctant lords to seek help; at Antioch, he attacks Corbaran, then kills the Saracen leader Red Lion⁷⁹.

The perception of Robert as the flawed hero who refused the crown of Jerusalem was, however, equally tenacious. Roger of Hoveden says that Robert refused the crown on the grounds that he was being threatened by the ambitions of William Rufus, and makes the connection to defeat at Tinchebrai; he sets this in the context of Henry II's right to the crown of Outremer⁸⁰. Gervase of Tilbury comments crisply that Robert was "*utroque regno privatus, Hierosolymitano quod contempsit, Anglicano quod appetivit*"⁸¹. The legend travelled far: the annals of the monastery of Waverley echo Henry of Huntingdon in commenting "*quia causa laboris repudiavit, offensus est in eum Deus, nec prosperum quid deinceps ei contigit*"⁸².

most distinguished service amongst the bravest princes of the whole world", Walsh and Kennedy's translation.

⁷⁶ ROGER OF HOVEDEN – *Gesta Regis Henri Secundi abbatis: The Chronicle of the Reigns of Henry II and Richard I, 1169-92: known formerly under the name of Benedict of Peterborough*. Ed. William Stubbs, 2 vols, London: Longmans, 1867; vol. 1, p. 329.

⁷⁷ RALPH OF DICETO – pp. 222-223.

⁷⁸ GERVASE OF TILBURY – *Otia Imperialia: Recreation for an Emperor*. Ed. and trans. S. E. Banks and J. W. Binns. Oxford: Clarendon Press, 2002; pp. 480-481, "a man most valiant in arms" (Banks' and Binns' translation).

⁷⁹ *Siège d'Antioche*, *laissez* 38; 42; 304-305. The poem has yet to be edited in full: Linda Paterson, Simon Parsons, Lauren Mulholland and I are producing an edition and translation, from which these references are drawn. The poem survives in two manuscripts of which the older is 13th Century. See [The Siege of Antioch Project: Digital Approaches – Siege of Antioch Project \(fordham.edu\)](http://fordham.edu).

⁸⁰ ROGER OF HOVEDEN – *Gesta Regis*, pp. 328-329.

⁸¹ GERVASE OF TILBURY – *Otia Imperialia*, p. 445; "he was deprived of both kingdoms, that of Jerusalem because he spurned it and that of England because he sought to win it" (Banks and Binns' translation).

⁸² *Annales de Waverleia*, p. 207. In *Annales Monastici*. Ed. LUARD, Henry Richards. London: Longman, 1865, vol. 2; *Annales de Waverleia*, pp. 129-411; "because he refused it on account of the toil involved he offended God, and so nothing went favourably for him from then on".

This was, of course, not a new story; as set out above, it had been circulating from the first decades of the 12th Century, and had been used by Anglo-Norman English historians to underline Henry I's legitimacy as ruler. But in the hands of Angevin historians wrestling with the arguments around Henry II's participation – or non-participation – in the Third Crusade, it took on new relevance. Henry II had a double right to the kingdom of Jerusalem, not only through the line of Fulk and Geoffrey but as a descendant of William the Conqueror to whose son Robert the crown of Jerusalem had been offered⁸³. Looked at in this light, it remained important to emphasize Robert's heroism on the crusade. As Henry's ancestor, he provided an example to be praised and emulated. And his courage justified the offer of the crown. Conversely, Robert's refusal to accept that crown led to not only defeat and captivity but the loss of divine support: the implication is that this is an example Henry should learn from and not seek to emulate⁸⁴. And the fact that his claim to the throne had been defeated by Henry II's grandfather continued to cast a shadow.

13th Century portrayals of Robert and the crusade

13th Century historians continued to describe the events of the crusade and to emphasize the role of Robert. Roger of Wendover gives a long and detailed account⁸⁵. This was re-edited by Matthew Paris in his *Chronica Maiora* as a free-standing episode in his chronicle with little change to the substance⁸⁶. The main source for this version is William of Tyre, showing (obviously) that his *Chronicon* had made its way to the West. Roger and Matthew summarise and edit William, and add material from the earlier accounts by William of Malmesbury, Henry of Huntingdon, and Baldric of Bourgueil. A number of additions emphasize Robert's heroism. In the account of the battle of Dorylaeum, there is a near-verbatim borrowing from Henry describing Robert's heroism in raising morale and killing

⁸³ STAUNTON, Michael – *Historians*, pp. 230-232.

⁸⁴ GILLINGHAM, John – “Roger of Howden on Crusade”. In GILLINGHAM, John - *Richard Coeur de Lion: Kingship, Chivalry and War in the 12th Century*. London: Hambledon, 1994, pp. 141-153; PAUL, Nicholas - *To Follow in their Footsteps*, pp. 207-241; STAUNTON, Michael – *Historians*, pp. 230-232.

⁸⁵ ROGER OF WENDOVER – *Rogeri de Wendover Chronica sive Flores Historiarum*, ed. Henry Coxe, 4 vols London: Bentley, 1841-1844; vol.2 pp, 56-151.

⁸⁶ MATTHEW PARIS – *Matthew Paris: Chronica Maiora*, ed. Henry Richards Luard, 7 vols., London: Longman and Trübner, 1872-1883, vol. 2 pp. 43-110; hereafter MP. VAUGHAN, Richard – *Matthew Paris*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958, pp. 21-34.

three Turks⁸⁷. There is further material from Henry about Robert giving the city of Azena to Symeon⁸⁸. In battle during the siege of Antioch, there is another scene borrowed from Henry: a description of Robert cutting down through a Saracen, juxtaposed with the more famous episode of Godfrey bisecting a Turk, and repeating a comment by Henry comparing Robert Fitzgerald to a lion⁸⁹. When the crusaders enter Jerusalem, Robert of Normandy and Robert of Flanders are added to the list given by William⁹⁰. At the battle of Ascalon there is an addition from Baldric of Bourgueil, giving details of how Robert captures the emir's standard and subsequently buys and donates a standard to the Holy Sepulchre⁹¹. Whilst Matthew does include a reference from Henry of Huntingdon to Robert turning down the crown, he qualifies it with "*tradunt autem quidam*"; Roger of Wendover describes the episode in more detail⁹². Matthew wrote at a time when Henry III was strongly interested in the possibility of a crusade⁹³. So the First Crusade had obvious relevance, as did its homegrown Anglo-Norman hero.

The story about Robert's refusal of the throne continued to be retailed albeit with an emphasis on his choice as ruler rather than his refusal to do so. Roger of Wendover describes how the leaders of the crusade decided to choose the ruler of Jerusalem by keeping vigil with candles: the one whose candle spontaneously lit was the chosen one. Robert's candle was the first to be lit. He promptly blew it out, commenting that a better kingdom awaited him in England⁹⁴. This episode is also found in the 13th Century *Chanson de Jérusalem*, a heavily fictionalized poetic version of the crusade forming part of the Old French Crusade Cycle, where however Godfrey is the only one whose candle is lit⁹⁵. A different variant is found in the *Estoire de Jérusalem et d'Antioche*, a gloriously batty 13th Century French prose

⁸⁷ MP pp. 63-65; HH VII.7, pp. 428-429.

⁸⁸ MP pp. 65-66; HH VII.9, pp. 430-431.

⁸⁹ MP p. 74; HH VII.10, pp. 432-433.

⁹⁰ MP p. 100; WT VIII.18

⁹¹ MP pp. 104-105, p. 107; BB IV.21.

⁹² MP pp. 106-107, "some people also say"; HH VII.18; RW pp. 145-46.

⁹³ TYERMAN, Christopher – *England and the Crusades* p.117. BORENIUS, Tancred Borenius – "The Cycle of Images in the Palaces and Castles of Henry III". *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 6 (1943), pp. 40-50 for paintings of the First Crusade commissioned by Henry.

⁹⁴ ROGER OF WENDOVER - *Chronica sive Flores Historiarum*, vol. 2, pp. 145-146.

⁹⁵ *La Chanson de Jérusalem* – Ed. Nigel Thorp. Vol. 6 (1992) of *The Old French Crusade Cycle*. Ed. Emanuel J. Mickel and Jan A. Nelson, 10 vols. Tuscaloosa: University of Alabama, 1977-2003; laisses 152-156.

account of the crusade and its aftermath⁹⁶. This describes the new ruler of Jerusalem being chosen on the basis of recommendations from friends: whilst this is in William of Tyre, the *Estoire* specifies that the four under consideration were Godfrey, Robert, Robert of Flanders, and (slightly surprisingly as he was not there) count William of Poitiers⁹⁷. Tales grow in the telling: the late 13th Century chronicler Peter Langtoft has Robert designated three times rather than once⁹⁸. More generally Robert was portrayed as a crusader to whom miscellaneous heroic exploits could be attached. In the *Chanson de Jérusalem* his heroism is commented on a number of times, notably when he fights so valiantly that his hand becomes cramped around his sword⁹⁹. The *Estoire* depicts Robert as the hero of something of a bromance with the Saracen Amidelis, whom he unhorses but does not kill, and who later seeks his help in converting to Christianity¹⁰⁰. The very mention of Robert's name is enough to dissuade Roger Borsa from the siege of Capua¹⁰¹.

At some point during the 13th Century, a wooden effigy of Robert drawing his sword was placed in Gloucester Cathedral. There is no firm date; it may be connected with the rededication of the Abbey of St Peter in 1239 but is unlikely to date to later than 1300¹⁰². During the 15th Century, it was placed on a mortuary chest carrying the arms of the Nine Worthies with the arms of Godfrey at one end, thereby underlining the connection to the crusade¹⁰³. Whatever the date and provenance of the effigy, Robert's heroism was still remembered and celebrated in the 13th Century as a crusade participant, with the details of what he might or might not have done blurred into a general perception of heroism.

⁹⁶ *Estoire de Jérusalem et d'Antioche, Recueil des Historiens des Croisades* vol. 5 pp. 621-648. The text has been little studied: see however the note at <https://frenchofoutremer.ace.fordham.edu/index-of-sources/alphabetical-listing/estoire-de-jerusalem-et-antioche>.

⁹⁷ *Estoire de Jérusalem*, p. 639. WILLIAM OF TYRE, *Chronicon*. Ed. Robert B. C. Huygens, 2 vols. Turnhout: Brepols, 1986. Translated by Emily A. Babcock and August. C. Krey, *A History of Deeds Beyond the Sea*. New York: Columbia University Press, 1943. IX.2,

⁹⁸ PIERRE DE LANGTOFT – *The Chronicle of Pierre de Langtoft*. Ed. Thomas Wright, 2 vols. London: Longmans, 1866-1868 Vol. 1 pp. 458-460.

⁹⁹ *La chanson de Jérusalem*, laisses 17-18.

¹⁰⁰ *Estoire de Jérusalem*, pp. 629-630.

¹⁰¹ *Estoire de Jérusalem*, pp. 627-628.

¹⁰² WELANDER, David – *The History, Art and Architecture of Gloucester Cathedral*. Stroud: Alan Sutton, 1999; pp. 113-117.

¹⁰³ WELANDER, David – *Gloucester Cathedral*, p. 116.

Conclusion

The stories told about Robert's participation in the First Crusade show how memory evolved as the crusade receded into the past. The Anglo-Norman historians of the 1120s and 1130s are clear on the importance of the crusade even three decades afterward and the need to include it in their accounts. And this created a dilemma. Robert as crusade hero had been prominent in carrying out God's will. How then to justify his perceived and actual failures and his brother's accession, not only to the throne of England but Robert's own duchy and his imprisonment of Robert? The answer was a story suggesting that he was the author of his own misfortune: by turning down the crown of Jerusalem he forfeited divine support, and clearly, someone who did not have divine support and turned down the throne of Jerusalem could not be a king of England. A dichotomy between Robert as a true hero and Robert as a failed hero was thus created. These tensions may have eased with Robert's death in 1134 but did not disappear. As the First Crusade receded into history, accounts of it in England became increasingly focused on and synonymous with Robert. Stories both of his heroism and his unfitness for office continued to be told, with a gradual drift to the latter under Henry II. At the end of the 12th Century a renewed debate around participation in the crusade after the defeat at Hattin led to a new wave of historiography, in which Robert once again served as a proxy for discussion of royal attitudes to the crusade, and the stories from earlier in the century found a new lease of life. By the 13th Century, arguments about the legitimacy of Henry I as ruler and Henry II's failure to go on crusade were past history. But interest in the First Crusade as the only truly successful enterprise to Jerusalem remained strong. And in this context, Robert's fame as a hero of the First Crusade again became topical, albeit by now as a generic hero rather than the ambiguous figure of earlier depictions.

Bibliographic References

Printed sources

Latin

ALBERT OF AACHEN – *Historia Ierosolimitana: History of the Journey to Jerusalem*. Ed. and trans. Susan B. Edgington. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Annales de Waverleia, In *Annales Monastici*. Ed. Henry Richards Luard. London: Longman, 1865, vol. 2; pp. 129-411.

BALDRIC OF BOURGUEIL – *Historia Jerosolimitana*. BIDDLECOMBE, Steven (ed.). EDGINGTON, Susan B. (trans.). Woodbridge: Boydell and Brewer, 2014.

Baldric of Bourgueil: "History of the Jerusalemites". Woodbridge: Boydell, 2020

FULCHER OF CHARTRES - *Historia Hierosolymitana (1095-1127)*. Ed. Heinrich Hagenmeyer. Heidelberg: Carl Winter, 1913. Trans. Frances Rita Ryan, *A History of the Expedition to Jerusalem, 1095-1127*. University of Tennessee Press, 1969.

GERVASE OF TILBURY – *Otia Imperialia: Recreation for an Emperor*. Ed. and trans. S. E. Banks and J. W. Binns. Oxford: Clarendon Press, 2002.

Gesta Francorum et aliorum Hierosolymitanorum. Ed. and trans. Rosalind Hill. London: Nelson, 1962.

GUIBERT OF NOGENT – *Dei Gesta per Francos et cinq autres textes*. Ed. Robert B. C. Huygens. Turnhout: Brepols, 1996. Trans. Robert Levine. *The Deeds of God Through the Franks by Abbot of Nogent-sous-Coucy Guibert*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 1997.

HENRY OF HUNTINGDON – *Historia Anglorum: the History of the English People*. Ed. and trans. Diana Greenway. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Hystoria de via et recuperatione Antiochiae atque Ierusalymarum (olim Tudebodus imitatus et continuatus). Ed. Edoardo d'Angelo. Florence: SISMEL, Edizioni del Galluzzo, 2009.

MATTHEW PARIS – *Matthew Paris: Chronica Maiora*, ed. Henry Richards Luard, 7 vols., London: Longman and Trübner, 1872-1883.

ORDERIC VITALIS – *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis*. Ed. and trans. Marjorie Chibnall, 5 vols. Oxford: Clarendon Press, 1969-1980.

RALPH OF CAEN – *Radulphi Cadomensis Tancredus*. Ed. Edoardo d'Angelo. Turnhout: Brepols, 2011. Trans. Bernard S. Bachrach and David S. Bachrach. *The Gesta Tancredi of Ralph of Caen: a History of the Normans on the First Crusade*. Guildford: Ashgate, 2010.

RALPH OF DICETO – *Radulfi de Diceto Decani Lunduniensis Opera Historica*. Ed. William Stubbs, 2 vols. London: Longmans, 1876.

ROGER OF HOVEDEN – *Gesta Regis Henri Secundi abbatis: The Chronicle of the Reigns of Henry II and Richard I, 1169-92: known formerly under the name of Benedict of Peterborough*. Ed. William Stubbs, 2 vols, London: Longmans, 1867.

ROGER OF HOVEDEN – *Chronica Magistri Rogeri de Hovedene*. Ed. William Stubbs, 4 vols. London: Longmans, 1868-1871.

ROBERT DE TORIGNI – *La Chronique de Robert de Torigni*. Ed. Léopold Delisle, 2 vols. Rouen: Le Brumant, 1872-1873.

ROBERT THE MONK – *The Historia Iherosolimitana of Robert the Monk*. Ed. Marcus Bull and Damien Kempf. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2013. Trans. Carol Sweetenham. *Robert the Monk's History of the First Crusade: Historia Iherosolimitana*. Aldershot: Ashgate, 2005.

ROGER OF WENDOVER – *Rogeri de Wendover Chronica sive Flores Historiarum*, ed. Henry Coxe, 4 vols London: Bentley, 1841-1844.

WILLIAM OF MALMESBURY – *Gesta Regum et Anglorum*. Ed. and trans. Roger A. B. Mynors, completed by Rodney Thomas and Michael Winterbottom, 2 vols. Oxford: Oxford University Press, 1998.

WILLIAM OF NEWBURGH – *William of Newburgh: the History of English Affairs*. Ed. and trans. P. G. Walsh and M. J. Kennedy, 2 vols. Warminster: Aris and Phillips, 2007.

WILLIAM OF TYRE, *Chronicon*. Ed. Robert B. C. Huygens, 2 vols. Turnhout: Brepols, 1986. Transl. Emily A. Babcock and August. C Krey, *A History of Deeds Done Beyond the Sea*. New York: University of Columbia, 1943.

Old French

BENOIT DE SAINTE-MAURE – *Chronique des ducs de Normandie publiée d'après le manuscrit de Tours avec les variants du manuscrit de Londres*. Ed. Carin Fahlin, 4 vols. . Uppsala: 1951-1967.

La Chanson d'Antioche: chanson de geste du dernier quart du XIIe siècle, ed. and transl. Bernard Guidot. Paris: Champion, 2011.

La Chanson de Jérusalem – Ed. Nigel Thorp. Vol. 6 (1992) of *The Old French Crusade Cycle*. Ed. Emanuel J. Mickel and Jan A. Nelson, 10 vols. Tuscaloosa: University of Alabama, 1977-2003.

Estoire de Jérusalem et d'Antioche, Recueil des Historiens des Croisades vol .5 pp. 621-648; pp. 629-630. See also <https://frenchofoutremer.ace.fordham.edu/index-of-sources/alphabetical-listing/estoire-de-jerusalem-et-antioche>

GEFFREI GAIMAR – *Estoire des Engleis/History of the English*. Ed. and trans. Ian Short. Oxford: Oxford University Press, 2009.

PIERRE DE LANGTOFT – *The Chronicle of Pierre de Langtoft*. Ed. Thomas Wright, 2 vols. London: Longmans, 1866-1868

Siège d'Antioche – [The Siege of Antioch Project: Digital Approaches – Siege of Antioch Project \(fordham.edu\)](https://www.fordham.edu/~antioch/).

WACE – *Le Roman de Rou de Wace*. Ed. Anthony J. Holden, 3 vols, Paris: Picard, 1970-1973

Studies

AIRD, William – “Orderic’s secular rulers and Representations of Personality and Power in the *Historia Ecclesiastica*”. In ROZIER, Charles C., *et alii* (Ed.) - *Orderic Vitalis: Life, Works and Interpretations*. Woodbridge: Boydell, 2016, pp. 189-216.

AIRD, William C. – *Robert Curthose: Duke of Normandy*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2008.

ASHE, Laura – *Fiction and History in England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CASSIDY-WELSH, Megan – *Remembering the Crusades and Crusading*. Abingdon: Routledge, 2017.

BLACKER, Jean – *The Faces of Time: Portrayal of the Past in Old French and Latin Historical Narrative of the Anglo-Norman regnum*. Austin: University of Texas Press, 1994.

BORENIUS, Tancred – “The Cycle of Images in the Palaces and Castles of Henry III”. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 6 (1943) pp. 40-50.

BROWN, Elizabeth A. R.; COTHREN, Michael W. – “The 12th-century Crusading Window of the Abbey of St-Denis: *praeteritorum enim recordatio futurorum est exhibitio*”. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 49 (1986), pp. 1-40.

DAMIAN-GRINT, Peter – *The New Historians of the Twelfth-Century Renaissance: inventing vernacular authority*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 1997.

DAVID, Charles Wendell – *Robert Curthose Duke of Normandy*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1920.

DZWIGALA, Bartłomiej – “Evolution of the account of Duke Godfrey’s deed of hewing the enemy through the middle with a single blow during the siege of Antioch by the First Crusade. A source study.” *Przedal naul historycznyoh* 17 (2018) pp. 5-28.

GILLINGHAM, John – “Roger of Howden on Crusade”. In GILLINGHAM, John - *Richard Coeur de Lion: Kingship, Chivalry and War in the 12th Century*. London: Hambledon, 1994, pp. 141-153.

GRABOIS, Aryeh – “Anglo-Norman England and the Holy Land”, In *Anglo-Norman Studies VII: The Proceedings of the Battle Conference 1984*, (ed.) R. Allen Brown, pp. 132-41.

GRABOIS, Aryeh – “The description of Jerusalem by William of Malmesbury: a mirror of the Holy Land’s presence in the Norman mind”. In *Anglo-Norman Studies 13* (1990) pp. 145-156.

GREENWAY, Diana – “Authority, convention and observation in Henry of Huntingdon’s *Historia Anglorum*”. *Anglo-Norman Studies 18* (1995), pp. 105-121.

LE SAUX, Françoise – *A Companion to Wace*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MASON, J. F. A. – “Roger de Montgomery and his sons”. In *Transactions of the Royal Historical Society 13* (1963) pp. 1-28.

PARSONS, Simon Thomas – *The Use of Chanson de Geste Motifs in the Latin Texts of the First Crusade, c. 1095-1145*. Ph.D thesis, Royal Holloway College, University of London, 2018.

PAUL, Nicholas – *To Follow in Their Footsteps: the Crusades and Family Memory in the High Middle Ages*. Ithaca: Cornell University Press, 2012.

PAUL, Nicholas; YEAGER, Suzanne – *Remembering the Crusades: myth, image and identity*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2012.

RILEY-SMITH, Jonathan – *The First Crusaders 1095-1131*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

ROACH, Daniel – “Orderic Vitalis and the First Crusade”. *Journal of Medieval History 42* (2016), pp. 177-201.

SHOPKOW, Leah – *History and Community: Norman Historical Writing in the Eleventh and Twelfth Centuries*. Washington: Catholic University of America Press, 1997.

STAUNTON, Michael Staunton – *The Historians of Angevin England*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

THOMSON, Rodney M. – *William of Malmesbury*. Revised edition. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2003.

TYERMAN, Christopher – *England and the Crusades: 1095-1588*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1988.

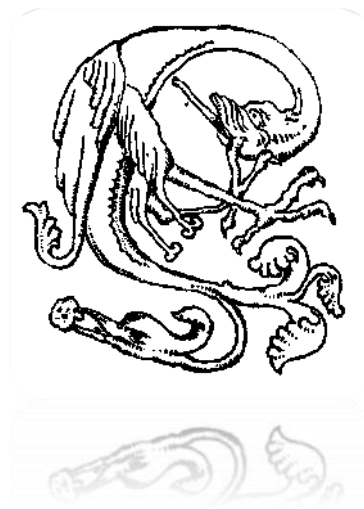
URBANSKI, Charity – *Writing History for the King: Henry II and the Politics of Vernacular History*. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013.

VAUGHAN, Richard – *Matthew Paris*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

WELANDER, David – *The History, Art and Architecture of Gloucester Cathedral*. Stroud: Alan Sutton, 1999.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SWEETENHAM, Carol – “Heroic Deeds and Heroic Failure: Robert of Normandy and the Portrayal of the First Crusade in 2th and 13th Century England”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 289-313. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.



MEDIEVALISTA

N.º 34 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

**De la retórica a la ficción: el uso del diálogo en estilo
directo en la historiografía Castellana medieval**

**From rhetoric to fiction: the use of dialogue in direct speech in
medieval Castilian historiograph**

Leonardo Funes

IIBICRIT (SECRET) - CONICET
Universidad de Buenos Aires
1060; Buenos Aires; República Argentina

lfunes55@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6608-6279>

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de Novembro 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 8 de Maio de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6964>

RESUMO

La incorporación en el relato cronístico de discursos en estilo directo ha sido un recurso de la historiografía desde la Antigüedad clásica. La convención de aceptar como verosímil la cita textual de palabras pronunciadas de viva voz por personajes históricos de diversa envergadura formó parte, desde entonces, del pacto "historiográfico" (el público acepta la licencia poética o retórica como instrumento para la expresión de la dimensión más profunda de la verdad histórica).

Sin embargo, cuando los cronistas alfonsíes y post-alfonsíes comienzan a incorporar diálogos en estilo directo, esta convención viene a plantear todo un desafío a las protestas de veracidad de los relatos cronísticos.

Este trabajo se propone seguir la evolución del uso de este recurso desde la historiografía alfonsí hasta la historiografía sobre Juan II de Castilla a fin de evaluar su impacto en las formas del narrar tanto en lo histórico como en lo ficcional.

Palavras-chave: Historiografía, diálogo, discurso directo, narratividad

ABSTRACT

The incorporation into the chronistic narrative of direct speech has been a historiographical resource from classic Antiquity. The conventional acceptance of textual citation words pronounced by historical characters was included in the "historiographical" pact (the public accepts the poetical or rhetorical license as an expression of the most profound dimension of historical truth).

However, when Alphonsine and Post-Alphonsine chroniclers began to incorporate dialogues in direct speech, this convention was a challenge for the claim to truth made by chronicle narratives.

This article aims to trace the evolution of the use of direct speech from Alphonsine historiography to the historiography of John II of Castile, in order to evaluate its impact on the historical and fictional narrative forms.

Keywords: Historiography, dialogue, direct speech, narrativity



Introducción

La incorporación en el relato cronístico de discursos en estilo directo ha sido un recurso de la historiografía desde la Antigüedad clásica. Ese era el espacio privilegiado para la explicitación de ideas, pasiones, posicionamientos ideológicos, alabanzas y vituperios, todo aquello que da sentido al puro hacer de los agentes de la historia, todo lo que vuelve inteligible el azaroso acontecer en la existencia de los pueblos.

En el aspecto formal, la convención de aceptar como verosímil la cita textual de palabras pronunciadas de viva voz por personajes históricos de diversa envergadura formó parte, desde entonces, del pacto “historiográfico” (el público acepta la licencia poética o retórica como instrumento para la expresión de una dimensión más profunda de la verdad histórica). En efecto, que el historiador respalde su exposición narrativa del pasado con la transcripción *verbatim* de documentos escritos de distinta índole es algo propio de su profesión, de su compromiso intelectual con la tarea historiográfica. Pero que se atreva a reproducir con la misma pretensión de exactitud lo que se dijo, aún tratándose de un testigo presencial del acontecimiento narrado, es algo que nos hace sospechar de su buena fe, o que nos pone ante los ojos la incómoda evidencia de una manipulación de los hechos del pasado.

Es probable que la historiografía contemporánea esté perfectamente a salvo de esta sospecha, pero hay todo un género discursivo actual que mantiene a pleno estos dilemas en narradores y públicos: el periodismo, sobre todo luego del impacto del ya viejo *new journalism* de los años 1960, que difuminó los límites entre el periodismo tradicional y la novelística de no-ficción. Se nos cuentan los arrebatos de ira de un jefe de Estado en la soledad de su despacho o en compañía de sus más estrechos colaboradores con los detalles de un pasaje novelístico. Y en tanto público lector lo aceptamos, no porque seamos ingenuamente crédulos de que las cosas pasaron exactamente así, si no porque con esos medios narrativos se nos pinta un

estado de las cosas de orden político con los necesarios tintes dramáticos para que entendamos la gravedad del asunto.

Si este pacto de lectura ya funcionaba en la era pre informática, en la actualidad de nuestra cultura digital, atravesada por nuevos medios y redes sociales, ese pacto se ha extremado a tal punto como para borrar casi por completo los límites entre ficción y realidad en aquellos discursos que se proponen dar cuenta del tiempo histórico, pasado y presente (basta pensar en fenómenos como las *fake news* o la posverdad).

En mi modesta opinión, creo que para entender qué es lo que está pasando con los discursos históricos de la verdad en nuestro tiempo, cómo podemos responder a su ineludible interpelación, resulta conveniente volver los ojos al remoto pasado de las crónicas medievales, sobre todo cuando estas intentaron dejar registro del pasado inmediato.

Valga lo dicho como una introducción a la problemática, con la única finalidad de apuntar su relevancia. En lo que sigue me centraré en un aspecto puntual, como es el recurso al diálogo dinámico entre personajes, lo que aquí prefiero llamar "diálogo vivo", opuesto al mero intercambio de parlamentos retóricos. Y lo haré desde la perspectiva específica de lo histórico-literario, especialmente atenta al aspecto formal del fenómeno discursivo.

Circunscribiéndonos al ámbito de las letras hispánicas medievales en lengua romance, encontramos una suerte de doble vertiente en la evolución de este procedimiento narrativo: una específicamente literaria y otra historiográfica.

Vicenç Beltrán explora la vertiente literaria con su habitual perspicacia, partiendo de la base de que existe en el ámbito románico una comunidad de ideas retóricas, un intercambio permanente entre las distintas literaturas romances y la incidencia constante de una literatura dominante que irradia sobre las demás (la lírica provenzal, los cantares de gesta franceses, el *roman courtois*, los grandes clásicos

italianos del Trecento y del Quattrocento más tarde)¹. Hubo, en la evolución del procedimiento literario consistente en el uso del discurso directo para representar monólogos y diálogos, un cauce formal retórico erudito (la efusión del enamorado en la lírica provenzal y su trasvasamiento a los personajes del *roman courtois* y a las traducciones de la materia antigua, sean las *Heroidas* ovidianas o las derivaciones del *Roman de Troie*) o fundado en un lenguaje ritual (tal es el caso de los monólogos y diálogos de los cantares de gesta)². Pero también hubo otro cauce, el de la lengua oral popular, que se intenta remedar en el habla de los pastores del ciclo del nacimiento, en géneros como los *fabliaux* y en los personajes de la farsa. Aquí sí encontramos una búsqueda literaria por la representación del diálogo vivo; pero los primeros testimonios castellanos son muy tardíos: habrá que esperar a Fray Iñigo de Mendoza, Lucas Fernández y Juan del Encina para ver este tipo de diálogo en romance castellano.

Ahora bien, todo lo dicho corresponde a la vertiente literaria; pero poco se ha indagado en la vertiente historiográfica, salvo por aquellos interesados en las crónicas romances como testimonios secundarios de cantares de gesta perdidos, quienes rastrearon la presencia de diálogos en discurso directo como indicio de utilización cronística de fuentes épicas.

Me interesa, en esta oportunidad, rastrear la incorporación del diálogo vivo en las crónicas romances, seguir la evolución del uso de este recurso desde la historiografía alfonsí hasta la historiografía sobre Juan II de Castilla a fin de evaluar su impacto en las formas del narrar tanto en lo histórico como en lo ficcional, completando así el cuadro parcial esbozado por la crítica, sólo atenta a lo específicamente retórico y literario.

¹ BELTRÁN, Vicenç – "Soliloquio, diálogo y expresión coloquial: teoría y práctica de la lengua literaria en el medioevo hispánico". In DI GIOVINE, Carlo (ed.) - *La parola dell'io. Forme e funzioni del monologo*. Potenza, 2006, pp. 59-98.

² Sobre este particular, véase el estudio de MONTGOMERY, Thomas - *Medieval Spanish Epic: Mythic Roots and Ritual Language*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1998.

El diálogo en discurso directo en la historiografía alfonsí y post-alfonsí

Los cronistas e historiadores han usado el estilo directo desde la Antigüedad, sea bajo la forma de las “frases célebres”, al estilo de los *facta et dicta memorabilia* de Valerio Máximo, que condensan la caracterización de un personaje o de un acontecimiento históricos, sea bajo la forma de parlamentos, discursos y arengas que subrayan el sentido de las conductas y de las acciones de los protagonistas de la historia. Una y otra forma abonan la convicción de que la historia es una parte de la Retórica.

Si atendemos a los comienzos de la historiografía romance en castellano, con la *Estoria de España* o la *General Estoria* de Alfonso X, encontramos ejemplos notables de este uso retórico del estilo directo. Pero me interesa otro fenómeno: la representación del diálogo vivo, aquel en que a través de parlamentos breves de los personajes, que abrevan en el registro directo del habla, con giros coloquiales, permite evocar el tono dramático del acontecimiento narrado y aún el trasfondo emocional y psicológico de los personajes involucrados.

No hay tal cosa en la *General estoria* ni en las Partes I y II de la *Estoria de España*, es decir, en la historia antigua o en el período de la dominación visigoda de la Península. El recurso al estilo directo aparece con mayor asiduidad en la Parte III y se corresponde, justamente, con aquellas secciones en que se están utilizando fuentes épicas. Tal es el caso de la primera leyenda épica incorporada, el *Mainete*, que narra las supuestas andanzas juveniles de Carlomagno en tierra española, única que se encuentra en la sección de la *Estoria de España* que alcanzó una redacción definitiva sancionada como versión oficial en el propio taller alfonsí (conservada en los códices regios E₁ y la sección b de E₂, que son la base de la edición de la obra por Menéndez Pidal). A pesar de que la leyenda ha sido sometida a una drástica abreviación, el relato conserva un grado de detallismo absolutamente inusitado para las pautas constructivas seguidas en la obra hasta ese punto. Esto es especialmente visible en la secuencia del diálogo de Carlos y Galiana, cuando el joven

héroe se despierta de una absurda siesta mientras sus compañeros se han ido a combatir contra el moro Bramante³.

Maynet quando la uio non se quiso leuantar contra ella nin recibirla. Galiana ouo daquello mui grant pesar, et dixol:

— Don Maynet, si yo sopiesse aquella tierra o dan soldada por dormir, pero que mugier so, yrme ya alla morar; ca semeiame que uos non auedes a coraçon de acorrer uestra companna que esta maltrecha en el ual Somorian o lidian con Bramant. E digouos que si mio padre sopier que non fuestes y, que uos non dara buena soldada. — E dixol ell infant:

— Donna Galiana, si yo touiesse algun cauallo en que caualgasse et pudiesse auer algunas armas, ayna los acorreria yo. — E dixol Galiana:

— Inffant, bien se yo de qual linnage uos sodes, ca uos sodes fijo de Pepino, rey de Francia, et de la reyna Berta, et a uos dizen Maynet. E si uos quisierdes fazerme pleyto que me leuassedes conuusco pora Francia, et me fiziessedes cristiana, et casassedes conmigo, yo uos daria buen cauallo et buenas armas, et una espada a que dizen Joyosa que me ouo dado en donas aquel Bramant. — Et dixol ell infant:

— Galiana, bien ueo que e de fazer lo que uos queredes, pero sabelo Dios que a fuerça de mi, e prometouos por ende que si me uos agora guisaredes como auedes dicho, que yo uos lieue conmigo pora Francia et uos tome por mugier. (PCG, 341a¹³⁻⁴¹)

El diálogo condensa el nudo de una trama y explicita una cantidad de información que constituye la matriz del poema de *enfances*, además de plantear el motivo del casamiento, habitual en el ritual de pasaje del héroe joven a la madurez. El cronista aprovecha de su fuente poética el recurso al diálogo para representar con mayor eficacia los términos de una prueba heroica. Pero más significativo resulta el pasaje siguiente, en que Carlos se dirige a la batalla:

³ Cito por la edición de Ramón Menéndez Pidal – *Primera crónica general. Estoria de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289*, Madrid, Bailly-Bailliére, 1906, que a más de un siglo de su publicación sigue siendo el único texto impreso disponible. Utilizo la sigla *PCG* y la notación habitual de página, columna y líneas. Esperamos poder contar pronto con la edición de la *Estoria de España* que prepara Inés Fernández-Ordóñez para la colección de clásicos que dirige Francisco Rico en la Real Academia Española.

E assi como llego al logar o era la fazienda, fallo un ric omne que auie nombre Aynart, que era su primo cormano del, mui mal ferido. E el luego quel uio, descendio del cauallo, et parosse sobrel mui triste, et dixol en llorando:

— Amigo Aymart, yos prometo que oy, en este dia uos uengue, si Dios me ayuda, del que uos esto fizo.

Pues que esto ouo dicho, caualgo a muy grand priessa, et fue ferir en los moros [...]. (PCG, 341b²⁻¹⁰)

De acuerdo con los criterios historiográficos actuantes hasta este punto de la crónica, no hay motivo que justifique la explicitación de los gestos, movimientos y palabras del personaje: bajar del caballo, pararse ante el herido, hablar llorando y reproducir exactamente sus palabras, luego volver a cabalgar de prisa, toda una serie de acciones normalmente elididas en la formulación sintética del relato, pues se trata de un incidente secundario en la trama. Cada vez que la crónica había dado cuenta detalladamente de gestos y actos menudos (o de diálogos como el citado de Mainete y Galiana), estos aparecían dotados de una especial trascendencia: el gesto era entonces ritual, propiciador o bien revelador de un carácter, de una virtud, de una decisión importante⁴.

No es de extrañar, entonces, que todos los casos de diálogos transcritos en discurso directo de allí en más correspondan a la incorporación - mediante alusión, abreviación o prosificación- de materia épica referida a Bernardo del Carpio, los condes de Castilla, los Infantes de Lara y el Cid Campeador. Y tampoco es de extrañar que estas secciones no hayan alcanzado una redacción definitiva. Como se sabe, la *Estoria de España* nos ha llegado inconclusa, tanto su Versión Primitiva de h. 1274 como su Versión Crítica de 1282-1283. Y esto se debió, según mi hipótesis, a la colisión de dos principios rectores de la redacción de la obra: el principio de la exhaustividad (incorporar absolutamente toda información sobre la historia de la Península, desde los tiempos de Noé hasta el de Alfonso X) y el principio de relevancia (dar cuenta de los hechos significativos para el avance de la historia, de

⁴ Analizo este aspecto detalladamente en FUNES, Leonardo – *El modelo historiográfico alfonsí: una caracterización*. Londres: Department of Hispanic Studies-Queen Mary and Westfield College, 1997, pp. 55-60. Me explayo en los ejemplos de Escipión el Africano después de la derrota de Cannas; su entrevista con Aníbal; la huida de Mitrídates; el asesinato de Julio César, como casos que permiten, por contraste, entender la excepcionalidad del modo en que se narra la historia de Mainete.

clara ejemplaridad para la intelección de los destinatarios de la obra)⁵. El paradójico punto de equilibrio entre el afán de exhaustividad representativa de lo humano (y aquí entra la representación del hablar en discurso directo) y la exigencia de un *decorum* historiográfico, que había logrado llevar con éxito el relato hasta los inicios del reinado de Alfonso II el Casto, se derrumbó bajo el peso de la exuberancia anecdótica de los relatos épicos.

Pero aun en las prosificaciones que nos conservan los borradores alfonsíes no encontramos ejemplos del diálogo vivo que nos interesa aquí, sino que vemos diálogos en discurso directo en los que apenas se atenúa el lenguaje ritual de los cantares de gesta.

En el período post-alfonsí se verifican dos fenómenos simultáneos: por un lado, una multiplicación de las continuaciones y reescrituras de las obras alfonsíes y de los romanceamientos de la que fue su principal fuente: *De rebus Hispaniae* del Arzobispo de Toledo don Rodrigo Ximénez de Rada, lo que dio origen al género mismo de las crónicas generales; y por otro lado, la aparición de una historiografía menor (en extensión y en objetivos) pero altamente significativa, de inspiración nobiliaria. Es decir que en los años que van de 1284 hasta 1325, aproximadamente, la corte regia dejó de ser el único centro productor de crónicas en lengua romance. Si bien continuó siendo el escenario de circulación más importante, surgieron otros centros de producción cronística, tales como las sedes eclesiásticas y las cancellerías nobiliarias.

En ambos casos se dejaron de lado las pautas redaccionales de los cronistas alfonsíes y se buscó una representación narrativa del pasado mucho más abierta a la amplificación de pormenores y a la novelización; todo ello acompañado por un interés exclusivo en la historia peninsular, sea en su etapa "heroica" (siglos X y XI) o en el pasado más reciente (siglos XII y XIII). Los nuevos modos de narrar echaron

⁵ Desarrollo esta hipótesis con la argumentación pertinente en FUNES, Leonardo - "Elementos para una poética del relato histórico". In ARIZALETA, Amaia (ed.) - *Poétique de la chronique. L'écriture des textes historiographiques au Moyen Âge (péninsule Ibérique et France)*. Toulouse: CNRS-Université de Toulouse-Le Mirail, 2008, pp. 241-273.

mano a formas breves de amplia eficacia, tales como anécdotas, leyendas, *enxemplos* y *fazañas*. Así, en la *Versión retóricamente amplificada de 1289* de la *Estoria de España*, hoy renombrada como *Crónica Sanchina*, y, sobre todo, en la *Crónica de Castilla* (estas últimas de los primeros años del siglo XIV), los diálogos en discurso directo derivados de las prosificaciones épicas se abren a formatos más dinámicos y coloquiales, aunque sin alcanzar todas las características del diálogo vivo.

Así, por ejemplo, en la muy reelaborada escena de la Afrenta de Corpes del *Poema de Mio Cid* que aparece en la Interpolación cidiana del ms. E₂ y en la *Crónica de Castilla*, cuando Pero Bermúdez lleva al Cid y a doña Ximena las nuevas de que sus hijas han sido rescatadas y le encarece al Cid que busque venganza por la afrenta, para lo que ofrece su cuerpo, el héroe le responde:

— Pero Bermudez, non uos quexedes, ca el omne quexoso cuyda por y acabar su fecho mejor, e paralo peor. Et çierto seet que, si yo non muero, vengança tomare de aquellos aleuosos; et fiança he en Dios que non morre fasta que la aya tomada. Et por ende non me dedes mas quexa de quanta yo tengo en el mi coraçon; et açaz quexa me a dado estos dias uestro hermano Ordonno, que del dia que aqui llego fasta la ora que daqui sallio, non me dexaua folgar de dia nin de noche, afincandome desto. (*PCG*, 614a₃₅₋₄₆)

Todo ritualismo en el habla se ha perdido y asoma aquí un registro coloquial, con la alusión proverbial y la expresión de fastidio del héroe por la queja renovada de sus sobrinos, que no le dan descanso, recordándole (podemos imaginar) su parte de culpa en la desgracia, por haber permitido que los infantes de Carrión se llevaran a sus hijas de Valencia. Lo que en el texto conservado del *Poema de Mio Cid* se despacha en un par de versos genéricos ("Van aquestos mandados a Valençia la Mayor; / quando se lo dizen a mio Çid el Campeador, / una grand ora pensó e comidió")⁶, se ha transformado por recreación de la pluma del cronista o por la utilización de refundiciones tardías del cantar de gesta original (que es lo más probable) en una escena doméstica en la que el dolor, la ira, el remordimiento de los

⁶ *Poema de mio Cid*, edición de Leonardo Funes, Buenos Aires, Colihue, 2007, vv. 2826-2828.

personajes encuentra expresión en estos diálogos en discurso directo en donde asoma ya un habla espontánea, alejada de la retórica erudita y de la ritualidad épica.

La representación del diálogo vivo en la historiografía de inspiración nobiliaria

Las primeras manifestaciones inequívocas del recurso al diálogo vivo como procedimiento narrativo provienen no de la cronística regia sino de la historiografía de inspiración nobiliaria. Fundamentalmente, de un texto muy peculiar que Diego Catalán bautizó con el título de **Historia hasta 1288 dialogada*⁷. En esta obra, la narración de casi todos los episodios históricos se organiza mediante diálogos de los protagonistas, hasta llegar al episodio culminante que cierra el texto: el magnicidio de Alfaro, tal como se conoce la muerte del conde Lope Díaz de Haro en presencia y por mandato del rey Sancho IV. El tenso diálogo entre el conde y el rey, lleno de burlas e ironías, de griterío y desesperación, es toda una novedad dentro del relato cronístico, recorta con nitidez la figura de un noble soberbio y rebelde y de un rey bastante torpe y sobre todo vengativo.

[El rey Sancho IV y el conde don Lope de Haro] andudieron por la tierra a su sabor fasta que llegaron a vn lugar que dizen Alfaro e era suyo del conde. E el conde conbido al rrey que comiese con el otro dia e el rrey otorgolo. E fuese el rrey fazia su posada e dixo a vn cauallero que le fuese llamar al conde. E el conde vino e entro en casa del rrey. E quando lo llamaron, mando llamar al ynfante don Juan. E vino el infante e dixo al conde:

— ¿Do queredes yr?

E dixo el conde:

— El rrey me manda llamar que quiere hablar comigo. Vamos alla e veamos que fabla es esta.

E dixo el ynfante don Juan:

— Conde, que Dios vos de salud que non vayades alla, que el coraçon me dize que non vayamos alla.

⁷ CATALÁN, Diego - "El Toledano romanzado y las Estorias del fecho de los godos del s. XV". In *Estudios dedicados a James Homer Herriott*, Madison: Universidad de Wisconsin, 1966, pp. 9-102, esp. pp. 74-80; también CATALÁN, Diego, *La Estoria de España de Alfonso X. Creación y evolución*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal-Universidad Complutense-Universidad Autónoma de Madrid, 1992, cap. X, pp. 248-253.

E dixo el conde:

— ¿E commo avremos miedo d'el estando aqui en mi tierra? Andad, vayamos alla.

E ellos que se yuan, fallaron a Diego Lopez de Canpos en el camino e dixeronle:

— ¿A do ydes?

E dixo el:

— Vome a la posada.

E dixeron ellos:

— Mas vayamos a casa del rrey.

E dixo Diego Lopez:

— Çedo, tome el mala muerte.

E dixo el conde:

— Amen.

E fueronse todos tres a casa del rrey. E ellos entraron asy: el conde yua delante, e Diego Lopez enpos el, e el ynfante don Juan detras. E dixo el conde:

— ¿Vedes que buen esfuerço de ynfante? El que deuia yr delante va detras, e semeja que lo leuamos jorreando.

E dixo el ynfante don Juan:

— A buena fe, a mi pesa porque asy alla entramos, que pues cras a de yr el a comer con busco, alli fablariamos todo lo que quisierdes hablar.

E dixo el conde:

— El rrey dize que quiere agora hablar conmigo, pues veremos que quiere.

E entraron todos. E commo entro el ynfante don Juan detras de todos, vido que asy commo entraron, que los porteros çerraron las puertas todas, lo que nunca fue vso. E dixo don Juan el ynfante a los porteros:

— ¿Por que fazedes esto?

Dixeron los porteros:

— Señor, asy nos es mandado.

E dixo don Juan entre sy:

— Cuydo que somos en el lazo.

E el conde, commo entro delante, entro en el palacio e posose en el estrado. E el rrey estaua en otro palacio con la rreyna. E commo se poso, el conde dixo:

— ¿A do es el rrey?

E dixole el capellan:

— Agora lo llamaran.

E entraron al rrey e dixeron:

— Señor, venido es el conde.

E leuantose el rrey e fue al palacio a do estaua su estrado. E fallo al conde don Lope, que estaua posado. E dixo el conde:

— ¿Pues que es aquello que me queredes?

E dixo el rrey:

— Quiero que desfagades estas querellas e estos tuertos que avedes fecho a las gentes que se querellan de vos. E esto, conde ¿por que lo fazedes vos non aviendo mengua ninguna de ninguna cosa? ¿pues por que fazedes tuerto a las gentes mesquinas e les tomades lo suyo por fuerça?

E dixo el conde:

— ¿Por que dezides que lo fago?

E dixo el rrey:

— Sy.

E dixo el conde rreyendo:

— Porque caso Marina Franca a quatro leguas de Salamanca.

— ¿E commo? —dixo el rrey— ¿Avn aqui tenemos a Marina Franca?

E dixo estonçes el rrey:

— Conde, dame mis castillos.

E dixo el conde:

— Echad en la bolsa los tengo, que vos los de aqui. Mas cras avedes de comer conmigo, e alla me demandaredes castillos e lo al que quisierdes demandar.

E dixo el rrey:

— Conde, de aqui non saldredes fasta que mis castillos me dedes.

E dixo el conde:

— ¿Commo? ¿En esto lo tenemos conbusco?

E leuantose el conde, e metyo mano a vn cuchillo e quiso dar al rrey con el⁸.

El episodio termina con la muerte del conde y de Diego López de Campos y la intervención de la reina María de Molina para salvar al infante don Juan. Pero me interesa detenerme en el dinamismo de las réplicas y contra réplicas, en la mezcla de lo serio y lo jocoso previa al estallido de la violencia. El diálogo posee una potencia evocativa inusitada, uno puede imaginarse el complejo dramatismo de la situación

⁸ *Estoria del fecho de los godos*, edición y estudio de Manuel Hijano Villegas. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2021, II, pp. 600-603.

y hacerse una idea del carácter de los personajes. La eficacia textual para producir efectos de sentido no tiene parangón en la literatura de fines del siglo XIII.

Pero no me voy a detener más en este episodio, que ya ha sido analizado de modo excelente por Pablo Saracino⁹. Solamente voy a insistir en su condición de antecedente y de modelo de un modo nuevo de representación del diálogo que la historiografía de los siguientes estadios evolutivos irá llevando a un mayor grado de perfección.

En términos ideológicos, se puede apreciar la condensación del conflicto entre monarquía y nobleza bajo la forma de una contienda verbal. Y aquí cabe mencionar un fenómeno paralelo que, probablemente, haya incidido en esta multiplicación del recurso al diálogo en estilo directo. Me refiero a lo que está ocurriendo con la épica tardía castellana, tal y como puede verse en las *Mocedades de Rodrigo*, la *Refundición del Cantar de Mio Cid* prosificada en la *Crónica de Castilla* o la versión del *Cantar de los siete infantes de Lara* prosificado en la *Crónica General de 1344*. En poemas épicos tardíos es muy notable el modo en que se privilegia el enfrentamiento de palabra frente al combate. Basta revisar, en *Mocedades de Rodrigo*, los pocos versos con que normalmente se despachan los lances bélicos, con recursos formulaicos que los vuelven indiferenciados, y el contraste con la brillantez de los cruces verbales, en los que la violencia del insulto se vuelve patente.

Entonces, trasladando el fenómeno al género historiográfico, si el modo de plasmar con mayor eficacia el conflicto es a través de la contienda verbal, va de suyo que el recurso al diálogo vivo en discurso directo es la vía formal más adecuada.

El diálogo vivo en la historiografía de Alfonso XI

Cuando en 1325 Alfonso XI se auto proclamó mayor de edad y reclamó para sí el ejercicio efectivo del gobierno, comenzó a producirse un cambio en la anárquica situación del reino, cumplido por un joven rey que manifestó prontamente una firme voluntad de poder y la suficiente capacidad para enderezar los asuntos de Castilla.

⁹ SARACINO, Pablo Enrique - "La **Historia hasta 1288 dialogada* y su relación con la *Crónica de tres reyes*", *e-Spania*, 18 (2014), (en línea). Consultado el 11 de agosto de 2022. Disponible en <https://journals.openedition.org/e-spania/23742>

Quince años le costó doblegar a la nobleza y sólo una guerra civil le permitió terminar con las aspiraciones políticas de su principal adversario interno, don Juan Manuel. Luego pudo concentrar sus esfuerzos en la frontera y superar el peligro que representaban los benimerines con la victoria del Salado (1340) y la conquista de Algeciras (1344).

Lograda finalmente la consolidación política interna y externa de su reino, estuvo en condiciones de fomentar el reinicio de la actividad historiográfica bajo patrocinio regio, luego de una interrupción de casi medio siglo. Alfonso XI ponía también, de este modo, en orden la Historia, llevando al plano de los discursos institucionales —y fijando en los signos prestigiosos de la crónica— la imagen de fuerza y de poder que había construido en torno a su figura en los últimos años de su reinado. A ese corto período (de 1344 a 1350) corresponde, pues, lo que aquí llamo “tercer momento historiográfico” en Castilla.

El rey ordenó buscar, entonces, los libros de la cámara regia y a partir de ellos completar el relato de la historia castellana, interrumpida en época de Alfonso el Sabio. Había, pues, que completar la historia del reinado de Fernando III y cumplir así con la extensión proyectada originalmente para la *Estoria de España* alfonsí y luego redactar los reinados posteriores (Alfonso X, Sancho IV y Fernando IV) para poder, finalmente, hacer escribir la crónica de su propio reinado. Esta labor estuvo a cargo, según parece, del canciller del reino, Ferrán Sánchez de Valladolid, y de otros colaboradores de la curia regia.

En estos cronistas se produjo una síntesis de las diferentes tendencias surgidas en el período anterior como reacción frente al modelo historiográfico alfonsí. En especial, absorbieron los modos de narrar que habían surgido en la historiografía de inspiración nobiliaria, como la ya mencionada *Historia hasta 1288 dialogada*. A tal punto, que muchos episodios de este texto pasaron a formar parte, reescritura mediante, de la *Crónica de Alfonso X* y de la *Crónica de Sancho IV*. Precisamente encontramos el episodio citado en la sección anterior -el asesinato del conde don Lope en Alfaro-, aunque en una versión muy modificada para salvaguardar la imagen del rey y, sobre

todo, su responsabilidad directa en la muerte del conde. Pero aun así, no se priva de explotar la forma dialogada en el clímax del episodio:

Et el rey dixo entonçes: "[...] Et yo con otro acuerdo vengo, que vos amos finquedes aquí comigo fasta que me dedes mis castillos". Et el conde se levantó mucho aína et dixo: "¿Presos? ¿Cómo? ¡A la mierda! ¡O los míos!". Et metió mano a un cuchillo et dexose ir para la puerta o estaba el rey, el cuchillo sacado et la mano alta et llamando muchas vezes "¡O los míos!"¹⁰.

A todos los recursos del diálogo vivo se agrega aquí el insulto, tan eficaz para señalar el dramatismo de la situación desesperada del conde. Todavía sigue sin haber parangón en las letras contemporáneas, salvo fugaces recreaciones coloquiales en el modo en que Juan Ruiz reelabora sus fuentes latinas en el *Libro de buen amor* (especialmente, ciertas escenas del *Pamphilus de amore* en el episodio de Don Melón y Doña Endrina).

Cuánto se ha logrado evolucionar en este procedimiento narrativo se puede aquilatar en el siguiente pasaje tomado de la *Gran Crónica de Alfonso XI*, que también se reproduce en la *Crónica de Alfonso XI*. Se trata de un enfrentamiento verbal entre los tutores del rey niño -el infante don Felipe, don Juan el Tuerto y don Juan Manuel- que pone en evidencia las intrigas subyacentes en una aparente búsqueda de concordia política.

E el segundo día avían de comer con el ynfante don Felipe; e antes que comiesen entraron en vna camara don Joan e don Joan e don Felipe, e con ellos don Alfonso Sanchez e Alonso Hernandez de Biedma e Aluar Nuñez de Osorio, y estos eran de parte de don Felipe; e de parte de don Joan fijo del ynfante don Joan, el prior de Sant Joan e Joan Alvarez de Osorio; e Gomez Carrillo de parte de don Joan fijo del ynfante don Manuel. E fablada e tratada la avenencia entrellos quedo que fuesen amigos, e que quedase cada vno de ellos con su tutoria segund que la tenian antes, e Çamora que fincase en la tutoria de don Joan hijo del ynfante don Juan, e que ninguno dellos no tomase villa ni lugar de

¹⁰ *Crónica de Sancho IV*, edición crítica de Pablo Enrique Saracino. Buenos Aires: SECRIT, 2014, pp. 88-89.

la tutoria del otro ni acogiesen a ningund mal fechor, e que fuesen todos vnos para el seruiçio de Dios y del rey e hazer la justiçia e manparar la tierra de los mal fechores, e mandaron escrevir esto. E Alvar Nuñez de Osorio dixo a don Joan hijo del ynfante don Manuel que que mandara escrevir. E don Joan dixo:

— Esto que ponemos don Felipe e don Joan e yo.

E Alvar Nuñez dixo que primero lo librarian lo de Garçi Laso. E a esto don Joan dixo:

— Eso no se puede hazer.

E pregunto le Aluar Nuñez que por que. E dixo don Joan:

— Por que no quiero yo.

E estonçes torno se don Felipe contra don Joan e dixole:

— ¿Por que non queredes vos?

E dixole don Joan:

— Por que non quiero que me mate otra vez con vusco como me a cuydado matar en Villa Onez.

Entonces dixo Aluar Nuñez:

— Pues don Felipe non desemparara el su amigo.

E estonçes dixo don Joan hijo del ynfante don Joan:

— Pues, don Alvaro, ¿como queredes vos?

E estonçes dixo Aluar Nuñez:

— Querria que se librase el pleyto de Garçy Laso.

E don Joan hijo del ynfante don Manuel dixo:

— Vos querriades que entre nosotros oviese sienpre riesgo e contienda, e que nunca nos aviniesemos, e que nos matasemos en el canpo como estuvimos el otro dia açerca dello, e que vosotros fincasedes señores de la tierra.

E sobresto salieron del palacio, e fueron a comer; e no se açerto ninguna cosa de la avenençia entrellos¹¹.

Es sabido que tanto la *Crónica* como la *Gran Crónica de Alfonso XI* son absolutamente contrarias a don Juan Manuel, el gran contendiente del rey Alfonso; aun así, en este episodio, es la voz de este personaje la que termina manifestando el verdadero conflicto que subyace al enfrentamiento entre los tutores del rey, además de denunciar un acto de violencia traicionera del que había sido víctima.

¹¹ *Gran Crónica de Alfonso XI*, edición crítica de Diego Catalán. Madrid: Seminario Menéndez Pidal-Universidad Complutense, 1976, I, pp. 355-357.

En efecto, Garci Laso de la Vega y Álvar Núñez de Osorio habían instigado, en calidad de consejeros, al infante don Felipe para que pusiera una celada y matara a don Juan Manuel. El ataque se produjo en junio de 1322 en Villaoñez, y apenas pudo escapar con vida don Juan. Todavía recuerda el incidente, a través del personaje Julio, en el *Libro de los estados*:

Otrosí, oí dezir âquel don Johan, [...] mi amigo, que muchos omnes le quisieran matar, tanbién por yervas commo por manera de asesignos, commo por armas a falsedat, así commo en Villaoñes, que bino don Felipe, yaziendo él dormiendo, [...] et [...] beníanle por matar, pero de todo lo guardó Dios¹².

Garci Laso y Alvar Núñez fueron de los enemigos más enconados de don Juan Manuel, y continuaron siéndolo cuando pasaron al consejo del joven rey Alfonso XI, una vez que tomó las riendas del gobierno al cumplir 14 años. Finalmente su buena estrella política desapareció y ambos tuvieron mal fin, luego de encumbrarse en el poder, favorecidos primero y fulminados después por el propio rey. Todavía se acuerda del mal fin de sus enemigos don Juan Manuel en una referencia directa, al final del *exemplo* 45 del *Conde Lucanor*, en boca del consejero Patronio:

[P]arad mientes a todos los agoreros o sorteros o adevinos o que fazen çercos o encantamientos o d'estas cosas qualesquier e veredes que sienpre ovieron malos acabamientos. Et si non me credes, acordatvos de Alvar Núñez e de Garci Lasso, que fueron los omnes del mundo que más fiaron en agüeros e en estas tales cosas, e veredes quál acabamiento ovieron¹³.

Pero lo más interesante es que a través de la cortante discusión entre Alvar Núñez y don Juan Manuel, llena de sobreentendidos, el cronista saca a la luz una de las causas profundas de la inestabilidad y de la anarquía que padece el reino en esos años de tutoría: son las intrigas de una nobleza subalterna, que medra con las ganancias de una guerra permanente. Este también es un principio de la doctrina política

¹² Don Juan Manuel, *Libro de los estados*, edición de Ian Macpherson y R. B. Tate. Madrid: Castalia, 1991, p. 187.

¹³ Don Juan Manuel, *El Conde Lucanor*, edición de Leonardo Funes. Buenos Aires: Colihue, 2020, p. 344.

juanmanuelina, que, otra vez, Patronio se encarga de explicitar en el *enxemplo* 15 del *Conde Lucanor*:

Et pues grand colpe non podedes rezebir, esperat ante que vos fieran e por aventura veredes que estos miedos et espantos que vos ponen que non son con verdat sinon lo que estos vos dizen, porque cunple a ellos, ca non an bien sinon en el mal. Et bien cred que estos tales, tan bien de vuestra parte como de la otra, que non querrían grand guerra nin grand paz, ca non son para se parar a la guerra nin querrían paz conplida. Mas lo que ellos querrían sería un alboroço con que pudiessen ellos tomar e fazer mal en la tierra e tener a vós e a la otra parte en premia, para levar de vós lo que avedes e non avedes e non aver rezebo que los castigaredes por cosa que fagan¹⁴.

El cronista evita enunciar el comentario político que enjuicia una época turbulenta y traslada la responsabilidad al habla de los personajes involucrados, y para darle mayor impacto, apela al recurso del diálogo dinámico en estilo directo. De este modo, el puro acontecimiento -el fracaso del último intento de avenencia de los tutores del reino- se dota de un sentido más profundo y nos prepara para el contraste ideológico fundamental de la historiografía de Alfonso XI: la única solución a la anarquía política es el reforzamiento de la autoridad regia.

El diálogo vivo en las *Crónicas del Canciller Ayala*

Un episodio altamente ilustrativo de la *Crónica del rey don Pedro y del rey don Enrique, su hermano, hijos del rey Alfonso Onceno* se encuentra en el primer capítulo del año 1353, cuarto año del reinado de Pedro I, cuyo epígrafe reza: “Cómmo el rey don Pedro tomó la villa de Aguilar e fizo matar a don Alfonso Ferrández Coronel e a otros caualleros que y estauan”.

Se trata de una situación repetida al infinito en las crónicas medievales: un noble, ofendido por lo que considera un trato injusto, se declara en rebeldía contra su rey y se encierra en su castillo, lo que da origen a intrincadas negociaciones que culminan con el destierro temporal del noble y una posterior avenencia o

¹⁴ Don Juan Manuel, *El Conde Lucanor*, pp. 116-118.

directamente con la avenencia mediante el otorgamiento de algún beneficio regio y nuevos juramentos de lealtad por parte del noble. Pero con el joven rey Pedro las cosas han cambiado: en su determinación por afirmar el poder regio frente a una nobleza levantisca, no va a dudar en tomar represalias violentas y sanguinarias, que a la larga le valdrán el apelativo de Pedro el Cruel.

Alfonso Ferrández Coronel será de los primeros en comprobarlo, al permitir una escalada del conflicto que termina con el asalto de las fuerzas del rey a la villa amurallada de Aguilar. La caída final del noble se narra del siguiente modo:

Jueves primero día de febrero, dieron fuego a las cauas que tenían fechas e cayó vn grand portillo e muchos de la villa sallían por allí e viníanse para el rey. E otro día viernes, el rey mandó armar todos los de la hueste para combatir la villa, e fiziéronlo assí. E non auía en la villa saluo muy pocos ya para la defender; e antes que las gentes llegassen, Gutier Ferrández de Toledo, que era muy amigo de don Alfonso Ferrández, llegó a la villa de Aguilar e vio a don Alfonso Ferrández que andaua requiriendo las barreras en vn cauallo. E díxole Gutier Ferrández a don Alfonso Ferrández Coronel:

— Compadre amigo, cómmo me pesa de la porfía que tomastes.- E díxole don Alfonso Ferrández:

— Gutier Ferrández, ¿puede seer algund remedio?- E díxole Gutier Ferrández:

— En verdad non lo veo, en tal estado son llegados los fechos ya.- E díxole don Alfonso Ferrández:

— Pues assí es, yo lo veo.- E díxole Gutier Ferrández:

— ¿Qué remedio?- [...]

— Gutier Ferrández, amigo, el remedio de aquí adelante es este: morir lo más apuestamente que yo pudiere, commo cauallero.

E armore de vn ganbax e vna loriga e vna capellina e anssí fue a oýr misa.

E llegose a él vn escudero suyo e díxole:

— ¿Qué fazedes, don Alfonso Ferrández? Que la villa se entra por el portillo que cayó, e don Pero Esteuáñez Carpintero, comendador mayor de Calatraua, es ya entrado en la villa con mucha gente.

E don Alfonso Ferrández respondió:

— Que quiera que sea, primero veré a Dios.- E estudo quedo fasta que alçaron el Cuerpo de Dios. E después sallió de la iglesia e vio que las gentes del rey eran

ya entradas en la villa. E púsose en vna torre de la villa armado commo estaua, e llegó y estonçe Dia Gómez de Toledo, que era cabdillo de los escuderos del cuerpo del rey, e quando lo vio don Alfonso Ferrández díxole:

— Dia Gómez, amigo, ponerme hedes delante mi señor el rey, biuo.- Dia Gómez dixo:

— Non sé si lo podré fazer, mas seed çierto don Alfonso Ferrández que faré todo mi poder por ello.- E díxole don Alfonso Ferrández:

— Pues euadme allá convusco. E ruégovos, Dia Gómez, amigo, que mandedes a vuestros omnes que fagan lo que pudieren por guardar mis fijos, que están en la mi posada, que non passen mal.- E desçendió don Alfonso Ferrández de la torre, e fue luego preso e desarmado saluo del ganbax.

E leuáronlo al rey preso dos escuderos del cuerpo del rey [...]. E fallaron a don Iohán Alfonso de Alburquerque, e quando vio a don Alfonso Ferrández díxole:

— ¡Qué porfía tomastes tan sin prouecho, seyendo tan bien andante en este regno!

E don Alfonso Ferrández le dixo:

— Don Iohán Alfonso, esta es Castilla, que faze los omnes e los gasta¹⁵.

Hay en este segmento del episodio cuatro secuencias perfectamente definidas. Repasemos en orden inverso: la cuarta corresponde al breve diálogo de Alfonso Ferrández con Juan Alfonso de Alburquerque, que en ese momento goza de la privanza del rey y es enemigo declarado del noble rebelde. A la amonestación del privado, el noble le responde con una réplica digna de Valerio Máximo, que trasciende la situación y abarca el reino entero y su historia, condensando una visión fatalista acerca del modo en que el destino de esa tierra arrastra a sus hombres de la cumbre a la perdición. El Canciller Ayala logra, con una sola frase puesta en boca de un personaje, pintar el dramatismo de un momento histórico atravesado por la crisis más profunda.

La tercera secuencia nos presenta el momento en que el noble rebelde se rinde y se entrega a las fuerzas del rey mediante un diálogo con el caudillo de los escuderos. El trato respetuoso entre los circunstanciales adversarios pone de relieve la entereza

¹⁵ Pero López de Ayala, *Crónica del rey don Pedro y del Rey don Enrique, su hermano, hijos del rey don Alfonso Onceno*. Edición crítica y notas de Germán Orduna. Buenos Aires: SECRIT, 1994-1997, Año 1353, Cap. 1, vol. I, pp. 81-82.

de dos guerreros fieles a los imperativos del ideal caballeresco: las peticiones del rebelde apuntan a su último derecho frente al rey y a favor de su familia, la franqueza de Día Gómez pone a resguardo su empeño caballeresco frente a la impredecible voluntad del monarca.

La segunda secuencia convierte al noble rebelde en modelo ejemplar de caballero cristiano: el breve diálogo con su escudero subraya la conducta del noble rebelde, quien frente a la muerte inevitable mantiene la templanza y antepone sus deberes trascendentales a su compromiso guerrero. La breve escena trasunta una ejemplaridad que supera la circunstancia anecdótica de un conflicto político menor que se pierde en la complejísima trama de enfrentamientos, intrigas y violencias que pueblan toda la crónica.

Y la primera secuencia es, a nuestros fines, la más interesante: aquí tenemos el diálogo de dos antiguos amigos, ahora en bandos opuestos, en una suerte de despedida antes de la caída. El diálogo trasunta la resignación con que el rebelde indaga sobre algún resquicio que todavía le permita esquivar el fin que se avecina y la pena con que su amigo se lamenta de que ya no haya vuelta atrás.

El Canciller Ayala, con este aprovechamiento magistral de la forma dialogada, ha sabido ir más allá de la mera crónica de una de las tantas caídas en desgracia de los nobles de la corte de Pedro el Cruel, para ofrecernos un cuadro de una hondura psicológica y moral absolutamente inusitada en la narrativa castellana bajomedieval, tanto histórica como ficcional. La prosa histórica de la segunda mitad del siglo XIV ha dado un paso más en el uso del recurso al diálogo vivo en discurso directo.

El diálogo vivo en la historiografía de Juan II de Castilla

Pasemos a un último ejemplo, tomado de la *Historia del ínclito don Álvaro de Luna*, cuya segunda parte, a la que corresponde el pasaje, se habría redactado unos quince

años después de la muerte por ajusticiamiento de quien ostentara los títulos de Condestable y Maestre de Santiago, ocurrida en 1453¹⁶.

Quizás no esté de más reponer aquí información básica sobre esta obra, también conocida como *Crónica de don Álvaro de Luna*: sabemos ahora que está compuesta de dos partes, muy probablemente de diferente autoría; la primera parte narra el ascenso y auge del Condestable según modelos narrativos y culturales caballerescos, y termina al finalizar las hazañas militares del protagonista, en 1448. La segunda parte sigue el modelo de la "caída de príncipes" y cubre los años finales, 1448-1453, cuando el rey Juan II, aquí un personaje claramente negativo, se pone en su contra y lo sentencia a muerte. Es muy probable que esta versión de la historia, muy diferente de la que transmite la *Crónica de Juan II*, se redactara y fuera conservada por los descendientes de don Álvaro con motivo del traslado de sus restos a la Capilla de Santiago de la Catedral de Toledo (1464-1468) y en el marco de los largos litigios de los herederos por hacerse con parte de sus bienes y de su señorío territorial.

En el episodio que nos interesa se nos cuenta que llegan a don Álvaro de Luna los rumores de que se prepara una emboscada para apresarlo y llevarlo al cadalso, maniobra detrás de la cual está el propio rey Juan II, a quien ha servido durante más de treinta años. Por eso envía a su camarero, Gonzalo Chacón, a preguntar al rey qué es lo que está pasando. Ante la pregunta del emisario, el rey se queda pasmado, porque se da cuenta de que el Condestable está al tanto de la traición que está a punto de cometerse. La escena es presentada, otra vez, mediante un uso magistral de la forma dialogada:

E en oyendo lo que así le dixo aquel caballero de parte del Maestre, en lo qual conosció que el Maestre avía avido alguna avisación o notiçia de lo que en el castillo se fazía, el Rey fué tanto turbado, e cassi tan fuera de sí mismo, a que dexando el brasero se apartó solo e se fué a sentar en un banco que estaba bien arredrado del lugar donde quedaron los otros que con él estaban fablando. E

¹⁶ Sobre el intrincado proceso de elaboración de esta crónica y de su compleja tradición textual, véase ahora el clarificador panorama esbozado por GÓMEZ REDONDO, Fernando – "El marco cultural de don Álvaro de Luna". In *Historia de la prosa medieval castellana. III. Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II*, Madrid: Cátedra, 2002, pp. 2885-2935.

allí donde se asentó llamó al Gonçalo Chacón, con el qual desque fué venido ante el Rey estouo un buen rato, e no le fabló cosa alguna. E después, fablándole con non asentado asiento de su fablar, començó a dezir, con no acordadas palabras:

— Chacón, para mientes, dí al Maestre, dí al Maestre...

E dende estouo algún tanto intervalo de tiempo, e tornóle a dezir:

— ¿Oyeslo? Dí al Maestre. Verás, dí al Maestre que me paresçe, que me paresçe...

E dende estobo otro yntervalo, e tornó a dezir:

— Que estos que son venidos, que deben venir para en defensión del castillo, por ende que no cure esta noche de cosa alguna; ca de mañana yo e él estaremos e veremos qué cosa sea, e lo que cunple que en ello se faga, e que aquello se fará¹⁷.

Dos cuestiones me interesa resaltar a partir de esta larga cita. La primera es que este pasaje me permite llamar la atención sobre un aspecto de la escritura en una cultura manuscrita que involucra a todos los cronistas hasta aquí aludidos, desde los colaboradores de Alfonso el Sabio hasta los autores de la *Historia del ínclito don Álvaro de Luna*. Me refiero a que la plasmación del diálogo vivo en el seno del discurso narrativo historiográfico supone una doble operación: una operación retórica, de la que hablaré de inmediato, pero primordialmente, una operación de escritura. Veamos esto con más detalle.

Cuando hoy leemos estas fuentes en las ediciones modernas, podemos apreciar con facilidad (y reponer) la dinámica de la lengua hablada, con sus énfasis y dudas, gracias a las convenciones que las herramientas tipográficas ponen a nuestra disposición (raya de diálogo, puntos suspensivos, signos de admiración o de interrogación). Nada de esto está disponible para quien produce el registro gráfico manuscrito de la lengua hablada. El testimonio más antiguo de la *Historia* es el manuscrito 10.141 de la Biblioteca Nacional de España, elegido por Carriazo como texto base de su edición. Se trata de un códice del siglo XVI, escrito a plana entera en una letra cursiva con tendencia procesal. Como puede verse en la reproducción del folio correspondiente al pasaje citado, el único signo gráfico al que se acude para

¹⁷ *Crónica de don Álvaro de Luna, condestable de Castilla, maestre de Santiago*, edición y estudio de Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1940, pp. 367-68.

representar las pausas y frases inconclusas es el punto, y no de modo sistemático. Entre el original perdido y esta copia debió de haber al menos unos 40 años de transmisión textual, pero tratándose de una copia hecha ya en tiempos de cultura impresa (aunque durante su primer siglo la imprenta estuvo lejos de desarrollar todo su potencial tipográfico), es de suponer que ese original debió de ser aun más parco que el testimonio conservado.

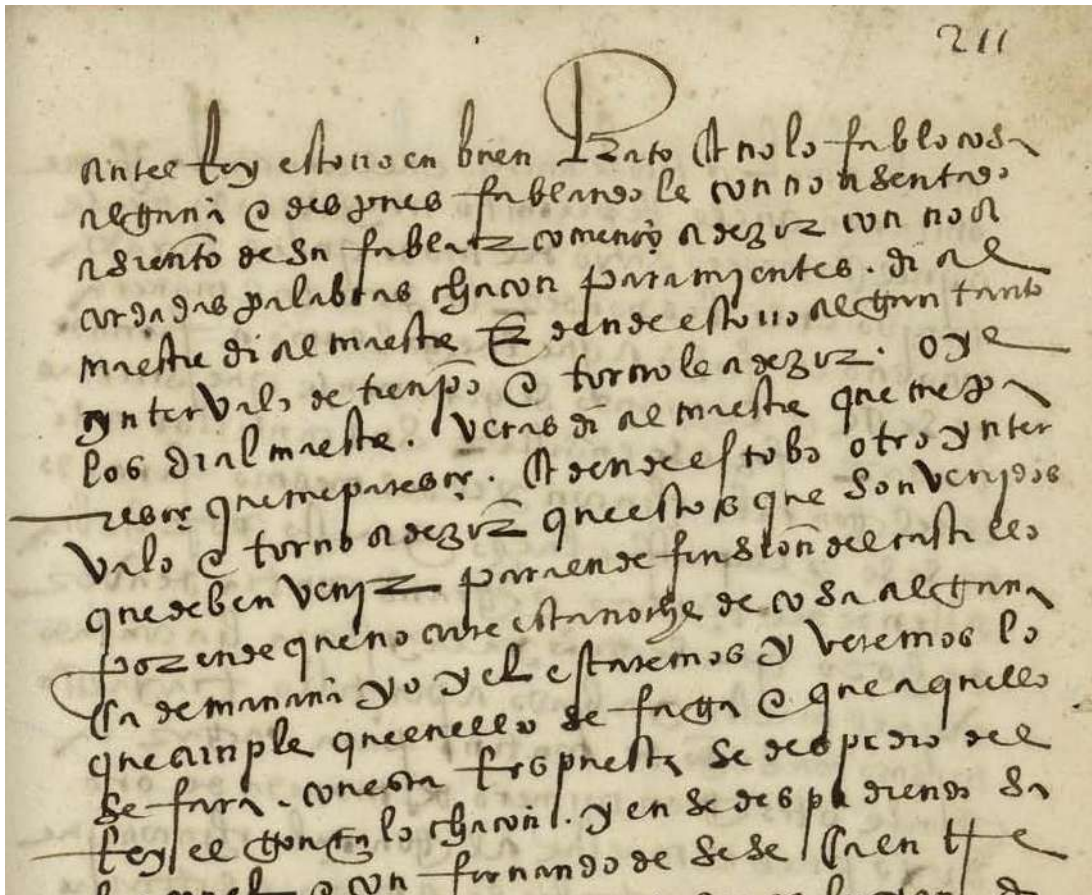


Fig. 1 - Ms BNE 10141, f. 211r

Las limitaciones gráficas de la copia manuscrita realzan todavía más el valor del recurso retórico al diálogo vivo por parte del autor de la crónica.

La representación del rey en estado de shock, incapaz de reaccionar, a la vez avergonzado y aterrorizado ante la evidencia de que su infamia ha quedado al descubierto, se cumple mediante el recurso a una forma dialogada que reproduce los balbuceos, la incapacidad de formular una frase coherente, el afán desesperado de una mente culpable por encontrar una mentira que lo saque del aprieto.

Habrà que esperar siglos para que la literatura, en el sentido en que todavía hoy entendemos por literatura, esté en condiciones de plasmar esto en un relato de ficción.

Podríamos decir que la poética del relato histórico está, en estos últimos decenios de la Edad Media, muy por delante de una poética del relato ficcional (caballeresco, sentimental, bucólico, picaresco). Se puede alegar que los registros del habla coloquial que encontramos en el *Corbacho* o *Arcipreste de Talavera*, están a la altura de lo que aquí leemos, pero no debe olvidarse que su autor, Alfonso Martínez de Toledo, todavía se atiene a las rigurosas reglas del estilo llano, por lo que sus personajes retratados nunca pertenecen a la nobleza. Lo mismo podríamos decir de la *Tragicomedia de Calisto y Melibea*, pese al impactante realismo de su forma dialogada que resultará, finalmente, una absoluta excepción, tan admirada como reprobada por el propio Cervantes¹⁸. No será hasta el siglo XIX, con el triunfo de una retórica de la imperfección espontánea, que la plasmación de estos diálogos balbuceantes pasará a formar parte del arsenal de recursos del escritor romántico o realista.

Primeras conclusiones

¿Qué es lo que permite que estas formas dialogadas emerjan en la cronística bajomedieval? Sin posibilidad de ofrecer una respuesta plenamente satisfactoria, tratándose este trabajo apenas del adelanto de una investigación en curso, me limito a sugerir algunas hipótesis.

En primer lugar, la incorporación de lo anecdótico con valor indicial en el universo de los hechos historiables, cuando el tiempo que se registra corresponde a un pasado inmediato, extrae del detalle de gestos y palabras un "efecto de realidad"¹⁹. En el caso de la historiografía castellana en lengua romance, la anécdota o el costado

¹⁸ Me refiero a la famosa alusión que hace Cervantes en la décima de cabo roto que integra los poemas preliminares de la Primera Parte del *Quijote*: "según siente *Celesti-*, / libro, en mi opinión, divi-, / si encubriera más lo huma-" (CERVANTES, Miguel de – *Don Quijote de la Mancha*. Edición y notas de Francisco Rico. Madrid: Real Academia Española, 2004, p. 21).

¹⁹ Aludo aquí a viejos conceptos de la narratología clásica según nos plantea en su día BARTHES, Roland – "Introducción al análisis estructural de los relatos". In AA.VV., *Análisis estructural del relato*, Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1970, pp. 9-43, y *Ibidem* – "El efecto de realidad". In AA.VV., *Lo verosímil*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1972, pp. 95-101.

anecdótico del acontecimiento histórico, ausente en las crónicas latinas de los siglos XII y XIII y en la obra histórica de Alfonso el Sabio, emerge como recurso narrativo en la historiografía post-alfonsí, sea en las narraciones de inspiración nobiliaria, sea en ciertas derivaciones de la *Crónica general*, especialmente la *Crónica de Castilla* y la *Crónica General de 1344*. La anécdota no refiere un acontecimiento que sea relevante para el devenir histórico, pero posee un alto contenido ideológico, en la medida en que califica personajes y acciones. A fin de sostener su valor de verdad, abunda en detalles precisos; y allí es donde la transcripción del diálogo en estilo directo cumple esa función: todo lo que se cuenta es la pura verdad, a tal punto que pueden escucharse las palabras exactas que fueron pronunciadas en la ocasión.

En segundo lugar, la convención literaria que vuelve verosímil la transcripción fiel de las exactas palabras pronunciadas en cada ocasión se apoya en una segunda convención genérica, que es la credibilidad de quien se supone testigo directo de los hechos narrados o transcriptor fiel de testimonios intachables (esto es lo que funciona a pleno en el caso del Canciller Ayala; pero es un lugar común de todos los prólogos conservados de textos cronísticos y renacentistas).

En tercer lugar, es necesario considerar que, en rigor, nunca podremos saber con certeza si estos personajes dijeron o no realmente estas palabras y si lo hicieron del modo en que se nos relata²⁰. Lo que es muy probable es que los redactores de estas historias no fueran manipuladores conscientes de los hechos narrados, sino que estarían plenamente convencidos de la veracidad de lo que estaban transmitiendo; ya sea por la convicción en la precisión del propio testimonio, ya sea por la absoluta confianza en la credibilidad del informante. Gonzalo Chacón conservaría en su memoria el diálogo con el rey Juan, tratándose de un momento álgido del acontecimiento traumático que fue el apresamiento de don Álvaro de Luna. Pero, al momento de transcribirlo en la *Historia*, una década después, ¿cuánto habrá aportado la flaca memoria humana al "adorno" del episodio? Por su parte, don Pero

²⁰ Conviene también tener muy presente esta sabia advertencia de Vicenç Beltrán: "Por otra parte, hoy ya no cabe creer ingenuamente que el artista o el escritor reproducen lo que ven u oyen, sino aquello que están preparados para ver u oír, interpretándolo desde su perspectiva estética o ideológica e integrándolo en los parámetros de su tradición literaria" (BELTRÁN, Vicenç - "Soliloquio, diálogo y expresión coloquial" In DI GIOVINE, Carlo (ed.) - *La parola dell'io. Forme e funzioni del monologo*. Potenza, 2006, p. 76).

López de Ayala, en su condición de doncel del rey don Pedro en el momento de los hechos narrados, bien pudo presenciar la caída de Alfonso Ferrández de Toledo y sus diálogos con Gutier Ferrández, Dia Gómez y Juan Alfonso de Alburquerque (no así el intercambio con su escudero), o quizás enterarse de esos detalles en conversaciones posteriores con los involucrados. En todo caso, las precisiones del diálogo seguramente son el fruto de las habilidades narrativas de quien entretiene a sus contertulios en torno a una fogata en un campamento o en uno de los salones de la corte. O así se imprimieron en la memoria de los contemporáneos y así se transmitieron en la incesante difusión de historias y anécdotas en los círculos cortesanos, con lo cual la emergencia de un rasgo tan sofisticado de la poética del relato histórico, con semejante hondura psicológica y contundencia dramática, tendría su fuente en la potente imaginación constructiva de la historia oral.

Referências bibliográficas

Fuentes

CERVANTES, Miguel de – *Don Quijote de la Mancha*. Edición y notas de Francisco Rico. Madrid: Real Academia Española, 2004.

Crónica de don Álvaro de Luna, condestable de Castilla, maestre de Santiago. Edición y estudio de Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1940.

Crónica de Sancho IV. Edición crítica de Pablo Enrique Saracino. Buenos Aires: SECRIT, 2014.

Estoria del fecho de los godos. Edición y estudio de Manuel Hijano Villegas. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2021.

Gran Crónica de Alfonso XI. Edición crítica de Diego Catalán. Madrid: Seminario Menéndez Pidal-Universidad Complutense, 1976.

JUAN MANUEL – *Libro de los estados*. Edición de Ian Macpherson y R. B. Tate. Madrid: Castalia, 1991.

JUAN MANUEL – *El Conde Lucanor*. Edición de Leonardo Funes. Buenos Aires: Colihue, 2020.

LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del rey don Pedro y del Rey don Enrique, su hermano, hijos del rey don Alfonso Onceno*. Edición crítica y notas de Germán Orduna. Buenos Aires: SECRIT, 1994-1997.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (ed.) – *Primera crónica general. Estoria de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid: Bailly-Baillière, 1906.

Poema de mio Cid. Edición de Leonardo Funes. Buenos Aires: Colihue, 2007.

Estudios

BARTHES, Roland – "Introducción al análisis estructural de los relatos". In AA.VV. - *Análisis estructural del relato*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1970, pp. 9-43.

BARTHES, Roland – "El efecto de realidad". In AA.VV. - *Lo verosímil*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1972, pp. 95-101.

BELTRÁN, Vicenç – "Soliloquio, diálogo y expresión coloquial: teoría y práctica de la lengua literaria en el medioevo hispánico". In DI GIOVINE, Carlo (ed.) - *La parola dell'io. Forme e funzioni del monologo*. Potenza, 2006, pp. 59-98.

CATALÁN, Diego – "El Toledano romanizado y las Estorias del fecho de los godos del s. XV". In *Estudios dedicados a James Homer Herriott*. Madison: Universidad de Wisconsin, 1966, pp. 9-102.

CATALÁN, Diego – *La Estoria de España de Alfonso X. Creación y evolución*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal-Universidad Complutense-Universidad Autónoma de Madrid, 1992.

FUNES, Leonardo – *El modelo historiográfico alfonsí: una caracterización*. Londres: Department of Hispanic Studies-Queen Mary and Westfield College, 1997.

FUNES, Leonardo – "Elementos para una poética del relato histórico". In ARIZALETA, Amaia (ed.) - *Poétique de la chronique. L'écriture des textes historiographiques au Moyen Âge (péninsule Ibérique et France)*. Toulouse: CNRS-Université de Toulouse-Le Mirail, 2008, pp. 241-273.

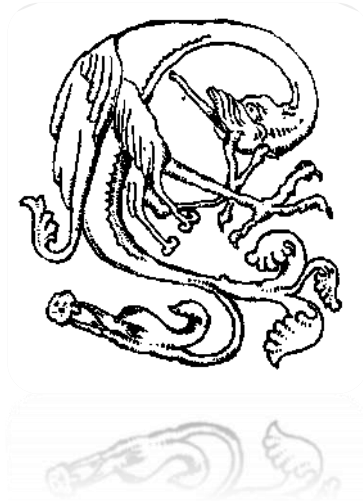
GOMEZ REDONDO, Fernando – *Historia de la prosa medieval castellana. III. Los orígenes del humanismo. El marco cultural de Enrique III y Juan II*. Madrid: Cátedra, 2002.

MONTGOMERY, Thomas – *Medieval Spanish Epic: Mythic Roots and Ritual Language*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1998.

SARACINO, Pablo Enrique – "La *Historia hasta 1288 dialogada y su relación con la Crónica de tres reyes". *e-Spania* 18 (2014), (en línea). Consultado el 11 de agosto de 2022. Disponible en <https://journals.openedition.org/e-spania/23742>.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FUNES, Leonardo – “De la retórica a la ficción: el uso del diálogo en estilo directo en la historiografía castellana medieval”. *Medievalista* Nº. 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 315-344. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt> .



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



“...not as history, but...”: The Cistercian Abbot Aelred of Rievaulx (1110-1167), A Writer of History in Many Genres

“...não enquanto história, mas...”: o abade cisterciense Aelred de Rievaulx (1110-1167), um escritor de História em vários géneros

Elizabeth Freeman

University of Tasmania
College of Arts, Law and Education
School of Humanities
Hobart, Tasmania 7001, Australia

Elizabeth.Freeman@utas.edu.au
<https://orcid.org/0000-0002-3062-7475>

Data recepção do artigo / Received for publication: 19 de setembro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 8 de maio de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6974>

ABSTRACT

What is a historical text, and what are the differences between such a text and other written genres? This question has occupied modern scholars of medieval Europe, medieval European authors themselves, and many others. Prompted by recent scholarship into the benefits, or otherwise, of trying to isolate distinct genres within what one scholar has referred to as "the whole mass of medieval historiography", this article examines the so-called "historical" texts composed by the medieval English Cistercian abbot Aelred of Rievaulx (1110-1167). None of these seven texts fits into the classic genre of the history, and yet the article argues that all are indeed historiographical texts. Aelred wrote all these works while he was abbot of Rievaulx Abbey in Yorkshire, and the article suggests that Aelred's experiences and responsibilities as abbot gave him both the skills to combine many literary genres – *vita*, genealogy, lament, *relatio*, *translatio*, *exemplum*, sermon, letter – when writing about the past as well as the desire to combine such genres so as to provide his readers with models of hope, and occasionally stern advice, from the past to use in the future.

Keywords: Aelred of Rievaulx; Genre; Middle Ages Historiography; Historians – England – History – to 1500; Literary Criticism – Medieval Europe.

RESUMO

O que é um texto historiográfico e o que é que o distingue dos outros géneros textuais? Estudiosos atuais da Europa medieval, os próprios autores europeus medievais e muitos outros têm-se ocupado desta questão. Incentivado por estudos recentes sobre os benefícios, ou não, de tentar isolar géneros distintos no quadro do que um académico designou como "toda o conjunto da historiografia medieval", este artigo examina os chamados textos "históricos" compostos pelo abade cisterciense inglês medieval Aelred de Rievaulx (1110-1167). Nenhum dos seus sete textos se enquadra no género clássico da História, mas o artigo argumenta que todos são, de facto, textos historiográficos. Aelred escreveu todas estas obras enquanto era abade da Abadia de Rievaulx, no Yorkshire, e o artigo sugere que as suas experiências e responsabilidades como abade lhe conferiram capacidades para combinar muitos géneros literários – *vita*, genealogia, lamento, *relatio*, *translatio*, *exemplum*, sermão, carta – ao escrever sobre o passado, bem como a vontade de combinar estes géneros a fim de fornecer aos seus leitores modelos de esperança e, ocasionalmente, conselhos severos sobre o passado, para uso no futuro.

Palavras-chave: Aelred of Rievaulx; Géneros literários; Historiografia medieval; Historiadores – Inglaterra – História – até 1500; Crítica Literária – Europa Medieval



Genre¹

“I have brought together in short form his [King David I of Scots’] life and character, not as history but as lamentation”². Aelred of Rievaulx, c.1153.

Aelred “published a life of David, king of Scotland, in the form of a lamentation, and added to it a genealogy of the king of England, the younger Henry [; in one book]”³. Walter Daniel, c. late 1160s.

“*Operum pars prima – Ascetica*”. “*Operum pars secunda – Historica*”⁴. Contents page for the 1855 *PL* edition of Aelred of Rievaulx’s writings.

“*Opera historica et hagiographica*”. Title of “the first critical edition [published 2017] of Aelred of Rievaulx’s historical and hagiographical texts”⁵, as advertised at publisher website.

As the quotes above indicate, and as readers of this *Medievalista* special issue on “Medieval Chronicles” will appreciate, the definition of such things as histories, chronicles, genealogies, hagiographies (and so on and so forth) is very much in the

¹ I presented an earlier version of this article at the “Our Aelred: Man, Monk and Saint” online conference, hosted by English Heritage and the British Archaeological Association, 11-12 Jan 2021. I thank the conference organisers and participants for their interest and helpful suggestions. Thank you to the editors of this special issue of *Medievalista* for encouraging me to submit my research to the journal. My thanks also to the anonymous *Medievalista* reviewers for engaging so deeply with my work and providing generous suggestions that have helped me further my thinking and research.

² AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI. Opera historica et hagiographica*. Ed. Domenico Pezzini. Corpus Christianorum Continuatio Medievalis, 3. Turnhout: Brepols, 2017, “*Genealogia regum Anglorum*”, *Epistola*, p. 4: “...uitam eius et mores, [...] non historiando sed lamentando breui stilo collegi”. AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*. Trans. Jane Patricia Freeland. Ed. Marsha L. Dutton. Kalamazoo: Cistercian Publications, 2005, “The Genealogy of the Kings of the English”, “Epistle to Duke Henry”, p. 43. In this article I use the Cistercian Publications English translations.

³ WALTER DANIEL – *The Life of Ailred of Rievaulx*. Trans. F. M. Powicke. London: Nelson, 1950, ch. 32, p. 50: “...uitam David Regis Scocie sub specie lamentandi edidit cui genealogiam Regis Anglie Henrici iunioris uno libro comprehendens adiunxit”. WALTER DANIEL – *The Life of Aelred of Rievaulx by Walter Daniel*. Trans. F. M. Powicke. Intro. Marsha Dutton. Kalamazoo, MI and Spencer, MA: Cistercian Publications, 1994, ch. 32, pp. 120-121.

⁴ “*Aelredus abbas Rievallanensis in Anglia*”. *Patrologiae cursus completus, series latina*. Ed. J.-P. Migne, vol. 195. Paris, 1855.

⁵ AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI. Opera historica et hagiographica*, at <https://www.brepols.net/products/IS-9782503552781-1> [accessed 16 Sept 2022].

eye of the beholder. In the 1150s, an author in a Cistercian abbey in Yorkshire (Aelred of Rievaulx, 1110-1167) informed his expected reader (Henry, the Duke of Normandy and Aquitaine and the Count of Anjou, and the presumptive King Henry II of England) that he was writing a lament of the recently deceased King David of Scots, but at the same time, Aelred hinted that the more usual kind of text for him to have written would have been a history⁶. About fifteen years later, the recently deceased Aelred was himself the subject of a *vita*, the *Vita Aelredi*, and here the *vita*'s author Walter Daniel described Aelred's lament for David as in fact not a lament but rather a *vita*. (It may well have been “*sub specie lamentandi*” but in Walter's view it still remained a *vita*.) Walter then pointed out that Aelred had actually combined that *vita* of David with a separate work, a genealogy for Henry⁷. In the 1650s, the Early Modern scholars Roger Twysden and John Selden referred to Aelred as a writer of English history⁸, and in being the first to commit some of his historical writing to print they established a categorisation of Aelred's writings into the spiritual and historical which gained pace among later editors. The 19th-century *Patrologia Latina*'s binary categorisation of Aelred's compositions as either ascetical or historical was continued in the 20th century, sometimes with the categories redefined as theological and historical⁹. In 2017 the so-called historical writings were now being described as “historical and hagiographical” by the publisher of the new critical editions. The attempts to classify Aelred of Rievaulx's oeuvre into distinct genres show no signs of abating.

In dividing Aelred's writings into different categories, and in believing that there is some value in identifying “history” as one of those categories, modern scholars are in good company. According to Cicero, history was both actual deeds remote from the memory of one's age and also the narration of those deeds¹⁰. (Of course, Cicero

⁶ See n. 2 above.

⁷ See n. 3 above.

⁸ *Historiae Anglicanae Scriptores Decem*. Ed. Roger Twysden and John Selden. London, 1652, cols. 333-422.

⁹ For the *PL* division see n. 4 above. HOSTE, Anselm – *Bibliotheca Aelrediana. A Survey of the Manuscripts, Old Catalogues, Editions and Studies concerning St. Aelred of Rievaulx*. Steenbrugge [Bruges]: Abbatia Sancti Petri, 1962. Hoste's influential study also referred to Aelred's writings as either ascetical or historical.

¹⁰ As discussed at DUMVILLE, David – “What is a Chronicle?”. In KOOPER, Erik (Ed.) – *The Medieval Chronicle 2*. Boston: Brill, 2002, pp. 1-27, at p. 4. For Cicero's statement that the *historia* narrative

also wrote other things about history, including the astute observation in *De oratore* – a text not well known in the Middle Ages – that, despite history’s importance, rhetoricians nowhere gave any clear advice on how to write it!¹¹) On the other hand, for Isidore of Seville history was not about events remote from one’s age but about events within one’s age¹². No doubt combining viewpoints from various texts that disagreed with each other, Isidore simultaneously wrote that annals were just another form of history and, later in the same paragraph, wrote that annals were different from history due to the fact that annals described events remote from one’s day¹³.

If we take some well-known examples from the 12th century, we see a move away from drawing distinctions based on time (whether within current memory or in far-distant times) to, variously, a focus on whether the text was written in Latin or the vernacular (witness William of Newburgh’s indignant response in the 1190s to Geoffrey of Monmouth’s history, in which William was outraged precisely because Geoffrey had dared to write in Latin; if Geoffrey had written in the vernacular then, presumably, William would not have thought that the text was pretending to be a history¹⁴), prose or verse (the suspicion – more or less overcome in the 13th century – of the allegedly “inherently mendacious” nature of histories written in verse¹⁵), or

(which, according to Cicero, never dealt with public issues of law but could nonetheless still provide useful training) discussed actual events remote from one’s age, see CICERO – *De inventione. De optimo genere oratorum. Topica*. Trans. H. M. Hubbell. Cambridge, MA and London: Harvard University Press and William Heinemann, 1949, “De inventione”, I, XIX, 27, pp. 54-55: “*Historia est gesta res, ab aetatis nostrae memoria remota*”. So too the *Rhetorica ad Herennium* (popular in the Middle Ages, and believed then to have been Cicero’s work) makes the same point; CICERO – *Ad C. Herennium de ratione dicendi (Rhetorica ad Herennium)*. Trans. Harry Caplan. London and Cambridge, MA: William Heinemann and Harvard University Press, 1964, I, 13, pp. 22-25.

¹¹ CICERO – *De oratore*. Trans. E. W. Sutton and completed by H. Rackham. London and Cambridge, MA: William Heinemann and Harvard University Press, 1967, II, 15, pp. 242-247.

¹² DUMVILLE, David – “What is a Chronicle?”, p. 4. ISIDORE OF SEVILLE – *Isidori Hispalensis episcopi. Etymologiarum sive originum. Libri XX*, vol. 1. Ed. W. M. Lindsay. Oxford: Clarendon, 1911, I, 44.

¹³ Dumville notes this difference (not a contradiction as such), at DUMVILLE, David – “What is a Chronicle?”, p. 4. See also BURGESS, R. W. and KULIKOWSKI, Michael – “Medieval Historiographical Terminology”. In KOOPER, Erik; LEVELT, Sjoerd (Eds.) – *The Medieval Chronicle 13*. Amsterdam: Rodopi, 2013, pp. 165-192, at p. 170.

¹⁴ WILLIAM OF NEWBURGH – *The History of English Affairs. Book I*. Ed. and trans. Patrick G. Walsh and Michael J. Kennedy. Oxford and Havertown, PA: Oxbow, 1988, “Prologue”, pp. 28-29. For William, “by embellishing them [old fictitious accounts] in the Latin tongue”, Geoffrey of Monmouth has “cloaked them with the honourable title of history” [“*honesto historiae nomine palliavit*”].

¹⁵ SPIEGEL, Gabrielle M. – *Romancing the Past. The Rise of Vernacular Prose Historiography in Thirteenth-Century France*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1993, esp. pp. 55-69, and, for another case study, CLARK, Frederic – *The First Pagan Historian: The Fortunes of a*

a focus on the brevity or narrative elaboration of the text (Gervase of Canterbury’s now-famous distinction in his c.1190 *Chronica* between chronicles [synonym for annals] on the one hand, and history on the other; this distinction has gained a fame in the modern day that the medieval author would probably be pleasantly surprised at but which, we must suspect, grants too much weight to Gervase’s throwaway comment)¹⁶.

And, yet, even though classical definitions of history, or indeed any absolute definitions from any period, were not exact fits for historiographical compositional practices in the Middle Ages, some medieval authors continued to invoke them. This in itself tells us something about the urge to classify that seems to rise and fall and rise again through the centuries. This urge certainly rose in the 19th century, when nationalist editorial projects did so much to entrench our views of which medieval texts were to be categorised as histories and which were not. A half-century ago, Bernard Guenée’s work encouraged a more detailed examination of the variations in medieval historiographical definitions. Guenée focussed on the terminology used by the medieval authors themselves, especially terminology from the authors’ prefaces¹⁷. By examining prefaces, Guenée identified a period (from the 12th to 14th centuries) when the chronicle would surpass the history as the preferred genre¹⁸. Other scholars, however, noted that the terminology used by medieval writers to define the genres of their historiographical compositions told only part of the story (and, indeed, Guenée had already noted that medieval authors were not always internally consistent with respect to theory versus practice). In 1995 Elisabeth M. C.

Fraud from Antiquity to the Enlightenment. Oxford: Oxford University Press, 2020, ch. 3, “Dares Translated: Historical Veracity and Poetic Fiction”, pp. 117-168, and esp. pp. 125-126.

¹⁶ “*Forma tractandi varia, quia historicus diffuse et eleganter incedit, cronicus vero simpliciter graditur et breviter*”. GERVASE OF CANTERBURY – *The Historical Works of Gervase of Canterbury*. Ed. William Stubbs. Rolls Series 73, vol. 1. London: Longman, 1879, “Chronicle of Gervase”, p. 87. On Gervase’s comments as a “rhetorical construct” rather than “a serious discussion of the different genres of history and their uses”, see HAYWARD, Paul Antony – “Gervase of Canterbury”. In DUNPHY, Graeme *et al.* (Eds.) – *The Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Leiden and Boston: Brill, 2010, pp. 691-692, at p. 691.

¹⁷ E.g. GUENÉE, Bernard – “Histoires, annales, chroniques: Essai sur les genres historiques au Moyen Age”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 28 (1973), pp. 997-1016. My thanks to the anonymous *Medievalista* reviewer whose comments and reading suggestions helped me strengthen my discussion of the modern historiography about medieval historiography.

¹⁸ GUENÉE, Bernard – “Histoire et chronique. Nouvelles réflexions sur les genres historique au Moyen Age”. In POIRION, Daniel (Ed.) – *La chronique et l’histoire au Moyen Age: Colloque des 24 et 25 mai 1982*. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 1984, pp. 3-12.

van Houts recognised that modern historians continued to disagree on “how the whole mass of medieval historiography is best subdivided into smaller sections, representing groups of texts having characteristics in common”, before going on to offer her own definitions of chronicle, local chronicle, and regional chronicle, notwithstanding her awareness that these definitions “may prove to be controversial”¹⁹. In 2001 Steven Vanderputten identified the history, chronicle, and annal as the main types of historiographic production of medieval monastic communities. At the same time, however, Vanderputten declared that, even within its separate genres of history, chronicle, and annal, medieval historiography was constantly evolving, with the result that “it will become less and less justifiable to make overviews of historiography as a genre in the Western world”²⁰. Vanderputten concluded that all the historiographical genres he examined – histories, chronicles, annals – “underwent so many different evolutions and adaptations in such a vast number of milieux, that we can no longer speak of a general type, to be described in other than very general terms”²¹.

In the last few years, scholars have returned to the issue of the generic divisions within, in van Houts’ memorable words, “the whole mass of medieval historiography”. In 2021 Felice Lifshitz reasserted her argument from the 1990s that the genre of “hagiography” is a modern construction and should be abandoned²². In the specific context of medieval England, Catherine Sanok argued similarly in 2019²³. Notably, Sanok’s chapter was published in an edited collection devoted to “medieval historical writing”; in other words, in this case, the “house of history” is considered large enough to include a mansion called “hagiography”. Also advocating a wide rather than restricted definition of “historical writing”, Thomas O’Donnell has recently advocated eschewing a focus on genre and instead

¹⁹ HOUTS, Elisabeth M. C. van – *Local and Regional Chronicles*. Turnhout: Brepols, 1995, pp. 7, 13-14.

²⁰ VANDERPUTTEN, Steven – “Typology of Medieval Historiography Reconsidered: A Social Re-interpretation of Monastic Annals, Chronicles and Gesta”. *Historical Social Research / Historische Sozialforschung* 26 (2001), pp. 141-178, at p. 161.

²¹ VANDERPUTTEN, Steven – “Typology of Medieval Historiography Reconsidered”, p. 161.

²² LIFSHITZ, Felice – “Still Useless after all these Years. The Concept of ‘Hagiography’ in the Twenty-First Century”. In LIFSHITZ, Felice – *Writing Normandy: Studies of Saints and Rulers*. London and New York: Routledge, 2021, pp. 26-46.

²³ SANOK, Catherine – “Hagiography”. In JAHNER, Jennifer; STEINER, Emily; and TYLER, Elizabeth M. (Eds.) – *Medieval Historical Writing. Britain and Ireland, 500-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, pp. 420-436.

concentrating on the meanings that texts both assumed and promoted, especially with reference to the tangible force of memory and memorial practices (local, personal, and universal memories), something which O’Donnell suggests can help scholars identify similarities across medieval cultural traditions and, in turn, perhaps “challenge some of the confident generalizations about monastic history-writing in England”²⁴. While O’Donnell takes medieval Britain and Ireland as a starting point, Ramunė Markevičiūtė has similarly addressed the issue of genre and history-writing in other contexts. Writing in 2020, Markevičiūtė argues that it is impossible to delineate clear generic categorisations of medieval historical texts, whether on the basis of content or of form, and suggests instead that scholars rethink genre to include the interactions of three elements, namely, a text’s context, the text’s form, and the literary tradition that informs the text²⁵. In the modern day, as in medieval times, each generation revisits the past and its own relationship to it.

Genre, memory, events remote from one’s age and events closer to one’s time, the purpose of history, and, importantly, the interconnections between different genres of historiographical compositions – writings by the 12th-century Cistercian abbot Aelred of Rievaulx can help us explore all these issues.

Born in 1110 in Hexham in northern England and known as Æthelred in his first language, Aelred was born into a context where both tradition and change were strongly present²⁶. The church at Hexham housed the relics of important early medieval saints. Aelred was immersed in this context since birth – he was the son of Hexham’s parish priest, and Aelred’s grandfather and great-grandfather had also been priests at Hexham. But, by the early 12th century, the days of married priests

²⁴ O’DONNELL, Thomas – “Monastic History-Writing and Memory in Britain and Ireland: A Methodological Reassessment”. *New Medieval Literatures* 19 (2019), pp. 43-88, and quote at p. 87.

²⁵ MARKEVIČIŪTĖ, Ramunė – “Rethinking the Chronicle: Modern Genre Theory Applied to Medieval Historiography”. In KOOPER, Erik; LEVELT, Sjoerd (Eds.) – *The Medieval Chronicle 13*. Leiden and Boston: Brill, 2020, pp. 182-200.

²⁶ The bibliography on Aelred and his life is immense. For a short survey, see BELL, David N. – “Ailred [Ælred, Æthelred] of Rievaulx”. *Oxford Dictionary of National Biography* [23 Sept 2004], [Accessed 16 Sept 2022]. Available at <https://doi.org/10.1093/ref:odnb/8916> For a more detailed survey, see DUTTON, Marsha L. – “Aelred of Rievaulx: Abbot, Teacher, and Author”. In DUTTON, Marsha L. (Ed.) – *A Companion to Aelred of Rievaulx (1110-1167)*. Leiden and Boston: Brill, 2017, pp. 17-47. An important study that highlights Aelred’s political activities and connections with the world outside the monastery is TRUAX, Jean – *Aelred the Peacemaker: The Public Life of a Cistercian Abbot*. Collegeville, MN: Cistercian Publications, 2017.

were numbered, and Aelred’s life would not follow that of his ancestors. By his early teenage years, Aelred had received some education, at Hexham and probably at Durham. He then spent ten years living at the court of David I, King of Scots, before joining Rievaulx Abbey in Yorkshire in 1134 following a Damascene conversion of life. In the early 1140s, he was a novice master of Rievaulx. At this time he composed (at Bernard of Clairvaux’s request) his first treatise, *Speculum caritatis*, a treatise praised by Walter Daniel as “the best of all his works” and one which shows that Aelred’s skill at tailoring his texts to audience needs was already strong at the start of his writing career²⁷. Apart from a few years (1143-c.1147) as abbot of the new Cistercian abbey of Revesby in Lincolnshire, Aelred spent the rest of his life at Rievaulx. By 1147 he was abbot of Rievaulx, an office he would hold until his death in 1167. After *Speculum caritatis* he composed more “spiritual” treatises (*De Iesu Puero*, *De spirituali amicitia*, *De institutione inclusarum*, *De anima*, *Oratio pastoralis*); he composed the “historical” texts which will be examined below; he composed individual sermons and sermon collections (*Homelie de oneribus*; and about 200 surviving liturgical sermons); he also preached sermons, usually to his monks at Rievaulx, but he also preached occasionally to priests and bishops at synods²⁸; he wrote hundreds of now-lost letters to popes, kings, bishops, earls, and more; he was an active negotiator in political and ecclesiastical matters; and he oversaw the rapid expansion of Rievaulx Abbey’s community of monks, lay-brothers, and *famuli* as well as its building works and land-holdings. The *Vita Aelredi* depicts him as a man devoted to teaching, with his monks eager to learn from him.

Aelred of Rievaulx’s Historical Writings

A perennial question – why study history? Here is one reason:

It is not unprofitable, my brave men, for you young men to listen to an old man.
Instructed by the changes of many seasons, the succession of kings, and the
diverse outcomes of wars, I tell you that I have also learned to ponder the past,

²⁷ WALTER DANIEL – *The Life of Aelred of Rievaulx*, ch. 17, pp. 108-109. Aelred’s knowledge of novices comes through clearly in this work.

²⁸ In contrast, there is no undisputed evidence that Bernard of Clairvaux ever preached at synods; LÜTZELSCHWAB, Ralf – “*Vos de coelis originem ducitis* – Aelred of Rievaulx as Preacher at Synods”. *Nottingham Medieval Studies* 65 (2021), pp. 61-79, esp. p. 65.

to weigh the present, and to conjecture from the past to the present and from present to the future.²⁹

Aelred of Rievaulx wrote these words, in his historical account of the Battle of the Standard. Today we might describe that battle in August 1138 as one of the many conflicts in the civil war between supporters of Empress Matilda and King Stephen concerning the English succession (it was the third such battle in 1138 alone), although that is not how Aelred depicts it. For Aelred, the battle was a conflict between, on the one hand, David I, King of Scots, and his allies and, on the other hand, supporters of Stephen, and it was a conflict over control of the “northern part of England”³⁰, Aelred’s home. The battle had happened near Northallerton, north of Rievaulx Abbey. In 1138 Aelred had been a simple monk of Rievaulx, yet to travel as a diplomat representing the Cistercian Order, yet to assume his first internal leadership role of novice-master, and yet to compose his first written work, *Speculum caritatis*. After 1138, conflict and uncertainty did not end – the so-called “Anarchy” was only just beginning. The Battle of the Standard attracted the interest of various history writers in 12th-century England. Aelred was one of them. At some unknown date, probably/possibly in the early 1150s, when peace had still not arrived, Aelred sat down and wrote a history of the battle. The narrative is idiosyncratic. It covers about 20 modern pages which, on the one hand, is relatively short but, on the other hand, devoting a full 20 pages to just one battle is unusual³¹. Interestingly in terms of genre, the surviving 12th-century copy from Rievaulx Abbey refers to this text as a *relatio* – a report³² – i.e. *Relatio de standardo*.

In Aelred’s *Relatio de standardo*, who speaks these words about being instructed by the succession of kings and the varying outcomes of war, of having learned to project from the past to the present, and from the present to the future? The words are put in the mouth of Walter Espec. They are the opening words of his pre-battle motivational talk. Walter Espec was not only one of Anglo-Norman England’s most

²⁹ AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI*, “*Relatio de Standardo*”, p. 62; AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*, “*The Battle of the Standard*”, pp. 251-252.

³⁰ AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI*, “*Relatio de Standardo*”, p. 59; AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*, “*The Battle of the Standard*”, p. 247.

³¹ My thanks to the anonymous reviewer for *Medievalista* who pointed this out.

³² York, York Minster, Archives and Manuscripts, Ms. XVI/I/8, fols. 195r-199v.

significant noblemen but, more than this, he was the founder of Rievaulx Abbey (founded 1132). He had also played a formative role in Aelred's monastic life; the *Vita Aelredi* credits Walter with igniting Aelred's interest in joining the Rievaulx community in the first place³³. In *Relatio de standardo*, Walter speaks as the rousing leader of the pro-Stephen forces who will end out defeating the forces of King David of Scots and David's allegedly unworthy allies. But although Aelred places these words about history in the mouth of the layman Walter Espec³⁴, the words are also decidedly Aelred's.

We can see from the quote ascribed to Walter Espec that Aelred knew about medieval theories of good history; he knew that in the 12th century histories were meant to have a purpose³⁵. Later on, in *Relatio de standardo*, Aelred puts similar words in the mouth of another participant. Here Robert de Bruce reaches across enemy lines and tries to dissuade his old friend David from taking military action: "It is not wise, O king, to look only at the beginning of such matters and not also to their end, to neglect the memory of what is past and the thought of the future solely for the sake of the present."³⁶

Past, present, future – the message is that they are all connected. Think about them all, and act with respect to them all. The same logic appears in Aelred's three historical compositions directly addressed to royalty – first, Aelred's Lament on the death of King David I of Scots³⁷; second, the *Genealogia regum Anglorum*, which

³³ Aelred spent his last two nights before entering monastic life being welcomed and entertained by Walter Espec at Walter's castle at Helmsley, near Rievaulx. Here, Walter told Aelred things about the life of Rievaulx's monks that caused Aelred's spirit to "burn more and more with inexpressible joy", and, the following day, Walter personally accompanied Aelred on Aelred's visit to meet the monks, a visit which prompted Aelred to enter the community a day later; WALTER DANIEL – *The Life of Aelred of Rievaulx*, ch. 5, ch. 7, pp. 96-100.

³⁴ Walter Espec did have a personal interest in history; see discussion below.

³⁵ On various 12th-century historians' understandings of what that purpose might be, see STAUNTON, Michael – "Did the Purpose of History Change in England in the Twelfth Century?". In CLEAVER, Laura; WORM, Andrea (Eds.) – *Writing History in the Anglo-Norman World: Manuscripts, Makers and Readers, c.1066-c.1250*. Woodbridge and Rochester, NY: York Medieval Press, 2018, pp. 7-27.

³⁶ AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI*, "Relatio de Standardo", p. 68; AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*, "The Battle of the Standard", p. 261. A long-time friend of David, the influential baron Robert de Bruce nonetheless supported King Stephen in the civil war.

³⁷ Although some scholars refer to this as a *vita*, I use the term lament, since Aelred referred to it as a work brought together "not as history but as lamentation"; see n. 2 above. For the text see AELRED

rather than being a genealogy of the English kings is more correctly a genealogy tailored specifically to the 20-year old Duke/Count Henry as preparation for his intended future as King Henry II³⁸; and, third, Aelred’s hagiography of Edward the Confessor, *Vita sancti Ædwardi Regis et Confessoris*, in which again Henry, who had now been King Henry II for almost a decade, was advised to learn from the past of Edward, and the present miracles of Edward, in order to perform his royal duties well in the future for “the consolation of all of us”³⁹.

Aelred wrote seven historical works⁴⁰. He seems to have begun writing them in the early 1150s, with a burst of energy in 1153-1155, but not all the dates are known. Or, perhaps he wrote only six histories, depending on whether or not we call his advice text about events at Watton monastery a history. Or, perhaps he wrote only five histories, depending on whether or not we call his lament of King David a history. (This semantics of counting how many of Aelred’s historical texts are in fact “true” histories could go on! And, indeed, this goes to the heart of my argument, that is, that semantics are unhelpful. All seven works are historiographical productions, and I will examine all seven of the works.) Four have been mentioned already – *Relatio de standardo*, the Lament for King David, *Genealogia regum Anglorum*, and *Vita sancti Ædwardi Regis et Confessoris*. These share sufficient similarities that the Cistercian Publications English translation prints all four together⁴¹ – that similarity being the focus on political history and advice to secular leaders, mainly advice to Henry II. Here we can say that Aelred lived up to his birth name of Æthelred (noble

OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI*, “Liber de vita religiosi David regis Scotie”, pp. 5-21 and AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*, “Lament for David, King of the Scots”, pp. 45-70.

³⁸ The *Genealogia regum Anglorum* was written in 1153 or 1154, i.e. after the 1153 Treaty of Winchester had made it clear that Henry would eventually become King Henry II and before he actually did become king in late 1154. For political context, see HOLT, J. C. – “1153: The Treaty of Winchester”. In KING, Edmund (Ed.) – *The Anarchy of King Stephen’s Reign*. Oxford and New York: Clarendon, 1994, pp. 291-316.

³⁹ AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VII. Opera historica et hagiographica*. Ed. Francesco Marzella. Corpus Christianorum Continuatio Medievalis, 3A. Turnhout: Brepols, 2017, “Vita sancti Ædwardi Regis et Confessoris”, pp. 85-181, at p. 88; AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*, “The Life of Saint Edward, King and Confessor”, p. 127.

⁴⁰ For a survey of Aelred’s seven histories, their themes, and the publication histories and scholarly debates concerning them, see FREEMAN, Elizabeth – “Aelred as a Historian among Historians”. In DUTTON, Marsha L. (Ed.) – *A Companion to Aelred of Rievaulx (1110-1167)*. Leiden and Boston: Brill, 2017, pp. 113-146.

⁴¹ AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*.

counsel). Aelred's other three historical writings are as follows⁴². There is *Vita sancti Niniani*, a hagiography of Ninian, the missionary saint of Scotland who had died more than half a millennium before Aelred's birth and for whom in the 12th century there was significant devotion yet few available facts from which to build a narrative. Aelred also composed *De sanctis Ecclesie Haugustaldensis et eorum miraculis*, an account of the miracles that the saints of Hexham were still performing at Hexham at the time of Aelred's composition (1154), centuries after their deaths⁴³. Finally, there is *De quodam miraculo mirabili*, a short text, in the guise of a letter, again focussing on miracles, which starts by referring to holy women at a nunnery in Bede's day centuries earlier but moves onto events at the same location in the present. That is, *De quodam miraculo mirabili* is Aelred's report on matters that he had been asked to examine at the Gilbertine double monastery of Watton in Yorkshire, dramatic events including emotional violence, a rape, a pregnancy, physical violence, a castration, and a miraculous delivery of the pregnancy, all intertwined with Aelred's own views on appropriate conduct in a monastery and appropriate leadership by the father abbot. Modern scholars have struggled to understand this text and the events it reports, but perhaps one way of looking at it is as a visitation report written before the genre of such reports had come into existence⁴⁴.

Generically, are all these seven works histories? No, and yes. We have hagiography, *relatio* (report), genealogy, lament, *translatio* of relics, aspects of the sermon, visitation report, letter, and *exemplum*, often all mixed together. That generic flexibility and combination is a hallmark of Aelred's historical works⁴⁵. Here, we may best refer to these works as historiographical narratives, or historiographical

⁴² These are translated in AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx: The Lives of the Northern Saints*. Trans. Jane Patricia Freeland. Ed. Marsha L. Dutton. Kalamazoo: Cistercian Publications, 2006.

⁴³ The best recent study is WHITNAH, Lauren L. – “Aelred of Rievaulx and the Saints of Hexham: Tradition, Innovation, and Devotion in Twelfth-Century Northern England”. *Church History* 87 (2018), pp. 1-30.

⁴⁴ For the interesting suggestion that this was a visitation report, a suggestion whose implications deserve more study, see DUTTON, Marsha L. – “Antiphonal Learning: Listening and Speaking in the Works of Aelred of Rievaulx”. *Cistercian Studies Quarterly* 54 (2019), pp. 267-285, at p. 281.

⁴⁵ As Elias Dietz has perceptively noted, this is a hallmark of Aelred's oeuvre overall and is no doubt related to Aelred's commitment to examining ambivalence as well as attempts to reconcile apparent opposites; DIETZ, Elias – “Ambivalence Well Considered: An Interpretive Key to the Whole of Aelred's Works”. *Cistercian Studies Quarterly* 47 (2012), pp. 71-85, esp. p. 72, and p. 81 for the mixture of genres in *De quodam miraculo mirabili*.

compositions – such terms allow us to recognise that the internal variety of genres is a characteristic feature of Aelred’s historical writing. And, regardless of their mixture of genres, all Aelred’s historiographical narratives are united by their inclusion of Aelred’s explicit calls for his readers to learn from the virtuous, and unvirtuous, actions of people in the past.

Aelred was the first English Cistercian we know of who wrote historiographical narratives. Why did he take this initiative? In 1132 when Rievaulx was founded from Clairvaux, what historical interests did the founding French monks bring? The French Cistercians were not writing histories – they started doing that only later in the 12th century, and even then they did not write the royal or regional histories that Aelred would produce⁴⁶. On the other hand, between the 1120s and 1150s the French Cistercians wrote accounts of their origins in their *exordia* documents⁴⁷, and it is noteworthy that Aelred’s *Relatio de standardo* includes a short section describing the origins of Rievaulx and Fountains abbeys (and, very briefly, the origin of England’s first Cistercian foundation, Waverley Abbey)⁴⁸ – this is effectively an *exordium* for the Cistercians in England. And we know that Aelred had already been interested in history before he entered monastic life. While Aelred was still steward to King David of Scots, Laurence of Durham composed a hagiography of Saint Brigid and dedicated it to Aelred⁴⁹. I wonder if Aelred brought that copy of the Life of Brigid with him when he entered Rievaulx in 1134?

Born in 1110, Aelred reached adulthood at the very time that England witnessed a boom in history-writing. All over England, monks, canons, and secular clergy were

⁴⁶ On the (surprisingly few) 12th-century Cistercian chronicles and hagiographies, see TOCK, Benoît-Michel – “Les Cisterciens et l’écrit au XII^e siècle: considerations générales”. In BAUDIN, Arnaud; MORELLE, Laurent (Eds.). *Les pratiques de l’écrit dans les abbayes cisterciennes (XII^e - milieu du XVI^e siècle)*. Paris: Somogy, 2016, pp. 15-29, esp. pp. 16-17.

⁴⁷ I refer here to the *Carta caritatis*, *Exordium parvum*, and *Exordium cistercii*. Modern scholarship on the dates, authors, and purposes of these documents has taken many twists and turns in the last century. For an excellent survey of stages in the debate, and a further contribution to it, see NEWMAN, Martha G. – “Reformed Monasticism and the Narrative of Cistercian Beginnings”. *Church History* 90 (2021), pp. 537-556, esp. pp. 542-545.

⁴⁸ AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI*, “Relatio de Standardo”, p. 61; AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*, “The Battle of the Standard”, pp. 249-251.

⁴⁹ LAURENCE OF DURHAM – “*Epistola Laurentii ad amicum suum Ethelredum*”. Ed. HOSTE, Dom A. – “A Survey of the Unedited Work of Laurence of Durham With an Edition of His Letter to Aelred of Rievaulx”. *Sacris Erudiri* 11 (1960), pp. 263-265. Addressed to Aelred in Aelred’s role as *dispensator* to King David of Scots, this letter must have been written before Aelred became a monk in 1134.

busy writing, re-writing, and disseminating new historical compositions, especially between the 1120s and 1150s⁵⁰. There was William of Malmesbury's *Gesta regum Anglorum*, available from the mid-1120s, and a copy of which William sent to King David while the teenaged Aelred was living at the Scottish king's court (perhaps Aelred became aware of this historical text even before he had joined monastic life)⁵¹. Another new composition was Henry of Huntingdon's *Historia Anglorum*, which the author disseminated in updated editions between around 1140 and the mid-1150s⁵². Rievaulx's founder Walter Espec, at whose home Aelred had spent his last nights before entering Rievaulx, seems to have been a history enthusiast. At some stage before 1147 Walter had taken the initiative to seek out Geoffrey of Monmouth's patron Robert, Earl of Gloucester and procure from him a copy of Geoffrey's newly composed *De gestis Britonum* (i.e. *Historia regum Britanniae*). Walter then kept this borrowed book for an unknown time at his castle at Helmsley (within walking distance of Rievaulx Abbey), before he then lent it to a third party, probably before 1150⁵³. I can imagine Walter Espec and Aelred discussing history over the years⁵⁴. Walter may well have given history books to Rievaulx, which would be exactly the kind of support a founder might engage in.

⁵⁰ STAUNTON, Michael – *The Historians of Angevin England*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 23 for a list. There are about 20 known histories composed between the 1120s-1150s. Staunton includes two works by Aelred – *Relatio de standardo* and *Genealogia regum Anglorum*.

⁵¹ In 1125 or 1126, soon after its composition, the *Gesta regum Anglorum* was sent from Malmesbury to David's court, with the request that David present the text to the Empress Matilda. This was the start of the *Genealogia regum Anglorum*'s widespread dissemination; TAHKOKALLIO, Jaakko – *The Anglo-Norman Historical Canon: Publishing and Manuscript Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, pp. 18-33, at pp. 18-22.

⁵² TAHKOKALLIO, Jaakko – *The Anglo-Norman Historical Canon*, ch. 3, “Henry of Huntingdon”, esp. pp. 39-42, 47. Henry of Huntingdon completed five versions of his history. The third version, which Henry released in around 1141/42, was the first version to take the narrative up to 1138 and therefore the first version that included Henry's account of the Battle of the Standard. It was also the first version that was actively circulated (in fact, circulated by the author himself).

⁵³ On Walter's book ownership and lending, see GEFFREI GAIMAR – *Estoire des Engleis | History of the English*. Ed. and trans. Ian Short. Oxford: Oxford University Press, 2009, vv 6436-6482, at 6445-6459. The date at which Robert of Gloucester lent Walter the copy of *De gestis Britonum* is debated (but it must have been before Robert's death in 1147), and has implications for the early circulation history of Geoffrey of Monmouth's text as well as for the composition date of Geffrei Gaimar's *Estoire des Engleis*. For a reassessment of earlier dating estimates, see DALTON, Paul – “The Date of Geffrei Gaimar's 'Estoire des Engleis', The Connections of his Patrons, and the Politics of Stephen's Reign”. *Chaucer Review* 42 (2007), pp. 23-47. On the implications of this debate, see TAHKOKALLIO, Jaakko – *The Anglo-Norman Historical Canon*, p. 57, n. 153.

⁵⁴ On Walter Espec's ongoing connections with Rievaulx, including his visits to the abbey, see JAMROZIAK, Emilia – *Rievaulx Abbey and its Social Context, 1132-1300: Memory, Locality, and Networks*. Turnhout: Brepols, 2005, ch. 1, esp. p. 38.

Aelred's many contacts at Durham could also have given him access to books, either by sending texts to Rievaulx or by permitting Aelred to consult histories on-site at Durham. Aelred's father died at Durham, as a monk, and had long been interested in hagiography himself⁵⁵. Aelred was certainly at Durham's Benedictine monastery in December 1138 around the time of his father's death there⁵⁶, and at a time when the Durham monks were in the midst of a decades-long campaign of writing and copying histories⁵⁷. In late 1138 the recent events of the Battle of the Standard must have been on people's lips at Durham. Aelred knew about the long national histories that other historians were composing and distributing in the 1130s and 1140s. He did not write this type of long chronologically-focussed history that commenced the chronology way back in the 5th century – given his abbatial responsibilities, as well as chronic ill-health in his last decade of life, he probably did not have the time or opportunity to write long histories! – but he did use such material as sources in his own texts. Aelred's *Genealogia regum Anglorum*, in particular, is the product of wide reading and synthesis, and Aelred used Henry of Huntingdon's *Historia Anglorum* as a base for his Battle of the Standard history⁵⁸.

⁵⁵ *The Durham 'Liber vitae': London, British Library, MS Cotton Domitian A.VII. Edition and Digital Facsimile with Introduction, Codicological, Prosopographical and Linguistic Commentary, and Indexes, Including the Biographical Register of Durham Cathedral Priory (1083-1539) by A. J. Piper.* Ed. David and Lynda Rollason, vol. 3. London: British Library, 2007, p. 100; and RICHARD OF HEXHAM – *The Priory of Hexham, its Chroniclers, Endowments, and Annals*, vol. 1. Durham: Surtees Society, 1864, “Prior Richard's History of the Church of Hexham” [*Ricardus prior Hagustaldensis et statu et episcopis Hagustaldensis Ecclesiae*], pp. 1-62, at ch. 10, p. 56; LAURENCE OF DURHAM – “*Epistola Laurentii ad amicum suum Ethelredum*”, p. 263, where we read that, although Laurence sent his *Vita Brigidae* to Aelred, Aelred's father had commissioned the *vita*.

⁵⁶ RICHARD OF HEXHAM – “Prior Richard's History”, ch. 9, pp. 55-56, where Aelred was a witness to his father's transfer of property from Hexham to Durham.

⁵⁷ On the explosion of interest in history texts at Durham at this time, see ROZIER, Charles C. – “Compiling Chronicles in Anglo-Norman Durham, c. 1100-30”. In CHURCH, S. D. (Ed.) – *Anglo-Norman Studies 42: Proceedings of the Battle Conference 2019*. Woodbridge: Boydell Press, 2020, pp. 119-134.

⁵⁸ The textual similarities between Henry of Huntingdon's and Aelred's discussions of the Battle of the Standard provide important, but still not definitive, evidence for the composition date of Aelred's *Relatio de standardo*; there remains more research to do. As noted in n. 52 above, Henry of Huntingdon described the Battle of the Standard in the third and subsequent versions of his history (disseminated from 1141/42 onwards). I think it much more likely that Aelred would have used a copy of Henry's history rather than that Aelred would have written *Relatio* before 1141 and that Henry of Huntingdon could have somehow gained access to a copy of it and used it as a basis for his own description of the battle. The late 12th-century Rievaulx library catalogue lists a copy of “*Historia Henrici*”, and this may suggest that Rievaulx owned a copy of Henry's history in Aelred's day some decades earlier; HOSTE, Anselm – *Bibliotheca Aelrediana*, “Catalogue of Rievaulx. Critical Edition”, nr 114, p. 161.

Reconciliation, harmony, integration, unity, peace – modern scholars use all these words to describe the underlying goal of Aelred’s political histories⁵⁹. In *Relatio de standardo*, men who used to be friends are now torn apart by conflict, and the speeches Aelred puts in people’s mouths urge everyone: please, reconcile. In *Vita sancti Edwardi Regis et Confessoris*, Aelred stuck closely to his source, Osbert of Clare’s 1138 *Vita beati Eadwardi*. However, he changed Osbert’s interpretation of Edward’s deathbed vision. In the vision, Edward prophesied that England’s woes would end when a green tree, cut from its trunk and planted three yokes away from its root, was restored to its root and bore fruit. Osbert had written that the prophecy was yet to be fulfilled, but Aelred wrote that Henry II had in fact rejoined the tree and root, with Edward prophesying as such. Not once but twice, Aelred urges Henry II to live up to his happy genealogy and to serve as the “cornerstone” in whom “the two walls of the English and Norman people have met”⁶⁰. Aelred’s historical writings gave multiple messages at once. His *vita* of Saint Edward was certainly a hagiography of Edward, suitable for the task that Westminster’s abbot had commissioned Aelred to complete in preparation for Edward’s translation in 1163, and his hagiography of Edward was also a stirring call to King Henry II. Aelred’s *Relatio de standardo* was a vivid report on some select aspects⁶¹ of a notable battle that took place during the historical construct that historians call “The Anarchy”, and it was also a praise of friendship, a foundation history of English Cistercian houses, and an ode to Rievaulx’s founder, Walter Espec.

And then there is the Lament for David, king of Scots. Here we have clear evidence of Aelred knowing that the purposes of his historical compositions could both change and be changed, as future situations demanded. Both Aelred and his biographer Walter Daniel were clear that Aelred wrote the Lament for David as a

⁵⁹ Aelred’s call for reconciliation was identified in the path-breaking study by SQUIRE, Aelred – *Aelred of Rievaulx: A Study*. Kalamazoo: Cistercian Publications, 1981, pp. 92-97. However, the implications of these points remained unpursued by scholars until the research of Marsha Dutton, e.g. DUTTON, Marsha L. – “Ælred Historian: Two Portraits in Plantagenet Myth”. *Cistercian Studies Quarterly* 28 (1993), pp. 112-143.

⁶⁰ AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VII*, “*Aelredi vita sancti Edwardi Regis*”, pp. 88-89 and pp. 154-155; AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*, “The Life of Saint Edward, King and Confessor”, pp. 127, 207-209.

⁶¹ It actually paid very little attention to the fighting itself.

free-standing text in its own right, before he later effectively recycled it⁶². The Lament contains Aelred’s personal response to the death in 1153 of the “most gentle lord and friend” at whose court he had grown up, the man who had entrusted Aelred with the post of royal steward and who had “granted all my requests”⁶³ (although, interestingly, it has fewer personal recollections than one might imagine.) What the Lament also contains is an appeal to the people of “O desolate Scotland” to do something in the future to repay what the “holy and devout” David gave them. What they must do is put their trust in David’s grandsons: “Above all, may the peril of the English teach you to trust in kings and to preserve mutual concord among yourselves, lest strangers devour your country before your eyes”⁶⁴. In other words: people in Scotland, do not fall into the same mess that England has fallen into with its two decades of civil war – make sure you accept the legitimacy of legitimate kingship.

After completing the Lament for David, Aelred then re-used it. He must have done this recycling quickly; so his explanatory text to Henry indicates. David had died in May 1153, and the Lament for David would have been written soon after that. In November 1153 the Treaty of Winchester guaranteed (although at the time there was always the possibility that the treaty would be broken) that Henry would succeed Stephen as king. Between the end of 1153 and the end of 1154 (when Henry suddenly did become king) Aelred wrote his text for Henry. Specifically, at some stage over this approximately one-year period, Aelred incorporated the Lament into the genealogy he was writing for Henry in the lead-up to Henry’s expected elevation to the kingship. This combined work is the text eventually known as the *Genealogia regum Anglorum*, although Aelred does specify that it is Henry’s genealogy he is writing. And what a fortunate genealogy Henry possessed. The first thing Aelred mentions is Henry’s mother: “You then, good Sir, are the son of the most illustrious

⁶² AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI*, “*Genealogia regum Anglorum*”, *Epistola*, p. 4; AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*, “The Genealogy of the Kings of the English”, “Epistle to Duke Henry”, p. 43; and see n. 3 above.

⁶³ AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI*, “*Liber de vita religiosi David regis Scotie*”, p. 21; AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*, “Lament for David, King of the Scots”, pp. 69-70.

⁶⁴ AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI*, “*Liber de vita religiosi David regis Scotie*”, p. 15; AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*, “Lament for David, King of the Scots”, pp. 60-61.

Empress Matilda”⁶⁵. This was important to point out, since Henry’s maternal lineage gave Henry his royal legitimacy of descent. But, having established the maternal lineage, Aelred was more interested in giving examples of the moral rather than familial descent that Henry inherited from his royal forebears, that is, the descent of virtue. Aelred wrote that Henry’s ancestor King Alfred prospered for the very reason that “the Lord was with him and directed his deeds”⁶⁶. King Edgar was called the Peaceful, Aelred writes, and the first example Aelred includes is that there was peace for the church.

As Aelred also stressed, Henry must live up to all this inheritance of virtue. By learning about the past, Henry could learn about the future. The composite text directed at Henry still included within it the Lament’s appeal to the people of Scotland, but that was no problem. Aelred had re-purposed the Lament and redirected it to a new audience, but the overall message remained valid – kingdoms need legitimate, recognised, and stable kingship. And, very important in Aelred’s worldview, a collaboration between monarchs and church leaders was essential. So, when Aelred gave the Lament a second life by embedding it within Henry’s genealogy, he turned it from a lament into a more definitely historical work, one in which David’s example of guiding moral virtue and royal-ecclesiastical collaboration became a model for Henry to emulate.

In presuming to write Duke/Count Henry’s genealogy in late 1153/early 1154, at a time when no one knew how long it would be before Henry actually would, if ever, take the throne, Aelred asserted himself as another one of those guiding church men. Presuming to give a future king advice on how that king should learn from the past in order to facilitate a harmonious community in the future – Aelred’s genealogy for Henry is a confident intervention, by Aelred, in the future of the realm.

⁶⁵ AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI*, “*Genealogia Regum Anglorum*”, pp. 22-23; AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*, “The Genealogy of the Kings of the English”, p. 72.

⁶⁶ AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI*, “*Genealogia Regum Anglorum*”, p. 31; AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*, “The Genealogy of the Kings of the English”, p. 84, citing Genesis 39: 23.

Finally, a simple but important point is worth emphasising. When Aelred wrote his seven historical works, he was an abbot. This abbatial role helps us understand the pastoral imperative driving Aelred’s history writing as well as the differences between his historiographical compositions and those of other 12th century historians. Many authors composed histories in 12th century England, but how many of them were abbots? Aelred, yes. No others spring to mind. As abbot, Aelred necessarily interacted with influential lay people; his monastic community was influenced by their needs, actions, and conflicts. As abbot, he acted as a shepherd for his monastic community members, he gave sermons to them, supervised the rebuilding campaign of Rievaulx’s church, and more. And, while Walter Daniel emphasized the gentle side of abbot Aelred, we must not forget that Aelred was quite capable of giving stern advice when needed, as shown in his synodal sermons to prelates⁶⁷ as well as his exhortations to Duke/King Henry and other secular leaders in his historical writings. Why then should we be surprised that Aelred’s historical writings are so clearly messages of abbatial pedagogy and hope, mixed with clear-eyed practicality; why be surprised that they contain elements of sermons and a deep devotion to holy church places; why be surprised that his account of the Hexham saints Aelred invokes personal knowledge from his youth to explain how a mix-up occurred in the labelling of relics⁶⁸; why be surprised that so often his histories counsel lay leaders to seek and maintain peace, especially since, for his first 20 years in monastic life, Aelred had never known a kingdom at peace? Overall, Aelred’s historical writings offer much hope to their readers, and much hope for the future, and I think there is a connection here with his activities as abbot.

Genre Again

In proposing that no single generic criterion can capture the complexity of medieval history-writing, Ramunė Markevičiūtė advises that, among other things, the text’s context be borne in mind, for example, the relationship of the text with its regional and literary environment. A benefit of this recognition is that it can help the scholar to identify a relationship between form and function. As Markevičiūtė notes: “Often

⁶⁷ LÜTZELSCHWAB, Ralf – “*Vos de coelis originem ducitis*”, pp. 72-73.

⁶⁸ AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI*, “*De sanctis ecclesie Haugustaldensis*”, pp. 104-106; AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx: The Lives of the Northern Saints*, “The Saints of the Church of Hexham and their Miracles”, p. 102.

it is the environment of a text's creation that determines its structure"⁶⁹. This point can fruitfully be extended beyond the text's creation to its reception. With Aelred's historical compositions, medieval manuscript compilations provide useful insights into the meanings these texts held for later medieval audiences. By the late 12th century Rievaulx Abbey owned a manuscript containing Aelred's *vitae* of Ninian and Edward, his *De sanctis Ecclesie Haugustaldensis et eorum miraculis*, and also his *Genealogia regum Anglorum*⁷⁰. The manuscript was copied out as an integrated whole, planned and written from the outset as a compilation of these four Aelredian texts. The manuscript compilation both reflected a sense that these four texts somehow belonged together and further perpetuated that sense for all the Rievallian monks who would have consulted the manuscript over the centuries until the abbey's dissolution in the 16th century. Part of the attraction would no doubt have been that these were texts written by Aelred, the most well-known English Cistercian of the Middle Ages and abbot of Rievaulx's own community. In addition to this, when Rievaulx's monks read this manuscript, they were connecting with Aelred as a historian. And the generic variety within Aelred's historiographical practice – genealogy, *vita*, sermon, *relatio*, letter, and more – was in keeping with Aelred's pastoral and public roles as abbot. Thus, in reading these historical works, Aelred's readers through the centuries were (and still are today) also connecting with Aelred the abbot and teacher.

⁶⁹ MARKEVIČIŪTĖ, Ramunė – “Rethinking the Chronicle”, pp. 188-189, and quote at p. 188.

⁷⁰ HOSTE, Anselm – *Bibliotheca Aelrediana*, “Catalogue of Rievaulx. Critical Edition”, nr 43, pp. 153-154. This manuscript dates from the second half of the 12th century and is now London, British Library, Cotton Ms. Vitellius F III. For Pezzini's editorial discussion, see AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI*, “Philological Introduction”, pp. 31*-32*.

Bibliographical references

Sources

Manuscript sources

London, British Library, Cotton Ms. Vitellius F III.

York, York Minster, Archives and Manuscripts, Ms. XVI/I/8.

Printed sources

AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx, The Historical Works*. Trans. Jane Patricia Freeland. Ed. Marsha L. Dutton. Kalamazoo: Cistercian Publications, 2005.

AELRED OF RIEVAULX – *Aelred of Rievaulx: The Lives of the Northern Saints*. Trans. Jane Patricia Freeland. Ed. Marsha L. Dutton. Kalamazoo: Cistercian Publications, 2006.

AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VI. Opera historica et hagiographica*. Ed. Domenico Pezzini. Corpus Christianorum Continuatio Medievalis, 3. Turnhout: Brepols, 2017.

AELRED OF RIEVAULX – *Opera Omnia VII. Opera historica et hagiographica*. Ed. Francesco Marzella. Corpus Christianorum Continuatio Medievalis, 3A. Turnhout: Brepols, 2017.

CICERO – *De inventione. De optimo genere oratorum. Topica*. Trans. H. M. Hubbell. Cambridge, MA and London: Harvard University Press and William Heinemann, 1949, "De inventione", pp. 1-345.

CICERO – *Ad C. Herennium de ratione dicendi (Rhetorica ad Herennium)*. Trans. Harry Caplan. London and Cambridge, MA: William Heinemann and Harvard University Press, 1964.

CICERO – *De oratore*. Trans. E. W. Sutton and completed by H. Rackham. London and Cambridge, MA: William Heinemann and Harvard University Press, 1967.

The Durham 'Liber vitae': London, British Library, MS Cotton Domitian A.VII. Edition and Digital Facsimile with Introduction, Codicological, Prosopographical and Linguistic Commentary, and Indexes, Including the Biographical Register of Durham Cathedral Priory (1083-1539) by A. J. Piper. Ed. David and Lynda Rollason, vol. 3. London: British Library, 2007.

GEFFREI GAIMAR – *Estoire des Engleis / History of the English*. Ed. and trans. Ian Short. Oxford: Oxford University Press, 2009.

GERVASE OF CANTERBURY – *The Historical Works of Gervase of Canterbury*. Ed. William Stubbs, Rolls Series 73, vol 1. London: Longman, 1879, "Chronicle of Gervase".

Historiae Anglicanae Scriptores Decem. Ed. Roger Twysden and John Selden. London, 1652.

ISIDORE OF SEVILLE – *Isidori Hispalensis episcopi. Etymologiarum sive originum. Libri XX*, vol. 1. Ed. W. M. Lindsay. Oxford: Clarendon, 1911.

LAURENCE OF DURHAM – "Epistola Laurentii ad amicum suum Ethelredum". Ed. Dom A. Hoste – "A Survey of the Unedited Work of Laurence of Durham With an Edition of His Letter to Aelred of Rievaulx". *Sacris Erudiri* 11 (1960), pp. 249-265, at pp. 263-265.

RICHARD OF HEXHAM – *The Priory of Hexham, its Chroniclers, Endowments, and Annals*, vol. 1. Durham: Surtees Society, 1864, "Prior Richard's History of the Church of Hexham" [*Ricardus prior Hagustaldensis et statu et episcopis Hagustaldensis Ecclesiae*], pp. 1-62.

WALTER DANIEL – *The Life of Ailred of Rievaulx*. Trans. F. M. Powicke. London: Nelson, 1950.

WALTER DANIEL – *The Life of Aelred of Rievaulx by Walter Daniel*. Trans. F. M. Powicke. Intro. Marsha Dutton. Kalamazoo, MI and Spencer, MA: Cistercian Publications, 1994.

WILLIAM OF NEWBURGH – *The History of English Affairs. Book I*. Ed. and trans. Patrick G. Walsh and Michael J. Kennedy. Oxford and Havertown, PA: Oxbow, 1988.

Studies

BELL, David N. – "Ailred [Ælred, Æthelred] of Rievaulx". *Oxford Dictionary of National Biography* [23 Sept 2004], Accessed 16 Sept 2022. Available at <https://doi.org/10.1093/ref:odnb/8916>

BURGESS, R. W., KULIKOWSKI, Michael – "Medieval Historiographical Terminology". In KOOPER, Erik; LEVELT, Sjoerd (Eds.) – *The Medieval Chronicle 13*. Amsterdam: Rodopi, 2013, pp. 165-192.

CLARK, Frederic – *The First Pagan Historian: The Fortunes of a Fraud from Antiquity to the Enlightenment*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

DALTON, Paul – "The Date of Geffrei Gaimar's 'Estoire des Engleis', The Connections of his Patrons, and the Politics of Stephen's Reign". *Chaucer Review* 42 (2007), pp. 23-47.

DIETZ, Elias – "Ambivalence Well Considered: An Interpretive Key to the Whole of Aelred's Works". *Cistercian Studies Quarterly* 47 (2012), pp. 71-85.

DUMVILLE, David – “What is a Chronicle?”. In KOOPER, Erik (Ed.) – *The Medieval Chronicle 2*. Boston: Brill, 2002, pp. 1-27.

DUTTON, Marsha L. – “Ælred Historian: Two Portraits in Plantagenet Myth”. *Cistercian Studies Quarterly* 28 (1993), pp. 112-143.

DUTTON, Marsha L. – “Aelred of Rievaulx: Abbot, Teacher, and Author”. In DUTTON, Marsha L. (Ed.) – *A Companion to Aelred of Rievaulx (1110-1167)*. Leiden and Boston: Brill, 2017, pp. 17-47.

DUTTON, Marsha L. – “Antiphonal Learning: Listening and Speaking in the Works of Aelred of Rievaulx”. *Cistercian Studies Quarterly* 54 (2019), pp. 267-285.

FREEMAN, Elizabeth – “Aelred as a Historian among Historians”. In DUTTON, Marsha L. (Ed.) – *A Companion to Aelred of Rievaulx (1110-1167)*. Leiden and Boston: Brill, 2017, pp. 113-146.

GUENÉE, Bernard – “Histoires, annales, chroniques: Essai sur les genres historiques au Moyen Age”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 28 (1973), pp. 997-1016.

GUENÉE, Bernard – “Histoire et chronique. Nouvelles réflexions sur les genres historique au Moyen Age”. In POIRION, Daniel (Ed.) – *La chronique et l'histoire au Moyen Age: Colloque des 24 et 25 mai 1982*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1984, pp. 3-12.

HAYWARD, Paul Antony – “Gervase of Canterbury”. In DUNPHY, Graeme *et al.* (Eds.) – *The Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Leiden and Boston: Brill, 2010, pp. 691-692.

HOLT, J. C. – “1153: The Treaty of Winchester”. In KING, Edmund (Ed.) – *The Anarchy of King Stephen's Reign*. Oxford and New York: Clarendon, 1994, pp. 291-316.

HOSTE, Anselm – *Bibliotheca Aelrediana. A Survey of the Manuscripts, Old Catalogues, Editions and Studies concerning St. Aelred of Rievaulx*. Steenbrugge [Bruges]: Abbatia Sancti Petri, 1962.

HOUTS, Elisabeth M. C. van – *Local and Regional Chronicles*. Turnhout: Brepols, 1995.

JAMROZIAK, Emilia – *Rievaulx Abbey and its Social Context, 1132-1300: Memory, Locality, and Networks*. Turnhout: Brepols, 2005.

LIFSHITZ, Felice – “Still Useless after all these Years. The Concept of ‘Hagiography’ in the Twenty-First Century”. In LIFSHITZ, Felice – *Writing Normandy: Studies of Saints and Rulers*. London and New York: Routledge, 2021, pp. 26-46.

LÜTZELSCHWAB, Ralf – “*Vos de coelis originem ducitis* – Aelred of Rievaulx as Preacher at Synods”. *Nottingham Medieval Studies* 65 (2021), pp. 61-79.

MARKEVIČIŪTĒ, Ramunė – “Rethinking the Chronicle: Modern Genre Theory Applied to Medieval Historiography”. In KOOPER, Erik; LEVELT, Sjoerd (Eds.) – *The Medieval Chronicle 13*. Leiden and Boston: Brill, 2020, pp. 182-200.

NEWMAN, Martha G. – “Reformed Monasticism and the Narrative of Cistercian Beginnings”. *Church History* 90 (2021), pp. 537-556.

O'DONNELL, Thomas – “Monastic History-Writing and Memory in Britain and Ireland: A Methodological Reassessment”. *New Medieval Literatures* 19 (2019), pp. 43-88.

ROZIER, Charles C. – “Compiling Chronicles in Anglo-Norman Durham, c. 1100-30”. In CHURCH, S. D. (Ed.) – *Anglo-Norman Studies 42: Proceedings of the Battle Conference 2019*. Woodbridge: Boydell Press, 2020, pp. 119-134.

SANOK, Catherine – “Hagiography”. In JAHNER, Jennifer; STEINER, Emily; and TYLER, Elizabeth M. (Eds.) – *Medieval Historical Writing. Britain and Ireland, 500-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, pp. 420-436.

SPIEGEL, Gabrielle M. – *Romancing the Past. The Rise of Vernacular Prose Historiography in Thirteenth-Century France*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1993.

SQUIRE, Aelred – *Aelred of Rievaulx: A Study*. Kalamazoo: Cistercian Publications, 1981.

STAUNTON, Michael – *The Historians of Angevin England*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

STAUNTON, Michael – “Did the Purpose of History Change in England in the Twelfth Century?”. In CLEAVER, Laura; WORM, Andrea (Eds.) – *Writing History in the Anglo-Norman World: Manuscripts, Makers and Readers, c.1066-c.1250*. Woodbridge and Rochester, NY: York Medieval Press, 2018, pp. 7-27.

TAHKOKALLIO, Jaakko – *The Anglo-Norman Historical Canon: Publishing and Manuscript Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

TOCK, Benoît-Michel – “Les Cisterciens et l'écrit au XII^e siècle: considerations générales”. In BAUDIN, Arnaud; MORELLE, Laurent (Eds.). *Les pratiques de l'écrit dans les abbayes cisterciennes (XII^e - milieu du XVI^e siècle)*. Paris: Somogy, 2016, pp. 15-29.

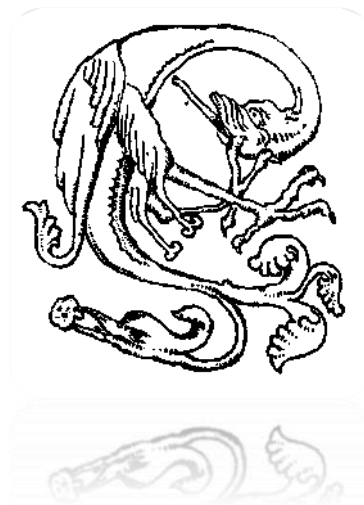
TRUAX, Jean – *Aelred the Peacemaker: The Public Life of a Cistercian Abbot*. Collegeville, MN: Cistercian Publications, 2017.

VANDERPUTTEN, Steven – “Typology of Medieval Historiography Reconsidered: A Social Re-interpretation of Monastic Annals, Chronicles and Gesta”. *Historical Social Research / Historische Sozialforschung* 26 (2001), pp. 141-178.

WHITNAH, Lauren L. – “Aelred of Rievaulx and the Saints of Hexham: Tradition, Innovation, and Devotion in Twelfth-Century Northern England”. *Church History* 87 (2018), pp. 1-30.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FREEMAN, Elizabeth – “...not as history, but...’: The Cistercian Abbot Aelred of Rievaulx (1110-1167), A Writer of History in Many Genres”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 345-370. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

OUTROS ARTIGOS

OTHER ARTICLES



MEDIEVALISTA

N.º 34 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

“φίλος τε καὶ ξύμμαχος”: Reflexões sobre a troca de cartas entre Justiniano e Gelimero em Procópio de Cesareia

“φίλος τε καὶ ξύμμαχος”: Reflections on the exchange of letters between Justinian and Gelimer in Procopius of Caesarea

Geraldo Rosolen Junior

Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, Campus Guarulhos
07252-312 Guarulhos, Brasil

grosolen.junior@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4883-7550>

Data recepção do artigo / Received for publication: 17 de Outubro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Abril de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6986>

RESUMO

Os termos gregos que aparecem no título deste artigo: “*φίλος τε καὶ ξύμμαχος*” são uma tradução de Procópio de Cesareia a partir dos termos latinos: “*socius et amicus*”, cujo objetivo era demonstrar que, através desses títulos atribuídos aos reis bárbaros, tais reis estariam submetidos ao poder romano, e que as relações diplomáticas entre os reinos bárbaros e o Império Romano haviam sido pacíficas devido à concessão de um direito legal atribuído, nesse caso, aos vândalos, a fim de possuírem e ocuparem os territórios romanos na África. Essa estratégia em apresentar os vândalos enquanto submissos ao poder imperial tinha como objetivo propagar a idealização de que o Império Romano não havia perdido territórios na *Pars Occidentalis*. Essas relações diplomáticas são exploradas neste artigo através da troca de cartas do imperador Justiniano e do rei vândalo Gelimero, que percebemos não reconhecer essa submissão ao poder romano, inclusive destronando seu primo Hilderico por considerá-lo muito próximo, não apenas dos imperadores no Oriente, mas também de tradições e heranças romanas. Assim, nosso objetivo é compreender como as cartas de Gelimero e Justiniano apresentam as relações diplomáticas entre esses povos, e inclusive nos ajudar a entender a crescente hostilidade, que culminou em guerra.

Palavras-chave: Procópio de Cesareia; Reino Vândalo; Império Romano do Oriente; Mediterrâneo medieval; Justiniano.

ABSTRACT

The Greek terms that appear in the title of this article: “*φίλος τε καὶ ξύμμαχος*” are a translation of Procopius of Caesarea from the Latin words: “*socius et amicus*” whose objective was to demonstrate that, through these titles attributed to the barbarian kings, such kings would submit to the Roman power and that the diplomatic relations between the barbarian kingdoms and the Roman Empire had been peaceful due to the concession of a legal right attributed, in this case, to the Vandals to possess and occupy Roman territories in Africa. This strategy of placing the Vandals as submissive of the imperial power aimed to demonstrate that the Roman Empire had not lost its territories in the *Pars Occidentalis*. These diplomatic relations are explored in this article through the letters of Emperor Justinian to the Vandal king Gelimer who wouldn't recognize this submission to Roman power, going so far as to dethrone his cousin Hilderic for considering him very close not only to the emperors in the East, but also of Roman traditions and heritages. Thus, our objective is to understand how the letters of Gelimer and Justinian present the diplomatic relations between these peoples and even help us to understand the growing hostility that culminated in war.

Keywords: Procopius of Caesarea; Vandal Kingdom; Eastern Roman Empire; Medieval Mediterranean; Justinian.



A troca de cartas: um presságio para a guerra¹

Neste artigo analisaremos a troca de cartas entre o imperador Justiniano e o rei vândalo Gelimero no período que antecede a chegada dos exércitos de Belisário na África. Essas cartas são raros exemplos preservados, onde os vândalos são autorrepresentados por seu rei Gelimero, elementos estes que nos ajudam a interpretar como os vândalos compreendiam seu passado, através do recorrente uso da memória do rei Genserico, e também sobre como eles avaliaram as hostilidades de Justiniano e a campanha de Belisário à África Vândala.

Inicialmente, é preciso considerar que encontramos um verdadeiro contraste entre a riqueza da produção acadêmica mais generalista sobre a obra de Procópio e o tratamento dado a certos pontos específicos. Um exemplo disso são as trocas de cartas presentes na *História das Guerras*, particularmente nos Livros III e IV das Guerras Vândalas, nos quais podemos encontrar: 3 cartas de Justiniano, 1 carta de Gelimero e 1 carta de Goda (governante vândalo da Sardenha).

É necessário enfatizar que essas cartas poderiam estar facilmente acessíveis a Procópio através das bibliotecas e arquivos de Constantinopla, que as mantiveram preservadas como registros diplomáticos dos imperadores com os reis bárbaros².

¹ Com o objetivo de manter uma coesão linguística todas as citações deste artigo foram traduzidas pelo autor. Nas cartas aqui traduzidas, será indicado o nome do autor a quem Procópio atribui a carta citada seguido de *apud* e das respectivas referências. Isso, contudo, não objetiva suprimir a autoria de Procópio e transmiti-las aos personagens, mas antes, é apenas um recurso para orientar o leitor.

² WEHMEYER, Jeffrey M. – “The Chartophylax: Archivist and Librarian to the Patriarch in Constantinople”. *Libraries & Culture*, 32, 1 (1997), pp. 107-112; COLVIN, Ian – “Reporting Battles and Understanding Campaigns in Procopius and Agathias: Classicizing Historians' Use of Archived Documents as Sources”. In SARANTIS, Alexander; CHRISTIE, Neil (eds.) – *War and Warfare in Late Antiquity*. Leiden; Boston: Brill, 2013, pp. 571-597;; NEDELCU, Silviu-Constantin – “The Libraries in the Byzantine Empire (330-1453)”. *Annals of the University of Craiova for Journalism, Communication and Management*, 2 (2016), pp. 74-92.

A partir das discussões apresentadas por Ian Colvin³, Dariusz Brodka⁴ e em menor grau por Anthony Kaldellis⁵, tentaremos avaliar o quanto essas cartas registradas na obra de Procópio são essenciais para compreender o contexto histórico, as relações que haviam sido estabelecidas entre o Reino Vândalo e Império Romano através de políticas e tratados, ou por meio de laços sanguíneos que ligavam a aristocracia vândala à linhagem teodosiana; mas também, como a memória do rei vândalo Genserico havia sido interpretada e recorrentemente utilizada no período que se estende de 530 a 533.

Para Colvin, a narrativa de Procópio segue padrões clássicos bastante rígidos, como o registro do testemunho ocular, e uma escrita que deveria ser atestada e comprovada não apenas pelas palavras do autor. Procópio também utilizou registros, documentos e cartas oficiais que eram transmitidas entre Constantinopla e a frente de batalha. Logo, o seu cargo de conselheiro de Belisário havia sido utilizado para ter acesso a esses documentos presentes nos arquivos e bibliotecas do Império Romano em Constantinopla⁶.

Para Brodka, Procópio havia utilizado uma extensa e complexa rede de informações, com informantes em diferentes níveis do exército imperial, que eram compostos principalmente de *Bucellarii* (comandantes militares) e *Doryphora* (membros da guarda pessoal dos generais), mas que também envolviam membros não-romanos como Sinnion (comandante huno) e Ortajas (comandante mouro), na tentativa de buscar um retrato complexo que envolvia relatos de batalhas, eventos, e até uma tentativa de compreender os posicionamentos assumidos pelas populações locais, nos revelando uma extensa e complexa circulação de informações, e rede de contatos mantida pelo escritor.

³ COLVIN, Ian – “Reporting Battles and Understanding Campaigns in Procopius and Agathias: Classicizing Historians’ Use of Archived Documents as Sources”. In SARANTIS, Alexander; CHRISTIE, Neil (eds.) – *War and Warfare in Late Antiquity*. Leiden; Boston: Brill, 2013, pp. 571-597.

⁴ BRODKA, Dariusz – “Prokop von Kaisareia und seine Informanten: Ein Identifikationsversuch”. *Historia* 65 (2016), pp. 108-124.

⁵ KALDELLIS, Anthony – *Procopius of Caesarea: Tyranny, History, and Philosophy at the End of Antiquity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.

⁶ COLVIN, Ian – “Reporting Battles”, p. 595.

Procópio foi um dos pioneiros na utilização de relatórios oficiais, cartas e discursos que eram mantidos nos arquivos de Constantinopla como recurso para dar credibilidade à narrativa. Essa prática parece ter se tornado bastante popular após sua utilização na *História das Guerras*, já que podemos encontrar a mesma característica narrativa e metódica em Agátias, Teofilacto, Malalas e Teófanos⁷.

De acordo com Colvin, a escrita metódica de Procópio permite que possamos avaliar algumas características como uma organização capitular ano a ano, cujo objetivo era demonstrar como os eventos presentes são impactados por eventos anteriores (antecedentes). Dessa forma, Procópio estabelece um parâmetro nas causalidades que levaram ao evento descrito na obra (a guerra entre vândalos e romanos).

Deste modo, pensar o passado para Procópio é registrar as causalidades e as motivações do presente. Portanto, avaliar a representação⁸ de Genserico nos discursos seria importante, pois demonstra como Gelimero balizou a imagem de rei vândalo, e também pode nos ajudar a obter um panorama sobre como os romanos, e mesmo Procópio, compreendiam o rei vândalo.

⁷ COLVIN, Ian – “Reporting Battles”.

⁸ Roger Chartier compreende o conceito de representação como sendo a forma de um autor ou artista reproduzir pessoas e objetos através de sua obra, com o objetivo de estabelecer critérios de proximidade com a realidade demonstrada. Isto é, o autor mantém o ideal pela busca da realidade, no entanto, consciente ou não, transmite suas próprias experiências sociais, políticas e culturais aos seus personagens. A representação também pode ser compreendida como uma demonstração de um indivíduo ou objeto que é constituída a partir dos relatos de outrem. Dessa forma, é o registro escrito ou artístico que transforma o real em palavras, e atribui aos indivíduos descritos aspectos e qualidades que constituem “uma relação decifrável entre o signo visível e o que ele representa” (CHARTIER, Roger – “Defesa e ilustração da noção de representação”, *Fronteiras*, 13 / 24 (2011), p. 17). Chartier utiliza, como exemplo, a representação de um rei medieval que pode assumir duas características e dois corpos distintos: A primeira é a física, enquanto pessoa viva que se converte em imagem e é incorporada a um corpo histórico, metafísico, que, embora inexista após a morte real, permanece viva nas construções artísticas e literárias. E a segunda é o corpo simbólico que permanece no imaginário e se converte enquanto ideal e vislumbre de uma imagem projetada do rei, e que, dessa forma, não se mantém apenas como representação de si mesmo, mas são atribuídos a ele representações e significados que o tornam objeto de transmissão da essência/natureza de si mesmo, mas também do povo pelo qual é responsável e que se demonstra fiel aos ideais que seu corpo simbólico transmite. Deste modo, o autor considera que a representação é um dispositivo, pelo qual os autores ou artistas desejavam fazer a descrição de um personagem histórico, real e/ou simbólico, que se associa a ideais e qualidades compartilhados pela comunidade que representa. Desse modo, podemos considerar que os personagens de Procópio são ao mesmo tempo uma representação do personagem que descreve, como também uma representação das qualidades do povo de que esses personagens fazem parte ou ao qual estão associados.

Antes da primeira carta enviada de Justiniano para Gelimero em maio de 530, Procópio faz uma apresentação inicial sobre Gelimero, e nos revela uma *persona* de grande habilidade militar, mas bastante ardiloso e oportunista, e principalmente como um invejoso do poder régio de Hilderico, que foi considerado demasiadamente próximo do imperador Justino I:

“ὄς τὰ μὲν πολέμια ἐδόκει τῶν καθ’ αὐτὸν ἄριστος εἶναι, ἄλλως δὲ δεινός τε ἦν καὶ κακοήθης καὶ πράγμασί τε νεωτέροις καὶ χρήμασιν ἐπιτίθεσθαι ἄλλοτρίοις ἐξεπιστάμενος”⁹.

“Este homem (Gelimero) foi considerado o melhor guerreiro de seu tempo, embora, por outro lado, fosse inflexível, mal-humorado e completamente hábil na arte de incitar revoltas e de se apoderar das riquezas alheias”.

No entanto, Hilderico é tido como um governante fraco, tanto no aspecto militar (política externa), quanto no religioso (política interna). E ainda destaca que Hilderico era inábil como guerreiro e também como diplomata:

“ὄς τὰ μὲν ἐς τοὺς ὑπηκόους εὐπρόσοδός τε ἦν καὶ ὄλως πρᾶος, καὶ οὔτε Χριστιανοῖς οὔτε τῷ ἄλλῳ χαλεπὸς ἐγεγόνει, τὰ δὲ ἐς τὸν πόλεμον μαλθακός τε λίαν καὶ οὐδὲ ἄχρι ἐς τὰ ὄψα τὸ πρᾶγμά οἱ τοῦτο ἐθέλων ἰέναι”¹⁰.

“Ele, por outro lado, era acessível aos seus súditos e era bastante gentil, e ainda não era rude nem com os cristãos, nem com ninguém, mas, por outro lado, na guerra era muito fraco e nem queria ouvir sobre isso”.

Deste modo, Procópio nos apresenta que seu sobrinho Hoamero havia assumido espontaneamente os exércitos para a defesa das fronteiras do Reino Vândalo, que estava sendo percebido como um reino fraco devido ao seu governante.

Procópio, aliás, considera que os vândalos só não haviam sido atacados por forças externas, como os ostrogodos, devido à proximidade do rei vândalo Hilderico com Justino I e com Justiniano (antes de ser imperador), e que, devido ao poder e influência do Império, esses povos se mantiveram pacificados.

⁹ PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV – The Vandalic War*, Trad. Henry Bronson Dewing. London; New York: William Heinemann; G. P. Putnam's Sons, 1916, p. 84; PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*. Trad. H. B. Dewing; Revised and modernized, with an introduction and notes by Anthony Kaldellis. Indianapolis; Cambridge: Hackett Publishing Company, 2014, p. 164.

¹⁰ PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV – The Vandalic War*, p. 82; PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 164.

“Ἰλδέριχος δὲ φίλος ἐς τὰ μάλιστα Ἰουστινιανῶ καὶ ξένος ἐγένετο, οὕπω μὲν ἦκοντι ἐς βασιλείαν, διοικουμένων δὲ αὐτὴν κατ’ ἐξουσίαν, ἐπεὶ οἱ ὁ θεῖος Ἰουστῖνος ὑπέργηρώς τε ὦν ἐβασίλευε καὶ τῶν κατὰ τὴν πολιτείαν πραγμάτων οὐ παντελῶς ἔμπειρος. χρήμασί τε μεγάλοις ἀλλήλους ἐδωροῦντο”¹¹.

“Hilderico era amigo e aliado de Justiniano, que ainda não havia oficialmente assumido o poder, mas que já o administrava por sua própria vontade, já que seu tio, o imperador Justino, estava com a idade muito avançada e não tinha discernimento para lidar com questões políticas. Além disso, Hilderico e Justiniano presenteavam um ao outro com grandes riquezas”.

Observamos, assim, que essa digressão em específico tem como característica associar a ambição de Gelimero, a inabilidade de Hilderico, e ao mesmo tempo evidenciar as motivações de Justiniano para o envio de uma embaixada aos vândalos, e posteriormente, para o envio dos exércitos de Belisário¹².

Deste modo, entre maio de 530 até meados de 531, Procópio nos revela 3 cartas trocadas entre o rei vândalo e o imperador do Oriente, sendo 2 cartas de Justiniano e 1 carta de Gelimero. Nas duas cartas de Justiniano, o imperador parece ter um tom moderado, principalmente na primeira carta, onde ele adverte Gelimero sobre a usurpação do trono de Hilderico. Enfatiza, ainda, que ele havia se tornado um tirano desnecessariamente, pois Hilderico estava com idade avançada, e que ele seria o próximo na linha de sucessão.

“μήτε οὖν ἐργάση περαιτέρω κακὸν μήτε τοῦ βασιλέως ὀνόματος ἀνταλλάξῃ τὴν τοῦ τυράννου προσηγορίαν, βραχεῖ προτερεύουσιν χρόνῳ. ἀλλὰ τοῦτον μὲν, ἄνδρα ὅσον οὕπω τεθνηξόμενον, ἕα φέρεσθαι τῷ λόγῳ τὴν τῆς βασιλείας εἰκόνα, σὺ δὲ ἅπαντα πράττε ὅσα βασιλέα πράττειν εἰκός: προσδέχου τε ἀπὸ τοῦ χρόνου καὶ τοῦ Γιζερίχου νόμου μόνον λαβεῖν τὸ τοῦ πράγματος ὄνομα. ταῦτα γὰρ σοι ποιοῦντι τά τε ἀπὸ τοῦ κρείττονος εὐμενῆ ἔσται καὶ τὰ παρ’ ἡμῶν φίλια”¹³.

“Não cometa mais nenhum erro e não troque o título de rei, que logo será seu, pelo de um tirano. E quanto a esse homem (Hilderico), cuja morte pode ser esperada a qualquer momento, devolva a ele as insígnias do poder real, e quanto a você, faça o que é esperado de um rei e espere receber o título apenas do

¹¹ PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV – The Vandalic War*, p. 84; PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 164.

¹² KALDELLIS, Anthony – *Procopius of Caesarea: Tyranny, History, and Philosophy at the End of Antiquity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004; BRODKA, Dariusz – “Prokop von Kaisareia”, pp. 108-114; COLVIN, Ian – “Reporting Battles”; PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*.

¹³ PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV – The Vandalic War*, p. 86; JUSTINIAN *apud* PROKOPIOS - *The Wars of Justinian*, p. 165.

tempo e da lei de Genserico, e somente deles. Se você fizer isso, obterá a benevolência de Deus e a nossa amizade”.

Nesta carta Justiniano adota um tom bastante moderado, e até mesmo com aspecto pacifista, no entanto, o imperador parece desconsiderar possíveis conflitos de sucessão dinástica entre os vândalos, ao evidenciar que a lei de Genserico deveria se sobrepor às vontades imediatas de Gelimero.

Assim, Justiniano foi descrito na *História das Guerras* como um visionário, que estava consciente de que a justiça deveria imperar contra a injustiça praticada a um governante legítimo e leal ao Império. Aliás, a perspectiva de apresentar Justiniano como um governante que esteve disposto a evitar a guerra, através da restauração da honra e do governo de Hilderico, era demonstrada como um fator determinante para que Justiniano obtivesse o apoio de parte do Senado, que era contrário ao envio de tropas romanas à África Vândala.

Nesse sentido, Andrew H. Merrills nos ajuda a construir um panorama sobre o que seriam a lei e os decretos de Genserico mencionados por Justiniano, já que apresenta que o rei vândalo Genserico, pouco antes de sua morte em 477, promulgou uma lei que definia a primogenitura agnática como princípio de sucessão régia, isto é, “o governo do homem sobrevivente mais velho da dinastia reinante”¹⁴. Dessa forma, como ele nos indica, Justiniano havia sido descrito por Procópio como um defensor da lei de Genserico.

É interessante observar que Hilderico havia sido celebrado em panegíricos escritos durante seu reinado, entre 523-530, nos quais sua ascendência romana é glorificada. É possível que Hilderico desejasse se dissociar da sua herança vândala-bárbara e reivindicar sua ancestralidade materna romana-civilizada. A figura abaixo nos ajuda a compreender essa dualidade identitária.

¹⁴ MERRILLS, Andrew H. – “The secret of my succession: dynasty and crisis in Vandal North Africa”. *Early Medieval Europe*, 18:2 (2010), p. 136.

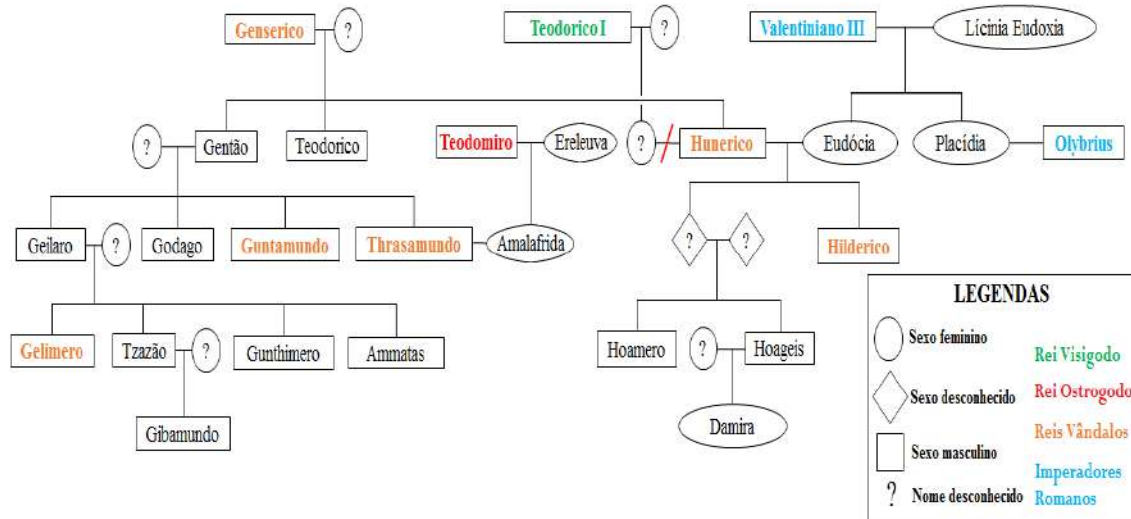


Figura 1 – Genealogia do Reino Vândalo e suas associações dinásticas.

Fonte: ROSOLEN JUNIOR, Geraldo – “Os reinados de Hilderico e Gelimero através da iconografia vândala no Norte da África (século VI)”. In GATT, Pablo; CARNIEL, Joana Scherrer (Org.) – *Estudos em Medievalismo: Sociedade, poder e cultura*. Vilha Velha: Laboratório de Estudos Tardo Antigos e Medievais Ibéricos e Sefaradis, 2021, p. 113.

Dessa forma, se associarmos essa genealogia à literatura do período, vemos que em um panegírico dedicado a Hilderico por um poeta anônimo, o lado romano-materno de sua família foi exaltado, associando o rei vândalo à dinastia teodosiana, aclamando sua linhagem imperial.

*“Vandalirice potens, gemini diadematis heres.
Ornasti proprium per facta ingentia nomen.
Belligeras acies domuit Theodosius ultor.
Captivas facili reddens certamine gentes.
Aduersos placidis subiecit Honorius armis,
Cuius prosperitas melior fortissima fecit.
Ampla Valentiniani uirtus cognita mundo.
Hostibus addictis ostenditur arce nepotis”¹⁵.*

“Poderoso rei dos vândalos, herdeiro de uma coroa dupla
Você adornou seu próprio nome com seus grandes feitos notáveis

¹⁵ ANTHOLOGIA LATINA – “Sive poesis latinae svpplementvm”. In RIESE, Alexander (ed.) – *Carmina in codicibvs scripta: Pars prior*. Lipsiae: Aedibvs B. G. Tevbneri, 1869, p. 154.

Teodósio, o vingador, conquistou os exércitos [inimigos]
Rendeu e aprisionou com facilidade os bárbaros
Honório subordinou seus inimigos com armas pacíficas
que foi o sucesso mais valioso e poderoso feito por ele
A virtude de Valentiniano foi reconhecida em todo o mundo
com seus inimigos escravizados, seu neto se mostra invulnerável”.

Fica nítido, para nós, que os romanos o reconheciam como um descendente direto de Teodósio. Merrills¹⁶ ainda considera que a representação de Hilderico como um governante de uma coroa dupla (*gemini diadematis heres*) demonstra uma tentativa de unificação das coroas do Reino Vândalo ao Império Romano no Oriente. Logo, a *História das Guerras* de Procópio encontra eco na tradição poética e manuscrita secular romana, que também legitimava a ancestralidade de Hilderico como um nobre romano, em detrimento de sua origem bárbara.

Portanto, para Rodolfi, quando Procópio refere as relações diplomáticas entre o Reino Vândalo e o Império do Oriente através da ‘amizade’, ele colabora para manter a honra romana¹⁷. Como considera Yves Modéran:

“Mas essa independência também foi disfarçada, reconvertida em uma categoria jurídica clássica, a do protetorado, materializada por tratados de amizade e aliança. Isso salvou a honra romana e ajudou a lidar com o futuro, mas de uma forma puramente formal”¹⁸.

Deste modo, preservar a autonomia do Reinado Vândalo sobre as províncias africanas e intervir militarmente na África através de uma justificativa pautada na herança de Genserico, mantinha a dignidade romana, que se acreditava estar regularizada na legitimidade de Hilderico sobre a herança de seus avós. Isto é, havia a compreensão de que os vândalos haviam conquistado um direito legal de

¹⁶ MERRILLS, Andrew H. – “The secret of my succession”.

¹⁷ RODOLFI, Alessandra – “Procopius and the Vandals: How the Byzantine propaganda constructs and changes African identity”. In BERNDT, Guido M.; STEINACHER, Roland (eds.) – *Das reich der Vandalen und seine (Vor-)Geschichten*. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2008, pp. 233-242.

¹⁸ MODÉRAN, Yves – “L’établissement territorial des vandales en Afrique”. *Antiquité Tardive* 10 (2002), p. 94.

possuírem e de estarem naqueles territórios, e que não necessariamente expressava ou considerava uma derrota ou perda de territórios do Império para esse povo.

Yves Modéran ainda considerou que os vândalos haviam sido reconhecidos nos termos *socius et amicus*, mas isso não necessariamente significava que o Império reconhecia a soberania vândala. O termo poderia se adaptar aos discursos do imperador Justiniano conforme desejasse, fosse em relação a compreender o Reino Vândalo como um estado-cliente subordinado ao imperador, ou ainda, como já demonstrado, um Reino que havia conquistado seu direito de governar através da herança de Valentiniano III, que colocava os reis vândalos (Hunerico e Hilderico) como membros da Dinastia Teodosiana e, portanto, a usurpação de Gelimero ao trono de Hilderico deveria ser avaliada como uma ameaça ao próprio Império Romano no Oriente. De uma forma ou de outra, Justiniano havia conseguido justificar a necessidade de suas campanhas contra os vândalos, ao mesmo tempo que mantinha a dignidade romana¹⁹.

Frank Clover²⁰ demonstra que, em Merobaudes, encontramos o primeiro registro de um romano que reconheceu os vândalos nos termos de *socius* (aliado) em 443, pouco após o tratado de paz entre vândalos e romanos em 442. E estabelece que Merobaudes havia sido uma fonte importante para Procópio, que atualizou os termos latinos *socius et amicus* para o grego: “φίλω τε καὶ ξυμμάχῳ”²¹.

Jonathan Conant²² também revela que Procópio havia utilizado os termos ‘amigo e aliado’, não apenas para descrever a relação de Genserico com a família de Valentiniano, mas também como referência para descrever as relações diplomáticas

¹⁹ BALTRUSCH, Ernst; WILKER, Julia – “*Amici - socii - clientes? Abhängige Herrschaft im Imperium Romanum*”. In BALTRUSCH, Ernst; WILKER, Julia. (eds.) – *Amici - socii - clientes? Abhängige Herrschaft im Imperium Romanum*. Berlin: Edition Topoi, 2015; MODÉRAN, Yves – “L’établissement territorial des vandales en Afrique.”

²⁰ CLOVER, Frank M. – “Flavius Merobaudes: A translation and Historical Commentary”. *Transactions of the American Philosophical Society* 61:1 (1971), pp. 1-78.

²¹ PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV - The Vandalic War*, p. 46.

²² CONANT, Jonathan – *Staying Roman: Conquest and Identity in Africa and the Mediterranean, 439-700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

que se seguiram nos reinados posteriores até Hilderico, que também foi tratado nos mesmos termos: “Hilderico era um amigo próximo (ξένος) e aliado de Justiniano”²³. Procópio apresenta ainda Gelimero como um usurpador ilegítimo, a fim de justificar as campanhas dos exércitos imperiais na África. É possível encontrar evidências em seu texto de que, em verdade, o novo rei havia sido eleito entre a aristocracia vândala, por ser considerado apto a reivindicar novamente a soberania do Reino Vândalo.

*“ἀλλὰ Βανδύλων ἔταιρισάμενος εἶ τι ἄριστον ἦν, ἀναπεῖθει ἀφελέσθαι μὲν Ἰλδέριχον τὴν βασιλείαν, ὡς ἀπόλεμόν τε καὶ ἡσημένον πρὸς Μαυρουσίων, καὶ Ἰουστίνῳ βασιλεῖ καταπροδιδόντα τὸ τῶν Βανδύλων κράτος, ὡς μὴ ἐς αὐτὸν ἐκ τῆς ἄλλης οἰκίας ὄντα ἢ βασιλεία ἦκοι: τοῦτο γάρ οἱ βούλεσθαι τὴν ἐς Βυζάντιον πρεσβείαν διέβαλλεν, αὐτῷ δὲ παραδιδόναι τὸ Βανδύλων κράτος. οἱ δὲ ἀναπεισθέντες κατὰ ταῦτα ἐποίουν”*²⁴.

“associando-se a todos os nobres vândalos, ele os persuadiu a tirar Hilderico do poder, alegando que ele era um rei que não servia para a guerra, que havia sido derrotado pelos mouros e que havia os traído ao entregar o poder dos vândalos para o imperador Justino, para que ele (Gelimero) não viesse a se tornar rei, porque era de outro ramo da família; alegando caluniosamente que o objetivo da embaixada de Hilderico a Constantinopla é que ele estaria entregando a soberania dos vândalos para Justino. Convencidos, agiram de acordo”.

A questão sobre as relações de Hilderico com os imperadores no Oriente é tão importante para Gelimero e a nobreza vândala, que a primeira carta de Justiniano a Gelimero marca uma virada diplomática e um momento crucial para a ascensão das hostilidades entre vândalos e romanos. A carta parece ter sido interpretada como a prova que restava para que Hilderico fosse exposto como um traidor, e que estava decidido a conspirar contra Gelimero para que seus sobrinhos Hoamero e Hoageis, e não ele, o sucedessem no trono.

²³ “Ἰλδέριχος δὲ φίλος ἐς τὰ μάλιστα Ἰουστινιανῷ καὶ ξένος ἐγένετο” PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV - The Vandalic War*, p. 84; PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 164;

²⁴ PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV - The Vandalic War*, pp. 84-86; PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 164.

Deste modo, a primeira carta não obteve uma resposta formal, mas prática, já que Hoamero foi cegado, o que nos evidencia que ele era percebido por Gelimero como a principal ameaça para seu reinado, devido à liderança que exercia sobre os exércitos de Hilderico. Já Hilderico e Hoageis foram mantidos em cárcere:

“Γελίμερ δὲ τοὺς πρέσβεις ἀπράκτους ἀπέπεμψε, καὶ τὸν τε Ὀάμερα ἐξετύφλωσε τὸν τε Ἰλδέριχον καὶ Εὐαγέην ἐν μείζονι φυλακῇ ἐποίησατο, ἐπικαλέσας φυγὴν ἐς Βυζάντιον μελετᾶν”²⁵.

“Gelimero expulsou os embaixadores sem nenhum acordo, ele cegou Hoamero e manteve Hilderico e Hoageis em um confinamento severo, acusando-os de tentarem fugir para Constantinopla”.

Procópio afirma que o rei vândalo não estava disposto a negociar com seu conspirador Justiniano.

Logo, após receber as notícias dos acontecimentos descritos acima, Justiniano eleva seu tom de agressividade, e exige a Gelimero o envio da família de Hilderico (incluindo Hoamero e Hoageis) para Constantinopla como requisito para manter o tratado de paz. No entanto, nessa carta Justiniano já expressava uma justificativa para fazer guerra contra os vândalos, baseando-se não na conquista, mas na vingança sobre a humilhação de Hilderico e seus familiares, conforme vemos na citação abaixo.

“Ἰλδέριχόν τε καὶ Ὀάμερα τὸν πηρὸν καὶ τούτου τὸν ἀδελφὸν ὡς ἡμᾶς πέμπε, παραψυχὴν ἔχοντας ἢν ἔχειν εἰσὶ δυνατοὶ ὅσοι τὴν βασιλείαν ἢ τὴν ὄψιν ἀφήρηται: ὡς οὐκ ἐπιτρέφομέν γε, ἢν μὴ ταῦτα ποιῆς. ἐνάγει γὰρ ἡμᾶς ἡ ἐλπίς ἢν εἰς τὴν ἡμετέραν φιλίαν ἔσχον. αἶ τε σπονδαὶ ἡμῖν αἰ πρὸς Γιζέριχον ἐκποδῶν στήσονται. τῷ γὰρ ἐκδεξαμένῳ τὴν ἐκείνου βασιλείαν ἐρχόμεθα οὐ πολεμήσοντες, ἀλλὰ τὰ δυνατὰ τιμωρήσοντες”²⁶.

²⁵ PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV – The Vandalic War*, p. 88; PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 165.

²⁶ PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV – The Vandalic War*, p. 88; JUSTINIAN *apud* PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 165.

“nos envie Hilderico e Hoamero, que você cegou, e também o irmão dele, para receberem o consolo que puderem depois de terem sido privados de seu reino ou de sua visão. Não iremos ceder até que você faça isso, porque nossa motivação é a esperança de mantermos nossa amizade. O tratado de Genserico não nos impedirá. Pois, não iremos fazer guerra àquele que o sucedeu no trono, mas para vingá-lo com todas as nossas forças”.

Tendo sido ameaçado pelo imperador no Oriente pela segunda vez, em meados de 531, o rei vândalo Gelimero expõe que sua sucessão ao trono régio, havia sido realizada dentro dos termos legais, já que, nesse caso, ele avalia que Hilderico tendo herança e atitudes que, como vimos, privilegiavam sua ancestralidade romana, não poderia ser reconhecido como vândalo, ou mesmo como descendente de Genserico, portanto, não deveria ser considerado membro de sua família. Logo, o verdadeiro usurpador era Hilderico, que assumiu o trono, mesmo sendo considerado inapto para isso, conforme observamos em resposta de Gelimero a Justiniano:

“Βασιλεὺς Γελίμερ Ἰουστινιανῶ βασιλεῖ. οὔτε βία τὴν ἀρχὴν ἔλαβον οὔτε τί μοι ἀνόσιον ἐς ξυγγενεῖς τοὺς ἐμοὺς εἴργασται. Ἰλδέριχον γὰρ νεώτερα πράσσουντα ἐς οἶκον τὸν Γιζερίχου καθεῖλε τὸ τῶν Βανδύλων ἔθνος: ἐμὲ δὲ ὁ χρόνος ἐς τὴν βασιλείαν ἐκάλεσε, κατὰ γε τὸν νόμον τὰ πρεσβεῖα διδούς”²⁷.

“Rei Gelimero ao imperador Justiniano. Não conquistei o poder pela força, nem fiz nada profano contra meus parentes, foi o povo vândalo que destronou Hilderico, por suas conspirações contra a casa de Genserico. Quanto a mim, fui escolhido para ser rei pela minha idade, que me garantiu a primazia, de acordo com a lei”.

Andrew Merrills²⁸ nos apresenta que a sucessão de Gelimero havia sido fácil e sem uma oposição generalizada. O que nos indica que, de fato, Gelimero havia sido eleito para assumir o trono vândalo, pois seu próprio povo considerava Hilderico como um traidor que colocaria a soberania dos vândalos em risco.

²⁷ PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV – The Vandalic War*, p. 88; GELIMER *apud* PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 165.

²⁸ MERRILLS, Andrew H. - "The secret of my succession".

Aliás, essa questão é explícita na carta de Gelimero, que adverte o imperador para que deixe de se intrometer em assuntos alheios à sua governança, e ainda considera que Justiniano não seria um governante digno se rompesse com as promessas de seus antecessores, pois ao quebrá-las deveria ser reconhecido como um reinante ilegítimo. Já que, não podendo cumprir com o tratado de Zenão, Justiniano negligenciaria o passado e a própria linhagem imperial que se sucedeu até seu governo, características que haviam mantido a honra de seu povo, e sua própria legitimidade como imperador, pois estaria questionando a decisão de seus antecessores em manter a paz.

“τὴν δὲ ὑπάρχουσαν ἡγεμονίαν αὐτόν τινα διοικεῖσθαι καλὸν καὶ μὴ ἀλλοτρίας οἰκειοῦσθαι φροντίδας. ὥστε καὶ σοὶ βασιλείαν [p. 90] ἔχοντι τὸ περιέργῳ εἶναι οὐ δίκαιον: λύνοντι δὲ σοὶ τὰς σπονδὰς καὶ ἐφ’ ἡμᾶς ἰόντι ἀπαντήσομεν ὅση δύναμις, μαρτυρόμενοι τοὺς ὄρκους τοὺς Ζήνωνι ὁμωμοσμένους, οὗ τὴν βασιλείαν παραλαβῶν”²⁹.

“seria bom se você administrasse o poder que lhe pertence, e não se preocupar com o dos outros. Pois, não é justo que você, que tem um império, se intrometa em assuntos alheios. E se você quebrar o tratado e vier contra nós, nós o enfrentaremos com todas as nossas forças, colocando como testemunha os juramentos prestados por Zenão, de quem você recebeu o poder imperial que agora desfruta”.

Entretanto, fica nítido que Procópio havia utilizado o aumento de tensões entre o Reino Vândalo e o Império Romano do Oriente como um ‘bode expiatório’ para o fracasso das campanhas contra o Império Persa, e julga que a carta de Gelimero havia sido o principal motivo para selar a paz com os persas, na tentativa de reorganizar os exércitos para a futura campanha contra os vândalos na África do Norte, o que demonstra que o Império não tinha capacidade militar e financeira para sustentar a guerra em duas frentes de batalha³⁰.

²⁹ PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV - The Vandalic War*, pp. 88-90; GELIMER *apud* PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, pp. 165-166.

³⁰ PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 166; BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos; BOY, Renato Viana – “A construção de uma narrativa: Os olhares de Procópio de Cesareia sobre as guerras de Justiniano”. *Revista de Teoria da História* 13 (2015), pp. 125-141; LEE, A. D. – “The Empire at War”. In MAAS,

A narrativa de Procópio modela a memória de Genserico, que toma diversos contornos, de um lado ela é evocada por Justiniano para demonstrar como Genserico era leal ao Império, e a principal característica suscitada por ele é a de pacificador. Como vimos, em sua primeira carta a Gelimero, Justiniano afirma que o rei vândalo deveria agir de maneira santa, isto é, seguir os decretos de Genserico e, assim como seu bisavô, conquistar seu direito não pelas armas, mas a partir de prerrogativas legais e com base na civilidade: “Se você fizer isso, obterá a benevolência de Deus e a nossa amizade”³¹.

George Philip Baker interpreta a carta de Justiniano como uma tentativa de o imperador enfatizar que as ações de Gelimero não eram aceitáveis, nem para a linhagem bárbara e nem para a estirpe civilizada da família de Genserico,

“nem os costumes universais da humanidade civilizada, nem as disposições particulares das determinações testamentárias de Genserico justificavam a prisão e a usurpação violenta de um velho que era legalmente o rei dos vândalos”³².

Aqui, portanto, a violência passa a ser representativa da barbárie, enquanto o respeito a um sistema legal indica a valorização dos ideais civilizatórios romanos, aos quais, de acordo com Justiniano, Genserico estava submetido, mas não Gelimero. Em seu contraponto, Gelimero compreende a memória de Genserico como oposta aos padrões civilizatórios romanos, como forma de atestar a representação de Genserico como um conquistador imponente e astuto, que através das armas tornou o Reino Vândalo um poder soberano, capaz de desafiar o Império Romano, conforme já visto anteriormente³³. Nesse ponto, observamos que a carta do rei vândalo tentava enfatizar que o Reino Vândalo não deveria estar submetido a autoridade

Michael (ed.) – *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 113-133.

³¹ “ταῦτα γὰρ σοι ποιῶντι τὰ τε ἀπὸ τοῦ κρείττονος εὐμενῆ ἔσται καὶ τὰ παρ’ ἡμῶν φίλια” PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV – The Vandalic War*, p. 86; JUSTINIAN *apud* PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 165.

³² BAKER, George Philip – *Justinian: The last Roman Emperor*. New York: Cooper Square Press, 2002, p. 75.

³³ GELIMER *apud* PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 166.

imperial, como os termos ‘amigo e aliado’ (*socius et amicus*/φίλος τε καὶ ξύμμαχος), que implicitamente se referiam aos estados-clientes, conforme os autores Modéran³⁴, Baltrusch e Wilker³⁵ consideraram.

Neste contexto, como sugere Rodolfi, era necessário manipular a memória de Genserico para demonstrar um passado onde haviam sido cultivadas boas relações diplomáticas entre vândalos e romanos. Nesse sentido, Gelimero é considerado por Procópio como sendo um rei subversivo aos ideais de seus antecessores que mantiveram a paz com o Império Romano. Assim, Justiniano é apresentado por ele, não apenas como um amigo pessoal de Hilderico, mas também como um restaurador da lei e ordem sucessória estabelecida pelo próprio Genserico³⁶.

Deste modo, dois aristocratas vândalos, Goda e Pudêncio, ganham destaque na narrativa de Procópio com o objetivo de demonstrar que as atitudes de Justiniano eram apoiadas e tinham legitimidade entre os vândalos, e por isso, haviam buscado apoio do imperador para retaliar o rei Gelimero. Portanto, é possível considerar que Genserico era a parte civilizada da estirpe vândala, enquanto as atitudes de Gelimero demonstravam sua contraparte bárbara e cruel de seu povo³⁷.

Porém, o caso de Goda é mais expressivo para nós. Sendo descrito inicialmente por Procópio como um escravo³⁸ de Gelimero: “Havia um certo Goda entre os escravos de Gelimero [...] Gelimero confiou a ilha da Sardenha a este Goda, para sua proteção e para coletar o tributo anual”³⁹. A palavra ‘escravo de Gelimero’: “Γελίμερος δοῦλος”⁴⁰, no entanto, parece fazer mais sentido se considerado o uso retórico de

³⁴ MODÉRAN, Yves – “L’établissement territorial des vandales en Afrique”.

³⁵ BALTRUSCH, Ernst; WILKER, Julia – “Amici - socii - clientes?”.

³⁶ MERRILLS, Andrew H. – “The secret of my succession”; RODOLFI, Alessandra – “Procopius and the Vandals”

³⁷ MERRILLS, Andrew H. – “The secret of my succession”; RODOLFI, Alessandra – “Procopius and the Vandals”.

³⁸ A tradução de Kaldellis PROKOPIUS - *The Wars of Justinian* e José Rubio PROCOPIO DE CESAREA - *Historia de las guerras: Libros III-IV Guerra Vándala*. Trad. José Antonio Flores Rubio. 1ª ed.; 1ª reimpr. Madrid: Editorial Gredos, 2006. trazem a mesma palavra ‘escravo’, para descrever a grande lealdade de Goda a Gelimero.

³⁹ “Γώδας τις ἦν ἐν τοῖς Γελίμερος δούλοις [...] τοῦτω τῷ Γώδα ὁ Γελίμερ Σαρδῶ τὴν νῆσον ἐπέτρεψε, φυλακῆς τε ἔνεκα καὶ φόρον τὸν ἐπέτειον ἀποφέρειν” PROCOPIUS - *History of the Wars: Book III and IV - The Vandalic War*, p. 98; PROKOPIOS - *The Wars of Justinian*, p. 168.

⁴⁰ PROCOPIUS - *History of the Wars: Book III and IV - The Vandalic War*, p. 98.

Procópio, com o objetivo de descrever a grande lealdade de Goda a Gelimero, já que suas funções correspondem mais com o posto de aristocrata, e governante da Sardenha (subordinado a Gelimero), do que um escravo (δοῦλος).

Como Sousa sugere, os líderes bárbaros somente são representados positivamente quando são colocados ao lado de Justiniano, e favorecem as ambições pessoais do imperador⁴¹. Por isso, é possível que Procópio tenha representado Goda como um escravo de Gelimero, para depois representá-lo como tendo sido libertado por Justiniano, e como um liberto tanto da barbárie, quanto da influência maléfica do rei vândalo. Essa libertação é bastante representativa quando observamos uma tomada de consciência de Goda pelas ações do rei vândalo, e também por não desejar se tornar cúmplice desses atos.

No entanto, ainda que o personagem de Goda represente um bárbaro que ascendeu a razão, as ações de Goda, assim como sua carta a Justiniano, podem expor, para nós, que havia uma parte da aristocracia vândala preocupada, não especificamente com a sucessão de Gelimero, mas com a violência comandada pelo rei vândalo aos seus familiares após receber a carta de Justiniano em 530.

Aliás, em meados de 532⁴², em carta destinada a Justiniano, Goda apresenta que somente traiu Gelimero por causa da violência desproporcional operada pelo rei vândalo.

“Οὔτε ἀγνωμοσύνη εἴκων οὔτε τι ἄχαρι πρὸς δεσπότην παθὼν τοῦ ἐμοῦ εἰς ἀπόστασιν εἶδον, ἀλλὰ τάνδρὸς ἰδὼν τὴν ὀμότητα ἰσχυρὰν οἶαν εἶς τε τὸ ξυγγενὲς καὶ ὑπήκοον μετέχειν τῆς ἀπανθρωπίας οὐκ ἂν δόξαιμι ἐκὼν γε εἶναι”⁴³.

“Não foi porque cedi à loucura, nem por ter sofrido qualquer ato desagradável nas mãos de meu senhor que me rebelei, mas vendo a crueldade desse homem

⁴¹ SOUSA, Stephanie Martins de – “Procópio de Cesareia e a construção dos retratos imperiais na obra ‘História das Guerras’”. *Revista de Estudos sobre a Antiguidade Phaine* 1:2 (2017), pp. 42-49.

⁴² RUBIO, José Antonio Flores (trad.) – *Procopio de Cesarea - Historia de las guerras: Libros III-IV Guerra Vándala*. 1ª ed.; 1ª reimpr. Madrid: Editorial Gredos, 2006, p. 129.

⁴³ PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV – The Vandalic War*, p. 100; GODA *apud* PROKOPIOS - *The Wars of Justinian*, p. 168.

contra seus parentes e súditos, não estava disposto a ser visto como alguém que apoiou esses atos desumanos”.

O nobre vândalo ainda expressa sua indignação acerca da inconstitucionalidade das ações de seu rei contra os seus familiares, nomeando-o como um tirano, que não media esforços contra seus opositores: “é preferível servir a um rei justo do que a um tirano que dá ordens em desacordo com a lei”⁴⁴. Deste modo, percebendo a crescente hostilidade entre romanos e vândalos, Goda se posicionou em favor de Justiniano, oferecendo um ponto de apoio no Mediterrâneo para os exércitos de Justiniano na guerra contra os vândalos, e em troca, o imperador deveria ajudar a estabelecer um reino independente na Sardenha.

Fato que, como vemos, é atestado por Alberto Trivero Rivera, ao analisar a cunhagem de moedas feitas em nome de Goda, inicialmente entre 530 e 531⁴⁵. As moedas com seu nome eram legendadas como: [G]VBER[NATOR] CVDA, o que nos indica não apenas a proeminência e a importância da Sardenha, que tinha recursos próprios para cunhar suas moedas, como também demonstram o grande privilégio e posição social que Goda ocupava na ilha, de tal forma que apenas o governante da Sardenha e o rei vândalo tinham moedas cunhadas em seus nomes.

⁴⁴ “ἄμεινον γὰρ βασιλεῖ δικαίῳ ὑπηρετεῖν ἢ τυράννῳ τὰ οὐκ ἔννομα ἐπαγγέλλοντι” PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV – The Vandalic War*, p. 100; GODA *apud* PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, pp. 168-169.

⁴⁵ RIVERA, Alberto Trivero – “*Godas Rex. La amonedación del Reino de Godas*”. *Revista Numismática Hécate* 1 (2014), pp. 74-97.



Figura 2 - Moeda de Goda

Fonte: RIVERA, Alberto Trivero – “*Godas Rex. La amonedación del Reino de Godas*”. *Revista Numismática Hécate* 1 (2014), p. 97.

No entanto, Rivera nos aponta que, a partir da rebelião de Goda em 532, a cunhagem de moedas havia sofrido algumas transformações, a principal delas é a alteração do título de Goda, que surge como: *CVDA ÆEX*, como vemos acima, no anverso da moeda, tipificada pelo autor como um *nummus*. Para nós, devido ao seu baixo valor e, portanto, de maior circulação, Goda desejava ser rapidamente reconhecido como rei pela população local da ilha. Contudo, os achados numismáticos do Reinado de Goda, encontrados apenas na Sardenha, revelam que elas não conseguiram atingir grande amplitude geográfica, como as moedas dos reis vândalos⁴⁶.

Dessa forma, ainda que nossas fontes sobre o Reinado de Goda na Sardenha estejam, hoje, resumidas aos relatos de Procópio e às moedas produzidas em seu nome, observamos que seu breve reinado teve uma grande importância para os planos de Justiniano na guerra contra os vândalos. A Sardenha seria uma ótima opção de

⁴⁶ RIVERA, Alberto Trivero – “*Godas Rex. La amonedación del Reino de Godas*”; REYNOLDS, Paul - “From Vandal Africa to Arab Ifrīqiya: Tracing Ceramic and Economic Trends through the Fifth to the Eleventh Centuries”. In STEVENS, Susan T.; CONANT, Jonathan P. (eds.) – *North Africa under Byzantium and Early Islam*. Washington: Dumbarton Oaks Research Library, 2016, pp. 129-171; RUMMEL, Philipp von - “The Archaeology of the 5th Century Barbarians in North Africa”. In DELOGU, Paolo; GASPARRI, Stefano (eds.) – *Le trasformazioni del V secolo. L'Italia, i barbari e l'Occidente romano*. Brepols: Turnhout, 2010, pp. 157-181; RUMMEL, Philipp von - “The Transformation of Ancient Land- and Cityscapes in Early Medieval North Africa”. In STEVENS, Susan T.; CONANT, Jonathan P. (eds.) – *North Africa under Byzantium and Early Islam*. Washington: Dumbarton Oaks Research Library, 2016, pp. 105-117.

paragem para os exércitos de Justiniano na impossibilidade de acessar a Sicília, pois a Sardenha poderia fornecer um importante ponto de apoio, tanto para conflitos iniciais, como também para uma guerra que se estendesse por um período mais longo.

Em carta entregue pelo imperador a Belisário para ser transmitida aos vândalos, Justiniano parece explorar a fragmentação da aristocracia vândala, que se seguiu da crise dinástica. Tendo apoiado Goda, o imperador parecer ter compreendido, através desse exemplo, que a sucessão de Gelimero ao trono não parece ter obtido consenso entre os nobres vândalos.

Deste modo, Justiniano tenta se colocar em oposição de Gelimero, que considera ter desrespeitado a lei de Genserico sobre a sucessão do trono real, para isso o imperador é apresentado como alguém que pretende reestabelecer o Reinado de Hilderico, e afirma que a presença dos exércitos não deveria ser compreendida como um rompimento da paz entre vândalos e romanos, já que ele lutava em favor da memória de Genserico, a fim de libertar seu povo da tirania.

“Οὔτε Βανδίλοις πολεμεῖν ἔγνωμεν οὔτε τὰς Γιζερίχου σπονδὰς λύομεν, ἀλλὰ τὸν ὑμέτερον τύραννον καθελεῖν ἐγχειροῦμεν, ὅς τῶν Γιζερίχου διαθηκῶν ὀλιγορήσας τὸν μὲν βασιλέα ὑμῶν καθείρξας τηρεῖ, τῶν δὲ αὐτοῦ συγγενῶν οὓς μὲν σφόδρα ἐμίσει κατ’ ἀρχὰς ἔκτεινε, τοὺς δὲ λοιποὺς τὰς ὄψεις ἀφελόμενος ἐν φυλακῇ ἔχει, οὐκ ἔων θανάτῳ καταλῦσαι τὰς συμφορὰς. συλλάβεσθε τοίνυν ἡμῖν καὶ συνελυθεροῦτε ὑμᾶς αὐτοὺς οὔτῳ μοχθηρᾷ τυραννίδος, ὅπως ἂν δύνησθε τῆς τε εἰρήνης καὶ τῆς ἐλευθερίας ἀπόνασθαι. ταῦτα γὰρ ὑμῖν παρ’ ἡμῶν ἔσσεσθαι πρὸς τοῦ θεοῦ τὰ πιστὰ δίδομεν”⁴⁷.

“Não decidimos fazer guerra contra os vândalos, nem estamos rompendo o tratado com Genserico, mas sim tentando destronar seu tirano, que, desrespeitando a vontade de Genserico, prendeu seu rei e o mantém sob custódia e, por outro lado, todos os parentes do rei que ele odiava, a princípio foram mortos e o resto, depois de serem privados da visão, são mantidos presos,

⁴⁷ PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV – The Vandalic War*, pp. 46-148; JUSTINIAN *apud* PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 179.

não permitindo que acabem com seus infortúnios tirando as próprias vidas. Portanto, vocês devem unir forças conosco para, em conjunto, se libertarem dessa tirania perversa, para que possam desfrutar de paz e liberdade. Nós garantimos em nome de Deus que vocês obterão esses benefícios de nós”.

No entanto, observamos que inicialmente os habitantes da África Vândala são descritos e reconhecidos na carta de Justiniano como vândalos, e na tentativa de explorar a crise dinástica, o imperador busca forçar o rompimento dos laços de lealdade dos vândalos com seu novo rei Gelimero.

Como consequência, é preciso questionarmos se a carta entregue por Justiniano a Belisário para ser lida na presença de aristocratas vândalos era apenas um recurso retórico vazio, na qual suas ações seriam conduzidas independentemente do posicionamento assumido por Gelimero, cuja tentativa era somente justificar as crescentes hostilidades contra os vândalos, e a posterior reconquista dos territórios romanos ocupados. Ou se essa possibilidade da reconquista teria sido apenas um objetivo repentino e oportuno de Belisário, em decorrência da facilidade de ocupação da África Vândala, como sugere Renato Boy⁴⁸.

Se considerarmos a primeira opção, é preciso reconsiderar o Reino Vândalo sob Hilderico (523-530) como um governo ‘fantoche’ de Justino I, e posteriormente de Justiniano. As conjunturas que, aqui, são expostas indicam como Hilderico havia seguido à risca os desejos dos imperadores no Oriente, como a utilização de simbolismos romanos, o rompimento de laços fraternos entre ostrogodos e vândalos, são algumas dessas questões que ajudam a apoiar essa hipótese. Logo, ainda que Hilderico se apresentasse como um governante vândalo (*rex vandalorum*), tal como é representado em suas moedas, isso não necessariamente impedia a compreensão de subordinação ao Império Romano, se apresentando mais como um governante romano das províncias africanas, do que como rei de um Reino independente da autoridade imperial, isto é, ser reconhecido como rei de um povo

⁴⁸ BOY, Renato Viana – *Procópio de Cesareia e as disputas entre romanos e bárbaros na Guerra Gótica: Da “queda de Roma” ao período de Justiniano*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Tese de doutoramento.

não exclui a possibilidade de ele ser igualmente representado como governante de um território.

Renato Viana Boy afirma que Procópio havia manipulado a titulação de *rex*, ao hierarquizá-la e colocá-la em contraste com o título de imperador, isto é, inferiorizando os reis bárbaros enquanto ressaltava a autoridade de Justiniano acima destes. Dessa forma, Procópio permitiria que os reis vândalos e os demais reis fossem idealizados em verossimilhança aos governadores provinciais. Mesmo que não houvesse tributações ou obrigações, ditas ‘provinciais’ para com os imperadores no Oriente⁴⁹.

Podemos encontrar evidências que, no *Corpus Juris Civilis*, Justiniano acrescenta ao seu nome e ao título de *imperator* todos os títulos reais presentes no Ocidente, conforme vemos: “César Flávio Justiniano, imperador dos Alamanos, Godos, Francos, Germânicos, Antes, Alanos, Vândalos [e] Africanos”⁵⁰. A partir de uma análise deste decreto, o primeiro a ser promulgado utilizando esses títulos, constatamos que o decreto é de meados de 533, quando os vândalos ainda não tinham sido derrotados pelas tropas de Belisário. A palavra latina *reciperet* aparece como referência de ação no presente do subjuntivo, e que pode indicar o tempo verbal no presente ou futuro, nunca no passado, veja-se: “Em muito pouco tempo, a África irá recuperar (*reciperet*) sua liberdade”⁵¹. Inclusive, mesmo não tendo notícias da conquista, no mesmo decreto Justiniano já havia nomeado Arquelau como Prefeito Pretoriano da África.

Isso nos indica que Justiniano desejava que as classes senatoriais em Constantinopla reconhecessem o envio das tropas de Belisário como uma delegação que deveria substituir o então governante da África, por outro escolhido pelo imperador. Esse decreto (*Corpus Juris Civilis*, 27.1) também foi responsável por dar instruções bastante específicas para Arquelau, de como ele deveria

⁴⁹ BOY, Renato Viana – *Procópio de Cesareia e as disputas entre romanos e bárbaros na Guerra Gótica*.

⁵⁰ “*imperator Caesar Flavius Iustinianus Alamannicus Gotthicus Francicus Germanicus Anticus Alanicus Vvandalicus Africanus*” CORPUS JURIS CIVILIS – In *The codex of Justinian: A new annotated translation with Parallel Latin and Greek Text*. Trad. Justice Fred H. Blume. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, Liber Primus, 27.1, p. 314.

⁵¹ “*Africa per nos tam brevi tempore reciperet libertatem*” CORPUS JURIS CIVILIS – Liber Primus, 27.1, p. 314.

reorganizar (política e administrativamente) as províncias africanas, conforme a vontade do imperador.

Ana Maria de Oliveira acredita que a incorporação dos títulos régios ao título de imperador tinha “a finalidade de demonstrar a figura imperial romana como o governante de todos, adquiria uma conotação de soberano universal, na linha constantiniana, augusta e alexandrina”⁵². Segundo a autora, essa era uma forma de Justiniano se afirmar governante de todos os povos cristãos (heréticos ou não), como forma de competir contra o Império Persa.

Diante desse *tópos* retórico, Procópio corrobora com a subordinação dos vândalos às leis romanas, que permitiram e toleraram sua presença através da renovação das concessões de terras e, portanto, essa retórica tinha como objetivo demonstrar que o Reino Vândalo estava submetido à autoridade dos imperadores, que poderiam, se eles desejassem, promover a desapropriação das terras ocupadas pelos vândalos.

Deste modo, o rei vândalo parecia reivindicar sua soberania, ao concentrar suas preocupações com o reestabelecimento do Reinado de Hilderico, e, por isso, exigiu ao seu irmão Ammatas que Hilderico, seu sobrinho Hoageis⁵³ e todos aqueles leais ao rei deposto fossem imediatamente executados: “[Gelimero] ordenou por escrito a seu irmão Ammatas em Cartago que matasse Hilderico e todos os seus aliados, fosse por nascimento ou por qualquer outra circunstância”⁵⁴. Deste modo, observamos que Gelimero desejava arruinar aquilo que considerava ser o principal objetivo das campanhas de Justiniano, ao matar Hilderico e seus partidários.

⁵² OLIVEIRA, Ana Maria – *Louvada seja a sagrada Basileía: Uma análise do governo de Justiniano, o Grande (527-565) a partir dos panegíricos de Paulo Silenciário e Procópio de Cesareia*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020, Dissertação de mestrado, p. 56.

⁵³ Hoamero é citado como já estando morto, possivelmente em decorrência de complicações após ter sido cegado, já que a última menção a Hoamero faz referência a esse ato. (PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 165; p. 181). Christian Laes, ao fazer uma análise filológica da cegueira, observa que até meados do século VII uma pessoa somente era considerada cega (*caecus*), se ela tivesse perdido completamente a visão dos dois olhos. O autor considera ainda que a punição de cegar oponentes e rivais era uma prática comumente mencionada na historiografia romana, sendo principalmente associada a personagens cruéis, que tinham como objetivo causar um grande sofrimento e marginalização da pessoa que cegavam, sendo visto, muitas vezes, como um destino pior que a morte. LAES, Christian – *Disabilities and the disabled in the Roman World: A Social and Cultural History*. Cambridge; New York: University of Antwerp; Cambridge University Press, 2018.

⁵⁴ “γράφει πρὸς τὸν ἀδελφὸν Ἀμματᾶν ἐς Καρχηδόνα, Ἰλδέριχον μὲν καὶ ἄλλους, ὅσους εἶτε κατὰ γένος εἶτε ἄλλως αὐτῷ προσήκοντας ἐν φυλακῇ ἔχει, ἀποκτινύνουσι” PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV – The Vandalic War*, p. 152; PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*, p. 180.

Referências bibliográficas

Fontes

ANTHOLOGIA LATINA – “Sive poesis latinae svpplementvm”. In: RIESE, Alexander (ed.) – *Carmina in codicibvs scripta: Pars prior*. Lipsiae: Aedibvs B. G. Tevbneri, 1869.

CORPUS JURIS CIVILIS – *The codex of Justinian: A new annotated translation with Parallel Latin and Greek Text*. Trad. Justice Fred H. Blume. Cambridge University Press: Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

PROCOPIO DE CESAREA – *Historia de las guerras: Libros III-IV Guerra Vándala*. Trad. José Antonio Flores Rubio. 1ª ed.; 1ª reimpr. Madrid: Editorial Gredos, 2006.

PROCOPIUS – *History of the Wars: Book III and IV - The Vandalic War*. Trad. Henry Bronson Dewing. London; New York: William Heinemann; G. P. Putnam's Sons, 1916.

PROKOPIOS – *The Wars of Justinian*. Translate: H. B. Dewing; Revised and modernized, with an introduction and notes by Anthony Kaldellis. Indianapolis; Cambridge: Hackett Publishing Company, 2014.

Estudos

BAKER, George Philip – *Justinian: The last Roman Emperor*. New York: Cooper Square Press, 2002.

BALTRUSCH, Ernst; WILKER, Julia – “*Amici - socii - clientes?* Abhängige Herrschaft im Imperium Romanum”. In BALTRUSCH, Ernst; WILKER, Julia. (eds.) – *Amici – socii - clientes? Abhängige Herrschaft im Imperium Romanum*. Berlin: Edition Topoi, 2015,

pp. 7-17.

BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos; BOY, Renato Viana – “A construção de uma narrativa: Os olhares de Procópio de Cesareia sobre as guerras de Justiniano”. *Revista de Teoria da História* 13 (2015), pp. 125-143.

BOY, Renato Viana – *Procópio de Cesareia e as disputas entre romanos e bárbaros na Guerra Gótica: Da “queda de Roma” ao período de Justiniano*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Tese de doutoramento.

BRODKA, Dariusz – “Prokop von Kaisareia und seine Informanten: Ein Identifikationsversuch”. *Historia* 65 (2016), pp. 108-124.

CHARTIER, Roger – “Defesa e ilustração da noção de representação”. *Fronteiras*, Vol. 13:24 (2011), pp. 15-29.

CLOVER, Frank M. – “Flavius Merobaudes: A translation and Historical Commentary”. *Transactions of the American Philosophical Society*, vol. 61:1 (1971), pp. 1-78.

COLVIN, Ian – “Reporting Battles and Understanding Campaigns in Procopius and Agathias: Classicizing Historians' Use of Archived Documents as Sources”. In SARANTIS, Alexander; CHRISTIE, Neil (eds.) – *War and Warfare in Late Antiquity*. Leiden; Boston: Brill, 2013, pp. 571-597.

CONANT, Jonathan – *Staying Roman: Conquest and Identity in Africa and the Mediterranean, 439-700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

KALDELLIS, Anthony – *Procopius of Caesarea: Tyranny, History, and Philosophy at the End of Antiquity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.

LAES, Christian – *Disabilities and the disabled in the Roman World: A Social and Cultural History*. Cambridge; New York: University of Antwerp; Cambridge University Press, 2018.

LEE, A. D. – “The Empire at War”. In MAAS, Michael (ed.) – *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 113-133.

MERRILLS, Andrew H. – “The secret of my succession: dynasty and crisis in Vandal North Africa”. *Early Medieval Europe*, vol. 18:2 (2010), pp. 135-159.

MODÉRAN, Yves – “L'établissement territorial des vandales en Afrique”. *Antiquité Tardive* 10 (2002), pp. 87-122.

NEDELICU, Silviu-Constantin – “The Libraries in the Byzantine Empire (330-1453)”. *Annals of the University of Craiova for Journalism, Communication and Management* 2 (2016), pp. 74-92.

OLIVEIRA, Ana Maria – *Louvada seja a sagrada Basileia: Uma análise do governo de Justiniano, o Grande (527-565) a partir dos panegíricos de Paulo Silenciário e Procópio de Cesareia*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020. Dissertação de mestrado.

REYNOLDS, Paul – “From Vandal Africa to Arab Ifrīqiya: Tracing Ceramic and Economic Trends through the Fifth to the Eleventh Centuries”. In STEVENS, Susan T.; CONANT, Jonathan P. (eds.) – *North Africa under Byzantium and Early Islam*. Washington: Dumbarton Oaks Research Library, 2016, pp. 129-171.

RIVERA, Alberto Trivero – “Godas Rex. La amonedación del Reino de Godas”. *Revista Numismática Hécate* 1 (2014), pp. 74-97.

RODOLFI, Alessandra – “Procopius and the Vandals: How the Byzantine propaganda constructs and changes African identity”. In BERNDT, Guido M.; STEINACHER,

Roland (eds.) – *Das reich der Vandalen und seine (Vor-)Geschichten*. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2008, pp. 233-242.

ROSOLEN JUNIOR, Geraldo – “Os reinados de Hilderico e Gelimero através da iconografia vândala no Norte da África (século VI)”. In GATT, Pablo; CARNIEL, Joana Scherrer. (Org.) – *Estudos em Medievalismo: Sociedade, poder e cultura*. Vila Velha: Laboratório de Estudos Tardo Antigos e Medievais Ibéricos e Sefaradis, 2021, pp. 111-128.

RUMMEL, Philipp von – “The Archaeology of the 5th Century Barbarians in North Africa”. In DELOGU, Paolo; GASPARRI, Stefano (eds.) – *Le trasformazioni del V secolo. L'Italia, i barbari e l'Occidente romano*. Brepols: Turnhout, 2010, pp. 157-181.

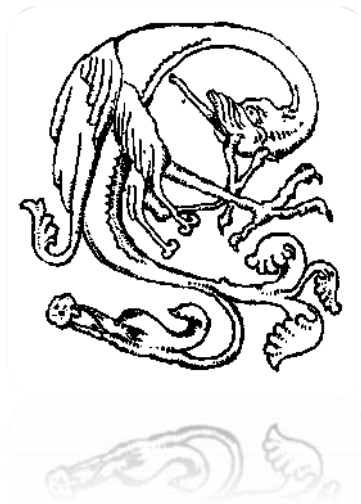
RUMMEL, Philipp von – “The Transformation of Ancient Land- and Cityscapes in Early Medieval North Africa”. In STEVENS, Susan T.; CONANT, Jonathan P. (eds.) – *North Africa under Byzantium and Early Islam*. Washington: Dumbarton Oaks Research Library, 2016, pp. 105-117.

SOUSA, Stephanie Martins de – “Procópio de Cesareia e a construção dos retratos imperiais na obra ‘História das Guerras’”. *Revista de Estudos sobre a Antiguidade Phaine*, vol. 1:2 (2017), pp. 42-49.

WEHMEYER, Jeffrey M. – “The Chartophylax: Archivist and Librarian to the Patriarch in Constantinople”. *Libraries & Culture*, vol. 32:1 (1997), pp. 107-112.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

JUNIOR, Geraldo Rosolen – ““φίλος τε καὶ ξύμμαχος”: Reflexões sobre a troca de cartas entre Justiniano e Gelimero em Procópio de Cesareia”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 373-401. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Del Convento al Mundo:
La Normativa en torno al movimiento de los frailes
menores hacia 1260.**

**From the Convent to the World:
The Regulations regarding the movement of the friars minor
around 1260.**

María Paula Castillo

Universidad Nacional de Tres de Febrero, CONICET
1181 Buenos Aires, Argentina

pcastillo@untref.edu.ar
<https://orcid.org/0000-0002-6503-0855>

Data recepção do artigo / Received for publication: 25 de Agosto de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Abril de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6995>

RESUMO

Las órdenes religiosas medievales implementaron una serie de dispositivos de control del comportamiento de sus integrantes. En el caso de la Orden de los Frailes Menores la sistematización de las constituciones generales que regulasen la vida de los hermanos llegó con el generalato de fray Buenaventura. El comportamiento de los frailes que se normativizaba afectaba la espacialidad interior y exterior de los conventos. El objetivo de este artículo es analizar en qué medida el comportamiento de los frailes es regulado y condicionado en las directivas impartidas por el capítulo; así como, establecer cuáles son las principales esferas de injerencia sobre el movimiento de los frailes entre el espacio conventual y el exterior y qué pautas de conducta y de punición establecen.

Palavras-chave: Orden de los Frailes Menores, vida exterior, movimiento, regulación, constituciones generales.

ABSTRACT

Medieval religious orders implemented a series of devices to control the behavior of their members. In the case of the Order of Friars Minor, the systematization of the general constitutions that regulated the life of the brothers came with the generalship of Fray Buenaventura. The behavior of the friars that was standardized affected the interior and exterior spatiality of the convents. The aim of this article is to analyze to what extent the behavior of the friars is regulated and conditioned in the directives given by the chapter; as well as to establish which are the main spheres of interference on the movement of the friars between the conventual space and the outside and what guidelines of conduct and punishment are established.

Keywords: Order of the Friars Minors, external life, movement, regulation, general constitutions.



Introducción

El nacimiento de las ordenes mendicantes en el siglo XIII y su proliferación en los siglos siguientes estuvo vinculada con diversos factores y circunstancias que involucraron a la Iglesia de Roma, así como a los distintos movimientos de contestación religiosa que no fueron insignificantes en la Baja Edad Media¹. Dentro de las mencionadas ordenes existieron –y existen– divergencias entre los grupos. Mientras que el nacimiento de los predicadores estuvo más vinculado con la efervescencia de movimientos heréticos y la necesidad de crear un verdadero ejército de frailes predicadores que a través de la palabra luchan contra los fenómenos heterodoxos²; el nacimiento de los menores y del movimiento de Francisco de Asís se vio más volcado a la consolidación de una evangelización popular y la necesidad de mostrar una Iglesia más vinculada con los diversos sectores de la sociedad³. En este sentido, un obvio elemento en común que compartían estas congregaciones radicaba en la esencia citadina de estos movimientos. La predicación, la búsqueda de contacto con los pobres, las misiones y la mendicidad se encuentran en la genética de la vida de las ciudades y es allí donde se insertaron estos grupos de frailes. El traslado de los frailes era central en el desarrollo de estas actividades. También el movimiento de los hermanos se daba por la importancia que las organizaciones daban a la posibilidad de los estudiar en las universidades más prestigiosas de la época. Así, muchos de ellos se movían de sus provincias hacia París u otros centros de prestigio. De esta manera se produce una división marcada entre la vida dentro de los conventos –tradicional de las congregaciones– y la vida fuera de estos.

¹ MICCOLI, Giovanni – *Francesco d'Assisi. Realtà e memoria di un'esperienza cristiana*. Torino: Einaudi, 1991; MICCOLI, Giovanni – *Francesco d'Assisi e l'Ordine dei Minori*. Milano: Biblioteca Francescana, 2009; VAUCHEZ, André – *Francesco d'Assisi e gli Ordini mendicanti*. Assisi: Porziuncola, 2005; MERLO, Giovanni Grado – *Tra eremo e città. Studi su Francesco d'Assisi e sul francescanesimo medievale*, Assisi, Porziuncola, 1991; DOLSO, Maria Teresa – *Gli ordini mendicanti. Il secolo delle origini*. Roma: Carocci, 2021.

² CANETTI, Luigi – “I frati predicatori nel duecento”. *Quaderni di storia religiosa* 3 (1996), pp. 9-51. DOLSO, Maria Teresa – *Gli ordini mendicanti. Il secolo delle origini*, pp. 9-20.

³ MERLO, Giovanni Grado – “Una Chiesa francescanizzata?”. *Frate Francesco. Rivista de cultura francescana* 72 (2006), pp. 338-342.

En ese marco, la regulación del pasaje de una esfera a otra cobra importancia en el interior de su normativa. El objetivo de este aporte es analizar en qué medida el comportamiento de los frailes es regulado y condicionado en las directivas impartidas por el capítulo; así como, establecer cuáles son las principales esferas de injerencia sobre el movimiento de los frailes entre el espacio conventual y el exterior y qué pautas de conducta y de punición establecen. Nuestro propósito es responder, si es posible, alguna de estas preguntas: ¿qué elementos sobre el comportamiento de los frailes fuera del convento se regulan?, ¿qué situaciones se consideran pasibles de ser prohibidas o reguladas? y ¿qué castigos se establecen en presencia de faltas? La legislación sobre el comportamiento de los integrantes de la Orden de los Menores es por excelencia la Regla bulada de Francisco. Esta es y era la norma con mayor peso “legal” –si esta palabra pudiese ser utilizada–. Asimismo, podemos sostener –tal y como lo hicieron otros especialistas en el campo– que existen otras dos normativas concretas que también implicaban una constricción o delimitación del comportamiento porque funcionaban como textos esenciales y de referencia del espíritu e identidad de la *religio*: la Regla no bulada y el Testamento de Francisco. En la medida que se produjo aquello que acertadamente Théophile Desbonnets⁴ denominó proceso de institucionalización contamos con otro tipo de legislación –habitual en las órdenes religiosas– denominadas *constitutiones*. Existen diversos tipos de constituciones: pueden ser generales, es decir, emanadas por la comunidad de frailes en aquello que podríamos llamar asamblea comunitaria de frailes o capítulos generales –su jurisdicción aplica a toda la Orden–; y pueden ser también provinciales –su jurisdicción se limita a la provincia que pertenece–, que son las resultantes de los capítulos provinciales de la Orden. Para ambas se establece una frecuencia de convocatoria y un funcionamiento específico.

No es parte de este trabajo realizar un estudio sobre esta tipología de fuentes en sí⁵, aquí nos centraremos en las constituciones generales, aquellas que organizan la vida

⁴ DESBONNETS, Théophile – *Dalla intuizione alla istituzione*. Milano: Biblioteca Franciscana, 1986.

⁵ Para referencias generales sobre las constituciones véase entre otros: MARANESI, Pietro – “Regola e le costituzioni del primo secolo francescano: due testi giuridici per una identità in cammino”. In *La regola dei frati minori. Atti del XXXVII del Convegno internazionale della Società internazionale di studi francescani e del Centro interuniversitario di studi francescani. Assisi 8-10 ottobre 2009*. Spoleto: Centro italiano di Studi sull’ Alto Medioevo, 2010, pp. 269-318; WAGNER, Elmar – *Historia constitutionum generalium Ordinis fratrum Minorum*. Roma: Pontificium Athenaeum Antonianum,

de la Orden en su totalidad. Estas son, de alguna manera, la aplicación de la Regla; de hecho, en muchos casos conserva su propia estructuración por capítulos. La constitución que utilizaremos en este trabajo es la llamada de Narbona de 1260, impulsada por el capítulo y su ministro general: fray Buenaventura de Bagnoregio⁶. Por otro lado, en la medida en que resulte necesario también recurriremos a aquello que llamamos fuentes literarias, es decir, diversos testimonios internos de la Orden de los Menores –como crónicas o hagiografías– que puedan ejemplificar una situación regulada⁷.

Presentación de las fuentes

Como mencionáramos anteriormente retomaremos, en principio, dos textos de Francisco: la Regla no bulada y la bulada. Sus redacciones podemos establecerlas c. 1221 y 1223, respectivamente. La historiografía ha estudiado sus textos y contextos de redacción en copiosas oportunidades⁸. Con respecto a las constituciones generales –fuente principal de este trabajo– utilizaremos la confeccionada por el capítulo dirigido por fray Buenaventura en 1260, quien realizó un trabajo excepcional en términos de reorganización de la Orden⁹ y de confección de una

1954; ETZI, Priamo – *Iuridica Franciscana. Percorsi monografici di storia della legislazione dei tre Ordini francescani*. Padova: Messaggero, 2005; ROHRKASTEN, Jens – “Franciscan legislation from Buenaventure to the end of the thirteenth century”. In ANDENNA, Cristina; MELVILLE, Gert (eds.) – *Regulae-Consuetudines-Statuta. Studi sulle fonti normative degli ordini religiosi nei secoli centrali del Medioevo*. Münster: Abhandlungen, 25, 2005, pp. 443-500; DALARUN, Jacques – “La Règle et les constitutions jusqu’à Bonaventure”. In *La Regola dei frati Minori. Atti del XXXVII Convegno internazionale di Studi Francescani e del Centro interuniversitario di studi francescani Assisi 8-10 ottobre 2009*, pp. 213-267.

⁶ Para el caso de las constituciones utilizaremos la edición realizada por Cesare Cenci: *Constitutiones generales Ordinis fratrum Minorum, I. (Saeculum XIII)*. Ed. Cesare Cenci y Georges Mailleux. Analecta Franciscana. Grottaferrata: Quaracchi, 2007. A partir de aquí: *Narb.*

⁷ De las fuentes franciscanas se utilizará la edición de: *Fontes Franciscani*. Ed. Enrico Menestò y Stefano Brufani. Assisi: Porziuncola, 1995. A partir de aquí: Regla bulada: RB; Regla no bulada: RnB; *Vita Prima* de Tomás de Celano: 1C; *Vita secunda*: 2C; *Legenda Maior* de Buenaventura: LM.

⁸ Sobre los textos atribuidos a Francisco existe una vastísima bibliografía, remitimos arbitrariamente a algunos de ellos: DA CAMPAGNOLA, Stanislao – “Gli Opuscula di francesco d’Assisi”. In *Fontes franciscani. Introduzioni critiche*. Assisi: Porziuncola, 1997, pp. 1-22; PAOLAZZI, Carlo – “Introduzione. Scritti di Francesco d’Assisi”, In *Fonti Franciscane*. Padova: Editrici Franciscane, 2011, pp. 27-46; RUSCONI, Roberto – “Frate Francesco e i suoi scritti”. In *Scritti*. Milano: Editrice Franciscane, 2002, pp. 1-37; RUSCONI, Roberto – “La formulazione delle regole minoritiche nel primo quarto del secolo XIII”. In ANDENNA, Cristina; MELVILLE, Gert (eds.) – *Regulae-Consuetudines-Statuta. Studi sulle fonti normative degli ordini religiosi nei secoli centrali del Medioevo*. Münster: Abhandlungen, 25, 2005, pp. 461-481.

⁹ BERTAZZO, Luciano – “Les constitutiones de Narbonne”. *1260-2010: 750 anniversaire des constitutions de Narbonne. Etudes Franciscaines* 4 (2011), pp. 281-292.

imagen de Francisco¹⁰. Recordemos que Buenaventura llegó a la dirección de la congregación en 1257 como resultado del desplazamiento de Giovanni da Parma¹¹ del cargo de ministro general en el marco de un acrecentado conflicto entre diversos integrantes de la Orden en relación al camino que debía seguir la misma. En efecto, el mismo Buenaventura señala los conflictos endógenos de la Orden varios años después de su llegada al cargo¹². Es probable que por esto mismo, Buenaventura haya iniciado la empresa de buscar uniformar las imágenes del santo de Asís en sus hagiografías, así como las interpretaciones que podían habilitar las mismas. Luego de la confección de la biografía conocida como *Legenda Maior* (1262), en 1266 ordena la quema de todas aquellas biografías anteriores –incluidas las del hasta entonces biógrafo oficial: Tomás de Celano–. Lo mismo implementará con las constituciones previas a Narbona, las conocidas posteriormente como *Praenarbonenses* a las cuales podemos conocer en forma fragmentada¹³. La constitución de Narbona va a reorganizar en su totalidad la estructura legislativa de la Orden retomando las anteriores normativas. Según fray Salimbene de Parma, en esta reorganización no se introdujeron demasiadas novedades, simplemente se habría incorporado un capítulo referido a la punición (capítulo VII)¹⁴.

Limitamos el análisis a esta constitución porque, como se ha sostenido, la consideramos punto de partida y también de arribo de la organización de la Orden¹⁵.

¹⁰ MERLO, Grado Giovanni – *Nel nome di san Francesco. Storia dei frati Minori e del francescanesimo sino agli inizi del XVI secolo*. Padova: Editrici Francescane, 2012, pp. 171-172.

¹¹ Sobre la figura de Giovanni da Parma y su salida de la dirección de la orden, véase: MELLI, Maria; CACCIOTTI, Alvaro (eds.) – *Giovanni da Parma e la grande speranza. Atti del III Convegno storico di Greccio*. Milano: Biblioteca Francescana, 2008.

¹² SAN BUENAVENTURA – *Opera Omnia*. Roma: Quaracchi, 1898, pp. 468-469.

¹³ La quema de las constituciones anteriores se estableció en las *Deffinitiones* de la constitución de Narbona. “Deffinitiones Capituli generalis Narbonensis a. 1260”. Ed. Ferdinandus Delorme. *Archivium Franciscanum Historicum* 3 (1910), pp. 502-504. Diversos cronistas de la Orden dan noticia de capítulos anteriores a 1260, es el caso de: Jordán de Giano, que refiere a un capítulo del año 1220; Tomás de Eccleston, al de 1224; el capítulo de 1227 mencionado por Hugo de Digne, entre otros. Los fragmentos que sobrevivieron a la destrucción fueron llamados por Cesare Cenci en sus ediciones “*Praenarbonensis*”. Dichas constituciones fueron editadas con los nombres *Fragmenta* (1239), *Particulae* (1239-1254) y *Vestigia* (1239-1257).

¹⁴ SALIMBENE DE ADAM – *Cronica I. A. 1168-1249*. Ed. Giuseppe Scalia. Turnhout: Brepols, 1998, p. 233. Para un análisis de este apartado punitivo CASTILLO, María Paula – “Legislar los conflictos fraternos en la orden de los frailes menores. Siglo XIII-inicios del XIV”. *Franciscan Studies* 78 (2020), pp. 189-236. Asimismo, sobre el castigo y el poder pastoral véase JOHNSON, Timothy – “Ground to dust for the purity of the order. Pastoral power, Punishment and minorite identity in the Narbonne Enclousure”. *Franciscan Studies* 64 (2006), pp. 293-318.

¹⁵ BERTAZZO, Luciano – “Les constitutions de Narbonne”, p. 292; ROHRKASTEN, Jens – “Franciscan legislation from Buenaventure to the end of the thirteenth century”.

Encontramos en ella una sistematización más sutil, con una taxonomía bastante estructurada en relación a las constituciones anteriores. Dicha constitución es el resultado de un proceso de confección escolástica; la Orden necesitaba de un corpus legislativo que se correspondiera con aquello en que estaba deviniendo: una Orden numerosa, con miles de integrantes y con, cada vez más presencia en la esfera eclesiástica¹⁶. La constitución de Narbona tiene doce capítulos, con 255 artículos y un prólogo. El capítulo V es el que nos importa aquí: *De modo exterius exeundi*.

Los escritos de Francisco y las constituciones

En la Regla bulada existe un apartado en donde Francisco establece la forma en que los hermanos debían salir al mundo:

Aconsejo, también, amonesto y exhorto a mis hermanos en el Señor Jesucristo, a que, cuando van por el mundo, no litiguen ni se enfrenten a nadie de palabra, ni juzguen a otros, sino sean apacibles, pacíficos y mesurados, mansos y humildes, hablando a todos honestamente¹⁷.

Asimismo, se establece que no pueden montar a caballo –salvo extrema necesidad o enfermedad– y que al entrar a una casa lo primero que debían decir era: *Pax huic domui*.

Aquí, una definición casi esencial de la identidad minorita que Francisco establece como determinante. En este pequeño apartado podemos hallar presente por un lado, el carácter de sumisión corriente en todas las expresiones discursivas del santo, la necesidad de ser menores a todos como gen principal que, por supuesto, se vinculan con el pacifismo que debían profesar y vivir; y por otro lado, se exhibe la humildad y la pretensión de pobreza. Una pobreza que no solo era voluntaria y elegida por sus integrantes, sino que expresaba la elección de seguir el ejemplo de los Evangelios.

¹⁶ DALARUN, Jacques – “La Règle et les constitutions jusqu’à Bonaventure”, 250-252.

¹⁷ “Consulo vero, moneo et exhortor fratres meos [...], ut, quando vadunt per mundum, non litigent neque contentant verbis, nec alios iudicent; sed sint mites, pacifici et modesti, mansueti et humiles, honeste loquentes omnibus, sicut decet. Et non debeant equitare, nisi manifesta necessitate vel infirmitate cogantur. In quamcumque domum intraverint, primum dicant: Pax huic domui [...]”, Rb III, 10-13.

El antecedente de este apartado podemos encontrarlo en la Regla no bulada. En los capítulos XIV y XV, Francisco establecía que los hermanos debían llevar la paz a los hogares –también en el testamento– y que no podían utilizar los caballos. También, implantaba que los hermanos no podían llevar en el camino “ni bolsa, ni alforja, ni pan, ni pecunia, ni bastón”¹⁸.

El capítulo V de la constitución de Narbona que conocemos como *De modo exterius exeundi* se estructura en 19 artículos y su referencia serán los apartados de la Regla antes mencionados. Estableciendo una posible división temática de los mismos podríamos demarcar tres grupos de artículos: aquellos referidos a los movimientos de los frailes (Art. 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11, 12, 16, 17), aquellos vinculados a la pobreza de los frailes (Art. 6, 7, 9, 18, 19) y los relacionados a los contactos de los hermanos con la curia papal (Art.13, 14, 15).

Comenzando con el grupo más numeroso, en el primer artículo se establece que hermanos podían circular por el mundo y cómo debían hacerlo. Así se dispone que estos frailes debían ser “juiciosos” y siempre moverse en duplas a pie o –con su debida justificación, como veremos más adelante– a caballo¹⁹. Existen varios testimonios en donde encontramos referencias a estas parejas de socios; por ejemplo, Salimbene menciona que fray Giovanni de Parma envió a un tal fray Esteban con su socio a que se desempeñase como lector del convento de Génova²⁰. Asimismo, aquellos que salieran de los conventos, al regresar estaban obligados a confesar las transgresiones –el uno del otro– cometidas durante el viaje a su guardián²¹. Las confesiones son un elemento importante en este tipo de normativas porque en la mayoría de los casos para pequeñas transgresiones se establece como pena la confesión. En el caso aquí analizado se implementa que si un hermano quiere

¹⁸ RnB XIV, 1.

¹⁹ “Cum regula fratribus, per mundum euntibus, maxime suadeat honestatem, statuimus ut nullus frater mittatur, nisi sit maturus moribus vel cum socio provido et securo”, *Narb.*, V, 1; “Nullus frater vadat pedes nec eques sine fratre, aut sine fratre socio alicubi commoretur”, *Narb.*, V, 5.

²⁰ “Benedicaris tu, fili, quia bene respondisti. Ibis ergo cum fratribus istis, tu et socius tuus, et ego scribam ministro et fratribus illis quod habeant te bene recommendatum”, SALIMBENE DE ADAM - *Cronica I. A. 1168-1249*, p. 432.

²¹ “Teneantur autem fratres exeuntes, in reditu suo, secreto, guardiano suo excessus sus notabiles per obedientiam invicem intimare”, *Narb.*, V, 2.

confesar a otro hermano solo lo puede hacer bajo la condición de luego comunicárselo al guardián²². Las *Explanations* aclaran que se esperaba la confesión de aquellas faltas que pudieran traer “escándalo” a la Orden o a particulares, mientras que si fueran culpas leves y *mediocres* podían absolverse entre ellos²³. Así mismo que los confesores podían absolver faltas que no estuvieran especificadas en la Regla²⁴.

Por otro lado, también se regula el envío de hermanos de sus provincias a otras para que no circulen infundadamente. Así, se instaura en el artículo 3 que los hermanos no deben ser enviados por los ministros provinciales “sin necesidad o utilidad evidente”²⁵ y por esto mismo, en las cartas que llevan como autorización se debía establecer la fecha de regreso. Aquí se hace evidente la necesidad de controlar la circulación que probablemente en las primeras décadas se sucedían sin regulación. Las *Explanations* aportan algunos datos sobre aquello que era considerado “necesario”: implicaría una necesidad notable del lugar desde donde es enviado el fraile, o del lugar a donde es enviado, o de la misma persona²⁶.

Desde 1217 proliferan las provincias en la región italiana y más allá de los Alpes, aunque estas delimitaciones, por muchos años, no fueron rígidas ni muy claras²⁷. Dentro de ellas existen otras circunscripciones con el objetivo de controlar y coordinar mejor las áreas: las custodias dirigidas por el custodio. En las constituciones también se limitan las funciones de los distintos preladados: así, un

²² *Narb.*, V, 2. En torno a esta frase hay una disquisición extensa en las *Explanations* en torno a cuándo debe establecerse la condición: si antes, durante o después de la confesión. “*Explanations constitutionum generalium Narbonensium*”. Ed. Ferdinandus Delorme. *Archivium Franciscanum Historicum* 18 (1925), p. 522.

²³ “[...]et non intelligitur de quibuscumque excessibus, set de talibus, qui possunt in scandalum ordinis vel particularis vergere.”; “[...] si offense fuerit leves et mediocres, sufficit mutua remissio; set, si sint graves vel enormes, non sufficit mutua remissio”, “*Explanations constitutionum generalium Narbonensium*”, p. 521.

²⁴ “Item queritur, utrum confessores fratribus assignati possint absolvere a criminalibus aliis quam determinatis in regula? – Respondeo, quod possunt. “*Explanations constitutionum generalium Narbonensium*”, p. 522.

²⁵ “Et, ut discursus inutilis compescatur, ordinamus quod ministri extra provinciam suam non mittant fratres absque necessitate vel evidenti utilitate, certum es in litteris obediencialibus praefigentes terminum revertendi”, *Narb.*, V, 3.

²⁶ “Respondeo quod excludit inutilitatem et eciam utilitatem nudam, et importat indigenciam notabilem vel domus, de qua frater emittitur, vel ipsius missi vel ipsorum, ad quos mittitur.”, “*Explanations constitutionum generalium Narbonensium*”, p. 522.

²⁷ MERLO, Grado Giovanni – *Nel nome di san Francesco*, p. 75.

custodio no debía enviar hermanos fuera de su custodia ni el guardián más allá de su guardia, excepto que sea oportuno hacerlo por algún tipo de necesidad y siempre se debía establecer un período de tiempo específico. Si alguien transgrediera esto, por cada vez que lo haga, debería ayunar a pan y agua. Por otro lado, los visitantes, también, tenían el deber de examinar cuidadosamente esta situación²⁸.

Respecto a las estadías, la constitución de Narbona sostiene que aquellos frailes que estén en viaje y se encuentren juntos al momento de alojarse o comer debían intentar acercarse a otros frailes de la zona. Además, sentenciaba que quien contraríe esta disposición debía ayunar un día a pan y agua²⁹.

Cuando los hermanos encaraban un viaje se establecía una ruta de conventos por donde podrían moverse. En general a lo largo de un recorrido visitaban varios conventos de la congregación. Fray Salimbene de Parma habría gozado de los placeres de los viajes a lo largo de su vida y habría visitado conventos de muchos lugares³⁰.

Un artículo al que debemos direccionar nuestra atención es el 10. Allí se establece la pena para aquellos frailes que se trasladen de sus conventos o jurisdicciones sin la autorización debida –del ministro provincial o del custodio–. A estos se les debe quitar la capucha y todas las cosas que portasen consigo. La capucha podría ser restituida después de siete días, mientras que el resto sólo en la medida en que el

²⁸ “Custos etiam extra custodiam suam ad ministrum vel alias, et guardianus extra terminum guardianiae suae, fratres non mittant, nisi pro urgenti necessitate vel evidenti utilitate viderint faciendum, praefixo sibi brevi et certo termino revertendi. Et quotienscumque quis contrafecerit praedictorum, totiens ieiunet in pane et aqua. Et super huius constitutionis observantia diligenter a visitoribus inquiratur”, *Narb.*, V, 4.

²⁹ “Fratres, cum in itinere fuerint et ad tempus comedendi vel hospitandi pervenerint, ad fratres veniant, nisi manifesta necessitate impediatur. Et si quis contra hoc fecerit, una die tantum in pane et aqua iciunet.”, *Narb.*, V, 8.

³⁰ Ingresado a la Orden en el año 1238, vivió del 1239 al 1241 en Lucca, del 1241 al 1243 en Siena, y en Pisa hasta 1247. Permaneció también en Cremona, Parma y Francia (donde habría visitado muchas ciudades). ROSSI, Berardo - “Fra Salimbene de Adam da Parma”. In ROSSI, Berardo - *Cronaca*. Boloña: Radio Tau, 1987, pp. 9-43. A lo largo de la obra de Salimbene podemos rastrear referencias a sus viajes. Es el caso de su traslado del convento de Montefalcone a Reggio que le permite presenciar los desórdenes de la ciudad: “Et ego habitabam in loco fratrum Minorum de Monte Falconis, et illa die ivi Regium et intravi civitatem et vidi hec omnia oculis meis, quia tota die circuivi per civitatem illam, dum hec omnia fierent...”, SALIMBENE DE ADAM – *Cronica II. A. 1250-1287*. Ed. Giuseppe Scalia. Turnhout: Brepols, 1999, p. 918.

consejo de discretos lo considere pertinente³¹. Un caso extensamente conocido para la historiografía franciscana es el traslado de un *frater laicus indignatus* desde su convento en Italia hacia Oriente en búsqueda de Francisco con el objetivo de advertirle sobre las dificultades que atravesaba la Orden en la península como consecuencia de su ausencia (c. 1220). Este movimiento lo habría realizado, según Jordán de Giano, de manera independiente y sin autorización de los vicarios de la región³². Al llegar, lo primero que habría hecho el fraile sería pedir perdón por haber viajado sin permiso y, luego, explicar sus razones³³. A partir de esta noticia queda en evidencia que el control y aprobación de los movimientos de los frailes por parte de los custodios y ministros se hallaba presente desde los primeros tiempos. Es probable que la sistematización haya llegado a las constituciones posteriores a 1220, de hecho, este artículo es rastreable en las *Praenarbonenses*.

El mismo castigo debía aplicarse a aquellos frailes que se trasladan sin un compañero (ya sea a pie o a caballo), o a quienes porten pecunia que era definida, según la misma constitución, no solo como dinero sino también como cualquier cosa que se recibiera para ser vendida³⁴. Asimismo, a aquellos que lleven consigo un *bursarium*. Si el guardián no hiciese cumplir dichos mandamientos, debería él mismo ayunar por tres días a pan y agua³⁵.

³¹ "Fratribus, sine obedientia vel sine testimonialibus litteris sui provincialis ministri, extra suam administrationem, vel custodis, extra suam custodiam, euntibus, caputia et omnia quae portant auferantur, et non reddantur nisi in casu excusabili de consilio discretorum. Caputium tamen post diem septimum possit reddi.", *Narb.*, V, 10. El consejo de discretos es un órgano de gobierno de la Orden. En las constituciones se los menciona en reiteradas ocasiones como asesores de los ministros provinciales que eran elegidos de igual manera en el capítulo provincial. DALARUN, Jacques – *Francesco d'Assisi. Il potere in questione e la questione del potere*. Milano: Biblioteca Franciscana, 1999, pp. 90-91.

³² "quidam frater laicus indignatus, assumptis secum illis constitutionibus, sine licentia vicariorum transfretavit", IORDANI A IANO – *Chronica*. Analecta Franciscana, Grottaferrata: Quaracchi, 1885, pp. 4-5. Los vicarios mencionados serían: Matteo de Narni y Gregorio de Napoli. Para la situación conflictiva en ausencia de Francisco véase: MERLO, Grado Giovanni – *Nel nome di san Francesco*, pp. 34-36; MERLO, Giovanni Grado - *Frate Francesco*. Bologna: Il Mulino, 2013, pp. 83-86.

³³ "Et ad beatum Franciscum veniens inprimis culpam suam coram ipso dixit, veniam petens super eo, quod ad ipsum sine licentia accessisset...", IORDANI A IANO – *Chronica*, p. 5.

³⁴ "Et dicimus pecuniam non solum denarios, sed rem quamlibet quae accipitur ut vendatur. Et si forte aliqua ibi poneretur, nullo modo convertatur in usum fratrum.", *Narb.*, III, 2.

³⁵ "Idem fiat fratri eunti sine socio, sive eques iverit sive pedes. Hoc idem fiat ei qui portat pecuniam alicuius vel bursarium secum ducit. Quod si guardianus vel eius vicarius poenam istam sic euntibus non inferret, tribus diebus in pane tantum et aqua ieiunet", *Narb.*, V, 11.

Volviendo a la punición, la túnica sin capucha, según la Regla, la utilizaban los novicios de la Orden³⁶; el hábito común marcaba su ingreso a la comunidad y su expoliación la separación de la misma³⁷. Dicha pena de supresión la hallamos en la crónica de Tomás de Eccleston, en donde describe como el visitador de Gloucester le prohíbe la capucha (*capucium auferret*) a un fraile por haber sido desobediente y decorado un púlpito³⁸. Dicho castigo también podemos rastrearlo en las hagiografías de Francisco: según Tomás de Celano, el santo frente al mal accionar de uno de sus hermanos mandó que se arroje su capucha al fuego como castigo ejemplar³⁹.

Todos aquellos que pertenezcan a una congregación religiosa deben intentar evitar el escándalo, el cual se vincula con la turbación del orden público y la laceración de la imagen “de los hombres religiosos” frente a la sociedad⁴⁰. Es así que el artículo 12 establece que los frailes no podían circular con escritos o ideas que puedan producirlo. Si lo hicieran conscientemente, debían ser castigados con la capucha de prueba y otra pena que se delegaba a juicio de los ministros en relación a la falta cometida⁴¹.

La capucha de prueba como punición se hace presente para castigar a aquellos que generen escándalo, es una marca simbólica y visual sobre los que realizaban ciertas transgresiones. La portación de esta se constituía como una desacreditación del oficio y de la identidad. No tenemos en claro la forma de la misma, solo podemos deducir a partir de las fuentes que de alguna forma se diferenciaba de la habitual⁴².

³⁶ Rb, II: para los novicios, “...dos tunicas sine caputio et cingulum, et braccas et caparonem usque ad cingulum...”.

³⁷ AUGÉ, Matias – *L’abito religioso. Studio storico e psico-sociologico dell’abbigliamento religioso*. Roma: Istituto di teología della Vita Religiosa, 1977, pp. 108-115.

³⁸ TOMÁS DE ECCLESTON – “De adventu fratrum minorum in Angliam”. In *Rerum britannicarum Medii Aevi scriptoris*. London, 1858, p. 29.

³⁹ 2C, CXIV, 154 y LM, VI,11.

⁴⁰ Según Guy Geltner se relaciona también con el concepto de “esfera pública”. GELTNER, Guy – *The making of medieval antifraternalism. Polemic, violence, deviance and remembrance*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 97.

⁴¹ “Fratres nihil portent in verbis vel scriptis, quod possit redundare in scandalum aliquorum. Et scienter contrarium facientes probationis caputio et poena alia puniantur arbitrio ministrorum secundum qualitatem delicti.”, *Narb.*, V, 12.

⁴² Salimbene sostiene que era un castigo férreo y, en el caso de Elías, un abuso de fuerza. Sobre este castigo: CASTILLO, María Paula – “Legislar los conflictos fraternos en la Orden de los Frailes Menores”, pp. 201-204

Sabemos que el artículo tuvo un antecedente en las *Praenarbonenses*. Mas, ¿cuáles serían los escritos –o ideas– que para 1260 podrían ser considerados escandalosos? En principio podríamos pensar en las vidas anteriores a la del ministro general que habían sido prohibidas pero que siguieron circulando, apropiándose y proliferando entre la comunidad⁴³. También podría pensarse en los escritos vinculados a las teorías joaquiníatas, como el *Liber introductorius in evangelium eternum* de Gerardo de Borgo san Donnino que fue condenado en reiteradas ocasiones por la investidura papal⁴⁴.

En determinados casos la constitución también establece que aquellos frailes que debían trasladarse de sus provincias por *manifestam necessitatem* y en gran número debían ser recibidos por los ministros de otras provincias hasta el siguiente capítulo general. Sin embargo, si no existiese una necesidad manifiesta, entonces, los ministros no debían enviar a nadie si no estuvieran seguros de que podrían acogerlos en el lugar. Si alguien fuese enviado de otro modo, no debían recibirlo⁴⁵. Podemos inducir que el movimiento de los frailes muchas veces no estaba organizado y que en ocasiones llegaban a provincias en donde los ministros no podían garantizar su locación en alguno de los conventos. Por otro lado, en las *Deffinitiones* también observamos que se reitera el pedido a los ministros provinciales de no encomendar la recepción de hermanos fuera de su provincia – exceptuando los casos de viajes por estudios⁴⁶.

⁴³ Pensamos en la llamada Leyenda de los *Tres Compañeros*, el *Anónimo de Perusa* o la *Compilación de Asís*.

⁴⁴ Con los protocolos de Agnani elaborados por una comisión cardenalicia y, luego, con la condena papal con la bula *Libellum quodam* del 23 de octubre de 1255 en la que se ordenó, bajo pena de excomunión, la destrucción del *Liber* y las *schedulae* que lo acompañaban. Un año después se repetirá la prohibición, dato que nos permite inferir que había sido acatado limitadamente. Véase: VAIANI, Cesare – “Il gioachimismo di Giovanni da Parma”. In MELLI, Maria; CACCIOTTI, Alvaro (eds.) - *Giovanni da Parma e la grande speranza. Atti del III Convegno storico di Greccio*. Milano: Biblioteca Francescana, 2008, pp. 61-99.

⁴⁵ “Si contingat fratres alicuius provincia incurrere manifestam necessitatem exeundi a locis suis in tanta multitudine, quod in cadem provincia non possent aliquatenus sustentari, teneantur vicini ministri si exeuntes in suis provinciis collocare, dummodo ipsi per sui ministri litteras transmittantur, facientes de eorumdem fratrum gravamine mentionem; salvo tamen remedio per proximum sequens general capitulum apponendo. Si autem huiusmodi constitutionis necessitas non affuerit, nullus mittat fratres ad aliquem ministrum, nisi sibi prius constiterit de voluntate illius ministri quod velit eos sponte in sua provincia collocare. Et, si quis aliter missus fuerit, non recipiatur.”, *Narb.*, V, 16.

⁴⁶ “Deffinitiones Capituli generalis Narbonensis a. 1260”, p. 503.

Una práctica que parece haber suscitado complicaciones fue el traslado de hermanos que eran considerados “complicados” a otras provincias. Sabemos que en reiteradas ocasiones, las instituciones eclesiásticas tendieron a utilizar este recurso con el objetivo de apaciguar alguna situación en particular. Esto no solo se daba dentro de la Orden sino entre diversas congregaciones⁴⁷. En el artículo 17 del capítulo V de la constitución de Narbona se regula este tipo de traslados: si se debía cambiar de provincia a un fraile problemático o peligroso, debía ser avisado con antelación al responsable de la otra provincia para que esté preparado⁴⁸. El mismo cuidado debía tener el ministro general a la hora de establecer estos movimientos. Nuevamente, estamos frente a un apartado que encontramos embrionariamente en las *Praenarbonenses*, elemento que direcciona a pensar que esto efectivamente era una práctica habitual en los primeros tiempos de la *religio*.

Los debates en torno a la humildad y la pobreza atravesaron la congregación desde los tiempos de Francisco. Cada momento tuvo características disímiles en este aspecto ya que las circunstancias y los actores históricos se fueron modificando⁴⁹. Los artículos referidos a este asunto son aquellos que aluden a los modos de movimiento de los frailes: el uso de caballos y carros y el traslado de pecunia. Así, el artículo 6 establece que los frailes no deben desplazarse con esta: *Nullus etiam frater in via portet nec alibi pecuniam alicuius*⁵⁰. Quien contradiga esto deberá realizar tres días de ayuno a pan y agua. Asimismo, se prohíbe que se manejen por las calles con

⁴⁷ Es el caso, por ejemplo, de fray Ubertino de Casale que termina incorporándose a la Orden Benedictina.

⁴⁸ “*fratrem onerosum et periculosum transferri de una provincia ad aliam provinciam ad morandum, teneatur firmiter minister, de cuius provincia egreditur, significare ministro, ad quem mittitur, periculosas condiciones illius, ut eidem, sicut expedit, caveatur*”, *Narb.*, V, 17.

⁴⁹ No es nuestra intención abordar este asunto en términos teóricos, sino limitarnos al estudio concreto del control establecido en la constitución y en particular vinculado con la vida exterior. Véase inicialmente: CAPITANI, Ovidio (ed.) – *La concezione della povertà nel Medioevo*. Bologna: Pàtron, 1974; TODSCHINI, Giacomo – *Ricchezza francescana. Dalla povertà volontaria alla società di mercato*. Bologna: Il Mulino, 2004; MICCOLI, Giovanni – *Francesco d’Assisi. Realtà e memoria di un’esperienza cristiana*. Torino: Einaudi, 1991; VAUCHEZ, André – *Francesco d’Assisi*. Torino: Einaudi, 2010.

⁵⁰ Esto iría de la mano con la prohibición de pedir limosna en la vía pública, establecida en el capítulo de III, 6 de Narbona y con antecedentes en las *Praenarbonenses*: “*Item, fratres, qui morantur in locis, pecuniam a transeuntibus non petant nec peti faciant. Licet tamen panem et vinum humiliter petere*”, *Narb.*, III, 6. Según las *Explanations* de la constitución de Narbona, esto refiere a que no podían solicitar limosna aquellos que se encontraban en viaje o en tránsito por esos lugares. “*quod non intelligitur de indigenis transeuntibus per plateas civitatis, set de advenis transeuntibus per terram de loco ad locum*”, “*Explanations constitutionum generalium Narbonensium*”, p. 517.

un *frater bursarium* o un *puerum saecularem* que lleve el dinero en su lugar. Quien haga lo contrario, por cada transgresión, la normativa establece un día de ayuno a pan y agua⁵¹. La figura *bursario* es conocida en el Medioevo, en general se refería a un religioso que se encargaba de las finanzas de un monasterio; era esencialmente un oficio monástico⁵².

Hasta aquí se hizo presente en varias oportunidades un tipo de pena que merece un comentario más extendido: el ayuno a pan y agua. Esta era una práctica penitencial usual en las congregaciones religiosas del período; en algunas de ellas el ayuno acompañaba la pena de encierro⁵³. El mismo Francisco la adoptaba frecuentemente: en la llamada *Legenda Maior*, Buenaventura relata cómo el santo de Asís redactó la Regla bulada mientras practicaba el ayuno⁵⁴. Sin embargo, en los escritos de Francisco no encontramos la utilización de este recurso como dispositivo punitivo, es probable que su incorporación se deba al contacto con otras reglamentaciones religiosas. Así, es habitual en las reglas monásticas de oriente la imposición de la expulsión –temporal– y el ayuno a pan y agua para determinadas faltas⁵⁵.

Respecto a la pobreza encontramos innumerables alusiones: en esta misma biografía, el doctor seráfico sostiene que Francisco solo admitía en su Orden a aquellos que habían renunciado a la propiedad y no tenían nada para sí mismos⁵⁶; buscando evitar el escándalo. Es bien conocida la historia que fray Tomás de Celano recolecta en su segunda vida en donde el dinero mutó en serpiente saliendo de una bolsa con dinero que habían encontrado en la calle Francisco y un hermano quien se habría visto tentado a tomarla⁵⁷.

⁵¹ “Inhibemus districte ut nullus frater bursarium secum ducat in via nec puerum saecularem qui portet pecuniam propter ipsum. Et si quis contrafecerit, pro qualibet refectioe, ab ipso recepta, semel ieiunet in pane tantum et aqua.”, *Narb.*, V, 7.

⁵² DU CANGE – *Glossarum media et infimae latinitatis*. Augm. Niort (ed.). L. Favre, 1883-1887, t. 1, col 790a.

⁵³ ROCCA, Giancarlo; PELLICCIA, Guerrino – *Dizionario degli istituti di perfezione*. Roma: Paoline, 1975, t. II.

⁵⁴ LM IV, 11.

⁵⁵ ROCCA, Giancarlo; PELLICCIA, Guerrino – *Dizionario degli istituti di perfezione*; BIANCHI, Enzo, *Regole monastiche d'Occidente*.

⁵⁶ LM VII, 3.

⁵⁷ 2C, 68.

En la constitución se fija que los frailes que se encuentran en viaje, no debían procurarse nada en los lugares en donde moraban salvo que tengan autorización del guardián o del custodio. A los primeros debían obedecerles todo el tiempo que permanezcan en su convento y si cometieran faltas durante ese período debían ser corregidos por los mismos⁵⁸.

Respecto a las transgresiones como moverse en caballo, que ya están presentes en la Regla, la constitución ordena que cada vez que algún hermano sin una necesidad manifiesta utilice este medio, la misma cantidad de veces debía hacer ayuno de pan y agua, *sedens in terra coram fratribus*⁵⁹. Esto mismo se implantaba en relación con los carros. Si los superiores incurrían en esto, debían ser castigados por los visitantes y debían denunciarse en los capítulos generales⁶⁰. Aquí queda marcada la direccionalidad de la vigilancia: los visitantes tenían un rol central en la supervisión sobre estas situaciones y actores. La práctica disciplinar de sentar en el piso al culpable aparece en reiteradas ocasiones en las fuentes narrativas, una de ellas en la crónica de Jordán de Giano que relata como fray Nicolás, tercer custodio de Sajonia, cuando imponía un castigo de sentarse en la tierra por cualquier transgresión, acompañaba al fraile humildemente⁶¹.

⁵⁸ "Fratres, transeuntes per viam, nihil acquirant in terris, in quibus morantur fratres per quos transitum fecerint, nisi de licentia custodis vel guardiani. Et obediant eis quamdiu morantur ibidem; et de manifestis offensis, quas faciunt, eorumdem correctioni subiaceant", *Narb.*, V, 9.

⁵⁹ "Item, cum regula dicat quod fratres non debeant equitare, nisi manifesta necessitate vel infirmitate cogantur, ordinamus quod quotienscumque aliquis equitaverit, totiens in pane tantum et aqua ieiunet sedens in terra coram fratribus, nisi cuius causa et necessitas fuerit sufficienter iudicata per praelatum cum consilio discretorum". *Narb.*, V, 18.

⁶⁰ "Idem dicimus de carrucis. Et, si praelati in hoc fuerint culpabiles, per visitatores acrius puniantur. Et nihilominus ministratores et ministri culpabiles per eosdem visitatores denuntientur capitulo generali", *Narb.*, V, 19. Es significativo señalar que en las *Explanationes* de la constitución se plantean varios interrogantes con sus respectivas respuestas respecto al uso de los carros en casos de necesidad. Las consultas derivan en aclaraciones como: que si los prelados no tuvieran un superior cerca podían auto-juzgar la necesidad de viajar en carros y luego comunicarlo al consejo de discretos; que no era la misma culpa que moverse en caballo; que los frailes que estuvieran de viaje podían juzgar el caso de necesidad entre ellos pero luego debían someterse al juicio de los prelados y los discretos; que en el caso de que el camino sea muy extenso y sin posibilidad de paradas se podían utilizarlos si surgiera de manera espontánea (y no premeditada); que sería difícilmente punible la utilización de carros para atravesar agua o pantanos; que en el caso de que uno dude sobre la utilización del carro y el otro no, y este último se viera obligado a viajar con su compañero, no debería sufrir la punición. "Explanationes constitutionum generalium Narbonensium", pp. 523-524.

⁶¹ "Et si fratri pro culpa sua super terram aut disciplinam imponebat, eandem poenitentiam eum ipso humillimus exsolvebat", IORDANI A IANO – *Chronica*, p. 15.

Uno de los ejes que potencialmente habría sido conflictivo entre fray Elías y el resto de los hermanos era la utilización de caballos para sus traslados. Según Tomás de Eccleston, que relata la destitución de ministro general, este habría argumentado que los hermanos se escandalizaban de dicha situación, mas cuando había asumido, los frailes habían acordado con él que podía “alimentarse bien y utilizar un caballo para sus viajes, si su mala salud lo hiciese necesario”⁶². En el *Liber de Prelatus*, Salimbene desarrolla las culpas del ministro y sostiene que quería vivir de manera lujosa y siempre andaba a caballo ya sea para ir a una iglesia lejana o cercana⁶³. Es factible que, por esto mismo, el asunto de los traslados a caballo estuviera tan presente en la constitución de Narbona.

Otro asunto que preocupaba a la dirigencia de la Orden eran los contactos con la curia producto de estos desplazamientos. Los artículos 13, 14 y 15 regulan estas situaciones. El primero de los ellos prohíbe que los frailes se presenten ante la curia papal sin autorización del ministro general. Si lo hiciesen debían ser rápidamente expulsados de la curia por medio de los procuradores de la Orden⁶⁴. Asimismo, se establece que los frailes no debían presentarse ante el ministro general excepto debido a un caso difícil o una cuestión urgente⁶⁵. Por otro lado, se prohíbe a los frailes que pidan privilegios a Papa para obtener lugares sin la autorización del ministro general⁶⁶.

El acceso a la curia papal y la concesión de privilegios por parte de la misma preocupó al propio Francisco en los inicios de la *fraternitas* (incluso, este pasaje podemos rastrearlo fragmentariamente en las *Praenarbonenses* y la prohibición

⁶² TOMÁS DE ECCLESTON - "De adventu fratrum minorum in Angliam", p. 46.

⁶³ "Porro septimus defectus fratris Helye fuit quia nimis volebat splendide et delitiose et pompaticè vivere. [...] Et habebat palafrédos pingues et quadratos; et semper ibat eques, etiam si transibat ab una ecclesia ad aliam per dimidium miliare, faciens contra regulam, que dicit quod fratres Minores «non debeant equitare, nisi manifesta necessitate vel infirmitate cogantur». [...] Item specialem coquum habebat in conventu Assisii, fratrem Bartholomeum Paduanum, quem vidi et cognovi, qui cibos delicatissimos faciebat.", SALIMBENE DE ADAM – *Cronica I. A. 1168-1249*, p. 231.

⁶⁴ "Nullus frater ad curiam domini papae vadat vel mittat fratrem absque licentia generalis ministri. Quod si aliter iverint aliqui, statim per procuratores ordinis de curia expellantur et de negotiis eorum se nullatenus intromittant", *Narb.*, V, 13.

⁶⁵ "Item, ad generalem ministrum non mittatur pro licentia impetranda, nisi ardua causa vel urgens necessitas hoc requiratur", *Narb.*, V, 14.

⁶⁶ "Inhibemus districtè quod nullus frater impetret per se vel per alium litteras a domino papa, pro loco aliquo obtinendo, sine generalis ministri licentia speciali", *Narb.*, V, 16.

también está presente en el testamento de Francisco⁶⁷). Así, en la crónica de Jordán de Giano encontramos una referencia que podría ser representativa en este sentido: en la crisis producto de la ausencia de Francisco ya mencionada⁶⁸, uno de los conflictos habría estado protagonizado por fray Filippo⁶⁹, visitador de las hermanas clarisas, quien habría pedido y obtenido la autorización de la Sede Apostólica para defender a las hermanas y excomulgar a quienes las molestaran⁷⁰. Lo mismo habría sucedido con fray Juan de Compello, quien luego de reunir a un grupo de “leprosos, hombres y mujeres” se separó de la Orden y quiso fundar una nueva, presentándose ante la Sede Apostólica⁷¹. Es dable pensar que la forma embrionaria de la congregación haya habilitado el surgimiento de estas corrientes exógenas que buscaban autorización de la Iglesia. En la medida que la Orden creciera cuantitativamente sería de relevancia reforzar estas prohibiciones.

Comentarios finales

Para sintetizar, analizamos el capítulo V de las constituciones de Narbona de 1260, la sistematización impulsada por fray Buenaventura de Bagnoregio que tenía antecedentes en las llamadas *Praenarbonenses* pero que el ministro ordenó de manera más taxonómica y, probablemente, amplió. Dicho apartado se avocaba a la regulación de la vida de la salida de los frailes fuera de la espacialidad conventual y se dedicaba a controlar sus movimientos. A propósito de esto, distinguimos tres asuntos esenciales en esta normativa: la pobreza, los traslados en sí mismos y los contactos con agentes externos de la Orden –curia papal–.

⁶⁷ “Praecipio firmiter per obedientiam fratribus universis ut ubicumque sunt non audeant petere aliquam litte ram in curia romana per se, nec per interpositam personam, neque pro ecclesia, neque pro aliquo loco, neque sub specie praedicationis, neque pro persecutione suorum corporum”, *Tes.*, 25.

⁶⁸ MERLO, Grado Giovanni – *Nel nome di san Francesco*; MICCOLI, Giovanni - *I primi centi anni di storia francescana*. Milano: San Paolo, 2004.

⁶⁹ 1C XXV.

⁷⁰ “Nam frater Philippus, qui erat zelator dominarum pauperum, contra voluntatem beati Francisci, qui omnia per humilitatem maluit vincere quam per iudicii potestatem, impetravit litteras a Sede apostolica, quibus dominas defenderet et turbatores earum excommunicaret...”, IORDANI A IANO – *Chronica*, p. 5.

⁷¹ “Similiter et frater Iohannes de Conpello, collecta magna multitudine leprosorum et virorum, et mulierum, Ordini se subtraxit et fundator novi Ordinis esse voluit. Regulam quandam conscripsit et pro ipsa confirmanda se cum suis Sedi apostolicae praesentavit”, IORDANI A IANO – *Chronica*, p. 5.

Las pautas de conducta que se establecen abarcan desde quiénes podían ser trasladados, los frailes juiciosos con socios prudentes (art. 1), y quiénes debían serlo con reparos, como los frailes molestos o peligrosos (art. 17); hasta los modos de traslado: la utilización de caballos o carros, los viajes con socios, la actividad de los frailes en las provincias ajenas, con quiénes podían reunirse y con quiénes no, entre otros. Esto tiene más sentido aun cuando pensamos en la labor anti-heterodoxa que la Orden tuvo que afrontar y con la necesidad de mantener controlada la “imagen” que proyectaba al mundo. Asimismo, se regulan las injerencias jurisdiccionales de los diferentes superiores de la Orden: los visitadores debían controlar a los guardianes y a los custodios en relación a la implementación de estos traslados (art. 16, 17, 19, etc.).

Por otro lado, también se disponían las puciones en caso infringir las normas. Del estudio podemos inducir que las penas con más preponderancia son la eliminación de la capucha del vestido religioso y la utilización de la capucha de prueba, ambas se implementan para las transgresiones más significativas: que un fraile viaje sin autorización de sus superiores (art. 10); que se traslade sin un socio o portando pecunia (art. 11); asimismo, que lleve consigo algún escrito que pudiese generar escándalo (art. 12). Para el resto de las transgresiones se aplica el tradicional ayuno a pan y agua en diferentes medidas proporcionalmente a la culpa cometida.

En muchos casos pudimos apreciar cómo la expresión de dichas normas armonizaba con la realidad histórica contextual en la cual se condensó dicha normativa. Así, la aplicación de penas severas a determinados comportamientos denota la necesidad de regular el accionar de los frailes fuera de los espacios habituales de control de los ministros y de uniformar la conducta de los mismos en el pasaje del convento y al mundo.

Referencias Bibliográficas

Fuentes

Constitutiones generales Ordinis fratrum Minorum, I. (Saeculum XIII). Eds. Cesare Cenci; Georges Mailleux. Analecta Franciscana. Grottaferrata: Quaracchi, 2007.

“Deffinitiones Capituli generalis Narbonensis a. 1260”. Ed. Ferdinandus Delorme. *Archivium Franciscanum Historicum* 3 (1910), pp. 502-504.

“Explanationes constitutionum generalium Narbonensium”. Ed. Ferdinandus Delorme. *Archivium Franciscanum Historicum* 18 (1925), pp. 511-524.

Fontes Franciscani. Eds. Enrico Menestò; Stefano Brufani. Assisi: Porziuncola, 1995.

IODANI A IANO – *Chronica*. Analecta Francescana, Grottaferrata: Quaracchi, 1885.

SALIMBENE DE ADAM – *Cronica I. A. 1168-1249*. Ed. Guiseppe Scalia. Turnhout: Brepols, 1998.

SALIMBENE DE ADAM – *Cronica II. A. 1250-1287*. Ed. Giuseppe Scalia. Turnhout: Brepols, 1999.

TOMÁS DE ECCLESTON – “De adventu fratrum minorum in Angliam”. In *Rerum britannicarum Medi Aevi scriptoris*. London, 1858.

Estudios

AUGÉ, Matias – *L'abito religioso. Studio storico e psico-sociologico dell'abbigliamento religioso*. Roma: Istituto di teología della Vita Religiosa, 1977.

BERTAZZO, Luciano – “Les constitutiones de Narbonne”, 1260-2010: 750 anniversaire des constitutions de Narbonne. *Etudes Franciscaines* 4 (2011), pp. 281-292.

BIANCHI, Enzo – *Regole monastiche d'Occidente*. Torino: Einaudi, 2001.

CANETTI, Luigi – “I frati predicatori nel duecento”. In *Quaderni di storia religiosa* 3 (1996), pp. 9-51.

CAPITANI, Ovidio (ed.) – *La concezione della povertà nel Medioevo*. Bologna: Pàtron, 1974.

CASTILLO, María Paula – “Legislar los conflictos fraternos en la orden de los frailes menores. Siglo XIII-inicios del XIV”. *Franciscan Studies* 78 (2020), pp. 189-236.

DA CAMPAGNOLA, Stanislao – “Gli Opuscula di francesco d'Assisi”. In *Fontes franciscani. Introduzioni critiche*. Assisi: Porziuncola, 1997, pp. 1-22.

DALARUN, Jacques – *Francesco d'Assisi. Il potere in questione e la questione del potere*. Milano: Biblioteca Francescana, 1999.

DALARUN, Jacques – “La Règle et les constitutions jusqu'a` Bonaventure”. In *La Regola dei frati Minori. Atti del XXXVII Convegno internazionale di Studi Franciscani e del Centro interuniversitario di studi franciscani Assisi 8-10 ottobre 2009*. Spoleto: Centro italiano di Studi sull' Alto Medioevo, 2010, pp. 213-267.

DESBONNETS, Théophile – *Dalla intuizione alla istituzione*. Milano: Biblioteca Franciscana, 1986.

DOLSO, Maria Teresa – *Gli ordini mendicanti. Il secolo delle origini*. Roma: Carocci, 2021.

ETZI, Priamo – *Iuridica Franciscana. Percorsi monografici di storia della legislazione dei tre Ordini francescani*. Padova: Messaggero, 2005.

GELTNER, Guy – *The making of medieval antifraternalism. Polemic, violence, deviance and remembrance*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

JOHNSON, Timothy – “Ground to dust for the purity of the order. Pastoral power, Punishment and minorite identity in the Narbonne Enclousure”. *Franciscan Studies* 64 (2006), pp. 293-318.

MARANESI, Pietro – “Regola e le costituzioni del primo secolo francescano: due testi giuridici per una identità in cammino”. In *La regola dei frati minori. Atti del XXXVII del Convegno internazionale della Società internazionale di studi francescani e del Centro interuniversitario di studi francescani. Assisi 8-10 ottobre 2009*. Spoleto: Centro italiano di Studi sull’ Alto Medioevo, 2010, pp. 269-318.

MELLI, Maria; CACCIOTTI, Alvaro (eds.) – *Giovanni da Parma e la grande speranza. Atti del III Convegno storico di Greccio*. Milano: Biblioteca Franciscana, 2008.

MERLO, Giovanni Grado – *Tra eremo e città. Studi su Francesco d’Assisi e sul francescanesimo medievale*. Assisi: Porziuncola, 1991.

MERLO, Giovanni Grado – “Una Chiesa francescanizzata?”. In *Frate Francesco. Rivista de cultura francescana* 72 (2006), pp. 338-342.

MERLO, Grado Giovanni – *Nel nome di san Francesco. Storia dei frati Minori e del francescanesimo sino agli inizi del XVI secolo*. Padova: Editrici Franciscane, 2012.

MICCOLI, Giovanni – *Francesco d’Assisi. Realtà e memoria di un’esperienza cristiana*. Torino: Einaudi, 1991.

MICCOLI, Giovanni – *I primi centi anni di storia francescana*. Milano: San Paolo, 2004.

MICCOLI, Giovanni – *Francesco d’Assisi e l’Ordine dei Minori*. Milano: Biblioteca Franciscana, 2009.

PAOLAZZI, Carlo – “Introduzione. Scritti di Francesco d’Assisi”, *Fonti Franciscane*. Padova: Editrici Franciscane, 2011, pp. 27-46.

ROHRKASTEN, Jens – “Franciscan legislation from Buenaventure to the end of the thirteenth century”. In ANDENNA, Cristina; MELVILLE, Gert (eds.) – *Regulae-Consuetudines-Statuta. Studi sulle fonti normative degli ordini religiosi nei secoli*

centrali del Medioevo. Münster: Abhandlungen, 25, 2005, pp. 443-500.

RUSCONI, Roberto – “Frate Francesco e i suoi scritti”. In *Scritti*. Milano: Editrice Francescane, 2002, pp. 1-37.

RUSCONI, Roberto – “La formulazione delle regole minoritiche nel primo quarto del secolo XIII”. In ANDENNA, Cristina; MELVILLE, Gert (eds.) – *Regulae-Consuetudines-Statuta. Studi sulle fonti normative degli ordini religiosi nei secoli centrali del Medioevo*. Münster: Abhandlungen, 25, 2005, pp. 461-481.

SAN BUENAVENTURA – *Opera Omnia*. Roma: Quaracchi, 1898, pp. 468-469.

TODESCHINI, Giacomo – *Ricchezza francescana. Dalla povertà volontaria alla società di mercato*. Bologna: Il Mulino, 2004.

VAIANI, Cesare – “Il gioachimismo di Giovanni da Parma”. In MELLI, Maria; CACCIOTTI, Alvaro (eds.) – *Giovanni da Parma e la grande speranza. Atti del III Convegno storico di Greccio*. Milano: Biblioteca Franciscana, 2008, pp. 61-99.

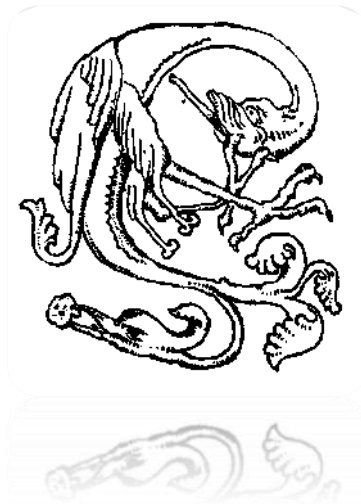
VAUCHEZ, André – *Francesco d’Assisi e gli Ordini mendicanti*. Assisi: Porziuncola, 2005.

VAUCHEZ, André – *Francesco d’Assisi*. Torino: Einaudi, 2010.

WAGNER, Elmar – *Historia constitutionum generalium Ordinis fratrum Minorum*. Roma: Pontificium Athenaeum Antonianum, 1954.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CASTILLO, María Paula – “Del convento al mundo. La normativa en torno al movimiento de los frailes menores hacia 1260”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 403-425. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

RECENSÕES

BOOK REVIEWS



Recensão / Review:

**HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos.*
Edición y studio. Salamanca: Ediciones Universidad, 2021
[2022] (337 pp.)**

Filipe Alves Moreira

Universidade do Porto e Universidade Aberta
Via Panorâmica, s/n
4150-564 Porto, Portugal

gomeseanes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7426-7395>

Data recepção do artigo / Received for publication: 3 de Abril de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7006>



A obra de Manuel Hijano Villegas (Durham University, UK) aqui em apreço resulta da tese de doutoramento do autor, defendida na Universidade de Birmingham em 2005. A tese sofreu, contudo, e como seria de esperar, profundas revisões. O próprio Hijano Villegas reflete sobre isso na “Nota previa”¹. Começando por perguntar “¿Por qué una edición de la *Estoria del fecho de los Godos*?”² – o tipo de pergunta que qualquer editor de textos medievais dificilmente deixará de colocar – M. Hijano faz um rápido e interessante balanço do seu próprio percurso enquanto filólogo e medievalista. A essa pergunta, o jovem Hijano Villegas de 2005 respondeu com o valor da obra no seu contexto cultural e com postulados teóricos da *New Philology* “a los que por entonces era adepto”³. Em relação ao primeiro destes aspetos, esse Hijano Villegas de 2005 via a *Estoria del fecho de los Godos* (EfG) como “un texto clave que condensa y transmite a la modernidad el legado historiográfico de los siglos anteriores”⁴; em relação ao segundo, teremos de intuir as razões concretas, pois o autor não as desenvolve. Recorde-se, muito brevemente, que a “New Philology” foi uma corrente (digamos) dos estudos medievais com raízes francesas, mas oficialmente nascida na academia norte-americana em finais dos anos 80 do século passado. Umbilicalmente ligada ao fenómeno mais vasto do chamado pós-modernismo, adotou as estratégias e a linguagem típicas das vanguardas, consideravelmente “terroristas”. Entre os seus postulados (nem todos necessariamente novos, nem coerentes, como rapidamente foi notado por alguns dos seus oponentes) estava certa fetichização do fenómeno da variação textual e da materialidade concreta dos manuscritos. Não era necessariamente uma visão ahistórica, antihistórica ou excessivamente “formalista” da cultura medieval, mas foi, por vezes, entendida como tal. Não sabemos qual era, exatamente, o entendimento que o jovem Hijano Villegas de 2005 tinha dos postulados desta corrente, mas sabemos o que o Hijano Villegas de 2022 vê na EfG e que, por então, não via: “Lo que he encontrado en los manuscritos, y antes no vi, son las vidas

¹ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos. Edición y estudio*. Salamanca: Ediciones Universidad, 2021, pp. XIII-XV.

² HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XIII.

³ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XIII.

⁴ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XIII.

humanas inscritas en cada uno de sus folios”⁵. Porque – continuam sendo palavras do autor – “me temo que los filólogos tendemos a veces a fetichizar el manuscrito”⁶. O que em 2022 podemos ler será, assim, uma revisão programaticamente menos “formalista” (mais historicizante?) do trabalho original de há mais de 15 anos. Apesar disso, continuamos estando, como indica o título, perante uma “edición y estudio”. A primeira edição produzida de acordo com conceitos modernos da crítica textual, pois o texto estava, até agora, disponível somente numa edição de finais do século XIX (além da versão original da tese de Hijano Villegas).

O estudo é constituído por cinco capítulos, alonga-se por quase cem páginas⁷ e, como nos habituou o autor, é claro, preciso, perspicaz e formalmente muito elegante. O primeiro capítulo intitula-se «La *Estoria del fecho de los Godos*: características generales y contexto» e, em termos gerais, responde à pergunta “O que é a EfG?”. “No se trata de una obra original en la que un “autor” imprimió su huella personal”⁸, é-nos dito – uma afirmação que não sei se o Hijano Villegas de 2005 subscreveu, ou subscreveria –, mas sim de uma espécie de compilação de crónicas e outros textos historiográficos, elaborada talvez nas primeiras décadas do século XV e cujo conteúdo abarca desde o dilúvio e subsequente (re)povoação da Espanha (no sentido medieval de Península Ibérica) até ao reinado de Juan II de Castela e Leão. Quase nada, porém, nesta descrição que acabo de fazer é inteiramente pacífico, como o autor bem demonstra ao longo da extensa introdução. Pelo contrário, e como muitas vezes sucede com a historiografia medieval, estamos perante objeto(s) complexo(s), em que se sobrepõem diferentes camadas num puzzle a que faltam peças.

Desde logo, porque existem duas versões da EfG: uma designada “amplia”, outra chamada, por contraste, a “breve”. A segunda, como o nome indica, tem um texto abreviado, mas ambas têm a mesma estrutura: uma mistura do *Toledano romanzado* (i.e., uma tradução/versão romance da obra de Rodrigo Ximenez de Rada, arcebispo de Toledo, de meados do século XIII) com uma versão da *Estoria de España* de Afonso

⁵ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XIV.

⁶ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XIV.

⁷ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, pp. XIX-CXVII.

⁸ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XV.

X, a que se segue um conjunto formalmente variado de textos que trazem a história da Península Ibérica (ou, melhor dizendo, a história de Castela e Leão, pois que disso realmente se trata) desde o reinado de Fernando III até ao século XV: a *Historia hasta 1288 dialogada* (Fernando III, Afonso X, Sancho IV), *Crónica e Poema de Alfonso XI* (Afonso XI), *Anales antiguos sevillanos* (Pedro I a Juan II) – sendo o reinado de Fernando IV despachado em poucas linhas. Como se não bastasse esta dualidade, ambas estas versões subsistem em numerosos testemunhos, alguns dos quais com importantes especificidades. Desenha-se-nos, assim, mais uma “silva textual”, título de uma das muitas obras que Diego Catalán (1928-2008) dedicou à historiografia medieval ibérica⁹. E não é por acaso que aqui refiro este nome. Facilmente se percebe (e Hijano Villegas, aliás, di-lo claramente) que este estudo da EfG tem como ponto de partida um importante trabalho de Diego Catalán de 1966: “El *Toledano romanzado* y las *Estorias del fecho de los Godos del siglo XV*”¹⁰, o qual foi republicado, com revisões e outro título, em 1992¹¹. Como frequentemente sucedeu (mesmo em relação à historiografia medieval portuguesa), Catalán instituiu, com este artigo, verdadeiramente um “antes” e um “depois”. E uma parte do trabalho de Hijano Villegas consistiu em dialogar com esse marco prévio. São, aliás, visíveis o fascínio e a influência que a obra e a figura de Catalán provocam em Hijano Villegas¹², tal como em outros dos melhores da sua geração, como Francisco Bautista. É de uma espécie de “escola” que falo, no melhor dos sentidos, em que a admiração e a influência não excluem, antes incentivam a inovação e a discordância.

Hijano Villegas aceita as conclusões de Catalán quanto à existência de um arquétipo e à maior proximidade da *Estoria amplia* a esse arquétipo, pressupostos que guiam todo o estudo introdutório. Começa por referir os manuscritos atualmente conhecidos das duas versões da EfG: 10 da *amplia* e 7 da *breve*, além de outros 4 que

⁹ CATALÁN, Diego – *De la silva textual al taller historiográfico alfonsí: códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal, 1997.

¹⁰ CATALÁN, Diego – “El *Toledano romanzado* y las *Estorias del fecho de los Godos del siglo XV*”. In *Estudios dedicados a James Homer Herriott*. Madison: University of Wisconsin, 1966, pp. 9-102.

¹¹ CATALÁN, Diego – “La *Estoria del fecho de los Godos hasta 1407* y sus continuaciones y refundiciones”. In CATALÁN, Diego – *La “Estoria de España” de Alfonso X: creación y evolución*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1992, pp. 231-287.

¹² Diz Hijano, na «nota previa», que “Es obligado mencionar primero a Diego Catalán, con quien solo tuve la suerte de hablar en una ocasión. Es difícil formular la admiración que siento hacia la figura intelectual de este investigador, cuya presencia es patente en cada página de este libro y a cuya memoria está dedicado”: HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XIV.

contêm segmentos mais ou menos extensos da EfG. É de notar que Catalán conhecia somente 7 dos manuscritos autónomos, o que mostra bem como a investigação nestas áreas tem avançado ultimamente. Hijano Villegas mantém, e bem, as siglas já atribuídas a esses sete, criando siglas para os que foram sendo descobertos e identificados em anos mais recentes. Mais de metade de todos estes manuscritos são do século XVI, ou até de épocas posteriores. Não surpreende, mas registre-se. Entre os manuscritos recentemente localizados ou identificados, merece uma menção especial o ms. *Ta*, da Universidade de Manchester, o qual, como ficou demonstrado por Francisco Bautista em estudo de 2016¹³, é nada menos que o célebre (e por muito tempo enigmático) “Suplemento antiguo de pergamino” citado por Juan de Pineda no século XVII¹⁴ e que, com os meios então disponíveis, Catalán recuperou para a investigação, mostrando a sua relevância enquanto compilação historiográfica. A descrição detalhada dos manuscritos aparece no final do estudo introdutório. Antes disso, Hijano Villegas passa sucessivamente em revista as “características generales y contexto”¹⁵, a “estructura y composición”¹⁶ e as “fuentes e modelos textuales”¹⁷.

Recuperando uma célebre definição do historiador e filósofo da história R. G. Collingwood, e desenvolvendo o que já dissera na “Nota previa”, Hijano Villegas caracteriza a EfG como um trabalho de tesouras e cola, isto é, uma amálgama coerente de segmentos textuais mais ou menos extensos provenientes de textos anteriores, sobretudo, como disse, do *Toledano Romanzado* e da *Estoria de España*. Um aspeto interessante é o da diferente atitude assumida pela voz da enunciação da versão ampla e da versão breve da EfG. Enquanto aquela (aparentemente mais próxima do arquétipo) mantém uma atitude constante de “invisibilidad ante sus lectores”¹⁸, esta “exhibe más ambiciones autorales y se dirige al lector en varias ocasiones”¹⁹. Estaremos, portanto, sobretudo no caso da versão ampla, perante “uno de los

¹³ BAUTISTA, Francisco – “Juan de Pineda, la *Crónica Manuelina* y la historiografía post-alfonsí”. *Medievalia* 19/1 (2016), pp. 7-32.

¹⁴ PINEDA, Juan de – *Memorial de la excelente santidad y heroycas virtudes del señor rey don Fernando Tercero*. Sevilla: oficina de Matias Clauio (1627).

¹⁵ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, pp. XIX-XXVIII.

¹⁶ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, pp. XXIX-XLIV.

¹⁷ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, pp. XLV-LX.

¹⁸ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XXIII.

¹⁹ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XXIII.

últimos exponentes”²⁰ da tradição pós-alfonsina, um conjunto de obras de finais do século XIII e do século XIV (entre elas a portuguesa *Crónica Geral de Espanha de 1344*) que têm como ponto de partida a retoma e reelaboração, com mais ou menos inovações, de versões da *Estoria de España*. A caracterização geral da obra completa-se com as coordenadas temporais e espaciais em que surgiu. Não é possível propor-se uma autoria, mas percebe-se que o texto foi elaborado, certamente, na Andaluzia – daí o subtítulo “una crónica andaluza”²¹ de um dos apartados desta parte do estudo introdutório. Supõe-se isso devido à utilização dos tais *Anales sevillanos antiguos* (e da *Historia dialogada*, cujas origens andaluzas, ainda que menos claras, são também defensáveis); pelo facto de os manuscritos íntegros terminarem com uma “adición de Moguer”, isto é, um relato sobre a titularidade e sucessão desse senhorio, com factos ocorridos ca. 1430; e, finalmente (mas com menos valor probatório), pelo facto de a EfG ter sido utilizada, no final do século XV, como fonte por autores associados a terras andaluzas, nomeadamente Pedro de Escavias e o mais famoso Diego de Valera. Mais polémica tem sido a questão da data de composição do texto, mas o facto de investigações recentes terem demonstrado que a referida “adición de Moguer” constava, com bastante probabilidade, do arquétipo da obra, conduz a propor uma datação um pouco mais tardia do que se pensava, por volta da década de 1430. Evidentemente, esse arquétipo poderia ser um manuscrito que tivesse acrescentado por sua conta essa “adición” (por isso Hijano Villegas prefere “dejar la cuestión de la fecha en suspenso”²²), mas entraríamos aí no campo da pura especulação, de modo que os dados disponíveis convergem para essa datação no final do primeiro terço do século XV.

A descrição da estrutura do texto “prescinde de los diversos comportamientos singulares que pueda exhibir tal o cual manuscrito o rama textual”²³ e concentra-se no texto das versões ampla e breve, vistos como testemunhos do arquétipo da EfG. Compreende-se a opção, mas deve alertar-se para a riqueza de alguns desses manuscritos ou ramas textuais da EfG ou com ela aparentados, alguns famosos e polémicos (p. e.x, o manuscrito que foi editado no século XIX, o qual reformula os

²⁰ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XXIII.

²¹ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XXV.

²² HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XXVII.

²³ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. XXIX.

reinados de Pedro I e de Juan II recorrendo a outra tradição historiográfica; Hijano Villegas, avisadamente, inclui a edição desses segmentos desse manuscrito num dos apêndices finais). Guiado por esse princípio, o autor procede a uma rigorosa e detalhada desmontagem do processo de “cola e tesoura”, que permite apreender, a par e passo, a complexa construção do texto com recurso a textos anteriores. Este processo verifica-se, sobretudo, até ao reinado de Fernando III, já que, a partir daí, temos mais uma sucessão de cópias de textos anteriores do que propriamente a elaboração de um novo texto a partir de textos anteriores. Dadas as características desses textos (algo alheios à pujante tradição cronística patrocinada pela monarquia castelhana-leonesa) e a inexistência de testemunhos autónomos da maior parte deles, os manuscritos da EfG oferecem também a particularidade de serem, nesta parte final, sobretudo uma espécie de recolha de tradições historiográficas “alternativas”, com visões “alternativas” da história, situação que Hijano Villegas vai comentando (por exemplo, o retrato mais positivo de Afonso X, ou a escassez de alusões à rainha Maria de Molina, grande protagonista das crónicas “oficiais” de Sancho IV, Fernando IV e, até certo ponto, Afonso XI). No seu conjunto, a obra é, assim, uma curiosa e interessante mescla de “vozes” e modos de contar a história.

Seguem-se a descrição detalhada dos manuscritos conhecidos da EfG ou com ela relacionados, a construção da árvore genealógica dos testemunhos da EfG e os critérios da edição²⁴. O resto do volume I e todo o volume II são ocupados com a edição. Uma curiosidade para os leitores portugueses é que dois dos testemunhos da EfG estão relacionados com Portugal. Um deles está na Biblioteca da Ajuda: o ms. seiscentista 49-XI-31, *Li* de acordo com o sistema de siglas, o qual é um representante da versão breve e é um *descriptus*, cópia de um manuscrito da Biblioteca Nacional de España. O outro é nada menos que o testemunho utilizado como texto-base da edição, o ms. *Bi*, do século XV (ms. 326 Special collections da biblioteca da University of Birmingham). Este códice pertenceu a um português, Jorge Rodrigues da Costa, que, de acordo com uma nota (autógrafa?) o adquiriu em Madrid, em 1607, tendo o códice pertencido, anteriormente, à biblioteca de Juan Fernández de Velasco, V duque de Frías (1550-1613). Este Jorge Rodrigues da Costa

²⁴ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, pp. LXI-CXVII.

tinha especial interesse por matérias históricas. Sei da existência de, pelo menos, um exemplar de uma obra histórica, também em castelhano, que lhe pertenceu: a *Suma de todas las cronicas del mundo llamado en latin Suplmentũ Cronicarum*, impresso em Valencia em 1510 (Número 2326 dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra). Também a edição agora apresentada foi consideravelmente revista em relação à versão original de 2005. Como indica o autor, o projeto inicial “tuvo una inspiración más bedierista que lachmanniana: el deseo de que la edición plasmase el texto de la crónica sin excluir de sus páginas a su testimonio”²⁵. Mas agora, o que se adota é “una política mas intervencionista”²⁶, embora sobretudo do ponto de vista da regularização gráfica, e não tanto perseguindo objetivos reconstrutivos. O que se lê na edição não é, porém, somente o texto de *Bi*, tendo as lacunas e erros mais visíveis deste testemunho sido corrigidas com recurso a outros testemunhos. É de salientar que o aparato desta edição não é, apenas, um aparato editorial em sentido restrito, apresentando, também, e entre outros aspetos, úteis notas justificativas da escolha das lições e indicações das fontes utilizadas pelo texto. Esta edição fornece, assim, e por tudo isto, além de um texto cuidado e cientificamente sustentado, também interessantes motivos de reflexão acerca da teoria e da prática editorial de textos antigos, uma matéria em que, como se vê (e felizmente) não há perspectivas únicas.

Um aspeto que deve também ser relevado neste livro (e notoriamente no estudo introdutório) é o que nele nos surge como resultado do trabalho e da cooperação de um conjunto de pessoas que, *grosso modo*, poderemos caracterizar como uma geração. Ou porque informaram o autor acerca da existência e características deste e daquele manuscrito, ou porque assinam trabalhos aqui citados (alguns com mais que um autor), o leitor depara-se, com relativa frequência, com os nomes de Francisco Bautista, Carmen Benítez, Covadonga Valdaliso, Pablo Saracino e Cristina Moya García, entre outros. Isto mostra a excelente dinâmica que esta geração trouxe ao estudo da historiografia medieval castelhana, claramente ao nível de gerações anteriores como a de Catalán e a dos seus discípulos, também muito citados (e por contraste com o que sucede com o estudo da historiografia medieval portuguesa,

²⁵ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. CXI.

²⁶ HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos*, p. CXII.

que não parece ter conhecido nunca, nem se antecipa que venha a conhecer, este tipo de dinamismo geracional). Porém, meditando nas citações e na bibliografia do livro aqui em apreço, e a menos de lapso meu (bem possível, claro), não encontro ninguém abaixo dos 30/35 anos. Esperemos que isso resulte, somente, do objeto de estudo específico deste livro e que o dinamismo da geração de Hijano Villegas tenha continuadores entre as gerações mais recentes.

Referências bibliográficas

BAUTISTA, Francisco – “Juan de Pineda, la *Crónica Manuelina* y la historiografía post-alfonsí”. *Medievalia* 19:1. 2016, pp. 7-32.

CATALÁN, Diego – “El *Toledano romanizado* y las *Estorias del fecho de los Godos* del siglo XV”. In *Estudios dedicados a James Homer Herriott*. Madison: University of Wisconsin, 1966, pp. 9-102.

CATALÁN, Diego – “La *Estoria del fecho de los Godos hasta 1407* y sus continuaciones y refundiciones”. In CATALÁN, Diego – *La “Estoria de España” de Alfonso X: creación y evolución*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1992, pp. 231-287.

CATALÁN, Diego – *De la silva textual al taller historiográfico alfonsí: códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal, 1997.

HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos. Edición y estudio*. Salamanca: Ediciones Universidad, 2021.

PINEDA, Juan de – *Memorial de la excelente santidad y heroycas virtudes del señor rey don Fernando Tercero*. Sevilla: oficina de Matias Clauio, 1627.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MOREIRA, Filipe Alves – “HIJANO VILLEGAS, Manuel – *Estoria del fecho de los Godos. Edición y estudio*. Salamanca: Ediciones Universidad, 2021 [2022] (337 pp.)”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 429-438. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Recensão / Review:

**PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina –
*Paisajes, espacios y materialidades: Arqueología rural
altomedieval en la península ibérica. Oxford:
Archaeopress, 2022.***

(a) Beatriz González Montes, (b) José Avelino Gutiérrez González

(a) Università di Génova
Dipartimento di Antichità, Filosofia e Storia
16126 Génova, Itália

beatrizglzmontes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0801-7299>

(b) Universidad de Oviedo
Departamento de História, Arqueologia
33011 Oviedo, Asturias, Espanha

avelino@uniovi.es
<https://orcid.org/0000-0002-3717-4229>

Data recepção do artigo / Received for publication: 5 de Maio de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7009>



Entre el 2 y el 14 de mayo de 2019 tuvieron lugar en la población de Castelo de Vide los primeros *Early Medieval Countryside Archaeological Meetings* (EMCAM), cuyos resultados dieron lugar a la monografía aquí reseñada¹. Este encuentro fue planeado para formar parte de un extenso programa de reuniones científicas enfocadas en la alta Edad Media, especialmente en Portugal, pero desde una perspectiva global, buscando estudios comparativos con otros territorios. Así los encuentros sobre mundo rural serían complementados con sendos simposios dedicados a los contextos funerarios y a las ciudades, respectivamente.

El principal objetivo de los EMCAM es la reflexión, el debate y el análisis crítico del mundo rural, en consonancia con el nuevo enfoque que se está produciendo en los estudios medievales en los últimos años, buscando el protagonismo de los espacios y lugares de producción campesina, que en este volumen se funden con trabajos de corte más clásico. El resultado de ello es una simbiosis provechosa, en la que se puede observar cómo unos estudios complementan a otros y cómo muchos de los resultados son muy parejos, aunque con algunas disparidades.

La estructura del libro se divide en cuatro bloques temáticos; el primero de ellos dedicado a cuestiones teóricas y metodológicas, seguido por estudios de arqueología del paisaje en distintos territorios, trabajos sobre la transformación de los espacios y, por último, el apartado más técnico, dedicado a los análisis de la cultura material.

La primera parte arranca con A. Vigil-Escalera, quien, siguiendo con su línea de trabajo habitual, asienta un marco metodológico y reflexivo sobre el poblamiento rural altomedieval, así como del periodo de transición que le antecede. Incide en la variedad de tipologías en los asentamientos, su caracterización y las dificultades

¹ PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022.

para su identificación, a partir de casos estudiados en el centro peninsular². En la misma línea continúa el trabajo de P. López Gómez, S. Rodríguez Pérez y M. Fernández Mier. En él inciden los autores en el papel de la arqueología agraria para la resolución de algunas de estas problemáticas, especialmente las enfocadas en las comunidades campesinas que perduran hasta la actualidad, a través de investigaciones en varias aldeas de la montaña asturiana³. Este bloque temático finaliza con J. A. Quirós Castillo, quien aborda también los interrogantes anteriormente expuestos utilizando como hilo conductor sendas intervenciones arqueológicas en el País Vasco, concretamente en Aizarna (Guipúzcoa) y Azazeta (Álava). Las secuencias de ambas demuestran la larga ocupación del espacio, en el primer caso desde época romana y en el segundo desde alta Edad Media hasta la actualidad. En cuanto a los resultados, el autor destaca la importancia de los espacios de cultivo con respecto a las zonas de hábitat⁴.

A modo de valoración, si bien este primer grupo temático supone un buen marco teórico y metodológico sobre el que asentar los trabajos de campo, en ocasiones deriva hacia ideas y propuestas de actuación abstractas y difíciles de poner en práctica.

Comienza la segunda parte de la obra, enfocada en estudios de caso de diversas áreas peninsulares, T. Cordero Ruíz, utilizando la antigua ciudad romana de *Egitania* y su territorio como ejemplo de los cambios que se producen en la zona de la Lusitania. Entre ellos se incluyen su nuevo rango de sede episcopal durante el reino suevo, su situación con respecto a las nuevas fronteras y la intensa actividad de su ceca. Asimismo, y en cuanto a su entorno, el autor incide en los cambios del paisaje

² VIGIL-ESCALERA, Alfonso – “La diversidad de las formas de asentamiento rural en la Hispania post-romana y altomedieval: reflexiones y retos”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 11-28.

³ LÓPEZ GÓMEZ, Pablo; RODRÍGUEZ PÉREZ, Santiago; FERNÁNDEZ MIER, Margarita – “Nuevas líneas de investigación abiertas para el estudio de las comunidades rurales de la Alta Edad Media en la cornisa cantábrica”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 29-43.

⁴ QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio – “Arqueología de los despoblados medievales y los lugares habitados en el País Vasco. Historias compartidas y puntos de inflexión”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 44-58.

rural, que pasa de un hábitat disperso a uno aglutinado en torno a los sitios fortificados, evidencia del nuevo poder de las élites locales⁵.

El siguiente trabajo lo realizan F. Colmenarejo García, R. Gómez Osuna, E. García Aragón y A. Pozuelo Ruano, y está enfocado en la Cuenca Alta del río Manzanares (Madrid). En él presentan el estudio de un importante número de yacimientos, a través de los cuales pueden concluir que el paisaje rural tardoantiguo y altomedieval de la zona se caracteriza por su diversidad, tanto en cuanto a su tamaño, como en cuanto a su dedicación productiva, alejándose de las tesis tradicionales que asocian dichas aldeas exclusivamente con la producción agropecuaria. Asimismo, destacan la profunda conexión entre núcleos poblacionales ejemplificada por numerosos trazados de caminos de tipología diversa⁶.

Avanza la obra con el completo estudio de S. Prata y F. Cuesta-Gómez sobre la red de poblamiento y espacios funerarios en el territorio de Castelo de Vide, en el centro-este de Portugal, así como los sistemas productivos durante la alta Edad Media. Al igual que los anteriores autores, rompen con la idea clásica de la decadencia de la producción especializada romana, demostrando que ciertos productos, como el vino y el aceite de oliva, continúan siendo procesados a gran escala, aunque con distintas pautas de gestión, previsiblemente destinados al comercio supralocal o al pago de impuestos. Para ello se basan en los resultados de seis intervenciones arqueológicas. Asimismo, exponen un posible nuevo cambio en las dinámicas poblacionales con la llegada del poder político musulmán⁷.

⁵ CORDERO RUÍZ, Tomás – “El mundo rural en el corazón de la Lusitania altomedieval. Variables e invariables en el caso de Egítania (ss. IV–VIII)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 60-73.

⁶ COLMENAREJO GARCÍA, Fernando; GÓMEZ OSUNA, Rosario; GARCÍA ARAGÓN, Elvira; POZUELO RUANO, Alfonso – “Las aldeas, protagonistas de la transformación del paisaje rural durante el periodo altomedieval en la Cuenca Alta del Manzanares (Madrid, España)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 74-88.

⁷ PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián – “Farming and local economy in the early medieval countryside (Castelo de Vide, Portugal)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 89-104.

El capítulo de Y. Peña Cervantes dedicado a las estructuras agrarias de transformación y producción de vino y aceite es un detallado y meticuloso trabajo de revisión y sistematización. Así, aborda las estructuras productivas de los asentamientos campesinos, concretamente las prensas, los molinos de aceite y los lagares, destinadas a la producción de vino y aceite. Pone la autora el acento en la complejidad para localizar las estructuras de elaboración de estos productos en la tardoantigüedad y alta Edad Media, debido a la utilización de herramientas sencillas, construidas en materiales perecederos, y a la continuación en el uso de los espacios industriales de este tipo en varias *villae* romanas entre los siglos V y VIII. Destaca, asimismo, el papel de la Iglesia en la promoción y construcción de dichos espacios, así como en el control de su explotación y comercialización⁸.

Por último, esta segunda parte finaliza con los estudios más técnicos; el primero de ellos, realizado por C. Tente, L. Seabra y J. P. Tereso, se centra en el análisis de los restos carpológicos y antracológicos de varios asentamientos de la Beira, en el centro de Portugal durante el s. X. Lo más destacable de este trabajo es la presentación de una depurada metodología para la recogida y análisis de muestras, así como los resultados del estudio. A través de ello han podido analizar la producción agraria, en la que destaca la siembra de cereales como la avena, el centeno o el mijo, seguidos de la cebada y el trigo, a los que se unen las legumbres, los frutos cultivados y silvestres y el lino, mostrando una complejidad en la producción y la conservación de los productos mucho mayor de lo conocido anteriormente⁹. Por su parte S. Tereso presenta un avance de las investigaciones paleobiológicas en curso, incluyendo análisis de isótopos y genéticos, sobre los restos esqueléticos de cinco necrópolis altomedievales en una zona de Trás-os-

⁸ PEÑA CERVANTES, Yolanda- “Estructuras agrarias altomedievales: prensas, molinos de aceite y lagares”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 105-128.

⁹ TENTE, Catarina; SEABRA, Luís; TERESO, João Pedro - “Agriculture, gathering, and food processing in the 10th century in central-north Portugal”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 129-142.

Montes, con el objetivo de profundizar en el conocimiento de las condiciones de vida de esas comunidades¹⁰.

Este segundo bloque destaca por el gran interés de varios de los trabajos que lo forman, echándose en falta únicamente que algunos de ellos se encontraran en una fase más avanzada y por tanto pudieran ofrecer resultados más sólidos.

La tercera parte se centra de manera más específica en varios casos de estudio; arranca con el de J. Sarabia-Bautista, donde se examina la evolución de la villa romana de Balazote (Albacete) y su entorno tras su abandono a finales del siglo V. Para ello se utilizaron únicamente métodos no invasivos como prospecciones geofísicas y teledetección (LiDAR, georradar...), complementados con las intervenciones arqueológicas realizadas sobre todo en los años 80 del s. XX. Las principales conclusiones del estudio resaltan los cambios en los modelos agrarios entre finales del siglo IV e inicios del VII, con la creación de pequeños asentamientos sustitutos de la *villa*, que probablemente seguía explotando los mismos campos, aunque la parte residencial hubiera sido abandonada. Esta comunidad perduraría, al menos, hasta el siglo X, testimoniada en el área de enterramientos progresivamente adaptados a las pautas religiosas musulmanas¹¹.

A. Carneiro estudia las transformaciones tardoantiguas en la opulenta *villa* de Horta da Torre, situada en el alto Alentejo. Sus principales áreas residenciales fueron despojadas de sus ornamentos en torno al siglo V y reutilizadas, al tiempo que la cultura material, como la cerámica, y las pautas de consumo, viraban hacia lo local. La principal conclusión es que las villas no acaban de forma abrupta, sino que su declive se produce escalonadamente y no simultáneamente en todas ellas. Destaca

¹⁰ TERESO, Sofia – “Paleobiology of early medieval populations from the northeast of Trás-os-Montes (Portugal)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 143-150.

¹¹ SARABIA-BAUTISTA, Julia – “El paisaje rural tardoantiguo y altomedieval en torno a la antigua villa romana de Balazote (Albacete, España): detección y primeras reflexiones”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 152-165.

este trabajo por sus rotundos resultados y cuidada metodología, producto de numerosas intervenciones arqueológicas¹².

Continúa este tercer bloque con el artículo de F. Cuesta-Gómez, S. Prata, J. Magusto, M. Nunes y J. Rebelo sobre la necrópolis tardoantigua de Vale da Bexiga y la contextualización del territorio de Castelo Vide en la alta Edad Media. La interpretación que realizan del yacimiento es su identificación con un interesante conjunto de un espacio cultural y religioso entre los siglos V – VI, compuesto probablemente por una iglesia rural o un oratorio y un grupo de sepulturas¹³.

El siguiente trabajo estudia el yacimiento de “El Pueblito” (Salamanca) por parte de R. Rubio Díez, I. Martín Viso e I. Centeno Cea. Se trata de un asentamiento campesino de los siglos VII y VIII, donde se han recuperado parcialmente algunas viviendas y se han localizado tumbas excavadas en la roca. Relacionan su desaparición con nuevos patrones de poblamiento, realizando una comparación con el cercano yacimiento de la Genestosa¹⁴.

Finaliza esta parte de la obra con el artículo de A. García Porras y M. Alonso Valladares sobre el yacimiento andalusí de Agicampe I (Granada) y la intervención arqueológica acometida en él. La interpretación del yacimiento es que se trata de una estructura singular, de considerables dimensiones, posiblemente vinculada al aprovechamiento agrícola en los momentos de formación de al-Andalus. Proponen los autores la hipótesis de que se trata de un lugar de asentamiento de tropas sirias llegadas a al-Andalus entre los siglos VIII y IX. Pese a que se trata de un yacimiento

¹² CARNEIRO, André – “The fate of *villae*: the example of Horta da Torre (Fronteira)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 166-177.

¹³ CUESTA-GÓMEZ, Fabián; PRATA, Sara; MAGUSTO, João; NUNES, Miguel; REBELO, José – “Una nueva lectura del yacimiento tardo-antiguo de Vale da Bexiga: revisitando la investigación arqueológica en Castelo de Vide (1971-1997)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 178-197.

¹⁴ RUBIO DÍEZ, Rubén; MARTÍN VISO, Iñaki; CENTENO CEA, Inés María – “Un asentamiento campesino en los confines de la Meseta del Duero: El Pueblito (siglos VII-VIII)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 198-209.

sumamente interesante, se echan en falta más datos, producto del limitado tamaño del sondeo, que los propios autores reconocen¹⁵.

La cuarta, y última parte, comienza con el artículo de J. Bermejo Tirado, quien trata el consumo de alimentos a través de la cerámica romana de varios asentamientos rurales de Madrid. Sus principales conclusiones son la sencillez de los ajuares cerámicos en esos contextos rurales, así como su prolongada utilización y las escasas huellas de uso. No obstante, los resultados son poco consistentes, y probablemente ganarían interés si se contrastaran con otro tipo de pruebas, como el análisis de residuos¹⁶.

El segundo trabajo, de I. M. Centeno Cea, I. Martín Viso y R. Rubio Díez, trata sobre los materiales cerámicos altomedievales recuperados en el poblado de la Dehesa de Genestosa y su comparación con las de el Pueblito, ambos yacimientos expuestos en un capítulo anterior. Interpretan que se produjo una regionalización de las producciones, con una simplificación morfológica y menor calidad técnica. Asimismo, concluyen que a partir del siglo VI desaparecen las cerámicas foráneas o importadas¹⁷.

Continúa la obra con otro excelente artículo de Y. Peña Cervantes, E. Zarco Martínez y G. Romero Gustos que trata sobre la cerámica emiral recuperada en el arrabal de la Vega Baja (Toledo) y su relación con las estructuras agrícolas. Presentan un gran estudio tipológico, donde destaca la continuidad de formas de época visigoda a las que se suman otras nuevas como arcaduces y cuencos pintados propios del ámbito emiral, al tiempo que realizan precisas aproximaciones cronológicas, como en el

¹⁵ GARCÍA PORRAS, Alberto; ALONSO VALLADARES, Moisés – “El yacimiento arqueológico de Agicampe I (Loja, Granada). Un asentamiento de primera época andalusí”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 210-228.

¹⁶ BERMEJO TIRADO, Jesús – “Patrones de consumo en los asentamientos campesinos del norte de la Carpetania romana”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 230-245.

¹⁷ CENTENO CEA, Inés María; MARTÍN VISO, Iñaki; RUBIO DÍEZ, Rubén – “Los materiales cerámicos de la Dehesa de La Genestosa. Algunas cuestiones metodológicas derivadas del estudio de producciones altomedievales de pastas graníticas”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 246-259.

caso de la noria de tiro recuperada, que se convierte en uno de los ejemplos más antiguos localizados en la Península Ibérica¹⁸.

A continuación, se presenta el completo trabajo de G. de Souza, J. L. Veloso y C. Tente sobre la cerámica islámica del yacimiento de Senhora do Barrocal (Viseu). Se trata de un poblado ocupado entre los siglos X y XI donde se recuperó numeroso material. Los autores destacan un grupo de vasijas de tradición islámica, que consideran bienes de prestigio, testimonio del funcionamiento de las redes comerciales y de la complejidad social de un espacio de frontera. Destaca el estudio por su minuciosa metodología en el análisis de los materiales¹⁹.

Concluye la obra con el artículo de G. Cardoso, L. Batalha, R. Gil y R. Santiago sobre el asentamiento de Vilares (Cascais) entre la Antigüedad tardía y la plena Edad Media. Se trata de una pequeña comunidad rural en la que han recuperado numerosos materiales cerámicos y elementos metálicos propios del utillaje agrícola. No obstante, posiblemente la cuestión más interesante sean los dos crucifijos, testimonio, según los autores, de que se trata de una aldea mozárabe²⁰.

En conjunto, esta obra centrada en la arqueología agraria evidencia no solo el auge que se lleva produciendo en los últimos años en este tipo de estudios, sino también la gran cantidad de información que se puede extraer de ellos, y que puede contribuir a conocer mejor un periodo tan complejo como la alta Edad Media y los procesos de transformación socioeconómica que sigue a la desestructuración del sistema imperial romano. No obstante, tal y como ocurre en todos los trabajos de autoría múltiple, las diferencias de enfoque y escala generan resultados desiguales.

¹⁸ PEÑA CERVANTES, Yolanda; ZARCO MARTÍNEZ, Eva; ROMERO GUSTOS, Gonzalo – “Estructuras agrícolas y contextos cerámicos de época emiral del arrabal toledano de la Vega Baja. Los datos de la Parcela R-3”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 260-271.

¹⁹ DE SOUZA, Gabriel; VELOSO, João Luís; TENTE, Catarina – “The islamic pottery from Senhora do Barrocal (Sátão, Central-Northern Portugal)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 272-277.

²⁰ CARDOSO, Guilherme; BATALHA, Luísa; GIL, Rui; SANTIAGO, Rafael – “Vilares: de la Antigüedad tardía a la Alta Edad Media”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 278-294.

Pese a ello de todos se pueden extraer interesantes conclusiones. No resta más que desear la continuidad y consolidación de los encuentros EMCAM.

Referências bibliográficas

Estudos

BERMEJO TIRADO, Jesús – “Patrones de consumo en los asentamientos campesinos del norte de la Carpetania romana”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 230-245.

CARDOSO, Guilherme; BATALHA, Luísa; GIL, Rui; SANTIAGO, Rafael – “Vilares: de la Antigüedad tardía a la Alta Edad Media”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 278-294.

CARNEIRO, André – “The fate of *villae*: the example of Horta da Torre (Fronteira)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 166-177.

CENTENO CEA, Inés María; MARTÍN VISO, Iñaki; RUBIO DÍEZ, Rubén – “Los materiales cerámicos de la Dehesa de La Genestosa. Algunas cuestiones metodológicas derivadas del estudio de producciones altomedievales de pastas graníticas”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 246-259.

CORDERO RUÍZ, Tomás – “El mundo rural en el corazón de la Lusitania altomedieval. Variables e invariables en el caso de Egítania (ss. IV–VIII)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 60-73.

COLMENAREJO GARCÍA, Fernando; GÓMEZ OSUNA, Rosario; GARCÍA ARAGÓN, Elvira; POZUELO RUANO, Alfonso – “Las aldeas, protagonistas de la transformación del paisaje rural durante el periodo altomedieval en la Cuenca Alta del Manzanares (Madrid, España)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 74-88.

CUESTA-GÓMEZ, Fabián; PRATA, Sara; MAGUSTO, João; NUNES, Miguel; REBELO, José – “Una nueva lectura del yacimiento tardo-antiguo de Vale da Bexiga:

revisitando la investigación arqueológica en Castelo de Vide (1971–1997)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 178-197.

DE SOUZA, Gabriel; VELOSO, João Luís; TENTE, Catarina – “The islamic pottery from Senhora do Barrocal (Sátão, Central-Northern Portugal)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 272-277.

GARCÍA PORRAS, Alberto; ALONSO VALLADARES, Moisés – “El yacimiento arqueológico de Agicampe I (Loja, Granada). Un asentamiento de primera época andalusí”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 210-228.

LÓPEZ GÓMEZ, Pablo; RODRÍGUEZ PÉREZ, Santiago; FERNÁNDEZ MIER, Margarita – “Nuevas líneas de investigación abiertas para el estudio de las comunidades rurales de la Alta Edad Media en la cornisa cantábrica”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 29-43.

PEÑA CERVANTES, Yolanda– “Estructuras agrarias altomedievales: prensas, molinos de aceite y lagares”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 105-128.

PEÑA CERVANTES, Yolanda; ZARCO MARTÍNEZ, Eva; ROMERO GUSTOS, Gonzalo – “Estructuras agrícolas y contextos cerámicos de época emiral del arrabal toledano de la Vega Baja. Los datos de la Parcela R-3”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 260-271

PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022.

PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián – “Farming and local economy in the early medieval countryside (Castelo de Vide, Portugal)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 89-104.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio – “Arqueología de los despoblados medievales y los lugares habitados en el País Vasco. Historias compartidas y puntos de inflexión”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 44-58.

RUBIO DÍEZ, Rubén; MARTÍN VISO, Iñaki; CENTENO CEA, Inés María – “Un asentamiento campesino en los confines de la Meseta del Duero: El Pueblito (siglos VII–VIII)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 198-209.

SARABIA-BAUTISTA, Julia– “El paisaje rural tardoantiguo y altomedieval en torno a la antigua villa romana de Balazote (Albacete, España): detección y primeras reflexiones”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 152-165.

TENTE, Catarina; SEABRA, Luís; TERESO, João Pedro – “Agriculture, gathering, and food processing in the 10th century in central-north Portugal”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 129-142.

TERESO, Sofia – “Paleobiology of early medieval populations from the northeast of Trás-os-Montes (Portugal)”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 143-150.

VIGIL-ESCALERA, Alfonso – “La diversidad de las formas de asentamiento rural en la Hispania post-romana y altomedieval: reflexiones y retos”. In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) - *Paisajes, espacios y materialidades Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022, pp. 11-28.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MONTES, Beatriz González & GONZÁLEZ, José Avelino Gutiérrez – “PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina - *Paisajes, espacios y materialidades: Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress, 2022”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 439-451. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Recensão / Review:

BALOUP, Daniel – *L’homme armé. Expérience de la guerre et du combat en Castille au XVe siècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 2022 (309 pp.)

Bernardo Vasconcelos e Sousa

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1099-032 Lisboa, Portugal

bves@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-8621-7838>

Data recepção do artigo / Received for publication: 25 de Abril de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7021>



Sendo a guerra um tema clássico e recorrente na história de todos os tempos, a guerra na Idade Média é mesmo um *must* da historiografia tradicional. Mas o que Daniel Baloup nos propõe neste livro é uma abordagem em nada tradicionalista. A sua proposta é a de uma avaliação essencialmente antropológica. Não que o Autor se oponha à necessidade de prosseguir o estudo da composição e da organização das hostes, do armamento ou das táticas de guerra, mas a problemática que traz para primeiro plano é outra.

Como refere na Introdução¹, a perspectiva antropológica pretende ligar a história da cultura material e a das representações mentais, as práticas guerreiras e os códigos de valores, o sangue e as emoções dos combatentes. Assim se evitará “escrever uma história que ignore a dimensão individual e sensível da experiência vivida; noutros termos, escrever uma história ‘sem os homens’”². Não há dúvida de que a guerra em Castela é bem conhecida, mas continua a haver um largo espaço a explorar pela história cultural e pela antropologia. É esse o projecto do Autor e é essa a problemática que coloca no centro do seu inquérito.

A base documental para tal empresa é constituída por um vasto *corpus* de fontes jurídicas e narrativas, com largo destaque para as crónicas quatrocentistas. Estas últimas, entre crónicas gerais e crónicas particulares, geralmente produzidas em meio nobiliárquico por alguns dos mais representativos porta-vozes dos *bellatores* coevos, são testemunhos vivos e doutrinários de uma “cultura de guerra” que é intrínseca à nobreza castelhana deste final da Idade Média.

Mesmo valendo a pena “repensar a nobreza” e “o que é ser nobre”³, é, de facto, a nobreza que nos fala da sua experiência, que reflecte e escreve sobre a guerra. Não admira, pois, a existência de vasta historiografia nobiliárquica quatrocentista sobre

¹ BALOUP, Daniel – *L’homme armé. Expériences de la guerre et du combat en Castille au XVe siècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 2022, p. 5.

² BALOUP, Daniel – *L’homme armé...*, p. 5 (a tradução portuguesa das citações é da nossa responsabilidade).

³ BALOUP, Daniel – *L’homme armé...*, pp. 37 e ss.

a actividade bélica, no quadro de uma Castela em que os confrontos militares se sucederam e estenderam ao longo da centúria. Fossem guerras “exteriores”, nomeadamente contra Portugal, fossem guerras “civis” opondo a nobreza à realeza e facções nobiliárquicas entre si, ou fossem guerras interconfessionais contra um reino de Granada no seu estertor final, os nobres são os protagonistas, tanto nos campos de batalha como nos relatos dos respectivos feitos. Os autores das crónicas pertencem a um mesmo meio sócio-cultural daqueles que detêm as armas e praticam a guerra, mas que também dominam e valorizam a cultura letrada e de que o Marquês de Santillana é o expoente máximo. Além do acesso a obras eruditas sobre a arte de guerrear, uma minoria construiu pelo próprio punho uma versão identitária do que considerava ser uma característica essencial do grupo nobiliárquico. Essencial e exclusiva, consubstanciada nos valores da coragem e da honra, apresentados como componentes matriciais dos senhores da guerra⁴. Daí a desconfiança, a crítica e o desprezo pelas forças concelhias, ainda que por vezes tivesse de ser reconhecido o indispensável papel desempenhado pelos vilãos nas batalhas⁵.

Sendo um ofício para os nobres, a guerra era também uma vocação para os que a ela se dedicavam como modo de vida. E a “cultura da guerra” não envolvia apenas os fidalgos. Também as mulheres da nobreza e os membros do alto clero estavam impregnados do espírito, dos valores e dos princípios próprios da vivência guerreira. A guerra – passada, presente ou futura – era uma referência comum que tendia a tornar-se ideológica e socialmente dominante.

A multiplicação de crónicas nobiliárquicas que descreviam e destacavam os feitos bélicos, fosse dos membros de uma dada linhagem, fosse do grupo social no seu conjunto, definiam a função desses guerreiros, assim legitimando o seu estatuto de privilegiados. Em simultâneo, tais relatos construía e transmitiam uma tradição que era parte importante do património simbólico colectivo. Para além deste processo identitário, as narrativas assim produzidas cumpriam também a função de dar a conhecer ou relembrar os serviços prestados à monarquia desde tempos

⁴ BALOUP, Daniel – *L’homme armé...*, pp. 193-248.

⁵ BALOUP, Daniel – *L’homme armé...*, pp. 167-191.

imemoriais e até à época de elaboração daqueles registos escritos. No discurso dos seus autores, essa era a razão profunda para que os reis concedessem ou mantivessem as doações, mercês e privilégios com que se agraciavam os nobres.

Tal como nos livros de linhagens portuguesas do final do século XIII e do século XIV⁶, as crónicas nobiliárquicas castelhanas de Quatrocentos expressavam uma versão contrastante, se não mesmo alternativa, face à perspectiva patente na cronística régia. Na visão dos senhores-guerreiros, o que seria dos reis se não fossem os valorosos fidalgos que, ao longo de séculos, tinham exposto o próprio corpo e a vida nos campos de batalha?

Com a grande maioria das crónicas a ser produzida no início da dinastia Trastâmara, talvez fosse de esperar um maior destaque analítico conferido à obra de Pero Lopéz de Ayala. No entanto, por esta se situar na continuidade da cronística de Afonso X, *O Sábio*, Daniel Baloup considera que por serem “obras de transição que não se podem excluir do *corpus*, elas permanecem, no entanto, à sua margem”, uma vez que “mesmo deixando ouvir a voz da nobreza, elas são parte do relato monárquico”⁷.

O tratamento dos textos de Ayala proporcionaria, decerto, um maior destaque às guerras com Portugal e à percepção que delas era tida em Castela. As referências a estes confrontos têm uma expressão relativamente reduzida na economia geral do livro, mesmo sendo o Autor um bom conhecedor da história medieval portuguesa. E se, inegavelmente, se pode argumentar que a Batalha de Aljubarrota, em 1385, está fora da cronologia quatrocentista a que se reporta a investigação, não será menos verdade que o conflito político, jurídico, ideológico, religioso e, sobretudo, bélico entre Castela e Portugal se prolongou pelo século XV, desde o final da centúria anterior e no quadro da sucessão de Fernando I, até pelo menos 1411 ou mesmo 1422. Nessa conjuntura, vários foram os membros de linhagens da nobreza originária de Portugal que vieram a instalar-se duradouramente em Castela, aí atingindo elevados níveis na hierarquia nobiliárquica, de que são exemplo os Condes

⁶ *Livros Velhos de Linhagens*. Ed. crítica por Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências, 1980, e *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Ed. crítica por José Mattoso, 2 vols., Lisboa: Academia das Ciências, 1980.

⁷ BALOUP, Daniel – *L’homme armé...*, p. 11.

(depois Duques) de Benavente⁸. O conflito armado entre portugueses e castelhanos voltaria, uma vez mais, a reacender-se na década de 1470, no quadro da Guerra de Sucessão de Castela, com um dos seus pontos altos na Batalha de Toro, em 1476⁹.

A “questão portuguesa”, a sua presença ou a sua ausência nas crónicas castelhanas deste período, não é de somenos importância; nem esta nota resulta de qualquer tipo de desejo de ver Portugal no centro das atenções historiográficas. Mas vale a pena assinalar que, na época, o reino português era um dos “inimigos convencionais” de Castela na Península Ibérica. Por esta razão, importaria aprofundar, tanto quanto possível, a imagem que era plasmada na cronística castelhana acerca do vizinho ocidental e dos tão longínquos quanto presentes confrontos militares entre as duas Coroas e respectivas nobrezas.

Um outro inimigo histórico de Castela, ainda no século XV, continuava a ser o Islão peninsular. E a imagem reflectida do muçulmano punha em destaque, por oposição, os valores da honra, da coragem e da fé de Cristo cultivados pelos nobres que haveriam de resgatar aos “infieis” a totalidade da Hispânia. Uma abordagem deste tipo, como a que foi sugerida e aplicada por Ron Barkai¹⁰, seria bastante reveladora do embate brutal entre cristãos e muçulmanos, num contexto de guerra santa e nos campos de batalha de uma Castela conquistadora contra um reino de Granada em acentuado recuo e caminhando para o seu fim.

Quer se tratasse da guerra entre cristãos desavindos, no quadro das lutas intestinas que pontuaram o século XV peninsular, quer fosse no âmbito do multissecular confronto entre seguidores das religiões cristã e islâmica, a manifestação de sentimentos e a expressão de emoções dos combatentes ganhavam uma centralidade sem paralelo. É precisamente esta análise dos sentimentos e das emoções dos “senhores da guerra” que Daniel Baloup trata sobretudo no último capítulo. E é aqui que mais e melhor sobressai a sua abordagem antropológica,

⁸ BECEIRO PITA, Isabel – *El Condado de Benavente en el siglo XV*. Benavente: Centro de Estudios Benaventanos Ledo del Pozo, 1998.

⁹ Vejamos, a este respeito, as breves referências à participação portuguesa em Toro: BALOUP, Daniel – *L’homme armé...*, pp. 109 e 227.

¹⁰ BARKAI, Ron – *Cristianos y Musulmanes en la España medieval (El enemigo en el espejo)*. Madrid: Rialp, 1984.

explorando terrenos e caminhos que têm vindo a ser colocados em primeiro plano pela historiografia recente¹¹. Não há dúvida de que a guerra e as batalhas, com o longo e terrível cortejo de pressão e de atrocidades, de violência e de mortes, de brutalidade e de irracionalidade, de tentativa de controlo ou de extermínio do inimigo constituem um campo privilegiado para a descrição e a análise de sentimentos e emoções extremas. Que fosse a nobreza a dar testemunho dessas situações não deixa de ser bastante sintomático do lugar que ela própria se atribuía como protagonista da guerra, na glória das vitórias ou no sofrimento das derrotas. Educada na “cultura da guerra”, formada nas “artes militares”, industriada nas táticas do combate, treinada no manejo das armas, eis a matriz bélica essencial da nobreza castelhana desta época. E conclui Daniel Baloup: “Melhor armada, em todos os sentidos do termo, a nobreza castelhana continua no século XV a dominar o campo de batalha”¹².

Ao que se poderá acrescentar: para a sua imagem identitária, para a sua legitimação funcional, para a sua distinção exclusiva, para a afirmação do seu *ethos* imprescindível para a Coroa, a nobreza de Castela fixava a sua versão da guerra, elaborava e transmitia as suas crónicas, no seu tempo e para a posteridade. Porque a história que escrevia era também “um campo de batalha”¹³.

Referências bibliográficas

BALOUP, Daniel – *L’homme armé. Expériences de la guerre et du combat en Castille au XVe siècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 2022.

BARAKAI, Ron – *Cristianos y Musulmanes en la España medieval (El enemigo en el espejo)*. Madrid: Rialp, 1984.

BECEIRO PITA, Isabel – *El Condado de Benavente en el siglo XV*. Benavente: Centro de Estudios Benaventanos Ledo del Pozo, 1998.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.) - *Histoire des Émotions*. 3 vols., Paris: Seuil, 2016-2017.

¹¹ Veja-se, a título de exemplo, CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.) - *Histoire des Émotions*.

¹² BALOUP, Daniel – *L’homme armé...*, p. 252.

¹³ Do título do livro de TRAVERSO, Enzo – *L’histoire comme champ de bataille. Interpréter les violences du XXe siècle*. Paris: La Découverte, 2012.

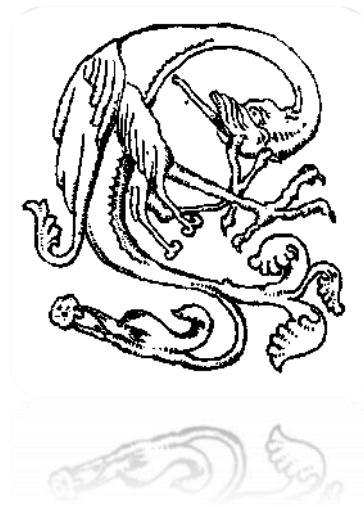
Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Ed. crítica por José Mattoso, 2 vols., Lisboa: Academia das Ciências, 1980.

Livros Velhos de Linhagens. Ed. crítica por Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa: Academia das Ciências, 1980.

TRAVERSO, Enzo – *L’histoire comme champ de bataille. Interpréter les violences du XXe siècle*. Paris: La Découverte, 2012.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “BALOUP, Daniel – *L’homme armé. Expérience de la guerre et du combat en Castille au XVe siècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 2022 (309 pp.)”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 453-459. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

RESEARCH NOTES



MEDIEVALISTA

N.º 34 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

***Lo maravilloso y lo sobrenatural en el período de
emergencia del verso y la prosa literaria en castellano.***

***The marvelous and the supernatural in the period of emergency of
verse and literary prose in Castilian***

María Eugenia Alcatena

IIBICRIT - Instituto de Investigaciones Bibliográficas y Crítica Textual (CONICET)
Marcelo T. de Alvear 1694
1060; Buenos Aires; Argentina

maeualcatena@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8944-5222>

Data recepção do artigo / Received for publication: 20 de Janeiro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7030>



La tesis aquí presentada tuvo por objetivo estudiar los modos en que los elementos maravillosos y sobrenaturales se integran en la literatura castellana del siglo XIII y principios del siglo XIV¹. Esto implicó una labor doble. Por un lado, realizar un análisis textual pormenorizado, a la vez narrativo, formal e ideológico, de la función que cumplen en esa literatura los materiales maravillosos y sobrenaturales, de manera de determinar los rasgos de ambos órdenes, su alcance respectivo y el modo en que se combinaron, contaminaron y definieron recíprocamente en algunos de los más tempranos relatos en lengua vernácula. Y, a partir de este análisis, proponer una caracterización y una delimitación conceptual de las diversas categorías que componen el vasto campo imaginario de *lo extraordinario*, tal como aparece configurado en el período de emergencia de la narrativa en lengua castellana².

A diferencia de lo que se observa en otras literaturas europeas del período, en la narrativa castellana lo maravilloso no se manifiesta jamás en estado puro; por el contrario, lo hace mezclado, combinado, hibridado o subordinado al orden de lo sobrenatural, es decir, lo milagroso de origen divino. Esta constatación fue determinante para formular el objeto de la investigación, entendiendo la articulación entre ambos órdenes como una condición necesaria en la delimitación del corpus, la concepción del problema y la perspectiva de análisis.

El corpus articula un recorrido por lo que ha sido caracterizado como el tramo inicial del desarrollo de la ficción en el ámbito castellano³, lo que permite trazar la evolución del componente maravilloso y sobrenatural en el seno de este desarrollo: desde los poemas clericales a la miscelánea cronística, luego los romances de impronta hagiográfica y finalmente el primer romance en prosa, extenso y complejo, creado en la península. En el recorte se hallan representados diversos tipos de textos narrativos, en verso y en prosa, pertinentes para el problema a investigar; al mismo tiempo, todos los relatos seleccionados se enmarcan o vinculan de diversas maneras

¹ ALCATENA, María Eugenia - *Lo maravilloso y lo sobrenatural en el período de emergencia del verso y la prosa literaria en castellano*. Buenos Aires: Tesis de Doctorado en Literatura, defendida en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 2018. Dirección de la profesora doctora Carina Zubillaga y codirección de la profesora doctora Erica Janin.

² La investigación se desarrolló con el apoyo de una beca doctoral de CONICET (2013-2018) en el SECRIT - IIBICRIT.

³ Cfr. GÓMEZ REDONDO, Fernando - *Historia de la prosa medieval castellana. El desarrollo de los géneros. La ficción caballeresca y el orden religioso*. Madrid: Cátedra, 1999, pp. 1327-1328.

con el vasto universo genérico del romance o novela de aventuras medieval, entendido no como un género de fronteras rígidas sino como una estructura narrativa flexible, en la que el elemento central es la aventura, se construye un mundo narrativo diferente del de la experiencia cotidiana y tienen un rol destacado, por lo general, lo maravilloso y lo sobrenatural⁴. Esta estructura narrativa puede adaptarse a una gran diversidad de materias, incorporarse en estructuras mayores o hibridarse con otras tradiciones, como se aprecia en el corpus seleccionado.

A continuación se presentan los capítulos en que se divide la tesis, resumiendo los principales aportes de cada uno.

Hacia una definición de lo extraordinario, lo maravilloso y lo sobrenatural en los primeros textos narrativos castellanos

Lo maravilloso, lo sobrenatural, lo fantástico, lo extraordinario son categorías históricamente determinadas, cuyos contornos, significación y funciones se redefinen en distintos contextos y coyunturas. Fue necesario, por lo tanto, definir en primer lugar los conceptos que vertebrarían el análisis narrativo de los diferentes relatos del corpus.

Con este objetivo, se revisaron diversas formulaciones críticas, desde 1970 (fecha de publicación de la *Introduction à la littérature fantastique* de Tzvetan Todorov) hasta el presente, sobre lo maravilloso y en particular lo maravilloso medieval, pero teniendo como horizonte de referencia específico el período comprendido por el siglo XIII y las primeras décadas del siglo XIV castellanos⁵. De manera

⁴ Alan Deyermund, Marina Brownlee e Isabel Lozano Renieblas ofrecen panoramas generales sobre la vertiente castellana del género del romance o la novela de aventuras medieval y su evolución. Trabajos como el de Maria Luisa Meneghetti o el volumen editado por Roberta Krueger, por su parte, permiten completar el cuadro con una visión de conjunto del romance en la Edad Media, en cuanto fenómeno continental. DEYERMOND, Alan – “The Lost Genre of Medieval Spanish Literature”. *Hispanic Review* 43:3 (1975), pp. 231–259. BROWNLEE, Marina – “Romance at the Crossroads: Medieval Spanish Paradigms and Cervantine Revisions”. In KRUEGER, Roberta (ed.) – *The Cambridge Companion to Medieval Romance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 253–266. LOZANO RENIEBLAS, Isabel – *Novelas de aventuras medievales. Género y traducción en la Edad Media hispánica*. Kassel: Reichenberger, 2003. MENEGHETTI, Maria Luisa – *Il romanzo nel Medioevo*. Bologna: Il Mulino, 2010.

⁵ Además del libro de Tzvetan Todorov ya mencionado (TODOROV, Tzvetan – *Introducción a la literatura fantástica*. México D. F.: Premia, 1980), se consideraron y discutieron especialmente los siguientes aportes, por juzgarlos particularmente relevantes: ZUMTHOR, Paul – *Essai de poétique*

complementaria, se examinó una serie de estudios que, desde la historia de las ideas y la religión, la filosofía o la teología, aborda el modo en que, a partir del siglo XII, surgió y se configuró el concepto de *lo sobrenatural* en el seno de las disquisiciones de los escolásticos y su reelaboración del concepto de milagro⁶.

Basándose en esta revisión bibliográfica y, sobre todo, en la evidencia provista por los relatos del corpus, la tesis propone una caracterización y una clasificación del vasto campo de *lo extraordinario*, entendido como todo aquello que, para el horizonte de expectativas medieval, excede o se aparta del orden conocido de la naturaleza y de las previsibilidades que rigen la existencia cotidiana, y provoca como efecto el asombro.

médiévale. Paris: Seuil, 1972. LE GOFF, Jacques – “Lo maravilloso en el Occidente medieval”. In *Lo maravilloso y lo cotidiano en el Occidente medieval*. Barcelona: Gedisa, 1996, pp. 9-24. DUBOST, Francis – *Aspects fantastiques de la littérature narrative médiévale (XIIème - XIIIème siècles)*. L’Autre, l’Ailleurs, l’Autrefois. Paris: Librairie Honoré Champion, 1991; DUBOST, Francis – “Merveilleux et fantastique au Moyen Âge: positions et proposition”. *Revue des Langues Romanes* 100:2 (1996), pp. 1-36; DUBOST, Francis – “Quelque chose que l’on serait tenté d’appeler le fantastique...” Remarques sur la naissance du concept”. *Revue des Langues Romanes* 101:2 (1997), pp. 1-36. MORALES, Ana María – “Lo maravilloso medieval en literatura”. *El hilo de la fábula* 2:3 (2000), pp. 118-128; MORALES, Ana María – “Lo maravilloso medieval y los límites de la realidad”. In MORALES, Ana María, SARDIÑAS, José Miguel y ZAMUDIO, Luz Elena (eds.) – *Las fronteras de lo fantástico*. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2003, pp. 15-41; MORALES, Ana María – “Transgresiones y legalidades (lo fantástico en el umbral)”. In MORALES, Ana María y SARDIÑAS, José Miguel (eds.) – *Odiseas de lo fantástico*. México D. F.: Ediciones de los Coloquios Internacionales de Literatura Fantástica, 2004, pp. 25-37; MORALES, Ana María – “Función y forma de lo maravilloso en la literatura de caballerías: de la canción de gesta al *roman*”. In KUNZ, Marco, MORALES, Ana María y SARDIÑAS, José Miguel (eds.) – *Lo fantástico en el espejo*. México D. F.: Ediciones de los Coloquios Internacionales de Literatura Fantástica, 2006, pp. 31-55; MORALES, Ana María – “Credibilidad, percepción y reacción: los vaivenes de lo maravilloso a lo fantástico”. In MORALES, Ana María y SARDIÑAS, José Miguel (eds.) – *Rumbos de lo fantástico: actualidad e historia*. Palencia: Cálamo, 2007, pp. 155-77. FERLAMPIN-ACHER, Christine – *Merveille et topique merveilleuse dans les romans médiévaux*. Paris: Champion, 2003. MICHAEL, Ian – “Fantasía versus maravilla en el *Libro de Alexandre* y otros textos”. in SALVADOR MIGUEL, Nicasio, LÓPEZ-RÍOS, Santiago y BORREGO GUTIÉRREZ, Esther (eds.) – *Fantasía y literatura en la Edad Media y los Siglos de Oro*. Madrid – Frankfurt am Main: Iberoamericana – Vervuert, 2004, pp. 283-298. JANIN, Erica – “Elementos sobrenaturales en el *Cantar de Mio Cid*, *Poema de Alexandre*, *Poema de Fernán González* y *Mocedades de Rodrigo*: manifestaciones y funciones”. *Incipit* 35 (2015), pp. 103-125. Se trata en todos los casos de bibliografía general; luego, en los capítulos dedicados a los textos individuales, se sumaron la revisión y el comentario de análisis específicos.

⁶ HARDON, John – “The Concept of Miracle from St. Augustine to Modern Apologetics”. *Theological Studies* 15 (1954), pp. 229-257; DASTON, Lorraine – “Marvelous Facts and Miraculous Evidence in Early Modern Europe”. *Critical Inquiry* 18:1 (1991), pp. 93-124; WARD, Benedicta – *Miracles and the Medieval Mind: Theory, Record, and Event, 1000-1215*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1993; DASTON, Lorraine y PARK, Katharine – *Wonders and the Order of Nature, 1150-1750*. New York: Zone Books, 2001; GOODICH, Michael – *Miracles and Wonders: The Development of the Concept of Miracle, 1150-1350*. Aldershot: Ashgate, 2007; BARTLETT, Robert – *The Natural and the Supernatural in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Por principio, *lo extraordinario* constituye una noción de alcances amplios y difusos. Para poder precisarla y definirla mejor en su concreta especificidad histórico-cultural, se procedió a delimitar las categorías que la integran tal como se encuentran representadas en los textos del corpus.

La tipología propuesta se articula a partir de una doble oposición entre *lo real* y *lo incierto*, por un lado, y, dentro del ámbito de lo real, entre *lo natural* y *lo sobrenatural*.

La realidad, de acuerdo con la visión del mundo imperante en el Occidente medieval, está compuesta por un plano natural y un plano sobrenatural. El plano natural corresponde a la naturaleza creada por Dios, organizada por las leyes instituidas por él y a las que se encuentran sometidas todas las criaturas sin excepción. Lo sobrenatural, es decir aquello que se sitúa u ocurre por encima, o en contra, de las leyes que rigen el orden natural de la creación, es expresión directa de la voluntad suprema de Dios —su único autor posible— y se manifiesta a través de los milagros efectuados por él. Tenemos así una primera diferenciación dentro del vasto dominio de lo extraordinario, justificada en una diferente lógica causal: *lo milagroso* —por definición, *sobrenatural*— y *lo maravilloso*, integrado por todo aquello que causa admiración pero no pertenece al ordenamiento de lo sobrenatural.

Dentro del plano natural de lo real, el corpus permite diferenciar distintas formas de lo maravilloso según su caracterización y su funcionamiento narrativo: *lo maravilloso exótico*; *lo maravilloso tecnológico, artificial o mecánico*; *los espacios vedados al hombre*; *lo mágico*; *lo diabólico*; *lo prodigioso*; *lo extraño inexplicado*. Cada una de estas categorías se define e ilustra a partir de los textos analizados.

Aparte de *lo real extraordinario*, se insinúa en el corpus un *extraordinario incierto*, en el que confluyen el Otro Mundo de los muertos, los reinos de las hadas y otros sustratos paganos o ancestrales diversos, provenientes de la lejanía de otras épocas y otras tierras, que en el siglo XIII ya no se encuentran sometidos al mismo régimen de verdad que los discursos dominantes. Este extraordinario incierto no se integra sin más al mundo narrativo reconocido como real; se constituye como una suerte de

mundo alternativo, organizado de acuerdo con sus propias leyes. Mientras no se le imprime ninguna interpretación en clave sobrenatural, queda subsumido dentro del dominio heteróclito de lo maravilloso. Los textos castellanos del período exhiben una actitud vacilante ante estos materiales, y distintas estrategias al incorporarlos a sus mundos narrativos. Una de esas formas de articulación la constituye *lo fantástico*, que proyecta una sombra de irrealidad sobre las aventuras maravillosas emplazadas en esos reinos extraños; otras, la cristianización, la racionalización, la alegoría —operaciones en principio adversas a la ambigüedad de lo fantástico—.

Lo extraordinario constituye, pues, un campo de fenómenos vasto y heterogéneo, que se expande por los dominios de lo real y de lo incierto, lo natural y lo sobrenatural, lo maravilloso, lo milagroso y lo fantástico. Sus márgenes son imprecisos y las distinciones internas, indecisas y fluctuantes. En los relatos, las categorías propuestas muchas veces se superponen, se sobreimprimen a través de sucesivas reescrituras, conforman híbridos o se resignifican unas a otras; el análisis textual desplegado en la tesis procuró poner de relieve estas complejidades.

Por último, en este capítulo se adelantan algunas de las conclusiones generales sobre el modo en que se configura el ámbito de lo extraordinario en los textos del período:

- lo maravilloso tiende a presentarse imbricado, hibridado, sobrescrito o subordinado por lo sobrenatural divino. Esta mezcla y jerarquización de órdenes se presenta como la dominante en el corpus globalmente considerado.
- por lo general, los elementos o sucesos extraordinarios portan un significado, un valor moral o ideológico claro. En los mundos narrativos de los relatos funcionan como signos ostensibles, que reclaman una decodificación y ponen de manifiesto una verdad superior (contrastan unas pocas excepciones; recién en el *Libro del caballero Zifar*, que propone un nuevo modelo de ficción dentro del panorama castellano, se despliegan la ambigüedad fantástica y lo extraordinario inexplicado). Así, en el entramado textual el motivo extraordinario adquiere una especificidad significativa, un sentido particular, que debe ser puesto de relieve en el análisis, con el fin de indagar en la semántica de lo extraordinario en situación.

- lo maravilloso y lo sobrenatural conforman una materia maleable y ambigua, pasible de recibir sentidos diversos. Su significación es lábil, y por lo tanto se presta a múltiples manipulaciones, interpretaciones y resemantizaciones, ya sea dentro de un mismo relato o en reelaboraciones de motivos similares en diversos textos o versiones de un mismo relato.
- en virtud del carácter signifiicante y la relevancia que tanto culturalmente como al interior de los mundos narrativos se le reconoce, lo extraordinario constituye un terreno privilegiado para el didactismo, la moralización, la promoción o la contienda ideológica, social, religiosa o política. A través de los elementos sobrenaturales y maravillosos se cifran contenidos ideológicos fundamentales y se remarcan las principales líneas de sentido de los relatos.
- por este motivo, los elementos y episodios maravillosos y sobrenaturales constituyen zonas textuales sensibles, lugares privilegiados donde leer incertidumbres ideológicas, ansiedades, contradicciones, tensiones y problemas nucleares de los textos, así como el modo en que los relatos los representan y resuelven en el plano de la ficción⁷.

El mundo maravilloso en el *Libro de Alexandre*

La concepción del mundo en los siglos medievales es producto de un poderoso sincretismo de fuentes y tradiciones, verbales e iconográficas, de procedencia diversa, transmitido en representaciones visuales, compendios enciclopédicos y saberes librescos. Este modelo comprende un centro civilizado (identificado con los valores cristianos y occidentales) y márgenes exóticos, monstruosos o aberrantes; Oriente, y en particular la India, se conciben como las tierras de las maravillas por excelencia. El viaje legendario de Alejandro Magno proporcionó a la imaginación medieval la posibilidad de que esta imagen del mundo y los saberes que condensa se *narrativicen*, es decir, se desplieguen —y, al hacerlo, desplieguen sus significados inherentes— en el relato de una aventura.

⁷ Luego de este capítulo teórico-conceptual, de alcance general, se suceden capítulos centrados en el análisis de los relatos. La bibliografía específica considerada en cada uno de ellos es copiosa; en pos de la síntesis, la omisión de esta presentación condensada. En la bibliografía final se consignan las ediciones de los textos del corpus principalmente citadas en la tesis.

En el *Libro de Alexandre* el motivo del viaje y lo maravilloso se hallan estrechamente entrelazados. Dentro del recorrido trazado por el relato, lo maravilloso cumple una doble función: poner de manifiesto la existencia de un orden armónico de todas las cosas y acusar sus eventuales perturbaciones, o amenazas de perturbaciones, originadas en la esfera de los acontecimientos humanos. La distribución topográfica y textual de las maravillas del relato obedece a esta doble función.

En este marco, se distinguen tres categorías de elementos maravillosos, según su diversa índole y las diferentes funciones argumentales que desempeñan: los signos de la excepcionalidad del héroe, las maravillas de Oriente y, finalmente, los reinos prohibidos y la personificación de la Naturaleza.

Los signos de la excepcionalidad del héroe son de dos tipos. En primer lugar, se destacan los prodigios que acompañan el nacimiento y la muerte de Alexandre. Estos portentos no son atribuidos de manera directa a la voluntad de Dios, sino que se explican por la concepción del mundo creado como una totalidad armónica, dentro de la cual los distintos planos y elementos se encuentran ligados por relaciones estrechas de correspondencia y simpatía. El segundo tipo lo conforman las prendas maravillosas con que el héroe se arma caballero.

Las maravillas de Oriente reciben un desarrollo notable, que se condice con su relevancia argumental y simbólica en el relato. Asia se presenta como la tierra de la abundancia, la inmensidad y las riquezas; en ella proliferan los animales exóticos, los híbridos, los seres, los pueblos y las razas extraños, ya sea por su morfología o sus hábitos. En el poema, estas maravillas se tornan más frecuentes y extraordinarias a medida que el conquistador macedonio avanza en su carrera, por lo que, en su desarrollo, la aventura se “orientaliza” en un doble sentido: no solo porque se despliega en dirección al Este sino también porque se torna progresivamente más maravillosa.

En el Oriente se encuentran las últimas fronteras del mundo, de la aventura y del saber humanos. En esta línea, los *mirabilia* orientales funcionan como una advertencia, una señal inequívoca de que se está llegando a los confines de lo

posible. Su multiplicación, sin embargo, lejos de desanimar a Alexandre lo anima a seguir adelante, claro indicio de la desmesura y la curiosidad insaciable del personaje.

La tercera categoría de elementos maravillosos comprende los reinos prohibidos (el fondo del océano, las alturas celestiales, el infierno, las antípodas, los seis planetas que Alexandre se propone conquistar: solo los tres primeros son efectivamente visitados por el conquistador o el relato) y la personificación de la Naturaleza. También en este caso contribuyen a poner de relieve la existencia de un orden universal instaurado por Dios y contrastar determinado comportamiento que atenta en su contra.

El análisis de las categorías presentadas permite apreciar que, en su conjunto, los elementos maravillosos están integrados al diseño general de la obra, en el cual adquieren un valor semántico indisociable del sentido didáctico y ejemplar del relato. Cumplen un rol fundamental dentro de la arquitectura global del poema y el mundo significativo que este construye.

Lo sobrenatural tiene en el poema un desarrollo mucho más acotado que lo maravilloso, no obstante lo cual posee una significación y una relevancia innegables. Esto se advierte al considerar los milagros y otras intervenciones divinas dispersos en el relato, así como la concepción sacralizada de la historia que lo atraviesa.

El análisis permite concluir que, en el mundo narrativo del *Libro de Alexandre*, lo maravilloso y lo sobrenatural se configuran como órdenes reales, jerárquicamente organizados pero relativamente autónomos. Esto contrasta con lo que se observa en el *Libro de Fernán González*, la *Gran conquista de Ultramar* y los relatos del manuscrito h-I-13, donde los elementos maravillosos se encuentran, por lo general, supeditados a la lógica del milagro, indisolublemente fusionados con el orden sobrenatural o resignificados en sus términos.

Reorientación monástico-clerical de materiales tradicionales: los elementos sobrenaturales en el *Libro de Fernán Gonçález*

En la configuración del ámbito de lo extraordinario en el *Libro de Fernán Gonçález*, se establece un nítido predominio de lo sobrenatural. Los elementos mágicos y prodigiosos del poema se subordinan a la lógica y la supremacía de lo sobrenatural divino; frente a la fuerza rotunda del milagro, la magia demoníaca y las maravillas orientales se revelan insustanciales e impotentes.

Existe un relativo consenso en considerar el *Libro* una refundición o creación clerical elaborada a partir de materiales tradicionales diversos (épicos, folklóricos, hagiográficos, historiográficos, monásticos, clericales). Los elementos sobrenaturales cumplen un rol fundamental en la arquitectura argumental del poema y, especialmente, en la reorientación monástico-clerical de esos materiales previos con los que se construye. Son incluso instrumento privilegiado de esta reorientación, ya que condensan muchos de los núcleos ideológicos y de las líneas principales de sentido que la vertebran. A través de los añadidos sobrenaturales se realizan, por ejemplo, la propaganda del monasterio de Arlanza en detrimento de otros cenobios cercanos y la transformación de Fernán González en un vasallo de Dios.

El potencial significativo de lo sobrenatural se orienta a una función doblemente legitimadora. Por un lado, una justificación de las aspiraciones políticas y militares del héroe y la comunidad castellana, pasada y presente, que él encarna. Por el otro, establece una vinculación estrecha y personalísima del conde (y a través de él, de toda Castilla) con la divinidad y el monasterio de Arlanza, intermediario fundamental entre ambos. Es prominente en el *Libro de Fernán Gonçález* un aspecto que reaparecerá luego en otros relatos: la conformación vasallática de los vínculos que unen a los individuos con Dios o el diablo. Siempre se sirve a uno u otro señor; en la concepción feudal medieval no hay espacio de autonomía posible.

El análisis pone de relieve la conexión estrecha que existe entre los distintos elementos extraordinarios del poema: las plegarias, los milagros, las profecías, las apariciones de los santos, los prodigios, la magia diabólica, el enfrentamiento entre

Dios y el diablo que atraviesa la historia. La conexión estrecha que se establece entre estos elementos, su interdependencia, así como la homogeneidad que presentan en lo que respecta a su funcionalidad narrativa, el imaginario del que participan y su valor ideológico, ofrecen un argumento a favor de la suposición de que corresponden a un mismo estadio y ámbito de composición del relato. Los elementos sobrenaturales, añadidos tardíamente a sustratos narrativos anteriores, concurren en un diseño coherente, de impronta monástico-clerical.

Ambigüedades y tensiones en el entramado clerical: imitaciones y desplazamientos del *Libro de Alexandre* al *Libro de Fernán Gonçález*

Cuando no se enmarca de manera clara e inequívoca en el ámbito de lo sobrenatural divino, en el *Libro de Fernán Gonçález* lo extraordinario aparece revestido de una ambigüedad inquietante. Esto se advierte en tres pasajes puntuales, que recrean o toman como fuente de inspiración el *Libro de Alexandre*; en estos episodios, el contraste entre el poema arlantino y su modelo contribuye a poner de relieve singularidades y líneas de sentido fundamentales de cada relato. Prominentemente, en los tres casos se comprueba que el *Libro de Fernán Gonçález* imprime a los incidentes un cariz sobrenatural o demoníaco ausente, a lo sumo levemente insinuado, en su modelo.

En primer lugar, se consideran los prodigios del hundimiento del caballero en la tierra y de la aparición de la serpiente furiosa en el cielo, reexaminados ahora en su vinculación con el eclipse lunar del *Libro de Alexandre*. En los tres casos se trata de prodigios cuya significación y tratamiento son ambiguos, rasgo que los distingue de otros componentes extraordinarios de los poemas: ni la voz narrativa ni el contexto en el que se insertan les asignan un sentido claro y unívoco. Su dilucidación — vacilante en la tensión entre el saber natural y la lectura simbólica, la fe verdadera y los engaños del diablo— queda a cargo de los personajes, que los leen de acuerdo con sus propios intereses y en pugna con otras interpretaciones posibles. El cotejo permite desentrañar la articulación que en los tres episodios se propone entre saber y poder, ambigüedad e interpretación.

A pesar de la coherencia y la unidad interna del *Libro de Fernán Gonçález*, una secuencia se destaca por la nota de disonancia que introduce en el conjunto: aquella en la que las mesnadas castellanas equiparan al conde a Satanás y a sí mismos, sus seguidores, con los demonios subalternos y la figura folklórica de la *hueste antigua*. Se trata de la única instancia en que se proyecta una sombra de duda y ambigüedad moral, que el poema no resuelve, sobre el protagonista; significativamente, para hacerlo se apela a argumentos y figuras de las esferas de lo sobrenatural, lo demoníaco y lo maravilloso. La disonancia puede explicarse por la imitación del *Libro de Alexandre* en la configuración del episodio, del que el modelo provee no solo la fuente argumental básica sino también otros elementos relevantes, así como por la ambigua valoración clerical del héroe extraordinario, a quien la desmesura aparta del orden natural. Para mejor comprender el episodio, entonces, se rastrea esa relación múltiple que el fragmento entabla con su modelo y se consideran las connotaciones que implican los recelos de los castellanos.

El entramado de la historia en la *Gran conquista de Ultramar*: genealogía fantástica, reelaboración de sustratos folklóricos y perspectiva providencial en el relato de las Cruzadas

Los elementos folklóricos, maravillosos y milagrosos de la *Gran conquista de Ultramar* se encuentran eficazmente integrados al relato de las Cruzadas e imprimen las coordenadas fundamentales que guían la interpretación de la historia que la crónica propone.

Es central para esta interpretación el concepto de linaje. Resulta clave en este sentido la inserción de la *estoria* del Caballero del Cisne, que provee de una genealogía fantástica a Godofredo de Bouillón y de un modelo ejemplar a la caballería cristiana en su conjunto. En esta *estoria* se reelaboran motivos y esquemas folklóricos extendidos (entre otros: la reina falsamente acusada y perseguida, el cónyuge maravilloso, el tabú); por lo general, esos sustratos primitivos y maravillosos aparecen transformados a través de operaciones de cristianización, racionalización, historización, atenuación, omisión, orientadas a volver el relato más verosímil o infundirlo del sentido providencial y el significado

religioso propios de la concepción sacralizada de la historia que impregna la crónica. Como efecto de esta profunda reelaboración, lo milagroso afirma su preeminencia como la categoría de lo extraordinario más extensa y desarrollada en la *estoria*; lo sobrenatural cristiano expande su órbita e incorpora a su lógica otras vertientes posibles de lo maravilloso.

Estas consideraciones se enmarcan en un análisis más amplio, que tiene por objeto el relato entero de la *Gran conquista de Ultramar*. Dos aspectos son fundamentales en la visión de la historia que atraviesa la crónica: la presencia demoníaca y las diversas formas de la intervención divina.

La figura del diablo es evocada en distintas instancias y bajo diversos ángulos, desplegando parte del polifacetismo que la caracteriza en la Edad Media. Al considerar los núcleos narrativos en los que resulta prominente, se destacan: la ambigüedad y el temor que suscitan ciertos personajes o encuentros extraños, tomados por demoníacos; la abjuración de Dios y la entrega voluntaria al demonio por parte del duque Rayner, un noble traidor; el exorcismo de una serpiente monstruosa poseída por un diablo, en su enfrentamiento con el caballero cruzado Baldovín. Asimismo, el diablo es una pieza fundamental en el relato y la interpretación de la historia que se propone, en la que la pérdida de la Tierra Santa, las sucesivas derrotas de los cruzados y las desavenencias entre ellos resultan comprensibles como producto del accionar demoníaco, bajo consentimiento de Dios. La escritura explicita el rol que le cabe al diablo en el plan de la creación y el curso de la historia, afirmando su subordinación a los designios divinos.

Como contracara del incesante obrar diabólico, la intervención de Dios a lo largo de la crónica es constante y multiforme, y se despliega en un espectro amplio que abarca desde sucesos sobrenaturales propiamente dichos hasta hechos de lo más corrientes pero dictados, según se declara, por su voluntad, además de eventos extraordinarios o apenas inusuales. En este horizonte, el milagro no constituye una categoría especial y diferenciada de fenómenos, y su ubicuidad penetra la fábrica de la historia. Absolutamente todo está comprendido por la providencia divina. Esta

presencia absoluta, puesta de manifiesto una y otra vez por la narración, es el marco que les otorga a los sucesos terrestres su proporción y sentido.

Las tierras de Ultramar son reivindicadas como propias por la cristiandad; en su representación, por lo tanto, no prevalece el extrañamiento. Apenas unos pocos trazos aislados remiten al imaginario del Oriente exótico y maravilloso: la raza monstruosa de los azemitanos, las riquezas y las maravillas técnicas y naturales que se acumulan en Alejandría y la corte del califa de Egipto, la asociación entre nigromancia y musulmanes. A través del personaje de Halabra, se afirma la subordinación de los saberes mágicos a la fe y el poder de Dios.

Entre la hagiografía y el romance: la mixtura de lo sobrenatural y lo maravilloso en las historias de reinas perseguidas del manuscrito escurialense h-I-13 (*Otas de Roma, Una santa enperatrís, Carlos Maynes*)

Los tres romances considerados reelaboran, en distintas medidas y formas, el esquema narrativo de la reina acusada. Este esquema articula una situación de acoso y la consecuente huida para preservar la integridad por parte de la heroína, quien soportará difamaciones, persecuciones y peripecias varias hasta lograr demostrar su inocencia. Como es evidente, exhibe un mundo en extremo hostil hacia la mujer, en el que esta enfrenta múltiples peligros y ocupa un lugar de suma vulnerabilidad. Su virtud no basta para protegerla; sin embargo, no está desamparada.

Los relatos analizados resuelven de diversa manera este conflicto. En *Otas de Roma* y *Una santa enperatrís*, las emperatrices logran preservar su castidad y restituir su honra gracias a la concurrencia de su virtud, la magia, el milagro y el auxilio de Dios y la Virgen. *Carlos Maynes* es, por contraste, la más secularizada de estas aventuras; en este caso, el socorro necesario para defender el cuerpo, la honra y el rol social de la mujer lo provee un abanico de ayudantes masculinos. La magia y el milagro, sin embargo, no desaparecen, sino que se circunscriben a episodios secundarios y reorientan sus funciones, revelándose imprescindibles para el restablecimiento de la justicia y la verdad en un espacio cortesano corrompido por mentiras, traiciones, injusticias y abusos de los poderosos.

Según se desprende de lo expuesto, en los tres romances los elementos sobrenaturales y maravillosos se orientan a resolver, en el plano de la ficción, problemas que se presentan como irresolubles por medios ordinarios. En los tres relatos puede leerse, pues, la irrupción de lo mágico y lo milagroso como un síntoma, a través del cual la narración a un mismo tiempo evidencia y soluciona conflictos sociales y políticos profundos, que se conciben como insalvables a través de mecanismos cotidianos y terrenales.

Desde esta perspectiva, se traza una tipología de los elementos sobrenaturales y maravillosos que se conjugan en cada relato, atendiendo a sus características y funciones. La particular mixtura entre lo milagroso, lo mágico y lo maravilloso de raíces folklóricas es, sin duda, uno de los varios aspectos en que se plasma, en los tres textos, el cruce entre hagiografía y romance que caracteriza al códice escurialense. Frente a la imbricación de los órdenes del milagro y la maravilla bajo un claro predominio de lo sobrenatural divino que distingue a *Otas de Roma* y *Una santa enperatrís*, en *Carlos Maynes* (en el que prima el modelo caballeresco) estos elementos se presentan acotados a episodios puntuales y más nítidamente separados. En esta dirección se sitúa, como se verá, el *Libro del cavallero Zifar*.

Reinos lejanos, milagros posibles y maravillas exóticas en el *Libro del cavallero Zifar*

El mundo narrativo rico y complejo del *Libro del cavallero Zifar* articula, entre otros componentes, lo sobrenatural divino, lo maravilloso exótico, lo maravilloso inexplicado y los reinos lejanos maravillosos de ascendencia feérica y folklórica. El tratamiento y el valor de verdad que el relato otorga a unos y otros tipos de fenómenos, sin embargo, son diferentes.

El mundo que habitan los personajes del romance integra lo natural y lo sobrenatural como dos dimensiones indisociables en la fábrica de lo real. Los itinerarios del Caballero de Dios y su familia están jalonados de eventos sobrenaturales: sueños reveladores, mensajes proféticos, voces celestiales,

resurrecciones, manifestaciones de la Virgen María o Jesucristo, entre otros milagros. Las diversas formas de la intervención divina se entrelazan en la narración con las aventuras de los protagonistas, que son guiados por Dios.

La imagen del mundo subyacente, de tradición libresca y producto de un complejo sincretismo cultural, coincide, en buena medida, con la del *Libro de Alexandre*; en consonancia, en la descripción de las tierras remotas a menudo se recurre a rasgos propios de lo maravilloso exótico. Aparece en el relato, por otra parte, una forma de lo maravilloso ausente del resto del corpus: lo extraordinario inexplicado. Se enmarcan en esta categoría las corazonadas que tienen diversos personajes y, en particular, la muerte de los caballos, un suceso anómalo al que no se le asigna ninguna causa, ningún significado moral o simbólico evidente.

Los aspectos revisados hasta aquí forman parte del plano real en el que se desenvuelven las acciones de los personajes. Dentro del vasto universo del romance, sin embargo, se articulan reinos maravillosos, subalternos y periféricos, en los que rigen reglas naturales y sociales diferentes de las del mundo real: la ciudad subacuática del Lago Solfáreo y el imperio de las Ínsulas Dotadas. Las aventuras que tienen lugar en estos reinos remotos, de claras raíces feéricas y folklóricas, comparten la peculiaridad de que culminan en el fracaso del héroe caballeresco; ambas, por otra parte, se desarrollan bajo el signo ambiguo e incierto de lo fantástico. Sin embargo, una vez concluidas, el relato mayor recupera esas aventuras y resignifica esos fracasos, transformándolos, a través de una recodificación de lo maravilloso feérico en clave cristiana, simbólica y moral.

El *Libro del cavallero Zifar* avanza hacia una delimitación más nítida de lo sobrenatural y lo maravilloso. En él lo maravilloso (no solo en su vertiente exótica, sino también mágica y feérica) se proyecta a territorios distantes, separados del mundo cotidiano, en los que puede verse una prefiguración del espacio diferenciado de la aventura caballeresca: parajes lejanos e inciertos hacia los que el caballero parte en busca de su destino y donde deberá afrontar una serie de pruebas. Esto

marca una divergencia notoria con lo observado en los textos centrales del corpus, en los que lo maravilloso y lo sobrenatural tienden a coexistir en, y a menudo luchar por, los mismos espacios, a confundirse y mezclarse. Por otra parte, asoman en el *Libro del cavallero Zifar* formas de lo extraordinario hasta el momento inexploradas en la narrativa en castellano: lo extraño inexplicado y desprovisto de un significado explícito; lo maravilloso feérico en su estado más puro; las vacilaciones de lo fantástico. Las tres apuntan, coincidentemente, a zonas de lo maravilloso más perturbadoras y más inciertas que las transitadas previamente, iluminadas por la preeminencia constante y protectora de lo sobrenatural divino. En estas innovaciones se insinúan nuevos caminos posibles para la ficción.

Referencias bibliográficas

Fuentes

Alexandre. Ed. Jorge García López. Barcelona: Crítica, 2010.

Antología castellana de relatos medievales (Ms. Esc. h-I-13). Ed. Carina Zubillaga. Buenos Aires: Secrit, 2008.

La gran conquista de Ultramar. 4 vols. Ed. Louis Cooper. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1979.

Libro de Fernán Gonçález. Ed. Itzár López Guil. Madrid: Biblioteca Nueva, 2001.

Libro del caballero Zifar. Ed. Cristina González. Madrid: Cátedra, 1983.

Estudios

ALCATENA, María Eugenia - *Lo maravilloso y lo sobrenatural en el período de emergencia del verso y la prosa literaria en castelhano*. Buenos Aires: Tesis di Doctorado en Literatura, defendida en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 2018.

BARTLETT, Robert - *The Natural and the Supernatural in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BROWNLEE, Marina - "Romance at the Crossroads: Medieval Spanish Paradigms and Cervantine Revisions". In KRUEGER, Roberta (ed.) - *The Cambridge Companion to Medieval Romance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 253-266.

DASTON, Lorraine - "Marvelous Facts and Miraculous Evidence in Early Modern Europe". *Critical Inquiry* 18:1 (1991), pp. 93-124.

DASTON, Lorraine y PARK, Katharine – *Wonders and the Order of Nature, 1150-1750*. New York: Zone Books, 2001.

DEYERMOND, Alan – “The Lost Genre of Medieval Spanish Literature”. *Hispanic Review* 43:3 (1975), pp. 231-259.

DUBOST, Francis – *Aspects fantastiques de la littérature narrative médiévale (XIIème - XIIIème siècles)*. *L'Autre, l'Ailleurs, l'Autrefois*. Paris: Librairie Honoré Champion, 1991.

DUBOST, Francis – “Merveilleux et fantastique au Moyen Âge: positions et proposition”. *Revue des Langues Romanes* 100 :2 (1996), pp. 1-36.

DUBOST, Francis – “‘Quelque chose que l'on serait tenté d'appeler le fantastique...’ Remarques sur la naissance du concept”. *Revue des Langues Romanes* 101:2 (1997), pp. 1-36.

FERLAMPIN-ACHER, Christine – *Merveille et topique merveilleuse dans les romans médiévaux*. Paris: Champion, 2003.

GÓMEZ REDONDO, Fernando – *Historia de la prosa medieval castellana. El desarrollo de los géneros. La ficción caballeresca y el orden religioso*. Madrid: Cátedra, 1999.

GOODICH, Michael – *Miracles and Wonders: The Development of the Concept of Miracle, 1150-1350*. Aldershot: Ashgate, 2007.

HARDON, John – “The Concept of Miracle from St. Augustine to Modern Apologetics”. *Theological Studies* 15 (1954), pp. 229-257.

JANIN, Erica – “Elementos sobrenaturales en el *Cantar de Mio Cid*, *Poema de Alexandre*, *Poema de Fernán González* y *Mocedades de Rodrigo*: manifestaciones y funciones”. *Incipit* 35 (2015), pp. 103-125.

LE GOFF, Jacques – “Lo maravilloso en el Occidente medieval”. In *Lo maravilloso y lo cotidiano en el Occidente medieval*. Barcelona: Gedisa, 1996, pp. 9-24.

LOZANO RENIEBLAS, Isabel – *Novelas de aventuras medievales. Género y traducción en la Edad Media hispánica*. Kassel: Reichenberger, 2003.

MENEGHETTI, Maria Luisa – *Il romanzo nel Medioevo*. Bologna: Il Mulino, 2010.

MICHAEL, Ian – “Fantasía versus maravilla en el *Libro de Alexandre* y otros textos”. In SALVADOR MIGUEL, Nicasio, LÓPEZ-RÍOS, Santiago y BORREGO GUTIÉRREZ, Esther (eds.) – *Fantasía y literatura en la Edad Media y los Siglos de Oro*. Madrid – Frankfurt am Main: Iberoamericana - Vervuert, 2004, pp. 283-298.

MORALES, Ana María – “Lo maravilloso medieval en literatura”. *El hilo de la fábula* 2-3 (2000), pp. 118-128.

MORALES, Ana María – “Lo maravilloso medieval y los límites de la realidad”. In Morales, Ana María, SARDIÑAS, José Miguel y ZAMUDIO, Luz Elena (eds.) – *Las fronteras de lo fantástico*. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2003, pp. 15–41.

MORALES, Ana María – “Transgresiones y legalidades (lo fantástico en el umbral)”. In MORALES, Ana María y SARDIÑAS, José Miguel (eds.) – *Odiseas de lo fantástico*. México D. F.: Ediciones de los Coloquios Internacionales de Literatura Fantástica, 2004, pp. 25-37.

MORALES, Ana María – “Función y forma de lo maravilloso en la literatura de caballerías: de la canción de gesta al *roman*”. In KUNZ, Marco, MORALES, Ana María y SARDIÑAS, José Miguel (eds.) – *Lo fantástico en el espejo*. México D. F.: Ediciones de los Coloquios Internacionales de Literatura Fantástica, 2006, pp. 31-55.

MORALES, Ana María – “Credibilidad, percepción y reacción: los vaivenes de lo maravilloso a lo fantástico”. In MORALES, Ana María y SARDIÑAS, José Miguel (eds.) – *Rumbos de lo fantástico: actualidad e historia*. Palencia: Cálamo, 2007, pp. 155-77.

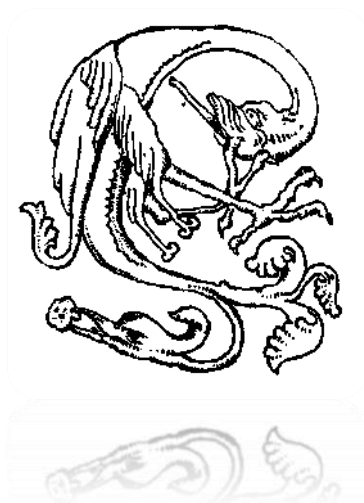
TODOROV, Tzvetan – *Introducción a la literatura fantástica*. México D. F.: Premia, 1980.

WARD, Benedicta – *Miracles and the Medieval Mind: Theory, Record, and Event, 1000-1215*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1993.

ZUMTHOR, Paul – *Essai de poétique médiévale*. Paris: Seuil, 1972.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ALCATENA, María Eugenia – “Lo maravilloso y lo sobrenatural en el período de emergencia del verso y la prosa literaria en castellano.”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 463-482. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 34 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

Os códices iluminados de corte nos primeiros três quartéis do século XV em Portugal: propósitos, métodos e propostas de uma investigação

Illuminated court manuscripts from the first three quarters of the 15th century Portugal: goals, methods, and proposals of a research project

Catarina Martins Tibúrcio

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

catarinatiburcio@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5686-732X>

Data recepção do artigo / Received for publication: 5 de Abril de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7040>



Introdução

Em Portugal, as cortes régias e as cortes principescas, dos primeiros três quartéis do século XV, foram ativos centros produtores do livro iluminado ou, no mínimo, centros literários onde se estudavam, idealizavam, criavam e compunham textos de fundo eminentemente moralístico-filosófico. Autênticos guias práticos de conduta do ser nobre e cortês. Versavam, pois, sobre as atividades do quotidiano dos altos dignitários do reino, acima de todas elas, a política, mais precisamente, o exercício do poder.

Para além da conceção da narrativa, muitas vezes assinada pelos próprios reis e príncipes, acontecia naqueles mesmos espaços, a fruição desses escritos que funcionaram para a nova dinastia de Avis como material propagandístico e doutrinário, com vista à legitimação e afirmação da jovem casa reinante.

A tese que defendemos¹ partiu deste contexto sociocultural português, do final da Idade Média, comumente aceite pela historiografia, e propôs-se a provar como tendo tido origem no *scriptorium* real, oito dos mais emblemáticos códices iluminados que desta época chegaram até nós. O objetivo primordial era este. Provar que todos foram produzidos no *scriptorium* do Paço régio que já existiria anteriormente ao reinado de D. Afonso V². Contudo achámos imprescindível colocar outras questões adicionais que sustentariam com maior firmeza a confirmação ou refutação da tese de partida. Para lá do *onde*, quisemos identicamente dar resposta ao *como*. O *como* dos aspetos materiais e operativos do processo. Quisemos determinar, portanto, o *modus operandi* de escribas e iluminadores, que esteve por

1 TIBÚRCIO, Catarina Martins - *Os códices iluminados da corte portuguesa no século XV (1400-1470): a origem, a produção e os usos a partir de uma abordagem interdisciplinar*. Lisboa: Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2023.

² Leia-se desde o reinado de D. Duarte ou de D. João I. A existência da livraria real vem mencionada em documento de 1450, já em tempo de D. Afonso V. Vide VITERBO, Sousa - *A cultura intelectual de D. Afonso V*. Lisboa: Off. Typ. Calçada do Cabra, 1904 e GOMES, Saúl - *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 157.

detrás da manufatura destes manuscritos, o que concorreria, em paralelo, para corroborar ou rebater a hipótese matriz de origem comum. Mas também o *como* do usufruto e da circulação, dentro e fora do meio criador. Por outro lado, o *quando*, que para três dos oito casos, não era (é), de todo, consensual, poderia beneficiar em alguma clarificação.

A metodologia genérica contemplou um tratamento analítico, confrontativo e interdisciplinar ao objeto de estudo. Foram envolvidas as disciplinas da Codicologia, da Paleografia, da História da Arte e da Química aplicada à análise do património. A cada capítulo, e depois de apresentado o Estado da Questão, corresponderam os estudos respeitantes a cada uma destas áreas do saber. Como não poderia deixar de ser, porque se trata de áreas científicas perfeitamente individualizadas, cada qual assumiu metodologia própria, no que se refere aos procedimentos analíticos, porém comum, no que toca ao comparativismo e à integração. As ponderações finais ou os resultados da investigação surgiram da complementaridade entre as quatro disciplinas, por via do cotejo multidirecional entre elas.

Oito códices iluminados dos primeiros setenta anos de Quatrocentos foram eleitos para formar o *corpus* de estudo: a *Crónica de D. Duarte de Meneses*, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (CDDM); a *Crónica dos feitos da Guiné*, da Biblioteca Nacional de França (CFG); dois códices da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, da Academia das Ciências de Lisboa e da Biblioteca Nacional de França (CGEL e CGEP); o *Leal Conselheiro e Livro da Ensinança*, da Biblioteca Nacional de França (LCLE); dois códices do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, da Biblioteca Municipal de Viseu e da Biblioteca da Real Academia de História de Madrid (LVBV e LVBM); e a *Vida e feitos de Júlio César* (VFJC), da Biblioteca do Real Mosteiro de San Lorenzo do Escorial em Madrid.

Todos os estudos, exceto o artístico, por ser o que mais diretamente está relacionado com a área da tese – a História da Arte – foram precedidos de um introito explicativo do conceito e da história da disciplina e em que moldes e porquê a iríamos integrar na investigação. No caso das análises laboratoriais foi mandatário ir um pouco mais longe, neste âmbito, explicando noções de química básica e o modo de atuação das

diferentes técnicas, numa linguagem acessível a qualquer público (mormente os historiadores e os historiadores da arte a quem, particularmente, se destina o nosso estudo). No fundo quisemos desmontar os conceitos complexos da química e trazê-la à interpretação histórica e artística do objeto de estudo. Tudo isto para nos permitir posicionar estas outras disciplinas no domínio da História da Arte, ou melhor dito, no novo domínio da História da Arte que respeita e busca a colaboração de diferentes áreas do saber no intuito de atingir uma compreensão o mais global e profunda possível do objeto artístico.

Estudo: objetivos e metodologias

Albert Derolez, paleógrafo e codicólogo, autor do livro *Archaeology of the manuscript book of the Italian renaissance*, distingue duas codicologias, ou os dois campos onde ela opera: “(...) *une codicologie lato sensu ou science interdisciplinaire qui étudie les manuscrits et tant que phénomènes de l’histoire culturelle, et une codicologie stricto sensu ou archéologie du livre*”³. A codicologia *stricto sensu* vai estudar todos os aspetos físicos e materiais do códice, sintetizar a informação obtida e conectá-la com a de *lato sensu*, i.e., com o pensamento histórico, nas suas diversas vertentes, com o propósito de se alcançar alguma progressão no entendimento do códice em si, do códice no seu local de produção, e dele enquanto testemunho vivo para a história do livro medieval e, em particular, do livro medieval do ocidente. Foi neste esquema teórico que assentaram os pressupostos da tese que redigimos.

No decurso da investigação demos clara preferência – por se tratar de um estudo sobre a materialidade dos códices – à consulta dos manuscritos no local. No primeiro contato direto esclarecemos dúvidas suscitadas por uma preambular análise alicerçada em cópias digitais, no caso específico dos três códices da Biblioteca Nacional de França e do manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Quanto aos restantes códices, quer os sites em Portugal, quer os pertencentes a duas bibliotecas espanholas, não havendo deles cópias digitais disponibilizadas na Web, só a observação *in situ* permitiu a primeira abordagem. A segunda fase de

³ DEROLEZ, Albert – *Archaeology of the manuscript book of the Italian renaissance*. Roma: Unione Internazionale degli Istituti di Archeologia Storia e Storia dell’Arte in Roma, Arbor Sapientiae Editore S.r.l., 2018, p. 10.

conferência dos dados reunidos de primeiro, foi efetuada para os códices de Paris e do Tombo. A formulação das conclusões preliminares, para estes, para a *Crónica Geral de Espanha de 1344 de Lisboa* (CGEL) e para o *Livro da Virtuosa Benfeitoria de Viseu* (LVBV), foi desenvolvida, com base em imagens procedentes de levantamento fotográfico. Já os códices que se encontram em Espanha – a *Vida e feitos de Júlio César* (VFJC) e o *Livro da Virtuosa Benfeitoria de Madrid* (LVBM) –, nunca foram sujeitos a qualquer revisão digital ou fotográfica, uma vez que o acesso às reproduções é exclusivamente pago e o registo fotográfico proibido, circunstância limitativa que se manteve até ao final da investigação. Por esse motivo sentimos que o exame a estes dois códices pecou por defeito. Ainda assim seguimos nas condições possíveis, assumindo-as. A segunda observação no local foi, como seria de prever, a mais esclarecedora e proveitosa – tendo em conta a dicotomia sempre presente, elementos a analisar / tempo disponível – pois a nossa mente partiu bem mais experimentada, conhecedora e orientada para o resultado real que pretendíamos alcançar.

A recolha e organização dos informes baseou-se na lista de componentes codicológicos sugerida por Aires Nascimento⁴ nos seus estudos, que embora seja *demasiado* sistemática e descritiva para o cotejo dedutivo que desejávamos elaborar foi pedra basilar da sua edificação.

Podemos dizer então que a nossa abordagem se enquadrou no espírito teórico-prático da codicologia quantitativa e da arqueologia do livro, vertentes de investigação dentro da codicologia, ou, mais do que isso, o seu fundamento. Tanto uma, quanto a outra têm sido intensamente discutidas pelos mais reputados codicólogos, que veem nelas a direção que a codicologia de hoje deve seguir. Só munida de rigor científico, a codicologia poderá libertar-se da conjetura e proporcionar o melhor entendimento possível no que se refere ao códice medieval, olhando-o enquanto objeto de estudo, não só entendido como o alvo etéreo das indagações, mas como objeto propriamente dito, um todo material, palpável, mutável e divisível, logo, passível de análise sob os mais variados prismas: o

⁴ NASCIMENTO, Aires; DIOGO, António Dias – *Encadernação portuguesa medieval: Alcobaça*. Lisboa: INCM, 1984, p. 30.

chamado *objeto-livro*; e ainda, e em paralelo, numa dimensão mais alargada, enquanto monumento histórico, dado o peso do tempo e a carga sociocultural que carrega⁵.

No estudo paleográfico, e conforme planeado, demos continuidade à linha quantitativa e de integração adotada no capítulo da codicologia. Tal como ela,

⁵ Ezio Ornato, o grande impulsionador do método quantitativista aplicado ao campo da codicologia, explicou a importância deste sistema de análise para a compreensão profunda e concreta do código medieval. De acordo com a sua visão, o estudo do livro medieval viu-se, e ainda se vê, refém da excessiva teorização dos problemas por parte dos codicólogos eruditos que são, na sua perspetiva, incapazes de observar e questionar as variáveis das quais se serve um quantitativista, e que, embora à primeira vista de somenos importância, são essenciais à compreensão integral do *objeto-livro* e dos fenómenos históricos, sociais, económicos, políticos, etc. a ele associados. No fundo, Ornato quis ressaltar o embate entre a subjetividade das aferições históricas puras, que não contam com o apoio fulcral das ciências exatas, e a objetividade de uma ciência arqueológica apoiada na aritmética, na estatística, na química, etc. O combate ao raciocínio, a vários títulos, impropriedade do teórico, encetaram-no os codicólogos a partir da década de 70 do século XX, secundados pela evolução tecnológica, sobretudo, no domínio da informática. Porém, e ao contrário do que o leitor possa pensar, a esta altura, a codicologia foi, e terá de necessariamente continuar a ser, uma ciência fundada no empirismo e na sensibilidade do investigador, sem os quais, as cifras extraídas do quantitativismo não têm qualquer leitura de contexto. Mais do que isso: na ausência de um conhecimento teórico sobre a história do livro manuscrito medieval “(...) *l'introduction du quantitatif dans les procédures d'expertise est inutile et dangereuse*”. Ou os números ficam desprovidos de interpretação, ou aquela que se fará corre o sério risco de não ter qualquer correspondência com a realidade dos factos. A arqueologia do livro opera a par do quantitativismo fornecendo-lhe os dados que este irá examinar, e de ambos se serve a codicologia, ou a codicologia quantitativa, conquanto achemos que esta segunda designação é redundante: “(...) *la codicologie quantitative, fondée sur une observation archéologique ad hoc des volumes, est la seule clé qui donne accès à la compréhension du fonctionnement du monde du livre*”. A união entre estas disciplinas permitiu ultrapassar a barreira limitativa das datações e da origem dos manuscritos, em torno das quais gravitava o estudo codicológico. E assim se progrediu para o nível seguinte: o do *como*. Basicamente, *como* foi produzido este manuscrito. E atingido este ponto, foi com agrado que notamos ser justamente esta a questão, colocada por nós no centro da investigação, desde o início do projeto de doutoramento, mesmo antes de qualquer contato com as considerações de codicólogos de carreira sobre o rumo que, na atualidade, a codicologia deve perseguir. De toda a teoria disponível se deve munir o quantitativista, de molde a conferir o melhor significado à análise que levou a cabo. Sem perder de vista, contudo, que “*Chaque fois que l'on obtient un résultat, il faut se demander, toujours et avant tout, s'il s'agit d'une réalité ou d'un mirage, et c'est toujours la deuxième hypothèse que l'on doit prendre pour bonne en première analyse*”. Nos anos 90 do século XX Ezio Ornato esboçava um desejo para o futuro, e que nós hoje, tentaremos a todo o passo cumprir: “*Le jour où méthodes quantitatives et méthodes érudites seront utilisées concomitamment et dans le même but, n'est peut-être pas loin*”. Resumindo, e para concluir, ainda nas palavras do autor: é função primordial do quantitativista “*transformar os dados numéricos em história*”. Frase curta, mas que define na perfeição a nossa atitude perante o código medieval. Com efeito, sem saírem do campo da codicologia, os codicólogos geram deduções que abrem novos horizontes à filologia, à história da arte e à história. ORNATO, Ezio e PETRUCCI, Armando – “La codicologie quantitative outil privilégié de l'histoire du livre medieval”. In *La face cachée du livre médiévale : l'histoire du livre vue par Ezio Ornato*. Roma: Viella, 1997, pp. 382-401; GRUYS, Albert – “De la “Bücherhandschriftenkunde” d'Ebert à la “Codicologie” de Masai”. In *Codicologica*. Vol. I - *Théories et principes*. Leiden: Brill, 1976, p. 33. Em termos gerais, em *La face cachée du livre medieval*, Ezio Ornato tratou a questão da cientificidade da codicologia, separando a abordagem experimental (arqueológica e quantitativa), da abordagem heurístico-dedutiva (erudita), que apesar das diferenças entre objetos e desafios de estudo e suas metodologias, são complementares.

entendemos paleografia, não como uma disciplina isolada, mas complementar da codicologia e de outras ciências humanas como a epigrafia, a diplomática, a filologia, a crítica textual, etc. Servem todas a História do Livro, ou a História do Livro Medieval e, neste caso particular, serviram a história dos códices de corte portugueses, dos três primeiros quartéis do século XV. Na nossa investigação, a paleografia veio auxiliar ao reajuste pretendido do *quando* e do *onde* (datação, origem e proveniência dos códices), mas veio, acima de tudo, dar resposta ao *como* e ao *quem*, e.g., *como* foi feito e por *quem* foi feito.

Esta foi uma abordagem que mais do que promover a interdisciplinaridade, como se compreenderá, dependeu profundamente dela. Estas questões entrecruzam-se e interpenetram-se, e ultrapassam os limites individuais das diversas áreas de conhecimento, tendo de ser todas levadas em consideração, com vista à compreensão global do objeto de estudo. Por esse motivo, somos adeptos e pusemos em prática, a integração das ciências duras em domínio das ciências humanas, de molde que o seu contributo concorra para um melhor entendimento da história deste conjunto de códices medievais de corte.

O estudo que apresentámos no segundo capítulo seguiu, pois, dois ramos da paleografia: a paleografia integral e a paleografia quantitativa e informaticamente suportada que atende às especificidades do traçado das letras com o objetivo de identificar a(s) mão(s) que o(s) desenhou(aram). À precisão e objetividade que a matemática, a geometria e a estatística fornecem a uma análise morfológica simples, em toda a linha subjetiva, a sua associação à informatização permite uma exponencial recolha e tratamento dos dados. O paleógrafo, ou, no caso, o medievalista, não têm de ser engenheiros informáticos ou humanistas digitais. Não é necessário perceber os processos que estão a montante dos resultados gerados pelo computador. É tão-só exigível que os saibam interpretar. É dessa descodificação, de que carecem os dados objetivos gerados pela máquina – uma das tarefas por nós levadas a cabo. A nossa opção metodológica está longe de, ainda atualmente, ser pacífica entre os paleógrafos. Ainda assim mantivemo-nos fiéis à ideia inicial, crenes de que a palavra-chave se mantinha *integração*. Integrar as várias ciências cujas matérias possam tocar a investigação em códices medievais, de

que este capítulo da paleografia foi, ao nosso ver, um exemplo paradigmático. Exemplo paradigmático da inclusão das ciências puras em território das ciências sociais, respaldadas pelo processamento computadorizado da informação. O envolvimento de novas tecnologias, além de possibilitar o tratamento de uma quantidade bem maior de dados, conferiu também maior exatidão aos resultados e muitas vezes alguma inovação, uma vez que permitiu a exploração de novas perspectivas. Entendemos, portanto, que este entrosamento interdisciplinar, foi a fórmula ideal para atingirmos resultados mais fiáveis e completos⁶.

Por outro lado, apresentava-se-nos ainda a questão da nomenclatura, que identicamente não reúne concórdia. Assim elegemos aquela mais clássica, porque também a mais comumente aceite, apesar de todas as limitações que autores mais recentemente dedicados ao problema lhe possam apontar. É que mesmo as perspectivas mais atuais não estão livres de objeções. Referimo-nos ao sistema Lieftinck. As três principais categorias de escrita estabelecidas por Lieftinck, com base na morfologia, são as seguintes: *textualis formata* (letra caligráfica muito cuidadosamente desenhada; a *textura* de Bernhard Bischoff); *textualis* (tout-court) ou *libraria* (uma caligráfica mais rápida); e *currens* (escrita rápida mais ou menos cursiva)⁷. Existe ainda a *cursiva* que se distingue das anteriores pela sua inclinação à direita, em relação à linha de texto, pelas pernas alongadas das letras, pelo laço nas hastes altas (incluindo no d), e pelos a, g e s finais de formas mais simples. De todo o modo, as novas perspectivas metodológicas que direcionam a análise no sentido da regionalização e não da generalização de procedimentos de escrita à escala europeia do ocidente chamaram a atenção para algo que sempre foi defendido pelos estudiosos da escrita do século XV em Portugal: o seu forte hibridismo identificador. Isto quer dizer que a nova dinastia ao tomar o poder e tendo no documento escrito um dos principais motores de legitimação e afirmação desse mesmo poder (dentro

⁶ Segundo Peter Stokes: “*Palaeography, like every other field, therefore cannot ever be purely objective. However, the more we can articulate our methods and our results, the more we can debate our different interpretations, the more we can aid communication and interpretation and analysis, and the more quantitative and new evidence we can bring to the discussion, the stronger our conclusions will be*”. STOKES, Peter – “Computer-aided Palaeography, present and future”. In *Codicology and Palaeography in the digital age*. Norderstedt: Herstellung und Verlag, Books on Demand GmbH, 2009, p. 331.

⁷ Vide características gerais da escrita gótica em BISCHOFF, Bernhard – *Latin Palaeography: antiquity and the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, pp. 145-153.

e fora de fronteiras), construiu uma escrita que reunia em si características das várias escritas em voga à época na Europa ocidental. Criaram uma escrita denominada *híbrida* pelos autores e que a distinguia de todas as outras que eram produzidas nos demais reinos europeus. Manifestou-se sobretudo nos diplomas, na documentação jurídico-administrativa emanada da Chancelaria régia, das chancelarias aristocráticas e do tabelionato, mas, cremos nós, foi igualmente, e como não poderia deixar de ser, absorvida pela produção livreira de corte.

O estudo paleográfico dividiu-se, então, entre estudo morfológico e estudo metrológico. O primeiro, um exame tradicional, empírico, dedutivo, cujos parâmetros de análise foram: o tipo de escrita, a forma, o peso, i.e., a relação entre traços espessos e delgados, a angulosidade, a cursividade, as ligações entre letras, as terminações⁸. A alternância à qual obedecem (ou não), ao longo do texto, e o modo como foram desenhadas, podem ser identificativas do seu autor. Atendemos também às ligações entre letras: qual o seu formato e o que elas nos poderiam dizer sobre a posição da pena, e eventualmente, sobre a mão do escriba, no momento em que foram executadas. Tentámos perceber, ainda, se existia maior ou menor cuidado na escrita, critério que está sobremaneira associado ao grau de angulosidade e cursividade, e necessariamente à rapidez da cópia. Depois saímos um pouco do domínio da morfologia, para incluirmos outros parâmetros a exame que, do nosso ponto de vista, estão intimamente relacionados com o estilo individual de escrita de um copista: a disposição das letras dentro da palavra e a disposição das palavras na linha de texto. Estudámos a regularidade ou irregularidade destes arranjos, bem como a relação que as palavras estabelecem com os limites impostos pela justificação e regramento. Refletimos sobre o *ductus* (a ordem pela qual os traços constitutivos das letras são desenhados e a direção da pena em cada delineamento),

⁸ De acordo com Léon Gilissen, a grossura ou a leveza dos traços de escrita dependem de quatro fatores principais: o instrumento; o modo como ele foi calibrado, de acordo com as exigências da escrita ou com o gosto/costume do copista; a posição em que coloca a pena sobre o pergaminho, em relação à linha de regramento (ângulo de escrita); e, finalmente, como faz progredir a pena no traçado sucessivo dos signos. Lembramos que o escriba corta a ponta da pena de acordo com os seus hábitos de trabalho e com o resultado que pretende obter. O desgaste da ponta da pena, no decurso da cópia, também pode provocar alterações na espessura dos traços, mas estas de origem não intencional. Vide relações admissíveis entre todos estes critérios e características em GILISSEN, Léon – *L'expertise des écritures médiévales. Recherche d'une méthode avec application à un manuscrit du XIe siècle : le Lectionnaire de Lobbes, codex Bruxelliensis 18018*. Ghent : E. Story-Scientia, 1973, p. 38.

o formato do bico da pena e as consequências práticas que essa configuração teria no traçado. Tentámos determinar o comportamento da pena no que se refere a eventuais indícios de desgaste, sua localização e frequência; e igualmente no que toca ao percurso deste instrumento de escrita sobre o pergaminho, sinalizando, e.g., possíveis resistências, resultantes do atrito entre a ferramenta *scribendi* e o suporte, que se materializam em deformidades no desenho das letras; e, por fim, em que medida estas dificuldades estariam associadas ao tipo de instrumento de escrita e talhe do bico, e à postura corporal do copista (tronco, braço e mão) por oposição ao mobiliário de escrita. Este tipo de pesquisa paleográfica pretendeu superar a análise morfológica mais elementar, indagando mais além, sobre qual o modo de operar do artesão, na sua dimensão prática, mas identicamente, ao nível dos esquemas mentais que estiveram por detrás da execução. Muito do que tencionámos conhecer para lá da objetividade da matéria foi-nos revelado pelo diálogo que soubemos e pudemos manter com ela, enquanto único testemunho vivo de toda a ação que lhe deu origem⁹.

O segundo exame consistiu na medição informaticamente assistida de diversos componentes de uma letra e de uma escrita sendo eles: unidade de regramento, altura do corpo da letra, comprimento das hastes altas, comprimento das hastes baixas, ângulo de inclinação da letra, ângulo das hastes altas, ângulo das hastes baixas, espaçamento entre palavras, largura da letra e superfície escrita. Este género de estudo, chamado metrológico, ainda em fase experimental¹⁰ no campo da paleografia, visa, tal como vimos para a codicologia, a aplicação de métodos estatísticos, mensuráveis, exatos, enquanto auxiliares dessa análise formalista. Esta última, de forte cariz especulativo, tenta alcançar maior consistência de conclusões,

⁹ Vide a este respeito D'HAENENS, Albert – *Écrire, utiliser et conserver des textes pendant 1500 ans*. Louvain-la-Neuve: Centre interuniversitaire de l'Histoire de l'Écriture, 1983, pp. 240-246.

¹⁰ A análise metrológica foi realizada com base no programa informático *Graphoskop* que é disponibilizado livremente online, como ferramenta de apoio à paleografia. Consiste num *plug-in* dentro do *logiciel ImageJ*. Foi concebido na École Nationale des Chartes e apresentado por Maria Gurrado em 2009. Dos programas criados nesta área da paleografia é dos mais simples de utilizar. Por essa razão é, de facto, dos mais usados pelos investigadores, mas também, por ser gratuito e acessível a qualquer pessoa, e por ser de fácil emprego, desde que tenhamos a digitalização dos fólios em qualquer formato de imagem: JPEG, TIFF, GIF, etc. Mesmo com resoluções de inferior qualidade é possível aumentar a imagem e trabalhar sobre ela. ATTIA, Élodie ; GURRADO, Maria ; MAILLOUX, Anne – “Les caractères discrets de l'écriture : paléographie quantitative à l'âge du numérique”. *Memini* [em linha] 26 (2020). Disponível em <http://journals.openedition.org/memini/1697>.

por intermédio dos números (que no caso, se traduzem em medições), no intento de se descobrir especificidades na escrita de cada copista, por mínimas que sejam, e que por isso, escapam por norma ao estudo morfológico, ou não são tão bem entendidas por ele. O manuseio do sistema por parte do operador pode conduzir a erros e enviesamentos da amostra e conseqüentemente dos resultados que só a honestidade intelectual do utilizador pode prevenir e atenuar.

Foram selecionados três fólhos por códice que julgámos ser a amostra mínima representativa da evolução da escrita. Este critério foi aplicado diretamente aos códices considerados como sendo da autoria de um só copista, pelos autores que antes de nós os estudaram. Limitações de tempo não permitiram que o mesmo critério fosse aplicado aos códices que incluem mais do que uma unidade codicológica e que coincidentemente foram tidos, à partida, como da autoria de mais do que um escriba. Neste caso acabaram por fazer parte da amostra apenas um fólho por unidade codicológica.

Partimos de uma atribuição preliminar fundada numa observação, também ela preambular das escritas. Tivemos igualmente em conta as considerações que, nos mesmos moldes foram tidas por outros autores. Houve ainda que atentar ao facto de nem todos os códices do grupo estarem escritos com o mesmo tipo de letra. A maioria apresenta-se numa gótica libraria. As exceções são o LVBV e o Prólogo do LO (*Livro dos Ofícios*), segunda unidade codicológica do LVBM (a primeira é o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, propriamente dito).

Decorrente dos exames individuais e comparativos nas duas vertentes de análise – morfológica e metrológica – propusemo-nos obter informações significantes no que concerne à identificação dos copistas, aos métodos de trabalho do hipotético *scriptorium*, e aos usos da época, no que à arte da escrita diz respeito.

O estudo artístico dividiu-se essencialmente entre a decoração maior e a decoração menor. A primeira englobou todos os grandes elementos da iluminura, que já de si, são, em termos genéricos, comuns ao *corpus*, o que suscitou desde sempre a sobejamente mencionada sensação de *ar de família*. Falamos, em concreto, das

cercaduras e as iniciais de prólogo, das iniciais a cores e ouro e das iniciais a cores e filigranadas do interior do códice. A segunda abarcou as rubricas e a decoração do texto. Demos continuidade aqui à lógica comparativista intra e intermanuscrito, no intuito de, uma vez mais, se apreender, na medida do exequível, os modos de fazer vigentes no local, ou nos locais de produção destes códices. As marcas de uso pelo seu carácter artístico foram também abrangidas por este ponto.

Por fim, nesta abordagem interdisciplinar, juntámos o estudo laboratorial que envolveu a análise química às tintas de escrita e de iluminura e aos metais nobres. Foi levado a cabo em parceria com o Laboratório HERCULES, da Universidade de Évora, no âmbito do E-RIHS MOLAB, programa europeu para o estudo científico e tecnológico do património, em laboratório móvel, o que não implica a deslocação do objeto artístico colocando em prática técnicas não-invasivas, i.e., que comprometem o mínimo possível a integridade física e a conservação da obra de arte. As técnicas utilizadas foram a Fotografia de Fluorescência de Ultravioleta (UVF), a Fotografia de Infravermelhos (IVF), a Microscopia Digital (MD), a Espectroscopia de fluorescência por dispersão de energia de Raios-X (EDXRF), a Microespectroscopia de fluorescência por dispersão de energia de Raios-X (μ XRF), a Espectroscopia de refletância por fibra ótica, no comprimento de onda do ultravioleta e do visível (UV-Vis FORS), e a Espectroscopia de infravermelho por transformada de Fourier (ER-FTIR). O conjunto das técnicas envolvidas nesta pesquisa coincidiu com o protocolo para análises não-invasivas em iluminura proposto por Catarina Miguel e Maria João Melo, do Laboratório HERCULES e do Departamento de Conservação e Restauro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, respetivamente, que desde os anos 2000, investigam laboratorialmente pigmentos de códices iluminados medievais¹¹. Este protocolo é, de uma forma genérica, defendido e adotado por todos os investigadores em ciências do património. Estabeleceu-se então, um protocolo de atuação para o técnico/investigador assente em pressupostos relacionados com o acesso e o manuseamento dos códices medievais e a complementaridade necessária às técnicas de análise. Salientou-se nele a importância de o exame privilegiar a inclusão de vários pontos para uma

¹¹ MIGUEL, Catarina *et al.* – “A study on red led degradation in a medieval manuscript Lorvão Apocalypse (1189)”. *Journal of Raman Spectroscopy* 40 (2009), pp. 1967-1973.

mesma cor e de esses pontos serem observados pelas diferentes técnicas. As pesquisas devem, portanto, seguir a sequência: UV-Vis FORS, MD, XRF e FTIR. Tanto uma, quanto outra diretriz foram tidas em conta no nosso estudo: efetuámos a análise dos espectros FORS atendendo aos máximos de refletância e absorvância dos azuis, verdes e violetas e pontos de inflexão de amarelos, laranjas e vermelhos. Em seguida introduzimos a MD que possibilitou identificar misturas e áreas de alteração das tintas. Depois as XRF que permitiram descobrir quais os componentes metálicos, identificar pigmentos não coloridos, como o branco, o preto e o cinzento, não identificáveis com FORS, detetar camadas sobrepostas, reconhecer mordentes de corantes e pigmentos-laca, e impurezas; informação toda ela muito útil à aferição da origem dos materiais utilizados. Presidiram a este conjunto de técnicas os exames de área protagonizados pelas fotografias de ultravioleta e infravermelhos, que nos deram a perceção geral e preambular dos materiais em presença através da reação visível dos mesmos às ditas radiações: escuridão/luminescência, opacidade/transparência, etc.

Apenas três dos oito manuscritos foram sujeitos a este tipo de estudo visto não ter sido obtida autorização por parte das instituições custodiais para que se concretizasse nos demais cinco.

A metodologia teve em conta, e em primeiro lugar, a seleção dos fólhos de cada códice. Elegeram-se os fólhos mais representativos em função dos nossos objetivos, i.e., na CGEL escolheram-se fólhos decorados por cada iluminador¹², com vista à comparação intramanuscrito. Uma vez que os programas decorativos dos outros dois códices (CDDM e LVBV) se distanciam do repertório da CGEL e se organizam essencialmente, entre portada ornada (a toda a volta do texto e com capitular figurada) e iniciais de capítulo a cores e ouro e filigranadas, seleccionámos a partir de cada um desses tipos artísticos, as cores comuns aos três manuscritos, para assim

¹² Assumindo a autoria da iluminura da CGEL por parte de três iluminadores: o iluminador 1, o mestre; o iluminador 2, que substituiu o mestre de meio do códice até ao final; e o iluminador 3, a presença mais assídua. Vide a nossa tese defendida na dissertação de mestrado, TIBÚRCIO, Catarina Martins – *A iluminura do Manuscrito 1 Série Azul da Crónica Geral de Espanha de 1344 da Academia das Ciências de Lisboa: da técnica e do estilo individual ao posicionamento no seu ambiente criador*. Lisboa: Dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 142-149.

autorizar o cotejo intermanuscrito. Resultou então em aproximadamente 9 fólios por códice. Depois, em cada fólio começámos por examinar três pontos por tinta de escrita, por tinta colorida da iluminura, e por superfície dourada, preferencialmente empregando em cada exato ponto, ou em pontos vizinhos a ele, cada uma das técnicas de análise, com vista à comparação entre técnicas, entre fólios e entre manuscritos. Com a repetência dos resultados, esperando nós, a cada novo ponto de análise, em cada cor, metal, ou tinta de escrita, que não existia variabilidade substancial nas respostas, e dadas as contingências de tempo e acessibilidade às obras, passámos de três para dois pontos, em cada local examinado. No caso das tintas de escrita foram eleitos, pelo menos, pontos no texto e pontos nos restantes constituintes a apreciar: letras caligrafadas, decoração das letras caligrafadas e hastes alongadas, e rubricas (títulos dos capítulos, caldeirões e reclusos).

A aplicação prática destas técnicas envolveu um número apreciável de limitações, não só o tempo disponível, mas sobretudo o próprio momento de aquisição dos dados que conta com sempre com um cenário multivariável que afeta sobremaneira a sua exatidão.

Estudo: Propostas interpretativas

Os principais contributos desta tese de doutoramento tocaram, em primeiro lugar, uma das questões centrais que quisemos ver clarificadas: que datações para estes manuscritos? No caso, a data de finalização do códice, depois de terminada a cópia e a decoração. Muitas destas datas foram avançadas em estudos anteriores ao nosso, como dissemos antes, de fundo eminentemente literário, com as quais, de um modo geral, concordamos. De todo o modo, a nossa investigação e o cruzamento da informação por nós obtida, com aquela proveniente dos estudos que a antecederam, permitiu uma fixação mais precisa, ao abrigo das teses por nós desenvolvidas, das datas de início dos trabalhos de redação do texto primitivo e da conclusão das cópias que constituem o *corpus* de estudo.

No que respeita às datações que não reuniam consenso quando elaborámos o estado da questão, elas dizem respeito a três dos oito códices: a CGEL, com um limite *ante quem* em 1438, por força do registo que consta na lista dos livros do rei D. Duarte,

no seu *Livro dos Conselhos*, que é identificado como se referindo a este códice e tendo ele próprio – o *Livro dos Conselhos* – a mesma baliza temporal; a CFG, cujo limite *ante quem* fixámos em 1463, dado sabermos que os acrescentos ao texto primitivo são posteriores a 1460 (data da morte do Infante D. Henrique), que Zurara terá concluído o texto definitivo nesses primeiros anos da década de 60 e que o iluminador das iniciais a cores e ouro da CFG terá iluminado, com iniciais técnica e estilisticamente idênticas, parte do códice da VFJC, cuja conceção terminou, no máximo, em 1464 (data em que o Condestável D. Pedro, o mandatário do códice, subiu ao trono de Aragão e o terá levado consigo); e por fim, o LCLE, com um limite *ante quem* de 1440, ano em que D. Leonor de Aragão partiu para o exílio em Castela levando consigo o códice que reunia ambas as obras autógrafas do rei D. Duarte seu marido, uma delas a ela dedicada.

A abordagem interdisciplinar aos oito códices iniciou-se, como sabemos, com o estudo codicológico, onde analisámos pormenorizadamente a sua constituição física e material, desde a encadernação, até à estruturação e organização interna dos fólhos. Logo, neste primeiro estudo estabelecemos relações entre os manuscritos, que os estudos seguintes confirmariam e aprofundariam, relações essas que, por outro lado, corroboravam as datações que estabelecemos precedentemente. São exemplo das ligações que continuámos a observar, desse momento em diante, as dimensões excepcionais de dois dos mais antigos manuscritos do grupo, a CGEL e o LCLE, encomendados e da autoria do rei D. Duarte; as medidas que conformaram todos os espaços dos fólhos dos dois LVB e da CGEP, três manuscritos encomendados e da autoria de pai e filho, o Infante D. Pedro e o Condestável D. Pedro; e as dimensões um pouco mais afastadas da média geral, dos dois manuscritos mais tardios do grupo: CDDM e VFJC. Dizer ainda que imediatamente nesta fase começámos a notar a uniformização genérica dos procedimentos.

No estudo paleográfico examinámos as escritas dos oito manuscritos considerando para tal, a morfologia e a metrologia, numa lógica, uma vez mais, comparativista e de integração de diferentes disciplinas, abrindo as ciências humanas àquilo que elas podem beneficiar com a rigor das ciências chamadas exatas. Assim, à análise morfológica juntámos as medições de ângulos, comprimentos e larguras das letras

entre outros elementos paleográficos associados à escrita, através da aplicação do programa informático metrológico *Graphoskop*. Daqui, e como era nossa intenção, conseguimos chegar à identificação dos copistas e explorámos, igualmente, na medida do possível, os *modi operandi* da tarefa de transcrição dos textos, do geral para o particular, i.e., do tempo e do espaço de produção dos códices para o desempenho pessoal de cada escriba. Com os resultados deste trabalho percebemos a provável ação de um mesmo copista operando em manuscritos diferentes. Estes resultados redundaram então nas seguintes associações: o copista da CGEL será o copista do LVB, primeira parte do LVBM; o copista do LVBV será o copista do Prólogo, do LO, do LVBM; o copista do LCLE, João Gonçalves, escrivão d'el rei¹³ será o copista do LO, segunda parte do LVBM; o copista da CFG será o copista da CDDM; o copista 1 da CGEP será o copista 4 da VFJC (e João Gonçalves o autor dos títulos dos capítulos); o copista 2 da CGEP será o copista 3 da VFJC. As ligações que vínhamos a verificar entre manuscritos voltaram a notar-se aqui, inexoravelmente relacionadas com o(s) encomendante(s) e com o período em que foram produzidos. Fazendo uso da média de fólios/dia calculada por Jean-Pierre Gumbert estimámos o tempo que foi preciso para transcrever os textos. Temos nas pontas do intervalo o LVBV, com a cópia mais rápida, cerca de meio ano, e a CGEL, com a cópia mais

¹³ Atribuímos-lhe a autoria do traslado pelo facto de existir um códice alcobacense, o Alc. 451, onde parte do texto é assinada, na margem de pé, por João Gonçalves que se autointitula escrivão do rei. Após análise paleográfica concluímos, numa primeira fase, que o alcobacense e o LCLE foram transcritos pela mesma pessoa. Em longa nota de rodapé António Júlio Dias Dinis elucida-nos acerca desta personagem: “João Gonçalves foi escrivão dos livros do Infante D. Pedro e tomou parte por ele na batalha de Alfarrobeira, crime que D. Afonso V lhe perdoou em carta de 5 de Novembro de 1451, restituindo-lhe também, seis dias depois, as casas que ele tinha em Lisboa (Sousa Viterbo, em *A livraria real...*, p. 4 e documentos I e II, reproduzidos na p. 59 e extraídos pelo autor da Chancelaria de D. Afonso V, respectivamente Liv. 11^o, fl. 121v. e Liv. 37^o, 45v.). Indultado e reabilitado assim pelo monarca, João Gonçalves terá entrado logo ao serviço de el-rei, como seu escrivão dos livros ou calígrafo, ficando a trabalhar na Livraria Régia, onde o vamos encontrar em 18 de Fevereiro de 1453, segundo declara o próprio no *explicit* do códice de Paris da *Crónica da Guiné*, fl. 160r.: «*scudeiro e scrivam dos liuros do dicto senhor Rey*». Na Chancelaria de D. Afonso V, encontrámos o documento seguinte, que não sabemos publicado, de 9 de Março de 1453, e que, possivelmente, se refere ao mesmo indivíduo. Nomeia-o «*tabelião geral em todos nossos reinos e senhorio*» em vez de «*Fernão Lopes, que o dito officio tinha e o renunciou por um instrumento público feito e assinado por Gomes Martins tabelião em Lisboa aos 13 dias de Fevereiro desta era presente*» de 1453”. Depois de transcrever o documento o autor dizia ainda: “Em 24 de Julho de 1470, João Gonçalves era ainda vivo e desempenhava os cargos de «*Escrivão dos livros e dos Fornos do Biscoito del-rei D. Afonso o quinto*», segundo *explicit* que lançou em cópia que fez então da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* (...). É curioso notar que em 1470, dez anos após a morte do Infante D. Henrique já não assina escudeiro; portanto, talvez o escudeiro ao Infante D. Henrique do retro-transcrito documento nos sirva para interpretar o escudeiro do *explicit* de 1453 do códice de Paris: isto é, Gonçalves não era escudeiro de el-rei, mas de D. Henrique o que nos dá margem a supormos que se trata do mesmo indivíduo nos dois citados documentos de 1453”. DINIS, A. J. Dias - *Crónica dos feitos de Guiné / Gomes Eanes de Zurara*, vol. II. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949, pp. 305-307 e nota de rodapé n.º 1.

demorada, quase dois anos, o que condiz com a gótica cursiva usada no primeiro e a gótica librária, extremamente regular, da segunda.

Pudemos, portanto, constatar a ação do mesmo copista em diferentes códices, podendo até atestar a permanência do mesmo escriba por décadas, e a intervenção de vários copistas num só códice. Esta última realidade surgiu-nos em manuscritos todos eles encomendados e assinados pelos senhores da Casa de Coimbra, o Infante D. Pedro e o Condestável D. Pedro.

O estudo artístico dividiu-se na análise comparativa da decoração maior que incluiu a iluminura dos prólogos e as iniciais a cores e ouro do interior do códice. Aqui tornou a confirmar-se as relações de proximidade entre manuscritos, nomeadamente entre a CGEL e o LCLE e entre a CGEP e a VFJC. Os dois primeiros partilharam inclusive um iluminador, bem como o encomendante e autor, o rei D. Duarte, e os segundos o encomendante e autor, o Condestável D. Pedro. Fazendo ainda parte da decoração maior, as iniciais a cores e ouro revelaram-nos uma vez mais, também, o tão citado *ar de família* e, portanto, modos iguais ou muito similares de fazer. A decoração menor conduziu-nos exatamente no mesmo sentido, mas mais. Dada a grande variedade dos elementos examinados notámos, paralelamente, formas de fazer muito singulares e, por isso, identificadoras do seu autor, bem como o reforço dos vínculos entre duos ou trios de manuscritos que vínhamos advogando desde o estudo codicológico. Referimos ainda que da observação aos componentes da decoração menor, por estes estarem mais intimamente associados ao texto, inferimos uma assinalável polivalência ao nível do desempenho dos artesãos responsáveis pela feitura destes códices. Mas não só na realização desses constituintes, também na própria transcrição do texto e na elaboração da decoração maior. Isto significa que, do nosso ponto de vista, os copistas foram identicamente calígrafos, rubricadores, corretores e foliotadores, o que nos remete para a dita polivalência, acumulando ainda alguns deles a função de iluminador.

No final do estudo artístico chegámos a importantes deduções que enriqueceram o esquema das relações entre os executores destes oito códices. Retirámos, portanto, as deduções que seguem: o iluminador 3 da CGEL é o iluminador do LCLE, o

iluminador, pelo menos, da filigrana da CFG, o calígrafo e o decorador das letras da primeira e da última linhas de texto da CDDM e da CFG e, por conseguinte, dado que consideramos que esta decoração é da autoria do copista, o copista destas duas últimas crónicas. A VFJC e a CGEP terão dividido o tempo de execução, entre 1460 e 1464, com a CFG. Com a *Crónica da Guiné* estava ocupado o copista e iluminador 3 da CGEL, num labor que terá demandado disponibilidade e tempo consideráveis a este mestre, que talvez a tenha redigido com menor rapidez do que aconteceu mais tarde com a CDDM, conforme depreendemos do estudo paleográfico. Para códices tão extensos como a CGEP e a VFJC, e certamente numa perspetiva de acelerar o trabalho, foram recrutados cinco escribas. Dois destes cinco tomaram parte em vários cadernos destes dois códices. Prosseguindo com a identificação dos copistas/iluminadores dizer que o iluminador 1 da CGEL é igualmente o copista do LVBV, e do LVB e do prólogo do LO, ambos do LVBM. O que faz todo o sentido se pensarmos que se trata de três códices produzidos em tempo coincidente, a década de 30 do século XV, para integrar a biblioteca de D. Duarte e de D. Pedro. Poderá ser, aliás, o motivo pelo qual o iluminador 1 da CGEL abandonou a sua participação na iluminura desta crónica, de meio do códice em diante, salvo uma ou outra reincidência pontual. Trasladou-lhe o texto ainda na década de 20. A decoração terá tido início no final de 20, princípio de 30. Entre 1429 e 1430 chegou a versão final do texto da *Virtuosa Benfeitoria* ao presumível *scriptorium* régio. Nessa altura o nosso iluminador 1 deixou a CGEL, para se dedicar em exclusivo, ou quase em exclusivo, ao LVBV. Terminado este e quiçá também já a CGEL, passou à redação do LVB, do LVBM e ainda fez a cursiva o prólogo do LO que depois foi copiado por João Gonçalves. Isto em meados da década de 30. No final da década dedicou-se João Gonçalves ao traslado do LCLE. Dizer também que propomos que o LO, do LVBM terá sido não só copiado, como iluminado pelo próprio João Gonçalves.

Os principais resultados do estudo laboratorial prenderam-se com a confirmação da continuidade de traço entre texto, letras caligrafadas e decoração das hastes das letras, o que atestou que era o copista quem realizava estes apontamentos decorativos. Foram também aferidas composições diversas de tintas de escrita, no mesmo texto ou no mesmo fólio, o que remete para um uso algo aleatório e de acordo com as necessidades do momento, os materiais disponíveis e se em

condições de serem utilizados. Por seu turno, os pigmentos da ornamentação revelaram estar de acordo com o que era comumente empregue à época e obedecem ao sistema hierarquizado onde o conjunto das iluminuras de um manuscrito se insere enquanto marcador das diferentes partes do texto. A hierarquia, se assim podemos dizer, também se manifestou na importância de cada um dos manuscritos para encomendante e destinatário. Por isso vemos pigmentos mais dispendiosos, como a lápis lazúli, a ser aplicado em partes mais relevantes apenas da CGEL e do LVBV, dois códices que terão feito parte da biblioteca do rei D. Duarte. Os corantes orgânicos também foram incluídos, desta feita, nos rosas, nos amarelos e nos violetas. O emprego de prata, ou pó de prata, numa das grandes iniciais figuradas da CGEL foi a grande surpresa do estudo laboratorial e situação única em todas as iluminuras analisadas.

Concluimos então, dizendo que o grupo de oito códices foi redigido num intervalo temporal de mais ou menos cinquenta anos, ao tempo de três reis e dois regentes, que foram, concomitantemente, os mandatários e os autores destas composições literárias. Nelas trabalharam um corpo de mestres dos ofícios de escrivão e iluminador, recrutados de jovens pela também jovem dinastia avisense, para trabalhar no *scriptorium* de corte que cremos existiu desde o reinado de D. João I, olhando à constância deste grupo de profissionais reunidos em torno da produção de manuscritos, independentemente do momento exato e local de implantação concreta desse espaço de cópia e decoração de livros. Estes artífices do livro tardo-medieval tiveram parte em mais do que um códice saído deste meio de fabrico livreiro, cujas intervenções foram, compreensivelmente, seccionadas no tempo, i.e., antes e depois de 1450, ano de reformas, na sequência da entronização do novo rei, grande impulsionador da cultura livresca, D. Afonso V. Situação que torna inequívoca a filiação destes funcionários à coroa, bem como a repetência deliberada dos mesmos indivíduos na execução de espécimes literários de grande vulto. Mas mais do que isso. É também notória a atribuição estudada de determinado trabalho, em função das características individuais do copista, ou do seu histórico de serviço no *scriptorium*. Estes homens, não só repartiram a feitura das mesmas obras, como partilharam conhecimentos, influíram uns sobre os outros, e cumpriram os padrões impostos pelo *scriptorium* régio, o qual integravam, não obstante, pudessem não

estar a ele dedicados em exclusivo, ou circular por outros departamentos da administração pública, ou até por outros centros produtores do códice medieval, transportando consigo, para todos esses locais, o seu saber-fazer. Reconhecemos, portanto, o diálogo estreito entre administração, livraria e arquivo, muito por força de diretivas organizacionais que priorizavam a interação e a mobilidade constantes destes oficiais multifacetados.

Participaram neste grupo de códices, oito copistas que podiam ser igualmente calígrafos, rubricadores, corretores e anotadores e até iluminadores, tendo existido, porventura, outros para os quais não estabelecemos nenhuma ligação/identificação, por não haver matéria de análise suficiente que satisfaça o cotejo e a determinação. De qualquer forma afastámo-nos da visão ideal de *scriptorium*, onde todas as tarefas seriam individualizadas e estariam perfeitamente distribuídas, de forma estanque. Pareceu-nos antes não ter havido lugar à separação e à hierarquização de posições dentro do hipotético *scriptorium*, ou local afim, sem embargo de, em algumas ocasiões, uma ou outra tarefa menos exigente, poder ter sido entregue a alguém artisticamente menos hábil e experimentado: os aprendizes.

Os artesãos que serviram na produção destes códices dividiram os mesmos ambientes de trabalho, mas bem mais do que isso, partilharam as mesmas diretrizes, as mesmas regras, que surpreendentemente se uniam a um grau de liberdade criativa notória que, nos parece, resultava numa grande versatilidade organizacional. Apesar de terem, obviamente, seguido algumas orientações, no mínimo, impostas pelo encomendante, e que derivavam, de igual modo, dos influxos externos ao meio da corte, nacionais e internacionais, a construção artística que se espelha aqui denuncia, por um lado, autonomia individual, e por outro uma colagem a modelos que foram reproduzidos de forma reiterada, ao longo do século XV. Assim se explicará a permanência dessas mesmas pessoas, desempenhando as mesmas funções, no mesmo local, exercendo o mesmo cargo ou similar, dentro do intervalo temporal estabelecido nesta investigação.

Referências bibliográficas

ATTIA, Élodie, GURRADO, Maria ; MAILLOUX, Anne – “Les caractères discrets de l’écriture : paléographie quantitative à l’âge du numérique”. *Memini* [em linha] 26 (2020). Disponível em <http://journals.openedition.org/memini/1697>.

BISCHOFF, Bernhard – *Latin Palaeography: antiquity and the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DEROLEZ, Albert – *Archaeology of the manuscript book of the Italian renaissance*. Roma: Unione Internazionale degli Istituti di Archeologia Storia e Storia dell’Arte in Roma, Arbor Sapientiae Editore S.r.l., 2018.

D’HAENENS, Albert – *Écrire, utiliser et conserver des textes pendant 1500 ans*, Louvain-la-Neuve: Centre interuniversitaire de l’Histoire de l’Écriture, 1983.

DINIS, A. J. Dias – *Crónica dos feitos de Guiné / Gomes Eanes de Zurara*. Vol. II. Lisboa : Agência Geral das Colónias, 1949.

GILISSEN, Léon – *L’expertise des écritures médiévales. Recherche d’une méthode avec application à un manuscrit du XIe siècle : le Lectionnaire de Lobbes, codex Bruxellensis 18018*. Ghent : E. Story-Scientia, 1973.

GOMES, Saúl – *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

GRUYS, Albert – “De la “Bücherhandschriftenkunde” d’Ebert à la “Codicologie” de Masai”. In *Codicologica*. Vol. I - *Théories et principes*. Leiden: Brill, 1976, pp. 27-33.

MIGUEL, Catarina *et al.* – “A study on red led degradation in a medieval manuscript Lorvão Apocalypse (1189)”. *Journal of Raman Spectroscopy* 40 (2009), pp. 1967-1973.

NASCIMENTO, Aires Nascimento; DIOGO, António Dias – *Encadernação portuguesa medieval: Alcobça*. Lisboa: INCM, 1984.

ORNATO, Ezio ; PETRUCCI, Armando – “La codicologie quantitative outil privilégié de l’histoire du livre médiéval”. In *La face cachée du livre médiéval : l’histoire du livre vue par Ezio Ornato*. Roma: Viella, 1997, pp. 382-401.

STOKES, Peter – “Computer-aided Palaeography, present and future”. In *Codicology and Palaeography in the digital age*. Norderstedt: Herstellung und Verlag, Books on Demand GmbH, 2009, pp. 315-331.

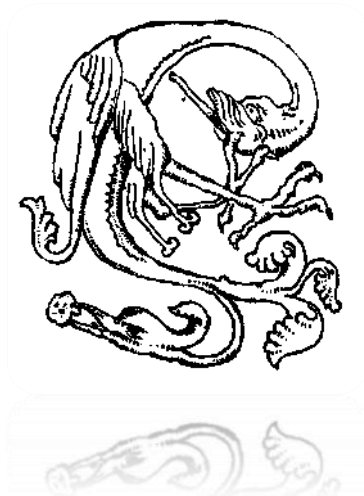
TIBÚRCIO, Catarina Martins – *A iluminura do Manuscrito 1 Série Azul da Crónica Geral de Espanha de 1344 da Academia das Ciências de Lisboa: da técnica e do estilo individual ao posicionamento no seu ambiente criador*. Lisboa: Dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

TIBÚRCIO, Catarina Martins – *Os códices iluminados da corte portuguesa no século XV (1400-1470): a origem, a produção e os usos a partir de uma abordagem interdisciplinar*. Lisboa: Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2023.

VITERBO, Sousa – *A cultura intelectual de D. Affonso V*. Lisboa: Off. Typ. Calçada do Cabra, 1904.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

TIBÚRCIO, Catarina – “Os códices iluminados de corte nos primeiros três quartéis do século XV em Portugal: propósitos, métodos e propostas de uma investigação”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 483-504. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 34 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

**Projeto: Repertório Métrico do *Cancioneiro Geral* de
Garcia de Resende (Poemas de Formas Mistas)**

**Project: Metric Repertoire of the *Cancioneiro Geral* by Garcia de
Resende (Poems in Mixed Forms)**

Geraldo Augusto Fernandes

Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades
Departamento de Literatura Portuguesa
60020; Benfica / Fortaleza; Portugal

geraldoaugust@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-0526-3953>

Data recepção do artigo / Received for publication: 21 de Janeiro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7050>

RESUMO

A proposta deste artigo informativo é apresentar o projeto REPERTÓRIO MÉTRICO do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. O compêndio de Resende é composto de 880 poemas, e suas formas podem ser definidas pelas cantigas, baladas, esparsas, trovas, vilancetes e poemas de formas mistas. Encampa o projeto a apresentação das origens e evolução de cada uma dessas formas. Em seguida, a apresentação de todos os poemas da mesma classificação formal; para cada poema, seguem-se os dados de número do poema e do volume e sua autoria. Na sequência, os elementos da versificação: estrofes, versos, composição completa da estrofe/versos, métrica, gênero (quando possível), idioma, pés quebrados (quando existir). Fecham o repertório, as rimas e o esquema rimático. Este projeto tem por inspiração o Repertorio Métrico de Giuseppe Tavani em que o autor apresenta as rimas e esquemas rimáticos das cantigas trovadorescas galego-portuguesas. Este projeto, no entanto, levará em conta mais aspectos que não foram contemplados pelo estudioso italiano. Para este artigo, usarei como exemplo os POEMAS DE FORMAS MISTAS, demonstrando suas origens, evolução e persistência nos séculos XV/XVI.

Palavras-chave: *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende; Repertório Métrico; Forma; Versificação; Poemas de Formas Mistas

ABSTRACT

The purpose of this informative article is to present the REPERTÓRIO MÉTRICO of Garcia de Resende's *Cancioneiro Geral*. Resende's compendium is made up of 880 poems, and their forms can be defined by 'cantigas' (songs), 'baladas' (ballads), 'trovas', 'vilancetes' and 'poemas de formas mistas' (poems of mixed forms). The project includes the presentation of the origins and evolution of each of these forms, followed by the presentation of all poems of the same formal classification. For each poem, the data of the poem and volume number and its authorship. Next, the elements of versification: stanzas, verses, complete composition of the stanza/verses, meter, genre (when possible), language, 'pés quebrados' (broken feet) (when available). To close the repertoire, the rhymes and the rhyme scheme. This project is inspired in Giuseppe Tavani's *Repertorio Metrico*, in which the author presents the rhymes and rhyme schemes of Galician-Portuguese troubadour 'cantigas'. This project, however, will take into account more aspects that were not contemplated by the Italian scholar. For this article, I will use the POEMAS DE FORMAS MISTAS as an example, demonstrating their origins, evolution and persistence in the 15th/16th centuries.

Keywords: *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende; Metric Repertoire; Form; Versification; Poems of Mixed Forms



“Na forma, particularmente na forma, é que a poesia do Cancioneiro Geral se afirma diferente da dos nossos “cancioneiros” anteriores. No espírito, porém, conserva-se mais de perto das fontes originárias.”¹

Para Pierre Le Gentil, *l’amour de la forme* cultivado pelos poetas medievais da Península Ibérica, principalmente os de final de Quatrocentos e início de Quinhentos, transformar-se-á em uma arte no Renascimento². A partir da Renascença, para o estudioso francês, o formalismo será uma disciplina elegante, em que o poeta deixará transparecer sua individualidade poética. Andrée Crabbé Rocha lembra que “é a técnica exterior que se torna cada vez mais exigente, à medida que as regras do jogo vão aumentando³ para, mais à frente, dizer que os poetas do *Cancioneiro Geral* “trabalham a sua forma, procurando dar-lhe a maior perfeição possível. Isto pode dar-se em detrimento da beleza e da poesia, é certo, pois se trata dum esforço do intelecto mais do que da sensibilidade, mas contribui largamente para dotar os poetas imediatamente posteriores dum instrumento já posto à prova”⁴. Para Karl Strecker, “essa predileção pela forma, pode-se dizer com frequência pelo fútil, é característica e deve ser estudada, caso se queira compreender a Idade Média”⁵.

Os vários artifícios presentes no *Cancioneiro* – e em toda produção peninsular da época –, tais como “*l’ingénieuse construction de l’arte mayor, genres à forme fixe, le villancico et la canción, l’estribote*”, constituem, para Pierre Le Gentil, elementos de

¹ SIMÕES, João Gaspar. “Lirismo Medieval”. In: *História da Poesia Portuguesa (Das origens aos nossos dias, acompanhada de uma antologia)*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1955. Volume I, p. 114.

² LE GENTIL, Pierre – *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen âge: les thèmes, les genres et les formes*. Vol. I. Rennes: Plihon, 1949, p. 73.

³ ROCHA, Andrée Crabbé – *Aspectos do Cancioneiro Geral*. Coimbra: Coimbra Ed., [s.d], p. 90.

⁴ ROCHA, Andrée Crabbé – *Aspectos do Cancioneiro Geral*, p. 94.

⁵ *Apud* CURTIUS, Ernst Robert – *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996, pp. 363-364.

renovação poética “*qu'on ne trouve pas (...) ailleurs*”⁶. É assim que a proposta deste trabalho é a de completar os estudos iniciados no Doutorado acerca desse “amor” dos poetas palacianos pela forma, cujas composições foram compiladas por Garcia de Resende em seu *Cancioneiro Geral*, publicado em 1516. Nos estudos empreendidos até agora, percebe-se que os críticos e especialistas da obra resendiana apontam frequentemente a inovação formal a que se aplicaram os poetas palacianos. As referências ao formalismo são numerosas, mas não há ainda um trabalho em que se demonstra um repertório que se pode chamar “métrico”.

Para minha pesquisa de Doutorado, empreendi o que os examinadores consideraram ser o germe de um estudo a ser estendido: a sistematização da forma poética desenvolvida pelos poetas do *Cancioneiro Geral*. Com base nas tabelas que montei sobre os 880 poemas da compilação resendiana, a banca sugeriu-me elaborar um Repertório Métrico nos mesmos moldes do antológico *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese*, de Giuseppe Tavani, que abrange todas as cantigas trovadorescas galego-portuguesas dos cancioneros da *Ajuda* e da *Biblioteca Nacional*⁷.

Os artifícios utilizados no *Cancioneiro*, e em toda produção poética peninsular da época, constituem, para Pierre Le Gentil, por exemplo, elementos de renovação. Na recolha, percebe-se também que os poetas estavam atentos às mudanças por que passava o Portugal dos Descobrimentos. Lisboa tornara-se uma metrópole habitada tanto por europeus ávidos pelos resultados da expansão marítima, como os genoveses e os florentinos, quanto por um turbilhão de escravos africanos. Numa peça de Fernão da Silveira⁸, somente para tomar um exemplo, o poeta reproduz com fidelidade a fala de um negro, principalmente quanto aos verbos não conjugados, no infinitivo. Mistura decassílabos com hendecassílabos, versos de arte maior, e rimas

⁶ LE GENTIL, Pierre – *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen âge*, vol. I, p. 470, *passim*.

⁷ Cf. minha tese de doutorado: FERNANDES, Geraldo Augusto. *O amor pela forma no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. São Paulo. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, 2012. 402p. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-15092011-130549/>

⁸ “Coudel-moor por breve de ãa mourisca ratorta que mandou fazer a senhora princeza, quando esposou.” (*CG*, I, p. 44). A edição de faço uso é a de 1998, fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias. Maia: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Volumes I a IV.

masculinas com femininas, de natureza e disposição várias, como compete aos poetas cancioneris de então. Os versos em *arte maior*, conforme se pode constatar em alguns dos poemas, começam a cair no gosto dos poetas, antecipando o culto que tiveram na Renascença e no Barroco.

Muito cultivado na Península no final do século XV, o “pé quebrado” serviu de artifício aos poetas que o colocavam na posição que lhes aprouvesse. Ele ora aparece no mote, para enfatizar um sentimento, ora para desqualificar um oponente ou mesmo para destacar uma personalidade do Paço. O recurso, ainda, poderá aparecer duas vezes no mote, pretendendo criar um quiasmo de pensamento, ou, agora mais ousado, começando uma *ajuda* com o “pé quebrado” e estendendo a cantiga para onze versos na glosa, quando o usual é de oito a dez versos, como numa cantiga de Fernão da Silveira, intitulada “De Dom Goterre aos gibões de Fernam da Silveira e Dom Pedro da Silva, que fizeram de borcado com meas mangas e colar de graam.”. Outra novidade no *Cancioneiro* de Garcia de Resende é o gênero da *disputatio*: é ela de tal importância, que o mais longo, mais famoso e inovador dos poemas do CGGR⁹, o “Cuidar e sospirar”, abre o volume I e toma um terço dele. De origem provençal e galego-portuguesa, as *ajudas*, as *perguntas* e as *respostas*, subgêneros da *disputatio*, aparecem não só com nova denominação, mas com nova forma e novo conteúdo. Pelas regras do gênero, o ideal seria que o respondente ou “ajudador” se manifestasse pelo mesmo sistema rimático e métrico, o que absolutamente não acontece, excetuando-se os poemas em que a *resposta* ou *ajuda* vem “polos consoantes”, (quando a consonância das rimas é perfeita, um exercício de agudeza do poeta, principalmente se ele usa as mesmas palavras-rimas do poema a que responde ou ajuda).

Percebem-se, nessa curta seleta de exemplos focados na forma, alguns traços próprios da produção poética dos Quatrocentos/Quinhentos português e considerados inovadores¹⁰. Na Compilação, se persistiam temas da tradição peninsular, aparecem também temas e formas que retratavam o período de

⁹ Uso esta abreviatura para o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende.

¹⁰ Isso se pode atestar em LE GENTIL, Pierre – *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen âge: les thèmes, les genres et les formes*, ROCHA, Andrée Crabbé – *Aspectos do Cancioneiro Geral*, e em RUGGIERI, Jole – *Il canzoniere di Resende*. Genève: Leo S. Olschki, S.A., 1931.

transição da Idade Média para o Renascimento. É desse modo que, como justificativa para esta pesquisa, o trabalho com as formas poemáticas poderá contribuir para um melhor entendimento da mentalidade dos poetas – e dos frequentadores do Paço português de Quatrocentos/Quinhentos. Ao se “tabular” todos os poemas do *Cancioneiro*, abriu-se um campo para complementar a pesquisa com um “repertório métrico”.

Inexistindo uma poética do *Cancioneiro* resendiano, à maneira como a compuseram poetas castelhanos dos cancioneros de Baena, de Hernando del Castillo, Juan del Encina, Marquês de Santillana, Imperial e outros da época, acredito que uma acurada tabulação métrica do cancionero português irá contribuir para a compreensão do *modus operandi* desses poetas do fim da Idade Média em Portugal¹¹.

No levantamento empreendido, eu não havia levado em conta o sistema rimático presente nos estudos de Tavani; portanto, como complemento da pesquisa proponho a inclusão da tabulação do sistema de rimas usado pelos poetas palacianos. Completará esses estudos, o que não foi levado a cabo por Tavani, a questão sobre espécies ou modalidades de poemas desenvolvidos pelos poetas, tais como anagramas, acrósticos, labirintos etc. Ao se estudar a criação poética dos poetas palacianos quanto à sua estrutura, e como esta se serviu de elementos

¹¹ Relembre-se que a única poética medieval existente em Portugal é *Arte de trovar*, composição anônima que abre o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, do século XIII. Lênia Márcia Mongelli, ao estudar as cantigas trovadorescas galego-portuguesas, descreve dois aspectos concernentes a elas no âmbito das poéticas das *Leys d'Amors*, da *Ars versificatoria*, da *Poetria Nova* e da *Parisiana poetria*, emuladas, nos séculos XII e XIII, do pensamento de Donato, Cícero e Quintiliano; o primeiro aspecto é a constatação de que as artes poéticas do medievo “não diferem substancialmente dos tratados de Gramática e de Retórica antigos – atentas que estão à maneira de começar, desenvolver e terminar bem o discurso, a narração, o poema; à forma das palavras e à qualidade da expressão, que entendiam por ‘ornamento de estilo’ (*ornatus difficilis / ornatus facilis*) ou ‘cores da retórica’; à utilização correta e eficaz dos *tropos*; à catalogação de assuntos mais adequados a uma determinada forma de composição”. Quanto ao segundo aspecto, as poéticas que se voltam para a produção dos trovadores, compostas a partir do século XIV, “têm por fim, no geral, sistematizar, colocar alguma ordem teórica, conceitual e distributiva no conjunto da poesia profana então ‘velha’ de três séculos. São, então, de efeito retroativo e evidenciam uma intenção didática prospectiva de ensinar a compor à moda dos trovadores” (MONGELLI, Lênia Márcia (Org.) – *Fremosos cantares. Antologia da lírica medieval galego-portuguesa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. XXXIII-XXXIV); para Mongelli, *De vulgari eloquentia* (1304-1305) de Dante Alighieri foi o contribuinte principal. A ele, no âmbito de Castela e Portugal, eu acrescentaria as artes poéticas de Enrique de Villena, *Arte de Trovar* (1433); Juan del Encina, *Arte de poesía* (1496); Juan Alfonso de Baena, *Prologus Baenensis* (1445-1550); *Proêmio* del Marquês de Santillana (1446-1449). Já Antonio de Nebrija, em sua *Gramática de la Lengua Castellana* (1492), além de um estudo da gramática do castelhano, elenca os elementos característicos da Retórica poética.

tradicionais, quanto ao tema, puderam os poetas inovar, mesmo que calcados na tradição. Uma vez que não existem poéticas sobre os meios de poetar daquele período, foi sistematizado, através de um “repertório métrico”, todos os 880 poemas do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, com a finalidade de revelar e analisar o modo composicional característico dos poetas palacianos portugueses, de 1449 a 1516. Foram tabulados a métrica, o gênero, o idioma, os pés quebrados, o sistema rimático, além das modalidades ou espécies de poemas. O resultado dessa pesquisa deverá contribuir para a formulação de uma poética implícita própria da poesia palaciana.

O ponto de partida para esta proposta de pesquisa são os estudos de Giuseppe Tavani, *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese*¹². Além dessa obra, as de Pierre Le Gentil – *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen âge: les thèmes, les genres et les formes*, de Andrée Crabbé Rocha – *Aspectos do Cancioneiro Geral*, e o de Jole Ruggieri – *Il canzoniere di Resende* – serão de sumo valor para a tarefa.

Para se chegar aos seis grupos de poemas – baladas, cantigas, esparsas, trovas, vilancetes e a grande novidade do fim do medievo peninsular, os poemas de formas mistas – foi necessário elaborar uma tabulação de todos os poemas. Para isso, montei seis tabelas, uma para cada grupo, e analisei cada um deles obedecendo à seguinte estruturação: número e volume do poema; estrofes (motes [número de versos], quantidade de estrofes e versos, “fim”); métrica; gênero; língua (idioma); pés quebrados¹³ (dissílabos, trissílabos, tetrassílabos). Demonstro parte da tabela referente aos poemas de formas mistas, objeto dessa comunicação.

NOMENCLATURA

¹² TAVANI, Giuseppe – *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese*. Roma: Edizioni dell’Ateneo, 1967. A referência na poesia provençal é o tratado poético do século XIV, as *Leys d’Amors*, publicadas por Guillem Moliner, em três edições: 1328 e 1337; 1337 e 1343; 1356. O objetivo dessa poética era didática: propunha-se a ensinar os poetas a construir uma poesia trovadoresca, portanto, que quieriam aprender a fazer poesia.

¹³ Os pés quebrados incluem-se na métrica, mas destaco para que se observe a diversidade deste artifício.

No. (número); Vol. (volum); RMa (redondilho maior); AJ (ajuda); PO (português); CTG (cantiga); TRO (trova); ES (estrofe); RE (resposta); GL (glosa); CA (castelhano).

POEMAS DE FORMAS MISTAS					
GRUPO I – CANTIGAS					
No., Vol.	DENOMINAÇÃO	MÉTRICA	GÊNERO	IDIOMA	COMENTÁRIOS
58, I	Cantiga(s) com trova(s)	RMa	AJ	PO	1 CTG, 1 TRO de 1 ES
62, I	Cantiga(s) com trova	RMa	AJ	PO	1 CTG, 1 TRO de 1 ES
92, I	Cantiga com <i>fim</i> em quintilha	RMa		PO	1 CTG com <i>fim</i> em QI
98, I	Cantiga(s) com trova	RMa	RE	PO	1 CTG, 9 TRO de 1 ES. Com <i>fim</i>
139, I	Cantiga(s) com trova	RMa	GL	CA	1 CTG, 1 TRO de 6 ES
140, I	Cantiga(s) com trova	RMa	GL	CA	1 CTG, 1 TRO de 12 ES. Com <i>fim</i>

A característica básica dos poemas de formas mistas é ser iniciado por uma forma que se distingue das outras sequenciais – por exemplo, inicia-se uma composição por cantiga, e depois há trovas e/ou um ou mais vilancetes. Qualquer que seja o caso, o tema já se debuxa no poema exórdico e será explorado em todos os outros poemas. Esse modo de composição é original e foi uma das grandes inovações dos poetas de 1400 e 1500, castelhanos e portugueses. Para referir a origem clássica desse tipo de composição, tome-se um ensaio de Enylton José de Sá Rego. O autor comenta que Quintiliano, nas *Institutio oratoria*, X, I, 95, sugeriu que a sátira menipeia fosse identificada como “prosimétrica”, ou seja, uma mistura de verso e prosa¹⁴. O termo “menipeia” teria tido origem em Menipo de Gadara (séc. VIII a.C.), pensador sírio que parodiara, num dos seus textos (*Necromancia*), a descida aos infernos cantada por Homero, sátira desrespeitando as tradições literárias de então. Varrão (séc. II a.C.)

¹⁴ SÁ REGO, Enylton José de - *O calundu e a panacea: Machado de Assis, a sátira menipeia e a tradição luciânica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 29.

imitou as sátiras de Menipo em que se misturam, nas palavras de Cícero, “temas especificamente filosóficos com assuntos de retórica e dialética, salpicados de hilaridade, para que os leitores menos informados pudessem ser atraídos à sua leitura por seu caráter jocoso”. Referindo-se a Varrão, Quintiliano afirma que a sátira anterior à de Lucílio, Horácio e Pérsio – em versos hexâmetros – caracterizava-se por ser “um gênero (...) que consistia não só numa diferença de metros, mas numa miscelânea de diversos elementos, cultivado por Terêncio Varrão, o mais erudito entre os romanos”. Sá Rego ainda relata que, pelo critério formal, a sátira menipeia grega não se limitava a nenhuma restrição, nem mesmo formal, já que escrita em diferentes metros, “mas era ainda uma ‘miscelânea de diversos elementos’. Portanto, em virtude de seu caráter *híbrido*, a sátira menipeia não podia ser formalmente considerada pelos romanos como um ‘gênero’ literário”¹⁵. Além desses autores, Sá Rego refere-se ainda a Sêneca (?séc. I d.C.) e a Luciano (?séc. II d.C.). O primeiro escreveu uma sátira menipeia relativamente mais completa – a *Apokolokyntosis* ou *Ludus de Morte Claudii*, em que o hibridismo literário é aparente: transposições de textos de poetas clássicos para composições do próprio Sêneca, parodiando o convencionalismo do hexâmetro épico e o estilo dos poetas contemporâneos – enfim, um texto prosimétrico e satírico. A sátira começa, diga-se de passagem, no próprio título: jogo com os termos gregos *apotheosis* (deificação) e *kolokynte* (“abóbora”), com o intuito de ridicularizar o já morto imperador Cláudio, personagem central da sátira de Sêneca por ocasião de sua deificação pelo Senado Romano¹⁶. A obra de Luciano, prestigiado pela produção de sátiras menipeias maiores e mais completas,

“compreende as mais variadas formas literárias, compondo-se de cerca de oitenta títulos (...) a simples variedade dessa obra já explica a dificuldade encontrada através dos tempos em classificá-las em termos de gêneros literários. Apesar desta dificuldade, as principais características da obra de Luciano podem ser resumidas em cinco pontos: 1) criação – ou continuação – de um gênero literário inovador, através da união de dois gêneros até então distintos: o diálogo filosófico

¹⁵ SÁ REGO, Enylton José de - *O calundu e a panacea*, pp. 32-34.

¹⁶ SÁ REGO, Enylton José de - *O calundu e a panacea*, pp. 37-41.

e a comédia; 2) utilização sistemática da paródia aos textos literários clássicos e contemporâneos, como meio de renovação artística; 3) extrema liberdade de imaginação, não se limitando às exigências da história ou da verossimilhança (...)”¹⁷.

Ainda quanto à sátira menipeia, Dustin Griffin escreve que “a Menippean satire – with its mixture of prose and verse, its digressions, its mingling of forms, its openness to anything new – preserves the original spirit of satire as farrago”¹⁸. Élide Valarine Oliver reforça esta definição dizendo que, “em vista das temáticas e dos estilos empregados nesse tipo de sátira, haverá um uso sistemático de gêneros intercalares: mistura de prosa e verso, diálogos, cartas, discursos, simpósios, inclusive outros meios, tais como desenhos, grafismos, etc.”¹⁹. Pelos relatos acima, percebe-se que o costume de misturar formas e gêneros literários vem da Antiguidade e será ainda cultivado não só na Idade Média – observem-se os “poemas de formas mistas” dos poetas palacianos portugueses e espanhóis, objeto principal desta comunicação –, mas também na Renascença, avançando os séculos XIX e XX.

A presença dessa forma composicional na Idade Média está no “descordo” da poesia galego-portuguesa, a qual, por sua vez, bebeu em fonte provençal, que denominava *descort* a miscelânea estrutural. Como relata Martín de Riquer, o descordo já era conhecido pelos trovadores provençais e “se caracteriza, como su nombre indica, por ser una composición en la que cada una de las estrofas tienen una fórmula métrica distinta, y por lo tanto también una melodía individual, lo que va en contra del rígido principio de isometría a que obedecen los demás géneros. Ello supone una gran variedad y riqueza de metros, rimas y melodías”²⁰. Giuseppe Tavani, ao comentar as funções das “artes poéticas”, dá exemplo do único descordo provençal,

¹⁷ SÁ REGO, Enylton José de - *O calundu e a panaceia*, pp. 42-45. Elenquei os pontos relativos à menipeia em relação aos poemas de formas mistas.

¹⁸ GRIFFIN, Dustin - "The rhetoric of satire: inquiry and provocation". In *Satire: a Critical Introduction*. [Kentucky]: The University Press of Kentucky, [s.d.], p. 40. O estudioso dedica-se a analisar a sátira pelo escopo da Retórica, pontuando o paradoxo e a ironia, principalmente nas sátiras clássicas e renascentistas. (O termo “farrago”, em inglês, significa “mixórdia, miscelânea”, características da sátira menipeia e, diga-se de passagem, dos poemas de formas mistas).

¹⁹ OLIVIER, Élide Valarine - "Introdução". In *Rabelais e Joice. Três Leituras Menipeias*. São Paulo: Ateliê, [s.d.], p. 26.

²⁰ RIQUER, Martín de - *Los trovadores. Historia literaria y textos*. Barcelona: Ed. Ariel, S. A., 2001, tomo I, p. 49.

composto por Raimbaut de Vaqueiras, cuja definição na *Leys d'Amors* inspira-se no poema plurilíngue do próprio Vaqueiras:

O descordo é uma composição muito variada, e pode ter tantas cobras quantos versos tem [cada uma das cobras]: a saber, de cinco a dez, e estas cobras devem ser singulares, dissonantes e diferentes pela rima, pela melodia e pelas línguas. E devem ter todas a mesma ou uma diversa forma métrica, e [a composição] deve tratar de amor ou de louvores ou ser feita de maneira a expressar rancor – porque a minha senhor já não me ama como solia – ou de tudo isto junto²¹.

No seu descordo, Vaqueiras verseja em cinco línguas, uma em cada estrofe, ou seja, em *cobras* “singulares, desacordadas e variáveis em rima, em língua e muito provavelmente (...) em melodia: uma combinação da qual o texto rambaldiano oferece o único exemplo na poesia dos trovadores”²². O que se observa aqui é justamente o cerne da estruturação de um poema híbrido, que os poetas castelhanos e portugueses vão emular ao extremo e torná-lo característico do ato de compor poesias no Quatrocentos e no Quinhentos ibéricos.

Já o Anônimo da *Doctrina de compondre dictats* relaciona o “descordo” não só à dissimetria, mas também ao tema amoroso, aliando ao aspecto formal o aspecto temático:

“Se quiseres fazer ‘descordo’, debes falar de amor, como quem está desamparado e, não podendo ter o amor da sua dama, vive atormentado. No cantar, onde a melodia deveria subir, que baixe; pois deve fazer o contrário de todos os outros cantares. E deve ter três cobras, uma ou duas tornadas e refrão. E podes colocar uma ou duas palavras (versos) a mais numa cobra que em outra, para que fiquem mais discordantes”²³.

²¹ TAVANI, Giuseppe - *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri: 1999, p. 9. Pela definição das *Leys*, pode-se perceber que a evolução do descordo para os poemas de formas mistas foi em proporção expressiva, conforme os exemplos tirados ao *CGGR*.

²² TAVANI, Giuseppe - *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, p. 10.

²³ *Apud* MONGELLI, Lênia Márcia; VIEIRA, Yara Frateschi – *A estética medieval*. Cotia: Ed. Íbis, 2003, p. 139.

Quanto ao descordo galego-português, o mais conhecido é o do trovador Nuneannes Cerzeo, compilado no *Cancioneiro da Ajuda* (389). No poema de Cerzeo, composto por quatro sextilhas decassilábicas e cinco estrofes heterométricas, ritmadas por várias sílabas poéticas. Visualmente, desenha-se o alargamento e afunilamento dos versos, em que se ressaltam as assimetrias estróficas, rítmicas e rímic²⁴. Sobre o descordo galego-português, escreve ainda Giuseppe Tavani: “nella poesia lirica galego-portoghese la forma del discordo strofico è tutt’altro che frequente: non è infatti da considerare discordo il testo in cui, per una o più coincidenze di rime, varia lo schema delle strofe. Non più di tre sono dunque i testi che possono essere classificati a ragione sotto questa rubrica”. Esses três textos são os poemas de Nuneannes Cerzeo, supracitado, o de Martim Moxa (no. 94, 15, do *Repertorio Metrico*, de Tavani, “Per quant’eu vejo”) e também o de Lopo Lias (no. 87,16, do mesmo *Repertorio*, “Quen oj’ouvesse”). Além desses, Tavani elenca um poema de Johan Servando (no. 77, 10, “Don Domingo Caorinha”) e outro de Afonso Lopez de Bayan (no. 6,9, “Sedia-xi don Belpelho en hũa sa mayson”): o primeiro, porque “la discordanza risiede soltanto nella misura sillabica dei versi”, e o segundo, uma espécie de paródia da *chanson de geste*, porque “formata da una serie di tre lasse monorime di lunghezza variabile”²⁵. Entre os 1.685 textos analisados por Tavani, o número de descordos parece irrisório (0,003%) perante os 93 poemas de formas mistas encontrados no *CGGR* (0,109%). Giuseppe Tavani, ainda no *Repertorio*, faz referência a um tipo de métrica diversa, empregada pelos trovadores e jograis galego-portugueses: “si tratta di poesie evidentemente tarde, che rappresentano una fase recenziore di stratificazione della tradizione manoscritta, e che appartengono, per *forme* e contenuti, alla poesia di pallazzo tardotrecentesca e quattrocentesca”²⁶. Interessante observar que, já nos fins de Trezentos e durante o Quatrocentos, as composições poéticas começam a sofrer alterações, o que vai se concretizar plenamente à época da recolha de poemas elaborada por Garcia de Resende. O que chama a atenção na assertiva de Tavani é que a mudança ocorre não

²⁴ Tive oportunidade de analisar esse poema em minha dissertação de Mestrado (Cf. FERNANDES, Geraldo Augusto – *Fernão da Silveira, poeta e coudel-mor: paradigma da inovação no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, 2006, pp. 61-62).

²⁵ TAVANI, Giuseppe - *Repertorio metrico*, pp. 282-284.

²⁶ TAVANI, Giuseppe - *Repertorio metrico*, p. 10. Grifo meu.

apenas na métrica, mas também na forma e no conteúdo. E isso não é constatado apenas nas cantigas, vilancetes, baladas e trovas, mas, e principalmente, nos poemas de formas mistas do *CGGR*.

Ainda com relação ao descordo, Massaud Moisés informa que há “variedade ou divergência dos metros e das melodias, por meio do qual pretendia o trovador expressar a angústia que o sufocava, resultante de incontrolável paixão”, seguindo então o padrão occitânico. Já o descordo satírico, segundo Moisés, foge do modelo provençal. O estudioso cita os poemas amorosos de Afonso X (*CBN*, 470) e de D. Diogo Diaz (*CV*, 963) e o supracitado poema satírico de Cerzeo (*CA*, 389), além do de Martim Moxa (*CV*, 481), como registros de descordos²⁷, com pequena diferenciação do que faz Tavani.

Le Gentil, referindo-se ao processo do “Cuidar e sospirar”, do *CGGR*, observa que o tema não é de todo desconhecido, mas o que é de maior interesse é a mistura de formas e gêneros dialogados – “une autre innovation notable consiste à *intercaler* des compositions à forme fixe au milieu des plaidoiries”²⁸. E essa mistura, como se pode constatar nos poemas de formas mistas, é uma constante não só dos gêneros dialogados, mas também daqueles em que, por exemplo, um só poeta se expressa. Ainda para Le Gentil, referindo-se ao descordo, “ces curieux poèmes conduisent à envisager un genre particulier, qui connut à partir du XVe. siècle, le plus vif succès en Espagne; nous voulons parler des *ensaladas* ou *ensaladillas*”²⁹. Massaud Moisés não concorda, ao afirmar que o descordo “é às vezes confundido com a ensalada e o lai”³⁰, fazendo referência a Le Gentil. Ainda para este, “la *chanson* ne convient plus, pour deux raisons: parce qu’elle est trop courte et parce qu’elle est chantée. Pour répondre à ces besoins nouveaux, naît et se développe une *poésie strophique libre*”³¹. Mais adiante afirma, sobre essa poesia estrófica livre : “la seule loi essentielle est la répétition d’une même formule strophique prise comme base”³².

²⁷ MOISÉS, Massaud - *A literatura portuguesa através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 117.

²⁸ LE GENTIL, Pierre - *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen âge*, vol. I, pp. 491-493, grifo meu.

²⁹ LE GENTIL, Pierre - *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen âge*, vol. I, p. 190.

³⁰ MOISÉS, Massaud - *A literatura portuguesa através dos textos*, p. 117.

³¹ LE GENTIL, Pierre - *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen âge*, vol. I, p. 462.

³² LE GENTIL, Pierre - *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen âge*, vol. I, p. 464.

As *Leys d'Amors*, tratando da *dispositio*, relatam que

“el asunto del poema puede seguir dos órdenes: el orden de la naturaleza y el orden del arte. En el orden de la naturaleza no hay más que un reglamento, o sea, el que se adhiere al orden cronológico de la ocurrencia de las cosas. El orden del arte se desarrolla por ocho métodos distintos: empezar con el medio, con el final, con un proverbio del principio, del medio o del fin, y con un ejemplo del principio, del medio o del fin. Para Vinsauf, el orden del arte tenía más méritos artísticos que el orden de la naturaleza”³³.

Parece-me que estas afirmações estão, também, na raiz dos poemas de formas mistas.

O editor do *CGHC*³⁴, Joaquín González Cuenca, refere-se a casos em que dois ou mais textos estão “vinculados”, o que revela a mistura. Ao explicar a distribuição e numeração dos poemas que reeditou, Cuenca comenta que “ocorre a veces que un poema largo incluye uno o más poemas menores, generalmente canciones o cuarteta, que *tienen autonomia propia*.”³⁵. Em seguida, explica a metodologia usada para identificação desses poemas. São referências oportunas, pois revelam que essas formas mistas se caracterizam pela vinculação entre si e que os textos unidos, que ele denomina “menores”, têm autonomia própria. No entanto, no *Cancioneiro* de Resende, há textos que não são menores – em extensão, como alude Cuenca –, chegando mesmo a serem maiores que o principal. O exemplo cabal é o processo do “Cuidar e sospirar”, que começa por uma quadra contendo a temática, e as *perguntas*

³³ *Apud* IMPERIAL, Francisco, Micer – ‘*El dezir a las syete virtudes’ y otros poemas*. Ed., intr. y notas de Colbert I. Nepaulsingh. Madrid: Espasa-Calpe, 1977, LVI. Essas afirmações, de acordo com o editor, têm origem em Horácio, mais especificamente na *Ars Poetica*. (IDEM, LVI). Em “De la disposition”, capítulo I, da segunda parte – “La Doctrine” – Edmond Faral assim registra o que se comentou atrás: “La rhétorique ancienne note qu’il y a deux façons de proceder dans la construction d’un discours. L’une consiste à suivre l’ordre naturel et à observer la distribution normale des parties, exorde, narration, division, confirmation, réfutation, conclusion. L’autre consiste à suivre l’ordre artificiel et à modifier la succession habituelle des parties à la demande des circonstances”. (FARAL, 1982, p. 55).

³⁴ Uso essa abreviatura para referir-me ao *Cancionero General* de Hernando del Castillo.

³⁵ *CANCIONERO General de Hernando del Castillo*. Ed. Joaquín González Cuenca. Madri: Ed. Castalia, 2004, tomo I, p. 115.

nela inseridas pelos contendores (Jorge da Silveira e Nuno Pereira) instigam a *disputatio*³⁶.

Podem-se subdividir os 93 poemas de formas mistas em outros quatro subgrupos, alguns com a mesma mescla de várias formas composicionais, outros contendo apenas um poema, mas com composição também variada. A cantiga mesclada com outras formas (as trovas, principalmente) é o subgrupo que apresenta maior número de poemas. Em seguida, vem o subgrupo dos vilancetes misturados a outras formas poéticas e o subgrupo das trovas aliadas a outras formas. O último subgrupo compõe-se de oito poemas de formas mistas (esparsas com trovas, baladas com trovas, letras e cimeiras, *romance* com trovas e didascálias ritmadas, com motes e trovas). Por serem completamente distintos, foi necessário classificá-los num subgrupo à parte. Os dois poemas com esparsas e trovas e as baladas com trovas, por exemplo, poderiam pertencer ao subgrupo “Trovas”; contudo, parece-me que a ideia central está nas esparsas e baladas, e as trovas são complementos, daí não se justificar a inclusão no subgrupo das “trovas”. Será possível delimitar o que há de coincidência e dessemelhança entre todos esses poemas, cuja forma se destaca na Compilação.

Os poemas de formas mistas não foram invenção dos poetas palacianos portugueses – eles buscaram inspiração também nos similares castelhanos do *CGHC*. Há no *Cancionero General* de Hernando del Castillo 67 poemas mistos, o que representa 0,07% dos 930 poemas³⁷ reunidos pelo compilador de Valência. Enquanto o subgrupo das cantigas é maior no *CGGR*, no *CGHC* são as trovas misturadas a outras

³⁶Assim inicia o poema: Pergunta Jorge da Silveira / e reposta de Nuno Pereira, / tudo neste rifam.

- Vós, senhor Nuno Pereira,
por quem is assi cuidando?
- Por quem vós is sospirando,
senhor Jorge da Silveira. (CGGR, 1, I, p. 13).

Tecnicamente, é um mote que direcionará o processo e a verve poética dos contendores.

³⁷ Para os dados comparativos, utilizei apenas a edição de 1511 do *CGCH*. Isso me parece razoável, pois, uma vez que Resende se inspirou no *cancionero* de Castillo, é mais provável que o tenha feito tomando somente essa edição; a de 1514, ainda anterior ao *Cancioneiro* português, estaria muito próxima da edição do *CGGR*, parecendo impossível que ele tivesse se baseado nas duas edições, mesmo porque o escrivão eborense levou muito tempo para “cumprir” sua recolha. Outro fato relevante: na edição de 1514 aparecem sonetos, forma poética não compilada por Resende.

formas (32); seguem-se as cantigas (28), as baladas (3), as esparsas (3) e apenas um poema com “letras” seguidas de trovas. Como se pode perceber, há uma inversão de preferências: mais “cantigas” no *Cancioneiro* português, mais “trovas” no castelhano. Provavelmente isso deve ter cunho cultural e regional; mas o que se nota é a propensão de ambas as compilações a apresentarem um número expressivo de trovas e de cantigas: aquelas permitiam ao poeta inovações; estas, a prevalência de uma forma cara ao homem medieval.

Na comparação entre as duas compilações, deve-se ressaltar como eram montados os poemas. Tanto no *Cancioneiro* português, quanto no castelhano, a maioria dos poemas é constituída de duas formas distintas (por exemplo, cantiga com trova ou esta com vilancete); no entanto, o *CGGR* ousou em relação ao de Castillo: em 18 poemas há mais de duas formas distintas ou às vezes duas, mas uma delas aparecendo mais de uma vez no mesmo poema. No *CGHC*, há apenas sete, assim constituídos: uma esparsa seguida de cantiga e trova; quatro com trovas mais cantiga e trovas; uma trova seguida de vilancete e outras trovas; uma trova seguida de cantiga e letras; dois poemas com cantiga mais trovas e esparsa, e dois originais: o de no. 447, composto por três trovas, quatro vilancetes e uma quadra, distribuídos alternadamente; já o poema 854 apresenta cinco conjuntos de trovas e cinco de vilancetes, um alternando com outro³⁸.

Para demonstrar o resultado deste projeto, segue um exemplo de poemas de formas mistas. Uma vez que esses poemas são extensos, escolhi apenas um deles, para, assim, tentar mostrar os diversos artifícios que os poetas palacianos usaram para compor seus poemas.

³⁸ Registre-se que Cuenca considera poemas “vinculados” também os que são mistos em gênero, como o caso das *perguntas* e *respostas*, das trovas de “devoción y moralidad” ou ainda quando há duas cantigas, dois vilancetes ou duas baladas num só poema. Para o editor, para exemplificar, a *pergunta* é um poema, e a *resposta*, outro. Ou ainda no caso de uma só forma estrófica, tome-se o caso do longo poema devocional no. 25, “Los sietes salmos penitenciales, trobados por Pero Guillén de Segovia”. Cuenca dividiu-o em nove partes “vinculadas”, considerando o Prólogo, os sete salmos e a “Suplicación a los sabios”, a parte final. São todas trovas em oitava, de extensão variável, levando cada estrofe quatro pés quebrados e metrificados em redondilho maior. (*CANCIONERO GENERAL*, tomo I, pp. 315-348).

Ao final de cada poema, foram incluídas abreviaturas que remetem à sua composição métrica. Seguem essas e também a nomenclatura usada.

NOMENCLATURA:

O repertório obedece à seguinte ordem: Número do poema, volume. Autor. Composição do poema. Métrica. Gênero. Idioma. Mote; Glosa. Em seguida, as rimas e o esquema rimático.

Abreviaturas (para o poema servido de exemplos):

TRO (trova); VLC (vilancete); RMa (redondilho maior); EP (epístola); PO (português); PQ (pé quebrado); TRI (trissílabo); MT (mote); vv (versos); v (verso); GL (glosa).

D'ANRIQUE DA MOTA A JOAM RODRIGUEZ DE SAA PARA QUE FALASSE POR
ELE AO CONDE, SEU SOGRO, E A JORGE DE VASCONCELOS, SEU CUNHADO,
SOBRE DINHEIRO QUE LHE NAM PAGAVAM DE VINHOS, QUE LHE VENDEO
PERA ÕA ARMADA.

Senhor, a quem Febo deu
lingua virgiliana,
de que corre, de que mana
quanta fama ouço eu.
E alem deste primor,
o mui alto deos d'amor
triunfante
vos fez ãu gentil galante,
de damas gram servidor.

De nobreza e fidalguia
escuso de vos louvar,
pois vosso claro solar
como sol resplandecia.
E das artes liberais

e vertudes cardeais
nam vos gabo,
porque nisto nam tem cabo
a gram fama que cá dais.

Eu, senhor, porque conheço
vosso alto nascimento,
quis tomar atrevimento,
pedir-vos isto que peço.
E que seja desigual
pedir esta mercê tal
sem servir,
fazê-o por conseguir
vosso lindo natural.

Eu fiz, senhor, ùu partido
co senhor vosso cunhado,
no qual perdi o ganhado
e nam ganhei o perdido.
Compri com ele sem briga
por me tirar de fadiga,
e agora
faz-me na paga tal mora
que nam sei ja que lhe diga.

E por mais me agravar,
remete-me a Dom Martinho,
que mandou gastálo vinho,
qu'ele mo mande pagar.
Dom Martinho nam me crê,
se lhe falo, nam [me] vê
nem me ouve.
Vede, senhor, quem trouve

a pedilo meu por mercê.

Falei tres vezes a El-Rei
nesta tam mao pagamento,
Sua Alteza com bom tento
ouvio quanto lhe falei.
Mas, porem, sempre me disse
que Dom Martinho ouvisse
meu agravo,
nam sei u jaz este cravo
nem menos sei quem no visse.

Eu andando sem saber
quem possesse nisto meo,
em sonhos, senhor, me veo
que vós me podeis valer.
Vasconcelos mo comprou,
Castel Branco mo gastou
em Zamor,
mas eu nam acho, senhor,
quem diga que mo pagou!

E pois vós soes ã Teseo
em esforço e bom destinto,
livrai-me do laberinto
de que sair nunca creio.
Porque acho desta vez
que o que Dedalo fez
nam foi tal,
pois que Fedra nam me val
nem o gram pelouro de pez.

Mas vós, que tendes na mão

o cordel per u sair,
se me quiserdes ouvir,
podês-me dar redençam.
E pois sois bom luitador
e podeis i lutar, senhor,
per dous erros,
livrai-me destes desterros
e ganhais ã servidor.

Fim em vilancete.

Destas idas, destas vindas,
destas pagas dos amores,
por ãu prazer cem dolores.

No tempo do contratar
andam tam bem assombrados,
que nam venham namorados
que mais saibam lisonjar.
Mas este negro pagar
nos causa com desfavores
por ã prazer cem dolores.

E pois que vossa mercê
naceo pera bem fazer,
folgai de me socorrer,
pois m'agravam sem porquê.
E por vosso me havê,
porque cante mil louvores
de vossos grandes primores.

***Outro vilancete ao Conde de
Vila Nova sobre este caso.***

Quanto ganho nos partidos,
tanto gasto em çapatos,
d'Herodes pera Pilatos.

Ex-me vou e ex-me venho
como barca de carreira,
quanto ganho, quanto tenho
tudo leva a taverneira.
E assi desta maneira
gasto todos meus çapatos
d'Herodes pera Pilatos.

Quando cuido qu'estou bem,
entam acho qu'estou mal,
quando cuido ser alem,
sam aquem de Portugal.
E per este modo tal,
gasto todos meus çapatos
d'Herodes pera Pilatos.

Ando muito mais bolido
do que é sacco de malha,
tenho gram monte de palha,
mas o gram nam é havido.
Sem chegar a ser ouvido,
rompo todos meus çapatos
d'Herodes pera Pilatos.

E, pois que, senhor, o meu
fiz de vossa jurdiçam,
dai-mo, dai-mo, qu'ee rezam,
dai-mo, pois que Deos mo deu!

Nam queirais que gaste eu
o que nam guanhei nos tratos
d'Herodes pera Pilatos.

796, IV. Anrique da Mota. TRO+VLC. RMa, EP, PO. 9TRO 9^a, com 1PQ TRI em cada um dos 7^o vv. 1^o VLC MT 3vv; 2GL 7^a. Na 1^a ES repete-se o último v do MT. 2^o VLC MT 3vv; 4GL 7^a. Todas repetem o últ.verso do mote.

Eu, ana, ana, eu, or, or, ante, ante, or. Ia, ar, ar, ia, ais, ais, abo, abo, ais. Eço, ento, ento, eço, al, al, ir, ir, al. Ido ado, ado, ido, iga, iga, ora, ora, iga. Ar, inho, inho, ar, ê, ê, ê, ouve, ouve, ê. Ei, ento, ento, ei, isse, isse, avo, avo, isse. Er, eo, eo, er, ou, ou, or, or, ou. Eo, into, into, eo, ez, ez, al, al, ez. **Ão***, ir, ir, **am***, or, or, erros, erros, or. Indas, ores, ores. Ar, ados, ados, ar, ar, ores, ores. Ê, er, er, ê, ê, ores, ores. Idos, atos, atos. Enho, eira, enho, eira, atos, atos. Em, al, em, al, al, atos, atos. Ido, alha, alha, ido, ido, atos, atos. Eu, am, am, eu, eu, atos, atos. ***Variante ortográfica**

abbacddc abbacddc abbacddc abbacddc abbacddc abbacddc abbacddc
abbacddc abbacddc ABB/abbaaBB abbaaBB ABB/ababbBB ababbBB abbaaBB
abbaaBB

Este artigo informativo, aqui apresentado é parte de projeto maior que engloba os seis grupos de formas poemáticas; cada grupo tem suas características formais próprias, mas a estrutura é uma só, como apresentado neste trabalho. O projeto já está finalizado e revisado, no aguardo de financiamento de órgãos de fomento para sua publicação como Base de Dados.

Referências Bibliográficas

Fontes Manuscritas

A LÍRICA trovadoresca. Ed. Segismundo Spina. São Paulo: Edusp, 1996. (Coleção Texto e Arte, 1).

CANCIONEIRO da Ajuda. Edição de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. [s.l.]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990. Volumes I e II.

CANCIONEIRO da Biblioteca Nacional. Antigo Colocci-Brancuti. Leitura, comentário e glossário por Elza Paxeco Machado e José Pedro Machado. Lisboa: Edição da “Revista de Portugal”, 1949. 8 volumes.

CANCIONEIRO Geral de Garcia de Resende. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias. Maia: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998a. Volumes I a IV.

CANCIONERO General de Hernando del Castillo. Ed. Joaquín González Cuenca. Madri: Ed. Castalia, 2004, Tomos I-V.

SANTILLANA, Marquês de. (Íñigo López de Mendonza). “Comiença el prohemio e carta quel Marqués de Santillana envío al Condestable de Portugal con las obras suyas.” In *Obras*. Ed. Augusto Cortina. Madrid: Espasa-Calpe, 1956, pp. 29-41.

TEXTOS Portugueses Medievais. (Org.) Luis Saavedra Machado & António de Corrêa Oliveira. Coimbra. Atlântida Ed., 1959.

Fontes Impressas

BELTRAN PEPIÓ, Vicenç – “The typology and genesis of the *Cancioneros*: compiling the materials.” In *Poetry at court in Trastamaran Spain: from the Cancionero de Baena to the Cancionero general*. Temple, Arizona: Medieval & Renaissance Texts & Studies, 1998, v. 181, pp. 19-46.

CANDIDO, Antonio – *O estudo analítico do poema*. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1999, reimpressão.

CASAS RIGAL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesia amorosa de cancionero*. Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1995.

CASTILHO, António Feliciano – *Tratado de metrificacão portuguesa*. Lisboa: Sociedade, 1908.

CHOCIAY, Rogério – *Teoria do verso*. São Paulo: McGraw-Hill, 1974.

COHEN, Jean – *Estrutura da linguagem poética*. 2. ed. Trad. José V. Aragão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976.

CURTIUS, Ernst Robert – *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

DIAS, Aida Fernanda – *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende – A Temática*. Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998. Volume V.

DIAS, Aida Fernanda – *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende – Dicionário (Comum, Onomástico e Toponímico)*. Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003. Volume VI.

ESTRADA, Francisco López (Ed.) – *Las poéticas castellanas de la Edad Media*. Madrid: Taurus, 1984.

FARAL, Edmond – *Les arts poétiques du XIIe et du XIIIe siècle*. Recherches et documents sur la technique littéraire du Moyen Âge. Paris/Genève: Skalatine/Champion, 1982.

FERNANDES, Geraldo Augusto – *Fernão da Silveira, poeta e coudel-mor: paradigma da inovação no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, Geraldo Augusto – “*L’amour de la forme no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*”. In *Anais. VII Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Fortaleza/Rio de Janeiro: UFC/ABREM, 2009, pp. 319-325.

FERNANDES, Geraldo Augusto – *O amor pela forma no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. São Paulo: Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, 2012.

GRIFFIN, Dustin – “The rhetoric of satire: inquiry and provocation”. In *Satire: a Critical Introduction*. [Kentucky]: The University Press of Kentucky, [s.d.], pp. 35-70.

IMPERIAL, Francisco, Micer – *‘El dezir a las syete virtudes’ y otros poemas*. Ed., intr. y notas de Colbert I. Nepaulsingh. Madrid: Espasa-Calpe, 1977.

JAUSS, Hans Robert – *Littérature médiévale et théorie des genres. Poétique*. Paris: Seuil, 1970.

KAYSER, Wolfgang – *Naálise e interpretação da obra literária. (Introdução à Ciência da Literatura)*. 6 ed. Revisão Paulo Quintela. Coimbra: Arménio Amado, Ed., 1976. Coleção Studium.

LAPA, M. Rodrigues – *Cantigas de escarnho e de maldizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Coimbra: Galáxia, 1965. (Colección Filológica).

LÁZARO CARRETER, Fernando – *Estudios de la poética. (La obra en si)*. Madrid: Taurus, 1979.

LE GENTIL, Pierre – *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen âge: les thèmes, les genres et les formes*. 2 vol. Rennes: Plihon, 1949-1952.

MOISÉS, Massaud – *Literatura: mundo e forma*. São Paulo: Cultrix, 1982.

MOISÉS, Massaud - *A literatura portuguesa através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 2004.

MONGELLI, Lênia Márcia (Org.) – *Fremosos cantares. Antologia da lírica medieval galego-portuguesa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

MONGELLI, Lênia Márcia; VIEIRA, Yara Frateschi – *A estética medieval*. Cotia: Ed. Íbis, 2003.

OLIVIER, Élide Valarini - "Introdução". In Rabelais e Joice. Três Leituras Menipeias. São Paulo: Ateliê, [s.d.], pp. 19-28.

OSÓRIO, Jorge A – “Do Cancioneiro “ordenado e emendado” por Garcia de Resende.” *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*. Porto, 2ª série, 22 (2005), pp. 291-355.

RECKERT, Stephen – *From the Resende songbook*. London: Queen Mary and Westfield College, 1998.

RIGALL, Juan Casas – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero*. Santiago de Compostela: Univesidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1995.

RIQUER, Martín de – *Los trovadores. Historia literaria y textos*. Barcelona: Ed. Ariel, S. A., 2001, Tomos I e II. Colección Letras y Ideas.

ROCHA, Andréa Crabbé – *Aspectos do Cancioneiro Geral*. Coimbra: Coimbra Ed., [s.d]. (Coleção Universitas).

RUGGIERI, Jole – *Il canzoniere di Resende*. Genève: Leo S. Olschki, S.A., 1931.

SÁ REGO, Enylton José de - *O calundu e a panaceia: Machado de Assis, a sátira menipeia e a tradição luciânica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SAID ALI, M. – *Versificação Portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

SPINA, Segismundo – *Manual de versificação românica medieval*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1971. (Coleção Estudos Universitários, 3).

STAIGER, Emil – *Conceitos fundamentais de poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

TAVANI, Giuseppe – *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese*. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1967.

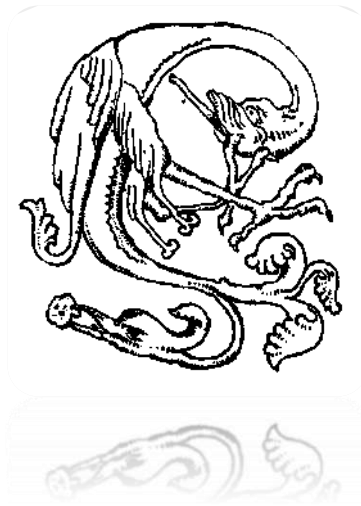
TAVANI, Giuseppe - *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri: 1999.

VIEIRA, Yara Frateschi – *Poesia medieval*. São Paulo: Global, 1987.

ZUMTHOR, Paul – *Essai de poétique médiévale*. Paris: Seuil, 1972. (Collection Poétique).

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FERNANDES, Geraldo Augusto – “Projeto: Repertório Métrico do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende (Poemas de Formas Mistas)”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 505-530. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

VARIA

VARIA



MEDIEVALISTA

N.º 34 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

In memoriam – Jacqueline Hamesse (1942-2023)

Mário Farelo

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

mario.farelo@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-2905-6564>

Data recepção do artigo / Received for publication: 26 de Abril de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7060>



A revista *Medievalista* e os membros do IEM manifestam o seu pesar pelo falecimento da Professora Jacqueline Hamesse, no passado dia 3 de fevereiro, um acontecimento que veio empobrecer definitivamente os Estudos Medievais.

Eminente especialista da Filosofia medieval, estudou Filologia clássica na Université Catholique de Louvain, na qual se doutorou em 1970 com uma tese em Filosofia e Letras intitulada «*Les auctoritates Aristotelis. Histoire de la tradition imprimée, édition, identification des citations, concordances*», premiada pela Academia Real da Bélgica. Professora convidada em várias universidades italianas (Università degli Studi di Cassino, Università degli Studi di Macerata, Pontificio Ateneo Antonianum) e tendo desenvolvido várias estadas de investigação no Canadá e em Israel, foi no Institut Supérieur de Philosophie, da referida Université Catholique de Louvain, que desenvolveu uma extensa atividade letiva nas áreas da Paleografia, Lexicografia, Codicologia e Filosofia antiga e medieval, tendo dele saído como Professora Emérita. Entre 1984 e 1993, foi igualmente presidente do Institut d'Études Médiévales dessa mesma universidade.

Exímia conhecedora dos textos filosóficos medievais, o seu domínio excecional da Paleografia, da Codicologia e da Lexicografia, para além da sua sensibilidade para a importância da Informática, permitiu-lhe apresentar múltiplas pistas de investigação sobre os florilégios medievais e instrumentos de trabalho universitários (*collationes, reportationes*), nos quais a atenção dada à sua materialidade, terminologia e lexicografia resultou em avanços significativos sobre o conhecimento dos métodos de ensino e da contextualização da vivência intelectual no meio universitário medieval.

Decorrente do reconhecimento internacional de uma atividade científica ímpar, plasmada, por exemplo, na direção editorial da revista *Bulletin de Philosophie Médiévale* e da prestigiada coleção *Textes et études du moyen âge*, Jacqueline Hamesse colaborou cientificamente com importantes instituições de cultura

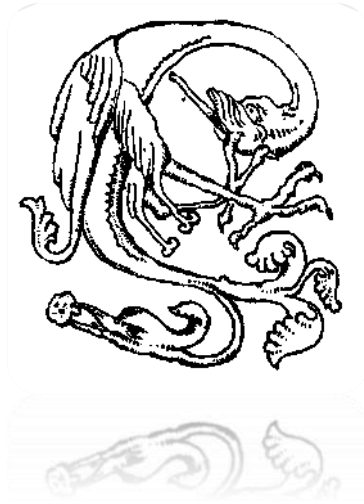
européias, como a Biblioteca Apostólica Vaticana. Recebeu, em 1999, em virtude do seu trabalho em torno da filosofia medieval, o grau *honoris causa* pela Universidade do Porto.

A sua dedicação ao ensino e à investigação valeu-lhe a nomeação para diversos comités de grémios académicos, de entre os quais se destacam a International Medieval Sermon Studies Society, a Association for Literary and Linguistic Computing, a Internationales Mittellateinerkomitee, a Medieval Academy of America ou a Société Internationale pour l'Étude de la Philosophie Médiévale, entre outras. Foi, igualmente, membro da Commission du Pontificio Ateneo Antonianum e representante belga do *Comité International du vocabulaire des institutions et de la communication intellectuelle au moyen âge* (CIVICIMA), um cargo que acumulou com a direção da Academia Belgica (Centro per la Storia, le Arti e le Scienze), sediada em Roma.

Defensora acérrima dos Estudos Medievais a nível internacional – o que lhe permitiu desenvolver inúmeros contatos com vários centros de investigação europeus e americanos, assim como com as respetivas equipas de direção –, o seu nome ficará sempre ligado, conjuntamente com o de Leonard Boyle, à criação da FIDEM (Federação Internacional de Institutos de Estudos Medievais), da qual foi secretária-geral e depois presidente honorária até à sua morte.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FARELO, Mário – “*In memoriam* – Jacqueline Hamesse (1942-2023)”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 533-536. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.



MEDIEVALISTA

N.º 34 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

**Para uma abordagem multi- e interdisciplinar à
zooantropologia histórica: primeiras reflexões a partir do
Projecto FALCO ***

**Towards a Multidisciplinary and Interdisciplinary approach to
Historical Zooanthropology: Opening considerations from the
FALCO Project**

Tiago Viúla de Faria

Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas
1069-061 Lisboa, Portugal

tfaria@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0001-6832-7024>

Data recepção do artigo / Received for publication: 5 de Abril de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7061>



O concurso para o financiamento público a projetos de investigação científica, promovido em 2021 pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), resultou na recomendação para selecção, na categoria Projectos de Carácter Exploratório, da candidatura intitulada “Formulando o relacionamento entre humanos e outras espécies no Portugal medievo/*Hypothesising Human-Animal Relations in Medieval Portugal*”, de acrónimo FALCO. Tendo sido admitidos a concurso 23 projectos na categoria “História e Arqueologia”, o Projecto FALCO figurou entre os 6 projectos recomendados para financiamento neste segmento, face a um total de 305 projetos em todos os domínios científicos propostos a financiamento.

Com uma duração inicial prevista de 12 meses, prorrogados em Dezembro de 2022 para o total de um ano e meio, correspondendo a um período de execução entre Janeiro de 2022 e Junho de 2023, o Projecto FALCO visa combinar as metodologias e abordagens epistemológicas próprias da história, arqueologia, estudos literários, geografia, antropologia e artes visuais, por forma a enquadrar a reflexão sobre a relação entre indivíduo/comunidades medievais com o mundo animal. Para tal, foi constituída uma equipa de investigação de cariz marcadamente multidisciplinar, coordenada a partir do diálogo entre estudos literários e história (Tiago Viúla de Faria, investigador da NOVA-FCSH e Investigador Responsável/*Principal Investigator*), bem como história da arte (Rémy Cordonnier, da Bibliothèque d'Agglomération du Pays de Saint-Omer e Institut de Recherches Historiques du Septentrion, Lille). A partir da base científica proporcionada pelo Instituto de Estudos Medievais (NOVA-FCSH), foram arroladas duas parcerias institucionais.

A primeira, com o Município de Salvaterra de Magos, teve como objecto a sua valência Falcoaria Real, uma das poucas infraestruturas áulicas na Europa destinadas à prática falcoeira, e corolário da inserção de Portugal no conjunto de países associados à inscrição da falcoaria como “living human heritage” na lista de

Património Mundial da UNESCO¹. A segunda parceria potencia activamente o contributo da zooarqueologia no âmbito do Projecto, designadamente através do Laboratório de Arqueociências (LARC), subordinado à Direção Geral do Património Cultural. Além da competência técnica especializada – sendo Carlos Pimenta o principal responsável, no seio da equipa de investigadores FALCO, pela componente zooarqueológica – o LARC disponibiliza uma osteoteca de referência internacional². A principal premissa do Projecto FALCO é potenciar a reflexão inter- e multidisciplinar acerca da interrelação entre humanos e outras espécies no Portugal medieval. Um primeiro passo neste sentido foi dado através da concepção de uma plataforma digital de colaboração multidisciplinar – a plataforma NEMUS – cujo móbil é a aproximação das Ciências Sociais e Humanas e das Ciências ditas “duras” no que concerne aos estudos ambientais aplicados ao passado histórico³. A segunda premissa prende-se com o caso de estudo específico que consiste na interacção humana com a ave de rapina, no contexto medieval português.

Assim, a abordagem adoptada consigna o explorar da relação com um grupo animal específico, as aves de rapina, nomeadamente as famílias *falconidae* e *accipitridae*. Muitos dos espécimes aí representados estão bem presentes na cultura medieval portuguesa, sendo que esse relacionamento abrange desde a parceria cinegética até à representação intelectual, passando pelo interesse económico. O simbolismo das aves de rapina mostra-se enraizado na mente medieval, embora estes animais tenham também desempenhado um papel de considerável relevo em variadas actividades humanas: pense-se, por exemplo, na auto-representação das aristocracias, conferindo grandeza às trocas diplomáticas, sendo essas aves

* Este artigo enquadra-se no projecto de investigação FALCO, financiado por fundos nacionais pela Fundação para a Ciência e Tecnologia: FCT EXPL/HAR-HIS/1135/2021. É devido um agradecimento à equipa do Projecto FALCO, pelo riquíssimo conjunto de reflexões, e a Afonso Soares de Sousa pelo contributo prestado à elaboração desta nota de investigação.

¹ Veja-se, acerca do edifício e sua história, por exemplo CORREIA, Joaquim Manuel da Silva; GUEDES, Natália Brito Correia – *O paço real de Salvaterra de Magos: A corte, a ópera, a falcoaria*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018. Acerca do contexto UNESCO (e respectivo processo, N.º 01708), é de consultar a documentação disponível em <<https://ich.unesco.org/en/RL/falconry-a-living-human-heritage-01708>> (conforme acesso obtido em 26 de Março de 2023).

² MORENO-GARCÍA, Marta, *et al.* (ed.) – “A osteoteca: uma ferramenta de trabalho”. *Trabalhos de Arqueologia* 29 (2003 - *Paleoecologia humana e Arqueociências. Um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob a tutela da Cultura*), pp. 235-261.

³ NEMUS – the Network for the Environment in Medieval Usages and Societies, <<https://nemus.fsh.unl.pt/>>. A página digital do Projecto FALCO está associada a esta plataforma e pode ser consultada na hiperligação <<https://nemus.fsh.unl.pt/falco/>>.

transaccionadas enquanto ofertas, ou mesmo exibidas perante dignitários estrangeiros como artigos de luxo. Parcialmente domesticadas, são indispensáveis à falcoaria, símbolo de uma elite. Bem assim, a riqueza destes laços alimentou a imaginação medieval, povoando obras literárias na tradição do fabulário ou da poesia de corte. Contudo, as percepções da ave de presa extravasam, em muito, o mundo aristocrático. A coexistência de comunidades locais com o entorno natural exerce influência sobre a acção legislativa, por vezes protegendo-se espécies e ecossistemas. As ligações mantidas com destas aves por indivíduos de todas as proveniências e estamentos plasmam-se no espaço público, desde logo inscritas nos capitéis de pedra que encontramos em muitas edificações religiosas. Tal conjunto de representações, espirituais bem assim como seculares, foi simultaneamente complexificado e decodificado de acordo com tradições e correntes intelectuais. Por fim, para além do registo material, também a cultura popular, transmitida de geração em geração, muitas vezes pela oralidade, nos traz à memória uma ligação ancestral – contudo, ainda presente – com essas aves.

No decurso do Projecto FALCO, o conjunto dos investigadores tem vindo a analisar boa parte dessas manifestações, sobretudo mediante a recuperação de fontes primárias já conhecidas, e empregando, relativamente às mesmas, abordagens consagradas por cada disciplina científica, com o fito de apreender o que essas fontes podem revelar acerca da relação homem-animal, e o tipo de questionário científico passível de ser colocado. A finalidade, determinar o potencial, bem como os limites, de determinados tipos de registos históricos, face às abordagens propostas. Através da exploração e do debate, após os 18 meses de vigência de Projecto, prevê-se fixar uma metodologia de base para a investigação multi- e interdisciplinar das relações zooantropológicas medievais, estabelecida transversalmente entre fontes, temáticas e disciplinas científicas. A viabilidade deste tipo de inquérito aconselhou a que os vários percursos de investigação adoptados fossem seguidos a partir de pequenos grupos de trabalho, sendo realizadas periodicamente reuniões plenárias, com o intuito de ajustar e maturar as temáticas de pesquisa, e respectivas metodologias, a empreender pelos investigadores. O restante desta nota de investigação ater-se-á ao segundo de entre os três encontros plenários previstos no Projecto FALCO. O simpósio em questão

poderá ter-se como exemplificativo das linhas de inquérito passíveis de serem abordadas, bem como dos desafios e problemas encontrados, no âmbito de um projecto de raiz historiográfica, de matriz interdisciplinar, sedado na temática ambiental.

Nos dias 8 e 9 de Julho de 2022 (correspondendo ao término do primeiro semestre de vigência de Projecto), a maioria da equipa de investigação reuniu em Lisboa, no Colégio Almada Negreiros, localizado no Campus de Campolide da NOVA, e em Salvaterra de Magos, nas instalações da Falcoaria Real. O programa articulou-se em torno de três intervenções de carácter teórico, de uma mesa redonda, de um conjunto de pequenas intervenções temáticas, e finalmente de diversas acções de interacção entre a equipa e elementos patrimoniais associados à falcoaria.

As intervenções teóricas consistiram na apresentação do “estado da questão” da historiografia das rapaces medievais, por parte de Baudouin van den Abeele, consultor do Projecto, em sessão intitulada “Medieval Falconry as a Field of Research: Intersecting perspectives during the Last Decennia”. Feita a retrospectiva sobre este campo de investigação histórica e referidas as mais relevantes obras, foram igualmente expostos, neste contexto, os principais temas de produção de conhecimento, destacando-se a linguística, a literatura (também de índole comparatista), a iconologia e a arqueologia. Foi também divulgada a base de dados *FalconICON*, colectânea de elementos iconográficos relacionados com a falcoaria medieval e moderna⁴. Recuperando o tema da recolha e tratamento de dados, o também consultor científico, José Manuel Fradejas, na comunicação “*The Archivo Iberoamericano de Cetrería from Hobby to Research Project*”, deu como exemplo o seu percurso académico a par da evolução das ferramentas digitais, abordando a forma como adaptou e salvaguardou a informação que mais tarde serviria para a construção do citado arquivo⁵. Por último, Carlos Pimenta proferiu “An Introduction to Bone Testing and the Laboratório de Arqueociências”, dando a conhecer o

⁴ ABEELE, Baudouin van den – “Themes and developments of Falconry depictions in [the] Medieval and Early Modern Iconography of Western Europe (12th–16th centuries) – first results gained from the *FalconICON* database”. In GRIMM, O., et al. (ed.) – *Raptor on the Fist: Falconry, its Imagery and similar Motifs throughout the Millennia on a Global Scale*. Kiel: Wachholtz, 2020, pp. 685-714.

⁵ Disponível em <<http://www.aic.uva.es/introduccion.html>>.

trabalho desenvolvido no LARC. Tomando como ponto de partida o *modus operandi* utilizado para a preparação das ossadas a fim de serem incorporadas na osteoteca, foi exposto o trabalho de catalogação que tem sido desenvolvido, com recurso à apresentação e manuseio dos esqueletos de dois espécimes de aves de rapina, o bufo real (*Bubo bubo*) e o açor (*Accipiter gentilis*).

As comunicações de duração mais reduzida (cerca de 15 minutos cada uma) foram elaboradas pelos investigadores presentes, em torno de eixos distintos, articulados sobretudo a partir da tipologia de fontes tratada. Assim, Afonso Soares de Sousa, Alice Tavares e André Silva debruçaram-se sobre as potencialidades do registo documental de índole legal e administrativa, Ana Paiva Morais e Ana Sirgado sobre a obra de ficção produzida em ambiente cortesão (sublinhando-se o caso da *Crónica do Imperador Clarimundo*), bem como a tradição popular, de raiz oral, do romanceiro. Ainda no contexto da produção escrita de corte, Filipe Alves Moreira abordou o conjunto da cronística tardo-medieval, enquanto género narrativo, enquanto Tiago Viúla de Faria destacou as referências à caça na obra de um dos autores cronísticos, Fernão Lopes. A vertente político-diplomática foi posta em evidência por Diana Martins, através de exemplos concretos do uso de aves predatórias na promoção de relações e missões diplomáticas. No âmbito da literatura moral, Rémy Cordonnier e, intervindo novamente no simpósio, Ana Paiva Morais e André Silva aduziram exemplos da diversidade e potencial para a investigação de evidências manuscritas em repositórios sites em Brasília e Viena.

Traduzindo a riqueza – e o carácter muitas vezes transversal – do universo simbólico visual e das suas representações, foi promovida uma mesa redonda com vista ao debate, em concreto, das fontes visuais, para a qual foi convidada a consagrada investigadora Adelaide Miranda. A complexidade de que se reveste esta abordagem ficou patente, assim como a necessidade de aprofundar de forma consistente o inquérito às evidências visuais e iconográficas de Portugal medievo, no seu conjunto. Em igual medida, procurou-se explorar a expressão e impacto da relação humana com a ave de presa na actualidade, mediante a visita guiada, por Carla Pinto e Patrícia Leite, à Falcoaria Real e respectivo núcleo museológico, e a demonstração de práticas falcoeiras, por Rui Carvalho. Deve vincar-se a existência,

nestas instalações, do acervo vinculado ao “Centro de Documentação [sobre Falcoaria] Joaquim da Silva Correia e Natália Correia Guedes”, graciosamente apresentado aos investigadores por Filipe Themudo Barata.

Como considerações finais a esta nota de investigação – fruto da interpretação dos dados obtidos no primeiro semestre do Projecto FALCO, bem assim das apresentações e discussão mantidas durante o simpósio de Julho de 2022 – são de referir algumas das principais perspectivas de trabalho imediatas, no que concerne às fontes a aprofundar, às potencialidades de inquérito científico e aos critérios metodológicos a seguir. Desde logo, há que destacar a pertinência de uma abordagem comparatista aos tratados medievais, nos quais se inscrevem, entre outros exemplos, os livros de falcoaria de Mestre Giraldo, Pêro Menino, ou Frei Bernardo Português, salientando-se também aqui o possível contributo da história da ciência e da história da língua, e mesmo as ligações à tratadística de origem árabe ou greco-latina⁶. Em segundo lugar, deve mencionar-se a existência, cruzamento e permanência de *topoi* literários assentes na representação alegórica das aves rapinantes (de que é exemplo o motivo literário do combate entre a garça e o falcão), os quais convocam um universo de referências mentais culturalmente arreigadas, que diluem a “fronteira” entre a medievalidade e o período moderno, e que, associadas ao carácter memorial do romanceiro enquanto género, estão ainda largamente por explorar. Em terceiro lugar, quer a documentação emanada a nível central, relativamente bem conhecida dos historiadores desde os últimos decénios do século passado⁷, quer aquela de natureza local e regional, partindo dos costumes e foros concelhios, e mesmo de fundos eclesiásticos, revela-se rica em potencialidades. Não restam dúvidas de que a pesquisa aturada das fontes documentais levará a um entendimento muito superior da própria realidade sócio-económica, como seja o ofício de falcoeiro em Portugal medieval.

⁶ Veja-se, a título exemplificativo, SILVA, André F. O. – “Alveitares e alveitaria no Portugal medieval”. *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia* 74 (2022), pp. 1-12.

⁷ NEVES, Carlos M. L. Baeta (ed.) – *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Chancelarias reais*, 6 vols. Lisboa: Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, 1980-1993.

Por outra, os exemplos trazidos ao simpósio desde o ponto de vista da história da arte, e o respectivo estado da questão, confirmaram como essencial o levantamento sistemático dos elementos naturalistas – designadamente, zoomórficos – no território português (no seu todo ou mesmo em parte), e posterior análise desde numa perspetiva alargada. Em paralelo com a documentação escrita e a produção artística, ficou igualmente confirmado o papel fulcral a desempenhar pela zooarqueologia no estudo da ave de presa medieval – pesem embora a escassez de evidências arqueológicas e as dificuldades colocadas à interpretação do seu contexto cultural preciso⁸. Ficou igualmente manifesta a enorme utilidade da observação crítica da actualidade, no que diz respeito aos conhecimentos técnicos, de saúde e de manutenção, bem como de adestramento das aves, por parte de profissionais da falcoaria, biólogos ou médicos veterinários. Só a partir de um diálogo abrangente com estes agentes é possível testar o pressuposto teórico e estabelecer correspondências entre o conhecimento histórico e a prática (pretérita e contemporânea) da falcoaria. Em último lugar, há que frisar a utilidade – incontestável – das humanidades digitais enquanto auxiliar de sistematização e interpretação do conhecimento histórico. O recurso ao potencial dessas ferramentas no âmbito do projeto permanecerá em viva discussão, assumindo-se também como crucial a divulgação de conteúdos digitais em linha. Feito o balanço da fase inicial deste conjunto de inquéritos exploratórios, pôde concluir-se que a intersecção entre diferentes disciplinas do saber – característica basilar do Projecto FALCO – se afirmou como uma opção metodológica viável e de evidente potencial científico.

⁸ Por exemplo, poderá a existência de vestígios de aves de rapina em contexto palatino indicar o seu uso na prática ceteira? (Veja-se, entre outros, MORENO-GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos Manuel – “Ossos no lixo: o contributo arqueozoológico para o estudo da alimentação na Mértola islâmica”. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (ed.) – *Memórias dos sabores mediterrânicos*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2012, pp. 159-181.)

Referências bibliográficas

ABEELE, Baudouin van den – “Themes and developments of Falconry depictions in [the] Medieval and Early Modern Iconography of Western Europe (12th–16th centuries) – first results gained from the *FalconICON* database”. In GRIMM, O., *et al.* (ed.) – *Raptor on the Fist: Falconry, its Imagery and similar Motifs throughout the Millennia on a Global Scale*. Kiel: Wachholtz, 2020, pp. 685-714.

CORREIA, Joaquim Manuel da Silva; GUEDES, Natália Brito Correia – *O paço real de Salvaterra de Magos: A corte, a ópera, a falcoaria*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018.

MORENO-GARCÍA, Marta, *et al.* (ed.) – “A osteoteca: uma ferramenta de trabalho”. *Trabalhos de Arqueologia 29* (2003 - *Paleoecologia humana e Arqueociências. Um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob a tutela da Cultura*), pp. 235-261.

MORENO-GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos Manuel – “Ossos no lixo: o contributo arqueozoológico para o estudo da alimentação na Mértola islâmica”. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (ed.) – *Memórias dos sabores mediterrânicos*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2012, pp. 159-181.

NEVES, Carlos M. L. Baeta (ed.) – *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Chancelarias reais*, 6 vols. Lisboa: Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, 1980-1993.

SILVA, André F. O. – “Alveitares e alveitaria no Portugal medieval”. *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia* 74, 2022, pp. 1-12.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FARIA, Tiago Viúla de – “Para uma abordagem multi- e interdisciplinar à zooantropologia histórica: primeiras reflexões a partir do Projecto FALCO / Towards a Multidisciplinary and Interdisciplinary approach to Historical Zooanthropology: Opening considerations from the FALCO Project”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 537-546. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 34 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

**Os Banhos Islâmicos de Loulé e a Casa Senhorial dos
Barreto: da arqueologia urbana à musealização de um
sítio singular**

**The Islamic Baths of Loulé and the Manor House of Barreto: from
urban archeology to the musealization of a unique site**

Dália Paulo

Câmara Municipal de Loulé
Universidade do Algarve, Faculdade de Economia
8005-139 Faro, Portugal

dalia.paulo@cm-loule.pt

Data recepção do artigo / Received for publication: 10 de Maio de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7066>



O inesperado da descoberta arqueológica! É esta a frase que melhor se adequa à história que aqui se pretende partilhar. A arqueologia é uma ciência que nos permite compreender a ocupação humana do território, particularmente daqueles que não deixaram registo escrito e que não figuram nos anais da História. No caso específico da arqueologia urbana, as camadas de cidade que cada geração acrescenta ao lugar vão sendo descobertas, constituindo um repositório de memórias e de estórias que se perderam na memória dos vindouros mas que nos permitem viver momentos de descobertas verdadeiramente felizes!

Assim foi em 2006, quando a autarquia comprou um imóvel no Largo D. Pedro I, perto das Bicas Velhas, em pleno Centro Histórico da cidade de Loulé, desconhecendo a riqueza patrimonial que viria a encontrar. Havia apenas o conhecimento da existência de três arcos em ogiva descritos na bibliografia dos anos 80 do século XX¹, mas um completo desconhecimento do que estava para além do visível; as escavações arqueológicas realizadas (2008) revelaram uma completa surpresa, como afirmam as arqueólogas municipais: “veio mais tarde a concluir-se, corresponde ao estabelecimento de banhos públicos (hammam) da cidade islâmica de Al- ‘Ulyà”². O que levou a arqueóloga responsável pela escavação a perceber que estava perante um edifício público e não uma habitação comum da cidade de al-Ulyà? Entre outras evidências que se iam revelando, foram as chaminés embutidas na parede que constituíram o primeiro indício do que se viria a comprovar ser a Sala Quente bem como o hipocausto; elementos estes com paralelos nas cidades islâmicas do Sul da Península Ibérica.

Este trabalho de encontrar elementos arquitetónicos semelhantes noutras cidades peninsulares foi sendo realizado em simultâneo e, foi, por isso, que as primeiras campanhas permitiram confirmar, de forma (quase) inequívoca, tratar-se de uns

¹ MARTINS, Isilda; Matos, José Luís - *As Muralhas de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1985.

² LUZIA, Isabel; PIRES, Alexandra – “A escavação arqueológica da Casa das Bicas e o edifício do hammam de Loulé”. *Al-úlyá* 14 (2013), p. 36

banhos públicos da cidade islâmica de Al-Ulyà, construídos junto à muralha e a uma das portas da cidade³.

As escavações continuaram e em 2014 toma-se a decisão de dar início à musealização do sítio arqueológico, tendo, para tal, sido realizada uma parceria com a Universidade do Algarve e com o Campo Arqueológico de Mértola, permitindo dar continuidade à investigação com uma equipa tripartida. A equipa do Museu Municipal de Loulé realiza as escavações tendo como finalidade a musealização futura, dando-se, simultaneamente, início a uma investigação histórica a cargo de Luís Oliveira⁴ e Marco de Sousa Santos⁵, que viria a complementar os dados arqueológicos com novos dados historiográficos, dando-nos a conhecer a Casa Senhorial dos Barreto, casa esta de finais do século XV, inícios do século XVI. A evidência arqueológica e a documentação histórica dão ao lugar uma nova importância; agora já conhecíamos a família, as pessoas, a quem o Rei Afonso V doou o terreno para construir a sua casa de morada. Este novo dado – a casa senhorial da família Barreto – seria fundamental para todo o processo de pensamento crítico e conceitos que iriam estar subjacentes à musealização deste complexo arqueológico.

Nesta fase dos trabalhos deparámo-nos perante uma encruzilhada e um desafio e a concreta necessidade de fazer escolhas; o que musealizar? Abranger todas as fases cronológicas do espaço ou “sacrificar” uma época em detrimento de outra? Tínhamos dois edifícios que se sobrepunham e onde as escolhas de preservação (ou não) implicavam com os projetos de arquitetura e de musealização que se estavam a elaborar. Um edifício de época moderna, singular no contexto do património cultural regional, pois, devido aos sucessivos terramotos de que a região padeceu, não abundam no território muitos edifícios seiscentistas; e um edifício que, com o desenrolar da investigação e das escavações, sabia-se que eram (e continuam a ser) os únicos banhos islâmicos conhecidos em território português e os que têm a planta mais completa (da sua tipologia de três naves) na Península Ibérica.

³ Localização comum noutras cidades islâmicas.

⁴ Especialista em época medieval cristã e Professor da Universidade do Algarve.

⁵ Historiador, coordenado pelo Professor Doutor Luís Oliveira.

Trabalhar em Património Cultural é, a cada momento, refletir e fazer escolhas. É o poder de decidir o que se lega às gerações futuras, aquilo que, em cada época, se considera relevante para constituir o nosso repositório de identidade, de memória, de ligação umbilical àqueles que por cá passaram antes de nós. Um poder que temos de saber gerir com respeito por quem nos antecedeu mas também por aqueles que virão depois de nós.

Especialistas de diversas formações e áreas foram chamados a dar o seu parecer – arqueólogos, historiadores, historiadores de arte, museólogos, arquitectos – no sentido de apoiar a importante decisão municipal. Cada especialista fez uma radiografia do lugar, colocou-o no contexto regional, nacional e ibérico e, a partir daí, compilaram-se os diferentes pareceres científicos necessários para uma decisão final. Ambas as visões – a de conservar o edifício senhorial da Casa dos Barreto apenas através de uma salvaguarda pelo registo e aquela que defendia a preservação *in situ* de ambos os edifícios, a Casa Senhorial dos Barreto e os Banhos Islâmicos – foram fundamentadas nos conceitos e nas diferentes cartas de salvaguarda do património⁶ ao nível dos princípios, assim como nas várias filosofias de intervenção ao nível da conservação e restauro. Uma questão essencial se levantava: para preservar *in situ* ambos os edifícios estaríamos a comprometer partes essenciais para a compreensão de algum deles. A este se aliava uma outra e que percorre todos os trabalhos ao nível da preservação do património cultural, a de perceber se tínhamos o direito de fazer escolhas que “eliminassem” um dos edifícios a favor do outro.

O tempo urgia e era necessário decidir. Os especialistas tinham estudado, refletido, discutido, voltado a refletir, conscientes de que a opção a tomar condicionava a intervenção arqueológica que ainda era necessário realizar e, além disso, condicionava a história que iríamos contar, já para não falar do projeto de arquitetura bem como do programa de musealização das ruínas e do programa museológico do complexo arqueológico. Neste tipo de processo coloca-se, como é óbvio, o problema do financiamento disponível, essencial para perceber quais as

⁶ A título de exemplo, a Convenção de Faro (2005) e a Declaração de Davos (2018).

melhores soluções de mitigação do impacto da intervenção arqueológica e de valorização patrimonial deste singular complexo arqueológico no coração do Centro Histórico da cidade de Loulé.

Assim, sabendo que a gestão de património cultural exige, a cada momento, uma avaliação sobre as escolhas a fazer, a decisão foi tomada: musealizar os dois edifícios que nos contam cinco séculos de história no mesmo lugar de uma mesma cidade.

Após essa decisão, o diálogo técnico entre arquiteto e sua equipa de projeto, historiadores e arqueólogos continuou acalorado, essencial para encontrar as melhores soluções arquitetónicas e museográficas no sentido de valorizar todos os vestígios arqueológicos, tendo como objetivo final a sua devolução às pessoas para a sua fruição social e cultural.

Com o rigor, a exigência, o diálogo e a multidisciplinidade que um trabalho destes necessita; conscientes do perigo para o qual nos alertava Rui Parreira, no sentido de não “converter os elementos patrimoniais selecionados numa ficção de um passado coletivo”⁷, o trabalho prosseguiu, protegendo-se, construindo-se, reconstruindo-se e voltando a soterrar algumas partes dos edifícios que já não conseguiriam “falar” nem através da musealização.

A fase seguinte consistiu na definição conceptual da intervenção a realizar e fornecer as indicações à equipa projetista, ou seja, definir que “contentor” queríamos para este complexo arqueológico. Sabendo que o mesmo estava inserido no Centro Histórico da cidade de Loulé onde se privilegiam intervenções arquitetónicas de qualidade que possam realizar um diálogo contemporâneo com as várias camadas históricas que a cidade contém, não se pretendia mimetizar nada, nem desenhar qualquer tipo de arquitetura que não fosse uma intervenção contemporânea e, ao mesmo tempo, que tivesse o máximo respeito pelas pré-existências, salvaguardando-as e valorizando-as. Era necessário um edifício com um

⁷ PARREIRA, Rui – “A conservação e o restauro do património arqueológico imóvel em Portugal”. In CUSTÓDIO, Jorge (coord.) – *100 anos de património memória e identidade – Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património, 2019, p. 354.

enquadramento e uma leitura contemporâneas inserido num Centro Histórico não cristalizado e que acrescentasse valor ao existente, adaptando-o às necessidades da sociedade atual mas sempre com o máximo de respeito pelo legado das gerações anteriores. Estas “balizas” foram catalizadoras de um diálogo (im)perfeito entre aquilo que foi construído e o novo “volume” que iria surgir neste quarteirão delimitado, num dos lados, pela muralha da cidade.

As linhas orientadoras do projeto de arquitetura⁸, do projeto de conservação e restauro⁹ e do projeto de museografia¹⁰ foram as seguintes:

- Intervenção arqueológica com o máximo de rigor científico, fundamental para solidificar as escolhas a realizar: o que deixar conservado *in situ*, visível, e o que se devia voltar a soterrar por não ter “leitura” para a futura musealização das ruínas;
- Intervenção de conservação e restauro que permitisse ao visitante conseguir interpretar as várias “camadas do tempo” e onde a intervenção de restauro fosse perceptível, consolidando as estruturas e não havendo lugar a reconstrução das mesmas;
- Intervenção arquitetónica o menos intrusiva possível com a ruína arqueológica, valorizando o património imóvel a musealizar e tornando (quase) invisível as estruturas de engenharia que suportariam o novo edifício;
- Intervenção arquitetónica ao nível do novo edifício que se pautasse por elevada qualidade e rigor arquitetónicos e que utilizasse uma linguagem contemporânea, “dialogando” com a cidade do Centro Histórico;
- Intervenções arquitetónica e de conservação e restauro reversíveis;
- Musealização das ruínas que permitisse uma fácil manutenção e acesso às mesmas;
- Programa museológico que incluísse as questões da acessibilidade como linha orientadora do seu desenvolvimento, quer ao nível das opções museográficas, quer ao nível das opções de conteúdos fixos (painéis e legendas) e móveis (maquetas, folhetos);
- Recurso ao audiovisual e às reconstituições para uma “leitura” mais correta dos espaços.

⁸ Realizado pelo Prof. Arquiteto Vítor Mestre.

⁹ Realizado pela empresa Nova Conservação (calçada da Casa dos Barreto) e Era (restauro das estruturas arqueológicas conservadas *in situ*).

¹⁰ Realizado pela Byar.

Estas linhas estratégicas permitiram valorizar os dois edifícios patrimoniais de forma simples, clara e linear, onde o que importa na visita é o património imóvel e móvel que é mostrado, não ficando o mesmo ofuscado pela tecnologia – que foi utilizada com contenção para ajudar na compreensão e interpretação do complexo arqueológico e, por outro lado, permitiram criar um novo local de interesse patrimonial e que é colocado ao serviço do desenvolvimento sustentado do concelho e da região, incluindo-o na rota do Turismo Cultural regional, nacional e da Península Ibérica.

A importância do trabalho de valorização patrimonial desenvolvido de modo participado, sustentado e constituindo fator de valorização identitária, devolvendo à comunidade a sua herança comum, contribui para uma estratégia de desenvolvimento regional, nomeadamente ao nível turístico que deve assentar na qualificação da oferta e da imagem do destino, com “produtos” de qualidade todo o ano, como referia Rui Parreira:

“(...) as intervenções em património arqueológico constituem uma mais-valia do presente (...) Aproveitando as «janelas de oportunidade» oferecidas pelo turismo, as ações de restauro do património arqueológico imóvel potenciam, hoje em dia, práticas de ação cultura dirigidas a residentes e a forasteiros, e inserem-se numa estratégia de desenvolvimento sustentável que assume os sítios arqueológicos como factores de desenvolvimento, como marcas identitárias com uma valia económica acrescentada e como produto de conhecimento e inovação, descodificando o processo histórico que condicionou o quadro em que atualmente se inserem as comunidades, herdeiras dos mesmos territórios, e estimulando o questionamento crítico acerca da sua transformação”¹¹.

A intervenção neste complexo arqueológico - para além da questão fulcral de valorização de dois edifícios referenciais para o conhecimento da história da região

¹¹ PARREIRA, Rui – “A conservação e o restauro do património arqueológico imóvel em Portugal”. In *100 anos de património memória e identidade – Portugal 1910-2010*. Lisboa: Ministério da Cultura, IGESPAR, 2010, p. 357.

e do Sul de Portugal - teve presente o seu contributo para o desenvolvimento sustentável e sustentado do concelho e da região, quer ao nível social (através do trabalho com as escolas e com a população em geral) quer ao nível económico (na sua relação com a principal atividade económica da região, o Turismo). Os princípios da Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (ICOMOS, 1999) estiveram presentes no trabalho desenvolvido, pretendendo contribuir para a *“tomada de consciência do público, pois essa consciencialização constitui base essencial para assegurar a preservação, a longo prazo, do património natural e cultural”*¹² entroncando com a ideia de questionamento crítico e de descodificação do território, referida acima por Rui Parreira.

Esta abordagem multidisciplinar da intervenção em património arqueológico imóvel permite contribuir de forma significativa para novos olhares sobre a nossa história e, conseqüentemente, permitir uma aproximação emocional ao “objeto” arqueológico, visto como algo que foi construído há vários séculos mas que, hoje, faz parte integrante da vida contemporânea da cidade e das pessoas. Aliás, intervir em património numa cidade é, acima de tudo, trabalhar o presente, as necessidades das comunidades, é perceber que as escolhas de salvaguarda e de valorização patrimoniais que se realizam em cada época, mostram-nos muito de cada tempo e são fruto da sociedade em que se desenvolvem e não dos vestígios que preservam. Uma cidade é por definição um sítio de transformação, de vida, em que a sua ocupação é mutável, em que os espaços são a cada momento repensados, reconstruídos, ganhando novos usos e significados, contribuindo para o desenvolvimento social, económico e cultural das comunidades.

Uma musealização desafiante!

Musealizar um sítio arqueológico é um momento de grande responsabilidade, só podendo ser concretizado por uma equipa multidisciplinar e que começa sempre (ou devia começar) pela investigação do sítio arqueológico conjugando várias áreas disciplinares. A partir dos dados científicos das diversas disciplinas – arqueologia, geologia, conservação e restauro, história, história da arte, antropologia – realizam-

¹² Carta Internacional do Turismo Cultural, Princípio 1, alínea 1.3 (México, 1999).

se os estudos científicos necessários que servirão de base para dar início ao processo de construção da história que vamos contar no “futuro” espaço musealizado; a partir destes estudos, dá-se início à elaboração do programa museológico que segue em paralelo com a conservação e restauro do património móvel e imóvel e com o estudo aprofundado dos materiais (móveis). Neste processo, a investigação nas várias áreas vai sendo envolvida para que se possa responder a questões que, a cada passo da construção do programa museológico (e mais tarde museográfico), vão sendo levantadas e que são fundamentais para a história que se vai construindo; são questões necessárias para que o fio condutor seja perceptível no espaço visitável, no sentido da descodificação do processo histórico.

Na musealização da Casa Senhorial dos Barreto e Banhos Islâmicos estiveram envolvidos na construção do guião, um historiador, três arqueólogos e uma museóloga¹³; foi uma “escrita” a oito mãos, em que cada especialidade foi aportando o seu conhecimento. Este processo de construção colaborativa do guião museológico constituiu um desafio, sendo necessário encontrar denominadores comuns.

Este projeto teve na sua base um processo de enorme discussão técnica e científica, onde foi preciso fazer cedências, obrigando cada especialista a ouvir o outro e, a partir do conhecimento comum, chegar a um consenso na forma de um texto final no qual se contava a história a valorizar e a partilhar com os futuros visitantes. Neste processo, a questão da relevância do nosso trabalho de criação de um espaço expositivo esteve sempre latente, com as perguntas de Nina Simon a fervilharem no pensamento: *“What do our visitors most desire? What’s in their hearts? How could we start by getting to know them, and then build an experience based on that?”*¹⁴. É este o ponto fulcral presente em todos os processos de musealização: colocar as pessoas no centro do nosso pensamento crítico e na construção concetual do espaço, numa relação sempre (im)perfeita entre o conhecimento científico e a sua passagem para

¹³ Ana Rosa Sousa (Historiadora, chefe de Divisão de Museus, Cultura e Património da Câmara de Loulé), Susana Gómez Martinez (Arqueóloga do Campo Arqueológico de Mértola e Professora na Universidade de Évora), Alexandra Pires (Arqueóloga e Chefe de Unidade Operacional de Arqueologia e Museologia da Câmara Municipal de Loulé), Rui de Almeida (Arqueólogo do Museu Municipal de Loulé) e Dália Paulo (Museóloga, Coordenadora do projeto).

¹⁴ SIMON, Nina – *The art of Relevance*, Museum 2.0, 2016, p. 107

os públicos, com os seus preconceitos, com as suas aprendizagens prévias, perfeccionando a capacidade de leitura dos públicos e criando um espaço que possa contribuir para conquistar públicos para o património e para a construção de uma identidade coletiva que deve reforçar a autoestima das comunidades e ser uma mais valia do ponto de vista da atração dos territórios.

Voltando ao trabalho dos especialistas, como todos os processos colaborativos, a sua riqueza foi enorme; cada um aprendeu com os outros e ficou com uma visão holística do processo de musealização do espaço, ganhando consciência de que comunicar ciência através de uma exposição é um desafio que obriga os especialistas a deixar o jargão técnico para o catálogo, a sintetizar o conhecimento (que para cada especialista é sempre fundamental) numa linguagem clara, a criar pontes entre a história e a atualidade. E foi isto que aconteceu na elaboração do guião museológico da Casa Senhorial dos Barreto. Definiram-se os núcleos a trabalhar, escolheram-se os materiais arqueológicos a integrar a exposição, reviram-se os textos, pensou-se a maneira de contar a história. A partir daqui, com este documento base delineado – programa museológico – avançou-se para o projeto museográfico do espaço para o qual concorreram novas especialidades: design, comunicação, luminotecnia, entre outros.

Nesta nova fase do trabalho novos desafios se colocaram, nomeadamente uma museografia condicionada por duas questões de partida: no edifício e no espaço existentes para a colocação da parte expositiva da ruína arqueológica, onde se iria contar a história através dos artefactos encontrados nas escavações arqueológicas (2006 a 2019); e como se iria enquadrar o visitante na vivência do lugar com os seus cinco séculos de história.

Como forma de reflexão desta fase e antes de abordar a questão específica da acessibilidade e das tecnologias utilizadas, importa referir que é nesta fase que se faz a transposição daquilo que é o conhecimento científico para a sua função social; aqui se quebram as barreiras metodológicas e, muitas vezes, de preconceito entre aquilo que é o jargão científico e uma história contada em linguagem clara, acessível que não é nem infatilizante nem medíocre, questões que a museologia contemporânea tem vindo a debater e a transformar nas últimas décadas. Os textos

que chegam dos comissários científicos, dos especialistas, são depois tratados de forma rigorosa, séria, transformando-os em linguagem clara para os públicos, para que entendam de forma clara o que estão a ver não se sentindo de alguma maneira excluídos. Desta forma se cumpre a função primeira da musealização dos espaços: devolvê-los às pessoas (residentes e visitantes) e integrá-los na vida e no desenvolvimento sustentado da sociedade contemporânea.

É este um desafio que poderá parecer fácil e simples, mas na verdade compreende uma complexidade enorme que ainda não foi totalmente ultrapassada na museologia contemporânea. Aqui, no trabalho desenvolvido para a musealização da Casa Senhorial dos Barreto e dos Banhos Islâmicos, esse processo foi dialogante mas, por isso, também, moroso e por vezes tenso mas que, no final, resulta numa musealização que conta uma história através de uma linguagem clara e perceptível para qualquer visitante (acreditamos nós), com níveis de informação organizados entre textos de núcleo, legendas e informação adicional em suporte eletrónico, tudo conjugado com a necessidade de dar vida aos artefactos deixados pelos nossos antepassados.

Neste contexto, detenhamo-nos, agora, naquilo que foi o processo museográfico do espaço expositivo. Tal como nos textos que corporizam um discurso museográfico, aqui o diálogo fez-se, sobretudo, entre os especialistas dos conteúdos e os especialistas do desenho expositivo. Uma vez mais o diálogo foi intenso, de alguma tensão e, acima de tudo, de entendimento de que estávamos a conceber um espaço para diversos tipos de públicos, com diversas necessidades, com diversos conhecimentos e que, para comunicar com eles, era necessário que os objetos arqueológicos selecionados para contar a história pudessem “falar” com o visitante e, que de uma forma quase orgânica, pudesse dialogar com cada um deles.

Deu-se, assim, início à materialização do guião expositivo, percebendo-se de imediato que era mesmo necessário colocar os objetos novamente no seu contexto de uso, ou seja, os especialistas selecionaram objetos cerâmicos e de metal que tinham uma enorme importância na história que se iria contar mas que, para o comum dos visitantes, não passariam de “um caco” ou um “objeto disforme”. Assim

sendo, foi opção da museografia recriar a duas dimensões espaços e objetos onde aqueles fragmentos selecionados ganhavam sentido, significado e vida. Este processo exigiu quer a arqueólogos, quer a designers gráficos uma capacidade de empatia enorme para que, a cada momento, a necessidade de criar um espaço relevante para as pessoas e onde o mais pequeno fragmento de cerâmica, de vidro ou de metal tivesse a capacidade de interpelar o visitante e de contribuir para a história da ocupação humana deste lugar.

Chegados aqui, importa ainda abordar a questão da musealização da ruína arqueológica. Com três edifícios a musealizar – a muralha (ou parte dela); a casa Senhorial dos Barreto e os Banhos Islâmicos, esta tarefa constituía um desafio que vinha sendo trabalhado desde as escavações que se iniciaram com a colaboração do Campo Arqueológico de Mértola, e que tinham como objetivo final a musealização do complexo arqueológico. Para além disso, era preciso contextualizar o embasamento visível da muralha, pelo que se optou por, nesse local, contar em videograma a evolução da ocupação urbana da cidade de Al-Ulyà.

Quanto à Casa Senhorial dos Barreto (**Fig. 1**), que é o edifício que o visitante vê quando chega ao local, foi necessário fazer escolhas e decidir o que é que ficava visível e como. Isto porque há neste espaço um jogo de tempos de abstrações que são solicitadas ao visitante; deter-se no nível dos seus pés e, apenas elevando o olhar, aos arcos ogivais que são reproduzidos para nos dar a dimensão do pátio interior da Casa Senhorial dos Barreto. Aqui optou-se por colocar o arco ogival original junto da passagem do visitante e por mimetizar num dos lados a arcaria com ferro apenas para dar volumetria ao lugar. Utilizando o recurso à tecnologia, o visitante consegue perceber a evolução da casa senhorial dos Barreto desde finais do século XV à segunda fase já do século XVI, quando a casa é aumentada pelo casamento de Nuno Barreto com Leonor Melo.

Depois de compreender a localização da Casa Senhorial e a época do lugar quando é doado a Gonçalo Nunes Barreto e quando a memória dos Banhos Islâmicos já se havia perdido na memória das pessoas, que o visitante é convidado a conhecer os

únicos Banhos Islâmicos escavados em Portugal¹⁵. Mais de dois metros e meio abaixo da cidade atual, os Banhos revelam-se ao olhar do visitante através de um jogo de luz que permite de imediato perceber as zonas quentes – canalizações na parede das chaminés e hipocausto – bem como pelo recurso à tecnologia que, numa viagem ao passado, permite ao visitante perceber a vivência de cada uma das salas musealizadas – a Sala Quente, a Sala Tépidia e a Sala Fria.



Fig. 1 – Casa Senhorial dos Barreto

Constitui um enorme desafio para arquitetos, museógrafos, conservadores-restauradores e arqueólogos, a sobreposição de camadas que vão formando as várias cidades que fazem a cidade. Cada época condiciona o processo de musealização, nomeadamente as zonas a deixar visíveis a aquelas que devem ser novamente soterradas.

Voltando à questão enunciada no início deste artigo, constituiu um enorme desafio musealizar este complexo arqueológico porque, ao fazer a escolha entre musealizar

¹⁵ Que se encontram na fase final da Classificação como Monumento Nacional, pela Direção Geral de Património Cultural.

a Casa Senhorial dos Barreto e os Banhos Islâmicos, era necessário, antes de mais, que as opções museográficas e de musealização do espaço pudessem, a cada momento, dar vida a cada um dos edifícios sem que um ofuscasse o outro. Para a musealização da Casa Senhorial as opções foram mais consensuais, mas para a musealização dos Banhos Islâmicos - quer pela importância histórica de serem os únicos em Portugal, quer pelas interferências dos vários séculos de ocupação após a utilização do espaço como *hamman* da cidade islâmica de Al-Ulyà - surgia a questão de como é que se ia valorizar este monumento único se as paredes das épocas posteriores encurtavam salas e quebravam unidades espaciais e visuais? A realocação de uma calçada da Casa Senhorial dos Barreto para permitir a visualização da entrada dos Banhos Islâmicos foi uma das opções, bem como a recriação “artística” dos tetos abobadados das três salas dos Banhos Islâmicos (por cima das colunas da Casa Senhorial dos Barreto) necessária para dar ao visitante a dimensão das salas dos Banhos (**Fig. 2**). Mas são os painéis interativos colocados em cada um dos topos das salas dos Banhos Islâmicos, que melhor conseguem dar esta informação ao visitante.



Fig. 2 – Banhos Islâmicos

Por fim, importa questionar se, após o trabalho realizado, a equipa ficou confiante com a escolha concretizada de manter os dois edifícios. Dentro do contexto do conhecimento histórico e patrimonial do Algarve, a resposta é claramente sim, a opção revelou-se a mais correta para acrescentar valor ao património cultural existente na região. No contexto da história que se conseguiu contar e da relação que se pretendia criar entre os visitantes e o espaço a resposta também é positiva, porque os dois edifícios representam cinco séculos de uma história pouco conhecida na região do Algarve.

Desta forma nasceu mais um espaço musealizado no concelho de Loulé, que integra o Museu Municipal de Loulé¹⁶ (**Fig. 3**), credenciado pela Rede Portuguesa de Museus. Integra, ainda, a 1.ª fase do Quarteirão Cultural de Loulé, um projeto que abrange o edifício do Castelo de Loulé (atual museu) o antigo Convento do Espírito Santo e edifícios adjacentes a estes dois edifícios patrimoniais, numa área útil de 5.000m², e que constituirá uma das âncoras do projeto do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira a Geoparque Mundial da UNESCO. Aqui contar-se-á a história da terra que denominámos de “os mares interiores” e a história da ocupação humana do território de Loulé.

¹⁶ Pólo museológico da cozinha tradicional (1991), Núcleo sede, arqueologia instalado no Castelo de Loulé (1995), Pólo museológico dos Frutos Secos (1998), Pólo museológico de Salir (2006), Pólo museológico Cândido Guerreiro e Condes de Alte (2009), Pólo museológico da Água, em Querença (2012) e a Ermida de Nossa Senhora da Conceição (2008).



Fig. 3 – Sala Exposição

A musealização do complexo arqueológico Casa Senhorial dos Barreto e Banhos Islâmicos, sendo um processo desafiante, complexo e longo, foi um projeto que permitiu desenvolver novas metodologias de trabalho em equipa, novos diálogos interpares e institucionais e diversas técnicas para entender o local (por exemplo a fotogrametria necessária para a realização de maquetas tridimensionais). Estiveram envolvidos inúmeros especialistas cujos respetivos estudos estarão reunidos no catálogo que se quer um documento marcante para a história da investigação da cidade de Loulé e que, decerto, trará novas pistas para investigações futuras.

Do conhecimento à fruição, o trabalho realizado de investigação, conservação e musealização da casa Senhorial dos Barreto e dos Banhos Islâmicos, permitiu transformar este local num espaço de visita obrigatória para quem ruma a Sul, inserido nos roteiros culturais da região e do país, e um ponto de reflexão, de contacto e de diálogo contemporâneo com o Mediterrâneo.

Os museus e os espaços museológicos são janelas para o mundo e espaços de aproximação ao outro, são lugares de pensamento e de resistência. Este espaço

museológico – Casa Senhorial dos Barreto e Banhos Islâmicos – é o reflexo da ousadia de fazer escolhas (nada fáceis ou consensuais) para legar às gerações vindouras um património cultural singular, constituindo hoje um local identitário do que somos hoje como povo.

Referências bibliográficas

CORREIA, Martino – “Reconstrução virtual e registo digital dos banhos islâmicos de Loulé”. In GIL, Ana; TOMÉ, Ana; RITA, Inês (coord.) – *Catálogo Digital da Exposição “Documentação e Representação Digital de Bens Culturais”*. Lisboa: Museu de Engenharia Civil; ISTAR – Instituto Superior Técnico; DECIVIL – Instituto Superior Técnico; CERIS; EGEAC - Câmara Municipal de Lisboa, 2017.

GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras, 2003.

LUZIA, Isabel; PIRES, Alexandra – “A escavação arqueológica da Casa das Bicas e o edifício do hammam de Loulé”. *Al-Ulya* 14 (2013), pp. 34-40.

MARTINS, Isilda; MATOS, José Luís – *As Muralhas de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1985.

PALMA, Jorge – *A Evolução Urbana de Loulé - Do Período Medieval ao Fim da Época Moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2021.

PARREIRA, Rui – “A conservação e o restauro do património arqueológico imóvel em Portugal”. In CUSTÓDIO, Jorge (coord.) – *100 anos de património memória e identidade – Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património, 2019 pp. 353-357.

ROQUE, Maria Isabel – “O hammam de Al-‘Ulyã: musealização dos banhos islâmicos de Loulé e da casa senhorial dos Barreto”. *a.muse.arte*, [Em linha] (7 de julho de 2023) [Consultado a março de 2023]. Disponível em <https://amusearte.hypotheses.org/8555>.

SIMON, Nina – *The art of Relevance*. Santa Cruz – California: Museum 2.0, 2016.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PAULO, Dália – “Os Banhos Islâmicos de Loulé e a Casa Senhorial dos Barreto: da arqueologia urbana à musealização de um sítio singular”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 547-564. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

